

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

GIANI RABELO

**ENTRE O HÁBITO E O CARVÃO: PEDAGOGIAS
MISSIONÁRIAS NO SUL DE SANTA CATARINA NA
SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX**

PORTO ALEGRE

2007

GIANI RABELO

**ENTRE O HÁBITO E O CARVÃO: PEDAGOGIAS
MISSIONÁRIAS NO SUL DE SANTA CATARINA NA SEGUNDA
METADE DO SÉCULO XX**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Educação.
Orientadora: Profª Drª Maria Stephanou

PORTO ALEGRE

2007

GIANI RABELO

**ENTRE O HÁBITO E O CARVÃO: PEDAGOGIAS
MISSIONÁRIAS NO SUL DE SANTA CATARINA NA SEGUNDA
METADE DO SÉCULO XX**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção de título de Doutora em Educação.

Aprovada em 8. de janeiro de 2007

Profª Dra. Maria Stephanou – Orientadora

Prof. Dr. Nilton Bueno Fischer -Doutor - (UFRGS)

Profª Dra. Maria Helena Câmara Bastos - Doutora - (PUC/RS)

Profª Dra. Maria Tereza Santos Cunha - Doutora - (UDESC)

**Dedico àqueles que são a razão do meu viver, a minha
tão pequena, mas grande família: Luani, Renan, Cido,
Mamãe, Papai e Miroquinha.**

AGRADECIMENTOS

Concluir esta tese é motivo de grande alegria, não só para mim, mas para aqueles que estão ao meu lado, meu marido e meus filhos, principalmente.

Só cheguei até aqui porque tive a ajuda e apoio de muitas pessoas às quais eu sou muito grata e para elas dedico o meu eterno agradecimento.

A Maria Stephanou, minha grande amiga e orientadora, quero agradecê-la especialmente, pois o seu exemplo como professora dedicada que faz da docência não só a sua profissão, mas acima de tudo sua militância, me levou a perceber que fazer um doutorado vale a pena. Obrigada, Maria, por ter confiado em mim. Você é como uma destas pérolas que raramente encontramos pelo caminho.

Ao Cido, meu amado companheiro, amigo e amante que soube me entender durante estes quase cinco anos de doutoramento, inclusive nos momentos mais estressantes da tese. Pude contar não só com a sua presença como pai adorado e marido carinhoso, mas como um intelectual crítico e comprometido com os seus ideais.

À minha pequena e grande menina Luani, que enfrentou mais esta, se não bastasse a dissertação. Lu, te amo demais, minha “obra-prima”.

Ao meu pequeno Renan, meu *beautiful boy*, que apesar das minhas ausências ou presenças tumultuadas, sempre pude contar com os seus beijinhos gostosos e os seus abraços tão macios.

Aos meus pais Oscar e Dorilda e a minha irmã Samira (Miroquinha), que sempre me apoiaram nas minhas escolhas e sempre estiveram preocupados comigo.

Aos meus grandes amigos que entenderam o meu enclausuramento.

Aos meus colegas e colaboradores do Grupo de Pesquisa História e Memória: o processo de educação em Santa Catarina – GRUPEHME/SC.

Aos meus compadres Lili e Carola, por terem me ajudado a enxergar este belo problema de pesquisa.

Aos bolsistas que participaram dos projetos que compuseram parte da tese. Obrigada ao Denner Lucas Casagrande, ao Marcos Juvêncio Moraes e ao Eduardo Abel Coral.

A Unesc pelo apoio, e à minha grande companheira de trabalho Valkíria, que soube me entender nos momentos finais da tese.

À coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação, em especial a Mary e ao Eduardo, que com competência e disposição sempre me informaram com prontidão a respeito dos trâmites burocráticos.

Aos/as professores/as do programa, em especial a professora Jaqueline Moll e ao professor Nilton Bueno Fischer, que ao participarem da banca de seleção, junto à professora Maria Stephanou, apostaram na minha proposta de estudo. Agradeço também à professora Beatriz Fischer, que mesmo não tendo sido minha professora sempre me incentivou na trajetória acadêmica.

Aos meus colegas das disciplinas do programa: Édson, Larissinha (a nossa mascote), Saionara, Claudemir (apesar das nossas divergências políticas), Marta, Carla, Nídia, Eliana, Carmem, Dóris, com os quais eu tive um convívio de aprendizado permanente.

A Andreane, minha ex-aluna e ex-orientanda. Obrigada por todo o seu apoio, pois se você não me socorresse com o seu companheirismo e competência, no momento em que eu estava mais cansada, eu levaria muito mais tempo para concluir este trabalho.

A Nídia, pela forma carinhosa e cuidadosa com que fez a revisão de toda a tese.

Ao Juninho, que me atendeu prontamente no tratamento das imagens.

Por último, mas também em primeiro lugar, quero agradecer a Deus por tudo aquilo que tem me oportunizado, nesta vida tão perene, mas necessária e fundamental para nós seres humanos nos tornarmos mais humanos.

"É preciso começar a perder a memória, ainda que se trate de fragmentos desta, para perceber que é esta memória que faz toda a nossa vida. Uma vida sem memória não seria uma vida, assim como uma inteligência sem possibilidade de exprimir-se não seria uma inteligência. Nossa memória é nossa coerência, nossa razão, nossa ação, nosso sentimento. Sem ela, não somos nada".

(Luis Buñuel)

RESUMO

A investigação procura inventariar e analisar, numa perspectiva histórica, as práticas discursivas e institucionais instauradas pelas pedagogias missionárias, protagonizadas por cinco congregações religiosas femininas em vilas operárias do complexo carbonífero do sul de Santa Catarina, entre os anos de 1950 a 1980. Foram elas: Irmãs Beneditinas da Divina Providência, Irmãs do Instituto Coração de Jesus, Pequenas Irmãs da Divina Providência, Pequenas Irmãs Missionárias da Caridade e Filhas do Divino Zelo. O principal objetivo do estudo foi compreender tais pedagogias em ação, junto aos operários e suas famílias, especialmente filhos, filhas e esposas. Com a finalidade de desdobrar tal problemática, foram explicitadas questões intimamente relacionadas, a saber: o que levou à vinda das freiras para as vilas operárias do complexo carbonífero? Que movimento operou-se no âmbito da Igreja Católica, nos anos de 1950, e como repercutiu na inserção das cinco congregações religiosas femininas nas vilas operárias? Como se produziu a aliança entre as congregações religiosas femininas e as elites locais ligadas ao complexo carbonífero da região sul de Santa Catarina? Como se caracterizaram as pedagogias missionárias instauradas pelas congregações nas vilas operárias? Quais os discursos que proliferaram no âmbito dessas pedagogias? Quais as continuidades e, principalmente, as descontinuidades nos processos educativos protagonizados pelas religiosas? Como os trabalhadores ligados às empresas do complexo carbonífero, seus filhos, filhas e esposas se apropriaram dos procedimentos e dos discursos das pedagogias missionárias? A pesquisa assentou-se num amplo corpus empírico, notadamente documentos orais, produzidos a partir da História Oral, e colhidos junto a participantes das diversas iniciativas empreendidas pelas congregações religiosas femininas. Também reuniram-se documentos escritos e iconográficos, conservados pelas congregações. Três importantes documentos foram localizados, depositários de indícios preciosos dessas práticas, minuciosamente descritas e registradas. Estes foram contrastados com os demais documentos da pesquisa com o intuito de promover uma maior aproximação às práticas protagonizadas pelas congregações religiosas femininas, junto às famílias operárias do complexo carbonífero. A partir desses indícios foi possível observar a ação insidiosa das religiosas na “reeducação” das famílias. Procuraram instituir novos hábitos e valores nas práticas cotidianas das vilas operárias e, para que isso se concretizasse, envolveram, de forma diferenciada, os operários, suas esposas, filhos e filhas, em várias ações de caráter social, educativo e religioso. Utilizaram-se para tal fim da combinação de vários saberes e enunciados discursivos. Em que pesem as resistências e as transgressões por parte dos sujeitos envolvidos, as pedagogias missionárias funcionaram como um amálgama para unir os operários em torno dos interesses das empresas, atenuando as condições críticas de vida, colaborando para que se tornassem mais produtivos. As pedagogias missionárias, assim, difundiram práticas sociais e culturais, ou, em outras palavras, ensinaram pensamentos e comportamentos, um saber fazer e saber ser, não só em relação aos trabalhadores, suas famílias e filhos, mas às próprias religiosas e suas congregações, tanto quanto as instituições de assistência, os médicos, os empregadores e o próprio Estado, diferentes sujeitos implicados nas vilas operárias do complexo carbonífero.

Palavras-chave: História da Educação. Pedagogias missionárias. Congregações religiosas femininas. Assistência Social.

ABSTRACT

The investigation aims to inventory and analyze, in a historical perspective, the discursive and institutional practices set by the missionary pedagogies, done by the five female religious congregations in working villages in the coal region in the South of Santa Catarina, between the years of 1950 to 1980. They were: 'Irmãs Beneditinas da Divina Providência, Irmãs do Instituto Coração de Jesus, Pequenas Irmãs da Divina Providência, Pequenas Irmãs Missionárias da Caridade and Filhas do Divino Zelo'. The principal objective of this study was to understand such pedagogies in action, with the workers and their families, especially their sons, daughters and wives. With the aim of comprehending such a problem, questions intimately related were explained. They are: what led to the coming of the sisters to the working villages in the coal region? What movement happened in the Catholic Church environment, in the years of 1950, and how did it reflect into the insertion of the five female religious congregations in the working villages? How did the alliance between the female religious congregations and the local elites connected with the coal region in the South of Santa Catarina was produced? How were the missionary pedagogies set by the congregations in the working villages characterized? Which discourses proliferated in the environment of these pedagogies? What were the continuities and, mainly, the discontinuities in the educational processes done by the sisters? How did the workers connected with the coal region enterprises, their sons, daughters and wives appropriated the procedures and discourses of the missionary pedagogies? The research was based on an empirical corpus, especially oral documents, produced from Oral History, and gathered with the participants of the many initiatives done by the female religious congregations. Written and iconographic documents kept by the congregations were also gathered. Three important documents were found, with valuable indications of these practices, thoroughly described and registered. These were compared with other documents of the research with the aim of promoting a broader approximation to the practices done by the female religious congregations, with the working families of the coal region. From these signs it was possible to observe the insidious actions of the sisters in the "reeducation" of the families. They tried to create new habits and values in the daily practices of the working villages and, so that this would come true, they involved, in a differentiated way, the workers, their wives, sons and daughters, in many social, educational and religious actions. They used, for this objective, a combination of various knowledge and discourses. Despite the resistance and transgressions of the subjects involved, the missionary pedagogies worked to unite the workers around the interests of the enterprises, reducing the critical living conditions, so that they would be more productive workers. Thus, the missionary pedagogies disseminated social and cultural practices, or, in other words, taught ideas and behaviors, a know-how and how-to-be, not only in relation to the workers, their families and children, but to the sisters themselves and their congregations, as well as the social institutions, the physicians, the workers and the State itself, different subjects involved in the working villages of the coal region.

Key words: History of the Education. Missionary pedagogies. Female religious congregations. Social work.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa do Sul do Estado de Santa Catarina indicando localização das atividades do complexo carbonífero.....	38
Figura 2: Vila Operária Velha, atual bairro Santa Bárbara – Criciúma/SC (década de 1930).....	67
Figura 3: Castelo de Henrique Lage - Lauro Muller/SC (década de 1950).....	69
Figura 4: Vila Operária localizada no centro de Lauro Muller/SC (década de 1940).....	70
Figura 5: Vila Operária de Barro Branco – Lauro Muller/SC (década de 1940).....	71
Figura 6: Vila Operária de Guatá – Lauro Muller/SC (1942).....	73
Figura 7: Vila Operária de Guatá – Lauro Muller/SC (1947).....	73
Figura 8: Vila Operária de Itanema - Lauro Muller/SC (década de 1950).....	74
Figura 9: Vila Operária da Próspera – Criciúma/SC (década de 1940).....	76
Figura 10: Vista parcial da Vila Operária da Próspera – Criciúma/SC (1955).....	77
Figura 11: Vista parcial da Vila Operária da Próspera (casas de alvenaria) - 1957 - Criciúma/SC.....	80
Figura 12: Início da construção da Vila Operária Fiorita (casas Tipo 1) – Siderópolis/SC (1944).....	88
Figura 13: Casa da Vila Residencial da CSN – Siderópolis/SC (1964).....	88
Figura 14: Início da construção da Vila Mendonça Lima, Tubarão/SC (1944).....	91
Figura 15: Vila dos engenheiros da CSN, Tubarão (década de 1940).....	92
Figura 16: Teleféricos – Urussanga/SC (década de 1950).....	97
Figura 17: Posto de Puericultura localizado na Vila Operária Velha, atual Operária Velha (1945).....	134
Figura 18: Fundadoras da congregação das Irmãs Beneditinas da Divina Providência.....	152
Figura 19: Beato Annibale Maria Di Francia (1851-1927).....	153
Figura 20: Madre Nazarena Majone (*21/06/1869 e +25/01/1939).....	154
Figura 21: Beata Madre Teresa Michel (*25/09/1855 e + 25/01/1944).....	155
Figura 22: São Luís Orione (*1872 e + 1940).....	156
Figura 23: Pe. Guilherme Meyer.....	158
Figura 24: Religiosas indo de carona no caminhão dos mineiros da CSN para as visitas domiciliares.....	170
Figura 25: Localização das congregações no complexo carbonífero do Estado de Santa Catarina.....	172
Figura 26: Ir. Zélia oferecendo curso de corte e costura numa residência em uma das vilas operárias de Lauro Muller (década de 1950).....	174
Figura 27: Religiosa orientando esposas dos mineiros sobre nutrição (década de 1960).....	175
Figura 28: Religiosa aplicando injeção em esposa de mineiro moradora de uma das vilas operárias de.....	178
Figura 29: Festejos em comemoração a Primeira Eucaristia.....	179
Figura 30: Meninas brincando de boneca no Jardim de Infância.....	180
Figura 31: Cemitério Santa Bárbara, Guatá (29/03/2003).....	181
Figura 32: Solenidade de formatura (década de 1960).....	185
Figura 33: Ir. Honorina (Irmãs Beneditinas da Divina Providência) entregando diploma.....	186
Figura 34: Casa Assistencial “Imaculada Conceição” – Resid. das Pequenas Irmãs da Divina Providência (1955).....	196
Figura 35: Primeira Eucaristia na Igreja Matriz de Siderópolis (década de 1960).....	211
Figura 36: Dr. Girão com a parteira e enfermeiros em frente ao Ambulatório da CSN.....	215
Figura 37: Entrega de certificado em um dos Concursos de Robustez no Recreio do Trabalhador.....	216
Figura 38: Comemoração numa das salas do Jardim de Infância Nossa Senhora Aparecida.....	219
Figura 39: Apresentações artísticas das crianças do Jardim de Infância Nossa Senhora Aparecida no Recreio do Trabalhador de Siderópolis.....	219
Figura 40: Bebê sendo vacinado pela freira no Serviço de Puericultura.....	222
Figura 41: Casa Assistencial da Mineração de Içara (1959).....	229
Figura 42: Freiras jogando bolas para as crianças do Jardim de Infância da Mineração de Içara (1970).....	234
Figura 43: Capa do Álbum/Relatório.....	240
Figura 44: Página de Abertura do Álbum/Relatório.....	244
Figura 45: Visitas domiciliares nas casas dos mineiros.....	250
Figura 46: Freitas atendendo na Farmácia do Programa Reembolsável Medicamentos.....	252
Figura 47: Reunião organizada pelas freiras para as esposas dos mineiros.....	256
Figura 48: Esposas dos operários lavando a roupa nos tanques coletivos.....	258
Figura 49: Curso de arte culinária oferecido pelas freiras.....	260
Figura 50: Mulheres orando no curso de arte culinária.....	262
Figura 51: Curso de corte e costura oferecido pelas freiras.....	263
Figura 52: Curso de enfermagem caseira oferecido pelas freiras.....	264
Figura 53: Crianças Verminóticas.....	267

Figura 54: Chuveirão instalado no centro da vila operária	269
Figura 55: Concurso de Robustez.....	271
Figura 56: Concurso das Bonecas	272
Figura 57: Meninos brincando na vila operária.....	272
Figura 58: Freira dando a mão a criança	274
Figura 59: Peças Teatrais oranzizadas por Berverly Godoy Costa	277
Figura 60: Meninos brincando na árvore na casa das freiras.....	278
Figura 61: Time de Futebol do Esporte Clube Michel	279
Figura 62: Coro São Domingos Sávio.....	281
Figura 63: Horta Comunitária	284
Figura 64: Grupo de Floristas.....	285
Figura 65: Grupo das Violetas.....	286
Figura 66: Almoceiros.....	287
Figura 67: Crianças na catequese e a procissão do dia da Primeira Eucaristia.....	289
Figura 68: Jesus Cristo com crianças	294
Figura 69: Instalações do Jardim de Infância da Vila Mendonça Lima (1960).....	299
Figura 70: Jardineiras (religiosas e leigas) do Jardim de Infância Cristo-Rei (década de 1970).....	301
Figura 71: Curso oferecido no Colégio Sagrado Coração de Jesus (1965)	306
Figura 72: Menina brincando com jogos de montar (década de 1970).....	310
Figura 73: Crianças brincando com as Jardineiras no campo de futebol.....	314
Figura 74: Peça de teatro apresentado pelas crianças do Jardim de Infância Cristo-Rei (década de 1970).....	315
Figura 75: Crianças do Jardim de Infância apresentando número artístico no Recreio do Trabalhador	316
Figura 76: Freira em atividade com as crianças do Jardim de Infância Cristo-Rei	328
Figura 77: Exposição dos trabalhos dos Cursos Populares oferecidos pela SATC (década de 1960).....	335
Figura 78: O Rouxinóis (década de 1970).....	359
Figura 79: Catequistas leigas (década de 1970)	360
Figura 80: Primeira Comunhão (década de 1960).....	362
Figura 81: Primeira Comunhão (década de 1960).....	362
Figura 82: Dr. Boianovski e Ir. Alair atuando no Serviço de Puericultura da SATC (década de 1960).....	371
Figura 83: Dr. Boianovski orientando as mães no Serviço de Puericultura da SATC (década de 1960)	373
Figura 84: Criança sendo atendida no Serviço de Puericultura na em Siderópolis (década de 1970)	379

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Municípios de origem dos mineiros das carboníferas sul-catarinenses	52
Tabela 2: Número de trabalhadores na indústria carbonífera catarinense 1940-1990	52
Tabela 3: Visitas domiciliares (Criciúma, Içara, Siderópolis e Lauro Müller) realizadas entre 1964-1981	345
Tabela 4: Atuação das Pequenas Irmãs da Divina Providência junto aos Clubes de Mães nas vilas operárias (Criciúma) entre 1964-1972	346
Tabela 5: Cursos populares ministrados pelas Irmãs da Divina Providência nas vilas operárias (Criciúma) entre 1965-1981	352
Tabela 6: Atuação das Pequenas Irmãs da Divina Providência junto aos Clubes de Jovens nas vilas operárias (Criciúma) entre 1964-1972	358
Tabela 7: Crianças que concluíram a Primeira Eucaristia nas vilas operárias das companhias carboníferas associadas à SATC sob a orientação das Irmãs da Divina Providência 1965-1981	361

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Relação das atividades carboníferas realizadas nas cidades do sul do Estado de Santa Catarina.....	37
Quadro 2: Cidades do complexo carbonífero e as vilas operárias com suas respectivas empresas nas quais as congregações religiosas femininas atuaram.....	63
Quadro 3: Dados gerais sobre as congregações religiosas femininas que atuaram nas vilas operárias do complexo carbonífero entre os anos de 1954 a 1981	143
Quadro 4: Dados sobre o convênio entre a SATC e as congregações religiosas femininas	338
Quadro 5: Crianças cadastradas e óbitos registrados pelo Serviço de Puericultura da SATC, entre 1965-1981.	381

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFASC - Associação Feminina de Assistência Social de Criciúma AFASC
AMSESC – Associação dos Municípios do Sul do Estado de Santa Catarina
CASAN – Companhia Catarinense de Águas e Saneamento
CBCA – Companhia Brasileira Carbonífera de Araranguá
CCC – Companhia Carbonífera Criciumense S.A.
CCU – Companhia Carbonífera Urussanga
CELESC – Centrais Elétricas de Santa Catarina
CEPCAN – Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional
CEPCAN – Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional
CNMCBB – Companhia Nacional de Mineração de Carvão Barro Branco
CNP – Conselho Nacional do Petróleo
COHAB – Companhia de Habitação
COOPERMINAS – Cooperativa de Extração de Carvão Mineral dos Trabalhadores de Criciúma LTDA.
COSIM – Companhia Siderúrgica de Mogi das Cruzes
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
CSN – Companhia Siderúrgica Nacional
DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral
DSS-SC – Departamento de Serviço Social de Santa Catarina
EBEM – Encontro de Bem Estar do Menor
FIESC – Federação da Indústria do Estado de Santa Catarina
FUCABEM – Fundação Catarinense de Bem-Estar do Menor
FUNABEM – Comissão Municipal do Bem-Estar do Menor
IAPETC – Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Trabalhadores de Cargas
INPS – Instituto Nacional da Previdência Social
ISPAC – Instituto Superior de Pastoral Catequético
LBA - Legião Brasileira de Assistência
MINERASIL – Mineração Geral do Brasil
OCDE – Organização para a Cooperação do Desenvolvimento Econômico
OMEP - Organização Mundial de Ensino Pré-primário
PIPMO – Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra

PSD – Partido Social Democrata

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

SAPS – Serviço de Alimentação da Previdência Social

SATC – Sociedade de Assistência aos Trabalhadores do Carvão

SCAN – Sociedade Criciumense de Amparo aos Necessitados

SENAI – Serviço Nacional da Indústria

SESI – Serviço Social da Indústria

SOTELCA – Sociedade Termoelétrica de Capivari S.A.

SSC – Setor de Santa Catarina

UDN – União Democrática Nacional

UNESC – Universidade do Extremo Sul Catarinense

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 SOB O TOM DO CARVÃO: VIDA E TRABALHO	37
2.1 COMPLEXO CARBONÍFERO: BREVE INCURSÃO	39
2.2 MOVIMENTO SINDICAL MINEIRO: ADESÕES E RESISTÊNCIAS.....	42
2.3 VILAS OPERÁRIAS DO COMPLEXO CARBONÍFERO: CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO.....	50
2.4 ATUAÇÃO DAS CONGREGAÇÕES RELIGIOSAS FEMININAS.....	62
2.4.1 As vilas operárias das carboníferas mais antigas	64
2.4.2 As vilas operárias da CSN no sul de Santa Catarina	75
2.4.3 As vilas operárias das demais empresas carboníferas privadas	93
2.6 AS CONDIÇÕES DE VIDA NOS DISCURSOS E INICIATIVAS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	108
2.6.1 O Estado e suas ações sociais	112
2.6.2 Os empresários e as políticas de assistência	117
2.6.3. Outros discursos em circulação: associações, parlamentares, médicos e Igreja ..	125
3. SOB O TOM DA RELIGIÃO: MISSÃO E EVANGELIZAÇÃO.....	143
3.1 A IGREJA E A CONSTITUIÇÃO DAS CONGREGAÇÕES RELIGIOSAS FEMININAS NA EUROPA.....	144
3.2. A VIDA RELIGIOSA E A VINDA DAS CONGREGAÇÕES PARA O BRASIL .	159
3.3. CHEGADA DAS CONGREGAÇÕES NAS VILAS OPERÁRIAS DO COMPLEXO CARBONÍFERO	168
3.3.1 “Caminhar na Presença de Deus”: Instituto Coração de Jesus.....	173
3.3.2. – “Abandono à Divina Providência no serviço ao necessitado”: Pequenas Irmãs da Divina Providência	193
3.3.3. “Ora et Labora”: Irmãs Beneditinas da Divina Providência	203
3.3.4. “Renovar tudo em Cristo”: Pequenas Irmãs Missionárias da Caridade	209
.3.5. "Compaixão pela Messe”: Filhas do Divino Zelo	222
4 SOB O TOM DA PEDAGOGIA: ASSISTÊNCIA E EDUCAÇÃO	237
4.1 O ÁLBUM/ RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DAS PEQUENAS IRMÃS DA DIVINA PROVIDÊNCIA NA VILA OPERÁRIA DA PRÓSPERA – CRICIÚMA/SC (1955-1957)	239
4.1.1 A vila operária mineira: convívio e conflitos	246

4.1.2 Educar as esposas	256
4.1.3 Cuidar e educar as crianças.....	266
4.2 A FORMAÇÃO DOS PEQUENINOS: A PEDAGOGIA MISSIONÁRIA NO JARDIM DE INFÂNCIA CRISTO-REI.....	292
4.2.1 A implantação do Jardim de Infância Cristo-Rei na Vila Mendonça Lima	296
4.2.2 Jardineiras & mães para “uma boa e santa educação” das crianças	300
4.2.3 Saberes e fazeres da pedagogia missionária das jardineiras	304
4.3 ASSISTIR OS TRABALHADORES DO CARVÃO: OS RELATÓRIOS DO SERVIÇO SOCIAL DA SATC	334
4.3.1 Educar e instruir as famílias	343
4.3.2 Catequizar e ocupar crianças, jovens, homens e mulheres.....	357
4.3.3 Educar as mães: o Serviço de Puericultura da SATC e mortalidade infantil	368
4.4. CARVÃO, RELIGIÃO, PEDAGOGIAS MISSIONÁRIAS: DA ASSISTÊNCIA À EDUCAÇÃO	385
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	391
REFERÊNCIAS	396
ANEXO.....	412

1 INTRODUÇÃO

A região sul de Santa Catarina caracteriza-se pelas marcas profundas das atividades carboníferas, tanto no campo social, político, cultural e econômico quanto ambiental. Desde o início do século XIX até o final do século XX a extração do carvão mineral dinamizou a vida econômica da região e principalmente da cidade de Criciúma, uma das cidades mais industrializadas do extremo sul do Estado. A cidade tem apenas 127 anos de fundação e conta com 180.000 habitantes, população marcada por uma diversidade étnica, composta por descendentes de índios, italianos, poloneses, portugueses, espanhóis, afrodescendentes, alemães e árabes.

A partir de 1917, em meio a uma forte expansão das atividades carboníferas, inúmeras empresas foram constituídas e, junto a elas, várias vilas operárias. Diversas famílias migraram de cidades vizinhas juntando-se aos imigrantes europeus já fixados na região.

O complexo carbonífero sul catarinense foi o cenário da pesquisa, compreendendo as cidades onde houve a instalação das minas de carvão e estrutura para o beneficiamento do produto, a saber: Criciúma, Siderópolis, Içara, Lauro Müller, Urussanga e Capivari de Baixo.

O período estudado inclui os anos de 1950 a 1980. A delimitação desse período tem a ver com a chegada e permanência das congregações nas Vilas Operárias Mineiras.

Conveniadas às empresas, ao Serviço Social da Indústria – SESI e à Sociedade de Assistência ao Trabalhador do Carvão - SATC, cinco congregações religiosas femininas, entre os anos de 1953 e 1982, atuaram nas vilas operárias localizadas em seis municípios da região. Nestes locais, as religiosas empreenderam as pedagogias missionárias¹, por meio de trabalhos sociais, educativos e religiosos, urdindo uma forte rede no campo educacional escolar e não escolar.

Nesta investigação procurei inventariar e analisar, numa perspectiva histórica, as práticas discursivas e institucionais instauradas pelas pedagogias missionárias, protagonizadas pelas cinco congregações religiosas femininas, a saber: Irmãs Beneditinas da Divina Providência, Irmãs do Instituto Coração de Jesus, Pequenas Irmãs da Divina Providência, Pequenas Irmãs Missionárias da Caridade e Filhas do Divino Zelo. Assim, o principal objetivo do estudo é compreender tais pedagogias em ação, junto aos filhos e filhas, esposas

¹ A denominação de *pedagogias missionárias* às ações desenvolvidas pelas congregações religiosas femininas junto às famílias das vilas operárias do complexo carbonífero, é de autoria da Prof^ª Dr^ª Maria Stephanou, que orientou-me nesse estudo.

dos operários ligados às atividades do complexo carbonífero, no Sul de Santa Catarina, entre os anos de 1950 a 1980.

Com a finalidade de desdobrar tal problemática, foram explicitadas questões intimamente relacionadas, a saber: o que levou à vinda das freiras para as vilas operárias do complexo carbonífero? Que movimento operou-se no âmbito da Igreja Católica, nos anos de 1950, e como repercutiu na inserção das cinco congregações religiosas femininas nas vilas operárias? Como se produziu a aliança entre as congregações religiosas femininas e as elites locais ligadas ao complexo carbonífero da região do Sul de Santa Catarina? Como se caracterizaram as pedagogias missionárias instauradas pelas congregações nas vilas operárias? Quais os discursos que proliferaram no âmbito dessas pedagogias? Quais as continuidades e, principalmente, as descontinuidades nos processos educativos protagonizados pelas religiosas? Como os trabalhadores ligados às empresas do complexo carbonífero, seus filhos, filhas e esposas se apropriaram dos procedimentos e dos discursos das pedagogias missionárias?

Os discursos que sustentaram as pedagogias missionárias foram analisados no contexto da trajetória histórica da doutrina da Igreja Católica. Esta esteve apoiada não apenas em sua base institucional, mas também num conjunto de práticas pedagógicas que serviram para alimentar o princípio da “vontade de verdade”, como nos aponta Michel Foucault. Para ele, a vontade de verdade apóia-se numa base institucional que é reforçada e reconduzida simultaneamente por toda uma espessura de práticas como a pedagogia (FOUCAULT, 1999, p. 17).

O interesse pelo tema encontra-se inscrito numa multiplicidade de experiências pessoais e acadêmicas. Quando criança, morei numa vila operária, atual bairro Aurora, pertencente ao município de Içara, sul de Santa Catarina. A antiga vila era e ainda é conhecida como simplesmente “Mineração de Içara”. Recebeu esse nome pelo fato de ter sido ali instalada a Companhia Nacional Mineração Barão do Rio Branco/Mineração Geral do Brasil/MINERASIL, em 1942, para a exploração do carvão mineral. Meu pai trabalhava no setor de tornearia da empresa e fazia a manutenção dos equipamentos das minas.

Nessa vila operária, freqüentei, juntamente com outras crianças, também filhos e filhas de operários, o Jardim de Infância administrado pelas freiras da Congregação Filhas do Divino Zelo.

Lembro-me de Ir. Flórida, a madre superiora, com seu forte sotaque italiano, que dirigia os trabalhos da congregação vestindo seu hábito nas cores branco e preto, carregando sua maleta quando ia visitar as casas dos operários para orientar as famílias, principalmente as

mulheres, sobre a higiene doméstica e os cuidados com os recém-nascidos. Lembro-me também de Ir. Gorete, com seu jeito dinâmico, mas também bravo, e da inesquecível Ir. Fermina, com toda a sua sabedoria e meiguice. Ao seu lado eu me sentia sempre muito acolhida e amada. Reportando-me à história da Educação Infantil, a partir dessa experiência, posso compreender melhor o significado do termo Jardim de Infância, criado pelo alemão Friedrich Froebel, ao fundar os *Kindergarten*. As freiras faziam o papel do jardineiro que almejava cuidar bem das suas plantinhas, desde pequeninas, para crescerem saudáveis, com bons hábitos e comportamentos exemplares.

Freqüentei o Jardim de Infância entre os três e seis anos, de 1969 a 1971. Imagens fragmentadas são evocadas pela memória, que reconstrói minhas lembranças. Lembro-me das brincadeiras no balanço, das “dancinhas” ensaiadas e apresentadas nas datas comemorativas, das horas do “soninho” no tapete de linhagem confeccionado por minha mãe, coberto por retalhos coloridos; das histórias que eram contadas, das músicas que soavam da vitrola vermelha, das brincadeiras na caixa de areia, das orações, enfim, do convívio com outras crianças e com as freiras.

A casa onde as freiras moravam era cedida pela mineradora e ficava bem ao lado do Jardim de Infância. Era uma casa de alvenaria, com lareira, e todos tinham curiosidade em saber como ela era por dentro. Raras foram as vezes que tivemos acesso ao seu interior, mas sabíamos bem a diferença entre nossas casas de madeira sem forro, com enormes gretas, paredes escuras sem pintura e aquela em que elas moravam.

Essas lembranças fazem parte da minha história e ao evocá-las dou sentido ao meu trabalho de pesquisa, pois como afirma Alistair Thomson (1997, p. 57), as formas que damos sentido as nossas memórias mudam com o passar do tempo. Além disso, diz o autor:

Experiências novas ampliam constantemente as imagens antigas e no final exigem e geram novas formas de compreensão. A memória “gira em torno da relação passado-presente, e envolve um processo contínuo de reconstrução e transformação das experiências lembradas”, em função das mudanças nos relatos públicos sobre o passado. [...]. As histórias que relembramos não são representações exatas do nosso passado, mas trazem aspectos desse passado e os moldam para que se ajustem às nossas identidades e aspirações atuais.

Os anos se passaram e eu nunca me detive em querer saber o motivo pelo qual as freiras vieram e permaneceram durante tanto tempo naquela vila, fazendo parte do cotidiano de crianças e famílias de operários. Apenas imaginava que elas ficaram ali por motivos religiosos, ou seja, para levar a palavra de Deus às famílias e buscar novas adeptas à Congregação das Filhas do Divino Zelo.

Por razões supostamente distantes dessa experiência da infância, anos mais tarde, em 1983, ingressei no Curso de Serviço Social. O registro merece destaque, pois, na produção científica sobre as origens do Serviço Social, é muito evidente a idéia de que as Escolas de Serviço Social surgiram vinculadas à ação da Igreja Católica, pautada na Doutrina Social da Igreja.

Com o diploma de ensino superior nas mãos, após uma entrevista, fui contratada para atuar como Assistente Social na Carbonífera Próspera, em Criciúma, empresa em que meu pai encerrou sua carreira profissional como torneiro mecânico. Mais tarde, a Carbonífera teve todo seu patrimônio transformado em Superintendência Geral de Mineração, subordinada à administração da Companhia Siderúrgica Nacional - CSN, de Volta Redonda – RJ. Atuei de setembro de 1987 a setembro de 1990, junto aos profissionais da área de saúde, no Centro Médico “Tio Zé”, criado para atender os trabalhadores/as das minas e do setor administrativo e seus familiares. Minhas atividades profissionais se desenvolviam especialmente junto aos mineiros e suas famílias no que diz respeito às questões sociais. Meu desligamento da empresa, em setembro de 1990, ocorreu no contexto da política nacional de privatização das estatais levada a cabo pelo presidente Collor de Melo. Os 1.500 funcionários foram demitidos repentinamente, sem muitas explicações.

Historicamente, era forte o movimento sindical mineiro em Criciúma, o que levou ao fato de que a privatização não foi aceita pacificamente pelos trabalhadores. Com o fechamento da empresa, desencadeou-se um movimento contra a privatização, que durou um ano e oito meses. Em assembléia foram eleitos 40 trabalhadores que vieram a constituir o Comando de Mobilização dos Mineiros, cuja tarefa era coordenar todo o movimento. Fui uma das escolhidas, a única mulher a participar do Comando. Analisei essa experiência, como espaço educativo, na monografia *A luta dos mineiros contra a privatização da CSN/Criciúma: uma avaliação crítica*². Sem conseguir impedir a privatização da CSN e nem torná-la uma empresa autogestionária, como os operários propunham, os membros do Comando dos Mineiros e demais trabalhadores/as tiveram que buscar novos empregos, pois o governo havia decidido vender a empresa para um empresário local. Fazer parte desse movimento de resistência possibilitou um profundo amadurecimento político.

A partir dos laços criados com os mineiros, principalmente com as lideranças sindicais, fui convidada a trabalhar na Companhia Brasileira Carbonífera de Araranguá - CBCA/Massa Falida, também como Assistente Social. A CBCA foi uma das empresas mais

² Apresentada ao curso de Especialização em Serviço Social, realizado no Centro Sócio Econômico da UFSC, concluído em julho de 1992.

importantes no ramo carbonífero da região e ao entrar em processo de falência foi assumida pelos próprios trabalhadores, em regime de autogestão. Aceitei o convite e lá atuei de janeiro de 1992 a dezembro de 1993, quando fui selecionada para o Mestrado em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC. Nessa empresa pude compreender, em parte, a complexidade de um processo que tem como objetivo a autogestão, bem como o quanto tal proposta é atravessada por descontinuidades. Muitas relações que constituem uma empresa convencional se reproduziam no cotidiano dessa empresa, desde as punições até os boicotes na produção. Percebi o quanto é difícil construir uma proposta desse tipo numa sociedade capitalista, mas também o quanto vale a pena lutar por ela.

Portanto, boa parte de minha trajetória de vida, desde a infância, e parte da experiência profissional, esteve imbricada com a história do carvão. Na realidade, esta história de vida não é muito diferente de outras de pessoas da região. A história do carvão, ou melhor, as histórias do carvão perpassam muitas trajetórias de vida.

Ao ter contato com os resultados de pesquisas que resultaram em dissertações de mestrado dos/as pesquisadores/as Carlos Renato Carola e Marli de Oliveira Costa, intituladas “Dos Subterrâneos da História: as trabalhadoras das minas de carvão de Santa Catarina (1937-1964)” e “Artes de Viver: Recriando e Reinventando Espaços – Memórias das Famílias da Vila Operária Mineira Próspera – Criciúma (1945/1961)”, respectivamente, um aspecto chamou minha atenção de modo especial: a presença de freiras trabalhando junto às famílias residentes em vilas operárias do complexo carbonífero. Percebi que nos anos de 1950, congregações religiosas femininas, em convênio com o Serviço Social da Indústria – SESI, instalaram-se nas vilas operárias para realizar trabalhos nos campos assistencial, cultural, religioso, educacional e da saúde, de modo a atuarem junto às famílias de operários.

A Vila Operária da Próspera, construída nas proximidades da Carbonífera Próspera S.A., objeto de estudo de Marli de Oliveira Costa, contou com a presença marcante da Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência, a partir de um convite do SESI, em meados dos anos de 1950. Sobre isso a autora registra:

As freiras da Congregação das Irmãs da Divina Providência foram então convidadas para realizarem um trabalho de reeducação das famílias operárias. Para tanto, deveriam manter um contato direto com a população. As irmãs moravam na Vila, em uma casa da Carbonífera e recebiam todo apoio necessário do SESI. Seu trabalho consistia em visitas às famílias, no intuito de ensinar às mulheres economia doméstica, regras de higiene, algumas noções sanitárias e, até mesmo, aconselhar no relacionamento do casal. Realizaram, ainda, juntamente com o SESI, cursos de saúde pública. (COSTA, 1999, p. 68)

Carlos Renato Carola (2002, p. 206), ao dar visibilidade ao trabalho das mulheres

em minas de carvão, atuando como “escolhedeiras”, discute o cotidiano de algumas vilas operárias da região e aponta, além da presença da Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência, outras duas que atuaram nos serviços de assistência social das famílias, a saber: a Congregação das Irmãs Beneditinas da Divina Providência e a Congregação das Filhas do Divino Zelo. Para o pesquisador, mulheres e crianças eram prioridades no trabalho desenvolvido pelas freiras.

Como pesquisadora declaro-me bastante implicada no processo dessa investigação. Escolher esse tema significa deixar claro que existe “a consciência da impossibilidade da limpidez imaculada com que o positivismo pensou mirificamente a investigação científica”, como afirma Manuel Jacinto Sarmento (2003, p. 159).

No âmbito da História da Educação muitos estudos, em diferentes perspectivas, têm sido realizados, havendo certa prevalência de pesquisas que se detêm no espaço escolar. O estudo que realizei seguiu uma outra direção e se volta para o âmbito não escolar, pois partilho da idéia de que a educação não está restrita à escola, pois estamos cercados por múltiplos espaços pedagógicos, escolarizados e não escolarizados, fecundos de potencialidades educativas. A concepção de educação aqui aludida extrapola os “muros” da escola. Nesse caso, a escola representa uma parte do conjunto das instituições responsáveis pela produção, sistematização e transmissão de saberes e práticas.

Concordo com Eliane Lopes e Ana Maria Galvão (2001, p. 24) quando afirmam que

Práticas educativas têm ocorrido, ao longo do tempo, fora dessa instituição e, às vezes, com maior força do que se considera, principalmente para certos grupos sociais e em determinadas épocas. A cidade, o trabalho, o lazer, os movimentos sociais, a família, a Igreja foram, e continuam sendo poderosas forças nos processos de inserção de homens e mulheres em mundos culturais específicos.

Ao pesquisar na área da História da Educação não se trata de “compreender o presente e intervir no futuro através do estudo do passado”, pois não concebo a história como algo que se constitui linearmente em direção a um progresso previsível. Concebi a pesquisa histórica desse modo durante muito tempo, mas essa compreensão foi sendo superado à medida que decidi dialogar mais com os historiadores de ofício, aproximar-me das teorias e metodologias da História, ou seja, tornar-me uma “historiadora da educação”³ somando tal intento ao percurso intelectual e profissional realizado até o momento.

A fim de romper com um modelo epistemológico de História assentado na busca de verdades definitivas, esta investigação está ancorada em concepções que pressupõem uma História que não dá conta da totalidade, pois reconhece sua complexidade; não se pauta numa história única sobre o que aconteceu, mas admite a multiplicidade de narrativas; tem na dúvida e na suspeita o centro dos “que fazeres” do historiador; não explica a realidade antes de iniciar um trabalho investigativo; não entende as mudanças sociais como um processo retilíneo, causal, contínuo; não aceita que o passado seja explicado por uma única história; não trabalha com a idéia de que as coisas são contadas da forma como realmente aconteceram, tampouco se pauta no juízo de que existem normas, leis e modelos que explicam e governam a realidade.

Walter Benjamin, em uma de suas teses sobre o conceito de história, defende que “articular historicamente o passado não significa conhecê-lo como ele de fato foi” (1994, p.224). Nessa concepção, o passado não é algo estático, pronto e acabado.

Olgária Mattos (1992, p. 151-152), ao discutir uma das teses “Sobre o conceito de história” de Walter Benjamin, afirma que, na visão do autor, há duas formas dos homens se relacionarem com o passado. A primeira retorna ao passado na forma da repetição, e a segunda retorna ao passado na forma de reconstrução. A relação com o passado que o autor defende é a da reconstrução, pois ele compreende que é o presente que ilumina o passado. Ele propõe reabrir o passado para reconstruí-lo à luz do presente. O passado nunca está acabado, ele está sempre em movimento.

O passado a ser elaborado é ressignificado, pois cada historiador pode fazê-lo a partir de uma determinada condição no presente, ou seja, a partir de um determinado lugar. Não existe uma história universal e total, mas várias histórias, vários recortes que compõem uma pluralidade. Por essa razão, não é possível conhecer o passado “como ele de fato foi”, porque ele se altera, dependendo das leituras e releituras que são feitas a seu respeito. O passado está sendo construído e reconstruído a todo o momento, não é algo morto e sepultado, mas algo vivo e presente. Não é possível separar o passado do presente, pois formam um conjunto de experiências indissociáveis. Vivemos no nosso cotidiano temporalidades múltiplas, um tempo heterogêneo.

Olgária Mattos (1992, p. 154) ao interpretar as idéias de Benjamim sobre o

³ Uso o termo “historiadora da educação”, em função de não ser historiadora com formação profissional, mas por estar atuando em pesquisas na área da história da educação há algum tempo.

conceito de história, assinala que “não existe uma ciência da história no sentido em que seja possível controlar o tempo histórico, prever claramente os acontecimentos, esperando um desfecho único para eles. Como a história é labiríntica, a rua de mão única pode se tornar contramão”. Sendo assim, é “possível reingressarmos numa verdade fechada do passado para contá-la de outra maneira, porque o passado não é um *continuum*, passado, presente, futuro. O passado não é devir abstrato do tempo, o passado são fragmentos [...]”. (MATTOS, 1992, p. 152)

Na perspectiva marxista althusseriana, em grande medida, a educação passou a ser vista como um fenômeno superestrutural resultante das condições econômicas e concebida como espaço de reprodução dessas mesmas condições, e a escola como aparelho ideológico do estado, a serviço dos interesses da classe dominante. Tal abordagem, mesmo representando avanços, acabou simplificando as complexas relações sociais em nome das explicações totalizantes baseadas em certezas normativas de análise da história, que tinham em conceitos como capitalismo, modo de produção e luta de classes a chave para entender a realidade e, conseqüentemente, a educação e sua história. Ainda que criticassem o positivismo, muitos abordavam o processo histórico como algo linear em direção ao progresso balizado pela política e pela economia. Apóio-me em Lopes e Galvão (2001, p. 39) quando afirmam que as premissas dos estudos de cunho marxista

[...] funcionavam como uma espécie de profissão de fé. Um texto que tivesse claros os indícios marxistas era bem aceito, assim como seus autores, e o resultado da pesquisa era pouco discutido. Se o “contexto” estivesse bem construído e as discussões trazidas corroborassem aquilo que o campo já tinha como verdade, pouco importavam os refinamentos ou os aprofundamentos que pudessem suscitar as problemáticas apresentadas.

Eric Hobsbawm, ao fazer uma profunda reflexão sobre o papel que teve a influência marxista na modernização da historiografia, em seu livro *Sobre História*, afirma que “o materialismo histórico foi habitualmente definido - às vezes até por marxistas- como ‘determinismo econômico’” e que “o grosso que consideramos como influência marxista sobre a historiografia certamente foi marxista vulgar” (1997, p. 158-161).

Em se tratando das pesquisas na educação ou em outras áreas, “as respostas já estavam lá, pelas lógicas de explicações estabelecidas e consagradas, antes mesmo do trabalho de investigação ser iniciado” (PESAVENTO, 2005, p. 9).

Para superarmos esse enquadramento de uma realidade, que por sua vez é composta por uma multiplicidade de questões sociais, culturais e históricas, torna-se

imprescindível buscarmos uma outra compreensão da história, e por conseguinte da história da educação.

Peter Burke (1992, p. 10-15) pontua alguns aspectos que caracterizam o paradigma tradicional de história e que auxiliam na definição dessa distinção, a saber: refere-se especialmente à política; apresenta-se como essencialmente uma narrativa dos acontecimentos; oferece uma visão de cima, concentrada nos grandes feitos dos grandes homens (estadistas, generais ou às vezes eclesiásticos); deve ser buscada em documentos e é objetiva. Tal concepção de história profissionalizou-se no século XIX, sendo considerada a rainha das ciências.

Os marcos teóricos dominantes no campo da História começam a sofrer uma desestabilização, em âmbito internacional, na década de 1960, quando os grandes modelos explicativos da realidade são colocados em xeque. Para Pesavento (2005, p. 9-15), foram duas as posições interpretativas da História criticadas nesse momento: o marxismo e a corrente dos *Annales*. Mas, ressalta a autora, no século XX tanto o marxismo quanto os *Annales* também criticaram duas vertentes de interpretação no campo da história, a que buscava os sentidos de cada momento do passado que foi traduzida em estudos que resultaram nas histórias nacionais e, também a história positivista, que por meio de seus pressupostos normativos científicos estabelecia critérios da verdade absoluta.

Contudo, a autora faz um alerta, ou seja, é preciso ter “em vista que a crítica ou a contestação de certas posturas historiográficas presentes nessa ruptura dos paradigmas das últimas décadas do século XX não representa uma ruptura completa com as matrizes originais” (PESAVENTO, 2005, p. 9). Nesse sentido, a mudança de perspectiva em relação à História e, conseqüentemente, à História da Educação só foi possível a partir de um movimento que ocorreu no âmbito da vertente neomarxista inglesa e da história francesa dos *Annales*, pois foi dali “que veio o impulso de renovação” (PESAVENTO, 2005, p.10).

Quando a crise dos paradigmas na área da História chega ao Brasil, os referenciais marxistas preponderavam e, em menor escala, encontrava-se a tradição inspirada na escola dos *Annales*, demarcada pela influência braudeliana, que tinha uma vertente econômico-social balizada pelos marcos temporais da estrutura e da conjuntura, que delimitava a longa e a média duração. Uma outra corrente, não tão forte no meio acadêmico, era a positivista. Ainda no Brasil, na virada dos anos 1980 para 1990, reflexo da crise dos paradigmas, a fundamentação teórica marxista sofre profundas críticas, principalmente sua versão leninista e, posteriormente, stalinista de história, impregnadas pelo reducionismo econômico, o mecanicismo e o etapismo evolutivo. Na outra ponta, a escola dos *Annales* com suas

ambições de uma história total, de cunho braudeliano, tinha poucos seguidores (PESAVENTO, 2005, p. 12-15).

As lacunas deixadas por estas tendências deram abertura ao estudo de novos objetos até então totalmente desconsiderados. A própria realidade exigiu que os olhares se voltassem para sua complexidade. Ganham visibilidade, em meio a essa “agitação”, novas abordagens sobre o passado. Outros temas, problemas e questões ganham importância para a História.

Nessa esteira, ganham espaço a Nova História e a História Cultural. Temas antes considerados pouco nobres na área da História da Educação começam a ser investigados intensamente. A Nova História buscou alargar os objetos, as fontes e as abordagens tradicionalmente utilizadas. Os sujeitos “esquecidos” passam a ser cada vez mais valorizados, como os sentimentos, emoções e mentalidades (LOPES; GALVÃO, 2001, p. 39-40).

A História Cultural abandona as idéias de que a cultura é apenas um reflexo da superestrutura e também a idéia de que a cultura é uma manifestação superior do espírito humano. A cultura é pensada como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo (PESAVENTO, 2005, p. 15).

Clarice Nunes e Marta Carvalho (1993, p. 46), já em meados dos anos de 1990, constatavam que

[...] o campo tradicionalmente relegado à história da educação vem sendo progressivamente ocupado e redefinido pelas investigações da nova história cultural. A ênfase nos estudos dos processos de circulação e apropriação culturais vem fazendo com que esta privilegie, como constitutivo de seu próprio campo de investigação, estudos relacionados a questões educacionais, que vinham sendo de certa forma relegados pela produção historiográfica anterior a uma situação de desprestígio intelectual e institucional.

Minha perspectiva de trabalho neste estudo pautou-se em autores que discutem a história da educação a partir dos referenciais do campo da História Cultural. No entanto, faz-se necessário ressaltar que durante os estudos de doutorado tentei romper com uma consistente formação cartesiana e positivista, que me fez ver, durante muito tempo, a realidade social circunscrita numa linearidade, resultante da relação causa e efeito, buscando muito mais verificar do que levantar indagações.

Foi a partir do contato com Gaston Bachelard, mediado por Pierre Bourdieu, no que diz respeito à importância do “novo espírito científico” na construção do objeto de pesquisa, que fui em busca de uma nova postura como pesquisadora. No entanto, tal postura não está dada, é algo a ser construído e reconstruído constantemente, caminho de percalços,

ciladas e armadilhas. Muitas vezes, nossas próprias palavras e análises nos traem. Ao acompanhar Bachelard em suas reflexões sobre a racionalidade científica senti a necessidade de adotar uma postura intelectual que, além de se preocupar com a definição do problema de pesquisa, se preocupasse também, e principalmente, com o *como se faz ciência e como opera a ciência*.

Não busquei em Bachelard uma receita ou um “modo de fazer pesquisa”, tampouco o autor propõe isso, mas encontrei em suas reflexões sobre o conhecimento, ao se contrapor aos postulados da fenomenologia e na defesa de uma epistemologia não-cartesiana, alguns aspectos que mereceram atenção em minha atividade científica. Um dos conceitos centrais foi o que ele denominou de “obstáculos epistemológicos”, contra os quais o “novo espírito científico” deve provocar uma ruptura, tendo na “vigilância epistemológica” e na “vigilância intelectual de si” suas ferramentas privilegiadas.

Quanto aos “obstáculos epistemológicos”, ressalto aquele que muitas vezes em minhas experiências de pesquisa provocou uma espécie de cegueira ou ilusão. Trata-se do conhecimento sensível, apriorístico, aquele que é fruto de um primeiro olhar, de uma primeira impressão, da “tentação da clareza rápida”, de uma leitura simplificada e apressada da realidade ou da experiência imediata. Bachelard (1978, p. 326) problematiza: “[...] os traços aparentes não são sempre os traços mais característicos; é preciso resistir a um positivismo de primeiro exame. Se faltamos a esta prudência, arriscamos tomar uma degenerescência por uma essência”. Portanto, só a experiência não possibilita construir conhecimentos científicos, a experiência sem a razão significa muito pouco ou quase nada.

O “novo espírito científico”, situado no contexto da ciência moderna, coloca-se num movimento de alternância entre o *a priori* e o *a posteriori*, rompendo com o dualismo entre o racionalismo e o empirismo clássicos, entre os valores experimentais e os valores racionais, entre o geral e o imediato, entre o aspecto objetivo e o subjetivo. Bachelard (1978, p. 162) acrescenta: “um deles triunfa dando razão ao outro: o empirismo precisa de ser compreendido; o racionalismo precisa de ser aplicado”. Isoladamente não são auto-suficientes, um depende do outro, e mais, não são absolutos. Para Bachelard (1978, p. 253), é “[...] na encruzilhada dos caminhos que o epistemólogo deve colocar-se: entre o realismo e o racionalismo”.

Mesmo negando o racionalismo clássico, Bachelard admite que o ato de conhecer, de produzir saberes científicos, deve ter início na razão e não no real, pois afirma que o vetor epistemológico da ciência tem um sentido muito distinto daquele professado por todos os filósofos, de Aristóteles a Bacon. Trata-se do movimento do racional em direção ao real e não

o contrário, ou seja, da realidade ao geral (1978, p. 250). No entanto, a concepção de razão adotada por Bachelard difere radicalmente da concepção cartesiana. A razão tida como absoluta no pensamento de Descartes é entendida em Bachelard como algo em constante modificação e situada num determinado momento histórico. Ao historicizar a razão, o objeto também é historicizado, “porque tanto sujeito como objeto se modificam constantemente de forma dialética e progressiva na processualidade científica” (SILVA, 1999, p. 38).

Bachelard (1978, p. 254) ainda afirma que para o verdadeiro pensamento científico não existem fenômenos simples, todos são compostos por tramas de relações, porque implica ler “o complexo no simples”, não se contentar com o que está dado, preferindo percorrer diferentes caminhos do conhecimento a fazer atalhos, eleger a polêmica ao invés da bonança.

A observação científica sempre é uma observação polêmica; confirma ou infirma uma tese anterior, um esquema prévio, um plano de observação; mostra demonstrando; hierarquiza as aparências; transcende ao imediato; reconstrói o real depois de ter reconstruído seus esquemas”. (BACHELARD, 1978, p. 254)

É nesse processo que se evidencia a coragem do espírito científico, pois “é no estudo dos fenômenos complexos que o pensamento científico prossegue sua instrução” (BACHELARD, 1978, p. 326), é nos esforços para “desemaranhar as circunstâncias” que ele se manifesta. O pensamento científico não progrediria se não houvesse a teoria, pois “sem a teoria nunca saberíamos se aquilo que vemos e aquilo que sentimos correspondem ao mesmo fenômeno” (BACHELARD, 1978, p. 165). Mesmo considerando ser a teoria algo imprescindível para transcendermos ao mundo sensível, ao conhecimento comum, para Bachelard as teorias estão sempre numa condição de provisoriedade, de suspensão.

Os saberes científicos podem ser retificados a qualquer momento; a ciência opera por descontinuidades, um saber que hoje é válido, amanhã poderá não ser mais. O progresso na ciência ocorre por cortes, é o que ele irá chamar de “cortes epistemológicos”. Portanto, as teorias não são perenes, inquestionáveis e inabaláveis; são construídas num determinado momento histórico. Nessa direção, Bourdieu ajuda a compreender melhor esse contorno não positivista da teoria, dos saberes científicos, quando apresenta a seguinte idéia:

Se é verdade que toda teoria científica se aplica ao dado como um código historicamente constituído e provisório que, para determinada época, representa o princípio soberano de uma distinção sem equívocos entre o verdadeiro e o falso, a história de uma ciência é sempre descontínua porque o refinamento da grade de decifração nunca se prossegue indefinidamente, mas termina sempre pela substituição pura e simples de uma grade por outra. (BOURDIEU et al, 2005, p. 42)

Começamos uma investigação com um olhar, com uma escuta, com algumas hipóteses preliminares. Podemos comparar essa experiência ao caleidoscópio. O espelho é o “real”; a luz o olhar do pesquisador e as contas, as teorias e as fontes. A complexidade do fenômeno exige o uso de diferentes teorias e fontes. Como Deleuze e Foucault, penso que não há teoria totalizadora, ela é sempre local, regional, relativa a um pequeno domínio. A teoria não se totaliza, se multiplica e multiplica (FOUCAULT; DELEUZE, 1979, p. 69-71). Nessa perspectiva não é possível trabalhar com as grandes generalizações, certezas e verdades.

A retificação da teoria é o que garante o progresso do conhecimento, perspectiva em que o erro ocupa um lugar estratégico, não visto como um empecilho ou obstáculo, mas desencadeador da descoberta da verdade provisória sujeita à retificação. Bachelard (1978, p. 164) crítica os cientistas ao afirmar que para eles “o conhecimento sai da ignorância tal como a luz sai das trevas. O cientista não vê que a ignorância é um tecido de erros positivos, tenazes, solidários”.

Se o erro deixa de ser visto a partir de uma acepção positivista, que impõe uma dualidade entre o certo e o errado, o conceito de verdade como algo absoluto também é colocado em xeque. Não consiste em nenhum mal buscar conhecimentos mais verdadeiros, todavia, o significado concedido à verdade é metamorfoseado, ou seja, deixa de ser absoluto e passa a ser retificável.

Nessa acepção, sou instigada a renunciar à segurança das certezas em nome da construção de algumas aproximações em relação à realidade. Ao invés de me fixar, intento perambular. Ao invés de atrelar-me a um porto seguro, busco permanecer “à beira da falésia”, valendo-me das palavras de Roger Chartier (2005). A dúvida passa a ser uma companheira inseparável. É a “vigilância epistemológica”, que também se constitui como uma “vigilância de si”, que podem proporcionar a condição de operar, na condição de pesquisadora, numa perspectiva não cartesiana. Sobre o papel da vigilância, Bourdieu, inspirando-se em Bachelard, acrescenta:

A intenção de dar ao pesquisador os meios de assumir por si próprio a vigilância de seu trabalho científico opõe-se às chamadas, à ordem dos censores, cujo negativismo peremptório só pode suscitar o terror em relação ao erro e o recurso resignado a uma tecnologia investida da função do exorcismo. (BOURDIEU et al, 2005, p. 11)

Na perspectiva apontada por Bachelard, a pesquisa é a maneira mais fértil de se construir conhecimentos científicos, mas para isso a pesquisa deve ter como ponto de partida

um problema muito bem delineado e esse trabalho é fruto da negação, que não é absoluta, de um saber já posto.

Ao definir-me pelo problema de pesquisa tive que optar por alguns indícios da complexa rede que constitui as pedagogias missionárias protagonizadas pelas congregações religiosas femininas em suas ações educativas nas vilas operárias do complexo carbonífero no sul de Santa Catarina. Tais escolhas foram acontecendo no próprio processo de pesquisa, uma vez que, como sugere Nadir Zago (2003, p. 307), pesquisar

É um itinerário, um caminho que trilhamos e com o qual aprendemos muito, não por acaso, mas por não podermos deixar de colocar em xeque “nossas verdades” diante das descobertas reveladas, seja pela leitura de autores consagrados, seja pelos nossos informantes, que têm outras formas de marcar suas presenças no mundo. Eles também nos ensinam a olhar o outro, o diferente, com outras lentes e perspectivas.

E foi com este intuito, de olhar o outro, pensá-lo no tempo de nosso pensamento, como sugere Foucault (1987), que optei por uma pesquisa de natureza qualitativa, muito embora os dados quantitativos não tenham sido repudiados, mas utilizados quando se fizeram necessários, a fim de possibilitar uma maior compreensão do problema.

Diante do tema e do problema de investigação – as pedagogias missionárias - constituí um *corpus* empírico composto por documentos textuais, orais e iconográficos, entre eles: relatórios, jornais, boletins, fotografias, cartas, objetos, mas o enfoque maior foi dado aos documentos orais produzidos a partir do uso da História Oral.

O percurso para reunir os documentos incluiu visitas ao Arquivo Público, Biblioteca Pública de Santa Catarina e aos arquivos e bibliotecas dos municípios envolvidos; aos arquivos do SESI em âmbito municipal e estadual; aos arquivos das Companhias Carboníferas ainda em funcionamento ou desativadas na região; aos arquivos dos Sindicatos dos Mineiros de Criciúma, Siderópolis, Lauro Müller, Urussanga e Rio Maina; aos arquivos das escolas atualmente mantidas pelas congregações estudadas; às bibliotecas da Sociedade dos Amigos dos Trabalhadores do Carvão – SATC, da Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC e da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, e por último ao Centro de Documentação e Rede de Informação do Carvão – CEDRIC, do Sindicato da Indústria de Extração de Carvão de Santa Catarina - SIECESC. Também foram pesquisados os arquivos localizados nas sedes das congregações envolvidas na pesquisa, embora o problema tenha sido a escassez de documentos relacionados à atuação das religiosas precisamente nas vilas operárias. Alguns documentos não foram encontrados em posse das freiras, mas com pessoas que trabalharam junto à elas ou em instituições às quais estavam vinculadas.

No processo de coleta de documentos para a pesquisa, foi constituído um acervo significativo de imagens, composto por fotografias de arquivos particulares e institucionais. Além da digitalização das fotografias individuais, os álbuns das congregações também receberam esse tratamento, inclusive suas capas, buscando preservar suas materialidades como artefatos culturais.

Organizar as fotografias que registraram fragmentos das experiências empreendidas pelas freiras nas vilas operárias em alguma medida representou um desejo de constituir-me como uma das guardiãs dessa história do sul catarinense. Contudo, as fotografias não podem ser reduzidas a pedaços de papel que refletem em suas superfícies imagens e nem como formas capazes de preservar momentos que não se repetem mais. A fotografia é “um intrigante documento visual cujo conteúdo é a um só tempo revelador de informações e detonador de emoções” (KOSSOY, 1989, p. 16). Ela permite recriar a história, reler a realidade e provoca um movimento sem controle no ato de rememorar, pois faz pensar além das imagens e é por isso que constitui um evocador de memórias.

Mesmo sendo muda a imagem do retrato, como afirma Miriam Moreira Leite (1993, p. 46), pois por si só não revela o nome de seus personagens, a data e local do conteúdo, ela fornece indícios por meio dos quais poderão ser feitas algumas deduções, muitas vezes, dependentes de uma identificação verbal.

Para Roger Chartier (2004), a imagem não é um texto, o que leva a considerar que a lógica de construção da imagem ou decifração da imagem não é a mesma do texto. Para o autor a lógica gráfica e a lógica textual não se identificam, o que tem implicações para a análise das imagens como documentos.

A lógica textual é necessariamente uma lógica linear, a escrita se descreve através de ordem seqüencial. E a leitura, inclusive quando se vai de um fragmento a outro, é uma leitura seqüencial. A observação de um quadro não está organizada segundo esta ordem seqüencial. É algo com uma lógica própria e que não se identifica com a lógica textual. Há uma questão de diferentes planos, de diferentes entradas⁴.

Os documentos orais possibilitaram o trabalho com as memórias, em geral ausentes nos documentos escritos, que por sua vez foram considerados por muito tempo as únicas fontes legítimas e imparciais da pesquisa historiográfica. A história oral abriu as portas para outras perspectivas sobre o passado, pressupondo que cada pessoa tem o seu olhar, a sua leitura a partir da sua própria história de vida, ou seja, a partir da sua perspectiva e visão do

⁴ Excerto da entrevista com Roger Chartier, concedida a Isabel Lustosa, em 16/09/2004, no Rio de Janeiro

presente. Dessa forma, foi preciso considerar diferentes leituras, desencontros, mesmo que as mesmas pessoas tenham vivido situações, espaços e temporalidades comuns.

Enfim, a História Oral contribui para uma pluralidade nos registros e análises sobre a história, e nesse caso, sobre a história das pedagogias missionárias das congregações religiosas femininas na região, dando visibilidade às experiências silenciadas durante anos. Além do registro da história de vida a partir das memórias dos indivíduos, a história oral possibilita identificar um caráter coletivo das narrativas, pois representa também a perspectiva de um grupo social ao qual o indivíduo pertence e que é construída social e historicamente.

Segundo Dea Ribeiro Fenelon (1996, p. 26),

[...] o avanço das práticas da história oral, nas décadas de 70 e 80, se deu quando se tornavam presentes, na historiografia as opções de uma chamada “história vista de baixo” ou do ponto de vista dos dominados, da valorização de temáticas como a das mulheres ou de minorias, bem como de uma discussão mais abrangente sobre a cultura popular, sua produção e presença na sociedade, mesmo com o desenvolvimento dos meios de comunicação da sociedade de massa.

Para José Carlos Meihy (1998, p. 17), “a história oral é um recurso moderno usado para elaboração de documentos, arquivamento e estudos referentes à vida social de pessoas. Ela é sempre uma história do *tempo presente* e é reconhecida como *história viva*”. O autor defende que existem três modalidades de história oral: história oral de vida, história oral temática e tradição oral.

Nesse trabalho de pesquisa utilizei a história oral temática, partindo de um assunto específico e prestabelecido, ao realizar as entrevistas para obter as informações junto aos depoentes envolvidos no estudo. Entretanto, a entrevista não foi tratada como uma ferramenta neutra, optando pela entrevista compreensiva. Este tipo de entrevista “não tem uma estrutura rígida, isto é, as questões previamente definidas podem sofrer alterações conforme o direcionamento que se quer dar à investigação” (ZAGO, 2003, p. 294-295). Não concebi o trabalho de campo como um espaço no qual fui comprovar algo, mas como ponto de partida para a construção de indícios empíricos e o aprimoramento do problema estudado.

As entrevistas foram gravadas, com a permissão prévia do/a entrevistado/a. Posteriormente, foram transcritas na íntegra e analisadas a partir dos eixos definidos antes e durante o trabalho de campo. Ressalta-se o fato de que poderão ser utilizadas para pesquisas futuras, pois não foi meu intuito esgotá-las neste estudo. Optei pela gravação motivada pela sugestão de Nadir Zago (2003, p. 299):

A gravação do material é de fundamental importância pois, com base nela, o pesquisador está mais livre para conduzir as questões, favorecer a relação de interlocução e avançar na problematização. Esse registro tem uma função também importante na organização e análise dos resultados pelo acesso a um material mais completo do que as anotações podem oferecer e ainda por permitir novamente escutar as entrevistas, reexaminando o seu conteúdo.

Antes de iniciar as entrevistas esclareci sobre o estudo, sua procedência, objetivos e finalidades. Cada entrevistado/a assinou um Termo de Consentimento Informativo, conforme documento anexo (Anexo A).

Ao todo foram realizadas 42 entrevistas. Os/as entrevistados/as foram sendo mapeados com a ajuda de pessoas entrevistadas que tiveram uma forte relação com as freiras nas vilas operárias. Também foram identificados a partir dos documentos textuais e iconográficos reunidos no trabalho de campo. O conjunto dos sujeitos entrevistados representou os vários segmentos envolvidos no trabalho realizado pelas religiosas, a saber: as próprias freiras que coordenaram os trabalhos; as pessoas que eram crianças (meninos e meninas) nos anos 1950 até 1980 e participavam das atividades desenvolvidas pelas religiosas; antigos moradores das vilas com ou sem vínculo empregatício com as empresas; leigos/as atuantes junto às religiosas na condição de funcionários/as e/ou voluntários/as.

No conjunto dos entrevistados houve uma variação nas idades. Trabalhei prioritariamente com memórias de pessoas que se encontravam na faixa etária entre 45 e 80 anos, sendo que a maioria constituiu o público idoso. Eclea Bosi, ao discutir tal aspecto em sua clássica obra *Memória e sociedade: lembrança de velhos*, assinala que nas lembranças das pessoas idosas

[...] é possível verificar uma história social bem desenvolvida: elas já atravessaram um determinado tipo de sociedade, com características bem marcadas e conhecidas; elas já viveram quadros de referência familiar e cultural igualmente reconhecíveis; enfim, sua memória atual por ser desenhada sobre um pano de fundo mais definido do que a memória de uma pessoa jovem, ou mesmo adulta, que, de algum modo, ainda está absorvida nas lutas e contradições de um presente que a solicita muito mais intensamente do que uma pessoa de idade. (BOSI, 1994, p. 22)

Nesse sentido, trabalhar com a memória de velhos apresenta diferenças em relação ao trabalho com a memória de adultos ativos. Ao discutir tal especificidade da memória do idoso, Bosi, à luz das idéias de Maurice Halbwachs, considera que “o adulto ativo não se preocupa longamente com o passado; mas quando o faz, é como se esse lhe sobreviesse em forma de sonho”. Nesse caso, a “memória é fuga, arte, lazer, contemplação. É

o momento em que as águas se separam com maior nitidez”. A situação do velho é outra, pois “ao lembrar o passado ele não está descansando, por um instante, das lides cotidianas, não está entregando-se fugitivamente às delícias do sonho: ele está se ocupando consciente e atentamente do próprio passado, da substância mesma da sua vida”. (BOSI, 1994, p. 23)

Para Halbwachs (1956 apud BOSI, 1994, p. 23),

O velho não se contenta, em geral, de aguardar passivamente que as lembranças o despertem, ele procura precisá-las, ele interroga outros velhos, compulsua seus velhos papéis, suas antigas cartas e, principalmente, conta aquilo de que se lembra quando não cuida de fixá-lo por escrito. Em suma, o velho se interessa pelo passado bem mais que o adulto [...].

Nas entrevistas realizadas, a distinção entre a atitude de pessoas de idade e de adultos ativos foi significativamente manifestada. Os relatos das pessoas idosas foram mais longos, fluidos, enquanto dos adultos mais breves e pontuais. As pessoas de idade se mostraram orgulhosas, valorizadas, e em geral demonstraram alegria ao narrarem suas histórias.

Talvez isso tenha a ver com o fato de que pessoas mais velhas vivenciarem poucas oportunidades de narrar suas histórias de terem pouco espaço de escuta e expressão na sociedade moderna. Para Bosi (1994, p. 77-78), a sociedade industrial rejeita o velho, pois coloca a mercadoria e o dinheiro acima do homem e o avançar da idade significa a desvalorização. A velhice, que representa um processo natural da vida, é vista de forma preconceituosa.

Walter Benjamin (1994) já identificava que a sociedade moderna vinha se caracterizando pelo instantâneo, pelo descartável, pelo efêmero e pela intensidade dos acontecimentos. Nela, a tecnologia e a informação substituíam os espaços de memória. A oralidade está cada vez mais emudecida e os narradores cada vez mais expurgados tornara-se uma constante. Contar histórias se tornou algo obsoleto, *démodé*. Em função disso, a arte de narrar estava aniquilada, tornando-se cada vez mais raras as pessoas que sabiam fazê-lo.

É como se estivéssemos privados de uma faculdade que nos parecia segura e inalienável: a faculdade de intercambiar experiências. [...] O narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros” (BENJAMIN, 1994, p. 198-200).

O narrador tem como fonte a experiência que passa de pessoa a pessoa. Ele narra uma história tecida pelo coletivo. Mas, como observa Maria Stephanou (1998, p. 133-34), “temos acompanhado essa fúria modernizadora e a destruição sistemática dos suportes da

memória coletiva.” Igualmente, “não se encontram em suspenso ou em destruição apenas os lugares de memória, mas estão ameaçadas as próprias identidades e a produção da memória coletiva”.

A memória individual está intimamente ligada à memória coletiva. Portanto, a memória é coletiva, ela está no grupo, mas quem lembra é o indivíduo. Alice Lang (1996, p. 35), ao comentar Halbwachs, afirma que “qualquer que seja a forma assumida pela fonte oral, baseia-se ela na memória e a memória é sempre uma reconstrução, evocando o passado visto pela perspectiva do presente e marcado pelo social, presente a questão da memória individual e da memória coletiva”.

As memórias individuais e coletivas, profundamente entrelaçadas umas às outras, levam a lembrar de algo que está inscrito na memória coletiva como se pertencesse a nossa experiência individual. Assim, o depoimento pessoal está encharcado de experiências coletivas construídas pelo sujeito, a partir dos lugares e do tempo que ele experienciou na sociedade durante a sua vida, em seu processo de socialização.

A memória não é neutra, pois ela é carregada de significados construídos a partir das experiências vivenciadas. Ela não é linear, o ontem e o hoje se entrecruzam constantemente, por isso a memória é uma leitura inacabada da realidade, de tal modo que a possibilidade de se trabalhar com a memória implica considerar não só as lembranças, mas também os esquecimentos, os silêncios e as palavras não ditas. Michael Pollak (1988, p.8) afirma que “as fronteiras desses silêncios e ‘não ditos’ com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento”. Muitas vezes, o silêncio é fruto do temor de não ser ouvido, ou mal entendido, ou ainda, punido pelo que se diz. Nesse caso, o silêncio precisa ser problematizado.

Na análise de todo o acervo empírico reunido não parti do “horizonte documental” e sim do “horizonte histórico”, ou seja, de problemas históricos, pois o trabalho documental e o trabalho de pesquisa são as faces da mesma moeda, como afirma Ulpiano T. Bezerra de Meneses (1999, p.27). Um documento só se torna um documento histórico quando o pesquisador passa a fazer perguntas a ele, caso contrário é só mais um indício. Além disso, todo documento, seja ele escrito, oral ou iconográfico, é um monumento. Para Le Goff (2003, p. 545), todo documento tem em si um caráter de monumento, pois não existe memória coletiva bruta. “O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que aí detinham o poder”.

Os documentos que serviram de empiria para este estudo não foram comparados, mas contrastados. Manuel Jacinto Sarmiento, ao discutir questões metodológicas, sugere que

“o cruzamento da informação recolhida a partir da observação, das entrevistas e dos documentos permite realizar uma *triangulação*”. A operacionalização desse ato metodológico impede, no seu entendimento, que “[...] a unilateralidade de uma observação, ou de um depoimento, ou ainda de um documento, se possa sobrepor à realidade, em todo seu conjunto e complexidade”. Assim, o cruzamento das informações permite explicar o que não converge e confirmar com mais firmeza o que converge, tendo como referência outras fontes ou olhares sobre a realidade. O autor ainda acrescenta que este ato metodológico, o da *triangulação* da informação, “permite detectar sempre a expressão de um modo singular de ser, ou de pensar e agir [...]” (SARMENTO, 2003, p. 157).

Organizei o texto desta tese de modo a explicitar diferentes caminhos de compreensão da complexidade do objeto de estudo: as pedagogias missionárias. De uma forma ou de outra, tais caminhos se imbricam constantemente, evidenciando a tessitura emaranhada do fenômeno histórico investigado, mas também do próprio fazer historiográfico.

Assim, começo contextualizando o universo da pesquisa, apresentando inicialmente as atividades que integram o complexo carbonífero de Santa Catarina e, num segundo momento, alguns aspectos sobre o movimento sindical mineiro, em especial no período de instalação das congregações nas vilas operárias, em seguida descrevo o cenário das primeiras vilas operárias que foram construídas para abrigar as famílias dos trabalhadores, dando ênfase às condições de vida. Posteriormente, busco dar visibilidade às vilas operárias onde atuaram as cinco congregações estudadas. Por último, apresento os discursos que proliferaram, por meio de várias instituições, em torno dos graves problemas sociais provocados pela ausência de condições dignas de trabalho e moradia, nas vilas operárias, incluindo o Estado, os empresários, a elite local, os parlamentares, os médicos e a Igreja.

Em seguida apresento o itinerário das congregações desde o processo de sua criação no cenário europeu, mais especificamente na Itália e na Alemanha, passando pela história de seus/as fundadores/as, abordando o que os/as motivou para tal decisão, bem como o lugar da vida religiosa feminina na Igreja Católica e a chegada das congregações no Brasil e, especialmente, nas cidades de Santa Catarina. Apresento as diversas ações das religiosas junto às famílias dos trabalhadores nas vilas operárias do complexo carbonífero.

Para finalizar problematizo três documentos que elegi como especiais e que detalham as pedagogias missionárias protagonizadas pelas religiosas, cotejando-os com outros documentos escritos, orais e iconográficos. O primeiro documento, denominado por mim de *Álbum/Relatório das Pequenas Irmãs da Divina Providência*, informa ao SESI as atividades

realizadas junto às famílias operárias da Vila Operária da Próspera, localizada em Criciúma, nos anos de 1955 a 1957. O segundo é uma *Crônica do Jardim de Infância “Cristo-Rei”*, que reúne relatos acerca de dez anos do trabalho junto às filhas e filhos dos operários do Lavador de Carvão-CSN, na cidade de Capivari (Tubarão/SC), pelas religiosas do Instituto Coração de Jesus, entre os anos de 1960 a 1970. O último documento configura-se como conjunto de relatórios anuais que abrangem quase duas décadas (1964 a 1982), apresentados pela Diretoria Executiva da Sociedade de Assistência ao Trabalhador do Carvão – SATC aos seus conselheiros, nos quais são relatadas as ações das religiosas.

A escolha desses documentos atendeu alguns critérios como: envolver as pedagogias missionárias produzidas na relação ora com o SESI, ora com a SATC e ora com as empresas; privilegiar as ações desenvolvidas pelas religiosas em vilas operárias de empresa estatal, privada e privada em processo de estatização; abarcar diferentes congregações com histórias, nacionalidades e carismas diversos.

2 SOB O TOM DO CARVÃO: VIDA E TRABALHO

Nesta parte do trabalho, inicialmente apresento um panorama geral das atividades por meio das quais foi constituído o complexo carbonífero de Santa Catarina, oferecendo elementos para a compreensão dessa dimensão da vida regional. Tais atividades envolveram empresas voltadas à exploração, ao beneficiamento e ao transporte do mineral que era utilizado nos transportes (ferrovias e navegação), na produção de aço, geração de energia e produção de insumos para fertilizantes. Não é objetivo do presente estudo tratar da formação e desenvolvimento do complexo, até porque muitos autores já o fizeram⁵ Ao apresentar as diversas atividades nele desenvolvidas, pretendo apenas situar esta o espaço sobre o qual a pesquisa se debruçou.

No quadro abaixo, visualiza-se com maior clareza a divisão espacial do complexo carbonífero localizado no sul de Santa Catarina, cujo mapa encontra-se a seguir:

Quadro 1: Relação das atividades carboníferas realizadas nas cidades do sul do Estado de Santa Catarina

Atividades	Localização	Situação atual
Minas de carvão (extração)	Criciúma, Siderópolis, Urussanga, Lauro Müller e Içara	Em atividade
Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina (transportava até o porto de Imbituba)	Vários municípios	Utilizada parcialmente
Lavador de Carvão (separava o carvão metalúrgico do carvão vapor)	Capivari de Baixo	Desativado
Usina Termoeletrica Jorge Lacerda (produz energia a partir da queima do carvão vapor)	Tubarão	Em atividade
Indústria Carboquímica Catarinense (extraía o enxofre do rejeito piritoso para produzir ácido sulfúrico)	Imbituba e Criciúma	Desativada
Porto de Imbituba (escoava o carvão)	Imbituba	Parou de escoar o carvão

Fonte: Goularti Filho e Moraes, 2005, p. 1-15.

⁵ Ver Volpato (1984), Nascimento (2004), Zumblick (1987), Campos (2001), Goularti Filho (2004), Bossle (1981).

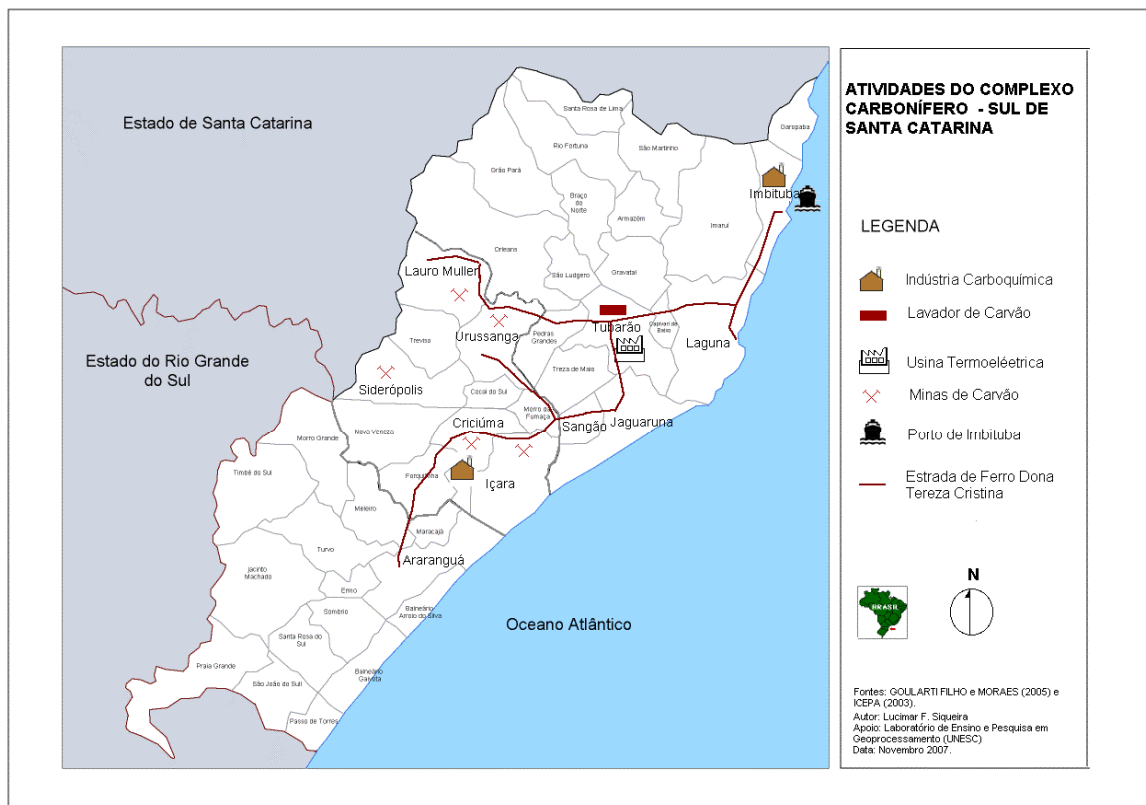


Figura 1: Mapa do Sul do Estado de Santa Catarina indicando localização das atividades do complexo carbonífero

A relação conflituosa entre capital e trabalho, inerente ao capitalismo, gerou um movimento sindical combativo, principalmente em Criciúma, cidade considerada, durante muitos anos, a “Capital Brasileira do Carvão”. Entre os diversos trabalhadores que vendiam sua força de trabalho às empresas do complexo carbonífero, foram os mineiros que mais se destacaram. A exploração de sua força, aliada as más condições de vida e de trabalho, deu vazão a um movimento sindical que, embora combativo, não deixou de ser assistencialista. A questão é que o controle dos donos das minas de carvão sobre o movimento sindical gerou um modelo diferenciado de ação dos operários, que defendiam relações harmoniosas entre patrões e empregados.

Nesse sentido, como consequência do crescimento do complexo carbonífero, houve a geração de muitos empregos, exigindo das empresas a criação de inúmeras vilas operárias, a fim de atrair, fixar, mas também manter sob controle a mão-de-obra operária. Eram trabalhadores chegando constantemente com suas famílias, num curto espaço de tempo, levando a construção das vilas a empreender um ritmo comparável ao de uma linha de produção. A qualidade das casas variava, dependendo da empresa (particular ou estatal) à qual

a vila operária pertencesse, embora predominassem as condições precárias e até subumanas de moradia.

No conjunto das vilas operárias, figuravam aquelas que foram alvo das pedagogias missionárias das congregações religiosas femininas, e é sobre essas vilas que se apresenta uma breve descrição, de modo a possibilitar a compreensão da ação assistencial e evangelizadora desenvolvida pelas religiosas, foco da segunda parte deste trabalho.

Os graves problemas sociais decorrentes da inexistência de condições dignas de trabalho e moradia, comprometendo o nível de produtividade e crescimento do setor carbonífero, suscitaram a proliferação de discursos e ações que afirmavam o intuito de amenizá-los. Posicionaram-se a respeito o Estado, empresários, parlamentares, médicos, elite local e a Igreja. Tais discursos são examinados no final desta parte do trabalho, por ser indissociável das razões que determinaram a instalação de cinco congregações religiosas femininas em vilas operárias de seis dos municípios nos quais as atividades do complexo carbonífero foram desenvolvidas.

As principais fontes para a produção deste item da tese foram: dissertações e teses, obras de memorialistas locais, relatórios de governo e documentos orais, especialmente lembranças de algumas religiosas que atuaram nessas vilas, como também reminiscências de antigos moradores, além de alguns documentos escritos e iconográficos.

2.1 COMPLEXO CARBONÍFERO: BREVE INCURSÃO

As vilas operárias nas quais as congregações religiosas femininas pesquisadas estavam inscritas e circunscritas, entre os anos 1953 e 1982, faziam parte do complexo carbonífero catarinense. Este, por sua vez, era constituído por companhias carboníferas, ferrovia, lavador de carvão, termoelétrica, carboquímica e porto. As vilas operárias onde as religiosas atuaram eram ligadas a determinadas empresas mineradoras e ao lavador de carvão. Nelas, as pedagogias missionárias foram colocadas em prática pelas freiras por meio de trabalhos sociais, educativos e religiosos.

As vilas operárias se constituíram em meio a uma forte expansão das atividades carboníferas da região sul de Santa Catarina. A partir de 1917, inúmeros empreendimentos foram organizados com o intuito de explorar as áreas nas quais já haviam sido identificados afloramentos de carvão mineral.

Segundo Goularti Filho (2002, p. 88), entre 1917 e 1922 cinco companhias carboníferas foram instaladas na região: CBCA - Companhia Brasileira Carbonífera Araranguá, CCU - Companhia Carbonífera Urussanga S.A., Companhia Carbonífera Próspera S.A., Companhia Ítalo-Brasileira Ltda e a CNMCBB - Companhia Nacional de Mineração de Carvão Barro Branco. Destas, apenas a Cia. Próspera e a Ítalo-Brasileira tinham sede em Criciúma, as demais no Rio de Janeiro. Na década de 1930, mais quatro companhias foram instaladas na cidade de Criciúma, nos anos de 1940 mais trinta e nos anos de 1950 mais oito.

De 1945 a 1950 surgiram na região em torno de 40 pequenas mineradoras, mas boa parte delas foi absorvida por mineradoras de maior porte, como a CBCA, a Cia. Carbonífera Próspera S.A. e a CNMCBB. Com o processo de centralização, resultante do processo de mecanização e inovação nas etapas de exploração e escolha, além da melhoria nas condições de transporte externo de carvão, em 1970 restaram apenas 12 companhias carboníferas. Atualmente, existem 10 companhias em funcionamento na região⁶, todas pertencentes a empresários locais. Mesmo com a maioria das sedes instaladas em Criciúma, as carboníferas têm suas minas espalhadas nas cidades vizinhas como Lauro Müller, Siderópolis, Içara e Urussanga.

Carola (2002, p. 15-23) identifica cinco fases que caracterizam o processo de instalação e crescimento do setor carbonífero na região. A primeira, de 1880 a 1930, foi decorrente da Primeira Guerra Mundial; a segunda, entre os anos de 1930 e 1953, deu-se em função da aprovação de inúmeras legislações que protegiam o carvão nacional, resultantes da política econômica nacionalista do Governo Vargas, em que o carvão passou a ocupar um lugar estratégico como fonte de energia durante a Segunda Guerra Mundial. Como consequência dessa política houve a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, que marcou a intervenção estatal na produção, venda, distribuição e consumo do carvão da região. A terceira fase, que vai de 1953 a 1973, começa com a aprovação do Plano do Carvão Nacional por Getúlio Vargas que, entre outras finalidades, previa a ampliação da produção e criava a Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional – CEPCAN, responsável, entre outras coisas, pelo controle, produção e distribuição de carvão no país. A quarta fase, entre os anos de 1973 a 1985, foi desencadeada pelas duas crises mundiais do petróleo, a de 1973 e a de 1979, que resultaram no estímulo à produção do carvão, por parte do governo militar, acentuando-se o processo de mecanização das minas.

⁶ Carbonífera Criciúma S/A, Carbonífera Metropolitana S/A, Cooperminas - Cooperativa de Extração de Carvão Mineral dos Trabalhadores de Criciúma Ltda, Carbonífera Catarinense, Indústria Carbonífera RioDeserto, Carbonífera Siderópolis Ltda, Gabriella Mineração Ltda, Comin & Cia Ltda, Carbonífera Belluno Ltda. (Carboníferas associadas ao Sindicato da Indústria da Extração de Carvão em Santa Catarina).

Nesse processo, o governo tornou-se o único comprador de toda produção nacional de carvão, oferecendo estímulos e subsídios ao setor. Essa fase se encerra em 1985, momento em que o maior índice de produção é alcançado; a última fase constitui-se o início do desmonte parcial do complexo carbonífero, provocada pela redução de subsídios governamentais e abertura para a compra do carvão importado. Essa fase é seguida de alguns sinais de recuperação do setor na segunda metade dos anos de 1990.

No início dos anos de 1940, o Governo Federal constituiu a CSN⁷ e para seu funcionamento, além da abertura de minas de ferro em Conselheiro Lafaiete (MG), já era previsto o uso da fração metalúrgica do carvão catarinense. Por conta disso, a estatal investiu na melhor estruturação do sistema de produção e beneficiamento do mineral. Foi criado o Setor de Santa Catarina – SSC, composto pelas minas de carvão situadas em Siderópolis, exploradas a partir de 1943; além da Usina de Beneficiamento de Carvão, mais conhecida como Lavador de Carvão de Capivari, para separar o carvão metalúrgico, vapor (ou energético) do rejeito⁸, e de uma pequena Usina Termoelétrica, movida a carvão, criada para abastecer suas unidades, ambas localizadas no município de Tubarão, inauguradas em 1946.

As toneladas de carvão extraídas das minas da região eram transportadas até o lavador de carvão, por via férrea, para serem beneficiadas e depois levadas até os portos de Laguna e Imbituba, e só depois eram destinadas a siderúrgicas estatais no sudeste do país. O transporte era feito pela Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina passando pelas minas seguindo até os portos de Laguna e Imbituba. (GOULARTI FILHO; MORAES, 2005, p. 3 e ZUMBLICK, 1987, p. 7)

Para o melhor aproveitamento do carvão nacional e suprimento da falta constante de energia elétrica que havia no Brasil, por extensão em Santa Catarina, foi criada em 1957 a Sociedade Termoelétrica de Capivari S.A. - SOTELCA, que construiu, entre os anos de 1961 e 1965, a Usina Termoelétrica Jorge Lacerda. Atualmente, ela consome somente o carvão catarinense e a energia nela produzida é lançada no sistema nacional de transmissão de

⁷ Um dos objetivos do governo Vargas, já anunciado em 1930, foi a criação de uma grande indústria siderúrgica nacional. Em 1940 foi criada a Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional, que estabeleceu metas de produção e financiamento, decidiu pela construção da usina na cidade de Volta Redonda, no Rio de Janeiro. A CSN foi criada em 1941 e inaugurada oficialmente em 1946. (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Criação da Companhia Siderúrgica Nacional**. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/>>. Acesso em: 18 jan. 2006).

⁸ O carvão a vapor (energético) desde o início das atividades carboníferas era utilizado no transporte ferroviário e na navegação marítima e fluvial. O carvão metalúrgico passou a ser utilizado entre 1946 e 1990, quando da obrigatoriedade do uso do carvão metalúrgico nacional e do rejeito passou a ser extraído o enxofre durante a operação da Indústria Carboquímica Catarinense - ICC, entre 1979 e 1992. Atualmente, toda produção de carvão é destinada à Usina Termoelétrica Jorge Lacerda.

energia, chegando até o Estado de São Paulo (GOULARTI FILHO; MORAES, 2004, p. 318-346).

Durante todo período em que as atividades carboníferas representaram o motor da economia da região, a cidade de Criciúma ocupou um lugar de destaque, por ser a cidade na qual estava instalado o maior número de sedes das empresas e ter em seu subsolo a exploração de várias minas. Em 1946, Santa Catarina assumiu a liderança na produção do carvão nacional e Criciúma começou a ser conhecida nacionalmente como a *Capital Brasileira do Carvão*. (CAROLA, 2002, p.18)

Em linhas gerais, o complexo carbonífero foi aqui esboçado com a finalidade de situar o território no qual as vilas operárias foram sendo constituídas, tornando-se mais tarde um “solo fértil” para as pedagogias missionárias de congregações religiosas femininas, por quase três décadas. Atualmente, apenas uma pequena parcela das unidades do complexo carbonífero continua em funcionamento e boa parte de sua estrutura passa por um profundo processo de sucateamento.

2.2 MOVIMENTO SINDICAL MINEIRO: ADESÕES E RESISTÊNCIAS

Dentre os trabalhadores das atividades do complexo carbonífero, foram os mineiros, trabalhadores das minas de carvão, que se sobressaíram em termos de um movimento sindical combativo, servindo de referência para as demais categorias. Essa marca foi sendo construída historicamente, na medida em que os enfrentamentos foram acontecendo entre mineiros e mineradores, principalmente na cidade de Criciúma.

Inúmeras greves aconteceram e a história desse movimento ou sua análise crítica já foi realizada por outros pesquisadores⁹. Assim, interessa aqui um recorte com pequenas notas sobre as greves ocorridas durante as décadas de 1950 até o final dos anos de 1970 e as mudanças que foram ocorrendo na linha de atuação, principalmente do Sindicato dos Mineiros de Criciúma, no intuito de situar o contexto conflituoso em que as pedagogias missionárias foram instauradas junto às vilas operárias.

Na região carbonífera os movimentos grevistas e reivindicatórios já despontavam

⁹ Ver Teixeira (1996) e Rodrigues (1990).

desde os anos de 1920, mesmo com a inexistência de sindicatos¹⁰ organizados. Reposição salarial e melhores condições de trabalho eram as bandeiras que moviam as “agitações”. “As péssimas condições de trabalho e os baixos salários catalisavam uma solidariedade operária mineira que fez das cidades do carvão a região onde mais afluíam greves combativas no sul do país” (GOULARTI FILHO; LIVRAMENTO, 2004, p. 75).

A instalação do Sindicato dos Mineiros de Criciúma, reconhecido após a criação da Associação Profissional dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Carvão de Criciúma, em assembleia geral realizada no dia 30 de maio de 1945, não contribuiu para uma atuação mais combativa por parte dos trabalhadores. Em âmbito nacional isso não era diferente, uma vez que boa parte das associações e sindicatos era criada pelo Ministério do Trabalho. Tal atrelamento não era visto com bons olhos pela categoria. De acordo com Volpato (1984, p. 113), desde a criação do Sindicato dos Mineiros de Criciúma até 1957 a entidade teve uma atuação típica de um sindicato atrelado ao aparelho estatal.

A primeira greve dos anos 50 do século XX aconteceu entre os dias 27 e 29 de novembro de 1951, quando os operários da Cia. Próspera e Boa Vista pararam para reivindicar melhores condições de trabalho, assistência social e aumento salarial.

Salários atrasados motivaram os mineiros de Urussanga, da mina Caeté, a paralisar as atividades no final de janeiro de 1952. No final do mesmo ano, à revelia do Sindicato dos Mineiros de Criciúma, ocorreu uma greve geral com a participação dos operários de várias carboníferas, que reivindicavam aumento salarial (GOULARTI FILHO; LIVRAMENTO, 2004, p. 78).

Por ocasião da greve, os mineiros foram violentamente espancados e acusados de “comunistas e apontados como fomentadores de desordem”, mesmo tendo os grevistas “se mantido em atitude elogiavelmente pacífica, sem cometer o menor desatino e na mais completa passividade diante das deploráveis violências e dos injustificados espancamentos de que foram vítimas por parte da força policial vinda da capital do Estado” (BOA NOVA JR., 1953, p. 100).

Os mineradores contavam com um forte apoio das autoridades locais e estaduais no combate às lideranças sindicais mineiras. Ser grevista era sinônimo de comunista. O

¹⁰ A criação da Associação Profissional dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Carvão de Cresciúma ocorreu em 27 de fevereiro de 1944. Os sindicatos de Lauro Müller, Tubarão/Capivari, Urussanga, Siderópolis foram fundados em 1951, 1953, 1957 e 1959, respectivamente. O segundo sindicato dos mineiros de Criciúma, Sindicato dos Mineiros do Rio Maina, foi fundado em 1961. (GOULARTI FILHO; LIVRAMENTO, 2004, p. 77).

evento de 1952 foi motivo de várias manifestações em função da atitude violenta tomada pelo poder policial.

No ano seguinte, houve outra greve em Criciúma, mais uma vez à revelia do sindicato, sendo que nenhum registro nas atas da entidade foi encontrado. Já em março de 1957, o sindicato deflagrou uma greve, reivindicando aumento salarial de 40% (GOULARTI FILHO; LIVRAMENTO, 2004, p. 80-81).

O ano de 1958 foi marcado por duas greves de mineiros. Em abril, foi registrado pela primeira vez um movimento de paralisação em Lauro Müller, tendo como principal reivindicação o aumento salarial. Esta greve teve apoio dos Sindicatos de Criciúma e de Urussanga. Em setembro, eclodiu outro movimento grevista organizado pelos operários, desta vez da CBCA, em Criciúma. Entre os dias 2 e 20 de maio de 1959, mais uma paralisação é desencadeada. “O Sindicato aconselhava os operários novos a ficarem em casa para não serem perseguidos como na última greve” (GOULARTI FILHO; LIVRAMENTO, 2004, p. 81).

Entre os sacerdotes que atuaram na região, nos anos de 1940, 50 e 60, o padre Agenor¹¹ foi o mais duro deles em relação aos comunistas e, conseqüentemente, em relação aos sindicalistas mais combativos. Em função da sua fluidez na oratória, acompanhada de uma grande capacidade de convencimento, ele era convidado por outros padres para fazer sermões na região, nos momentos de maior conflito entre operários e patrões.

Às vésperas da eleição da nova diretoria do Sindicato dos Mineiros, no ano de 1959, na qual Antônio José Parente tentava sua reeleição, Pe. Agenor foi convidado pelo Pe. Bernardo para participar de uma missa na cidade de Içara, que seria transmitida pela Rádio Eldorado, de Criciúma. Na ocasião, os mineiros que apoiavam a chapa de Parente decidiram participar da missa e, caso o padre entrasse no assunto das eleições, os mineiros e suas famílias se retirariam da Igreja. No discurso do sacerdote, a Chapa 1 foi comparada a um escorpião, que agiria de forma traiçoeira em relação à categoria, caso fosse vitoriosa. Em reação a esta atitude, os mineiros protestaram silenciosamente, retirando-se da Igreja antes que a missa fosse concluída. E o padre assim se manifestou: “O povo que está saindo da igreja, não concordou com as minhas palavras, pode sair. Desde já estão perdoados. Saiam e vão para as suas casas”. Mas os mineiros não se dirigiram para suas casas. Permaneceram em frente à igreja. Horas após o término da missa, o padre saiu temeroso e seu carro foi cercado

¹¹ Pe. Agenor Neves Marques. Entrevista concedida ao Grupo de Pesquisa Memória e Cultura do Carvão, 200_, na cidade de Urussanga.

pelos manifestantes que gritavam em coro: - Parente! Parente! Parente! O padre reagiu dizendo: - Parente do diabo! (COIMBRA, 1996, p. 59).

Na tentativa incessante de “harmonizar” as relações entre mineiros e mineradores, Pe. Agenor se manifestava constantemente. Num de seus livros ele, anos depois, faz o seguinte registro: “Quanto aos operários do carvão, em que pesem sobre eles as dissensões e as greves, umas justas e outras insufladas, resolveram-nas como cristãos, sofrendo as agruras do ofício, mas agradecendo sempre o pão de sua mesa, embora ganho no suor de seu rosto enegrecido de pó” (MARQUES, 19--., p. 160).

Em janeiro de 1960, ocorre uma grande greve semelhante à ocorrida em 1952, com duração de 25 dias. Apenas os trabalhadores de Lauro Müller e Urussanga não paralisaram, sendo acusados pelos demais trabalhadores de traidores. O motivo foi o não pagamento da taxa de insalubridade pelas mineradoras. Devido à grande mobilização dos mineiros, acusados pela imprensa local de “arruaceiros” e “mentores de assaltos”, foram enviadas as tropas da Companhia do 14º Batalhão de Caçadores de Florianópolis (GOULARTI FILHO; LIVRAMENTO, 2004, p. 82-83).

Segundo Jorge Feliciano, uma das lideranças do movimento na época:

A greve que ocorreu em 1960 foi a mais ferrenha da história sindical de Criciúma. Houve muita repressão. A greve nasceu na Carbonífera Metropolitana e se estendeu a todas as mineradoras. Para reprimir veio o exército na rua, com cacetetes, bombas de gás lacrimogênio, etc. Na Próspera, tiveram que fazer piquetes cercando os caminhões do Diomício Freitas, que levavam mineiros à mina de Urussanga. Os piquetes eram formados por mulheres dos mineiros, que se deitavam no meio da estrada; havia mulheres grávidas deitadas no meio da rua, para impedir a passagem dos caminhões que levavam os trabalhadores¹².

As greves que eclodiram na região no final dos anos de 1950 estavam inseridas num contexto mais abrangente, uma vez que o país vivenciava um intenso clima de instabilidade social. Na cidade de São Paulo, em outubro de 1957, ocorreu a chamada “Grande Greve”, envolvendo quatrocentos mil trabalhadores de seis categorias distintas. Neste mesmo período, o Partido Comunista, apesar da clandestinidade, se manifestava com relativa liberdade. Em 1958, Prestes emergiu da clandestinidade para participar de um ato de solidariedade ao presidente Juscelino Kubitschek, que rompera com o Fundo Monetário Internacional (COIMBRA, 1996, p. 41).

Em março de 1961 e janeiro de 1962 houve duas paralisações envolvendo os mineiros da CNMCBB. A primeira foi organizada por operários da mina de carvão da Vila

Operária de Guatá e a segunda contou com a participação dos operários das demais minas da empresa em Lauro Müller. Na paralisação de 1962, que durou seis dias, além da reivindicação de aumento salarial os operários denunciaram algumas irregularidades em relação às condições de trabalho. “Os mineiros da Barro Branco recebiam salários inferiores aos que eram pagos aos membros da categoria em toda região”. Mais uma vez a Igreja se faz presente. As negociações tiveram a presença, inclusive, de D. Anselmo Pietrula, bispo da Diocese de Tubarão. Sobre esta greve não há menção alguma nas atas do Sindicato dos Mineiros de Lauro Müller (GOULARTI FILHO; LIVRAMENTO, 2004, p. 83-84).

Em 1961, nas eleições para a nova diretoria do Sindicato dos Mineiros de Criciúma, ganhou a chapa encabeçada por Manoel Ribeiro e Jorge Feliciano, apoiados pela maioria dos mineiros.

Os mineradores, descontentes com mais esta vitória, empreenderam um movimento no sentido de criar uma outra associação de mineiros em Criciúma, que mais tarde foi transformada em sindicato¹³, mesmo sem existir uma base legal para tal medida. A primeira reunião para fundação desta entidade, que abarcava os operários das carboníferas do Distrito do Rio Maina – São Marcos, Metropolitana, Catarinense e União, foi realizada no dia 7 de novembro de 1961, no Salão Paroquial. Nos discursos proferidos pela mesa, na qual fazia parte o Pe. Humberto Oening, vigário da paróquia do Rio Maina, foram apontadas questões que fundamentaram tal atitude, ou seja, buscar assistência aos associados para que tivessem mais conforto em suas casas, sem jogar os operários contra os patrões, mas promovendo a união do operário com o patrão, ou melhor, “sem agitação e sim pela harmonia e paz”. Uma outra finalidade era o combate aos operários e lideranças comunistas. Na ocasião, o mineiro Zelindro Serafim fez uso da palavra e sobre este fato Jorge Feliciano assim se manifesta:

Emocionou a todos os presentes com o seu eloqüente e emocionante discurso, dizendo da sua satisfação, em ver realidade um de seus sonhos, vendo os seus colegas de serviço livres da garra do comunismo, porque criada e fundada a Associação, esses operários deixariam de pertencer a um sindicato, Sindicato dos Mineiros de Criciúma, que ora é dirigido por elementos comunistas e agitadores, que sempre procuraram jogar os operários contra os patrões¹⁴.

A presença do vigário, mesmo sem ter se pronunciado, e o próprio local onde

¹² Excerto do depoimento de Jorge Feliciano contido no livro *A pirita humana*, de Terezinha Gascho Volpato (1984, p. 117).

¹³ Segundo Volpato (1984, p. 123) “a associação obteve deferimento do processo, requerendo a carta sindical em fevereiro de 1962, passando a chamar-se: SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE CARVÃO DO RIO MAINA”.

¹⁴ Excerto da Ata da reunião do Sindicato dos Mineiros do Rio Maina (07/11/1961).

aconteceu a primeira reunião para formar a associação, mostra a relação estreita entre a Igreja e os mineradores. O depoimento de Jorge Feliciano, líder eleito em 1961 pelo Sindicato dos Mineiros de Criciúma, confirma esse procedimento.

O nosso pessoal se reunia nas bocas das minas, nos bairros, e tirava a chapa de autêntico. O pessoal que formava a chapa de pelego, na época, era a Igreja. O pessoal ligado à Igreja. A Igreja, com uma posição muito ruim. Todo o movimento que nós fizemos em Criciúma, contamos com a briga da Igreja contra nós. Então eles tinham um tal de Círculo Operário, que era a formação de líderes deles. E esse círculo operário era inclusive financiado pelos patrões. E de lá surgia a chapa de pelego. Então os padres iam pra rua fazer discurso contra a chapa de autênticos¹⁵.

Os operários das minas de Criciúma pararam suas atividades em janeiro de 1963, por não terem recebido o aumento salarial reivindicado. O Sindicato dos Mineiros do Rio Maina não participou da greve e na avaliação do Sindicato dos Mineiros de Criciúma este só paralisaria as minas de sua área de abrangência sob ações violentas. A greve acabou com a garantia de 5% de aumento salarial e de que ninguém seria demitido. Apenas a Carbonífera Próspera S.A. reajustou os salários, as demais se negaram a isso. (GOULARTI FILHO; LIVRAMENTO, 2004, p. 84-85).

Em dezembro do mesmo ano, realizaram-se novas eleições para a diretoria do Sindicato dos Mineiros de Criciúma, e Jorge Feliciano assumiu a presidência com grande volume de votos, distanciando-se substancialmente das outras duas chapas concorrentes. Mas o golpe militar de 1964 restringiu a permanência da nova diretoria por apenas cinco meses. As principais lideranças foram presas e o sindicato foi dirigido por uma Junta Interventora até 1966 (VOLPATO, 1984, p. 121).

Uma nova eleição para a direção do sindicato de Criciúma só foi possível em setembro de 1966, quando a Delegacia Regional do Trabalho concedeu a autorização. A chapa vencedora foi encabeçada por Walter Henrich Willy Horn, que foi reeleito por mais dois mandatos (1966-1971). No último mandato, iniciado em 1971, seu nome e de outro membro da chapa foram impugnados, assumindo, depois de quatro meses, novamente uma Junta Interventora, que permaneceu até 1976, quando houve eleições, permanecendo os membros da junta por terem vencido as eleições, até novembro de 1979. No total, foram oito anos de permanência dos membros da Junta Interventora à frente do sindicato. Esta Junta Interventora era encabeçada por Aristides Felisbino (VOLPATO, 1984, p. 126).

¹⁵ Excerto do depoimento de Jorge Feliciano contido no livro *A pirita humana*, de Terezinha Gascho Volpato (1984, p. 120).

Na região carbonífera, a última greve da década de 1960 ocorreu em maio de 1968, quando os operários das minas de Urussanga paralisaram suas atividades com a reivindicação de 21% de reajuste salarial, concedido pelo Tribunal Regional do Trabalho (GOULARTI FILHO; LIVRAMENTO, 2004, p. 85).

Depois de todo um longo período de intervenção e repressão política ao movimento sindical em todo Brasil, e, conseqüentemente, ao movimento sindical mineiro, os trabalhadores voltam a se manifestar em defesa de reposições salariais e melhores condições de trabalho a partir de 1978, quando ocorre uma greve em toda região carbonífera com desfecho vitorioso.

A retomada das mobilizações a favor dos interesses da classe trabalhadora mineira foi de âmbito nacional. Os trabalhadores organizados em sindicatos combativos voltaram a se manifestar politicamente em decorrência da abertura política, sob novas formas de articulação e mobilização.

Vale ressaltar que os operários mineiros de Lauro Müller eram os mais vigiados. O controle dos trabalhadores pela empresa era muito forte e também o sindicato não se manifestava incisivamente na tentativa de melhorar os salários, as condições de trabalho e as condições de vida de seus associados. O fato de a CNMCBB monopolizar a exploração de carvão na cidade durante quase um século, e seus proprietários terem ligações com partidos vinculados às oligarquias catarinenses, dificultou demasiadamente a mobilização dos trabalhadores.

Várias estratégias foram colocadas em ação com o objetivo de manter os trabalhadores e o movimento sindical sob controle, mas não só, pois a cidade como um todo era alvo desse domínio. Álvaro Catão, um dos donos da empresa, era ligado à antiga União Democrática Nacional - UDN. O senhor Neri, morador de Guatá e aposentado pela CNMCBB, mesmo tendo seus pais ligados à UDN, nunca concordou com este domínio partidário sobre o lugar e a cidade de Lauro Müller. Lembra, inclusive, que as pessoas que não eram do mesmo partido enfrentavam muitas dificuldades em conseguir um emprego na empresa ou algum benefício no Instituto Nacional de Previdência Social. Em suas palavras, “tudo quanto é órgão que existiu aqui em Lauro Müller, eles controlavam. [...]. Então eu digo assim: é um partido excomungado, o que ele fez aqui eu jamais vou esquecer, de uma história dessas e das injustiças que eu vi na mina”¹⁶.

Adequar-se a Ditadura Militar em 1964 e servir de apoio na implementação de

¹⁶ Manoel Neri Medeiros. Entrevista concedida a Giani Rabelo, em 18/05/2006, em Guatá – Lauro Müller/SC.

atos repressivos não foi problema para os dirigentes da empresa. “Com o golpe de 1964, a mando de Dieter Dhilmann, que era diretor e uma espécie de coronel da Barro Branco, o Sindicato de Lauro Müller foi invadido, e a sua diretoria, dissolvida” (GOULARTI FILHO; LIVRAMENTO, 2004, p. 88).

Muitas vezes, o Sindicato dos Mineiros de Criciúma, na sua fase mais combativa, se dirigia à cidade de Lauro Müller, durante as greves, para tentar paralisar as atividades da carbonífera, uma vez que as lideranças sindicais locais evitavam as greves. O senhor Neri tem lembrança de um desses episódios.

Aqui se não quisesse parar por um motivo ou outro a turma de Criciúma vinha tudo, vinha aquele Aldo Detrichi, o Acácio Vilain, aquela turma forte [...]. Eles vinham e quando vinham ficavam até parar. Sabe como é a minerada aqui, se cagavam tudo, porque respeitavam aqueles bichos lá, porque aqueles bichos lá botavam pra quebrar mesmo. [...]. Teve época de virem para onde é essa COHAB [Companhia de Habitação] aqui em cima, isso ali era um eucalipto. Uma vez me lembro que eles ficaram ali uns 10 dias, acampados. Eles pegaram os caminhões e encostaram ali e dali faziam os piquetes deles, os ranchos e iam pra mineração parar tudo¹⁷.

Mesmo com toda repressão, as péssimas condições de trabalho, de vida e os maus tratos recebidos pelos trabalhadores eram com frequência objeto de denúncias.

Estas foram as mobilizações grevistas dos trabalhadores ligados às atividades carboníferas ocorridas entre o início dos anos de 1950 e final dos anos de 1960. Por meio desse breve histórico, fica evidente que Criciúma e a região de seu entorno eram um foco permanente de contestação, gerando sérios confrontos entre trabalhadores e mineradores. Muitas vezes, os conflitos eram coibidos pela ação da polícia.

Se de um lado a repressão política da CNMCBB de Lauro Müller e a cooptação das lideranças operárias pelas carboníferas do Distrito do Rio Maina inibiram as mobilizações reivindicatórias dos operários mineiros, de outro, mineiros localizados na mesma região e temporalidade vivenciaram um outro tipo de imobilismo sindical, aquele provocado por ações não mais repressivas, e sim extremamente paternalistas. A estrutura social instituída pela CSN em Siderópolis e Capivari produziu uma relação de dependência muito grande, exacerbada. Alguns trabalhadores chegaram ao ponto de considerarem a CSN uma “mãe”. Neste caso, quem se atrevia a voltar-se contra a “mãe CSN”? A condição de vida dos seus operários era invejada pelos demais trabalhadores da região. Canosa nos ajuda a compreender esta lógica

¹⁷ Manoel Neri Medeiros. Entrevista citada.

capitalista quando analisa este atrelamento do movimento sindical dos operários da CSN em Volta Redonda, afirmando que:

Ao preservar o poder aquisitivo dos seus operários, o patronato evitava que esse item da reprodução operária pesasse demasiadamente no salário. Por outro lado, a medida constituía uma forma de fazer passar uma reivindicação operária como concessão patronal. Era uma medida de caráter político, visto que reforçava a idéia implícita de que o patrão era um "pai provedor". De qualquer maneira não deixava de caracterizar uma capitulação do patrão frente aos operários. (CANOSA, 2006, p. 5).

Em meio a essas duas situações opostas estava a Carbonífera Próspera S.A., uma empresa que surge da iniciativa privada e, anos depois, se torna uma subsidiária da CSN. A capacidade de mobilização de seus operários, oportunizada pela condição em que se encontravam, somada a um sindicalismo combativo, levou seus trabalhadores a desencadear movimentos de resistência que marcaram a história sindical da região sul do Estado de Santa Catarina.

Como já foi mencionado, o aparecimento e o crescimento das atividades carboníferas foram acompanhados por um aumento expressivo da população da região, exigindo que os mineradores instalassem várias vilas operárias a partir do início do século XX.

2.3 VILAS OPERÁRIAS DO COMPLEXO CARBONÍFERO: CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO

A instalação de empreendimentos que passaram a constituir o complexo carbonífero da região sul expandiu-se rapidamente e, ao mesmo tempo, a oferta de emprego aumentou vertiginosamente. “Atraídas pela oferta de emprego e remuneração regular além de um teto para morar, as famílias empobrecidas da região sul de Santa Catarina vislumbraram, na região carbonífera, possibilidades concretas de dias melhores” (CAROLA, 2002, p. 99).

Famílias migraram de cidades vizinhas em grande número, juntando-se aos colonos (descendentes de imigrantes europeus) já estabelecidos na região, dedicando-se principalmente à agricultura. Tal contingente populacional compunha-se, em grande medida, de famílias que sobreviviam da pesca e da agricultura e que vinham para a região em busca de melhores condições de vida, diante das possibilidades de um emprego fixo e uma renda mensal para o sustento familiar.

Como afirma Terezinha Gascho Volpato (1984, p. 31),

Em 1917, com o início da exploração do carvão e em 1920, com a expansão da linha da Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina até Criciúma, a extração do minério foi ampliada, e trabalhadores de Imbituba, Laguna, Jaguaruna e Araranguá, de descendência açoriana, se empregaram no setor.

José Silva, ex-funcionário da Carbonífera Próspera, ao registrar suas memórias sobre a experiência que vivenciou aos seis anos de idade, em 1950, quando sua família mudou-se da localidade de Ribeirão Grande - povoado de pescadores situado no município de Laguna - para a cidade de Criciúma, descreve como aconteceu essa decisão na esfera familiar:

Meu pai, por esta época, estava ainda convalescente de uma enfermidade que o impediu de trabalhar na roça por um bom tempo. À convite de um parente seu, o Prudêncio, que já trabalhava na mina em Criciúma, influenciou-se todo para partir para cá. Mas dinheiro para as despesas com a viagem não tinha. Meu tio Manoel Candinha havia perdido dois bezerros de doença e ofereceu-lhe para aproveitar o couro para vender. Foi desta forma que conseguiu os vinténs para pegar o trem e rumar a Criciúma para tentar a sorte. Regressou após alguns dias muito esperançoso e animado. Havia conseguido a vaga na Companhia Próspera e só dependia de moradia, mas tia Chica tinha lhe oferecido hospitalidade enquanto não arranjassemos uma casa da empresa para morar. (SILVA, 199_, p. 1)

Ao comentar o seu próprio relato, José Silva acrescenta:

Ao relatar esta viagem quis repassar aos que nos sucedem as lutas e dificuldades que enfrentavam as famílias que vinham do litoral para trabalhar nas minas de carvão. O império do carvão estava em seu apogeu e apresentava-se às pessoas simples do interior como um novo Eldorado, um chamariz, uma promessa de uma vida mais segura, sem ter que contar com as incertezas da vida de lavrador ou pescador, que pouco apoio recebia por parte dos poderes constituídos. A exemplo de minha família, era grande o número de famílias que diariamente chegavam a Criciúma para enfrentar a vida de mineiro. Ao ponto de chegar-se a considerar uma loteria conseguir uma vaga para trabalhar em uma carbonífera, principalmente na Carbonífera Próspera, uma estatal muito bem conceituada na região. (SILVA, 199_, p. 1)

Goularti Filho (2002, p. 112), ao analisar a procedência da mão-de-obra das carboníferas da região nas décadas de 1930 a 1950, ressalta uma forte presença de pessoas vindas do litoral, das cidades de Laguna, Imaruí, Imbituba e Jaguaruna, correspondendo a 23% do total. Da zona agrícola também pertenciam várias pessoas: dos municípios de Orleans, Criciúma, Urussanga e parte de Tubarão e Araranguá. A tabela que segue apresenta estes dados de forma sistematizada.

Tabela 1: Municípios de origem dos mineiros das carboníferas sul-catarinenses

Município de origem	Década de 1930	Década de 1940	Década de 1950	Total em %
Tubarão	251	76	26	25,71
Orleans	143	41	12	14,28
Urussanga	115	24	10	10,85
Laguna	93	40	8	10,27
Criciúma	65	54	16	9,83
Jaguaruna	68	32	2	7,43
Araranguá	26	39	10	5,46
Imaruí	41	15	3	4,30
São Joaquim	14	2	2	1,31
Imbituba	16			1,17
Outros	77	35	17	9,40
Total	909	358	106	100

Fonte: GOULARTI FILHO, 2002, p. 112.

Criciúma já era considerada a “Capital Brasileira do Carvão” e entre os anos de 1940 a 1950 teve um aumento de 83,2% de sua população, passando de 27.753 para 50.854 habitantes, sendo que entre os maiores municípios catarinenses este foi o segundo em termos de crescimento (GOULARTI FILHO, 2002, p. 112).

O número de trabalhadores ligados às empresas carboníferas, não só em Criciúma, mas na região, chega ao seu auge em meados da década de 1980, ano em que eram mantidos 10.898 empregos. Neste mesmo ano, inicia-se um processo de fechamento de algumas empresas e, conseqüentemente, o número de trabalhadores diminui consideravelmente, chegando a 2.600, em 2000, como mostra a Tabela 2.

Tabela 2: Número de trabalhadores na indústria carbonífera catarinense 1940-1990

Ano	Trabalhadores
1940	3.200
1950	5.500
1960	6.700
1965	6.778
1970	8.676
1975	7.500
1980	9.322
1985	10.536
1990	4.530
1995	3.407
2000	2.600

Fonte: GOULARTI FILHO, 2002, p. 248.

Para poder abarcar o grande contingente populacional constituído pelos operários e suas famílias, as empresas edificaram vilas operárias. Independente de serem privadas ou estatais, as empresas do complexo carbonífero, com o objetivo de atrair e fixar mão-de-obra que se submetesse às condições de trabalho, ofereceram casas para seus trabalhadores, cobrando-lhes mensalmente um valor “simbólico”.

As vilas operárias começaram a ser construídas na região no início do século XX. Em 1928, José Fiusa da Rocha, geólogo contratado pelo Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, ligado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, ao produzir o Boletim de nº 35, denominado Carvão de Pedra no Sul do Estado de Santa Catarina, identificou três vilas operárias situadas no Distrito de Lauro Müller, na época pertencente ao município de Orleans, no município de Criciúma e em Urussanga, respectivamente.

Em Urussanga, a Companhia Carbonífera de Urussanga – CCU contava com uma vila operária tendo “apenas 59 casas de madeira, modestas, cômodas e higiênicas, isoladas também uma para cada família, de acordo com a índole do nosso povo. A Companhia pretende aumentá-la sempre, acompanhando o desenvolvimento da mina” (ROCHA, 1928, p. 109).

Em Criciúma, a Companhia Brasileira Carbonífera de Araranguá – CBCA mantinha uma vila operária com esta descrição:

Já existem prontas 17 casas, e em construção, cerca de 30. Há 2 tipos: para famílias pequenas e para famílias numerosas. Os arruamentos são de 15 metros. A vila vai ser iluminada à luz elétrica, com postes distanciados de 30 metros, dotados de duas lâmpadas cada um, com intensidade de 32 velas” (ROCHA, 1928, p. 143).

Em Lauro Müller, a Companhia Nacional de Mineração do Carvão de Barro Branco também apresentava uma vila operária com “120 casas de madeira, do mesmo tipo, e gêmeos. Nas imediações da usina, há também um aglomerado de casas mal construídas, de caráter provisório, para habitação do pessoal assalariado, não permanente, do serviço” (ROCHA, 1928, p. 166). A respeito dessa mesma empresa já se tinha notícias que “em 1920, em terras da Companhia Brasileira Carbonífera de Araranguá-CBCA, foi construída uma vila operária, com 80 casas para os trabalhadores dessa empresa” (BELOLLI; QUADROS; GUIDI, 2002, p. 274).

No ano de 1940, quando o geólogo José Fiusa da Rocha, em parceria com Evaristo Pena Scorza, publicou o Boletim de nº 104, intitulado Estratigrafia do Carvão em Santa Catarina, pela Divisão de Geologia e Mineralogia, do Departamento Nacional da

Produção Mineral – DNPM, ligado ao Ministério da Agricultura, foram identificadas cinco vilas operárias e a intenção de se construir mais duas.

Duas vilas localizavam-se no município de Urussanga. Lá, além da Companhia Carbonífera de Urussanga – CCU, outras carboníferas aparecem no cenário dos anos de 1940. São elas: Companhia Minas do Rio Carvão, Sociedade Brasileira Carbonífera Santa Clara Ltda, Sociedade Brasileira Carbonífera Visconde de Taunay Ltda e Sociedade Brasileira Carbonífera Cocal Ltda. Entretanto, as únicas que mantinham vilas operárias eram a CCU, que já o fazia desde os anos de 1920, e a Companhia Minas do Rio Carvão.

A Vila Operária da CCU mantinha-se com as mesmas características dos anos de 1920, com relação ao número de casas e as condições de infra-estrutura. “Por enquanto, estão construídas, apenas, 60 casas de madeira, modestas, cômodas, higiênicas e isoladas, isto é, uma para cada família, de acordo com a índole do nosso povo. A Companhia pretende aumentá-la sempre, acompanhando o desenvolvimento da mina” (ROCHA; SCORZA, 1940, p. 102). Além das casas de moradia, aparecem também aparelhos coletivos, uma vez que os registros apontam que “há a igreja, uma escola, um clube esportivo e um armazém amplo e bem provido” (ROCHA; SCORZA, 1940, p.102).

Quanto à Vila Operária da Companhia Minas do Rio Carvão, situada na localidade de Rio Deserto, contava na época “com 100 casas de madeira, com um só fogão, portanto, para uma só família, e são também mais confortáveis, não só quanto à área de que dispõem, como também quanto à sua construção que é mais cuidada” (ROCHA; SCORZA, 1940, p.109).

Em Lauro Müller, a CNMCBB, ainda a única carbonífera no lugar, mantinha duas vilas operárias e planejava a construção de outra. A que era localizada nas imediações da Mina do Barro Branco Velho recebeu a seguinte descrição de José Fiusa da Rocha e Evaristo Pena Scorza (1940, p. 120-122):

[...] não há uma vila operária, na acepção própria do termo. As casas estão dispersas aqui e ali, compondo um aglomerado de habitações, onde residem os operários com as respectivas famílias. Há, entretanto, mais além, numa localidade que já tomou o nome de ‘Barro Branco’, um conjunto de casas incluindo igrejas e escola, disposto paralelamente aos dois lados da estrada que liga Lauro Müller e Treviso, e que se pode considerar como sendo a verdadeira vila operária com cerca de 60 casas, mais ou menos.

Na mina do Guatá, da mesma empresa, na década de 40 do século XX, a vila operária ainda não havia sido construída. “Há um projeto de construção de 2 vilas operárias distintas, ligadas entre si por uma larga avenida com 100 casas cada uma, de construção

modesta, mas dotadas de todo o conforto, inclusive água encanada, iluminação elétrica e fossas sanitárias” (ROCHA; SCORZA, 1940, p. 124).

No centro de Lauro Müller, nas proximidades do Lavador de Carvão, a mesma vila operária identificada no Boletim nº 35, Carvão de Pedro no Sul do Estado de Santa Catarina, de 1928, é novamente referenciada com suas 120 casas geminadas de madeira, chegando a ser considerada, pelos autores do documento, como “a verdadeira vila operária”. (1940, p. 128). Mas, apesar de ser melhor estruturada, eles registraram uma crítica enfática à infra-estrutura da vila em questão, ao apontarem a existência de um fato que lhes chamou atenção: “esta vila não é iluminada a luz elétrica, o que contrasta com o resto da localidade, onde residências particulares, bar, cinema, hotel, estação da estrada de ferro, etc, apresentam este imprescindível melhoramento” (ROCHA; SCORZA, 1940, p.128).

Na cidade de Criciúma, a CBCA já não era mais a única empresa, como nos anos de 1920. No mesmo boletim citado foi assinalada a existência de mais 13 empresas organizadas, algumas em funcionamento e outras com suas atividades paralisadas temporariamente. Destas, além da CBCA, apenas a Sociedade Carbonífera Próspera S.A. constituiu um vila operária que, naquele momento, compreendia “cerca de 100 casas de madeira, incluindo as casas destinadas aos empregados de maior categoria da administração. São bem feitas, obedecendo a alinhamentos, e pintadas com uma tinta vermelha obtida da própria indústria do carvão” (ROCHA; SCORZA, 1940, p. 142).

Estas primeiras vilas operárias, identificadas na região do complexo carbonífero, a partir da década de 1920, de alguma forma faziam parte de um modelo industrial que foi sendo construído com a expansão do capitalismo, nacional e internacionalmente. Este modelo foi intensificado com o regime de acumulação fordista ocorrido após a Segunda Guerra Mundial nas economias centrais, constituindo a fase áurea do capitalismo, em função do rápido desenvolvimento econômico alcançado (LIPIETZ, 1988, p. 34-36).

No Brasil, as vilas operárias surgiram na paisagem urbana em meio ao processo de industrialização das cidades. Eva Alterman Blay (1985, p.31), ao apresentar os resultados de sua pesquisa a respeito do cotidiano destes núcleos em São Paulo, discorre sobre as primeiras concentrações operárias. De acordo com seu estudo, foi na última década do século XIX que se iniciou a construção destes espaços. A primeira delas foi no Estado da Bahia, pela empresa Empório Industrial do Norte, que em 1892 produzia tecido branco e colorido. Na época, fazia parte do conjunto industrial “uma vila operária com 258 residências, escola, jardim de infância, enfermaria, e outros serviços coletivos, com água, calçamento”. Mas foi em São Paulo, nos anos de 1920 e 1930, que despontou como um dos maiores centros

industriais do país, que se criou um ambiente favorável à constituição do operariado como uma força social importante.

As vilas operárias dos grandes centros industriais do país foram antecedidas ou coexistiram com outros tipos de espaços que abrigavam os operários. Blay, ao se basear na obra de Stanley Stein, intitulada *The brazilian cotton manufacture*, publicada em 1957, afirma que

Interessadas em atrair e reter a força de trabalho, já em 1853 as fábricas Todos os Santos, na Bahia, e Andaraí Pequeno, no Rio de Janeiro, constroem dormitórios para seus trabalhadores não especializados; em 1866 a Fábrica Fernão Velho, em Alagoas, além de dormitórios, constrói pequena enfermaria e um refeitório; em Minas Gerais, a Beriberi alojava 110 mulheres de 10 a 30 anos e a Reigantz, no Rio Grande do Sul, adotava procedimentos semelhantes. Iniciando com o fornecimento de locais para dormir, as indústrias aos poucos passam a fornecer casas. É o que ocorre com a Companhia Petropolitana, no Rio de Janeiro, em 1874. Neste caso os beneficiados são os operários estrangeiros. Aos brasileiros são oferecidas a construção de fornos, fogões, ou apenas colchões, camas e objetos caseiros. (BLAY, 1980, apud BLAY, 1985, p. 31)

O fornecimento de dormitórios ao invés de casas foi algo também comum na Europa da segunda metade do século XVIII, como nos aponta Michael Foucault, ao tratar da utilização da disciplina dos operários para se obter o controle de seus corpos. Para ele,

Ao lado das oficinas espalhadas criam-se também grandes espaços para as indústrias, homogêneos e bem delimitados: as manufaturas reunidas primeiro, depois as fábricas, na segunda metade do século XVIII (as forjas da Chaussade ocupam toda a península de Medina, entre Nièvre e Loire; para instalar a fábrica de Indret em 1777; Wilkinson, à custa de aterros e diques, cria uma ilha no Loire; Toufait constrói Le Creusot no vale de La Charbonnière que ele remodela e instala na própria fábrica alojamentos operários; é uma mudança de escala, é também um novo tipo de controle. (FOUCAULT, 1996, p.130)

A vila operária, da forma como se apresentou na região, respeitando as especificidades decorrentes do contexto e das condições materiais, do tipo de atividade econômica, da localização e da época de implantação, é um dos desdobramentos da revolução industrial desencadeada, de forma mais contundente, a partir da segunda metade do século XVIII, sendo a Inglaterra o “país clássico desta revolução”, como afirmou Friedrich Engels em sua obra intitulada *A situação da classe trabalhadora em Inglaterra* (1975).

Engels assim referenciou a “ordem urbana-industrial” que vinha se constituindo, ou seja, a formação das vilas operárias:

Um grande empreendimento industrial exige numerosos operários trabalhando juntos num mesmo edifício; eles têm que habitar juntos: para uma fábrica média já constituem uma vila. Têm necessidades para cuja satisfação outras pessoas são necessárias; os artesãos: alfaiates, sapateiros, padeiros, pedreiros e marceneiros afluem. Os habitantes da vila, sobretudo a geração mais jovem, habitam-se ao trabalho na fábrica, familiarizam-se com ele e, logo que a primeira fábrica, como se compreende já não os pode ocupar a todos, o salário baixa e, por conseqüência, vêm-se instalar novas indústrias. De tal modo que a vila se transforma numa pequena cidade e a pequena cidade numa grande cidade. (ENGELS, 1975, p.53)

As vilas do complexo carbonífero não eram constituídas apenas pelas casas dos operários. Foram criadas outras estruturas para a manutenção das famílias. A maioria, em condições precárias, somente um pequeno grupo bem aparelhado, no caso das vilas da CSN, principalmente. Mas, assim como ocorreu na Inglaterra da segunda metade do século XIX, guardadas as devidas proporções, algumas localidades que começaram com a instalação de uma ou mais minas de carvão se transformaram posteriormente em cidades importantes da região.

Muitos estudos apontam a vila operária como

[...] um local criado no passado, onde as pessoas viviam harmoniosamente, onde havia muita ajuda mútua entre os vizinhos e, com freqüência, festas de confraternização geral.[...]. A figura do industrial proprietário nesse conjunto de pressuposições é também imaginada, por vezes, como a de um capitalista destoante das regras do capitalismo, preocupado com o bem-estar dos operários, e conciliador nas relações capital e trabalho. (BLAY, 1985, p. 28)

Entretanto, este não foi o quadro das experiências locais, como não o foi em nível nacional e internacional, uma vez que reunir famílias advindas de diferentes lugares e com diferentes culturas, além das condições materiais bastante adversas, não contribuía para uma realidade “harmoniosa”, ao contrário, as vilas operárias se constituíram permeadas e atravessadas por relações bastante conflituosas.

No conjunto das vilas operárias abarcadas neste estudo, poucas foram as que ofereciam aos seus operários condições dignas de vida. Apenas as vilas da estatal CSN se diferenciavam em termos de qualidade, assim como em São Paulo, a Vila Maria Zélia, construída para os operários das empresas de tecelagem de Jorge Street¹⁸ foi um modelo

¹⁸ Jorge Street foi idealizador da Vila Maria Zélia, sendo um dos pioneiros da indústria brasileira no início do século XX, em São Paulo. “As casas que construiu na Vila Maria Zélia eram alugadas por 20 ou 25 mil-réis (1917), conforme o tamanho, e os dormitórios individuais por mil-réis. Street não aceitava dormitórios coletivos. Chegou a levar peças de Molière no teatro da Vila Maria Zélia e a organizar torneios esportivos, festas, futebol. A escola e a creche empregavam pessoal leigo [...]. Street, ainda segundo seus filhos, procurava um conagraçamento entre operários e sua família, fazendo com que aqueles freqüentassem sua chácara em certas datas, e fossem servidos por suas filhas. Acreditava que seus investimentos retornariam na ‘forma de produção’, porém ‘não houve tempo para constatar tal resultado’. Com o agravamento da situação financeira, Street perde a Vila Maria Zélia para Nicolau Scarpa em 1923”. (BLAY, 1985, p. 226-227).

invejado pelos operários de outras empresas. Pode-se citar, na região, o caso da Vila Mendonça Lima, localizada no entorno do Lavador de Carvão e da Usina Termoelétrica, em Capivari de Baixo, em Tubarão, e da Vila Operária Fiorita, em Siderópolis, construída para os operários das minas de carvão, e também, parte da Vila Operária da Próspera, implementada para os trabalhadores das minas de carvão da Carbonífera Próspera quando esta se torna subsidiária da CSN, a partir de 1953.

Além de seduzir e fixar mão-de-obra, pode-se afirmar que um outro objetivo da vila operária era a redução do custo da reprodução da força de trabalho, mas não só, pois se tratava também de uma operação eficaz, produzida pelos donos das empresas, para disciplinar e controlar os corpos dos operários para o alcance de maior produtividade e lucratividade possível. Portanto, a concessão das casas aos operários se traduzia na tentativa dos donos das empresas de estender o controle operado na esfera da produção para a esfera da reprodução operária. Esse tipo de controle implicou a organização de um conjunto de regras de comportamento imposto ao operariado e as suas famílias, algumas dessas regras foram incorporadas, outras burladas ou até negadas.

A vida do operário, em especial, no cotidiano das vilas operárias, se tornou foco de atenção de proprietários e diretores das empresas do complexo carbonífero, se aproximando do que ocorreu em outras vilas operárias no país. Margareth Rago aponta que os donos das indústrias em São Paulo no início do século XX recorreram a diversas tecnologias de disciplinarização, colocando em prática várias estratégias que incidiam não só no interior do espaço da produção, mas no percurso de volta para casa e sobre as habitações, “procurando controlar até mesmo os momentos mais inesperados da sua vida cotidiana” (RAGO, 1997, p.17).

No complexo carbonífero a vida cotidiana dos operários, os seus costumes, os momentos de lazer, a sua participação política, a relação entre os membros de sua família, não escaparam do monitoramento dos donos e diretores das empresas.

Parafraseando Bresciani (apud RAGO, 1997, p. 17), os trabalhadores provenientes do litoral que se tornaram operários das empresas do complexo carbonífero vão ser vistos, segundo a representação imaginária construída pela elite local, indolentes, preguiçosos, boêmios e grevistas.

No entanto, é importante pensar que as estratégias de controle não instituíram um todo uniforme e homogêneo. Historicamente, como nos lembra Maria Auxiliadora Guzzo Decca (1987, p.49),

Esse domínio sobre o proletariado industrial e urbano se efetivou diferentemente nos locais de trabalho e fora deles, em períodos e locais determinados. Homogeneizar mecanicamente a dominação no “trabalho” e, por decorrência, na “vida”, de certa forma retira a historicidade de um processo que ocorre conflituosamente a partir da emergência do operariado como força social [...].

O cenário das vilas operárias da região foi se modificando com o processo de urbanização e modernização das cidades em que estavam localizadas. Mas, é preciso entender que este processo foi se dando lentamente, e na atualidade estas cidades ainda vivenciam sérios problemas em relação à infra-estrutura dos bairros populares. Para se ter uma idéia, em meados dos anos de 1940 na cidade de Criciúma, onde estava localizado o maior número de mineradoras e o setor carbonífero encontrava-se em larga expansão, a população em geral vivia em condições bastante difíceis. O Dr. Francisco de Paula Boa Nova Jr. e o Dr. Manif Zacharias, ambos médicos, que vieram para Criciúma na década de 1940, explicitam suas impressões quando aqui chegaram para atuar no Departamento Nacional da Produção Mineral – DNPM e na Mineração Geral do Brasil – MINERASIL, respectivamente:

Ao tempo de nossa chegada à Criciúma, em fins de 1944, contristador era o aspecto que a cidade oferecia no tocante às suas condições higiênicas e sanitárias, à mortalidade infantil e ao conforto oferecido aos seus habitantes. Sem rede de abastecimento d’água, sem esgotos, sem serviço de coleta de lixo, sem calçamento e com uma iluminação elétrica precaríssima, fornecida por uma pequena usina pertencente a particulares, agravadas estas deficiências por sêcas prolongadas e pelas dificuldades de aquisição de gêneros de primeira necessidade devido ao despovoamento das zonas agrícolas [...] (BOA NOVA JR, 1953, p. 13).

Era a Criciúma bem provinciana, das poucas ruas pavimentadas a macadame, emburacadas quase todas e empoçadas em dias de chuva. Nas relações vicinais, estradas estreitas, sinuosas e quase impérvias, empoeiradas ou lodacentas [...]. Tudo lhe minguava, a começar pelo saneamento básico. Não possuía água, nem rede de esgotos. Poços e fossas sépticas supriam-lhe as necessidades. Gerava a energia elétrica, de forma deficiente e precária, uma usina que, se não me falha a memória, pertencia a José Gaidzinski e tinha como engenheiro Dr. Charles Pettet seu técnico e administrador. Não raro emperrava o velho locomóvel dessa usina, deixando a cidade às escuras noites a fio, para gáudio de alguns poucos casais de namorados, que ladrões e assaltantes ainda não os havia. (ZACHARIAS, 1999, p. 11-12)

Na região que compreendia o complexo carbonífero, certas vilas ou seus fragmentos resistem até os dias de hoje, algumas quase intactas, outras totalmente destruídas e outras, ainda, bastante alteradas. A imagem que se tem das primeiras vilas operárias do complexo carbonífero delinea-se por uma composição de casas de madeira individuais ou

geminadas, escuras, com poucos cômodos, em média quatro: dois quartos, uma sala e uma cozinha, cada qual com sua privada, sem iluminação elétrica, sem água encanada, sem sistema de esgoto, com janelas de madeira e sem vidraças, portas fechadas por “tramelas” confeccionadas com pequenos tocos de madeira, sem forro, cobertas com telhas de barro, com chaminés para conduzir a fumaça dos fogões a lenha e, por fim, construídas sobre a “pirita” (rejeito de carvão). O desenho se completa com as casas dispostas em traçados lineares, distribuídas lado a lado, sendo mais tarde circundadas com cercas de estanquetas de madeira que separavam uma casa da outra. Além das casas, o armazém, o açougue, o campo de futebol, a igreja existiam outros aparelhos coletivos. Entretanto, há sinais de que outra formatação de vila operária, mais rústica que esta, existiu anteriormente na região.

Ao invés de casas dispostas linearmente, algumas vilas tinham residências distribuídas sem nenhum alinhamento e rodeadas por cercas de arame com porteiras. Cada empresa tinha seu amontoado de casas, em espaços devidamente delimitados. Este modelo foi evocado nas lembranças de D. Francisca¹⁹, antiga moradora de uma vila operária. Em suas recordações de infância, no atual bairro São Simão de Criciúma, as vilas eram compostas por vinte a trinta casas, divididas em pedaços de terra, uma ao lado da outra, cada qual pertencente a uma mina. Certamente esta organização era aquela adotada por pequenas mineradoras, ou melhor, as chamadas empreiteiras que retiravam o carvão e vendiam para as empresas maiores.

Um outro tipo de vila operária dos anos de 1930 era constituído por casas de barro. Em Barreiros, localidade do antigo distrito de Lauro Müller, situada às margens da Serra do Rio do Rastro, os trabalhadores mineiros vindos de diferentes cidades moravam em casas em que as estruturas eram feitas com ripas de palmito entrelaçadas e revestidas com barro, extraído do próprio local pelos moradores que o amassavam com os pés, e cobertas com palha. Tinham quatro cômodos: sala, cozinha e dois quartos e com assoalho de chão batido. Estas casas foram construídas sem nenhum custo para a Companhia Nacional Barro Branco (MIRANDA; ANTUNES, 200_, p. 1). Teresa Librelato faz menção a esse tipo de construção, próxima às minas de Lauro Müller, “As casas dos mineiros eram de estuque de barro. Com o tempo apareceram casas de madeira: escritório, casas dos funcionários, do chefe da oficina. Muito mais tarde é que se construíram casas de madeira nas vilas operárias”²⁰.

¹⁹ Francisca Batista. Entrevista concedida a Tatiane dos Santos Virtuoso (GRUPEHME/SC), em 29/10/2004, em Criciúma.

²⁰ Depoimento retirado do livro *Colonos e Mineiros no Grande Orleans*, de João Leonir Dall’Alba ((1986, p. 357).

Existiam também espécies de dormitórios nas vilas operárias, como na Europa do século XVIII. Eram chamados de pensões, administradas pelas próprias empresas ou particulares. Alguns operários solteiros, ou mesmo casados, ficavam em casas de família até que se estabelecessem. Entretanto, havia as pensões propriamente ditas que ofereciam quarto, alimentação e roupa lavada.

A variedade de estilos de vilas operárias existentes na região não modificou o objetivo central de sua constituição, ou seja, a fixação da mão-de-obra. Todas elas, de alguma forma, trouxeram vantagens para os donos ou diretores das empresas do complexo carbonífero. A predominância do alinhamento das casas propiciava a visibilidade quase que instantânea sobre o núcleo de famílias operárias, facilitando o controle, a vigilância e a observação.

As vilas gradativamente foram sendo atendidas com equipamentos coletivos, como armazéns, açougues, escolas, ambulatórios, jardins de infância, igrejas, clubes recreativos e esportivos e campos de futebol. Dependendo do volume de investimentos das empresas nas questões assistenciais aos familiares dos operários, as vilas poderiam contar, inclusive, com salas de cinema, bibliotecas, parques infantis e outros, além do abastecimento de água encanada e energia elétrica.

As casas mais simples e menores eram dos operários, as maiores ficavam para os encarregados, capatazes e funcionários do setor administrativo e as com melhor infraestrutura ficavam para os engenheiros, médicos e diretores. Aos trabalhadores considerados menos qualificados e com salários mais baixos casas mais simples e aos trabalhadores com um grau de qualificação e salarial maior casas mais bem estruturadas. A divisão social do trabalho, presente no interior das empresas do complexo carbonífero, se reproduzia no âmbito das vilas operárias, nos tipos e na qualidade das habitações, independentemente da empresa ser estatal ou privada. Do mesmo modo, isto ocorreu nas vilas operárias de alto padrão. Na vila operária construída simultaneamente à usina, pela CSN, entre os anos de 1941 a 1945, em Volta Redonda/RJ, “o plano urbanístico, de alto padrão, reproduz na estruturação urbana a hierarquia funcional da usina, criando espaços estratificados por categoria funcional e padrão salarial” (PIQUET, 1998, p. 26).

Diante de tantas similaridades entre as vilas operárias da região, um outro modelo de vila foi previsto na cidade de Criciúma. Houve a tentativa de se construir a Cidade dos Mineiros, no final da década de 1960. Tratava-se de um projeto conjunto do sindicato dos mineradores, sindicato dos mineiros e poder público municipal, com financiamento do governo federal, por meio do programa Fundação Casa Popular. Esta espécie de vila foi

construída numa grande área adquirida pelas empresas carboníferas Metropolitana, Rio Maina, São Marcos, Boa Vista, Catarinense e União.

A estrutura da vila foi concebida pelo arquiteto Fernando Jorge da Cunha Carneiro. “Do projeto constavam amplas avenidas e ruas, jardins de infância e escolas, áreas verdes e praças, áreas para serviço de saúde e – uma sofisticação para a época – local pré-determinado para a construção de supermercados” (NASPOLINI FILHO, 2000, p. 38). Entretanto, antes que houvesse a distribuição das casas aos operários das empresas envolvidas, por meio de estudos socioeconômicos realizados por assistentes sociais, a casas foram sendo ocupadas e o projeto inicial acabou sendo abortado. Hoje, este local é conhecido como Bairro Cidade Mineira – Nova e Velha.

Mesmo configurando “lugar-comum a afirmação de que a estratégia da sociedade capitalista, mesmo sem uma lógica fatalista e predeterminada, consiste na dominação do operário dentro e fora da fábrica”, como nos aponta Maria Auxiliadora Guzzo Decca (1987, p. 49), não podemos cair na armadilha de fazer análises superficiais e homogeneizadoras dessas experiências.

Ainda que as empresas de caráter privado e estatal do complexo carbonífero tenham lançado mão de certos modelos de vila operária, cada vila se construiu de uma forma distinta, produzindo quadros diversos.

Parte destas vilas e outras que foram sendo construídas com o passar dos anos serviram de lócus para as pedagogias missionárias das congregações religiosas femininas desde o início dos anos de 1950.

2.4 ATUAÇÃO DAS CONGREGAÇÕES RELIGIOSAS FEMININAS

Apresentar alguns traços das empresas e suas respectivas vilas operárias, nas quais as congregações religiosas femininas em estudo atuaram, ajuda-nos a compreender melhor a magnitude das pedagogias missionárias desenvolvidas junto às famílias dos operários do complexo carbonífero.

O quadro abaixo mostra a distribuição destas vilas operárias, por empresa, nas cidades do complexo carbonífero catarinense

Quadro 2: Cidades do complexo carbonífero e as vilas operárias com suas respectivas empresas nas quais as congregações religiosas femininas atuaram

CIDADES	VILAS OPERÁRIAS	EMPRESAS DO COMPLEXO CARBONÍFEROa
Criciúma	-Rio Maina -União (Cidade Mineira) -Metropolitana -São Marcos -Boa Vista -Vila Visconde -Mina do Mato -Mina Napoline -Mina do Bainha -Linha Batista -São Simão -Próspera -Operária Nova -Operária Velha - Mina do Toco - Floresta - Laranjinha - Vila Macarini - Pinheirinho	- Cia. Carb. Metropolitana - Cia. Brasileira Carb. de Araranguá –CBCA - Cia. Carb. Catarinense - Carb. Criciúma - Cia. Carb. São Marcos - Cia. Carb. Boa Vista - Cia. Carb. União Ltda - Cia. Carb. Pinheirinho - Cia. Carb. Monte Negro - Sociedade Carb. Brasil - Soc. Carb. Próspera. S.A.
Içara	- Centro de Içara e Mineração de Içara	Carb. Barão do Rio Branco/MINERASIL
Siderópolis	- Fiorita e Vila Rica	Cia. Siderúrgica Nacional – CSN Cia. Carb. Treviso S/A
Lauro Müller	- Centro, Barro Branco, Guatá e Itanema	Cia. Nacional de Mineração do Carvão de Barro Branco – CNMCBB
Urussanga	- Santana	Mineração Geral do Brasil Ltda - MINERASIL
Capivari de Baixo	- Mendonça Lima	Cia. Siderúrgica Nacional – CSN

Fonte: Elaboração própria

Primeiramente serão apresentadas as vilas operárias e duas das mais antigas empresas carboníferas, ambas privadas. Em seguida, o foco se voltará para as três vilas operárias vinculadas à estatal CSN e, por último, as vilas operárias de outras três empresas privadas. Priorizo a descrição das primeiras vilas operárias que contaram com o trabalho de congregações religiosas femininas a partir dos anos de 1950. As demais vilas operárias, que foram alvo desta atuação a partir de 1964, não serão apresentadas, por ser tratar de um número bastante grande, o que demandaria um extenso trabalho de campo. Neste momento são apenas citadas e foram elas: União (Cidade Mineira), Metropolitana, São Marcos, Boa Vista, Vila Visconde, Mina do Mato, Mina Napoline, Mina do Bainha, Linha Batista e São Simão. Elas pertenciam a diferentes empresas carboníferas e contaram com a atuação das Pequenas Irmãs da Divina Providência, através do convênio com a SATC, aspecto que será aprofundado na última parte deste trabalho.

2.4.1 As vilas operárias das carboníferas mais antigas

As duas maiores e mais antigas carboníferas privadas da região tiveram suas trajetórias ligadas ao empresário carioca Henrique Lage no sul catarinense, a saber: a Companhia Nacional de Mineração de Carvão Barro Branco – CNMCBB e a Companhia Brasileira Carbonífera de Araranguá – CBCA. Ambas exploraram minas de carvão na região e também terceirizaram boa parte da atividade extrativa, contratando empresas menores, as chamadas empreiteiras.

A fundação da CBCA é datada de 12/07/1917, sendo a primeira empresa carbonífera criada na região, inicialmente com sede no Rio de Janeiro. As minas de carvão desta empresa situavam-se em Criciúma, que na época era denominada de *Núcleo São José de Cresciúma* pertencente ao município de Araranguá, por isso o nome Companhia Brasileira Carbonífera de Araranguá. A CNMCBB, criada pelo referido grupo econômico, inicia sua história em 30 de setembro de 1922, no então distrito de Lauro Müller²¹, à época pertencente ao município de Orleans.

Com a morte de Henrique Lage, ocorrida em 1941, 52% de sua herança ficou para sua esposa Gabriela Benzanzoni, 16,5% para cada um de seus irmãos e 15% para serem divididos entre seus diretores, entre eles Álvaro Monteiro de Barros Catão (CAMPOS, 2001, p. 63). Com sua morte, meses após o falecimento de Henrique Lage, teve sua parte dos negócios dividida entre sua viúva e seus quatro filhos. Em 1942, no contexto da Segunda Guerra Mundial, Getúlio Vargas encampou todo o patrimônio da Organizações Henrique Lage, inclusive o espólio. Entretanto, em 1946, partes do patrimônio e do espólio foram entregues à família. Neste mesmo ano, um dos filhos, Francisco Bocayuva Catão, comprou parte da herança de Gabriela Benzanzoni e passou a ser o maior acionista do grupo.

As vilas operárias dessas empresas contaram com o trabalho de duas congregações religiosas femininas, a partir da década de 1950. A Vila Operária Velha, atual bairro Santa Bárbara, localizado em Criciúma, pertencente à CBCA, teve a presença das Irmãs Beneditinas da Divina Providência. As vilas operárias de Barro Branco, Guatá, Itanema e além daquela localizada na área central de Lauro Müller, contaram com o trabalho das irmãs do Instituto Coração de Jesus.

²¹ Antes de ser elevado a condição de distrito de Orleans (24/12/1914), a localidade de Lauro Müller era conhecida simplesmente como Minas dos ingleses, comumente chamada de Minas. Esta denominação foi decorrente do início da exploração de carvão pelos ingleses, a partir de 1885. Todavia, em 25 de setembro de 1905, a estação de Minas recebeu o nome do líder político catarinense Lauro Müller. Em 20 de janeiro de 1957 o município é instalado (DALL'ALBA, 1986, p. 371 e 375).

2.4.1.1. CBCA: Vila Operária Velha

No atual bairro Santa Bárbara encontram-se ainda vestígios do que foi a Vila Operária Velha. A Igreja Santa Bárbara, ao pé do morro, o Posto de Puericultura, os clubes recreativos dos brancos e dos negros e as antigas instalações do Curtume Dal’Bó aparecem entre algumas casas já bastante alteradas.

A Igreja Santa Bárbara foi construída em homenagem à padroeira dos mineiros. Seu primeiro vigário foi o padre Albino Destro. No interior da Igreja, nos fundos do altar, há uma imagem da santa acompanhada de alguns anjos e sob seus pés estão as galerias de uma mina subterrânea de carvão. Esta pintura foi realizada pelo frei italiano Agostinho Capucci, na década de 1960 (VIANA, 2003, p. 83).

Nas recordações da Ir. Lídia Bonetti²², que trabalhou entre os anos de 1960 e 1964 na Casa da Criança *Oswaldo Pinto da Veiga* instalada nesta vila, a mesma é descrita como sendo um acanhado lugarejo, composto por uma Igreja, o salão paroquial, a fábrica de curtume e poucas casas ao redor. Lembra-se das casas bem pequenas, de madeira, com poucos cômodos e com privadas atrás de cada habitação. Nessa época já existia a luz elétrica para todos os moradores da vila.

Beverly Godoy Costa, ex-funcionária do SESI e moradora do centro da cidade de Criciúma, ao comparar a Vila Operária da Próspera com a da Operária Velha, assim se manifesta: “[...] da mesma ordem era o trajeto que levava [ao bairro] Santa Bárbara. Ali também tinha uns casebres, uns terrenos bem acidentados e com o mesmo número de famílias, eram muitas crianças sofridas”²³.

O senhor João Fernandes Plácido²⁴, funcionário aposentado do escritório da CBCA, lembra-se da Vila Operária Velha em outro tempo e explica o porquê dessa denominação. Segundo ele, esta vila foi construída nos anos 1940, muito tempo antes da Operária Nova, que também pertencia à CBCA. Atualmente mantém o mesmo nome, ou seja, bairro Operária Nova.

De acordo com suas lembranças, na Vila Operária Velha era tudo feito pela CBCA, inclusive a conservação de imóveis, ruas e remoção de entulhos, porque a prefeitura não tinha estrutura para prestar esses serviços. Algumas casas tinham cerca de madeira, outras

²² Ir. Lídia Bonetti (Congregação das Irmãs Beneditinas da Divina Providência). Entrevista concedida a Giani Rabelo, no dia 14/04/2005, em Criciúma/SC.

²³ Beverly Godoy Costa. Entrevista concedida a Giani Rabelo, em 04/03/2005, em Criciúma/SC.

²⁴ João Fernandes Plácido. Entrevista concedida a Giani Rabelo, no dia 05/04/2006, em Criciúma/SC.

não. Antes das moradias passarem a ter energia elétrica, eram iluminadas com gasômetros alimentados com carbureto. Quando o senhor João veio morar na Vila Operária Velha, em 1946, já havia as ruas, o escritório da empresa, o campo do Atlético, os clubes recreativos para os brancos e negros, uma escola de madeira, um Posto de Puericultura, açougue e cooperativa para venda de gêneros de primeira necessidade.

Provavelmente, o Posto de Puericultura foi inaugurado ali em 1943, por se tratar de uma vila operária localizada numa das regiões mais centrais da cidade de Criciúma. O objetivo era amenizar o problema da mortalidade infantil, não só desse local, mas das outras vilas também.

O senhor João Fernandes recorda-se também de um parque infantil construído pela empresa nos anos de 1950. Antes de serem abertas, as ruas eram caminhos que separavam as casas, uma de frente para outra, sendo que a única rua que existia era a da Igreja, que teve a construção iniciada em 1953 e foi concluída em 1960. A água encanada também não existia no início, as casas eram abastecidas pelos poços artesianos. A água para o uso doméstico era retirada com baldes, que eram elevados através do sarilho, conta D. Nininha²⁵, esposa do senhor João. Só depois é que vieram as bicas d'água para servir as casas, e muito tempo depois é que foram servidas com água encanada.

As casas que eram construídas pela CBCA, com toras de madeira trazidas das encostas da serra e beneficiadas, tinham quatro compartimentos, sala, cozinha e dois quartos, mas o senhor João adverte: as casas dos operários preferidos eram providas de três quartos. Não existia banheiro, mas o que se chamava fossa negra. Era uma casinha de madeira que ficava na rua sobre um buraco profundo, mantido com camadas de cal para que o odor não fosse disseminado. As casas eram da companhia e os operários pagavam uma taxa irrisória de aluguel, para não dar direito de propriedade. Mais tarde, um dos donos da empresa, Sebastião Netto Campos, loteou a vila operária e passou a vender as casas por um “preço irrisório” aos operários, desde que eles transferissem as casas para estes terrenos.

²⁵ Marília da Silva Plácido (Nininha). Entrevista concedida a Giani Rabelo em 05/04/2006, em Criciúma/SC.



Figura 2: Vila Operária Velha, atual bairro Santa Bárbara – Criciúma/SC (década de 1930)
Fonte: Arquivo Histórico Municipal Pedro Milanez – Criciúma/SC

A casa em que o senhor João Fernandes morou durante os primeiros anos que trabalhou na CBCA era bem melhor que as dos mineiros. Por ocupar um cargo administrativo, usufruía de maior conforto e a este respeito ele comenta que “não poderia ter casas iguais para todo mundo”. O conjunto de casas da qual a sua fazia parte tinha água encanada e aquecida. O sistema de abastecimento funcionava da seguinte forma: as caixas d’água ficavam num nível mais alto que as casas e a água era bombeada, passando por uma serpentina interna ao fogão a lenha e depois distribuída para os encanamentos da casa. Nessas casas havia banheiras construídas de tijolos, complementa D. Nininha²⁶ D. Nininha.

As casas dos engenheiros, que foram construídas nos anos de 1940, eram afastadas da vila operária. Eram casas maiores, de alvenaria e com uma arquitetura específica, mas comum a outras vilas de engenheiros construídas por outras carboníferas na região. Algumas dessas casas permanecem com suas arquiteturas quase que intactas nas imediações da Rua Henrique Lage, entre a rua Anita Garibaldi e rua Wenceslau Braz, próximo ao centro de Criciúma.

²⁶ Marília da Silva Plácido (Nininha). Entrevista citada.

2.4.1.2. CNMCBB/Lauro Müller: vilas operárias do centro da cidade, Barro Branco, Guatá e Itanema

Sobre as vilas operárias de Lauro Müller, em 1926, o distrito de Lauro Müller é narrado no Jornal *O Direito*, de Orleans, de 21/10/1926, num tom entusiasta:

[...] Lauro Muller, onde a operosa firma Lage & Irmãos transformou aquele distrito outrora despovoado numa magnífica vila operária. Oficinas bem notáveis lá se encontram, como sejam: serraria, ferraria, uma grande xarqueada, estabelecimentos munidos dos mais aperfeiçoados aparelhos para a lavagem do carvão, uma ideal fábrica de telhas e tijolos refratários, sendo tudo isso movido por uma colossal usina elétrica. O seu território, numa extensa parte, é todo cortado pela Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina (apud BELLOLI; QUADROS; GUIDI, 2002, p. 274).

Ondina Pereira Bossle (1981) menciona, a partir das anotações do engenheiro que dirigiu as minas da CNMCBB entre 1917 e 1941, Walter Vétterli, que ao sentirem a falta de mão-de-obra especializada e de administradores para impulsionar a produção de carvão Henrique Lage construiu uma vila operária com “casa para administradores, olarias, uma ferraria, uma oficina mecânica e forno de cal. Em Orleans instalou-se uma usina hidrelétrica de 350 HP, fornecendo luz e água à mesma vila, como também às minas de Lauro Müller” (BOSSLE, 1981, p. 33).

Mas, sobre a infra-estrutura desta vila operária localizada no centro de Lauro Müller, como foi mencionado no início desta parte do trabalho, apesar de ter sido considerada, em 1928, uma “verdadeira vila operária”, pelo geólogo José Fiusa da Rocha e Evaristo Pena Scorza, eles denunciaram, posteriormente, no Boletim nº 104, de 1940 publicado pelo Departamento Nacional da Produção Mineral – DNPM, ou seja, quatorze anos depois, o não fornecimento de energia elétrica para as casas dos operários, ao contrário das edificações localizadas em volta desta vila.

Na administração do engenheiro Walter Vertelli foi construído o “famoso castelo”²⁷, entre os anos de 1919 e 1924, todo em pedra talhada, para servir de residência e

²⁷ É conhecida pelos moradores da cidade de Lauro Müller, a história de que Henrique Lage ao conhecer e pedir em casamento Gabriela Benzanconi, uma cantora italiana de ópera, ela teria feito a seguinte exigência a ele: só casaria se fossem morar num castelo. Henrique Lage aceitou a condição e construiu no Rio de Janeiro um grande castelo, atualmente transformado no Parque Lage. Concomitantemente, mandou construir esse “pequeno” castelo em Lauro Müller, onde se hospedava quando vinha com Gabriela para verificar como estavam indo seus negócios. Ali eram oferecidas grandes festas aos amigos, entre eles aqueles que ocupavam cargos no governo a quem procurava transmitir seus planos a fim de obter apoio governamental.

casa de hóspedes. Segundo Dall’Alba (1986, p. 373), “o Castelo era residência de descanso de Henrique Lage. Lá eram recebidas as personalidades. Davam-se festas pomposas”.

Se hoje o castelo construído por Henrique Lage ainda causa espanto para os que chegam de fora, pode-se inferir que nos anos de 1920, em meio às casas operárias e instalações da CNMCBB, certamente esta edificação em estilo medieval causou sentimentos contraditórios nos moradores do lugar, entre os quais o de orgulho e, ao mesmo tempo, de inferioridade.



Figura 3: Castelo de Henrique Lage - Lauro Muller/SC (década de 1950)
Fonte: Álbum do Instituto Sagrado Coração de Jesus – Braço do Norte/SC

O diretor local da empresa ocupava lugar de prestígio na vida dos moradores, chegando muitas vezes a agregar poderes atribuídos ao prefeito, ao delegado de polícia, ao juiz, ao presidente de clube, entre outros, pois toda a vida de Lauro Müller girava em torno da CNMCBB. “Até que ele não chegasse, não se iniciava a sessão dominical do cinema”. Por ser o gerente a autoridade máxima, “somente com sua licença era possível instalar qualquer estabelecimento ou outro ramo de trabalho qualquer. Autorizava a construção de casas particulares em terrenos de sua administração” (DALL’ALBA, 1986, p. 360).

Após a morte de Henrique Lage, em 1941, Walter Vertelli assumiu a administração geral das empresas no Rio de Janeiro e em seu lugar veio o engenheiro Waldir Coimbra de Bittencourt Cotrim²⁸. Em sua gestão houve investimentos na construção das casas

²⁸ Ocupou o cargo de Gerente da CNMCBB.

para operários e funcionários, do clube recreativo, do cinema e, além disso, a empresa auxiliou financeiramente a construção da igreja matriz.

Para seus empregados engenheiros, a Companhia construiu casas de alvenaria. Construiu e manteve escolas, admitindo professoras para o ensino primário, como suas funcionárias. [...] Lauro Müller possuiu o 1º Estádio para prática de futebol com iluminação noturna. Havia piscina com trampolim na sede, e cinema, em Lauro Müller, Guatá e Barro Branco. A firma construiu e ajudou a construir clubes recreativos, sendo os mais importantes, o Clube Recreativo Cruz de Malta, o Clube 1º. De Maio, e União Mineira do Barro Branco. Havia outros mais. Da companhia também eram as quadras de vôlei e basquete, com iluminação noturna. (DALL'ALBA, 1986, p. 360-361).

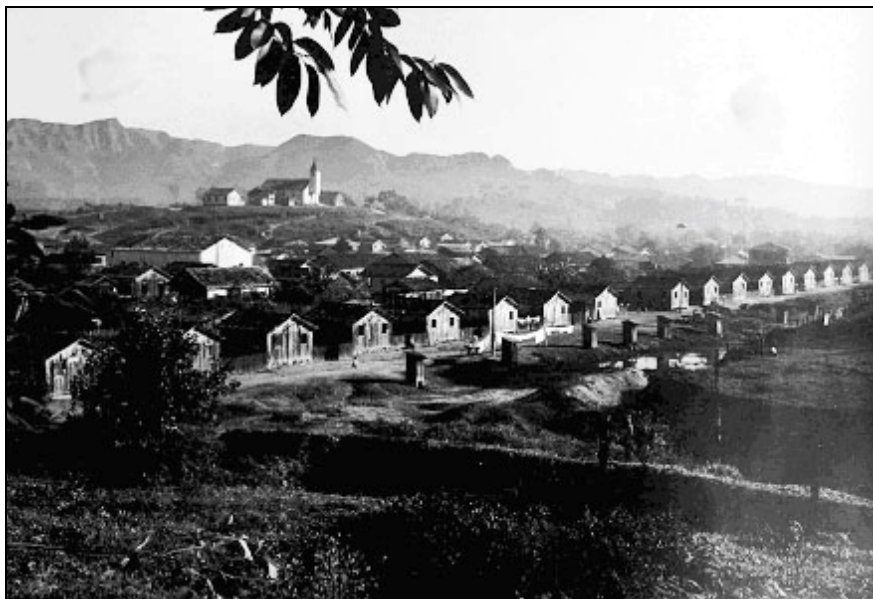


Figura 4: Vila Operária localizada no centro de Lauro Muller/SC (década de 1940)
Fonte: Arquivo pessoal de Dieter Dihlmann

Em 1948, “a empresa tinha 2.500 operários, em oito frentes de trabalho, extraindo mais de duzentas mil toneladas anuais de carvão” (DALL'ALBA, 1986, p. 363). A Vila Operária Barro Branco, um dos primeiros núcleos de operários mantidos pela CNMCBB, tem sua história vinculada à primeira mina aberta pela carbonífera, em 1916, quando Henrique Lage reabriu a empresa. Na ocasião, ele preferiu abrir novas minas, deixando de lado aquela aberta pelos ingleses. Este local ficou sendo chamado de Barro Branco Velho. Além das casas, havia uma capela, um clube esportivo e um cinema. Em 1933, havia ainda casas de barro cobertas de palha. Neste mesmo ano, já existia uma escola mantida pela empresa. Em 1936, foi construído o clube União Mineira, que só em 1943 recebeu autorização oficial para funcionar. A vila possuía pequenas casas comerciais, além de uma serraria e fábrica de móveis (DALL'ALBA, 1986, p. 383-384).

As minas de carvão que desembocavam no Barro Branco Velho anos depois passaram para o local chamado Rio Bonito, juntamente com o escritório da companhia. Em 1964 foram transferidos para a Mina Lazarim. Além das minas a céu aberto, ou “mina do dia” como eram chamadas, existiam minas de plano inclinado e de poço. Atualmente existem 1.110 moradias no Barro Branco, e em torno de 350 no Rio Bonito (HISTÓRIA laurominense, 2006).

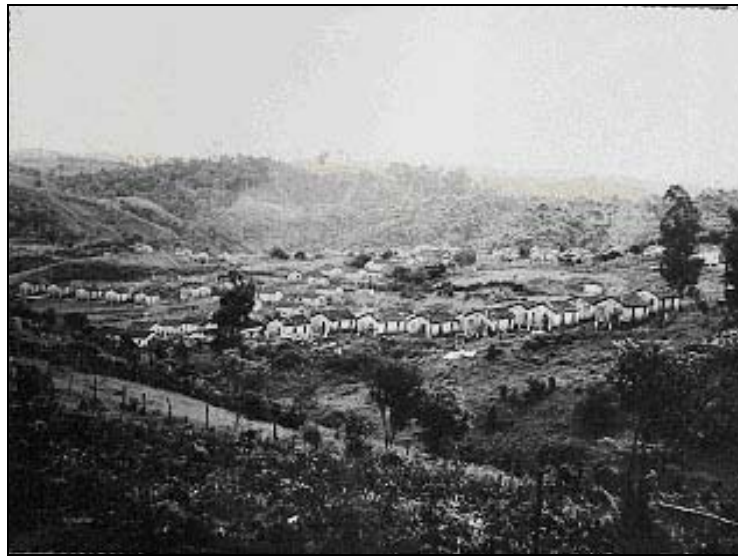


Figura 5: Vila Operária de Barro Branco – Lauro Muller/SC (década de 1940)
Fonte: Álbum de fotografias do Instituto Sagrado Coração de Jesus em Braço do Norte/SC

A Vila Operária de Guatá, até 1937, era apenas uma pousada de tropeiros. Nesse ano foi construído um trecho de ferrovia ligando a localidade ao centro de Lauro Müller. A partir de então, teve início a exploração de carvão (DALL’ALBA, 1986, p. 381). O local ficou conhecido como Primeiro Guatá e algumas casas permanecem até os dias de hoje.

O Segundo Guatá começa a ser construído posteriormente, constituindo-se na vila propriamente dita. As casas, o comércio, escola, água encanada, igreja, cinema foram obras instaladas pela CNMCBB, algumas com a ajuda da população local. A primeira igreja foi um exemplo disso, a empresa doou o terreno e a madeira e as famílias assumiram a construção e seus custos. Guatá tornou-se o centro administrativo da empresa, sendo que ali foi construído o escritório local, além da serraria, oficina e caixa coletora de carvão.

Os tipos de casa diferenciavam-se no tamanho, conforme o cargo ocupado pelo trabalhador na empresa.

As casas, de madeira, tinham o mesmo modelo arquitetônico (chalé), diferindo apenas na quantidade de área construída. As casas dos empregados-mineiros mediam 35 m² (7m x 5m), distribuídos em cozinha, dois quartos e sala, que não eram forrados e nem pintados. Nessas moradias não existia banheiro; as necessidades fisiológicas pessoais eram feitas numa pequena casa de madeira, denominada pelos moradores de “patente”, construída nos fundos do terreno, ocupando uma área construída de aproximadamente um metro quadrado. Por sua vez, as casas dos funcionários do escritório e chefes de setores das minas mediam 63 m² (9m x 7m), com cozinha, três quartos e sala, além de uma área de serviço e banheiro anexo à casa. Diferiam deste padrão apenas quatro casas comerciais e uma residencial situadas na rua principal e o cinema, todas de alvenaria. [...] As casas, com raras exceções, pertenciam à Empresa Mineradora que cedia para seus empregados enquanto tivessem vínculo de trabalho com ela. Nas primeiras décadas, era cobrada uma taxa simbólica de aluguel, descontada dos salários de cada morador. (DAMAZIO, 2000, p. 35)

Outras carboníferas foram instaladas em Guatá, de pequeno porte, na condição de empresas contratadas, administradas pelos empreiteiros que vendiam toda a produção para a CMNCBB. Cada empreiteiro era proprietário de uma casa de comércio onde seus empregados deveriam comprar gêneros de primeira necessidade.

Nos anos de 1940 a 1970, foram criados três clubes sociais: o Clube 1º de Maio, freqüentado pelos funcionários do escritório da Companhia, pelos comerciantes, empreiteiros, feitores, delegado de polícia e o agente de correio, sendo proibida a entrada de negros; o Clube União Mineira, popularmente chamado de 7, que também não permitia a participação de pessoas negras, sem tanto rigor em algumas atividades; e o Clube Ouro Preto, sociedade dos operários negros. (DAMAZIO, 2000, p. 36)

Em 1967, quando a CNMCBB foi adquirida por Sebastião Neto Campos e seu sócio Álvaro Catão, o escritório da empresa, localizado em Guatá, foi fechado e transferido para o centro de Lauro Müller. Nesta mesma época, o armazém do SESI sofreu a mesma mudança.



Figura 6: Vila Operária de Guatá – Lauro Muller/SC (1942)
Fonte: Arquivo Pessoal de Dieter Dihlmann



Figura 7: Vila Operária de Guatá – Lauro Muller/SC (1947)
Fonte: Damazio, 2000, p. 44

Desde o momento em que se tornou um núcleo de famílias operárias Guatá já contava com seu primeiro estabelecimento de ensino: a Escola Isolada Maria Lúcia Miranda. No entanto, as crianças menores só tiveram acesso à educação a partir de 1966, com a criação de um Jardim de Infância para filhos e filhas de mineiros, resultante de uma mobilização organizada pelo Pe. Wendelino (DALL'ALBA, 1986, p. 382).

Por volta de 1951 e 1952 foram abertas as primeiras minas de carvão em Itanema, sendo ali construída uma vila operária para fixar os operários e suas famílias. As minas atraíram pessoas da região. Famílias de Tubarão, Laguna, Pedras Grandes fixaram residência no local.

No início foram instaladas aproximadamente 50 a 60 casas. Uma escola foi implantada em 1957, o Grupo Escolar Lígia Chaves Cabral. Em 1960 é instalado o clube recreativo São José (DALL'ALBA, 1986, p. 386).

No início não existia capela no local, então as celebrações eram realizadas num pequeno espaço coberto que em alguns momentos era fechado com lençóis para servir de confessionário. Mais tarde, foi construído um barracão e as festas da vila operária eram feitas ali. A capela de alvenaria foi construída com os recursos dos próprios mineiros, que colaboravam mensalmente através de um desconto em folha de pagamento. Atualmente, a comunidade é composta por, aproximadamente, 250 famílias.



Figura 8: Vila Operária de Itanema - Lauro Muller/SC (década de 1950)
Fonte: Arquivo pessoal de Dieter Dihlmann

Quanto às condições das vilas operárias de Lauro Müller, Ir. Anna²⁹, religiosa do Instituto Coração de Jesus que durante alguns anos atuou nas vilas operárias da cidade, relata que a falta d'água era o problema mais grave da região e apesar dos mineiros pertencerem a uma categoria mais bem remunerada não tinham nenhuma infra-estrutura em suas moradias.

Em suas casas eles “não tinham banheiro, não tinham fogão a gás, era tudo precário. Então era água esquentada trazida de longe por um caminhão. [...] E a comida também era muito precária”. Para ela, o núcleo de famílias operárias que apresentava maiores problemas sociais era o de Guatá. Em suas palavras, “o pior de todos foi o Guatá, onde era maior a necessidade. A mortalidade infantil era maior em função da piritita que continha o enxofre”. Ela ainda conta que “em dias de chuva era aquela lama de piritita que comia a sola do sapato, que não se podia sair de casa. As crianças não tinham lugar para brincar, só dentro da piritita, da sujeira”. Em relação às condições tão precárias de vida daquelas pessoas que ali

²⁹ Ir. Anna Loch. Entrevista concedida a Giani Rabelo, em 16/03/2005, em Braço do Norte/SC.

moravam, ela, guarda em sua memória uma das situações que presenciou junto a uma família que residia no Primeiro Guatá:

O pai tinha sido despedido da mina, duas crianças já tinham morrido e a terceira última estava agonizante e faltava de tudo na casa. Fui para Lauro Muller fazer uma campanha no comércio para ajudar a família, pois tinha que arrumar uma cama, um fogão, louças, comida e acabei conseguindo tudo. Então esta criança que estava quase morrendo de fome se salvou, além disso, consegui trabalho de novo para o pai³⁰.

Vários serviços foram assumidos pela Companhia na cidade de Lauro Müller, desde a instalação de redes elétricas, fornecimento de água, serviço telefônico público por intermédio do convênio com a Companhia Telefônica Catarinense até a construção de estradas, escolas, clubes recreativos e esportivos, habitações, transporte, hospital, serviços de enfermagem, serviço médico, farmácia, ambulatório. A partir de 1957, com a emancipação de Lauro Müller do município de Orleans, esses serviços foram assumidos gradativamente pela administração municipal.

2.4.2 As vilas operárias da CSN no sul de Santa Catarina

Com a reestruturação administrativa do setor de Santa Catarina da CSN, ocorrida em 1968, com a finalidade de criar um sistema mais descentralizado, suas unidades foram incorporadas pela Carbonífera Próspera S.A., subsidiária da CSN desde 1953, fundada pela iniciativa privada em 1917³¹, em Criciúma. Sobre a decisão da compra da Carbonífera Próspera, o Boletim Informativo da CSN registrou:

³⁰ Ir. Anna Loch. Entrevista já citada.

³¹ A história da Carbonífera Próspera, de acordo com Pedro Milanez (1991, p. 181), tem sua procedência vinculada à antiga Companhia Carbonífera “A Colônia”. Esta empresa foi fundada em 1917, em Urussanga. Como os negócios não estavam indo bem, seus proprietários transferiram-na para Criciúma, que vinha despontando no setor carbonífero. A partir desse momento, sua denominação passou a ser Carbonífera Próspera Ltda. Em 1924, seus sócios a vendem para um grupo de empresários alemães e sua designação modifica-se para Sociedade Carbonífera Próspera S.A. Em função da crise que vivia o país no contexto mundial dos anos de 1930, as atividades da empresa são paralisadas. Depois disso, em 1938, Júlio Gaidzinski e Jorge da Cunha Carneiro lideram um grupo de empresários criciumenses que compra seu patrimônio. Em 1940, um outro grupo de empresários adquire o empreendimento e quem assume a presidência é Irineu Bornhausen. Em agosto de 1942, o comendador José Martinelli comprou o controle acionário, passando chamar-se Carbonífera Próspera S.A..

Quando a CSN adquiriu a maioria das ações da Próspera, encontrava-se esta em difícil situação financeira, com um “déficit” de Cr\$ 4.000.000,00 escriturado em balanço. Ao encampar o controle da Sociedade, visava a CSN aumentar as reservas carboníferas da Usina de Volta Redonda, pois só em reserva conhecida a Próspera possui mais de 50 milhões de toneladas de carvão de boa qualidade. Graças a nova organização adotada e as modificações introduzidas, pôde a Próspera superar a crise, e hoje é uma empresa em franca ascensão, já tendo apresentado razoável lucro no exercício de 1954 (O LINGOTE, 1956, p. 10).

No ano de 1968, a CSN reestruturou o Setor de Santa Catarina, com a finalidade de criar um sistema mais descentralizado e transformou-o em quatro subsidiárias. Destas, três são examinadas nesta investigação, a saber: a Carbonífera Próspera S.A., incluindo as minas e a estrutura administrativa de Siderópolis; a Carbonífera Barão do Rio Branco, localizada em Içara, até então pertencente à Companhia Siderúrgica de Mogi das Cruzes – COSIM de São Paulo, que por sua vez foi incorporada à CSN e, por fim, o Lavador de Capivari S.A.

Entre os anos de 1982 e 1983, o setor sofreu nova reestruturação e a Carbonífera Barão do Rio Branco e o Lavador de Carvão de Capivari foram incorporados à Carbonífera Próspera. Esta medida foi conseqüente da política implementada pelo Governo Federal, de redução do número das estatais (MILIOLI, 1985, p. 2-3). A unidade de Siderópolis foi a primeira, ocorrendo na década de 1960. Foi também incorporado o Lavador de Carvão de Capivari, em 1983 (GOULARTI FILHO; MORAES, 2005, p. 4).

2.4.2.1 Criciúma: Vila Operária da Próspera

Os operários da Carbonífera Próspera residiam na vila com o mesmo nome da empresa, ou seja, Vila Operária Próspera. Nesta vila houve a atuação das Pequenas Irmãs da Divina Providência que assumiram o trabalho socioeducativo e religioso dois anos depois da empresa ter sido incorporada pela CSN.



Figura 9: Vila Operária da Próspera – Criciúma/SC (década de 1940)
Fonte: Arquivo particular de Fernando Carneiro

Algumas lembranças remetem à Vila Operária da Próspera dos anos de 1950. Nas recordações de José Silva, filho de mineiro da Carbonífera Próspera, sobre as suas impressões ao chegar aí com sua família, aos seis anos de idade, destaca-se:

[...] quando a gente chegou aqui era uma Próspera meio triste, já pelo fato de você olhar assim para as casas que eram aquele negrume, aquelas casas todas pretas de carvão, não havia casas pintadas. Quem tinha casa pintada eram os colonos, aquelas famílias tradicionais, os italianos que moravam um pouco mais retirado, o resto eram aquelas casas pretas de carvão³².



Figura 10: Vista parcial da Vila Operária da Próspera – Criciúma/SC (1955)
Fonte: Álbum/Relatório das atividades das Pequenas Irmãs da Divina Providência. (1955-1957) – SESI – Criciúma/SC

José Silva conta também que nem todas as famílias de mineiros tinham casa. Muitos chegavam para trabalhar nas minas e eram acolhidos nas casas de conhecidos ou parentes, mesmo se tratando de “casinhas apertadinhas”, até conseguirem a sua. Uma outra forma criada para abrigar os trabalhadores que ainda não tinham casa eram as chamadas “pensões”. Geralmente eram os solteiros que se hospedavam até casarem ou operários casados que não tinham conseguido sua casa ainda. Conseguir uma moradia não era muito simples, “então além das pessoas chegarem aqui nessas condições, depois que elas começavam a trabalhar na Próspera era outra briga, outra luta para conseguir uma casa”³³.

Na Vila Operária da Próspera também não havia água encanada nas casas. Em cada esquina, onde cruzavam duas ruas, era colocada uma bica d’água. Era uma espécie de “torneirinha pública” com suporte para ser colocado o balde. Para facilitar o trabalho que as

³² José Silva. Entrevista concedida a Giani Rabelo, em 28/10/2004, em Criciúma/SC.

³³ José Silva. Entrevista citada.

mulheres tinham em lavar roupas, elas colocavam os tanques ao redor de uma bica. Na Vila Operária da Próspera não existia saneamento básico, não existiam banheiros e sim “patentes”. Os bichos, como vacas, galinhas, porcos, eram criados próximos às casas dos operários e conviviam com as crianças. O problema da verminose era bastante comum.

Nas palavras de Beverly Godoy Costa³⁴, que atuou com a Ir. Cláudia das Pequenas Irmãs da Divina Providência na Vila Operária da Próspera, na condição de funcionária do SESI e responsável pelos trabalhos sociais da instituição na época, “eram aqueles barracos, aquelas crianças degradadas, aquelas senhoras maltrapilhas e aquele cheiro fétido do carvão”.

José Silva³⁵ descreve um outro olhar sobre a vila operária:

A gente passava naquelas estradas quando era verão levantava aquele pó tremendo que a gente tinha que tapar a boca para não comer muito pó, e o tempo de chuva aquilo ali formava um lamaçal preto que depois de seco retalhava tudo, aí vinha o sol em seguida aquilo virava tudo pó. Era meio triste nosso meio ambiente ali na Próspera, nosso ecossistema. Então a gente vivia em meio àquilo ali [...]³⁶.

Um aspecto que merece especial registro neste contexto é a grande incidência da mortalidade infantil. Esta era uma realidade vivenciada por boa parte das famílias da Vila Operária da Próspera. O senhor Ângelo Manoel Valsechi³⁷, um dos enfermeiros da Carbonífera Próspera, relata que as crianças e recém-nascidos morriam de desnutrição, sarampo, pneumonia, varicela e difteria. Esta última era mais conhecida pelas famílias operárias como crupe. Quando as crianças eram acometidas por essa doença, elas tinham as amígdalas inchadas e inflamadas e muitas acabavam morrendo asfixiadas.

O pároco da vila operária, Pe. Manoel Odorico Francisco³⁸, Pe Maneca como é conhecido por todos até hoje, atribui esse problema à água que, contaminada pela mineração de carvão e não tratada, era distribuída às famílias. Segundo ele o número de óbitos era tão grande que as pessoas não cansavam de ouvir os sinos baterem. As más condições de moradia vivenciadas por boa parte das famílias certamente contribuíram para uma série de doenças e a própria mortalidade infantil.

³⁴ Beverly Godoy Costa. Entrevista citada.

³⁵ José Silva. Entrevista citada.

³⁶ José Silva. Entrevista citada.

³⁷ Ângelo Manoel Valsechi. Entrevista concedida a Giani Rabelo, em 10/09/2006, em Criciúma/SC.

³⁸ O Pe. Maneca foi o primeiro vigário da Próspera. Ele tomou posse no dia 20/08/1961, permanecendo até 1965. Afastou-se durante um ano para atuar como professor no Seminário de Azambuja, retornando em 10/01/1966 (BIFF, 1997, P. 197). O Pe. Maneca mesmo não sendo mais o vigário da Igreja Nossa Senhora da Salette atende até os dias de hoje as pessoas que o procuram para receber a sua bênção.

Algumas casas, que eram muito pequenas e que tinham somente um quarto, foram ampliadas com a autorização da Carbonífera Próspera. Na gestão de Sesóstris de Rezende Correa - Diretor Comercial da empresa, foi implantado um novo padrão de residências, desta vez casas de alvenaria equipadas com instalações sanitárias completas.

O primeiro conjunto de casas foi entregue oficialmente aos operários no dia 1º de maio de 1956. Sesóstris, em seu discurso, manifestou que o objetivo era construir um conjunto residencial de quatrocentas casas. Ao revelar que tal atitude só foi possível com o apoio do General Edmundo de Macedo Soares e Silva, presidente da CSN do Rio de Janeiro – Volta Redonda, ele assinalou que o referido presidente era “de formação eminentemente cristã” e que, por conta disso, conseguia “sentir, quer no poder, quer fora dele, as necessidades do trabalhador brasileiro, apontando soluções que lhe venham dar maior conforto e nível de vida compatível com a dignidade humana”. Acrescentou ainda, que o referido presidente, ao construir a CSN, seu grande sonho e de toda a população brasileira,

[...] não pensou apenas em monstros de aço a vomitar ferro para o progresso do Brasil; ele não esqueceu o trabalhador nacional. [...]. Estava convencido - e com razão - de que o crescimento industrial do Brasil deveria ser acompanhado de uma revolução completa, tanto nos métodos de trabalho, como nas relações entre patrão e operário. (O LINGOTE, 1956, p. 9)

Foram poucas as casas de alvenaria construídas. Não se sabe ao certo o motivo da suspensão do projeto, talvez esteja relacionado à volta de Sesóstris para Volta Redonda. Nas palavras da Ir. Cláudia, religiosa da Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência e que atuou na Vila Operária da Próspera durante alguns anos, “Sesóstris era a luz dos operários”³⁹, numa clara alusão ao perfil paternalista e assistencialista desta direção.

Estas casas foram distribuídas aos mineiros mais antigos e que “tinham uma boa ficha como empregado”, uma espécie de recompensa. Para conseguir uma casa de alvenaria as pessoas faziam uma fila, cercavam o senhor Sesóstris⁴⁰. Na mesma época, foi construído um grande pavimento, também de alvenaria, para abrigar a farmácia e a escola. Esta escola, mais tarde, foi transformada em Jardim de Infância. No mesmo local eram desenvolvidas atividades recreativas e cursos ministrados pelas freiras. Ali as moças e moços da época se organizavam em times de vôlei e basquete, ensaiavam peças teatrais. Aos domingos, os jovens se concentravam ali e muitos “namoricos” acabaram acontecendo. Tinha um serviço de

³⁹ Ir. Cláudia. Entrevista concedida em 29/10/2003 a Giani Rabelo, no Distrito do Rio Maina, em Criciúma/SC.

⁴⁰ José Silva. Entrevista citada.

alto-falante para que todos escutassem músicas e também pudessem fazer suas dedicatórias musicais⁴¹.

Mesmo sendo casas mais confortáveis, muitos operários que as recebiam acabavam não indo habitá-las, ou seja, desistiam, preferindo ficar nas casas de madeira. Muitas eram as recomendações e os cuidados que deveriam ter com estas casas, chegando a causar-lhes constrangimentos. Dona Ilda⁴² conta que seu pai recebeu uma destas casas, mas sua mãe não quis morar, em função das exigências e também porque os móveis que tinham eram poucos e muito simples.

O novo jeito de morar e de conceber a estética do lar não foi algo recebido com passividade, levando algumas famílias a recusarem uma casa melhor estruturada, conforme os padrões da CSN. Talvez isso tenha relação com uma das afirmações de Margareth Rago, quando ela registra que “muito mais do que uma maneira de morar, as vilas representam a vontade de impor sutilmente um estilo de vida” (RAGO, 1997, p. 177). A esta imposição de uma casa higiênica, algumas famílias resistiram explicitamente, decidindo por continuar morando em suas pequenas casas de madeira, sem os mesmos conceitos de conforto. Assim, optaram por continuar com suas rotinas e costumes, ou seja, de algum modo elas resistiram em modificar suas práticas culturais.



Figura 11: Vista parcial da Vila Operária da Próspera (casas de alvenaria) 1957 - Criciúma/SC

Fonte: Álbum/Relatório das Atividades das Pequenas Irmãs da Divina Providência. (1955-1957) – SESI – Criciúma/SC

⁴¹ José Silva. Entrevista citada.

⁴² Ilda Pizzetti. Entrevista concedida a Giani Rabelo, em 14/06/2006, em Criciúma/SC.

As primeiras casas do Conjunto Habitacional da Vila Operária da Próspera foram construídas sobre um açude que foi aterrado. O açude movia a usina que funcionava como um gerador de energia elétrica para alimentar os equipamentos da Carbonífera Próspera. Muitos moradores, até os dias de hoje, sentem saudades daquele açude. José Silva⁴³ é um dos que lamenta o desaparecimento do mesmo, pois “era um açude bonito, que o pessoal pescava, andava de barco. Hoje seria um cartão de visitas de Criciúma aquilo ali. Já imaginou que beleza que seria isso aí? Aquela água limpa que vinha lá do morro!” O açude e a usina, do mesmo modo, apareceram nas lembranças de Rosária⁴⁴, filha de um capataz da empresa. Com as outras crianças, ela também pescava no açude e atravessava-o para chegar a uma espécie de ilhazinha coberta por eucaliptos.

Os dois tipos de casa, convivendo no mesmo espaço, geravam uma situação contrastante. De um lado, as casas de madeira sem conforto algum, e de outro casas de alvenaria bem estruturadas e “aconchegantes”. D. Ida, esposa do senhor Zeferino Scott, que trabalhava na carpintaria da Carbonífera Próspera, morou durante algum tempo numa dessas casas de alvenaria, relembra: “Nós levantávamos de manhã e víamos aquelas casinhas todas iguaizinhas. Ah! Só tinha sete casas de material aquela vez. O chefe da companhia gostava muito do meu marido e deu uma casa pra nós morarmos”⁴⁵.

As diferenciações entre as casas não terminaram aí. Existiam também aquelas habitadas por encarregados e funcionários administrativos e as casas habitadas pelos engenheiros e diretores, situadas na vila dos engenheiros, local totalmente separado das casas dos operários e com uma infra-estrutura muito superior. Estas diferenças se sobressaíam ainda mais nos momentos de lazer, como descreve José Silva:

Os operários não tinham muito acesso ao clube. Aquele clube era para a carbonífera fazer média, receber os convidados especiais. Era mais o pessoal do centro que dançava ali do que o da Próspera. Era um ou outro moço da Próspera que recebia convite especial para dançar ali. Era mais o pessoal do escritório que freqüentava. Existia uma distinção muito grande entre o pessoal do escritório e os mineiros. Eles se achavam superiores aos mineiros. O mineiro era tratado como um Zé ninguém, e o pessoal do escritório se achava a elite, era a elite⁴⁶.

No Próspera Clube Recreativo aconteciam bailes badalados, segundo Vera⁴⁷, que morou durante sua infância na Vila Operária da Próspera. Seu pai, o senhor Elisiário Santana

⁴³ José Silva. Entrevista citada.

⁴⁴ Rosária Meis Sanches Costa. Entrevista concedida a Giani Rabelo, em 14/06/1998, em Criciúma/SC.

⁴⁵ Ida Dagostim Scott. Entrevista concedida a Giani Rabelo, em 26/07/2004, em Criciúma/SC.

⁴⁶ José Silva. Entrevista citada.

Peixoto, foi um dos presidentes do Clube, funcionário do almoxarifado da Carbonífera Próspera. Sua mãe, D. Elza da Silva Peixoto, muitas vezes enfeitava os cantos do salão do clube com árvores cheias de laranjas e durante os eventos festivos as pessoas colhiam as laranjas para serem saboreadas. Em tempos de carnaval o clube saía com lindos carros alegóricos nos desfiles de rua. Os bailes de carnaval que ali aconteciam eram muito comentados na cidade. Mas o acesso às festas e bailes não era para todos.

Outras diferenciações existiam entre os próprios operários, uma delas era a existência de clubes recreativos para negros e brancos. Outra dizia respeito à divisão territorial demarcada pela condição de cada segmento residente na vila operária. Aqueles que moravam abaixo da Igreja eram considerados colonos, denominação utilizada no sentido pejorativo, sinônimo de pessoas rudes. Os que moravam nas proximidades do corte do trilho eram os que tinham melhores condições de vida, ou seja, encarregados, capatazes, e os que moravam entre esses dois extremos eram as famílias de operários. Além dessas separações, existia a vila dos engenheiros, localizada no bairro Pio Correia, onde moravam os funcionários que ocupavam os cargos mais altos da empresa.

A Carbonífera Próspera S.A. manteve também uma outra vila operária situada na localidade de Linha Batista, que contou com o trabalho das Pequenas Irmãs da Divina Providência, a partir de 1965. A vila que começou a ser formada, com o início da mineração, era constituída, em sua maioria, por descendentes de poloneses que viviam da agricultura.

A abertura das minas de carvão, nessa localidade, deu-se a partir dos anos de 1940, de acordo com as lembranças de Maximiliano Milack. A Mina Miraglia pertencente a Armando Miraglia foi aberta em 1942, e nos anos de 1950 o senhor Maximiliano Milack lembra das minas 10, 13 e 03, pertencente à Carbonífera Próspera. (RABELO et al, 2005, p. 18).

Segundo o senhor Ângelo Valsechi⁴⁸, que atendia no Serviço de Enfermagem, os trabalhadores das minas ali localizadas, a empresa construiu espécies de condomínios para as famílias dos operários, nas proximidades da Igreja da Linha Batista. Ele lembra que todas as casas tinham energia elétrica, poços artesianos e banheiros, não faltando casa para nenhum operário. Ao comparar as condições das residências da Vila Operária da Linha Batista com as da Vila Operária da Próspera, ele argumenta que na Linha Batista as condições eram bem melhores.

⁴⁷ Vera Regina Peixoto Bonotto. Entrevista concedida a Giani Rabelo, em 14/09/2004, em Criciúma/SC.

⁴⁸ Ângelo Valsechi. Entrevista citada.

Com a finalidade de remover algumas casas de madeira da Vila Operária da Próspera, talvez para organizar melhor a distribuição das mesmas, a empresa loteou outra área vizinha, no atual bairro Brasília, também situado em Criciúma, sendo que os terrenos foram financiados aos operários. As casas removidas eram vendidas a preços simbólicos para serem instaladas na nova área.

2.4.2.2 Siderópolis: Vila Operária Fiorita

Ao iniciar a mineração de carvão em Santa Catarina, por volta de 1943, no antigo distrito de Nova Beluno⁴⁹, ainda pertencente ao município de Urussanga na época, a CSN influenciou muito o modelo de vida daqueles moradores a ponto do distrito ter seu nome modificado para Siderópolis, em homenagem à CSN, antes mesmo de sua emancipação. Entretanto, a denominação de Siderópolis se referia, inicialmente, apenas ao conjunto de instalações da CSN localizado na vila operária, construída pela empresa, como: o escritório central, a oficina de manutenção, o ambulatório médico, o campo de futebol do Itaúna, o Recreio do Trabalhador (clube recreativo) e o conjunto das residências operárias, incluindo a estação da estrada de ferro, que não era de sua propriedade.

Os que residiam nesse local, que posteriormente passou a ser denominado de Vila Operária Fiorita, se referiam ao centro da cidade como sendo Belluno. O depoimento do senhor Emeri Daleffe⁵⁰, antigo comerciante do lugar, de alguma forma ajuda-nos a compreender essa relação com o lugar. Em seu dizer, “aqui era a madre de Siderópolis [Vila Operária Fiorita], lá [centro da cidade, local onde fica a praça da matriz], era bem pequeno, era bem menos que aqui. A mãe do município era aqui. Até quando eu era pequeno os maiores circos só vinham para cá”⁵¹. Pode-se inferir que essa relação de pertencimento à vila operária, entendida como Siderópolis, pautava-se num sentimento de orgulho, pois se assemelhava, em alguma medida, ao modelo de Vila Operária da CSN em Volta Redonda/RJ, ou seja, tratava-se de pertencer a uma grande empresa estatal que oferecia inúmeros benefícios a seus operários e familiares.

⁴⁹ A denominação de Nova Beluno se deu “devido à semelhança com o relevo de Beluno, na Itália, de onde haviam partido [os imigrantes]” (PREFEITURA Municipal de Siderópolis, 2002, p. 4). Sua emancipação aconteceu em 19/12/1958, sob a Lei n°. 380.

⁵⁰ Emeri Daleffe. Entrevista concedida a Giani Rabelo em 11/08/2005, em Siderópolis/SC.

⁵¹ O nome do bairro teria origem em uma das três versões que relatamos aqui. A primeira, que está documentada em livros, seria que o nome do bairro deve-se a uma homenagem ao imigrante Ângelo Fiorita, primeiro diretor da Companhia Metropolitana, que planejou a colonização italiana na bacia do rio Mãe Luzia, legando seu nome a um dos rios; a segunda diz que é elo significado da palavra ‘Fiori’ que em italiano significa flor, pela beleza das

Desde o início ficaram evidentes as particularidades dessa vila operária em relação às demais do complexo carbonífero. Por ser uma estatal que investia significativamente em programas sociais para os trabalhadores e familiares, a estruturação da vila operária assumiu características invejadas por outros operários da região.

As instalações da CSN, na então Nova Belluno, trouxeram grandes impactos, não só econômicos, mas também culturais e ambientais. Antes da empresa, residiam ali colonos, em sua maioria descendentes de italianos, que desenvolviam atividades de agricultura e pecuária de subsistência. Muitas terras foram desapropriadas pela CSN e uma grande estrutura administrativa foi construída para viabilizar a exploração do carvão no ritmo de produção exigido pela estatal.

Nesse processo de desapropriação a CSN comprava as terras dos colonos onde havia jazidas de carvão, mas o preço nem sempre era justo e aqueles que resistiam à venda eram pressionados. Ao deixarem suas terras, da qual tiravam o sustento de suas famílias durante tantos anos, mudavam-se para outros lugares ou se transformavam em operários da companhia.

As famílias que tiveram suas terras desapropriadas para mineração receberam em troca, local com terras pouco férteis ou não receberam o devido valor das terras, em parte, porque segundo alguns relatos, os intermediários na indenização não cumpriam corretamente o combinado e pagavam menos do que receberam para entregar ao colono, uma das razões por que muitas famílias, assim que puderam, venderam suas terras e investiram em outros estados, principalmente no Paraná, para onde migraram posteriormente (RODRIGUES, 2001, p. 32).

Casas para as famílias dos operários foram sendo construídas rapidamente, comparáveis a uma linha de produção. Em pouco tempo, mudanças bruscas aconteceram no modo de vida das pessoas. Muitos agricultores foram incorporados como mineiros ou em atividades subjacentes. Trabalhadores da região também imigraram com suas famílias para Nova Belluno, a fim de conseguir uma condição de vida melhor. Um número de operários já havia se deslocado anteriormente para a construção das casas operárias e toda a estrutura administrativa e operacional. O modo de vida, marcado por traços rurais, paulatinamente vai assumindo características urbanas.

No afã de produzir carvão em grande quantidade, para abastecer seus fornos em Volta Redonda, a estatal minerou, a céu aberto⁵², praticamente toda a cidade. Hoje, além do

águas do rio onde as margens eram floridas; a terceira seria que nas águas tinha sido encontrada uma grande pedra de fluorita e por isso o nome fluorita. (RODRIGUES, 2001, p. 29).

⁵² Esta modalidade de exploração de carvão retira o mineral do solo sem a necessidade de construir minas subterrâneas, ou seja, explora camadas de carvão que estão mais próximas à superfície.

nome “Siderópolis”, outras marcas profundas foram deixadas, como os nomes dos “homens do carvão” em suas ruas e em alguns equipamentos coletivos da comunidade e, principalmente, a herança de uma imensa área de rejeito, um dos maiores legados da degradação ambiental da região.

Para ampliar e mecanizar a produção de carvão, a CSN importou dos Estados Unidos uma das maiores dragas da América Latina, a “Marion 7800”. Sobre o funcionamento desse equipamento e a degradação causada por ele, Terezinha Gascho Volpato afirma em sua obra *A pirita humana* que “a ‘Marion’, em sua concha gigante retira várias toneladas de terra, removendo em uma hora de trabalho quase mil metros cúbicos de terra e pedra, para deixar a superfície desnuda, sem vegetação, transformando o solo por onde passa em deserto negro e árido” (1984, p. 39). A Marion foi trazida em 1961 e minerou até 1989. Neste período a máquina revolveu setecentos hectares de terra na pequena cidade de dez mil habitantes.

Como um monstro incontrolável, a Marion devorava tudo por onde passava, terra, arbustos e árvores. Escavava até quarenta metros de profundidade, faminta de carvão. Só em 1979 retirou quase dois milhões de toneladas. Para funcionar, necessitava de energia suficiente para abastecer uma cidade com o dobro do tamanho de Siderópolis, reduzida, depois da passagem da máquina, a um deserto lunar. Em 1990, a estatal Carbonífera Próspera vendeu a Marion, apesar dos protestos da população, que queria empregá-la na recuperação. (COIMBRA, 1996, p. 81-82).

D. Helena⁵³, filha de agricultor e ex-freira da Congregação das Pequenas Irmãs Missionárias da Caridade, tem entre suas lembranças de infância a imagem da “Marion”. Costumava ir a pé à escola todos os dias, e passava em frente ao local onde o equipamento foi inicialmente instalado. Sobre a chegada da máquina em Siderópolis afirma: “aquela grande máquina parecia que ia trazer ouro para Santa Catarina, mas ao invés disso trouxe lama e estragou todas as águas do rio. Todos começaram a sentir o mau gosto na água e cheiro de pirita nos dias de sol quente”.

A CSN, para abarcar toda mão-de-obra necessária para seu andamento, “se encarregou de prover o núcleo com casas, cinemas, salão de danças, campo de futebol, água e energia elétrica, açougues, padarias, mercados, e muitos outros serviços que foram implantados como ambulatório, farmácia, entrega de lenha a domicílio, etc” (RODRIGUES, 2001, p. 10). Além disso, construiu-se também túnel para a passagem da estrada de ferro, lavador de carvão, usina para geração de energia elétrica e até um aeroporto. O campo de futebol Itaúna foi o primeiro a ser iluminado com luz elétrica em Santa Catarina.

⁵³ Helena Patel Magaganin. Entrevista concedida a Giani Rabelo, em 07/08/2005, em Criciúma/SC.

Além de casas diferenciadas para os trabalhadores, uma outra separação acontecia nos momentos de lazer. No Recreio do Trabalhador, clube bastante sofisticado para a época, negros, mulheres de “má fama”, pobres e mal vestidos não tinham ingresso autorizado. “Para os negros havia outro clube, o União Mineira, na parte de cima da vila operária, área chamada antes de Rua do Comércio ou Rua 01. No Recreio só a elite da empresa tinha privilégios, eram ‘sócios’, e se sentiam como se fossem os donos” (RODRIGUES, 2001, p. 42).

O Recreio do Trabalhador foi inaugurado em dezembro de 1955 e

O ato de inauguração teve início com um discurso do Chefe dos Serviços Sociais, Sr. Alípio Jacinto Pereira, em que destacou as altas finalidades do Recreio no meio social de Siderópolis. Em seguida o sr. Augusto Oliveira Luz manifestou a alegria de todos os que trabalham em Siderópolis e os seus agradecimentos pelo imenso benefício que lhes prestará a CSN, com a construção daquela Casa. (O LINGOTE, n. 68, 1956, p. 8)

As crianças, filhos e filhas dos operários da CSN de Siderópolis também dispunham de um local de recreação. Foi inaugurado, em junho de 1954, um parque infantil, que recebeu o nome de D. Henriette Raulino de Oliveira, esposa do General Sylvio Raulino de Oliveira, o então Presidente da CSN. A inauguração aconteceu no ato da visita que o referido general fez na companhia de sua esposa e comitiva da CSN de Volta Redonda às unidades da empresa em Santa Catarina (O LINGOTE, 1954, p. 5).

No campo da educação, a CSN, em Siderópolis, construiu um Jardim de Infância, que funcionava inicialmente na Vila Residencial, mas atendia também aos filhos de operários. Em 1966, a estatal iniciou a construção da Escola Industrial Ernani Cotrin, destinada à formação profissional e jovens.

Com a instalação da vila operária em Siderópolis, houve crescimento da atividade comercial para atender às famílias dos operários da CSN. Segundo o senhor Emeri Daleffe⁵⁴, único comerciante que restou na Rua 01, local onde se concentravam todas as casas comerciais, havia 26 estabelecimentos ao todo na época da CSN, entre eles confecções, bares, lojas de tecidos, barbearia, lojas de móveis, livrarias e outros.

Além da energia elétrica, as casas também contavam com água encanada e uma rede de esgoto bem estruturada desde 1948, fato raro na região. A condição de vida desses operários era bastante superior àquela enfrentada pelos demais na região. Conseguir um emprego na CSN era como “acertar na loteria”.

⁵⁴ Emeri Daleffe. Entrevista citada.

As inúmeras casas construídas para os operários se diferenciavam. Existiam dois modelos: as casas Tipo 1 e Tipo 2. As Tipo 1 tinham dois quartos, uma cozinha e uma sala medindo 5mx5m, com uma privada atrás. As casas Tipo 2 eram casas duplas, geminadas. Essas eram maiores e com melhor infra-estrutura, inclusive com banheiro. Nelas a água que abastecia a casa era quente, aquecida pelo fogão à lenha.

No início, quando estavam começando as primeiras obras da vila operária, as casas Tipo 1 foram utilizadas para abrigar as atividades de apoio, como o escritório, ambulatório e também serviram de residência para os primeiros engenheiros, conta o senhor Dequinha⁵⁵, operador de máquina aposentado pela CSN. Enquanto as casas dos trabalhadores não ficavam prontas, a CSN construiu alojamentos para abrigar os operários e suas famílias. O senhor Emeri Daleffe tem lembranças desses locais quando criança e assim descreve as condições em que as pessoas moravam:

A carbonífera fez um ou dois alojamentos grandes. Era uma casa só cheia de repartições, então, cada três, quatro metros havia uma família, sendo assim, tinham 40, 50 morando em um alojamento daqueles. Tinham poucos tanques para se lavar roupas. Quando uma mulher ia lavar roupas a outra queria, aí dava muitas brigas entre elas⁵⁶.

No atual bairro Rio Fiorita encontram-se as antigas instalações administrativas e operacionais da CSN, boa parte em ruínas, além dos resquícios da Vila Operária Fiorita, com suas casas Tipo 1 e na maioria Tipo 2, algumas ainda intactas. “A identificação das ruas continua sendo por números, herança de quando foi instalada a vila operária” (BERNARDO, 2004, p. 366). As famílias que ali residiram contaram com o trabalho das Pequenas Irmãs Missionárias da Caridade.

⁵⁵ Manoel Ângelo Domingos (Dequinha). Entrevista concedida a Giani Rabelo em 08/08/2005, em Siderópolis/SC.

⁵⁶ Emeri Daleffe. Entrevista citada.



Figura 12: Início da construção da Vila Operária Fiorita (casas Tipo 1) – Siderópolis/SC (1944)

Fonte: Arquivo da CSN – Arquivo Público de Tubarão/SC

Para abrigar o corpo técnico com maior qualificação, a CSN começou a construir em 1954 a Vila Residencial. Esta vila ficava distante 12 Km, aproximadamente, da vila dos operários, localizada no lugar chamado de Rio Albina e também era conhecida como Vila dos Engenheiros. As casas foram construídas com o objetivo de oferecer maior conforto às famílias dos funcionários com cargos mais altos na administração, médicos e engenheiros.

Também a alta administração do Departamento de Mineração de Carvão, em Siderópolis, que vinha se ressentindo de moradias dotadas de melhores requisitos de conforto, foi abrangida por essa política de proteção habitacional, devendo ser entregues à utilização dos beneficiários dentro de poucos dias sete unidades novas, com o que serão eliminados os inconvenientes da incômoda situação anterior. (O LINGOTE, 1955, p. 3)



Figura 13: Casa da Vila Residencial da CSN – Siderópolis/SC (1964)

Fonte: Arquivo pessoal de Emília Bragança Gyrão

As casas eram todas de alvenaria, bastante confortáveis e amplas. Dispunham de “três quartos, sala de estar, copa, cozinha, instalações sanitárias e hall de entrada. Tendo em vista as características do clima ali reinante, foram todas dotadas de lareiras, cobrindo cada uma a área coberta de oitenta e sete metros quadrados”. (O LINGOTE, 1955, p. 3). Mas nas imediações havia uma rua de casas Tipo 1, essa rua era chamada de rua do sapo.

No mesmo local ficava a casa de hóspedes com uma casa anexa, ambas de costaneira de eucalipto. A casa anexa era usada quando a casa principal ficava lotada ou quando algum funcionário recém-chegado não tinha casa e ficava ali provisoriamente até que fosse encontrada uma habitação definitiva. Na casa de hóspedes, eram recebidas pessoas de vários lugares do país e também estrangeiros. D. Emília Bragança Gyrão⁵⁷, viúva do Dr. Gyrão, médico da CSN, conta que a casa “era uma verdadeira mansão. Era de costaneira de eucalipto e envernizada por dentro e por fora, tinha salas enormes e mesas compridas”. Lembra de uma ocasião em que houve uma grande movimentação na casa quando a “Marion” foi instalada em Siderópolis. Quando chegavam visitantes importantes, os funcionários, médicos e engenheiros e suas esposas eram convocados para recepcioná-los.

Sobre isso o senhor João Rossa⁵⁸, que foi funcionário da casa de hóspedes durante quase 10 anos, e hoje está aposentado pela CSN, acrescenta dizendo que recebiam muita gente de Volta Redonda. Na casa “só se hospedava gente grande, porque rafugem não tinha vez ali”. Ele conheceu, inclusive, o Presidente Castelo Branco ali, quando este se hospedou e fazia relatórios trimestrais registrando todas as visitas e o que as pessoas vinham ali fazer.

O senhor Emeri Daleffe⁵⁹ chegou a conhecer a Vila Residencial e assim ele a descreve: “Era muito bonita, muito rica. Era um lugar que já tinha guarda, tinha vigilância naquele tempo, tinha telefone. Todos os chefes, engenheiros, moravam lá”.

A vila foi totalmente destruída para que a área pudesse ser minerada pela “Marion”. Uma nova vila, com menor número de casas, foi construída no centro de Siderópolis e algumas casas dessas existem até hoje. É conhecida como Vila da Siderúrgica.

O senhor Dequinha⁶⁰, que se aposentou como operador de máquina (Marion), confirma esse acontecimento e acrescenta dizendo que este não foi o único local destruído. Cita a Vila da Mina, com seu forte comércio, e outra vila localizada nas imediações da Capela Santa Bárbara, ambas totalmente destruídas. Segundo ele: “a máquina destruída tudo e se a

⁵⁷ Emília Bragança Gyrão. Entrevista concedida a Giani Rabelo, em 30/06/2005, em Criciúma/SC.

⁵⁸ João Rossa. Entrevista concedida a Giani Rabelo, em 11/08/2005, em Siderópolis/SC.

⁵⁹ Emeri Daleffe. Entrevista citada.

⁶⁰ Manoel Ângelo Domingos (Dequinha). Entrevista citada.

companhia se interessasse por essa vila aqui [atual bairro Rio Fiorita] para extrair carvão a céu aberto, ela mandava o pessoal sair e demolia tudo e construía outra em outro local”.

Como foi mencionado no início deste trabalho, além da unidade construída em Siderópolis para a mineração de carvão, a CSN implantou, ao mesmo tempo, uma nova unidade na cidade de Tubarão, na localidade de Capivari de Baixo. Esta segunda unidade era composta por duas estruturas: a Usina de Beneficiamento de Carvão – Lavador de Carvão - e a Usina Termoelétrica.

2.4.2.3 Tubarão: Vila Operária Mendonça Lima

Em Capivari, a montagem das instalações da CSN aconteceu entre os anos de 1943 e 1945, tornando o local um verdadeiro campo de obras. Em dezembro de 1943, contava com 2.487 trabalhadores, sendo que esse número foi reduzido para 2.192 trabalhadores em 1944, e 1.328 em 1945.

Para acolher seus operários, a CSN iniciou a construção da Vila Mendonça Lima, antes mesmo de instalar o complexo produtivo, inaugurado só em 1946. Em 1944, essa vila já estava sendo planejada, faltando a conclusão dos projetos de drenagem, água, esgoto e abastecimento para o início das obras (RELATÓRIO da CSN, 1944, p.8-9). As primeiras casas construídas para os operários eram de madeira, geminadas, e não dispunham de água encanada, energia elétrica ou qualquer tipo de saneamento básico. Posteriormente, foram construídas novas casas, de alvenaria e ainda geminadas, mas com saneamento básico. Após a construção das novas estruturas habitacionais, os moradores da antiga vila foram transferidos para as casas novas. Depois de 1945, começou a construção das casas isoladas, que, como as primeiras casas de alvenaria, contavam com toda uma infra-estrutura. Os operários pagavam um valor “simbólico” como aluguel dessas casas (GOULARTI FILHO; MORAES, 2005, p. 10).



Figura 14: Início da construção da Vila Mendonça Lima, Tubarão/SC (1944)
Fonte: Arquivo Público de Tubarão/SC

Assim como em Siderópolis, a CSN organizou uma espécie de minicidade em Capivari de Baixo, composta pelo Recreio do Trabalhador, com sala de cinema, ambulatório equipado com distribuição de medicamentos e oferta de serviços médicos e odontológicos, Jardim de Infância, armazém, padaria, refeitório, açougue, dois clubes de futebol (O Siderurgia Atlético Clube e o Nacional Atlético Clube).

Sobre toda esta infra-estrutura, Alfredo Fogaça (2001, p. 23) comenta:

Implantou-se a água encanada e tratada, esgoto pluvial e cloacal (com sistema de decantação), energia elétrica, ruas bem planejadas, praças, lotes urbanos com estrutura de lazer, casas de alvenaria foram construídas, ainda o Clube Siderurgia, Recreio do Trabalhador, campo de futebol, cinema, cooperativa de jardim de infância e escola. Tudo ofuscava o que a cidade tinha, superando a qualidade de vida das demais áreas de Tubarão. As casas dos empregados eram dotadas de telefone. Junto aos escritórios construiu-se o ambulatório médico e odontológico, além de um moderno e avançado pronto-socorro. Os remédios eram gratuitos. O armazém da CSN fornecia alimentos a preço de custo. Existia ainda uma cooperativa e havia um amplo refeitório para os empregados da siderúrgica.

Sobre este refeitório, ou melhor, o restaurante construído para os trabalhadores da CSN em Capivari, o boletim informativo O Lingote registrou a vinda de diretores de Volta Redonda para a sua inauguração, constituindo-se assim num grande acontecimento:

Em Capivari, os Diretores da CSN e comitiva foram recebidos na estação ferroviária por autoridades e pessoas gradas, destacando-se o Bispo Diocesano, o Juiz de Direito e o Prefeito Municipal, além de representantes da imprensa e do rádio. Os srs. Ismael Coelho de Souza e Paulo Mendes, acompanhados das autoridades e de numerosos operários dirigiram-se para o local, onde foi construído o Restaurante. Após a bênção das instalações por Sua Excia. Revdma. D. Anselmo Pietrulla, os Diretores e demais autoridades receberam sua bandeja, tipo SAPS, iniciando-se o almoço, que foi servido a cerca de 300 pessoas. Em seguida, os convidados percorreram todas as dependências da casa e suas instalações. (O LINGOTE, 1956, p. 10).

Na visita destes diretores, em dezembro de 1955, deu-se também a inauguração de mais duas “unidades de Serviço Social”, o Recreio do Trabalhador de Capivari e o de Siderópolis. As instalações do Recreio do Trabalhador de Capivari contavam com um salão medindo 250 m², além de uma pista de dança, palco e tela cinematográfica, salas para jogos, reuniões e leituras, além de um bar (O LINGOTE, 1955, p. 3).

Também foi construído e inaugurado, na mesma ocasião, um *Playground*, localizado na Praça Getúlio Vargas, com balanços, rodas-gigantes, gangorras, barras, paralelas, banquinhos, etc, para os filhos e filhas dos trabalhadores da CSN. Neste mesmo local, a partir de 1960 começou a funcionar o Jardim de Infância Cristo-Rei, administrado pelas religiosas do Instituto Coração de Jesus.

Para poder abrigar o corpo técnico mais qualificado que vinha do Rio de Janeiro e que assegurava o funcionamento da estrutura que a CSN montou em Capivari, foi construída a Vila dos Engenheiros, localizada num local privilegiado, no centro da cidade de Tubarão⁶¹, nas proximidades da Igreja Matriz, bem afastada da Vila Mendonça Lima, eminentemente operária. Além das casas para os engenheiros e diretores, também foi construída uma casa de hóspedes para receber visitas vindas de vários lugares do país, principalmente do Rio de Janeiro e também do exterior. Muitas vezes os hóspedes eram técnicos que permaneciam por pouco tempo para a instalação de algum tipo de equipamento no lavador de carvão ou na usina termoelétrica.



Figura 15: Vila dos engenheiros da CSN, Tubarão (década de 1940)

Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Tubarão/SC

⁶¹ Estas casas existem até hoje e nelas funcionam repartições públicas da Prefeitura Municipal de Tubarão/SC.

Josefina Furlan⁶², a Pina, que foi funcionária do Jardim de Infância Cristo-Rei, conta que para entrar nesta casa era preciso identificação e autorização. A casa era bastante luxuosa, os utensílios domésticos eram todos importados: as louças de porcelana pintadas a mão, os talheres de prata, as panelas de aço, as roupas de cama, mesa e banho. Lembra-se da casa ter hospedado autoridades famosas, como governadores e até presidente da república.

Portanto, as atividades da CSN em Santa Catarina abrangeram a extração de carvão em Siderópolis e o beneficiamento e a produção de energia elétrica em Capivari.

As vilas operárias das unidades da CSN de Siderópolis e Capivari de Baixo eram uma espécie de reprodução do que foi construído no Estado do Rio de Janeiro pela estatal. Lá, “as vilas operárias eram de padrão elevado, e a cidade de Volta Redonda apresentada como modelo do ‘Brasil do futuro’”(PIQUET, 1998, p.45).

As políticas assistenciais compreendiam vários programas, entre eles: oferta de linhas de financiamento para compra de eletrodomésticos e reforma de casas, distribuição de leite para as crianças até a idade de seis anos, serviço de transporte aos operários que estudavam, incluindo os filhos e filhas, distribuição de presentes para as crianças no Natal.

Os salários eram os mais elevados da região, além de uma série de vantagens, como quinquênios e prêmios, além da famosa “caixinha”, tipo de previdência privada que daria um rendimento maior na hora da aposentadoria.

Na área da saúde, os ambulatórios, com o tempo, foram sendo ampliados e melhor equipados, dispendo inclusive de ambulâncias. Na área do esporte, a companhia cedeu aos clubes seus estádios, como o Estádio Lírio Búrigo, em Capivari de Baixo, e o Estádio Engenheiro Mozart Vieira, em Siderópolis. Na área cultural, a CSN incentivou e financiou a criação de bandas, disponibilizou espaços físicos para as reuniões de grupos e associações, promoveu eventos esportivos e recreativos, merecendo destaque as festas que aconteciam no Dia do Trabalhador e no dia 9 de maio, dia do aniversário da CSN.

Já a Vila Operária da Carbonífera Próspera S.A., a partir de 1953, também passou a contar com alguns elementos desta política de assistência às famílias operárias.

2.4.3 As vilas operárias das demais empresas carboníferas privadas

No conjunto das vilas operárias que contaram com atuação das congregações religiosas femininas estavam: as vilas operárias de Mineração e Santana, da empresa

⁶² Josefina Furlan. Entrevista concedida a Giani Rabelo, em 06/02/2004, em Capivari de Baixo – Tubarão/SC.

MINERASIL, a Vila Operária do Rio Maina, de propriedade da Companhia Carbonífera Catarinense S.A., e a Vila Rica, pertencente à Carbonífera Treviso S. A.

2.4.3.1 Içara e Urussanga: as vilas operárias da Mineração e de Santana

No município de Urussanga, a Mineração Geral do Brasil Ltda - MINERASIL recebeu autorização do governo para minerar carvão, a partir de 1943, mas já o fazia desde 1942. A MINERASIL era uma das empresas pertencentes ao “Grupo Jafet”, formado por filhos de imigrantes libaneses radicados em São Paulo, desde o final do século XIX. Nos anos de 1950, várias jazidas de minérios e oito usinas siderúrgicas faziam parte do complexo industrial da MINERASIL, constituindo-se num dos maiores grupos familiares. “Os anos 50 foram, com certeza, o período de auge econômico e político dos Jafet. Em 1951, de acordo com levantamento realizado na época, os Jafet constituíam o segundo grupo familiar em número de empresas” (CANOSA, 2006, p. 3).

Entre as jazidas de minérios que pertenciam à MINERASIL estavam as minas de carvão localizadas na cidade de Urussanga e no distrito de Içara. No distrito de Içara, a empresa assumiu outra razão social, passando a ser denominada de Carbonífera Barão do Rio Branco. As minas de carvão desta empresa foram incorporadas pela CSN, a partir de 1968, e mais tarde, em 1982, absorvidas pela Carbonífera Próspera S.A., subsidiária da CSN, desde 1953. Em Urussanga, a empresa manteve o nome de MINERASIL e em 1967 teve todo o seu patrimônio adquirido pela Companhia Carbonífera de Urussanga - CCU (GOULARTI FILHO, 2002, p. 246).

A Carbonífera Barão do Rio Branco, com a finalidade de abrigar seus operários, construiu a Vila Operária da Mineração, no então distrito de Içara. Esta vila contou com o trabalho das Filhas do Divino Zelo. Ir. Flórida, integrante da congregação, em seu relato sobre a vila operária expressou seu estranhamento em relação àquele lugar no momento de sua chegada, em julho de 1964: “a impressão que tive, quando vi aquelas casas de madeira, que nunca tinha visto, foi de gente abandonada [...]. As casas eram todas de madeira, tipos de casa de campo ou de roça. Poucas eram casas próprias”⁶³.

D. Ana, que foi professora durante 23 anos na Escola Estadual Maria da Glória Silva, também estranhou muito o lugar. Ela morava no centro de Içara e se dirigia todos os dias para lecionar, na maioria das vezes a pé.

⁶³ Trecho da Carta da Ir. Flórida enviada à pesquisadora em dezembro de 2005.

Eu estranhei porque as casas eram todas de madeira e bem pretas, todas com cercas de estanquetas. Uma coisa que me impressionou muito, quando eu cheguei lá, foram as painéis que eram muito ariadas [reluzentes]. Nós nos espelhávamos nas painéis. As bacias de alumínio que ficavam penduradas nas paredes eram um brilho só! A primeira coisa que chamou a atenção foi aquilo ali⁶⁴.

A vila operária tinha um Posto de Abastecimento de gêneros alimentícios de primeiras necessidades e um Jardim de Infância, ambos mantidos pelo SESI. Existia também um Ambulatório Médico mantido pela própria empresa, onde trabalhava o senhor Toninho, enfermeiro, que além de atender os operários atendia os seus familiares.

Nesta vila, como nas demais, havia diferenciação entre as casas. Existiam em torno de cinco a seis casas de alvenaria onde moravam os encarregados, elas ficavam próximas do escritório da companhia. Além de possuírem mais cômodos, tinham água encanada, energia elétrica e banheiro com chuveiro elétrico e uma banheira. Mas tinha uma outra casa com mais conforto que estas, era a casa em que residiam alguns engenheiros. Ela era afastada de todas as outras, e para chegar até ela era preciso entrar numa porteira e seguir um caminho ladeado de ciprestes.

Tal residência foi construída para servir de moradia para um engenheiro que veio da Itália, mas outros também residiram nela. Nas palavras do senhor Oscar, que trabalhou como torneiro mecânico na empresa, “a gente achava aquela casa grande, um casarão, mas não era ela que era grande, eram as nossas que eram pequenas”⁶⁵. Ter acesso a esta casa era quase proibido e não era permitido às pessoas da vila operária⁶⁶.

A companhia tinha um time de futebol que fazia muito sucesso na região. Era conhecido por todos como “Barão”, em alusão à empresa que se chamava Companhia Carbonífera Barão do Rio Branco. O “Barão” tinha seu próprio estádio construído e mantido pela empresa⁶⁷. Como nos outros times de futebol das mineradoras, os jogadores eram os próprios trabalhadores que eram dispensados nos dias de jogos e não ganhavam nenhum salário extra por isso.

Os jogos eram sempre prestigiados pelos moradores e quando o time jogava fora com outro time da região um grande número de torcedores acompanhava-o. Lembro-me de ter

⁶⁴ Ana Giassi Goularti. Entrevista concedida a Giani Rabelo, em 13/01/2007, em Içara/SC.

⁶⁵ Oscar Rabelo. Entrevista concedida a Giani Rabelo, em 15/02/2007, em Criciúma/SC.

⁶⁶ Esta casa também faz parte das minhas lembranças de infância. Eu e meus colegas de escola tínhamos muita curiosidade em saber como era aquela casa por dentro. Era como se fosse uma casa de conto de fadas. Certa vez, uma de nossas professoras nos levou para fazer um piquenique nas suas imediações, mas sem adentrar no seu interior, aumentando ainda mais a nossa curiosidade.

⁶⁷ Segundo Oscar Rabelo, o primeiro campo do Barão foi na Rua da Palha, depois funcionou próximo ao escritório da empresa e por último foi construído um estádio grande, próximo a Sede Recreativa do Barão do Rio Branco.

ido num jogo entre o “Barão” e o “Metropol”, em Criciúma, com meus pais. Fomos numa lotação de ônibus, organizada pelos próprios torcedores. Aos domingos, quando havia alguma partida de futebol, a festa era grande.

Além das partidas de futebol, os bailes que aconteciam na Sede Recreativa do “Barão” eram outra forma de diversão. Estas instalações eram mantidas pela própria empresa, mas havia um outro espaço que foi construído pelas famílias negras da vila operária. Mas mesmo no clube mantido pela empresa houve época em que ele era dividido com uma corda para que brancos e negros não se misturassem.

Um outro evento muito importante que reunia as famílias operárias todos os anos, era os festejos do dia de Santa Bárbara, padroeira dos mineiros. D. Dorilda⁶⁸, que era proprietária de um salão de beleza e esposa de um operário da empresa, conta que no dia da festa ela trabalhava até o meio-dia, pois todas as mulheres queriam se arrumar para ir à festa.

A festa de Santa Bárbara era e ainda é comemorada no dia 4 de dezembro até os dias de hoje em algumas cidades da região, principalmente em Criciúma. Em várias vilas operárias mineiras da região essa era a mais importante festa religiosa, reunindo mineiros, famílias e mineradores e seus representantes.

Sobre as condições das habitações e da infra-estrutura da Vila Operária da Mineração, o senhor Oscar⁶⁹ afirma que não havia água encanada nas casas, com exceção das casas dos encarregados e engenheiros. Só muito tempo depois é que colocaram, mas a água era salobra, então as casas tinham poços artesianos e a água era tirada com balde. Quanto à energia elétrica “era só até as 11 horas da noite, depois apagava tudo”⁷⁰, acrescenta sua esposa D. Dorilda.

Animais domésticos, porcos, galinhas, vacas, terneiros e cabritas conviviam com os moradores da vila operária, principalmente com as crianças. Criava-se muitas cabritas, algumas para puxarem carrocinhas de moradores que revendiam verduras e frutas na vila operária. Apesar disso, na percepção do senhor Oscar Rabelo, o problema da mortalidade infantil era algo que não preocupava os moradores, pois “pelo que era até que morriam poucas crianças”⁷¹, afirma ele.

Na Vila Operária da Mineração havia uma concentração grande de crianças. D. Ana⁷², que como já foi mencionado anteriormente lecionava na escola estadual localizada no

⁶⁸ Dorilda Gomes Rabelo. Entrevista concedida a Giani Rabelo, em 15/02/2007, em Criciúma/SC.

⁶⁹ Oscar Rabelo. Entrevista citada.

⁷⁰ Dorilda Gomes Rabelo. Entrevista citada.

⁷¹ Oscar Rabelo. Entrevista citada.

⁷² Ana Giassi Goularti. Entrevista citada.

local, conta que muitas destas crianças freqüentavam a escola. Por conta disso eram realizados, ao invés de dois turnos, quatro turnos, denominados de turnos intermediários. Mais tarde, quando se tornou obrigatório o turno de três horas, a escola passou a oferecer três turnos, mas para poder atender todos os alunos a empresa cedeu uma casa que foi transformada em sala de aula.

Em Urussanga, a MINERASIL também organizou uma vila operária para seus trabalhadores. Ao chegar neste lugar ficam evidentes os traços deixados pela exploração de carvão e pela MINERASIL: as poucas casas da antiga vila operária, as instalações do armazém de secos e molhados do senhor Guerino Resmini, a Av. Ouro Negro, o Ginásio de Esportes João Gabriel Macari, que tem esse nome em homenagem a um dos administradores da empresa, a sede do Clube Recreativo da MINERASIL, a antiga casa das freiras e, ao lado, o salão onde eram oferecidos os cursos populares e atendidas as crianças no Jardim de Infância, além das ruínas do antigo escritório da empresa e do Posto de Abastecimento do SESI.

Mas os resquícios da MINERASIL não se resumem à Santana. No centro de Urussanga, a rua de acesso ao Parque do Vinho, antigo Retiro Pamir pertencente à empresa, leva o nome de MINERASIL. O prédio do seu escritório central ainda existe no local.

Uma das obras que chamava muito a atenção dos moradores de Santana e da região eram os teleféricos ou “cabos aéreos”, instalados em meados dos anos de 1950, para transportar carvão das minas de Santana para as caixas de carvão na localidade de Estação.



Figura 16: Teleféricos – Urussanga/SC (década de 1950)

Fonte: Jornal Vanguarda - <http://www.jvanguarda.com.br/?s=telef%EA9rico>

Nos primórdios, a Vila Operária de Santana era constituída por 500 famílias que moravam num conjunto de pequenas casas (cozinha, dois quartos e sala) espalhadas, organizadas por rua, sem água encanada, sem esgoto, sem iluminação, sem cercas. Como não tinha energia elétrica, os moradores faziam uso da lamparina durante a noite.

Sobre as casas dos operários, D. Eliza⁷³, filha de agricultor e esposa de ex-mineiro e que ainda mora no lugar, descreve-as assim: “bem pequenas, feinhas, pretas e todas iguais”. Como ela morava nas proximidades, “na colônia” como se refere, pois sua família vivia da agricultura, apesar de seu pai ser mineiro, não tinha muita familiaridade com a vila operária e por conta disso tinha certo estranhamento. A similaridade entre as casas parece ter marcado suas lembranças sobre a vila operária. Isso fica evidente quando ela conta o seguinte acontecimento: “a minha mãe veio um dia visitar uma amiga e eu fiquei na rua brincando e depois eu queria ir pra casa onde estava a minha mãe e não achei mais”.

O senhor Lorival Manoel Machado tem recordações da Vila Operária de Santana quando ainda pequeno, ao chegar de mudança com sua família em agosto de 1951. Em seu livro *Fragmentos de uma vida* ele registra suas impressões sobre o lugar. A primeira imagem que lhe vem é a da Escola Reunida Lucas Bez Bat, mas lembra também da Igreja e do campo de futebol que ficava ao lado. A sua casa estava localizada no centro da vila operária. Cada rua tinha uma bica d’água. Uma coisa que lhe chamou atenção foi a existência de luz elétrica. Menciona que ficou maravilhado com aqueles bicos de luz pendurados, ligados às lâmpadas por benjamins, e não via a hora de chegar a noite para ver a luminosidade das lâmpadas. A partir de suas memórias, ele assim descreve a vila operária:

Santana, era um lugar alto, de um visual muito bonito, de clima temperado com bastante geadas no inverno talvez provocadas pela aproximação da serra geral, e relativamente quente no verão. Até a década de 1950 uma boa parte da natureza ainda era primária, com várias cachoeiras nas proximidades da vila, e uma vasta extensão de mata atlântica ainda virgem, com uma enorme riqueza de caça de toda espécie [...]. Na parte mais plana se localizava o centro comercial. Era constituído de dois grandes armazéns de secos e molhados, um reembolsável tipo Cobal. Além de algumas bodegas, bares bem montados, uma farmácia, uma alfaiataria, um gabinete dentário, um açougue, dois cinemas e dois clubes recreativos, um de branco e um de negro. (MACHADO, 2003, p. 52-53)

Ozaide⁷⁴ morou durante 14 anos na Vila Operária de Santana. Ela, em 1957, saiu de Mineração de Içara para acompanhar seu marido, Ramos Rousenq, que foi transferido da Carbonífera Barão do Rio Branco, do mesmo grupo, para atuar como encarregado. Residia na

⁷³ Eliza Maria Mariot Sartor. Entrevista concedida a Giani Rabelo, em 25/01/2007, em Santana-Urussanga/SC.

⁷⁴ Ozaide Rabelo Rousenq. Entrevista concedida a Giani Rabelo em 14/01/2007, em Içara/SC.

rua que tinha em torno de oito casas, um pouco melhores que as demais. Era a rua dos encarregados. Estas casas, também de madeira, eram melhores porque tinham uma varanda grande, três quartos, sala, cozinha, banheiro com chuveiro elétrico e com água aquecida pelo sistema de serpentina. “Era coisa fina”, diz ela. A casa do engenheiro era bem grande e de alvenaria, com três quartos, sala, cozinha e banheiro. Para ela, nos 14 anos que morou na vila operária nada mudou, sempre foi do mesmo jeito. Hoje foi tudo destruído, restam pouquíssimas casas operárias.

As Irmãs Beneditinas da Divina Providência atuaram na Vila Operária de Santana. Ir. Emanuele⁷⁵, que trabalhou nesta vila operária junto a outras religiosas, em poucas palavras relata as suas impressões sobre o lugar no momento de sua chegada: “Não tinha nada ali”!.

No atual bairro Santana, mesmo não sendo mais uma vila operária, algumas referências do tempo passado ainda permanecem no imaginário dos moradores. Uma delas é a chamada “rua da farofa”, onde moravam as famílias mais pobres e, segundo alguns moradores, ali as famílias tinham a farinha de mandioca como um dos principais alimentos diários. A explicação dada a D. Eliza, quando criança, por sua mãe, era de que os moradores daquela rua “só comiam farofa, era só o que eles tinham⁷⁶”. Além das casas, havia a Igreja, o Clube Recreativo e Esportivo da MINERASIL, duas lojas e farmácia. Para a Vila Operária de Santana vieram muitas pessoas de Criciúma, Lauro Muller, Barro Branco e, também, de Braço do Norte.

No Clube Recreativo da MINERASIL, todos os anos eram organizados dois blocos carnavalescos, que disputavam entre si, um da turma de baixo da vila operária e outro da turma de cima e “cada um queria se apresentar melhor que o outro”, conta D. Ozaide⁷⁷, que cedia sua casa para a confecção das fantasias de seu bloco. Isso difere um pouco do que acontecia com os operários de uma outra empresa de propriedade dos mesmos donos da MINERASIL, ou seja, do Grupo Jafet. Em São Paulo, a empresa apoiava as atividades carnavalescas organizadas pelos seus trabalhadores e

Assim, todo ano, três meses antes do carnaval, a seção de carpintaria da Usina trabalhava em função das alegorias que os trabalhadores da empresa apresentavam no desfile de carros alegóricos que se apresentavam nas ruas da cidade. O material gasto era custeado pela empresa e os operários, que participavam do trabalho de produção dos carros alegóricos, recebiam pagamento de horas-extras. (CANOSA, 2006, p. 6)

⁷⁵ Ir. Emanuele. Entrevista concedida a Giani Rabelo, em 30/06/2005, em Nova Veneza/SC

⁷⁶ Eliza Maria Mariot Sartor. Entrevista citada.

⁷⁷ Ozaide Ramos Rouseng. Entrevista citada.

No clube da MINERASIL aconteciam grandes bailes, alguns inclusive com escolha de rainhas. Também existia o famoso Clube do senhor Joaquim, que permitia a entrada de brancos e negros, mas o salão era dividido com uma “cerquinha” para que os dois segmentos não se misturassem.

Assim como em boa parte das minas, existia ali uma sala de cinema onde eram exibidos vários filmes. O pai de D. Eliza era sócio do Cine Santana. Sobre isso ela relata que “o cinema nós aproveitamos, meu pai deixava porque a mãe vinha junto. À noite ele ia trabalhar e a gente vinha pro cinema”⁷⁸. Quando o filme era bom aconteciam até três sessões por dia. Aos domingos aconteciam as matinês. Além da exibição de filmes famosos, também aconteciam shows com cantores de renome nacional, como as Irmãs Galvão e a dupla Cascatinha e Ana.

O senhor Lorival não perdia nenhuma das matinês, “vibrava de emoções com os filmes de *farwest*, os saques rápidos, os tiros certos e os punhos justiceiros dos mocinhos contra os fora da lei”. Lembra-se até dos “mocinhos”, como: Jhony Mac Blow, Wip Wilson, Charles Starret, Durango Kid, Allan Rock Lane, Gary Cooper, Randolph Scott, Rod Cameron, Buck Jones, Roy Rogers, entre outros. Nomes de atrizes e atores italianos famosos também ficaram arquivados em suas memórias: Marcelo Mastroiane, Gina Lologrigida, Sofia Loren, Silvana Pampanini, Silvana Manganni e Liberta Lamark são alguns deles. Títulos de filmes e seriados também não foram totalmente esquecidos, como “A flecha e o gavião”, “A Deusa de Joba” e “Homens rãs” (MACHADO, 2003, p. 55).

Como argumenta D. Ozaide⁷⁹, ali tinha tudo o que se tinha direito na época como diversão. “A gente não via a hora que chegasse o domingo para ter o que fazer”. Nos dias de jogos, por exemplo, ninguém ficava em casa. Ainda sobre as partidas de futebol entre o Clube MINERASIL com outros times da região, D. Eliza⁸⁰ diz que “trabalhava animada a semana toda porque ia ter jogo no domingo do MINERASIL”. Para ela, “nunca teve festa tão boa quanto esse campeonato da MINERASIL”.

O time da MINERASIL teve uma atuação muito importante na região, chegando a ser uma das grandes equipes da primeira divisão. Disputou com o famoso Metropol, Atlético Operário, Comerciário, Ouro Preto e Próspera. Era totalmente financiado e mantido pela empresa, inclusive o salário dos seus jogadores, que eram funcionários da empresa. Essa prática não era uma especificidade da MINERASIL em Santana, mas algo comum entre as

⁷⁸ Eliza Maria Mariot Sartor. Entrevista citada.

⁷⁹ Ozaide Ramos Rouseng. Entrevista citada.

⁸⁰ Eliza Maria Mariot Sartor. Entrevista citada.

demais mineradoras da GBL da região e também de outras empresas no país. Na usina da Mineração Geral do Brasil, em São Paulo, “alguns operários foram trazidos para trabalhar na MGBL por causa de seus ‘dotes esportivos’. Os operários atletas tinham certas regalias: recebiam tarefas consideradas mais leves e tinham tempo para treinar sem que esse tempo fosse descontado do salário” (CANOSA, 2006, p. 8).

Além dos bailes, dos shows, das sessões de cinema e das partidas de futebol, os moradores da Vila Operária de Santana também puderam contar com espetáculos circenses, festas e serviço de alto-falante que funcionava o dia inteiro com noticiários, anúncios e dedicatórias.

Para atender a saúde das famílias da Vila Operária de Santana no aspecto da saúde existia apenas uma farmácia. Em geral as pessoas recorriam ao Hospital de Urussanga, que realizava inúmeras internações. Muitas vezes as pessoas iam consultar e ficavam internadas.

Anos mais tarde, a Vila Operária de Santana foi muito afetada pela mineração a céu aberto. Há aproximadamente 25 anos, a empresa Treviso começou a explorar o carvão no local. Como a empresa tinha uma draga, também denominada de Marion, mas em menor porte do que aquela de propriedade da CSN, D. Eliza lembra que

Eles detonavam o solo dia e noite com a Marion, e quanto eles detonavam nós tínhamos que correr para o pasto. Eu lembro que eu estava grávida da caçula e eles pediram para irmos para lá e há mais ou menos uns dois metros caiu uma pedra enorme que podia até ter matado a gente. O meu tio vendeu suas terras para a empresa poder minerar e foi morar em Urussanga⁸¹.

Mas a degradação não foi o único traço de destruição deixado pela exploração do carvão em Santana. No dia 10 de setembro de 1984 aconteceu em Santaninha, próximo a Santana, um dos maiores acidentes da região, talvez do país, já ocorridos em minas de carvão. Até hoje a população ainda sente a perda de 31 mineiros que morreram numa explosão causada pelo gás metano.

2.4.3.2 A Vila Operária de Rio Maina

A Vila Operária do Rio Maina, em Criciúma, ganhou impulso com a instalação da CCC - Companhia Carbonífera Catarinense S.A., ocorrida em 1942⁸². Um de seus donos,

⁸¹ Eliza Maria Mariot Sartor. Entrevista citada.

⁸² A Companhia Carbonífera Catarinense foi constituída em 15 de maio de 1942 (HEIDEMANN, 1981, p. 51).

Pedro Benetton, já havia minerado o local dois anos antes, explorando o carvão em seis frentes de trabalho a céu aberto e subsolo. Ao associar-se a centenas de colonos do Distrito de Rio Maina e tendo a seu lado Luiz Lazzarin, acabou fundando a empresa. (NASPOLINI FILHO, 2000, p. 162). Posteriormente, um de seus acionistas, Fidelis Barato, assumiu a direção da empresa, que atuou até meados dos anos de 1990 no local. Atualmente, a empresa está instalada em Guatá, no município de Lauro Müller, tendo como sócia gerente Astrid Barato Mendonça.

De acordo com Flávio Ronchi, mineiro aposentado, ex-vereador e memorialista do lugar, Rio Maina⁸³ teve sua origem com a chegada da primeira leva de imigrantes italianos nos anos de 1890. As poucas famílias que ali se fixaram exerciam atividades agrícolas, como os demais imigrantes da região, e aos poucos o núcleo de imigrantes foi se desenvolvendo. Mas, com a abertura das minas de carvão e com a aquisição destas pela Companhia Carbonífera Catarinense S.A., houve um crescimento econômico e populacional considerável, elevando o local à condição de distrito de Criciúma. Mesmo com uma extensão territorial pequena, contou com uma reserva considerável de carvão, por isso a existência de tantas “bocas-de-minas”. O mesmo senhor Flávio Ronchi, que trabalhou desde os 13 anos em mina de carvão, afirma que a construção do trecho ferroviário ligando Criciúma a Siderópolis favoreceu definitivamente a região de Rio Maina, assegurando-lhe a condição de um dos grandes pólos da indústria extrativa da região carbonífera (RONCHI, 1990, p. 59).

Entretanto, as atividades extrativas do carvão, de um lado, trouxeram crescimento econômico, mas de outro trouxeram um crescimento populacional desordenado, acompanhado de sérios problemas sociais e também ambientais. O senhor Flávio lamenta esse contra-senso entre a riqueza de alguns e a degradação herdada pelos moradores do lugar. Nos trechos do poema intitulado *Hino à Rio Maina*, de sua autoria, ele expressa essa realidade:

[...] Da entranha, que abriram
as riquezas que se foram,
do rio, as águas que beberam
hoje teus filhos, já não tomam.

[...] Da riqueza o carvão, muitos
homens vieram trabalhar em
suas minas. Cuidou da riqueza,
esqueceu a natureza.
(RONCHI, 1990, p. 77).

⁸³ A denominação Rio Maina tem suas raízes na chegada dos imigrantes italianos, quando estes, para matar a sede ou driblar a fome, bebiam água num rio, passando a chamá-lo de Rio Manhá, que em italiano significa manjar. Mais tarde o pequeno vilarejo passou a se chamar Rio Mainá, porém, com “a obrigatoriedade de comunicação na língua brasileira e nos ensinamentos escolares fez com que o MANHÁ passasse, no vocábulo, à MAINA [...].(RONCHI, 1990, p. 51).

Fazem parte do distrito de Rio Maina os bairros São Marcos, Mina do Toco, Metropolitana, Laranjinha, Vila Zuleima, Cidade Mineira, Santa Luzia, Mãe Luzia e São Defende, mas é o centro do distrito, onde está localizada a Igreja, que tem a denominação de Rio Maina propriamente dito.

Com a abertura das minas, os operários que chegavam de fora, em geral do litoral, não tinham onde morar e por isso recebiam da companhia uma pequena casa. A princípio, os operários pagavam “um aluguelzinho” para a empresa. Eram casas simples, de 5 m x 6m, de duas águas, com cumeeira, sem forro, com poucos cômodos e com uma privada, como nos conta o senhor Flávio⁸⁴.

O centro da localidade do Rio Maina tinha uma “operária”, como menciona D. Zenaide⁸⁵, moradora do lugar desde 1942: “as casinhas eram de madeira, não eram pintadas, não tinham banheiro, tinha dois quartos, uma salinha e uma cozinha”.

Há indícios de que as primeiras minas de carvão foram abertas por pequenas empreiteiras ainda no início dos anos de 1920. Mas a empresa que de certa forma monopolizou a exploração de carvão no distrito foi a Companhia Carbonífera Catarinense.

D. Zenaide⁸⁶ conta, ainda, que os primeiros operários não eram contratados formalmente, alguns vindos de fora, trabalhavam e recebiam uma “ficha” que trocavam por mantimento nos armazéns. O seu pai tinha um desses armazéns, ele as recebia e depois trocava por dinheiro na empresa. A essa “ficha” era dado o nome de “patacão”, recebido diariamente e depois semanalmente. Existia um pequeno comércio na vila operária e aos operários considerados bons pagadores de suas dívidas eram concedidas cadernetas. Nelas, eram anotadas as mercadorias com seus respectivos valores, compradas durante o mês, a serem pagas no dia do recebimento dos salários.

Havia também um Posto de Abastecimento do SESI que funcionou durante muito tempo, até que foi fechado, devido às inúmeras greves acompanhadas de algum tipo de ganho salarial, acarretando o corte de alguns benefícios por parte da empresa⁸⁷.

Quanto ao lazer, os operários contaram principalmente com a exibição de filmes, clube recreativo, time e campo de futebol. Quem fazia a projeção dos primeiros filmes, mudos ainda, era o senhor Mário Benedet. Posteriormente, foi instalada uma sala de cinema num

⁸⁴ Flávio Ronchi. Entrevista concedida a Giani Rabelo, em 17/01/2007, em Criciúma/SC.

⁸⁵ Zenaide Savi Monde Stradiotto. Entrevista cedida a Giani Rabelo, em 27/12/2004, no Distrito de Rio Maina-Criciúma/SC.

⁸⁶ Zenaide Savi Monde Stradiotto. Entrevista citada.

⁸⁶ Zenaide Savi Monde Stradiotto. Entrevista citada.

⁸⁷ Flávio Ronchi. Entrevista citada.

casarão, que está de pé até hoje. Ligado ao time da Catarinense e ao estádio de futebol, havia um clube recreativo. Na área da saúde, existia um ambulatório onde funcionava o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Trabalhadores de Transportes e Cargas – IAPETC⁸⁸.

No auge da Vila Operária do Rio Maina, residiram ali cerca de 500 famílias. Os serviços de abastecimento de água encanada e de energia elétrica aconteceram tardiamente. Nos anos de 1960, foi instalado um gerador de energia elétrica, anos depois uma cooperativa que a distribuiu e mais tarde esta foi assumida pelas Centrais Elétricas de Santa Catarina - CELESC. A água encanada foi instalada pela Comissão do Plano do Carvão Nacional - CPCAN, primeiramente “puxada por mangueiras” que foram, tempos depois, encampadas pela Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN⁸⁹.

Nesta vila operária atuaram as Pequenas Irmãs da Divina Providência. Segundo Ir. Cláudia⁹⁰, que atuou no Rio Maina logo após o fechamento da Casa Assistencial “Imaculada Conceição” da Vila Operária da Próspera, mesmo vindo pessoas de fora para trabalhar nas minas, a maioria dos operários eram da própria redondeza, antigos agricultores. Esse fator colaborou para que o nível de vida fosse melhor, “porque lá [Vila Operária da Próspera] era gente que vinha de todos os lados e aqui [Vila Operária do Rio Maina] era gente mais da casa”.

Mesmo já havendo um nível de vida um pouco melhor, quando Ir. Cláudia começou a ter mais contato com a Vila Operária do Rio Maina, nos idos dos anos de 1960, as famílias conviviam também com os problemas de habitação e mortalidade infantil. Muitas casas não possuíam água encanada, tampouco luz elétrica. D. Zenaide⁹¹ lembra que quando era criança aconteciam até dois enterros por dia. Como o seu pai, além de ser dono do armazém, era encarregado do cemitério, ela lembra que ele anotava os enterros num caderno e muitas anotações eram referentes ao falecimento de crianças muito pequenas, muitas delas recém-nascidas.

Existiam dois sinos na Igreja: um pequeno e um grande. Quanto tocava o sino pequeno, significava a morte de crianças. Ir. Alair⁹², pertencente à Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência e que trabalhou na Vila Operária do Rio Maina, lembra de ouvir tocar muitas vezes este sino quando veio trabalhar no Rio Maina, em meados dos anos 1960. Segundo ela, era muito comum as mães dizerem: “morreu mais uma criancinha”. Lembra-se

⁸⁸ Flávio Ronchi. Entrevista citada.

⁸⁹ Flávio Ronchi. Entrevista citada.

⁹⁰ Ir. Cláudia. Entrevista citada.

⁹¹ Zenaide Savi Monde Stradiotto. Entrevista citada.

⁹² Alair Batista de Assis. Entrevista concedida a Giani Rabelo em 27/12/2004, em Criciúma.

também que inúmeras crianças desnutridas davam entrada no Hospital São João Batista de Criciúma.

2.4.3.3 Carbonífera Treviso S. A.: a Vila Rica

A Vila Rica, de propriedade da Carbonífera Treviso S.A., foi projetada em 1958 pelo arquiteto Fernando Carneiro, numa área de 527.000 m², localizada no centro da cidade de Siderópolis. Este núcleo de operários pôde contar com a atuação das Pequenas Missionárias da Caridade. A empresa foi constituída em 8 de agosto de 1951 e sua sede ficava no Rio de Janeiro (HEIDEMANN, 1981, p. 52).

A vila permaneceu como propriedade da empresa até 1988, quando deu início o processo de venda das casas e lotes, priorizando seus operários. Esta vila foi projetada com base no conceito de Cidades-Jardins⁹³, diferenciando-se das demais vilas operárias da região, pelas casas de alvenaria padronizadas, com maior número de cômodos – três quartos, uma cozinha, uma sala, um banheiro, uma área de serviço e uma varanda, sem limitações de lotes, mas principalmente pela presença de reservas de áreas verdes. Estas, por sua vez, ficaram constituídas através de passeios gramados, compondo os locais de convivência e integração.

Neste tipo de cidade ou, mais exatamente, bairro como acabou resultando em várias experiências pelo mundo ocidental, dá-se valor à arborização que é utilizada em praças, arruamentos e em jardins-praças internos, o que fornece uma sensação de ambiente natural e propicia uma melhor qualidade do ambiente com um agradável visual e beleza estética diferenciada, valorizando economicamente o local (ZANETTE; CHINI; DE LUCCA, 2005, p.1)

Além das moradias, no projeto da Vila Rica constava a construção de quatro equipamentos comunitários: ambulatório médico, jardim de infância, armazém e clube recreativo. Destes, apenas o ambulatório foi construído. A Carbonífera Treviso mantinha dois jardineiros para fazer a manutenção da área verde que, além de arbustos, tinha vegetação rasteira.

Atualmente, poucas casas encontram-se com a mesma arquitetura projetada na época. Parte sofreu mudanças resultantes das reformas, outras foram demolidas, sendo que, das 68 casas, apenas 18 encontram-se intactas. Os lotes também foram alterados, alguns

⁹³ Cidade-Jardins trata-se de um “conceito urbanístico criado por Ebenezer Howard no final do século XIX, e adotado no Brasil pela Cia. City (City of São Paulo Improvements and Freehold Land Company Limited) por meio dos arquitetos Raymond Unwin e Barry Parker”. (ZANETTE; CHINI; DE LUCCA, 2005, p.1)

desmembrados e a maioria teve seus limites demarcados com muros de alvenaria e estruturas metálicas. Dos cinco passeios projetados, na época, restaram apenas dois, também alterados.

Ao me aproximar das vilas operárias que compuseram o campo de atuação das congregações religiosas femininas, pude observar algumas regularidades e singularidades. O que é comum na maioria das vilas operárias são as pequenas e precárias casas de madeira, sem instalações sanitárias e localizadas em áreas cobertas por pirita, sem nenhum tipo de saneamento básico. Já as casas das vilas operárias instaladas nas unidades da CSN em Siderópolis e em Capivari/Tubarão se diferenciavam substancialmente, principalmente no que diz respeito às instalações sanitárias e diversidade dos tamanhos.

Entretanto, nos dois modelos de vila operária, ou seja, aquelas de empresa privada e outras de estatal, percebemos a distinção acentuada das casas de engenheiros e daqueles que ocupavam cargos administrativos. Além disso, entre as casas dos operários aparece uma outra diferenciação: as dos encarregados e capatazes são melhores do que aquelas que eram ocupadas pelas famílias dos operários que desempenhavam nas áreas produtivas. A hierarquia do processo produtivo se desdobrava na arquitetura das casas das vilas operárias, acompanhadas de uma separação espacial, funcional, estética e quanto às dimensões.

No que tange ao lazer, nas atividades para o preenchimento do tempo “improdutivo” dos operários e de suas famílias predominava o futebol, o cinema e os bailes. Tais formas de diversão, de uma maneira ou de outra, eram promovidas e controladas pelas empresas. Os clubes esportivos e os campos de futebol eram construídos com recursos advindos das empresas, o mesmo acontecia com o pagamento dos jogadores, que ocupavam alguns cargos e eram liberados para os treinamentos e jogos.

Nos clubes recreativos eram organizados bailes e festas. Os bailes de carnaval e as festas do Dia do Trabalhador eram os principais eventos, além do Dia da Criança, intensamente comemorado nestes locais. Era muito comum a existência de duas sociedades recreativas nas vilas operárias, uma para brancos e outra para negros. As sociedades recreativas para brancos geralmente contavam em sua presidência diretores, engenheiros e funcionários da área administrativa. O mesmo acontecia com os clubes esportivos.

Uma outra maneira que os donos e diretores das empresas encontraram para ocupar os trabalhadores e seus familiares nas horas ociosas foi o cinema. Vários filmes, na maioria americanos, eram projetados em locais improvisados ou em salas de cinema mantidas por empresas especializadas. Os operários, suas mulheres, filhos e filhas freqüentavam assiduamente as sessões. Isso se aproxima do que Sheila Schvarzman (2005, p.154), observou sobre a sedimentação da linguagem cinematográfica no Brasil, mais especificamente nos anos

20 em São Paulo, quando ela afirma que “no Brasil, e mais especificamente em São Paulo, o cinema começou como um divertimento de feira, essencialmente masculino, e evoluiu para uma freqüentação proletária e popular no início dos anos 20, como em outras partes do mundo [...]”.

Outro aspecto coincidente no cotidiano das vilas operárias foi a freqüência intensa da mortalidade infantil. Registra-se, apenas, a exceção das vilas operárias da CSN, onde as condições de moradia e o acompanhamento a recém-nascidos uma prática mais estruturada e sistemática. Crianças carregando as “carneirinhas” em procissão até o cemitério é cena mencionada como muito comum para os moradores das vilas operárias.

As primeiras vilas operárias que contaram com a atuação das congregações religiosas femininas na região foram aquelas situadas em Lauro Müller, na época ainda distrito da cidade de Orleans. A partir de 1953, as vilas operárias localizadas no centro de Lauro Müller - nas proximidades do Lavador de Carvão - Itanema, Barro Branco e Guatá, pertencentes à Companhia Nacional de Mineração de Carvão Barro Branco – CNMCBB, puderam contar com o trabalho assistencial e religioso das freiras do Instituto Coração de Jesus.

Em abril de 1954, um ano depois da instalação das religiosas do Instituto Coração de Jesus, chegaram a Rio Maina - atual distrito de Criciúma -, as Pequenas Irmãs da Divina Providência, sendo ali, por elas, instalada, a Casa Assistencial “São José”. Esta vila operária pertencia à Companhia Carbonífera Catarinense S.A.

No ano seguinte, em 1955, a mesma congregação instalou-se na Vila Operária da Próspera. Esta vila pertencia à Carbonífera Próspera, subsidiária da Companhia Siderúrgica Nacional-CSN, de Volta Redonda/RJ.

No mesmo ano em que as Pequenas Irmãs da Divina Providência foram trabalhar na Vila Operária da Próspera, isto é, em 1955, as Irmãs Beneditinas da Divina Providência se alojaram na Vila Operária de Santana, em Urussanga. Estas religiosas já estavam atuando em Urussanga desde 1943, quando assumiram a administração e os serviços de enfermagem do Hospital Nossa Senhora da Conceição. (TRIBUNA MUNICIPAL, 1984, p. 271)

Em 1956, três anos depois de se instalarem nas vilas operárias de Lauro Müller, as religiosas do Instituto Coração de Jesus passaram a atuar também na Vila Mendonça Lima, de propriedade da CSN, em Capivari de Baixo, na época pertencente ao município de Tubarão.

Também em 1956, as Pequenas Irmãs Missionárias da Caridade chegaram às vilas operárias de Siderópolis, com o desenvolvimento do trabalho na Vila Operária Vila Rica, de propriedade da Carbonífera Treviso e na Vila Operária Fiorita, de propriedade da CSN.

No ano de 1959, por sua vez, as Filhas do Divino Zelo começaram a trabalhar na Vila Operária da Mineração, localizada no então Distrito de Içara. Neste mesmo ano, as Irmãs Beneditinas da Divina Providência se instalaram na Operária Velha, em Criciúma.

A partir de 1964, as Pequenas Irmãs da Divina Providência - que já atuavam nas vilas operárias de Rio Maina, da Próspera e Operária Velha, em Criciúma - estenderam suas ações em mais onze núcleos de trabalhadores, localizados na mesma cidade: União (Cidade Mineira), Metropolitana, São Marcos, Boa Vista, Vila Visconde, Mina do Mato, Mina Napolini, Mina do Bainha, Linha Batista, São Simão e Operária Nova. Esse trabalho foi oportunizado através de um convênio com a Sociedade de Assistência aos Trabalhadores do Carvão - SATC.

Além desse trabalho, supervisionaram as outras congregações que continuaram atuando em Içara, Siderópolis e Lauro Müller, ou seja, as filhas do Divino Zelo, as Pequenas Irmãs Missionárias da Caridade e o Instituto Coração de Jesus, respectivamente.

Ao todo, atuaram em seis cidades do complexo carbonífero e em vinte vilas operárias, entre os anos de 1953 a 1982, sendo que o maior número encontrava-se em Criciúma, ou seja, quatorze na sua totalidade.

As más condições de vida dos operários e de suas famílias serviram de principal fundamento para as ações que compuseram as pedagogias missionárias das cinco congregações que se instalaram nas várias vilas operárias do complexo carbonífero.

2.6 AS CONDIÇÕES DE VIDA NOS DISCURSOS E INICIATIVAS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

O custo social e ambiental herdado pela região que serviu de base para o desenvolvimento das atividades carboníferas e seus sujeitos, durante o século XX, no sul de Santa Catarina, foi muito alto. Os problemas sociais foram se avolumando na mesma proporção em que crescia o número de minas e, conseqüentemente, o número de trabalhadores e vilas operárias.

Paralelamente aos discursos que exaltavam o “progresso” das cidades envolvidas pelas atividades do complexo carbonífero, proliferavam discursos que denunciavam os prejuízos à qualidade de vida dos moradores da região. Via de regra, as reivindicações alicerçavam-se na idéia de que era necessário ampliar e melhorar as redes de assistência social aos operários e a seus familiares.

Vale lembrar, no entanto, que esta não era a realidade dos trabalhadores que residiam nas vilas operárias mantidas pela CSN. A estatal oferecia aos seus operários uma estrutura assistencial incomparável àquela ofertada pelas outras empresas. Nesta esteira também trilhou a Carbonífera Próspera quando se tornou subsidiária da CSN em 1953, mas com medidas mais acanhadas na área social comparada àquelas realizadas nas minicidades instaladas em Capivari e Siderópolis.

A Sociedade Carbonífera Próspera S.A. adota os mesmos princípios que baseiam o plano de assistência social da CSN. Atualmente, vem sendo posta em prática, em Criciúma, cidade onde a empresa mantém a sua sede e onde está localizada o sítio de suas atividades extrativas, uma série de providências destinadas a elevar o nível de vida de seus operários. Destacam-se entre essas o acordo assinado com o Serviço Social da Indústria para manutenção de posto de abastecimento de gêneros alimentícios; a instalação de um serviço de visitadoras sociais, a cargo das Pequenas Irmãs da Divina Providência, bem como de farmácia, ambulatório e consultório médico. (O LINGOTE, 1956, p. 10)

A estatal prestava, a seus operários e familiares, serviços de assistência social, educacional, alimentar, médico-hospitalar, habitacional, auxílios e financiamentos. No relatório de atividades encaminhado a Volta Redonda, referente ao ano de 1966, assinado pelo senhor Miguel Ximenes de Melo, chefe do Departamento de Pessoal e Social – SC (Tubarão e Siderópolis) constam várias atividades, como: concessão de casas aos operários; financiamentos de bicicletas, automóveis, construção e ampliação de casas próprias; atendimentos na área social; oferta de cursos rápidos para jovens e familiares de operários; cursos técnico-profissionalizantes; concessão de bolsas de estudo; manutenção de bandas de música; escotismo; atividades recreativas; auxílio financeiro a entidades recreativas, esportivas, religiosas, educacionais e beneficentes; venda de produtos de primeira necessidade, incluindo carne e pães, com valores diferenciados; fornecimento diário de refeições aos operários; atendimento ambulatorial; assistência médico-farmacêutica; fornecimento de leite em pó e de vaca através de lactário; convênios para assistência médico-hospitalar e atendimento odontológico (RELATÓRIO de atividades do DPS-SC, 1966).

Vale ressaltar que, anos mais tarde, a Diretoria da CSN de Volta Redonda denominou suas próprias políticas de cunho assistencial como “atitude de cunho paternalista”. Em sessão ordinária promovida pela referida diretoria, ocorrida em 16 de agosto de 1968, o assunto tratado foi a redefinição da política social e assistencial da estatal. No extrato da ata da reunião ficou registrado:

A assistência social que a CSN vem executando desde sua fundação em favor do homem que lhe presta serviços e da comunidade onde atua, vem sofrer uma modificação de atitude que deverá marcar nitidamente duas fases de sua existência, isto é, aquela em que a CSN chamava a sua responsabilidade principal a solução de todos os problemas individuais ou da comunidade e aquele que se inaugura agora, após a aludida modificação de atitude, quando irá agir segundo as técnicas e princípios mais modernos dos serviços sociais, por entender não mais se justificar a atitude anterior de cunho paternalista, ditada pelas peculiares condições de sua ação pioneira, marcante na instalação da indústria do aço no Brasil. Visa a nova orientação a mudar o eixo do intervencionismo da Companhia ao nível de comunidade, deixando de ser uma intervenção direta, suprimindo os recursos necessários, para ser uma intervenção indireta, de mobilização de esforços e de incentivo a auto determinação dos indivíduos e grupos⁹⁴.

A nova atitude definida para o campo da ação social partia da premissa de que a CSN, com sua política assistencialista, que era onerosa, havia, de um lado, afugentado a iniciativa particular e, de outro, criado a ilusão de não ter necessidade de se instalarem serviços assistenciais comunitários oficiais ou semi-oficiais, portanto sustentados pelo Estado. Um outro elemento determinante para que ocorresse este retraimento foi a necessidade de atender a um programa de severas economias, ditadas pela conjuntura econômica e financeira da empresa.

De qualquer modo, vale ressaltar que se para os trabalhadores da CSN, até meados da década de 1970 houve uma sólida política assistencial, para a maioria dos trabalhadores mineiros e suas famílias a realidade era sofrível. Discursos manifestaram posições a respeito das questões sociais, havendo a convergência de vários segmentos, entre eles: o governamental, o empresarial, o médico, o político e o eclesial. Tais discursos entrelaçavam-se em torno de um único objetivo: melhorar as condições de vida daqueles que tinha tido usurpada, não só sua força de trabalho, mas muitas vezes a própria vida em favor da expansão do complexo carbonífero.

As práticas discursivas proliferaram igualmente por meio das instituições que representavam estes segmentos sociais, com o intuito de produzirem sujeitos necessários ao desenvolvimento do complexo carbonífero da região. Mas, parafraseando Celi Pinto, a constituição destes sujeitos para atuar nas atividades oriundas da exploração do carvão não foram as causas que originaram os discurso, mas foram efeitos discursivos (PINTO, 1989, p. 25). Como lembra a autora, é preciso analisar as práticas discursivas na relação com as práticas não discursivas, pois, “se, por um lado, o discurso necessita de um aparato não discursivo para ser enunciado, por outro ele renova este aparato no seu próprio interior [...]” (PINTO, 1989, p. 24). Sendo assim, é importante pensar que os discursos não foram simplesmente produtos das preocupações do governo, dos empresários, dos médicos, dos

⁹⁴ Extrato da Ata da sessão ordinária da Diretoria, realizada em 16 de agosto de 1968.

políticos, dos católicos, mas causaram também efeitos sobre as próprias instituições que serviram de suporte para sua enunciação.

Uma rede de instituições governamentais e não governamentais foi constituída com o intuito de abrandar os graves problemas gerados pelo “progresso” desordenado, pela urbanização desenfreada e pela própria degradação da atividade carbonífera estruturada em moldes arcaicos. As famílias foram desorganizadas no momento em que se transferiram e suas regiões de origem e reorganizadas nas vilas operárias mineiras, em processo de implantação.

Houve, por parte do Estado e destas instituições, a tentativa de higienizar, medicalizar, disciplinar, evangelizar os operários e suas famílias e, principalmente, incutir novos hábitos e valores no cotidiano das vilas operárias, a fim de produzir operários obedientes, disciplinados e produtivos.

A reorganização e ajustamento da vida das famílias à realidade das vilas operárias implicaram a criação e financiamento de programas assistenciais por parte do Estado, empresários, Igreja e sociedade civil organizada, alguns mais eficazes que outros. Esta gestão das famílias nos faz pensar sobre a tomada do poder sobre o corpo e sobre a vida dos sujeitos no estado moderno, discutido e conceituado por Foucault (2001) como bio-poder.

Para o autor o bio-poder se deu de duas formas diferentes, mas complementares. Inicialmente, centrou-se na disciplinarização do corpo do indivíduo com a finalidade de adestrá-lo para ampliar suas aptidões, extorquindo suas forças, aumentando sua utilidade e docilidade para melhor integrá-lo aos controles eficazes e econômicos. Posteriormente, o poder sobre a vida elegeu como objeto o “corpo-espécie, transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar[...]”. O conjunto destes processos foi materializado por meio de intervenções e controles reguladores, que Foucault (2001) chamou de bio-política da população.

Portanto, para Foucault (2001, p. 131) “as disciplinas do corpo e as regulações da população” constituem as duas faces do poder sobre a vida, a anatômica e a biológica, a individualizante e a especificante, a administração dos corpos e o controle das populações.

Na região do complexo carbonífero, podemos afirmar que o bio-poder se manifestou por meio de uma ampla rede, composta pela articulação entre o Estado e várias instituições, entre elas o Departamento Nacional da Produção Mineral – DNPM, Comissão do Plano do Carvão Nacional - CEPCAN; o Serviço Social da Indústria – SESI e a Sociedade de Assistência aos Trabalhadores do Carvão – SATC, representando os trabalhadores; a SCAN –

Sociedade Criciumense de Amparo aos Necessitados, representando a sociedade civil organizada; os políticos, por meio de seus discursos e ações parlamentares, e como foco central desse trabalho a Igreja, que dirigiu suas ações às famílias operárias, tendo como protagonistas as congregações religiosas femininas, pronunciando-se através de seus sacerdotes e, além disso, se fazendo presente pelas obras de caridade.

Entre os problemas vivenciados pelas famílias, a mortalidade infantil e as más condições de moradia, ocuparam um lugar central, configurando-se nos principais focos das ações e preocupações das instituições e diferentes segmentos sociais. Mesmo com a referencia a algumas medidas preventivas na área da saúde e no campo da puericultura, o debate em torno deste tema foi vigoroso, principalmente nas décadas de 1950 e 1960.

2.6.1 O Estado e suas ações sociais

O Governo Federal estendeu até a região da produção carbonífera suas ações no âmbito social de forma direta por intermédio de dois órgãos que, de alguma forma, intentavam minimizar os problemas da região. O primeiro a ser instalado foi o Departamento Nacional da Produção Mineral - DNPM, que executava suas ações sociais e técnicas diretamente, e outro foi a Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional - CEPCAN que, além de dar suporte financeiro às empresas do complexo carbonífero, a fim de modernizarem os sistemas de produção do carvão, financiava programas assistenciais para os trabalhadores e suas famílias.

Uma sede regional do DNPM foi instalada na cidade de Criciúma no ano de 1942. O órgão federal localizava-se num edifício nas proximidades do centro da cidade.

As atribuições do DNPM não se resumiram apenas à assistência técnica às empresas mineradoras e conseqüente fiscalização. As ações se estenderam ao atendimento das questões ligadas, principalmente, à saúde dos operários da cidade de Criciúma e de cidades vizinhas, e igualmente de seus funcionários, ou seja, o órgão tinha como um dos focos de ação as precárias condições de vida dos moradores da região, principalmente das vilas operárias mineiras. Além dos atendimentos técnicos, o órgão “providenciou a construção das instalações para o serviço de abastecimento de água e de esgoto de Criciúma, reformou as estradas de rodagens, construiu plataformas de embarque de carvão, instalou laboratórios de análises, coordenou entendimento entre operários e concessionários de minas e providenciou

medidas preventivas contra surtos de moléstias epidêmicas [...]” (BELOLLI; QUADROS; GHIDI, 2002, p. 184).

A implantação do sistema de abastecimento de água encanada rendeu a Anibal Alves Bastos, diretor do DNPM, um monumento com seu busto na Praça do Congresso, inaugurado em sua presença em dezembro de 1946. “Ele dedicou-se extremamente e com muito interesse a fim de conseguir do governo os recursos financeiros para que pudessemos ter água encanada”, comenta Pedro Milanez (1991, p.189). Foi o primeiro serviço de água tratada implantado em toda região carbonífera. Também foi na sede do órgão a instalação do primeiro aparelho de Raio X de Santa Catarina.

O médico sanitarista Francisco de Paula Boa Nova Jr, filho do primeiro diretor do DNPM em Criciúma e designado para prestar assistência médica aos funcionários do mesmo órgão e fiscalizar as condições higiênicas e sanitárias das minas de carvão da região, além de realizar estudos sobre o quadro nosológico local e prestar assistência médico-hospitalar, teceu algumas considerações sobre os problemas sociais da região. No Boletim nº 95, publicado pela Divisão de Fomento da Produção Mineral, em 1953, suas observações foram pautadas nos primeiros “problemas sérios” que teve que enfrentar no final do ano de 1944, quando chegou a Criciúma.

Boa Nova Jr. foi contundente nos argumentos em defesa ao “bem-estar social completo” do trabalhador e de sua família e colocava isso como uma condição imprescindível para o aumento de sua capacidade produtiva. Na sua avaliação, um operário bem assistido seria incapaz de cometer atitudes inoportunas ao bom andamento do trabalho. Em suas palavras

O operário sem problemas, tanto quanto é possível consegui-lo, não tem reivindicações a fazer, não tem que se queixar nem reclamar, inclinando-se à tolerância, à compreensão, à sociabilidade, à fraternidade e dedicando-se de corpo e alma ao seu trabalho. (BOA NOVA JR, 1953, p. 107).

A defesa do bem-estar dos trabalhadores como estratégia para a obtenção de um operário mais produtivo, tolerante e dedicado ao trabalho tem suas raízes naquilo que se denominou de fordismo, ou seja, o regime de acumulação ocorrido após a Segunda Guerra Mundial nas economias centrais - na maioria dos países da OCDE - Organização para a Cooperação do Desenvolvimento Econômico -, constituindo a fase áurea do capitalismo, em função do rápido desenvolvimento econômico alcançado (LIPIETZ, 1988, p. 34-36), ficando conhecido como “trinta gloriosos” ou “círculo virtuoso” do fordismo (FERREIRA, 1993, p. 2).

No mesmo documento conclamou as autoridades a vistoriarem as “vilas operárias” da região de Criciúma e propôs a destruição destas, “para dar lugar à construção de verdadeiras ‘Vilas Operárias’, dotadas dos indispensáveis requisitos de asseio e conforto, de conformidade com os modernos preceitos de Higiene do trabalho” (BOA NOVA JR, 1953, p. 68). Ele denominou as casas dos operários de típicos barracões.

Ao descrever a Vila Operária da Próspera, da Carbonífera Próspera S.A., argumentou que, além dos barracões, “somente as casas dos capatazes, operários especializados e funcionários administrativos, apresentam um pouco mais de conforto”. Quanto às casas da Vila Operária da Mina do Mato, da CBCA, as compara com as da Próspera, mas ressalta que as casas da mesma empresa situada na Vila Operária Velha, nas imediações do escritório da empresa, “já são um pouco melhores: mais amplas e de construção mais recente”. Sobre as casas da Cia. Carbonífera Metropolitana, construídas naquele período, ele afirmou: “nada ficam a dever aos barracões infectos e desconfortáveis que servem de residência aos operários da Sociedade Carbonífera Próspera” (BOA NOVA JR, 1953, p. 68).

Diante da trajetória do DNPM, fica perceptível que o seu papel não se reduziu apenas à supervisão das empresas carboníferas, mas também executou ações significativas na parte social, médica e de infra-estrutura da cidade de Criciúma e região.

Em 1962, o setor do DNPM situado em Criciúma foi desativado e no edifício no qual o órgão funcionava foi instalado o Conselho Nacional do Petróleo – CNP, responsável pelo serviço de controle e fiscalização do que dizia respeito a combustíveis e lubrificantes.

Nas mesmas instalações funcionou a Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional– CEPCAN⁹⁵. O estímulo à criação de programas de assistência social pelas próprias empresas do complexo carbonífero começa a ganhar maior visibilidade a partir da criação do Plano do Carvão Nacional, no governo de Getúlio Vargas, em 11 de junho de 1953. A lei nº 1.886 que aprovou o referido plano também criou a CEPCAN, com uma Diretoria e um Conselho Consultivo próprio. Na própria lei de criação, ficou prevista a extinção da CEPCAN para 31 de dezembro de 1957.

A Comissão ficou autorizada a conceder financiamento às empresas mineradoras que desejassem mecanizar a extração e montar lavadores para o carvão por elas extraído, desde que apresentassem “planos de assistência social aos empregados com especificação dos

⁹⁵ A CEPCAN foi antecedida pela criação da Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional, criada por Decreto-Lei em 1940, que tinha a incumbência de realizar estudos técnicos para a construção de uma usina siderúrgica, o que resultou na criação da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN.

respectivos custos, ou demonstrar que tal assistência já está sendo prestada de forma satisfatória”, podendo haver a concessão de até Cr\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros) para ações de assistência social, a fim de melhorar as condições de vida dos trabalhadores, incluindo a elevação do orçamento das famílias dos mesmos (Lei N° 1.886 de 11 de junho de 1953 – Plano do Carvão Nacional).

A CEPCAN teve o seu regimento aprovado pelo Decreto n° 36.745, aprovado em três de janeiro de 1955. No documento, entre outras competências, constava novamente a promoção de ações relativas à assistência social aos trabalhadores da indústria do carvão. O Serviço de Assistência Social fazia parte da diretoria da CEPCAN, ficando determinado, no art. 25, que o mesmo serviço teria que:

- I- realizar os serviços de assistência social que forem estabelecidos pela CEPCAN;
- II- estudar a situação da assistência social aos trabalhadores da indústria carbonífera do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul;
- III- propôr medidas capazes de melhorar a assistência social, no que diz respeito as condições de moradia, abastecimento, instrução profissional, educação dos filhos dos trabalhadores, cursos de alfabetização para adultos, postos de puericultura, recreação, assistência médica, hospitalar, dentária e farmacêutica;
- IV- estudar nos pedidos de financiamento, os planos de assistência social aos trabalhadores da empresa;
- V – entrar em entendimento com as instituições de previdência social e órgãos de assistência social, no sentido de conseguir melhores condições de vida para os trabalhadores da indústria do carvão;
- VI- opinar nos projetos de construção de obras destinadas à assistência social, realizada pela CEPCAN, visando proporcionar condições de vida condignas ao trabalhador na indústria do carvão;
- VII- fiscalizar os serviços de assistência social realizados mediante financiamento pela CEPCAN. (Decreto n. 36.745, de 3 de janeiro de 1955, artigo 25)

A CEPCAN estava diretamente subordinada ao Presidente da República e além de implementar uma política de proteção à atividade mineradora financiava e custeava ações educacionais e sociais para atender às famílias dos operários mineiros.

À CEPCAN foi atribuído o papel de

Coordenar e implementar um amplo Projeto de Modernização da indústria carbonífera nacional, não somente para aperfeiçoar o sistema de produção das minas de carvão, mas também para “modernizar” a mentalidade dos proprietários e dos trabalhadores/as. O plano previa também elaborar um amplo conjunto de políticas de assistência médico-social destinadas às famílias mineiras e à população que morava nas áreas de mineração dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (CAROLA, 2004, p. 171).

No governo de Juscelino Kubitschek, no ano de 1957, a CEPKAN tem sua vigência prorrogada até o exercício de 1960⁹⁶ e os recursos destinados aos empreendimentos relativos à assistência social aos trabalhadores das mineradoras de carvão foram ampliados para Cr\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros).

Ainda neste governo, em 1960, a CEPKAN sofre uma reestruturação, deixando de ser executiva e sua denominação é alterada para CPCAN – Comissão do Plano do Carvão Nacional. Na nova lei constou novamente o item da assistência social. O Plano compreendia todo o ciclo econômico do carvão, inclusive: “complementação dos serviços de assistência aos trabalhadores da indústria do carvão e aos seus dependentes e financiamentos às empresas de mineração, para construção de habitação de seus empregados” (Lei n. 3.860, de 24 de dezembro de 1960). O prazo para sua extinção ficou previsto para 31 de dezembro de 1970.

Na revista Carvão de Pedra, do terceiro trimestre de 1970, os editores, no artigo intitulado *Os últimos dias da CPCAN: final melancólico do órgão de defesa do carvão nacional*, em defesa da continuidade do órgão, assim se manifestaram:

Quem tivesse conhecido o sueste catarinense, ou melhor, a região carbonífera do Estado, há 27 anos atrás, e somente agora tornasse a vê-la, ficaria extasiado com o seu desenvolvimento e progresso. E este desenvolvimento e progresso deve-se exclusivamente ao carvão. Para que isso se tornasse realidade, foi indispensável que o órgão representativo do carvão – primitivamente Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional e posteriormente Comissão do Plano do Carvão Nacional [...] dedicasse grande parte das suas dotações em objetivos e obras consideradas vitais para o estabelecimento regional de uma indústria carbonífera em grande escala. Assim a CPCAN veio preparando o terreno para essa escalada que hoje não mais poderá ser contida. Abriu estradas e as conservou; gerou eletricidade e estendeu suas linhas transmissoras; montou dispensários, creches e hospitais; fez crescer vilas e cidades, dando-lhes luz, água encanada e esgotos; abriu escolas por todos os cantos, do ensino primário ao ginásio e científico, do artesanato ao profissional, rasgando caminho seguro para as escolas superiores e universidades, já em vias de instalação. Propiciou toda sorte de auxílios e financiamentos para que tudo isso se mantivesse e crescesse, estabelecendo, em bases sólidas, um campo propício à execução das suas tarefas técnicas (CARVÃO de Pedra, 1970, p. 36).

As ações promovidas pela CPCAN eram precedidas de visitas técnicas para se chegar a um diagnóstico da situação, tanto no campo produtivo como no campo social.

No entendimento de Carlos Renato Carola (2004, p. 178-179), a CPCAN significou na prática

⁹⁶ Lei n. 3.353 de 20 de dezembro de 1957.

Um novo processo de intervenção e regulação do governo federal no setor de mineração de carvão dos três estados do Sul do país; significou o Estado exercendo um poderoso poder de transformação e controle da sociedade por meio de instituições, leis autoridades legais, assim como através de construção de obras sociais e de infra-estrutura urbana e industrial. De um modo geral, a Comissão Executiva do Carvão Nacional foi um importante instrumento do Estado usado no processo de modernização e higienização da região carbonífera de Santa Catarina.

Cabia também à CPCAN encaminhar e intermediar, junto aos mineradores, as reivindicações dos sindicatos dos mineiros da região. Um dos exemplos foram as reivindicações apresentadas ao órgão em 1958, quando Antônio José Parente era o presidente do Sindicato dos Mineiros de Criciúma. Na oportunidade, entre outras reivindicações ele apresentou as seguintes:

1) garantias e fiscalização sobre as empresas, em relação à higiene e segurança no trabalho; 2) salário insalubridade; 3) lei de amparo ao trabalhador menor; 4) aproveitamento pelas empresas dos operários incapacitados para o subsolo, na superfície, sem redução dos salários; 5) refeitórios nas embocações das minas, dentro das normas do SAPS⁹⁷; 6) fornecimento de luz nas vilas operárias (VOLPATO, 1984, p. 115).

Chama a atenção o fato de que para o sindicato não só as questões trabalhistas eram motivo de reivindicação, mas também questões relacionadas às condições de moradia nas vilas operárias. A necessidade de instalação de energia elétrica nas vilas operárias era uma delas.

Depois de extinta a CPCAN, em 1970, os assuntos do carvão passaram a ser tratados pelo CONSELHO NACIONAL DO PETRÓLEO - CNP, sendo que os assuntos do petróleo tinham maior importância em detrimento dos assuntos do carvão.

2.6.2 Os empresários e as políticas de assistência

As condições de vida e das habitações das famílias operárias do complexo carbonífero eram, em grande medida, precárias. Nas palavras de Sebastião Netto Campos, empresário do carvão, as condições das antigas vilas operárias são assim esboçadas:

⁹⁷ SAPS – Serviço de Alimentação da Previdência Social. Órgão criado pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, através do Decreto-Lei No. 2.478, de 5 de agosto de 1940, com a incumbência de assegurar condições favoráveis e higiênicas de alimentação aos segurados dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões subordinados ao respectivo Ministério.

Junto às minas, casinhas de madeira de 4mx5m, 5mx5m, 6mx5m, com fileiras de latrinas ao fundo dos lotes. Campos de futebol, clubes, igrejas, canchas de bochas, era um progresso desordenado que acabou por criar e deixar seqüelas que perturbaram até hoje. Falta de água, nenhum plano de urbanização, falta de energia. Luz, a de lampião de carbureto, usado no fundo das minas com seu cheiro forte e característico (CAMPOS, 2001, p. 31-32).

Heriberto Hülse⁹⁸, em nome das empresas de mineração sediadas no sul do Estado de Santa Catarina, discursou em 10 de julho de 1949, num banquete em homenagem à caravana de senadores e deputados federais que visitavam a região carbonífera. Em seu discurso, além de apontar vários aspectos em relação à grave crise que atravessava a indústria carbonífera, falou também sobre o problema da assistência social:

Meus Senhores

[...] resolvido o problema do carvão catarinense, poderão os mineradores resolver seus problemas internos e o que mais nos preocupa Srs. parlamentares é o de uma assistência social mais eficiente aos nossos operários. A atual assistência além de deficiente é cara e mal distribuída.

Diga-se de passagem que as empresas de mineração contribuem com cerca de Cr\$ 20,00 por tonelada para as diversas organizações de assistência social, representando centenas de milhares de cruzeiros mensais e a assistência é falha, deficiente e precária.

Precisamos dar ao nosso operário que é pacato, trabalhador e ordeiro, não só uma assistência melhor e mais humana como também, habitação e salários que permitem um padrão de vida compatível com a dignidade do homem. (SINDICATO Nacional da Indústria e Extração do Carvão, 1950, p. 251).

As organizações de assistência social das quais ele se referiu, se tratava certamente do Instituto da Previdência, Transporte e Carga e da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários. Este assunto foi tratado na 9ª. Sessão Extraordinária da Segunda Mesa Redonda do Carvão, dias antes do evento, acima mencionado. Na ocasião, foi sugerido que as duas entidades fossem unificadas. Na exposição do senhor João Gabriel Macari, administrador da MINERASIL, “a insuficiência dessa assistência, que não pode ser contestada, provem do fato de haver duas entidades com obrigações idênticas, ou seja, dar assistência aos seus contribuintes”. (SINDICATO Nacional da Indústria e da Extração do Carvão, 1950, p. 186).

⁹⁸ Heriberto Hulse nasceu na cidade de Tubarão(SC) em 03/04/1902 e faleceu em Florianópolis em 11/11/1972. Deputado estadual, presidente do sindicato nacional da indústria da extração de carvão, secretário da fazenda, vice-governador, assumindo a chefia do executivo barriga verde em 17/06/58, vice-presidente da CSN, presidente da Caixa Econômica Federal de SC, integrava o conselho superior dessa autarquia, quando faleceu. (PIMENTEL; BELOLLI, 1976, p. 37). Heriberto Hülse assumiu o comando do governo de Santa Catarina no dia 16 de junho de 1958, em substituição ao governador Jorge Lacerda, que faleceu no mesmo dia, vítima de um acidente aéreo.

Este discurso proferido por Heriberto Hülse acontece cerca de um ano após a instalação da unidade de abastecimento de gêneros de primeira necessidade do SESI, em Criciúma, inaugurando a atuação da entidade em Santa Catarina.

Os graves problemas sociais e econômicos resultantes do Pós-guerra, coincidindo com o encerramento do Estado Novo de Getúlio Vargas, levaram os empresários brasileiros a buscar estratégias para minimizar as fortes tensões sociais.

A perda de mercados externos, somada a intensa urbanização do país, desencadeada desde 1930, gerou uma forte crise na produção, trazendo entre outras consequências a falta de alimentos, habitação, saúde e transporte.

Agravadas as tensões sociais, produzidas pelas desigualdades sociais e acirrados os conflitos ideológicos, os empresários brasileiros, representados pela Federação das Associações Comerciais do Brasil e pela Confederação Nacional da Indústria, articulam-se em torno da I Conferência Nacional das Classes Produtoras.

Neste evento é elaborada a Carta Econômica de Teresópolis, que deixa evidente a necessidade de se colocar em prática um plano de ação social para o Brasil. A partir daí foram implantadas algumas ações isoladas, sem muito sucesso, forçando os representantes da classe patronal a elaborarem um novo documento: a Carta da Paz Social. Este documento traçou princípios da “solidariedade social” que nortearam a criação do SESI em 1946⁹⁹, no Governo de Gaspar Dutra. No entender de Bárbara Weisntein

Na “Carta da Paz Social”, publicada em 1946, a liderança industrial reconhecia “a função eminentemente social do capital” e anunciava seu compromisso com o aumento do padrão de vida dos operários como meio para a obtenção da “paz social”. O que os industriais propunham não era um Estado do Bem-Estar Social do tipo que estava sendo criado em países capitalistas mais desenvolvidos, mas antes uma espécie de capitalismo de bem-estar; a atuação direta do capital no fornecimento de produtos mais baratos e serviços sociais para combater a “pobreza”, assim como sua contribuição indireta para a melhoria das condições sociais por meio da produção industrial cada vez mais eficiente. Ao que parece eles esperavam, ou imaginavam, que tal compromisso iria mitigar o impacto da *carestia*, reforçar no movimento sindical seu conceito de elementos “responsáveis” e criar um pacto entre trabalho e capital que haveria de restabelecer a “paz social” [...]. (2000, p. 162).

O discurso da “solidariedade social”, que sustentou a própria criação do SESI, tinha como um dos maiores desafios enfrentar o movimento operário e sua crescente mobilização. Para compreender a criação dessa instituição patronal e suas primeiras atividades desenvolvidas no campo social, voltadas aos operários e suas famílias, é preciso se

⁹⁹ À Confederação Nacional da Indústria é dado o encargo de criar, organizar e dirigir o SESI, por meio do Decreto-Lei n. 9 403. O SESI é criado então como entidade de direito privado em 1 de julho de 1946 e no mesmo mês tem seu Regulamento aprovado pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

levar em conta “a onda de greves, o ressurgimento do partido comunista, francas manifestações de luta de classes e a consciência que a elite tinha de que esses fatos representavam uma profunda ameaça à paz social” (WEISNTEIN, 2000, p. 161).

Já em 1947 as regiões com maior concentração de indústrias e, conseqüentemente, com maior número de operários são as primeiras a serem atingidas pelos programas sociais do SESI. No ano seguinte, postos de abastecimento são implantados nos bairros de maior densidade operária. Com o tempo, são implantados vários programas de educação social, assistência social, jurídica e econômica; atividades de educação física, esportes, recreação; financiamento para a construção de moradias para os trabalhadores; atividades de cinema, teatro, cursos de arte dramática e iniciação musical; atendimento médico-odontológico nos próprios ambulatórios do SESI ou nos locais de trabalho.

Como em outras regiões do país, com forte concentração operária, foi instalada uma central de abastecimento de gêneros de primeira necessidade em Criciúma, para atender as famílias dos operários. Isso ocorreu em meados de 1948, antes mesmo de ter sido instalado o Departamento Regional de Santa Catarina, que só veio a ocorrer em 1952.

A solução deste quadro de crise e carestia foi encontrada com a instalação, em Criciúma, de uma unidade do Serviço Social da Indústria – SESI, a primeira do Estado de Santa Catarina. Essa unidade foi dotada de completa provisão de gêneros alimentícios e de artigos de utilidade comum, com o objetivo de fornecer aos trabalhadores e suas famílias, a preço de custo, esses produtos. (BELOLLI; QUADROS; GHIDI, 2002, p. 271)

Logo em seguida à criação da Federação da Indústria do Estado de Santa Catarina - FIESC¹⁰⁰, foi criado o Departamento Regional de Santa Catarina¹⁰¹, em Florianópolis, que incorporou a Unidade de Abastecimento de Criciúma. Em seguida, foi criada a Agência Local de Criciúma, assim como as demais na região. Na ocasião, os campos prioritários de atuação, como em nível nacional, foram: Educação, Saúde, Lazer e Serviço Social.

Pode-se inferir que essa antecipação deveu-se aos esforços da Companhia Carbonífera Metropolitana situada em Criciúma, gerenciada por Artur Albino de Almeida Cirino e presidida por Euvaldo Lodi, que na época presidia a Confederação Nacional da Indústria, como afirmam alguns autores locais (BELOLLI; QUADROS; GHIDI, 2002, p. 270), e não em função da carestia dos alimentos em nível local, uma vez que nesse período

¹⁰⁰ Em 25 de maio de 1950, sob orientação de Celso Ramos e um grupo de industriais, foi fundada a FIESC.

¹⁰¹ Em 12 de fevereiro de 1952, na sede da FIESC foi instalado o Conselho Regional do SESI de Santa Catarina e criado o Departamento Regional, sob a presidência do senhor Celso Ramos. Na ocasião estavam presentes os membros da diretoria provisória e os representantes do SESI em nível nacional (MENDONÇA, 1980, p. 17).

este era um fenômeno nacional, desencadeado pela recessão econômica do pós-guerra.

Em maio de 1956, o Jornal O Estado veicula a notícia intitulada “Um magnífico programa em Santa Catarina: o Departamento Regional do SESI”, onde aponta os resultados do intenso trabalho social realizado pelo SESI na região, em parceria com as congregações religiosas femininas:

Nas zonas onde o problema social é mais intenso, principalmente na região carbonífera do sul do Estado, organizou e mantém o SESI catarinense, o Serviço Social Especializado. Ordens religiosas foram contratadas para o serviço de visitação, através do qual, recebem as famílias dos operários assistência direta através de orientações doméstica, sanitária, etc. Até esta data, foram realizadas perto de 6.000 visitas pela equipe especializada das Pequenas Irmãs da Divina Providência (O ESTADO, 13/05/1956).

A partir de 1964, outra instituição assume esse trabalho na região, mantendo ainda vinculação com as congregações religiosas femininas. O trabalho de assistência social às famílias mineiras passou a ser desenvolvido pela Sociedade de Assistência aos Trabalhadores do Carvão – SATC, entidade particular, de utilidade pública¹⁰², criada em 02 de maio 1959, por iniciativa dos mineradores da região carbonífera.

Na Revista Carvão de Pedra, sete anos depois, assim foi registrado esse acontecimento:

Era o dia 2 de maio de 1959, reunião dos Mineradores da Bacia Carbonífera de Santa Catarina. Não se tratava, porém, de uma simples, como tantas outras. Dada a movimentação e o entusiasmo, algo de importante deveria ser discutido. Haviam deliberado **dar a mão ao mineiro**. Foi, nesse dia, criada a Sociedade de Assistência aos Trabalhadores do Carvão – SATC, fadada a tornar-se a grande obra assistencial e educacional do Estado de Santa Catarina (CARVÃO de Pedra, 1972, p.44, grifos meus).

Do mesmo modo que as empresas mineradoras de carvão da região, a CPCAN e o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração de Carvão de Santa Catarina poderiam compor a administração do órgão da entidade.

Em seu primeiro estatuto ficou registrado que a instituição teria como finalidade prioritária “prestar assistência hospitalar, em casos clínicos, farmacêutica, dentária, educacional-técnica, habitacional, alimentar, recreativa e outras, aos empregados da indústria extrativa do carvão”, sendo que estes serviços deveriam ser estendidos aos trabalhadores e

¹⁰² Foi reconhecida de utilidade pública pela Lei Estadual n. 2.357, de 11 de junho de 1960, e Lei Municipal n. 333, de 22 de junho de 1961 (CARVÃO de Pedra, 1968, p. 23).

suas famílias vinculados às atividades correlatas. Além disso, a SATC, em segundo plano, deveria prestar auxílio técnico e financeiro, sob sua supervisão, às entidades que prestassem outro tipo de assistência a estes trabalhadores e seus familiares. Para mantê-la ficou estabelecido que os recursos seriam aqueles oriundos da contribuição das empresas carboníferas associadas, das rendas patrimoniais e de subvenções, auxílios e doações. (ESTATUTO da SATC, p. 1-2).

Num primeiro momento os recursos originados das contribuições das carboníferas associadas foram canalizados para a construção da área onde funcionaria a sede da entidade e a escola profissional masculina, ficando nos primeiros anos a Diretoria Executiva voltada para o planejamento dos futuros programas.

No relatório de atividades de 1960, apresentado aos membros do Conselho Fiscal, Conselho Consultivo e a Assembléia Geral, são planejados cinco eixos de ação: a) Assistência farmacêutica, que previa a implantação de farmácias bases localizadas nas sedes dos municípios carboníferos e postos de revenda próximos às principais minas de carvão; b) Assistência Educacional, envolvendo a educação profissional masculina e feminina, a educação e assistência à infância (Jardins de Infância) e cursos de formação profissional feminina; c) Serviço de Puericultura; com atendimento nos postos de saúde; d) Distribuição de bolsas de estudo junto a estabelecimentos de ensino em pleno funcionamento com a finalidade de amparar crianças abandonadas e aperfeiçoar outras em estabelecimentos de ensino secundário; e) Auxílio financeiro a entidades educacionais e assistenciais da região. (RELATÓRIO de atividades da SATC, 1960, p.1-12).

Diante do vasto plano assistencial traçado, a Diretoria Executiva resolveu dar prioridade à assistência educacional masculina e feminina, à educação e assistência à infância e cursos de formação feminina e distribuição de bolsas de estudo para alunos previamente selecionados. (RELATÓRIO de atividades da SATC, 1961, p. 1).

No ano de 1961 foi dado início à construção da Escola Profissional Masculina, entrando em funcionamento dois anos depois. Mantinha, gratuitamente, alunos previamente selecionados, em regime de internato e semi-internato, freqüentando cursos profissionalizantes. A orientação profissional ficou a cargo do Serviço Nacional da Indústria - SENAI, que passou a fazê-la através de um convênio. Nesse mesmo ano, começaram os entendimentos entre a entidade e os Irmãos Maristas para um futuro convênio, no qual eles se responsabilizariam pela parte administrativa e de ensino da escola. Mesmo sem a formalização da parceria, os Irmãos Maristas colaboraram na direção da escola e na disciplina

de Artes Industriais. (RELATÓRIO de 1963, SATC, p. 5). Em seguida o convênio entre Irmãos Maristas e SATC foi firmado.

Assim, a SATC começou sua atuação no campo educacional profissionalizante com dois cursos distintos: Aprendizagem Industrial e Ginásio Industrial, ambos pertencentes à Escola Industrial criada dentro da SATC, em 1963, que passou a ser denominada Escola Técnica General Oswaldo Pinto da Veiga, em convênio com o SENAI. Os referidos cursos visavam ao “treinamento de mão-de-obra especializada”, o primeiro correspondente à 1ª e 2ª séries do ginásio e o segundo equivalente ao Curso Ginasial completo.

No princípio, as especializações profissionais oferecidas eram: ajustagem, solda elétrica, tornearia mecânica, eletricidade em enrolamentos e marcenaria. Da mesma forma, eram oferecidos cursos de treinamento a operários das minas de carvão, por meio do Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra – PIPMO, do Ministério da Educação, com a oferta de cursos como Tecnologia Mecânica e Leitura de Desenho, Manutenção Preventiva de Equipamentos Elétricos de Mineração (CARVÃO de Pedra, 1968, p. 25).

Em relação às bolsas de estudo foram distribuídas aos filhos e filhas dos operários das carboníferas associadas à SATC, “obedecido um critério de seleção por pontos, em função de salários, encargos de família, tempo de serviço, aproveitamento do aluno, etc”. Também foram concedidos auxílios financeiros para algumas entidades assistenciais, “mediante convênio para devolução de serviços”, entre elas a Casa Assistencial São José de Rio Maina, administrada pelas Pequenas Irmãs da Divina Providência. (RELATÓRIO da SATC, 1961, p. 3).

Sobre a assistência educacional feminina era propósito da SATC construir uma escola feminina de educação profissional e doméstica, para as filhas dos trabalhadores da indústria carbonífera. Era intenção da Diretoria Executiva, num prazo de dois anos, iniciar a construção do “Centro Feminino de Preparo Profissional e Doméstico” em área situada no município de Urussanga, doada pela empresa Mineração Geral do Brasil Ltda. A referida empresa também se comprometeu a doar CR\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) em parcelas anuais de CR\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros). Nesse sentido a SATC assinou um termo de compromisso com a Mineração Geral do Brasil Ltda, no qual esta empresa lhe fez a doação de uma área de 239.947 m² (duzentos e trinta e nove mil novecentos e quarenta e sete metros quadrados) de terras, com as benfeitorias e prédios que formavam o denominado “Retiro Parmir”, localizado em Urussanga. (RELATÓRIO da SATC, 1961, p. 1).

A escrituração¹⁰³ do terreno foi realizada sob a condição de que a SATC colocasse em funcionamento o referido estabelecimento até o ano de 1967.

Nos planos da Diretoria Executiva

Esse “Centro de Ensino”deverá comportar 200 (duzentas) alunas, das quais 120 internas e 80 externas, numa área de 3.230 m² de edificações. Os cursos deverão compreender duas fases: uma de formação profissional, com ensino de corte e costura, bordado e confecção de chapéus, artes gráficas e tecelagem e, outra, doméstica, compreendendo cursos de arte culinária, higiene do lar, valor nutritivo dos alimentos, noções de endemia, epidemias e conhecimentos de enfermagem. (RELATÓRIO da SATC, 1961, p. 2).

O Centro Feminino de Preparo Profissional e Doméstico não saiu do papel e as razões desse fato não foram registradas nos relatórios subseqüentes.

O item Educação e Assistência à Infância e Cursos de Formação Feminina que no início ainda estava em estudo compreendia “serviços de puericultura, jardins de infância e assistência às donas de casa”. Era previsto que esse trabalho fosse realizado por irmãs visitadoras, que levariam ao lar dos trabalhadores “os conhecimentos mínimos de higiene do lar, arte culinária, puericultura e enfermagem”, com a finalidade de melhorar as condições de vida “nas concentrações habitacionais das vilas operárias das minerações de carvão”. (RELATÓRIO da SATC, 1961, p. 2-3).

Este trabalho só começou a ser realizado a partir do ano de 1964, quando foi implantado o Departamento de Serviço Social da SATC¹⁰⁴ e efetivado o convênio com as Pequenas Irmãs da Divina Providência. Além do trabalho das religiosas na parte de visitas domiciliares, serviço de puericultura, cursos populares, clubes de mães, de jovens e crianças, recreação e educação religiosa, o setor ainda contava com o trabalho de médicos e dentistas.

A necessidade da criação do Serviço Social da SATC foi justificada de diferentes maneiras pelos diretores da entidade. A busca da “paz social” entre os operários e da “prosperidade verdadeira” fundamentaram várias ações do Serviço Social, mas não só, uma vez que esses objetivos faziam parte da própria finalidade da SATC, enquanto instituição. Mas para atingir esses objetivos não bastava educar e assistir o trabalhador, mas também toda a sua família.

¹⁰³ A escritura da área foi lavrada em 25-9-64 e registrada às fls. 99 a 100 do Livro n. 174, sob o n. 256, em data de 14-6-65, no Cartório Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Urussanga (RELATÓRIO da SATC, 1966, p. 5).

¹⁰⁴ Este trabalho será discutido com maior profundidade na terceira parte deste trabalho.

[...] o aproveitamento das potencialidades de uma região como a da Bacia Carbonífera de Santa Catarina, agitada, muitas vezes, no passado, por fatores adversos, assim como o processo de evolução industrial experimentado pelo sul catarinense, dependem, em última análise, da energia criadora e das atividades do povo, quando bem dirigido”, A própria segurança da coletividade reside, fundamentalmente, na mentalidade do cidadão, no seu grau de sociabilidade e de aptidão física, moral e cultural, para construir os destinos da Pátria e para preservá-la da influência negativa de elementos, que procuram subverter a ordem, ameaçando, não apenas a coesão social da comunidade, senão também os próprios interesses fundamentais da livre sobrevivência. (RELATÓRIO da SATC, 1974, p. 1)

Mesmo sendo uma entidade patronal, desde o início a SATC contou como o apoio do Governo Federal, representado na figura da CPCAN. Empresários do carvão, em parceria com o poder público federal, buscavam estabelecer estratégias para qualificar a mão-de-obra para a região, principalmente para as empresas carboníferas, e prestar assistência social aos operários e suas famílias, é o que fica registrado pelos editores do Carvão de Pedra: “SATC é uma sigla que diz do muito que os mineradores, a CPCAN e outros determinados organismos oficiais vêm fazendo pela gente do carvão” (CARVÃO de Pedra, 1968, p. 23).

De 1964 a 1982, a SATC atuou de forma expressiva na área social junto às famílias mineiras, por intermédio do Serviço de Assistência Social coordenado pelas Pequenas Irmãs da Divina Providência, tendo como sede a Casa Assistencial São José localizada na Vila Operária do Rio Maina. A congregação implementou vários programas em 14 vilas operárias de Criciúma e supervisionou o trabalho das congregações das vilas operárias localizadas em Lauro Müller, Siderópolis e Içara.

No final dos anos de 1980, a Escola Técnica General Oswaldo Pinto da Veiga quase foi fechada, em função dos problemas que vivenciavam as atividades carboníferas na região. “Impulsionada por fatores como a contribuição de pais e alunos e melhoria nas atividades do setor carbonífero, aliados a uma gestão estratégica, a SATC foi reestruturada e, a partir de 2000, passou a ser um Centro de Educação e Tecnologia” (SATC, 2006) Atualmente a SATC conta com mais de cinco mil alunos, matriculados no Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Profissional e cursos superiores.

2.6.3. Outros discursos em circulação: associações, parlamentares, médicos e Igreja

A criação da SCAN – Sociedade Criciumense de Auxílio aos Necessitados, entidade filantrópica sem fins lucrativos, ocorrida em 1949, aconteceu dentro de um contexto em que a população cricumense e regional crescia a passos acelerados e os problemas sociais na mesma proporção. O “progresso” de alguns afetou profundamente um dos segmentos que representava a continuidade desse processo de enriquecimento da elite do carvão, ou seja, a

criança. E dentro dessa fração da população, os meninos, futuros operários das minas de carvão.

O crescimento populacional desordenado somado às péssimas condições de vida e a falta de políticas públicas foi gerando, entre outros problemas sociais, o crescimento do número de pedintes nas ruas. Nos termos atuais, uma parcela da população encontrava-se em situação de risco social e, dentro dela, crianças pobres e órfãs.

Segundo Miranda e Selau (2003, p.43), que organizaram uma pesquisa sobre a Sociedade Criciumense de Auxílio aos Necessitados - SCAN houve o aumento significativo de crianças na cidade, e muitas delas viviam e perambulavam nas ruas, gerando certo desconforto para a classe dirigente, principalmente para aqueles que desejavam a modernização de Criciúma. “O quadro demonstrava que nem todas as famílias de trabalhadores que viviam atrás de bons salários do ouro negro encontravam uma colocação. Muitas crianças, pela precariedade de subsistência da família, trabalhavam como ambulantes ou viviam como pedintes [...]”.

A afirmação de que nem todos tinham um “bom salário” tem fundamento na ocorrência de tantas greves dos mineiros por reposição salarial. Mas não só, uma vez que dentro da própria categoria existiam subcategorias, uma delas eram os diaristas, que ganhavam salários inferiores e não tinham um vínculo empregatício regular com as empresas.

Por intermédio do Rotary Clube de Criciúma é que foi fundada a SCAN e o projeto inicial consistiu na criação de casas-lares, projeto este inspirado na experiência da Europa, que no período posterior à Segunda Guerra Mundial contava com um grave problema habitacional e um número expressivo de órfãos. Neste sistema, um casal se responsabilizava pela educação de dez crianças. Foram construídas três dessas casas que ainda fazem parte do conjunto arquitetônico da instituição até os dias de hoje, no entanto, encontram-se alteradas em função da construção de pavimentos superiores. A entidade que se propunha a atender os necessitados e posteriormente começa a se dedicar aos meninos órfãos começa a ter suas instalações construídas em maio de 1952. (MIRANDA; SELAU, 2003, p. 43-45).

Esta experiência não teve muito sucesso, pois as crianças que representavam uma vergonha para a cidade continuavam a perambular pelas ruas. Ao buscarem uma solução para a continuidade da instituição, a diretoria da SCAN resolve convidar uma congregação

masculina, a dos padres Rogacionistas do Coração de Jesus, fundada na Itália pelo Cônego Aníbal di Francia¹⁰⁵, para dirigir os trabalhos.

Os padres rogacionistas só assumiriam se todo o patrimônio fosse repassado para a congregação e isso foi motivo de uma negociação bastante difícil, mas que acabou sendo concretizada em 1955. Como consequência, foi constituída juridicamente uma outra entidade: o *Bairro da Juventude*. Entretanto, um ano antes os padres já se faziam presentes na cidade, dando início às primeiras atividades da instituição. “Foi assim que, em 21 de julho de 1954, comemorou-se, com grande pompa, a inauguração dos três pavilhões do “Abrigo de Menores Abandonados”. (MIRANDA; SELAU, 2003, p. 51-52).

De acordo com o depoimento do rogacionista Pe. Vito Domenico Curci, a entidade recebeu esse nome porque na Itália, após a Segunda Guerra Mundial, os rogacionistas organizaram entidades denominadas de “Cidade da Criança”, para atender os inúmeros órfãos. Tratava-se de um orfanato administrado por um prefeito, vice-prefeito, tesoureiro e assessor conselheiro, eleitos entre os próprios órfãos e por eles mesmos. Como a entidade em Criciúma era menor, recebeu a denominação de *Bairro da Juventude*. Mas o modelo de administração da entidade italiana jamais foi posto em prática aqui¹⁰⁶.

Os rogacionistas administraram o *Bairro da Juventude* até 1975. Neste período as três casas foram transformadas em edifícios de dois pavimentos, construíram o Cine Teatro Itália, a Igreja Nossa Senhora das Graças, um salão paroquial e um seminário. Um consultório médico também foi instalado no local, com equipamentos doados pelo governo estadual.

Na mesma área onde funcionava o *Bairro da Juventude*, foi iniciada a construção da Escola Reunida Coronel Marcos Rovaris em 1957. Com a administração dos padres rogacionistas, o objetivo inicial da entidade que era o de atender crianças órfãs e pobres vai sendo ampliado gradativamente. (MIRANDA; SELAU, 2003, p. 63).

Nesse mesmo ano foi criada e reconhecida de utilidade pública a Escola Profissional Cônego Maria Di Francia, sob a direção dos padres. Foram trazidos os equipamentos do SENAI, da escola que funcionava em Siderópolis, junto à CSN. Eram oferecidos cursos de Ajustagem, Mecânica, Eletricidade e também de Alfaiataria. Entretanto, a escola foi fechada em função da transferência dos equipamentos, em 1963, para a recém-

¹⁰⁵ O Cônego Aníbal Maria Di Francia cria também uma ala feminina, a Congregação das Filhas do Divino Zelo, que anos mais tarde passa a atuar na Vila Operária de Mineração de Içara. Este assunto será tratado com maior profundidade na segunda parte deste trabalho.

¹⁰⁶ Pe. Vito Domenico Curci, diretor do Colégio Rogacionista Pio XII, em 11 de maio de 2000. (apud MIRANDA; SELAU, 2003, p. 51).

criada Escola Técnica Oswaldo Pinto da Veiga, na SATC, e esta escola profissional do *Bairro da Juventude* volta a funcionar só em 1975.

Em função dos graves problemas financeiros vivenciados pela instituição e a falta de apoio por parte do governo militar na liberação de verbas, os meninos que eram atendidos no *Bairro da Juventude*, em regime de internato, passaram a ser atendidos somente em regime de semi-internato.

Três anos depois a entidade foi entregue à comunidade e passou a ser administrada pelo poder público municipal, na gestão do então prefeito Algemiro Manique Barreto. Todavia, “todo o patrimônio da Instituição, de acordo com o estatuto aprovado em 1975, continuou a pertencer à Diretoria Rogacionista do Brasil. Além de continuarem administrando diretamente a Paróquia Nossa Senhora das Graças e o Colégio Rogacionista Pio XII, também continuaram participando da estrutura organizacional como membros da Assembléia Geral” (MIRANDA; SELAU, 2003, p. 73).

Funcionários do poder público municipal foram alocados para atuar na entidade e para viabilizar a vinda de recursos de convênios com o poder público estadual e federal, foi criada uma instituição civil com representação da comunidade cricumense na administração por intermédio de 25 entidades. Com a criação da Fundação Catarinense de Bem-Estar do Menor - FUCABEM em nível estadual e a criação da Comissão Municipal do Bem-Estar do Menor, o *Bairro da Juventude* passa a ser a sede da Coordenação Regional do Projeto Integrado FUNABEM e FUCABEM, o que possibilitou a vinda de recursos financeiros. Depois disso, outros convênios com outras entidades e órgãos foram realizados.

O foco da entidade, que inicialmente era voltado para os órfãos da mineração, ao poucos vai sendo redefinido. O problema da marginalidade do menor e a necessidade de ampliar o atendimento para evitar ou interromper esse processo, que já era apontado pelos próprios padres rogacionistas no último relatório de atividades, apresentado por eles, passa a ser a diretriz central da entidade.

Assim, a partir do momento em que a “comunidade cricumense” assume a administração do Bairro da Juventude, com a conseqüente reestruturação da entidade, o perfil das crianças e adolescentes a serem atendidos vai sofrer modificações. Se antes a entidade buscava realizar um trabalho preventivo e atendia somente órfãos (e este era o principal critério para ser atendido na Obra), agora, apesar de ser destacado o interesse na realização de um trabalho preventivo, a entidade haveria de se preocupar com técnicas correccionais, uma vez que o novo perfil de crianças atendidas e as diretrizes da FUNABEM assim indicavam. (MIRANDA; SELAU, 2003, p. 80).

Atualmente o *Bairro da Juventude* atende crianças, adolescentes e jovens em diferentes modalidades de ensino e programas educacionais. Mantém um centro maternal desde 1999, em convênio com o SESI, atendendo crianças de 0 a 3 anos e 11 meses de idade. As crianças de 4 a 6 anos são atendidas na Educação Infantil, também em convênio com o SESI. Crianças de 7 a 14 anos são atendidas no Ensino Fundamental. Os anos iniciais são oferecidos na escola municipal criada, por lei municipal, dentro das próprias instalações da entidade, desde 1994. Os demais anos do Ensino Fundamental são oferecidos por escolas públicas próximas à instituição aos adolescentes da instituição. Os alunos dessa faixa etária participam de atividades complementares oferecidas por profissionais contratados pelo *Bairro da Juventude*. No setor de ensino profissionalizante são atendidos adolescentes de 14 a 18 anos, nos diversos cursos técnicos em convênio com o SENAI.

Os problemas sociais também foram objeto de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, ficando conhecida como CPI do Carvão. Em 1957, deputados federais presididos pelo deputado Elias Adaime, do antigo Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, vieram a Criciúma para “apurar as denúncias feitas por jornais da Capital da República, entre eles, O Globo, Diário de Notícias, O Jornal, Correio Radical, Diário da Noite, Luta Democrática, Gazeta de Notícias, quanto às condições de trabalho nas minas de carvão de Santa Catarina”. (Resolução nº 88, de 29/03/1957)

A partir da situação verificada eles denunciaram as péssimas condições de moradia das famílias dos operários mineiros, exceto daquelas onde os operários estavam ligados à CSN e, em parte, daqueles ligados à Carbonífera Próspera S.A. e Carbonífera Treviso S.A. Após terem visitado a região carbonífera, portos, instalações de beneficiamento, minas de carvão, além de terem ouvido técnicos, administradores, mineiros, mulheres de várias idades, representantes da Igreja, os deputados formalizam a seguinte situação em relatório:

[...] construídas de madeira, sujas, mal conservadas e cheias de trinchas por onde os ventos reinantes rodopiam e pelas quais podemos divisar o interior das casas, como tivemos ocasião de verificar por solicitação dos mineiros: se no verão tais casas têm condições de habitabilidade, como suportá-las assim esburacadas no rigoroso inverno de Santa Catarina, quando muitas vezes é mister o aquecimento artificial? Não possuem serviços sanitários, água encanada e esgotos. Além de tudo a água que os mineiros bebem não sofre qualquer tratamento sanitário. Só o fato das casas não possuírem água e esgoto, marca o grau de pauperismo desses operários, sujeitos eles e suas famílias, em face da falta de água potável e esgoto, a desinteria, tifo e verminoses. Quanto às habitações, este foi o panorama encontrado. (Projeto de Resolução nº 186, de 27/01/1959)

No relatório a comissão também menciona os registros de Jorge Lacerda, médico que havia visitado a cidade de Lauro Müller no ano de 1948 e detectado os mesmos problemas e que foram assim descritos por ele: “habitações de madeira enfileiradas, totalmente pretas, pois eram pintadas de piche. Na paisagem nenhum jardim, nenhuma flor. Carvão por toda a parte: no chão, nos rostos, nas ruas, nas paredes, nos pulmões. A tuberculose vai ceifando inúmeras vidas” (Projeto de Resolução nº 186, de 27/01/1959).

O problema das condições de vida dos trabalhadores do carvão e mais especificamente da moradia continuou sendo alvo de discursos dos políticos ou daqueles que pretendiam ser eleitos. Num artigo publicado no jornal Tribuna Criciumense, em 15 de setembro de 1962, Álvaro Catão, um dos donos da CBCA e eleito Deputado Estadual de Santa Catarina, posteriormente, expressava uma das linhas de ação que desenvolveria na Câmara dos Deputados caso fosse eleito, ou seja, a criação de um “programa de habitação para a região mineira de Santa Catarina”. Em seu pronunciamento ele admitiu que o problema não era exclusivo da região mineira, mas que se tratava de uma questão enfrentada até nos centros mais populosos do país, devido ao contraste entre crescimento demográfico e a construção de casas. Ele também admitiu que o trabalhador assalariado da região mineira destinava quase todo o dinheiro recebido no final do mês para os gastos com a alimentação de sua família, por isso a necessidade de tal programa.

O programa seria viabilizado através da criação de um departamento de habitação na Sociedade de Assistência dos Trabalhadores do Carvão – SATC, mantido com recursos dos mineradores, Governo Federal/CEPCAM, Governo Estadual e Prefeituras Municipais da região mineira. A fim de assegurar “condições humanas de vida” e “maior capacidade produtiva” dos trabalhadores mineiros, seriam construídos, além das casas, escolas e postos de assistência médica.

Três tipos de casa comporiam o conjunto habitacional, a fim de abrigar pequenas, médias e grandes famílias. Neste sentido a SATC ficaria responsável pela construção do núcleo principal das casas: uma sala, um quarto, banheiro e cozinha com a participação do próprio trabalhador, que nela iria morar, em sistema de “mutirão”. O financiamento teria o juro de no máximo 6% ao ano e a prestação não deveria ser superior a 15% do salário mínimo local. (TRIBUNA CRICIUMENSE, 15/09/1962, p. 9).

Outra voz corrente a respeito da necessidade da assistência social às famílias dos trabalhadores do carvão, respaldada no estatuto da ciência, era a dos médicos. O discurso médico, voltado mais para a cidade de Criciúma, uma vez que era ali a maior concentração urbana de minas de carvão e, conseqüentemente, para as vilas operárias, apontou problemas

relacionados à saúde em geral, à alimentação, à moradia e principalmente à mortalidade infantil.

No documento intitulado “Problemas médico-sociais da indústria carbonífera sul-catarinense”, publicado em 1953, produzido para o DNPM, antes ainda da aprovação da CPCAN, o médico sanitarista Francisco de Paula Boa Nova Jr. faz uma série de considerações, pois as más condições de higiene e de moradia, a falta de redes de esgoto, a ausência de água encanada, a má alimentação e falta de higiene no preparo dos alimentos preocupavam as autoridades médicas em função da interferência negativa que estes fatores poderiam trazer sobre a produção nas minas de carvão.

Sobre a melhoria das condições de vida e os reflexos positivos nos níveis de produtividade, Boa Nova Jr comenta:

Promovendo-se e assegurando-se completo bem-estar do trabalhador e de sua família, lhe conferiremos uma sensação de ajustamento com as condições de vida total, isto é, lhe proporcionaremos um sentimento de ausência de problemas, uma tranqüilidade de espírito absolutamente indispensável ao seu trabalho, constituindo a nosso ver fator preponderante de sua maior produtividade. Dotado de melhores condições físicas, sem as quais não há bem-estar social completo, e espiritualmente tranqüilo, crescerá sua capacidade de trabalho. Somente isto compensaria a obrigação de dedicar-se um pequeno esforço financeiro em prol da assistência social ao operariado, se não houvesse outras compensações. (BOA NOVA JR, 1953, p. 107).

Além disso, estes aspectos traziam conseqüências malignas à saúde da população que se concentrava nas vilas operárias. Boa Nova Jr. expôs dados referentes às várias doenças que acometiam a população criciumense. A mais temível delas foi o tifo, doença conhecida de longa data na região carbonífera sul-catarinense. No verão de 1944-1945, foram registrados 40 casos positivados e, destes, 10 foram fatais. Esse número foi decrescendo ano após ano, deixando de ser um problema para a saúde pública somente a partir de 1950¹⁰⁷, depois de rigorosas medidas profiláticas, entre elas a vacinação, mas segundo o sanitarista, em função também do término da construção da rede de abastecimento d'água na cidade. A incidência dessa doença era maior com a entrada do verão, quando ocorriam chuvas freqüentes, que arrastavam os dejetos portadores de bacilos para os cursos d'água, e ainda pelo fato dos poços d'água, de utilização doméstica, estarem muito próximos às fossas onde eram acumulados os dejetos humanos. Outras doenças como a varíola, varicela, disenteria amebiana e bacilar, tuberculose, verminoses também eram expressivas. Sobre esta última, o médico sanitarista afirmou:

¹⁰⁷ Segundo Boa Nova Jr. , somente em 1950 é que começou a ser empregada a cloromicetina, antibiótico que curava a infecção tífica em 48 ou 72 horas (BOA NOVA JR, 1953, p. 14).

Pode-se afirmar sem exagero que a quase totalidade da população residente nas vilas operárias das companhias carboníferas é portadora de vermes, pois num rápido inquérito por nós feito na maioria das residências dos mineiros, não encontramos uma pessoa sequer que nos afirmasse nunca haver eliminado vermes intestinais! [...]A disseminação tão ampla das verminoses nesta cidade tem como causas principais a falta de rede de esgotos ou de fossas sanitárias construídas de acordo com os preceitos higiênicos, a falta de um exame rigoroso das carnes dos animais abatidos para consumo da população, a criação de animais nas próprias residências (porcos, por exemplo), e, finalmente o desprêso, principalmente por parte dos mineiros, ao uso do calçado, quando em trabalho no sub-solo. (BOA NOVA JR., 1953, p. 20).

As condições de moradia dos mineiros nas vilas operárias foi assim descrita pelo médico sanitário:

Casas (ou melhor dizendo, “ranchos”) velhíssimas toscas de madeira empenada e pobre, com cobertura de cacos de telhas, cheias de buracos enormes por onde a chuva se escoava aos borbotões, com assoalhos e paredes repletos de largas frestas, por onde o vento sul, no inverno rigoroso, penetra impiedosamente, fustigando não só o próprio mineiro, mal agasalhado, como também sua mulher e seus infelizes filhos, cobertos com farrapos, constituem as habitações dos mineiros. São, em geral, também de reduzidíssimas dimensões, para certas famílias numerosas de operários. (BOA NOVA JR, 1953, p. 69).

Nessas condições as famílias eram estimuladas a terem mais filhos. O controle de natalidade ainda não era uma preocupação médica, uma vez que era preciso garantir a reprodução da mão-de-obra para a continuidade da exploração de carvão.

A chegada de um novo filho ou o atendimento a um natimorto, sempre que possível, era acompanhada por um médico, caso contrário eram as parteiras que faziam os partos. Sobre esse atendimento às mulheres, o médico Manif Zacharias (1999, p.21), nascido e formado em Curitiba, que veio para Criciúma em 1944, assim se manifestou:

Conduzidos em cabines de caminhões carvoeiros, abafamento da canícula estival ou sob as gélidas temperaturas das quadras hibernais, lá íamos nós, mal apetrechados, socorrer mulheres e crianças abrigadas em casebres imundos, de chão de terra batida, quantas vezes para realizar, à escassa luz de um gásômetro, partos a fórceps com a paciente deitada sobre a tosca mesa das refeições, ou curetagens uterinas, por aborto, no próprio leito da gestante, com os filhos despertos e assustados presenciando tudo, ao lado [...].

Os médicos também atendiam “lactentes moribundos, desidratados pela infecção intestinal, pela diarreia aguda, que lhes exsicava o organismo já severamente combalido pela desnutrição, pela fome crônica” (ZACHARIAS, 1999, p. 21). A mortalidade infantil também já havia sido percebida pelo médico sanitário Francisco Boa Nova Jr, médico do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM (vinculado ao Ministério de

Agricultura) no momento de sua chegada a Criciúma, em 1944, onde permaneceu até 1952. Segundo ele, esse grave problema ficava evidenciado “pelo elevado número de enterros de crianças que eram vistos diariamente pelas ruas da cidade (8 a 10, em média). Na maior parte eram vitimadas crianças de 0 a 1 ano de idade, que eram acometidas por doenças gastro-intestinais, respiratórias, infecto-contagiosas e, principalmente, subnutrição” (BOA NOVA JR, 1953, p. 22).

No relatório elaborado por Boa Nova Jr. para o DNPM, publicado em 1953, a mortalidade infantil era apontada como um dos grandes flagelos sociais sofridos pelas crianças e a única forma de combatê-la seria através da prevenção de moléstias que tinha na higiene o seu campo mais promissor.

A criança desde o seu nascimento já se constituía no alvo do discurso médico pautado na eugenia social¹⁰⁸. No mesmo relatório, o referido médico assim se pronuncia:

Constitui dever imperioso a conjugação de esforços para a geração dos normais, dos sadios e dos fartes e devemos nos empenhar a fundo para corrigir as múltiplas causas e fatores que concorrem para a decadência de uma raça, para o seu definhamento, para o seu abastardamento, melhorando as qualidades naturais físicas. (BOA NOVA JR, 1953, p.22)

Ao considerar a mortalidade infantil uma matéria muito complexa, Boa Nova Jr. argumentou que para combatê-la seriam necessários fartos recursos e, além disso, dizia o médico:

Sua prática diária oferece oportunidade sem fim para educar os pais na proteção de seus filhos contra danos físicos, infecções, influência da alimentação defeituosa e ambiente anti-higiênico. Está em suas mãos o controle de muitas infecções esporádicas que ainda não estão sujeitas à regulamentação oficial. E, no campo da higiene mental, o pediatra ocupa uma posição toda especial, pois a ele cabe ditar os ensinamentos tendentes a corrigir os fatores de ambiente que agem de modo desfavorável sobre a criança. (BOA NOVA JR, 1953, p. 25).

Sintonizado com as intenções da medicina social de seu tempo, uma das preocupações levantadas pelo médico era a necessidade de empreender uma árdua tarefa de educar as mães no que diz respeito à alimentação de seus filhos. Boa Nova Jr. se somava

¹⁰⁸ “Na linha direta do maltusianismo, a eugenia, introduzida por Francis Galton (1822-1911), teve como baluarte, no Brasil, a Liga Brasileira de Higiene Mental, fundada em 1923 pelo psiquiatra Gustavo Riedel, seu primeiro presidente. Em 1931, o também psiquiatra Renato Kehl funda a Comissão Central de Eugenia. O momento não poderia ser mais propício: os anos trinta viram, na Europa, a ascensão do nazi-fascismo e, no Brasil, a consolidação da ditadura Vargas, cuja simpatia pelas idéias totalitárias de Hitler e Mussolini era evidente” (SCLIAR, 1997, p. 2).

àqueles que defendiam a amamentação materna no primeiro ano de vida do recém-nascido como uma forma higiênica e barata de evitar as doenças muito comuns na primeira infância.

Uma das medidas tomadas para dirimir este problema foi a construção de um Posto de Puericultura na Vila Operária Velha, inaugurado em 24 de outubro de 1943, tendo o Dr. Olavo de Assis Santos Sartori como médico responsável. O terreno para a construção do referido posto foi doado pela CBCA (BELOLLI; QUADROS; GUIDI, 2002, p. 266).



Figura 17: Posto de Puericultura localizado na Vila Operária Velha, atual Operária Velha (1945)
Fonte: Álbum de família de Maria Barcelos de Oliveira

Mas esta iniciativa não foi suficiente no combate à mortalidade infantil. Boa Nova Jr. em seu relatório argumentou:

Apesar da existência, desde 1944, de um Pôsto de Puericultura na cidade, dirigido por componente profissional, o Dr. OLAVO DE ASSIS SARTOR, alarmante era o obituário infantil de Criciúma, até o ano de 1949. Êste Pôsto só atendia e atende a uma pequena parte da população infantil da Vila Operária da Companhia Brasileira Carbonífera de Araranguá, onde está situado. Fornece diàriamente leite, mamadeiras para dietas e assistência médica gratuita a cêrca de 60 crianças, e, apesar do extraordinário aumento da população da cidade nestes últimos 5 anos, o Pôsto não ampliou os seus serviços, por falta de verbas para aumento de suas instalações, do número de seus abnegados funcionários e da qualidade de leite e mamadeiras a serem distribuídos...(BOA NOVA JR, 1953, p. 23).

Essa preocupação do segmento médico com os índices de mortalidade infantil, não só em Criciúma, mas também na região, estava inscrita numa esfera mais ampla. Em termos nacionais, muito se produziu, no campo da medicina, mais precisamente na pediatria, sobre o tema, a partir do final do século XIX e início do século XX. Além dos médicos, outros segmentos sociais debatiam sobre o tema a fim de que no país os números se tornassem menos alarmantes. “Para todos aqueles que estavam envolvidos e seduzidos pelo ideal de uma nação em gestação, ela era um grande obstáculo no caminho da marcha civilizatória” (CAROLA, 2004, p. 261).

Anos mais tarde, no artigo intitulado *A Mortalidade Infantil em Criciúma*, publicado em 20 de maio de 1957, no Jornal Tribuna Criciumense, o Dr. Manif Zacharias, mesmo reconhecendo que os coeficientes de mortalidade infantil¹⁰⁹ estavam abaixo do que era considerado “superior” ou “muito forte”, apresentou “dados bioestatísticos” relacionados ao problema.

Para ele, a mortalidade infantil era resultante das “baixas condições sociais” que revelavam “o grau de cultura de um povo e do desenvolvimento econômico de uma nação”. A cidade de Criciúma, na sua avaliação, vivia um contra-senso em função de duas características próprias: “uma, o carvão, expressão da riqueza de seu sub-solo; outra, a elevada mortalidade infantil, traduzindo a miséria de seu povo”. Nesse artigo, o médico tinha como objetivo averiguar o que havia de verdade na afirmação generalizada de que Criciúma apresentava os maiores índices de mortalidade infantil de todo País.

Em seu estudo priorizou os dados estatísticos oficiais, mas, por não ter acesso aos dados locais, realizou um levantamento dos nascimentos e óbitos de crianças, de 0 a 1 ano de idade, em três cartórios distritais (Criciúma, Içara e Nova Veneza), entre 1946 e 1956, dentro de cada ano civil (1º de janeiro a 31 de dezembro). Os dados encontrados causaram surpresa, uma vez que o médico afirmava esperar uma situação bem pior. No entanto, admitia que os resultados revelavam um acentuado grau de atraso na assistência à infância.

¹⁰⁹ MORTALIDADE INFANTIL: “mortalidade ocorrida no decurso apenas do primeiro ano de vida, ou, em termos mais claros, o número de mortes verificadas entre crianças desde que nascem até completarem um ano de vida. A mortalidade infantil avalia-se pelo chamado coeficiente, isto é, pela relação entre o número de nascimentos vivos e o número de óbitos de crianças entre 0 e 1 ano de idade, durante o período de um ano civil, isto é, entre 1º de janeiro e 31 de dezembro. Assim, quando se diz que determinado lugar ou país apresenta um coeficiente de mortalidade infantil igual a 150, isto significa que nesse lugar ou país, durante o ano tal, para cada 1.000 crianças nascidas vivas, morreram 150 crianças antes de completarem um ano de idade. A mortalidade infantil é considerada baixa ou fraca, quando o coeficiente é inferior a 40; média ou moderada quando entre 40 e 70; alta ou forte quando entre 70 e 100; e muito elevada ou muito forte quando superior a 100” (ZACHARIAS, 1957, p. 20).

Em seu estudo, colocou em xeque a afirmação de que aconteciam entre “10 e 12 enterros de crianças por dia” em Criciúma. Entre os anos estudados, em nenhum deles “o obituário atingiu a média de um falecimento por dia”. Os dados analisados no município apontaram que a mortalidade infantil alcançou índices mais altos apenas entre os anos de 1946 e 1949. Para chegar a esta conclusão, Dr. Manif utilizou os referenciais mundiais, a partir de uma classificação realizada com base no *coeficiente*. Para tanto, detalhou:

Assim, quando se diz que determinado lugar ou país apresenta um coeficiente de mortalidade infantil igual a 150, isto significa que nesse lugar ou país, durante o ano tal, para cada 1.000 crianças nascidas vivas, morreram 150 crianças antes de completarem um ano de idade. A mortalidade infantil é considerada *baixa* ou *fraca*, quando o coeficiente é inferior a 40; *média* ou *moderada* quando entre 40 a 70; *alta* ou *forte* quando entre 70 e 100; e *muito elevada* ou *muito forte* quando superior a 100. (ZACHARIAS, 1957, p.20)

Em seu estudo, os coeficientes de mortalidade infantil alcançados em Criciúma foram comparados a outros centros do Estado e do País, no mesmo período, ficando sempre abaixo daqueles. Ao comparar os índices brasileiros com os de outros países da América Latina e da Europa, denunciou a “humilhante situação de atraso” em que o país se encontrava face à grande maioria das demais nações.

Ao se perguntar sobre os motivos determinantes de uma mortalidade infantil tão alta, 56% em média no município, mesmo reconhecendo que não era tão “devastadora” como sugeriam os comentários, ele mesmo respondia: “IGNORÂNCIA E MISÉRIA, eis a resposta formal, categórica, imperativa e que deve ser dada corajosamente”.(ZACHARIAS, 1957, p. 27, grifos do médico).

Em seu entendimento a ignorância conduzia “as infelizes e pequenas vítimas às benzeduras e aos “chás” das comadres, às “garrafadas” dos curandeiros e as drogas “milagreiras” dos boticários com pretensões a doutores”. A miséria não permitia “ao pobre se dar ao luxo de pagar uma consulta médica e muito menos de comprar os medicamentos” e privava “a criança pobre, o LACTENTE (a expressão significa – que ainda mama) de seu alimento essencial, o leite, substituído em inúmeros casos constatados na clínica diária, pelo pirão ou mingau de farinha e água” (ZACHARIAS, 1957, p. 27, grifos do médico). Somado a isso, a fome crônica, as péssimas condições de higiene das habitações, a promiscuidade entre as crianças e adultos doentes ou animais, o uso cotidiano de água poluída e de alimentos de baixo valor nutritivo em qualidade e quantidade, a falta de roupas e agasalhos adequados contribuía veementemente para o agravamento do problema.

Para fundamentar suas análises recorreu à tese defendida no VI Congresso Sul-Americano de Pediatria: “A mortalidade infantil, em qualquer de suas etapas cronológicas é, antes de tudo, um problema de medicina preventiva com largas projeções sociais, pois não se explica a doença na criança senão a expensas de sérias deficiências nos cuidados que lhe são devidos em seu ambiente familiar e social” (ZACHARIAS, 1957, p. 27).

Mesmo reconhecendo os objetivos nobres de algumas obras de assistência e proteção à infância, como por exemplo o Posto de Puericultura e a Casa da Criança coordenada pelas Irmãs Beneditinas da Divina Providência, ambos localizados na Vila Operária Velha, pertencente à CBCA, e os equipamentos existentes no berçário da maternidade do Hospital São José, apesar de insuficientes, Dr. Manif admitia que os responsáveis pela administração pública deveriam investir em obras de real envergadura, a fim de assistir e proteger as crianças da cidade, muitas delas provenientes “dos mineiros do carvão”.

O médico, em suas manifestações sobre as condições de vida dos mineiros de Criciúma, articulava os vários aspectos por ele também discutidos, no sentido de procurar explicar o enredamento do problema. Desse modo, sugiro que as péssimas condições de moradia traziam perdas significativas para o nível de produtividade e, somando-se a isso, as más condições higiênicas, a precariedade da alimentação e os fatores econômicos e sociais desfavoráveis geravam a mortalidade infantil.

O “binômio ignorância-miséria” como causa maior da mortalidade infantil em Criciúma é retomado, em 1965, pelo médico pediatra David Boianovski, funcionário da SATC, por meio do trabalho sobre o Serviço de Puericultura desenvolvido pela entidade, apresentado no II Simpósio do Carvão Nacional, em Florianópolis.

Neste documento, ele discutia o problema da mortalidade infantil na bacia carbonífera e atribuía ao *Ciclo da Ignorância* a causa, muito presente nas populações operárias e que sintetizava na fórmula: Pai ignorante ⇒ Púbere incapaz ⇒ Recém-nascido e lactente distrófico ⇒ Escolar Depauperado.

Assim, o médico partia da premissa de que uma criança sadia resultaria em um adulto capaz, diferente do que estava ocorrendo junto às famílias dos mineiros. A reversão do *Ciclo da Ignorância*, meta do Serviço de Puericultura da SATC, aconteceria através de uma “assistência eminentemente educadora”, voltada prioritariamente para a criança, porque “somente a partir dela poderemos transformar o ciclo da ignorância, formando adultos bem orientados que, por sua vez, melhor orientarão os próprios filhos e assim por diante”, afirmava Boianovski.

Fica evidente que o Serviço de Puericultura, em última instância, teria que contribuir para a formação de operários mais produtivos e, conseqüentemente, mais ordeiros. Para o médico, a “interrupção do ciclo da ignorância em nosso meio se impõe como medida urgente e decididamente prioritária com o fim de poder contar com homens de mentalidade bem formadas a impulsionar físicos tão imunes quanto possível” (RELATÓRIO da SATC, 1965, p 4). A reversão do quadro ficava assim representada: Recém-nascido e lactente eutróficos ⇨ Escolar bem nutrido ⇨ Púbere Capaz ⇨ Pai esclarecido.

A criança representava, desse modo, o foco principal de uma assistência eminentemente educadora; a mãe, o principal sujeito a ser educado, uma vez que possuidora de um alto grau de ignorância que gerava erros alimentares oferecidos aos recém-nascidos, cujos exemplos abundavam.

As mães tinham um papel preponderante no processo de reversão, mas para isso se fazia necessário “um trabalho assistencial honesto e bem planejado”, como o que foi coordenado pelas Pequenas Irmãs da Divina Providência em parceria inicialmente com o médico. Além de atender a cidade de Criciúma, elas articularam-se com as Pequenas Irmãs Missionárias da Caridade, em Siderópolis, com as Filhas do Divino Zelo, em Içara, e com as religiosas do Instituto Coração de Jesus, em Lauro Müller.

Almejando as crianças, um intenso serviço de puericultura foi realizado, articulado às inúmeras atividades de assistência religiosa, voltadas às mães em primeiro lugar e, depois, aos demais membros da família mineira. O conjunto destas ações, que se estenderam por cerca de 16 anos, são examinadas em maior profundidade na terceira parte deste trabalho.

Mas a ação da Igreja não se resumiu às congregações femininas. A figura do padre benzendo as casas das vilas operárias era uma imagem muito comum. Os padres eram tão requisitados para este tipo de trabalho que chegavam a pedir ajuda para outros colegas da região, quando não davam conta. Estes, além de “serenar com água benta os ânimos exaltados” dos operários e mineradores, realizando a “missa das picaretas”, a “marcha dos gasômetros”, como lembra Pe. Agenor Neves Marques (19-- , p.162), benziam as casas para proteger as famílias contra doenças, desavenças, etc. Pe Maneca, que atuou muito tempo da Vila Operária da Próspera, tem lembranças desse tempo.

Eu levava muitos santinhos, então a gente ia benzer e a gurizada da rua toda acompanhava. A criançada acompanhava a gente e ajudava a distribuir os santinhos. Eu benzia todas as casas e não deixava nenhuma de fora. Quando a família era de outra religião a gente só conversava e respeitava. Tinham crianças que queriam que

eu desse colo, então eu levava um pouquinho e depois largava para pegar outra, pois eu não podia privilegiar uma só¹¹⁰.

O padre Agenor Neves Marques¹¹¹, figura de destaque no meio eclesial da região, em seu livro *História de Urussanga*, descreveu a vila operária como um lugar “pobre, sem conforto, sem higiene, sem água, sem esgoto, onde as crianças vivem à solta, carregando marmitas, vendendo roscas, bolinhos ou amendoim torrado”(1985, p. 162) e fez menção a um poema de autoria desconhecida, intitulado “Nego Bumba”, que tentava caracterizar, principalmente, a realidade das crianças das vilas operárias.

Negrinho safado
Do umbigo quebrado
Bundinha de fora no pó do carvão,
Como é que não cansas
De tantas andanças
Pezinhos descalços rolando no chão?

Negrinho brajeiro
Nascestes em janeiro,
No dia dos Magos, do Rei Baltazar...
À luz do cometa
Fizeste Mutreta:
Quem nasce de negro está sempre de azar.

Teu rosto que é escuro
Sem grande futuro
Só goza o presente no pó do carvão.
Teus olhos brilhantes
São dois diamantes
Enchendo de graça esta nossa canção.

Negrinho do Bumba,
Qual foi a macumba
Que a negra maluca te deu no Natal?
Eu acho mil graças
Da vida que passas
Nos becos da vila virando em pardal...

Negrinho pipoca
Que junto à maloca
Na poça estagnada tu vais te lavar,
Se tu andas nas ruas
Co’as carnes tão nuas,
Teu traje de gala dispensa passar...

Negrinho sem nome
Que choras com fome,
Mascando chicletes com pó de carvão...
És o anjo mais lindo

¹¹⁰ Pe. Maneca. Entrevista concedida a Giani Rabelo, em 21/06/2006, em Criciúma/SC.

¹¹¹ Pe. Agenor Neves Marques foi vigário de Urussanga a partir de 1948. Faleceu aos 31/08/2006, com 91 anos de idade.

E andas sempre sorrindo
Na inocência tão branca do teu coração.

Negrinho do lixo
Com teu carrapicho
Um dia eu te levo nuzinho à TV,
Te boto no espelho
De gorro vermelho
Negrinho querido, Saci Pererê...

Negrinho sem breque
De pé de moleque
Um dia na vida herói tu serás,
Porque descobriste
E sorrindo sentiste
Que a glória do pobre é o amor e a paz!...
(apud MARQUES, 19-- , p. 162-163).

Padre Agenor manifestava-se publicamente e era conhecido por todos na região por suas posições políticas de cunho conservador. Segundo Biff (1997, p. 260-261), “foi o maior ativista do PSD – Partido Social Democrata, no sul de Santa Catarina. Sempre amou esse partido político, pois era afilhado de ordenação do grande estadista catarinense, Nereu Ramos”.

Mesmo tendo posições conservadoras, Pe. Agenor era um dos clérigos da região que mais se manifestava em relação às más condições de vida dos mineiros e suas famílias.

Na inauguração do Posto de Puericultura localizado na Vila Operária Velha, ocorrida em 1943, por exemplo, que acabou sendo um grande ato político, contando inclusive com a presença do Interventor Federal em Santa Catarina, Nereu Ramos, acompanhado de sua esposa, Beatriz Perdeneiras Ramos, então presidente da Legião Brasileira de Assistência no Estado, além de uma numerosa comitiva, Pe. Agenor foi um dos oradores junto a Heriberto Hülse. Eles “destacaram os principais aspectos sociais que atingiam as famílias dos trabalhadores da indústria carbonífera e dos benefícios que essa casa de saúde traria à população da região do carvão” (BELOLLI; QUADROS; GUIDI, 2002, p. 266).

Neste ato, mesmo sendo Nereu Ramos seu padrinho, foi contundente em seu discurso nas cobranças sobre as responsabilidades do governo estadual e federal no tocante, principalmente, ao alto índice da mortalidade infantil na região. Emocionado, ele fez alguns comentários dos trechos do seu discurso, depois de 58 anos do ocorrido: “‘Empurrei a madeira’ na mortalidade infantil, que era coisa tremenda e que eu assistia porque eu era um padre que percorria as galerias e as minas para arranjar a religiosidade dessa gente e não deixarem perder a fé, pois essa era a minha missão de padre e eu cumpri da melhor maneira que pude”.

Para ilustrar a gravidade que a região presenciava a respeito da mortalidade infantil, ele mencionou, em seu discurso, um exemplo que testemunhava com frequência no trecho entre Criciúma e Siderópolis, na época. Ele trouxe o testemunho sobre as condições em que as operárias escolheiras¹¹² amamentavam seus filhos no próprio local de trabalho.

Diante das correias do carvão elas puxavam as mamas para fora e davam de mamar para os seus nenéns que eram muitos. Então elas davam as mamas para os filhos sem lavar antes e quando as crianças acabavam de berrar, porque enchiam a barriguinha, aqui [em volta dos mamilos] tinha um arco-íris de carvão, uma argola preta porque o leite que saía das mamas se misturava com o pó do carvão. É claro que os recém-nascidos estavam engolindo com o leite das mães o veneno da pirita, o veneno da aguarrás¹¹³.

Ao terminar seu discurso, Pe. Agenor pediu desculpas a Nereu Ramos pelo tom agressivo de suas palavras, mas, como já previa, recebeu ordem de prisão de um delegado de polícia temido por muitos na época, por estar “dando paulada” em todo mundo em Criciúma. Nereu Ramos, sendo o último a falar, finalizou o seu pronunciamento fazendo menção a um comentário tecido por Pe. Agenor e disse “que era preciso parar de encher os cemitérios, sobretudo de crianças” e, então, concluiu dizendo: “eu acabarei com essa procissão de ataúdes”¹¹⁴.

A Igreja não se fez presente apenas através de seus padres e religiosas, mas também por meio de obras de caridade. Uma delas, e talvez a mais conhecida e com maior tempo de existência, é o “Paraíso da Criança”. Esta obra filantrópica foi organizada com a finalidade de “recolher, assistir, amparar e educar menores, órfãos e abandonados” (MARQUES, 19--., p. 205).

Um dos principais fundadores da instituição, Pe. Agenor, teve um expressivo envolvimento com os problemas sociais gerados pela mineração do carvão. O Paraíso da Criança começou a funcionar em 1948, na cidade de Urussanga, e persiste nos dias de hoje.

.....

Inspirada em Celi Pinto (1989, p. 27), posso afirmar que os sujeitos operários das empresas do complexo carbonífero e suas famílias foram interpelados por diferentes discursos e enunciados em circulação e agenciados por variadas instituições, que os tornaram sujeitos

¹¹² Eram as mulheres que trabalhavam nas minas de carvão, responsáveis pela separação do carvão e da pedra. Este assunto será melhor elucidado na terceira parte deste trabalho.

¹¹³ Pe. Agenor Neves Marques. Entrevista citada.

sociais complexos. Informados pela força de verdade desses discursos, numa mesma temporalidade, estes sujeitos foram se constituindo distintamente, porque não foram interpelados igualmente e, além disso, “os sujeitos se constroem e constroem discursos a partir de um conjunto de significações que sua época histórica vive como sendo o sentido natural das coisas” (PINTO, 1989, p. 27).

Portanto, se houve a presença insidiosa dos discursos aqui apontados, e certa convergência entre estes em direção à defesa da melhoria das condições de vida dos trabalhadores das atividades carboníferas, foi porque almejavam uma das principais necessidades daquele momento, ou seja, a expansão do número de operários, e que fossem produtivos, saudáveis, ordeiros em suas relações com as empresas carboníferas, garantindo assim o progresso da região.

A breve localização do complexo carbonífero catarinense, acima apresentada e abordando suas atividades, assim como as lutas implementadas pelos trabalhadores, além da contextualização histórica das vilas operárias, mais especificamente daquelas em que as congregações religiosas femininas estiveram circunscritas, é imprescindível para a compreensão das práticas discursivas e não discursivas dos vários segmentos e instituições sociais que atuaram no campo social, educacional, religioso e da saúde, junto às famílias operárias. Feito isto, no próximo item o estudo detém-se nas congregações em questão, desde sua constituição no ambiente católico europeu, sua vinda para o Brasil e a chegada na região sul catarinense, instalando-se nas vilas operárias. Por fim, dá visibilidade ao trabalho realizado pelas religiosas junto às famílias operárias do complexo carbonífero.

¹¹⁴ Pe Agenor Neves Marques. Entrevista citada.

3. SOB O TOM DA RELIGIÃO: MISSÃO E EVANGELIZAÇÃO

O sino era uma coisa que avisava, quando morria alguém, uma batida diferente era porque tinha morrido alguém. O sino avisava para o terço, avisava para a missa, avisava para o encontro. O sino era nosso mensageiro, quando tocava o sino era porque tinha acontecido alguma coisa, tinha que ficar alerta (Ângelo Manoel Valsechi¹¹⁵)

A vinda das freiras para o desenvolvimento do trabalho de cunho social, religioso e educativo junto às famílias de operários ligados às atividades do complexo carbonífero se deu durante a década de 1950, permanecendo em ações mais pontuais até 1981. Como já anunciamos, cinco foram as congregações identificadas que atuaram de forma sistemática nas vilas operárias: Instituto Coração de Jesus, Irmãs Beneditinas da Divina Providência, Pequenas Irmãs da Divina Providência, Pequenas Irmãs Missionárias da Caridade e as Filhas do Divino Zelo. A maioria dessas religiosas imigrou da Itália, exceto aquelas do Instituto Coração de Jesus, que vieram da Alemanha. A fundação destas congregações deu-se entre meados dos anos de 1800 até as primeiras duas décadas dos anos de 1900, migrando para o Brasil durante as primeiras cinco décadas do século XX. Somente duas das cinco congregações tiveram fundadoras religiosas, as demais foram criadas por padres.

No quadro abaixo estas informações são apresentadas de forma mais detalhada.

Quadro 3: Dados gerais sobre as congregações religiosas femininas que atuaram nas vilas operárias do complexo carbonífero entre os anos de 1953 a 1981

Congregações	País/Cidade de Origem/Ano de fundação	Fundadores(as)	Ano de chegada ao Brasil/Cidade/UF	CIDADE DO SUL DE SC E ANO DE CHEGADA
Irmãs Beneditinas da Divina Providência	Itália/Voghera (Região Norte)/1849	Giustina e Maria Schiapparoli	1936/Nova Veneza/SC	Nova Veneza (antigo núcleo de imigrantes italianos) - 1936 Criciúma - 1954
Pequenas Irmãs da Divina Providência	Itália/Alessândria (Região Norte)/1889	Tereza Madalena Grillo Michel	1900/Mococa/SP	Criciúma - 1954
Instituto Coração de Jesus	Alemanha/Unna-Königsborn/1922	Guilherme Meyer	1938/Rio de Janeiro/RJ	Braço do Norte - 1949
Pequenas Irmãs Missionárias da Caridade	Itália/Tortona (Região Norte)/1915	Dom Luiz Orione	1949/ Belo Horizonte/MG	Siderópolis - 1956
Filhas do Divino Zelo	Itália/Messina (Região Sul)/1915	Pe. Anibal Maria Di Francia	1951/Três Rios/RJ	Içara - 1959

Fonte: Elaboração própria.

¹¹⁵ Ângelo Manoel Valsechi . Entrevista citada.

Como apontam os estudos realizados sobre as congregações religiosas femininas no Brasil, a atuação mais incisiva no campo da assistência não foi exclusiva destas congregações. Historicamente as freiras, no âmbito da Igreja Católica, dedicaram-se à assistência. Em nosso país, de acordo com Maria José Rosado Nunes (1997, p. 482) as freiras, no final do século XIX, “já se encarregavam de inúmeras tarefas necessárias à sociedade, particularmente no campo da educação, da saúde e da assistência social. Afora as mulheres pobres, as freiras foram as primeiras a exercerem uma profissão, quando ainda a maioria da população feminina era ‘do lar’”.

Como a atuação das congregações religiosas femininas nas vilas operárias não poderia ser analisada de forma isolada, apresento nesta parte do trabalho um itinerário do percurso das congregações desde o processo de criação no cenário europeu, mais especificamente na Itália e na Alemanha, passando pela história de seus/as fundadores/as, abordando o que os/as motivou para tal decisão, bem como o lugar da vida religiosa feminina na Igreja Católica. Acrescento a chegada das congregações no Brasil e, conseqüentemente, nas cidades de Santa Catarina onde estavam instaladas as vilas operárias do complexo carbonífero. Por último são apresentadas as ações das religiosas junto às famílias operárias do complexo carbonífero.

Os escritos que seguem foram elaborados com base, principalmente, em documentos orais, que foram acrescidos de relatórios e documentos oficiais, históricos, crônicas e *sites* das congregações, jornais além de cartas enviadas à pesquisadora por algumas religiosas. Destacou-se uma documentação que acrescentou muito para a compreensão do trabalho empreendido pelas religiosas. Trata-se do documento intitulado “Historia della Casa”, das Filhas do Divino Zelo, escrito em italiano, sobre a dinâmica da Casa Assistencial de Mineração de Içara, envolvendo quase 10 anos de trabalho. Nele, as religiosas registraram a chegada na vila operária, o cotidiano da Casa Assistencial, as suas primeiras dificuldades, as visitas recebidas, as atividades religiosas e sociais e registravam também as postulantes que entravam na congregação, enfim, o cotidiano da comunidade daquelas religiosas.

3.1 A IGREJA E A CONSTITUIÇÃO DAS CONGREGAÇÕES RELIGIOSAS FEMININAS NA EUROPA

As cinco congregações que atuaram nas vilas operárias do complexo carbonífero foram instituídas em território europeu, em meados do século XIX e início do século XX, a

saber: Congregação das Irmãs Beneditinas da Divina Providência (1849), Congregação das Filhas do Divino Zelo (1887), Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência (1889), Pequenas Irmãs Missionárias da Caridade (1915) e irmãs do Instituto Coração de Jesus (1922). Com exceção do Instituto Coração de Jesus, de origem alemã, as demais congregações foram criadas na Itália.

A criação destas congregações não pode ser compreendida à parte do movimento social, político e econômico vivido na Europa, principalmente na Itália e Alemanha, nesse período, nem tampouco, do movimento operado pela Igreja Católica. Os anos 1800 e 1900 apresentam características próprias, não cabendo generalizações, tanto para a Europa, como um todo, quanto para a Itália e Alemanha.

Até o final da primeira metade do século XIX, a Itália era formada por várias regiões com autonomia política e econômica. Do ponto de vista econômico, o norte era a região mais industrializada e o sul era agrícola e empobrecido. No âmbito das revoluções liberais de 1848, começaram a se organizar em várias cidades, movimentos políticos em defesa da unificação e da formação de um Nação, conhecido com Risorgimento. Na formação do Estado-Nação italiano, o monarca Vitor Emanuel II, de Piemonte-Sardenha, que possuía uma constituição liberal, comandou o processo de unificação, junto com outras lideranças como Cavour e Garibaldi. Mesmo derrotando os comunistas e os republicanos, a causa da unificação colocava todos sob os mesmos objetivos. Após inúmeras batalhas contra, principalmente o Império Austríaco, em 1861 a Itália foi unificada sob um regime monarquista e parlamentar. Outro forte foco de resistência era Roma e os católicos, que rejeitavam a idéia de ficarem subordinados ao imperador.

Durante este longo processo revolucionário, que completou-se apenas em 1870, com a anexação de Roma e Veneza, houve uma grande fluxo emigratório de italianos empobrecidos para a América. A unificação passou a ser comandada a partir dos interesses das províncias do norte industrializado, que impôs, com a queda da monarquia, o sistema republicano, em toda a Itália.

A Alemanha, por sua vez, entra no século XX como uma potência industrial emergente, com destaque na indústria química e pesada. A entrada tardia na corrida imperialista e o acirramento da concorrência intercapitalista entre nações fizeram a Alemanha se envolver numa guerra que teve resultado calamitoso, tanto econômico, político, social e, sobretudo, moral. A destruição civil, a hiperinflação da primeira metade dos anos vinte e a humilhação que lhe foi imposta pelo Tratado de Versalhes, alimentou no povo alemão o sentimento de injustiça. Porém, a estabilização monetária e a recuperação econômica da

segunda metade da década de vinte reanimou os ânimos e tornou a Alemanha parte dos países industrializados.

No que tange à organização política, a República de Weimar foi incapaz de promover a estabilidade política do país e, no período de 1919 a 1933, houve uma alternância constante no executivo e no parlamento, em que a social-democracia tornava-se cada vez mais incapaz diante das crises. Os comunistas radicalizam os discursos e a direita, mesmo causando medo, nada tinha a oferecer concretamente. A efervescência cultural de Berlim nos anos de 1920 não foi suficiente para consolidar as recém-criadas instituições democráticas em Weimar.

Com a crise de 1929 a Alemanha novamente experimenta um período de crise econômica e de desorganização política. A fuga de capitais e o desequilíbrio dos balanços de pagamentos levaram o governo a incorrer em medidas de cunho ortodoxo para recuperar a credibilidade da moeda do país. Porém, quanto mais o governo buscava o equilíbrio fiscal, mais agravava a crise que, para completar, estava sendo acompanhada por uma deflação. Esta crise abriu a possibilidade do Partido Nazista, que começou como uma pequena agremiação operária em 1919 e tornou-se um grande *Behemoth* em 1933, instalando o totalitarismo. Essa foi a trajetória do Partido Nazista num curto intervalo de quatorze anos. A base de sustentação do partido, no início dos anos trinta, era composta, por um lado, pela classe média, parcela do operariado e pelos pequenos comerciantes; por outro, pelo grande capital industrial e pela ideologia feudal transformada, das velhas classes dominantes. Do ponto de vista econômico, o nazismo atuava como um fator de neutralização das contradições entre estas classes e frações, prosseguindo, por um processo de regulação, a dominação decisiva do grande capital. Apesar de ter um amplo apoio da classe média, na execução da política econômica ela foi pouco atendida, pois o maior beneficiado foi o grande capital privado. Afinal, bastava garantir minguados ganhos e afastar os temores da classe média para cooptá-la a um apoio cego.

Para Hobsbawm (1997, p. 131), o nazismo surgiu “mais como uma defesa contra a agitação revolucionária do pós-guerra do que como uma reação aos traumas da Grande Depressão e à incapacidade dos governos de Weimar de enfrentá-los”.

Nos anos de 1800, a Igreja Católica pôs em prática várias estratégias para se recompor de uma forte reação anticlerical gerada no final do século anterior, contribuindo para a sua fragilização enquanto instituição, que esteve vinculada durante muito tempo ao poder político e econômico.

Na Europa do final do século XVIII, ocorria um movimento de tensão entre o conhecimento científico associado aos ideais liberais e as verdades da Igreja Católica. A vida

religiosa é vista como uma barreira para o sucesso de uma sociedade leiga, democrática, progressista e liberal. Aos poucos os grupos de vida religiosa, que ainda haviam ficado de pé, vão sendo derrubados. Exemplo disso foi o que ocorreu na França, como afirma Victor Codina e Noé Zevallos (1987, p. 57): “depois de 1790, na França, monjas e religiosos podem abandonar livremente seus conventos. A partir de 1792 devem abandoná-los ou entrar numa espécie de asilos comuns. Muitos religiosos e religiosas foram fiéis a seus votos, chegando inclusive ao cadafalso”. Neste contexto se fortalece a idéia de restauração da Igreja, o que significava

Voltar à situação pré-revolucionária, à cristandade medieval, a união entre o trono e o altar, ao ‘Antigo Regime’. Os papas deste século – Pio VII, Pio VIII, Pio IX – inauguram o que mais tarde será chamado a ‘época piana’, cujas características são uma eclesiologia da autoridade, uma nostalgia do passado, uma defesa acérrima da liberdade da Igreja, uma postura prevalentemente negativa frente aos movimentos seculares e sociais modernos, uma volta à tradição entendida em sua forma medieval. (CODINA; ZEVALLOS, 1987, p. 59)

Uma das formas de reconquista do prestígio e crescimento da autoridade papal, foi o fato de a Igreja passar a investir na criação de várias congregações. Segundo José Lino Hack (1995, p. 83), “a partir de 1820, com as mudanças ocorridas na situação política europeia, a Igreja reconquista parte de sua liberdade de ação e começa a viver um período de entusiasmo, com a vida cristã se dinamizando [...]”.

Em 1822, foi criado em Roma o Centro para a Propagação da Fé, chamado de **Propaganda Fidei**, com recursos significativos disponíveis às missões e aos missionários, a fim de garantir a continuidade dessas (HACK, 1995, p. 84, grifo do autor).

Anos mais tarde, com o intuito de proteger as estruturas da Igreja das inovações, o Papa Pio IX acrescentou a sua encíclica *Quanta Cura o Syllabus de Erros* (1864), em “que foi uma lista que condenava uma série de aspectos da modernidade, tais como o liberalismo, a separação entre Igreja e Estado, o ensino laico, o matrimônio civil, a secularização dos cemitérios e a liberdade religiosa (KARSBURG, 2007, p. 2).

Deste modo, além do suporte dado pela encíclica *Syllabus de Erros*, este modelo de catolicismo fechou-se ainda mais com base nas diretrizes construídas pelo Concílio de Trento (século XVI), revigoradas pelo Concílio Vaticano I (1869-1870), acentuando a autoridade de Deus na fé e a autoridade do papa na Igreja.

Nesse processo de restauração, foram constituídas inúmeras congregações religiosas, “somente na França, em 1899, havia 104 Congregações Religiosas masculinas e mais de 850 Congregações femininas [...]” (HACK, 1995, p. 84). Nas palavras de Codina e

Zevallos (1987, p. 60), “França, berço do espírito revolucionário, ilustrado e anticlerical, é agora o principal centro desta expansão religiosa”. As inúmeras congregações religiosas criadas no final do século XIX caracterizaram-se por um espírito ativo, especializando-se em diversos campos apostólicos, entre eles a catequização de crianças e da juventude abandonada, missões populares nas áreas rurais em processo de descristianização, obras de caridade e de assistência (órfãos, velhos, doentes, abandonados), além de missões na África e regiões da América Latina (CODINA; ZEVALLOS, 1987, p. 61).

Este entusiasmo da Igreja esteve associado à reação ultramontana¹¹⁶, que resultou na “romanização” da Igreja Católica. O “Ultramontanismo” pautava-se na premissa de que Roma deveria controlar as igrejas nacionais em detrimento da ingerência dos poderes políticos nas questões internas da Igreja. O expressivo alargamento da ação missionária suplantou a Europa, inúmeros religiosos e religiosas se instalaram em outros continentes.

Este movimento contava com uma imprensa agressiva afinada aos princípios jesuíticos de cunho antimodernista e procurava impor as devoções estabelecidas pela Igreja em detrimento das devoções populares. Nesse processo, a Igreja Católica começa a perder suas características, resguardadas a cada país, alcançando uma afinidade maior com a Igreja Romana, ou seja, com a Santa Sé (KARSBURG, 2007, p. 18).

Ainda nos anos de 1800, o movimento operário explodia com seus atos de resistência à exploração que se alastrava em função da segunda revolução industrial. O canal de diálogo entre Igreja e operários estava congestionado.

A Igreja tentava reorganizar-se e juntar suas forças com o objetivo de, mais uma vez, aproximar-se dos pobres. Dessa vez, a sociedade urbano-industrial constituía-se no grande desafio. Educar e evangelizar os trabalhadores empobrecidos pela avareza dos patrões, e ensinar a estes que o reino de Deus estava aberto aos ricos misericordiosos, e não aos que apenas acumulavam riqueza sem se incomodarem com aqueles que a produziam; era uma meta importante dos novos missionários [...].(SOUZA, 2004, p. 169)

A difícil realidade vivenciada pelo operariado não era tratada pela Igreja como um problema de justiça social, mas sim de pobreza, que teria como uma das soluções a caridade cristã.

Intelectualmente a Igreja estava bastante desprestigiada. O sentimentalismo e o moralismo davam o tom dos sermões, contribuindo para um distanciamento ainda maior entre

¹¹⁶ O termo ultramontano foi usado pelos franceses para indicar que, na visão deles, o papa vive após as montanhas. Mas é no seu ideário que o termo ganha força. Diz respeito à política de Pio IX e sua busca em centralizar as decisões na figura do Sumo Pontífice, submeter a Igreja à hierarquia tendo o papa como infalível (AZEVEDO, 1999, p. 445-446).

Igreja e seus fiéis. Muitos cristãos diante dessa Igreja reacionária foram se articulando em movimentos anti-clericais, mas não necessariamente anti-religiosos. Queriam formar uma sociedade cristã, liberal e laica, recusando o clero e a hierarquia católica.

Diante de um mundo que progredia rapidamente em todas as direções, a Igreja estava distante e fechada, sem ter o que dizer ao homem moderno, atormentado pelas conseqüências das migrações, da industrialização e da questão operária. Os cristãos começaram a abandonar a Igreja em massa. (HACK, 1995, p. 87)

O Papa Pio IX, em 1866, escreveu aos socialistas: “Vós insuflais (com essas doutrinas) em seu coração a sede ardente do gozo material; vós retirais deles a resignação e a esperança; vós tornais intoleráveis seus sofrimentos; vós forneceis terríveis argumentos a seus desejos [...]” (HACK, 1995, p. 89).

No âmbito da Igreja havia católicos que denunciaram as conseqüências do capitalismo, mas estavam em minoria e foram até perseguidos pelo segmento mais conservador da Igreja. Para penetrar no meio operário, este segmento apoiou a criação de Associações Operárias aliadas aos donos das indústrias. “Em 1871 surgiram na França os ‘Círculos Operários Católicos’, com características semelhantes às Associações Operárias” de caráter paternalista, e “em 1868 é criada a Federação das Sociedades Operárias Católicas e começam os Círculos de Estudo sobre questões sociais e operárias” (HACK, 1995, p. 89-90).

Em 1891, o Papa Leão XIII publicou a Encíclica *Rerum Novarum*, na qual a Doutrina Social da Igreja é oficializada e nela a *Condição dos Operários* ganhou centralidade. O documento defendia a conciliação entre capital e trabalho, entre a riqueza e o proletariado, haja visto que neste período o movimento operário estava em ebulição nos países que serviram de berço para a revolução industrial. Neste sentido, “a Igreja, instruída e dirigida por Jesus Cristo, eleva o seu olhar para mais alto; propõe um conjunto de preceitos mais completo, porque ambiciona estreitar a união das duas classes até as unir uma a outra por laços de verdadeira amizade” (*Rerum Novarum*, 1891).

Haviam se passado somente 43 anos da publicação do *Manifesto do Partido Comunista*, que, ao contrário da *Rerum Novarum*, defendia a incompatibilidade entre os interesses dos capitalistas e do proletariado.

Além do combate aos “homens turbulentos e astuciosos”, que procuravam “excitar as multidões e fomentar as desordens”, ou seja, os socialistas, a encíclica defendia a “inviolabilidade da propriedade privada” em detrimento da propriedade coletiva, ao preconizar que

[...] a conversão da propriedade particular em propriedade coletiva, tão preconizada pelo socialismo, não teria outro efeito senão tornar a situação dos operários mais precária, retirando-lhes a livre disposição do seu salário e roubando-lhes, por isso mesmo, toda a esperança e toda a possibilidade de engrandecerem o seu patrimônio e melhorarem a sua situação. (Rerum Novarum, 1891).

O movimento de restauração da Igreja se estende até o início do século XX, seguindo a mesma linha do século XIX, ou seja, multiplicam-se as congregações religiosas, fazendo crescer a expansão missionária. “Surgem novas congregações, sobretudo femininas, que continuam as tarefas iniciadas no século anterior: ensino, saúde, assistência social, missões” (CODINA; ZEVALLOS, 1987, p. 63), mas com novos desafios, pois as primeiras décadas do século foram marcadas por grandes crises sociais e políticas, como a Revolução Russa, as grandes guerras mundiais e a separação do mundo em dois blocos, comunista e capitalista.

Neste período a Igreja toma novas iniciativas para dialogar com os operários. Em 1922 o Papa Pio XI lançou a Ação Católica a fim de dar abertura e organização à atuação dos leigos. Uma das formas que a Igreja encontrou para estreitar seus laços com os operários foi por intermédio dos leigos, mais especialmente por meio dos jovens. “Em 1924 o padre belga Cardjin funda a JOC (Juventude Operária Católica), que entusiasmou os jovens operários católicos e se espalhou pelo mundo todo” (HACK, 1995, p. 93). Além da JOC foram criadas outras organizações¹¹⁷ para que a Igreja pudesse dialogar com diversos segmentos da sociedade moderna, tendo na juventude o ponto de mediação.

Em 1930, o Papa Pio XI se manifestou dizendo: “O maior escândalo do século XIX foi a apostasia da classe operária” (HACK, 1995, p. 87), ou seja, os operários estavam sendo acusados de negarem a fé.

Foi neste cenário marcado por questões econômicas, políticas e religiosas adversas que nasceram as congregações religiosas femininas que, anos mais tarde, passaram a atuar nas vilas operárias do complexo carbonífero do Sul do estado de Santa Catarina.

A primeira das cinco congregações a ser criada foi a das Irmãs Beneditinas da Divina Providência. A congregação foi instituída em 1849, na cidade de Voghera, na região do Norte da Itália, por duas irmãs: Giustina Schiapparoli e Maria Schiapparoli.

Ambas nasceram em Castel San Giovanni, Província de Piacenza, Itália. Eram filhas de Clemente Schiapparoli e de Marianna Vittoria Pássera, família de classe média. Com

¹¹⁷ “A Ação Católica Geral evoluiu, anos mais tarde, para a Ação Católica Especializada. Assim nasceram a JAC (Juventude Agrária Católica), a JEC (Juventude Estudantil Católica), a JIC (Juventude Independente Católica), a JOC (Juventude Operária Católica) e a JUC (Juventude Universitária Católica), levando em conta as realidades concretas de cada meio específico” (HACK, 1995, p. 93).

o falecimento da mãe, em 1824, o pai matriculou-as no internato da escola fundada por Madre Benedetta Cambiagio Frassinello, na cidade de Pavia, onde elas obtiveram o diploma de professoras. Após a formatura, exerceram o magistério em Pavia e em Ronco Scrivia (HISTÓRICO da Congregação das Irmãs Beneditinas da Divina Providência, 2007).

Em 1847, retornaram para Voghera, com o objetivo de cuidarem de sua irmã que havia ficado cega e do pai que ficara viúvo pela segunda vez. Voghera era uma pequena cidade agrícola, com alto índice de analfabetismo e miséria. Na cidade, havia muitas jovens desamparadas pedindo esmolas, centenas de crianças órfãs, pestes, epidemias (HISTÓRICO da Congregação das Irmãs Beneditinas da Divina Providência, 2007). Diante dessa realidade, as irmãs Schiapparoli decidiram dedicar-se totalmente à assistência e educação das meninas órfãs abandonadas, desamparadas, marginalizadas ou rejeitadas pelos pais.

Durante certos períodos do ano, as ruas ficavam repletas de mendicantes, de todas as idades, que pediam esmolas, às vezes, com petulância. As Schiapparoli tiveram logo de início, o objetivo de cuidar destas jovens, desamparadas pelas famílias e destinadas a sucumbirem aos perigos morais, agravados pela sua ignorância e inexperiência. (VENTURINI, C.; VENTURINI, A., 2006, p. 7)

Procuraram desenvolver uma obra que atendesse às necessidades urgentes do local e da época e para concretizar esta finalidade criaram o Instituto das Irmãs Beneditinas da Divina Providência, tendo São Bento¹¹⁸ como protetor da congregação, trazendo também o seu legado: *Ora et Labora* (reza e trabalha) assumido como carisma da congregação.

Giustina, a irmã mais velha, governou o Instituto de 1849 até a sua morte, conseqüente de uma doença respiratória. Em seguida, Maria foi nomeada Diretora da Obra Pia e superiora da congregação, dirigindo-a de dezembro de 1877 a abril de 1878. Em função da sua idade avançada, pediu demissão do cargo e quem assumiu em seu lugar foi a Ir. Josefina Amodeo. A Ir. Maria Schiapparoli faleceu em 2 de maio de 1882, na cidade de Vespolate (PEDRAZI; RICABONI, 1979, p. 48).

¹¹⁸ São Bento foi o fundador do primeiro mosteiro de monges (Montecassino, na Itália), com regulamento de vida e comunidade em 520, nascendo assim a ordem beneditina. “Os monges não deveriam viver de esmolas; deveriam trabalhar para seu sustento e o excedente deveria ser distribuído entre os pobres. Na Regra, estava escrito também que todo Mosteiro Beneditino deveria acolher peregrinos e mendigos. Com a ordem de São Bento, a Igreja rejuvenesceu. Basta dizer que a ordem beneditina deu à Igreja 23 Papas e mais de cinco mil Bispos” (HACK, 1995, p. 31).



Madre Giustina Schiapparoli
*19/07/1819
+30/11/1877

Madre Maria Schiapparoli
*20/04/1815
+02/05/1882

Figura 18: Fundadoras da congregação das Irmãs Beneditinas da Divina Providência
Fonte: <http://www.irbdp.com.br/historia.php>

A partir de 1860, a congregação expandiu-se consideravelmente, abrindo várias casas, escolas, internatos e jardins de infância em várias cidades da Itália.

Atualmente, a congregação está presente em nove países, além do Brasil. Atuam na Romênia (7 comunidades), Albânia (2 comunidades), Itália (16 comunidades), Guiné-Bissau (1 comunidade), Kenya (4 comunidades), Índia (1 comunidade), Bolívia (4 comunidades), Paraguai (2 comunidades) e México (2 comunidades) (HISTÓRICO das Irmãs Beneditinas da Divina Providência, 2007).

Trinta e oito anos depois, em 1887, foi criada pelo Pe. Aníbal Maria Di Francia a Congregação Filhas do Divino Zelo. Anos mais tarde ele também criou uma outra congregação, desta vez masculina, a dos Rogacionistas. Pe. Aníbal nasceu em Messina, na Itália, e era filho de Anna Toscano e Francisco Marquês de S. Catarina de Jonio, vice-cônsul pontifício e capitão honorário da marinha. Teve quatro irmãos e ficou órfão de pai aos 15 meses de idade.

Ao completar seus estudos foi ordenado sacerdote, em 16 de março de 1878. Com o consentimento do Bispo, foi morar na periferia da cidade de Messina para trabalhar com os órfãos e pobres. A partir de 1882, fundou orfanatos, colocando-os sob a proteção de Santo Antônio de Pádua, daí recebendo o nome de antonianos. Nessas instituições os órfãos recebiam comida, trabalho, educação moral e religiosa.



Figura 19: Beato Annibale Maria Di Francia (1851-1927)

Fonte: <http://www.litografiacristore.it/pages/fondatore.html>

As Filhas do Divino Zelo têm como co-fundadora Maria Majone. Nasceu na Itália e foi a última dos seis filhos de Bruno Majone e Marta Falcone. Viveu sua infância e adolescência no povoado de Graniti, na região de Catânia, na Itália. Além dos afazeres de casa e as ocupações na igreja paroquial, onde ensinava o catecismo para crianças menores, também era atuante na Pia União das Filhas de Maria. Em 1889 conheceu a obra de Padre Aníbal, através de duas religiosas que foram a Graniti pedir esmolas. Depois de uma visita a Avinhone, Maria Majone entrou no recém-fundado instituto, no ano de 1889. Por sua adesão radical à causa da obra, assumiu muito cedo a coordenação geral como Madre. Pe Aníbal Di Francia a reconheceu "Co-fundadora" das Filhas do Divino Zelo (HISTÓRICO da Congregação das Filhas do Divino Zelo, 2007).



Figura 20: Madre Nazarena Majone (*21/06/1869 e +25/01/1939).
Fonte: http://www.istitutospiritosanto.net/madre_nazarena.html

Sob o carisma *Compaixão pela messe!*, as Filhas do Divino Zelo estão espalhadas por 11 países nos cinco continentes: Albânia, Austrália, Bolívia, Brasil, Camarões, Coréia do Sul, Espanha, Estados Unidos, Filipinas, Índia, Indonésia, Itália, México e Rwanda (FILHAS do Divino Zelo, 2007).

Dois anos depois, surge a Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência, mais precisamente em 8 de janeiro de 1889, tendo como fundadora Teresa Madalena Grillo Michel, em Alessândria, Itália.

Teresa nasceu nesta mesma cidade, tendo como pai José Grillo (médico cirurgião) e mãe Antonieta Parvapassu. Dois anos após o falecimento de seu pai, quando tinha 12 anos, foi enviada para Lodi a fim de completar seus estudos no colégio Nossa Senhora das Graças, onde permaneceu até os 17 anos de idade. Casou-se com João Batista Michel (tenente-coronel), aos 22 anos, ficando viúva depois de quatorze anos de união, sem ter tido nenhum filho do casamento. Dois anos antes de ter ficado viúva, também havia perdido a mãe e isso acarretou-lhe sérios problemas de saúde. Após estes acontecimentos, Tereza decidiu dedicar-se aos pobres e crianças órfãs e abandonadas.

De acordo com Braghin (1998, p. 6-7), inicialmente Teresa Michel encontrou muitas dificuldades, em função do ambiente senhoril e aristocrático ao qual pertencia a sua família. Em 1892, começou acolhendo crianças necessitadas e encaminhando outras aos vários institutos. Se desfez de todos os seus bens: jóias, vestidos, móveis, objetos preciosos,

inclusive sua mansão. Passou a mendigar para atender aos pobres, sendo inclusive tratada como louca pelos moradores de seu lugar.

Instalou-se com seus assistidos num pequeno imóvel de um andar na rua Faá di Bruno, adquirindo posteriormente pequenas casas em mau estado e um estábulo que transformou em capela – a Igreja Santo Antônio ainda hoje existente onde anos mais tarde teve seu corpo sepultado.

Passava com freqüência com uma pequena carroça e um burrinho para recolher frutas e verduras doadas como esmola por seus parentes e pessoas de mais posses. Com o tempo, conseguiu fundar um pequeno abrigo para crianças abandonadas, com a ajuda material de suas irmãs Adele e Angiola Grillo.

Fundou a Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência com outras oito companheiras religiosas: Teresa Accornero, Maria Imaculada Gilet, Josefina Genovese, Vincenza Visconti, Ana Giaccone, Joana Barbero, Cecília e Miquelena, sob o carisma *Abandono à Divina Providência no serviço ao necessitado*.



Figura 21: Beata Madre Teresa Michel (*25/09/1855 e + 25/01/1944)
Fonte: <http://ar.geocities.com/otramision/teresamichel.jpg>

Durante sua vida religiosa, Madre Teresa Michel teve vários contatos com Dom Orione, fundador da Congregação das Pequenas Missionárias da Caridade. Catarina (1983, p.52) relata que “na lista das grandes amizades registradas na história da santidade, pode-se colocar a que unia Madre Tereza ao bem-aventurado Dom Orione [...]. Dom Orione apoiou,

confortou e ajudou Madre Michel nos momentos mais difíceis, guiando seu atribulado mas seguro caminho”.

Na Itália encontram-se a Casa-Mãe da congregação e o Instituto da Divina Providência na Alessândria. Em Roma está instalada a Delegação Central com a Casa Geral, o Pensionato Casa Tereza e Casa de Repouso Nossa Senhora da Salve. As demais instituições italianas encontram-se na Cavallerota em Spinetta Marengo (AL), Quargento (AL), Frascaro (AL), Villa del Bosco (V), Campertogno (VC), Abbiategrosso (MI), La Spezia, Valproto (VI), Bari.

Além da presença das Pequenas Irmãs da Divina Providência na Itália e no Brasil, elas têm missões na Argentina e na Índia.

A Congregação das Pequenas Irmãs Missionárias da Caridade, por sua vez, foi criada por Dom Luís Orione, em 29 de junho de 1915, no subúrbio de São Bernardino, em Tortona, situada no Piemonte, região Norte da Itália, tendo como carisma *Renovar tudo em Cristo*.

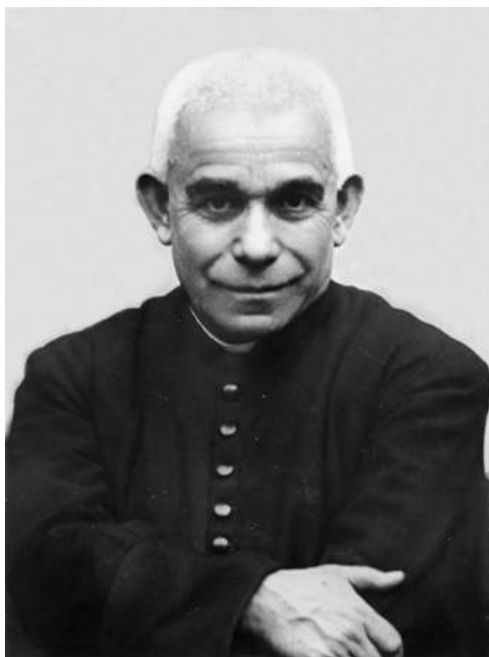


Figura 22: São Luís Orione (*1872 e + 1940)

Fonte: <http://www.eremiterio.org/domorione.htm>

Dom Luiz Orione nasceu em Pontecurone, pequena aldeia agrícola situada no Norte da Itália, na região de Piemonte. Foi o quarto filho de Vitério Orione - que trabalhou como calceteiro de estradas e lutou como soldado na Guerra do Ressurgimento Italiano, ocorrida entre os anos de 1845 a 1854 – e de Corolina Feltri, que além de cuidar das coisas do

lar também trabalhava na agricultura para ajudar na renda da família, que era uma das mais humildes do lugarejo de Pontecurone (OLIVEIRA, 2001, p. 15-17).

Aos treze anos, iniciou sua formação para a vida religiosa, permanecendo pouco menos de um ano com os franciscanos e três anos incompletos como os salesianos. Aos 17 anos ingressou no Seminário Diocesano de Tortona. Nesta mesma cidade, no lugarejo de São Bernardino, em outubro de 1893, estabeleceu o primeiro colégio para jovens pobres e abandonados, denominando-o de Pequena Obra da Divina Providência. “A ação da Pequena Obra da Divina Providência se insere humildemente no âmbito da realização da missão da Igreja no mundo. Instrumento privilegiado é a caridade, especialmente para os mais excluídos e sofredores”, afirma Oliveira (2001, p.18).

Dom Orione foi ordenado sacerdote no dia 13 de abril de 1895 e sua experiência missionária mais marcante aconteceu entre 1908 e 1911, quando atuou em Messina, por ocasião de um grande terremoto, assumindo posteriormente como Vigário Geral dessa mesma cidade.

Quando Dom Orione fundou a Congregação das Pequenas Irmãs Missionárias da Caridade, pôde contar com a colaboração de Maria Giuseppina Valdetaro e Caterina Volpini. No dia 4 de outubro de 1917 houve as vestições das três primeiras irmãs, ainda sem votos, que receberam nomes significativos: Ir. Maria Fé, Ir. Maria Esperança e Ir. Maria Caridade. Pouco tempo depois um outro ramo feminino da congregação foi criado, o das Irmãs Sacramentinas não videntes (OLIVEIRA, 2001, p. 38-41).

Além do Brasil e da Itália, as Pequenas Irmãs Missionárias da Caridade estão presentes na Polônia, Espanha, Albânia, Romênia, Rússia, Ucrânia, Kênia, Madagascar, Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile, Peru, Cabo Verde e Costa do Marfim.

Outra congregação, o Instituto Coração de Jesus, foi organizada no ano de 1922, pelo Pe. Guilherme Meyer, na cidade de Unna-Königsborn, na Alemanha. Guilherme foi ordenado sacerdote em 14 de agosto de 1906. Em 1917, tornou-se pároco na mesma cidade. Unna Königsborn era uma grande cidade industrial e contava com minas de carvão, e como o Pe. Guilherme estava sozinho resolveu procurar religiosas dispostas a assumirem um trabalho com as famílias operárias, mas não as encontrou. No início, contou com o auxílio de mulheres leigas, mas, ao sentir a necessidade de contar com mulheres mais espiritualizadas para atender as famílias, fundou sua própria congregação. As primeiras religiosas começaram dando assistência às paróquias, com o trabalho de catequese e assistência às famílias sob o carisma *Caminhar na Presença de Deus*.



Figura 23: Pe. Guilherme Meyer

Fonte: http://www.icjserviam.hpgvip.ig.com.br/historia_icj.htm

Com o crescimento do Partido Nacional Socialista, o Pe. Guilherme Meyer e o Instituto Coração de Jesus foram intensamente perseguidos, havendo a dissolução da congregação pela Polícia Secreta do Estado - GESTAPO, em 1939. Um ano antes haviam sido enviadas duas religiosas para o Brasil, mas com a dissolução da congregação a comunicação com a Alemanha ficou interrompida por sete anos. Após a Segunda Guerra Mundial, as religiosas começaram a se reunir novamente e a congregação cresceu e, em 1948, outras irmãs foram enviadas em missão ao Brasil (INSTITUTO CORAÇÃO DE JESUS, 2004, p. 5-6).

Em 1978, as irmãs iniciam na Bolívia uma nova missão, e em 2002 inauguram outra missão em Moçambique, depois de decidirem sobre a participação no Projeto Igrejas-Solidárias-Moçambique da Confederação Nacional dos Bispos no Brasil (CNBB). Atualmente, o Instituto Coração de Jesus tem sua Casa Mãe na Alemanha, Sede Geral no Brasil, em Osasco, Casa Regional-Sul em Braço do Norte (SC), e Casa Regional-Centro Oeste em Goiânia (GO).

Vale ressaltar que o ato de fundação destas congregações nem sempre foi decorrente de iniciativas femininas. Desde o início da vida religiosa, as religiosas professoras eram em maior número, mas a fundação de suas congregações e institutos estiveram muito atrelados aos interesses dos padres. Das cinco congregações em estudo, apenas duas tiveram figuras femininas como fundadoras.

Miriam Pillar Grossi (1990, p. 57), nos ajuda a pensar sobre isso a partir de suas reflexões sobre a constituição da vocação religiosa feminina, ao afirmar que “a Igreja,

instituição altamente hierárquica, é dominada pelo clero masculino e é a este que as freiras devem se dirigir para tomar toda e qualquer decisão. Cada congregação está sob a jurisdição de um prelado e grande parte das congregações foram organizadas e mantidas por padres”.

Esta circunstância nos faz pensar sobre o lugar das mulheres na instituição eclesial católica. Ser uma religiosa não significa a mesma coisa que ser um religioso, ou melhor, a vida religiosa para homens e mulheres é concebida de forma diferente e tratada de forma desigual, pela Igreja Católica. Nesse sentido, é preciso entender o papel das congregações religiosas femininas para a Igreja Católica, a fim de compreendermos a vinda delas para o Brasil.

3.2. A VIDA RELIGIOSA E A VINDA DAS CONGREGAÇÕES PARA O BRASIL

Na Idade Moderna o aspecto religioso associado a outros foi marcante nas motivações das conquistas e das descobertas. Para a propagação da fé nos novos territórios foram responsabilizadas as ordens mendicantes, a Companhia de Jesus e, posteriormente, as congregações religiosas. No caso do Brasil, até 1580 os jesuítas tiveram exclusividade nas atividades religiosas, pois, nas palavras de Riolando Azzi (1983, p. 12), eles foram os missionários “oficiais” da Coroa. Posteriormente, entre 1580 a 1640, com a união da Coroa lusitana à espanhola, houve abertura para a entrada de novos institutos religiosos, como os franciscanos, beneditinos e carmelitas.

A vida religiosa feminina deu seus primeiros passos já na colônia, mas sem seguir um modelo único. Conforme Azzi e Rezende (1983, p. 24),

[...] houve dois tipos de vida religiosa feminina que correram paralelamente durante todo o período colonial, um oficial, canônico, estabelecido nos conventos e mosteiros e reservado às mulheres brancas e ricas da classe senhorial portuguesa; outro bem mais informal e difuso, não reconhecido oficialmente, único acessível a mulatas, negras e mesmo a brancas pobres, vivido em recolhimentos, beatários, nas casas de famílias.

Apenas no século XVII foi introduzida a oficialidade da vida religiosa feminina na colônia, com a criação do primeiro mosteiro de mulheres, o convento de Santa Clara do Desterro, na Bahia, em 1677. Esta foi uma experiência tardia se comparada ao que vinha ocorrendo na América espanhola, que já tinha mais de 70 conventos canonicamente reconhecidos, na mesma época.

O atraso na implantação destas instituições resultou de uma política da Coroa Portuguesa, que não permitia a criação de conventos, por entender que estes estariam dificultando “a permanência, o crescimento e a hegemonia da minoria portuguesa nas terras conquistadas”, sendo assim, “a fim de favorecer o crescimento de uma classe dominante lusitana, os reis não desejavam a criação de conventos na colônia [...]”. Um outro fator que interferiu nesta decisão foi o econômico, uma vez que “a única forma de consagração religiosa admitida para as mulheres no mundo português era a vida enclausurada e contemplativa”, o que oneraria a Coroa em função dos recursos necessários para a manutenção dos conventos (AZZI; REZENDE, 1983, p. 25-27).

As restrições à constituição de conventos femininos foram sendo contornadas, em parte, pela criação dos recolhimentos, podendo mais tarde, ser transformados em conventos. De acordo com Nunes, “o primeiro recolhimento erigido pela ação de uma mulher de que se tem notícia data de 1576. Trata-se da Ordem Terceira Franciscana, dirigido por Ir. Maria Rosa, em Olinda” (1997, p.485), “apesar do registro da tentativa de criar uma ‘casa de recolhimento’ em Santa Catarina para índias carijós e guaianases, ainda no século XVI, por frades franciscanos”, como ressalta Miriam Pillar Grossi (1995, p. 49).

As famílias ricas encontraram uma outra forma de driblar o impedimento imposto pela Coroa. Ao invés de encaminharem suas filhas para os recolhimentos, as mesmas enviavam-nas para os conventos de Portugal ou das ilhas do Atlântico, mesmo que isso significasse grandes sacrifícios financeiros, além do perigo que as viagens por mar representavam na época. “Centenas de moças do Brasil foram professar nos conventos do reino antes que se fundasse o primeiro mosteiro no Brasil, e mesmo depois de já existirem vários, no século XVIII, continuaram partindo porque as vagas nos conventos brasileiros foram sempre insuficientes” (AZZI; REZENDE, 1983, p. 29).

Encaminhar uma filha para um recolhimento ou para um convento não pressupunha a escolha entre a oficialidade da vida religiosa ou não, até porque

Conventos e recolhimentos não tinham a mesma significação social para todas as mulheres. Diferenças de classe e raça atravessavam e conformavam os processos de constituição e as formas de realização dessas instituições religiosas. A exigência de “pureza de sangue” para o ingresso no convento significava sua interdição para mestiças e para filhas de judeus “cristãos novos”. Dado esse elitismo, em que somente filhas de famílias social e politicamente importantes eram admitidas como religiosas, ter uma filha no claustro tornava-se fator de prestígio social. (NUNES, 1997, p. 486)

No século XX, a Igreja Católica, no Brasil, encontrava-se no contexto da reforma, uma vez que havia vivenciado a ruptura entre Igreja e Estado, promovida pela Proclamação da República, além do processo de romanização, iniciado em meados do século XIX.

A partir da metade do século XIX, alguns bispos se esforçam no sentido de “colocar ordem” na Igreja do Brasil. No entanto, é apenas depois de 1889, com a Proclamação da República e a separação legal da Igreja e do Estado que o processo de recomposição institucional tem lugar. Um dos elementos fundamentais dessa reforma é o processo de “clericalização” do catolicismo brasileiro. (NUNES, 1997, p. 491)

No Brasil, a “romanização” chegou por volta de 1840, quando D. Pedro II assumiu o poder. Nessa época a tradição da política do padroado era muito forte e o interesse do governo imperial em manter o controle sobre a Igreja era expressivo. Além disso, a prática religiosa conhecida como “lusu-brasileira” era muito forte. De acordo com Karsburg (2007, p. 1), “esta formou-se a partir do contato entre os colonizadores portugueses, os indígenas e os escravos africanos. Durante mais de três séculos, esses grupos étnicos conviveram numa troca cultural intensa, fazendo surgir um tipo de religião mestiça”.

Houve resistências, por parte não só das autoridades eclesiais, mas também por parte dos fiéis. Com o tempo, o episcopado brasileiro aderiu à romanização, ou europeização do catolicismo, assumindo traços conservadores, com a finalidade de manter o seu poder. “[...] este modo mais austero e conservador do catolicismo procurava produzir fiéis disciplinados, piedosos, ordeiros, submissos à hierarquia clerical e civil e praticantes dos sacramentos, que deveriam ser ministrados exclusivamente pelo clero”, como afirma Dallabrida (2001, p. 64).

A “romanização” foi acompanhada de exageros e injustiças. A Cúria Romana, com seus dispositivos de controle, agravou a intolerância, levando ao aprofundamento do fosso entre a Igreja e os leigos e, além disso, sacrificou as especificidades dessa instituição em cada país e a autonomia dos segmentos eclesiais. As normas passaram a ser ditadas pela Igreja Romana, ou seja, pela Santa Sé.

A figura do padre se tornou indispensável e a ação religiosa centrou-se em torno dos sacramentos. Nesse sentido, havia necessidade de formar um público mais dócil, retirando “das Irmandades, comandadas por leigos, seu peso político e religioso”. Por conta disso, as mulheres passam a ser “um alvo privilegiado de ação da Igreja” (NUNES, 1997, p. 491), contribuindo para a feminização da vida religiosa.

Pode-se assim dizer que a “clericalização” do catolicismo brasileiro foi ao mesmo tempo e necessariamente o processo de sua “feminização”. A incorporação das mulheres pela instituição deu-se em virtude da pretensão de diminuir ou anular o poder do laicado masculino. Dessa forma, a dinâmica através da qual se feminiza o catolicismo no Brasil, longe de significar um investimento das mulheres no exercício do poder sagrado, representa, de fato, a reafirmação de seu estatuto subordinado (NUNES, 1997, p. 491).

A Igreja investe na criação de uma grande rede de escolas católicas, principalmente para meninas, administrada por religiosas estrangeiras, e também na vinda destas congregações para o Brasil, por intermédio de seus bispos.

Portanto, a vinda de inúmeras congregações para o Brasil, além de representar uma estratégia importante na tentativa de romper com o catolicismo luso-brasileiro, foi também uma forma das congregações européias se protegerem do progresso do laicismo e do liberalismo em andamento na Europa.

Foi neste cenário que as congregações religiosas femininas enraizaram-se no país, principalmente na área da educação, mas não só, assumiram hospitais e obras de caridade, até porque, “diferentemente das freiras enclausuradas do período colonial, elas têm em seu projeto alguma forma de atuação social” (NUNES, 1997, p. 492).

Aqui no Brasil irão se multiplicar localmente. Só para se ter uma idéia, entre 1890 e 1930 “são fundadas no país ou chegam aqui dos vários países da Europa e mesmo de alguns outros países situados fora do continente europeu, 93 congregações [femininas]. Seu número é quase o triplo das 32 congregações masculinas do período republicano”, comenta Beozzo (1983, p. 127). O mesmo autor explica esse crescimento devido ao fato de haver, entre a segunda metade do século XIX até 1930,

[...] a falta de um seguro contra enfermidade e acidentes de trabalho, são as Santas Casas que irão acolher os trabalhadores como indigentes, os orfanatos que irão acolher as crianças órfãs e abandonadas. Na falta de uma Previdência Social que assegurasse uma aposentadoria aqueles, que apesar de tudo, alcançam uma velhice sem amparo, multiplicavam-se os asilos, naturalmente com religiosas para cuidar dos velhos. Assim para velhos, doentes, crianças abandonadas, leprosos, cegos, acidentados, para toda esta humanidade colocada à margem e esquecida, inútil para a produção capitalista e ignorada pelo clássico Estado liberal não intervencionista, desabrochou a solicitude e misericórdia da alma feminina consagrada na religião. (BEOZZO, 1983, p. 103-104)

Beozzo (1983, p. 128) ainda acrescenta que estes papéis ocupados pela vida religiosa feminina, ativa no ensino e no serviço hospitalar, atraíram muitas jovens, que tinham um espaço de atuação profissional bastante limitado. Elas encontraram “na vocação religiosa um caminho de realização não apenas espiritual, mas também humana. Isso explica talvez o

rápido crescimento dos efetivos recrutados diretamente no Brasil. Pode também explicar a fundação de tantas congregações religiosas femininas no Brasil”.

Importante ressaltar que nesse período a mentalidade católica era marcada pelo anticomunismo, combatendo tudo aquilo que, de alguma forma, colocasse as classes populares em evidência, e, portanto, a Igreja não desfrutava de muita simpatia no meio operário organizado em nível mundial. A Igreja agia numa perspectiva profundamente assistencialista.

As cinco congregações, femininas, uma após outra, começam a chegar ao Brasil na entrada do século XX, ou seja, a partir de 1900, contribuindo assim no processo de reforma da Igreja Católica; mas não só, elas irão atuar nas áreas da educação e saúde também. Parafraseando Grossi (1995, p. 50), não é à-toa que elas serão tão bem recebidas pelas autoridades brasileiras, pois elas vão preencher a ausência na oferta de serviços nas áreas de saúde e educação.

Uma das congregações em estudo, ao imigrar da Europa para o Brasil, se instalou primeiramente no Sul de Santa Catarina, junto a um núcleo de imigração italiana. A vinda direta de uma congregação estrangeira para o Estado reforça a análise de Grossi, quando ela afirma que,

As congregações religiosas apostólicas se desenvolvem no sul do Brasil paralelamente à imigração européia, que se inicia em 1822 com a chegada dos primeiros imigrantes alemães e continuará a crescer com a vinda de imigrantes italianos, poloneses e de outros grupos étnicos, no desenrolar dos séculos XIX e XX (GROSSI, 1995, p. 50).

A partir da especificidade dos carismas, das cinco congregações, delinearão-se múltiplas pedagogias missionárias, atravessadas por continuidades e descontinuidades. Essas, por sua vez, pautadas na fé cristã e na caridade, atuaram não só na catequese, mas nas questões morais, sociais, assistenciais e educacionais, aqui no Brasil, a partir do início do século XX.

Entre as congregações identificadas, a primeira a chegar a terras brasileiras foi a das Pequenas Irmãs da Divina Providência. Segundo Braghin (1998, p. 26), “o Brasil foi a primeira terra de missão. No dia 13 de junho de 1900 chegava a este país a Ir. Maria Imaculada, companheira fiel e amiga da Bem-aventurada Madre Fundadora”.

Ir. Maria Imaculada veio ao Brasil com o objetivo de recolher donativos para as obras que mantinham na Itália. No entanto, na mesma ocasião foi convocada pelo arcebispo, D. Duarte Leopoldo e Silva, para dirigir um colégio de moças na cidade de Mococa, Estado

de São Paulo. Para socorrê-la diante das dificuldades na administração do educandário, Madre Teresa Michel partiu com mais duas religiosas, no dia 30 de maio de 1901, e lá “foram recebidas com muita alegria, por Ir. Maria e pelas meninas. A Madre se pôs a trabalhar. Os pobres sintonizaram imediatamente com seu grande coração. Quando ela não sabia expressar-se em português, o coração comunicava-se perfeitamente, e os pobres a compreendiam” (CATARINA, 1983, p. 34).

No Brasil, a congregação está presente no Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, Niterói, Valença, Vassouras, Angra dos Reis e Mendes); em São Paulo (São Paulo, Mococa e Itaquera); em Santa Catarina (Criciúma); na Bahia (Paramirim e Araci); em Minas Gerais (Belo Horizonte, Conselheiro Lafaiette, Formiga, Ubá, Mar de Espanha, São João Nepomuceno, Pitangui, Pará de Minas, Carangola, Campo Belo, Ouro Branco e Juiz de Fora); em Brasília-DF e no Amapá (Santana).

Trinta e seis anos depois, chegaram ao território brasileiro as Irmãs Beneditinas da Divina Providência. Era o ano de 1936. A congregação instalou sua sede brasileira na cidade de Criciúma, no núcleo de imigrantes italianos de Nova Veneza¹¹⁹, com a finalidade de dar assistência religiosa e educacional. (HISTÓRICO da Congregação das Irmãs Beneditinas da Divina Providência, 19--., p. 1).

O relato do Monsenhor Agenor Neves Marques apresenta o percurso percorrido da Itália até Nova Veneza.

No dia 6 de fevereiro de 1936 elas davam o seu adeus à Itália, embarcando para Santa Catarina no vapor “Augustus”, que as trouxe até o Rio de Janeiro, donde rumaram para Florianópolis no navio “Itaquatiá”. Depois de três dias embarcaram no vaporzinho “Machs” rumando para a cidade de Laguna [...] (199_, p.207).

Nas anotações do diário de viagem, entre outras coisas, elas expressaram o estranhamento em relação aos aspectos naturais da região e a recepção que tiveram ao chegarem à Estação de Trem de Criciúma e em Nova Veneza:

O trem (se assim se pode chamá-lo) corre numa lentidão que oprime. Em cada pequena estação, uma parada de mais de meia hora para carregar e descarregar sacos; [...]
A Natureza parece triste! Longas planícies, quase todas incultas; vastos bosques virgens; [...]
Nenhuma mudança da natureza alegre o nosso olhar e o coração se aperta num vago sentimento de tristeza.

¹¹⁹ A data de 28 de outubro de 1891 representa a chegada dos primeiros imigrantes e a fundação da colônia de Nova Veneza. Em 1913, Nova Veneza foi elevada a Vila, pertencente a Campinas, hoje Araranguá. Em 1926 passou a fazer parte do novo município de Criciúma. Tornou-se Distrito em 21 de junho de 1958. Através da Lei nº 348 foi transformada em município. Sua instalação solene aconteceu em 03 de agosto do mesmo ano.

[...]

O confronto é bem duro e triste!

Finalmente, se chega em Criciúma. A pequena estação estava apinhada de paroquianos de Nova Veneza, vindo para receber as irmãs.

[...]

Na pequena praça, nos espera uma espécie de caminhão que nos conduzirá por 25 Km. São dois caminhões e parecem uma espécie de trampolim e, para subir, precisamos de todo o equilíbrio.

[...]

as estradas são horríveis.

[...]

Viajamos com os paroquianos de Nova Veneza. Eles, todos entusiasmados nos cobrem de perguntas. Mas nós, tão cansadas, não sentimos vontade nem de abrir a boca.

Finalmente, atinge o nosso ouvido um agradável ressoar de sinos. Nova Veneza já está próxima e se prepara para nos receber com toda a exultação!

Entra-se no lugar. As pessoas se aproximam, enquanto se houve o disparar de foguetes como sinal de saudação. O nosso olhar se alonga e o coração se aperta. O lugar conta com aproximadamente 50 casas, a maior parte de madeira, sem vidros nas janelas, dando-nos a impressão de ver os barracões dos ciganos.

Algumas casas parecem mais elegantes: pintadas por fora, com cores variadas. Há a Igreja, o Hospital da colina, duas lojinhas, um pequeno hotel. Outras casas esparças aqui e ali.

[...]

. Vem ao nosso encontro a procissão.

No final, o padre Giacca, o qual pára, nos cumprimenta com toda a alegria e nos dirige palavras de agradecimento e de conforto.

[...]

Depois do Vigário, o médico também faz um pequeno discurso de congratulação. Uma menina vestida de branco, nos oferece um ramallete de flores e declama uma poesia.

[...] ¹²⁰

A convite do Cônego Miguel Giacca¹²¹ elas vieram para administrar o Hospital São Marcos. Um ano após a chegada das religiosas, foi criado um Internato para meninas e uma escola doméstica e em 1942 fundaram um Noviciado (MARQUES, 19-- , p. 207). Zulmar Hélio Bortolotto (1992, p. 129) reafirma esse fato ao descrever que “a razão da vinda das Irmãs Beneditinas da Divina Providência para o Brasil foi o Hospital São Marcos de Nova Veneza”. Logo em seguida começa a “instrução das crianças: catecismo, estudo dirigido, trabalhos manuais, etc”.

¹²⁰ Excerto retirado do livro História de Nova Veneza, de Zulmar H. Bortolotto (1992, 125-126).

¹²¹ “Cônego Miguel Giacca nasceu em 13 de junho de 1878 em Cuneo, perto de Turim (Itália). Recebeu a ordem sacerdotal a 28 de dezembro de 1902. [...] Veio para o Brasil a 29 de novembro de 1908 com o fim de atender espiritualmente os imigrantes italianos do sul do Brasil. Chegou a Nova Veneza em princípios do ano de 1909 com a provisão de Capelão Cura de Nova Veneza, concedida por D. João Becker, primeiro Bispo Diocesano de Florianópolis (MARQUES, 19-- , p. 200)

Padre Miguel Giacca estava convencido “de que somente as religiosas, desprezadas de interesses pessoais e humanos, poderiam consolidar no povo o sentimento cristão” (MARQUES, 19--., p. 206).

No trabalho desenvolvido em Nova Veneza a Congregação das Irmãs Beneditinas da Divina Providência teve como pioneiras as seguintes religiosas: Faustina Oldani (superiora), Frederica Maga, Aurélia Omarini, Giorgina Molinari, Fernandina Cossiga, Elígia Nobile e Flávia Franchini (BORTOLOTTI, 1992, p. 124).

Atualmente, elas continuam com a Casa-Mãe em Nova Veneza e duas Irmãs atuam na Clínica São Marcos, vinculada ao Hospital São Marcos. De Nova Veneza, o trabalho da congregação se estendeu para outras cidades da região sul de Santa Catarina.

A partir de 1943, elas assumiram, em Urussanga, a administração e os serviços de enfermagem do Hospital Nossa Senhora da Conceição, tendo a Ir. Elígia como superiora (TRIBUNA MUNICIPAL, 1984, p. 271). Anos depois também passaram a atuar numa “Casa da Criança”, que depois teve sua denominação alterada para “Paraíso da Criança”, coordenada pelo Pe. Agenor Neves Marques¹²², também em Urussanga.

Assumiram ainda, em 1952, a pedido do prefeito de Criciúma, Paulo Preis, a administração da “Casa da Criança Nossa Senhora de Fátima”, criada em 1945, pelo Círculo Operário São José, da então Paróquia São José em Criciúma¹²³, hoje Colégio São Bento¹²⁴. (VENTURINI, C.; VENTURINI, A., 2006, p. 168). Elas também dirigiram a farmácia do Círculo Operário que funcionava neste estabelecimento e paralelamente dedicavam-se a Pastoral Litúrgica e Catequética, além dos cuidados com o culto realizados na paróquia.

Em 1955, elas se alojaram na Vila Operária de Santana, em Urussanga, a convite do senhor João Gabriel Macari, um dos diretores da empresa MINERASIL.

Posteriormente, em 1957, elas também se tornaram responsáveis pela coordenação da “Casa da Criança Osvaldo Pinto da Veiga”, na Vila Operária Velha (atual Bairro Santa Bárbara) de Criciúma, assumindo também a Pastoral Litúrgica e Catequética na Paróquia

¹²² Pe. Agenor Neves Marques foi empossado vigário de Urussanga em 19/03/1948 (BIFF, 1997, p. 260).

¹²³ Segundo Biehl, a “Casa da Criança” num primeiro momento foi dirigida pela Congregação das Irmãs Escolares de Nossa Senhora e em seguida é que foi assumida pelas Irmãs Beneditinas da Divina Providência. As Irmãs Escolares de Nossa Senhora foram lideradas pela Ir. Dihetildes Mosler auxiliada por Rute Issler, Cléa Motta Game e Doraci Silva, para atender 62 crianças, entre meninos e meninas (2006, p. 11).

¹²⁴ O Colégio São Bento atende os filhos da classe média da cidade e região na Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Segundo o histórico da congregação, o funcionamento do estabelecimento foi autorizado por D. Anselmo Z. Pietrulla, inicialmente como ginásio São Bento, em 1963. (HISTÓRICO das Irmãs Beneditinas da Divina Providência, 19--., p. 1).

Santa Bárbara. (HISTÓRICO da Congregação das Irmãs Beneditinas da Divina Providência, 19--, p. 1).

Atualmente, no Brasil, a congregação possui 44 comunidades, distribuídas em 12 estados: Amazonas, Tocantins, Goiás, Mato Grosso, Maranhão, Piauí, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina. (HISTÓRICO da Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência, 2007).

Outra congregação chega ao Brasil em 1938, representada por duas religiosas do Instituto Coração de Jesus, enviadas em missão. Estas irmãs atuaram junto às comunidades católicas alemãs, da Pastoral Paroquial e Familiar da Paróquia Nosso Senhor do Bom Fim, na Penha, Estado do Rio de Janeiro. Em 1952, o Instituto teve as primeiras jovens brasileiras consagradas, favorecendo a expansão do trabalho para vários Estados: Rio Grande do Sul (1959), Goiás (1968), São Paulo (1972), Ceará (1985) e Bahia (1991 e 1998). (INSTITUTO Coração de Jesus/Serviam e sua história, 2004, p. 5-6)

Entretanto, a vinda desta congregação para o sul de Santa Catarina remonta aos anos de 1949, quando chegaram ao município de Braço do Norte, convidadas para colocar em funcionamento o hospital¹²⁵ da cidade. Um ano depois abriram um noviciado, na própria cidade.

Após dez anos chegam ao Brasil as Pequenas Irmãs Missionárias da Caridade, em 1949, transferidas da Argentina, país que recebeu a primeira missão latino-americana desta congregação.

A decisão de enviar religiosas para o Brasil ocorreu no ano anterior, quando a Superiora Geral da congregação visitou o país e decidiu enviar freiras para colaborar nos trabalhos dos Filhos da Divina Providência. As primeiras irmãs a chegarem foram as duas italianas e uma irmã uruguaia. Após oito dias da chegada, elas partiram para Belo Horizonte (MG), para auxiliar os Filhos da Divina Providência no Lar dos Meninos, obra criada em 1944 por Juscelino Kubitschek. No dia 11 de abril chegaram mais três freiras vindas da Itália. (OLIVEIRA, 2001, p. 47-48). Além de Minas Gerais, a congregação está presente nos estados de São Paulo, Tocantins, Brasília-DF, Pará, Paraná, Santa Catarina e Rio de Janeiro.

No início da década de 1950, mais precisamente aos dezoito dias de junho de 1951, chegam as Filhas do Divino Zelo, na cidade de Três Rios (RJ), onde fundaram o Colégio Santo Antônio, Casa-Mãe do Instituto na América Latina (HISTÓRICO da Congregação das Filhas do Divino Zelo, 2007). Aos poucos foram sendo solicitadas em outras

¹²⁵ O referido Hospital foi construído pelo Pe. Gregório Locks, dirigente da paróquia de Braço do Norte entre os anos 1948 e 1959 (BIFF, 1997, p. 79).

idades, somando 12 casas no Brasil, a saber: Alpinópolis (MG), Brasília (DF), Frei Paulo (SE), Içara (SC), Lajinha (MG), Maetinga (BA), Rio de Janeiro, Três Rios e Valença (RJ). Dedicam-se a atividades pastorais, educativas, sociais e de promoção humana, priorizando a Pastoral Vocacional.

A consulta a documentos escritos, orais e iconográficos possibilitou tecer um itinerário das congregações religiosas femininas nas cidades do sul catarinense e nas vilas operárias do complexo carbonífero. A chegada das freiras para a realização do trabalho de cunho sócioeducativo nas vilas operárias junto às famílias ocorreu entre o início e final da década de 1950. É o que será tratado a seguir.

3.3. CHEGADA DAS CONGREGAÇÕES NAS VILAS OPERÁRIAS DO COMPLEXO CARBONÍFERO

A vinda das congregações para a região, mais precisamente para as vilas operárias, foi resultado de uma aliança entre Igreja Católica, Governo Federal e as elites políticas e econômicas locais, mediadas diretamente pelo Serviço Social da Indústria - SESI, Companhia Siderúrgica Nacional - CSN, num primeiro momento e, posteriormente, pela Sociedade de Assistência aos Trabalhadores do Carvão - SATC.

Como foi tratado na primeira parte deste trabalho, na década de 1950 houve um crescimento significativo do número de trabalhadores nas minas de carvão da região. O número de 3.200 operários ligados às minas nos anos de 1940 subiu para 5.500 trabalhadores na década seguinte. Paralelo a esse crescimento de 2.300 trabalhadores, o movimento operário marcava o cenário da região com a realização de várias manifestações grevistas, tendo no Sindicato dos Mineiros de Criciúma o principal ponto de apoio.

Por conta do crescimento populacional desordenado na região, conseqüente da ampliação do número de minas e de operários, os problemas sociais se tornavam cada vez mais gritantes, aumentando o fosso entre a riqueza de alguns e as más condições de vida da maioria. Estes acontecimentos dirigiram os olhares das autoridades políticas, médicas e eclesiais para as vilas operárias, havendo um movimento na tentativa de implantar uma rede assistencial mais eficiente, com o objetivo de dirimir os problemas sociais gerados pelo “progresso” do setor carbonífero. Este processo de urbanização das cidades da região, acompanhado de agravantes questões sociais, aproxima-se do que Margareth Rago observou em relação ao início do século XX, no processo de urbanização das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo:

indícios de uma anormalidade social, as práticas populares de vida e lazer dos trabalhadores fabris, dos improdutivos, dos pobres, das mulheres públicas, das crianças que vagueiam abandonadas nas ruas vão se tornando objeto de profunda preocupação de médico-higienistas, de autoridades públicas, de setores da burguesia industrial, de filantropos e reformadores sociais, [...]. (RAGO, 1997, p. 12)

Ao concordar com a autora, quando afirma que as vilas operárias significam “muito mais que uma maneira de morar”, ou seja, “representam a vontade de impor sutilmente um estilo de vida” (RAGO, 1997, p. 177), posso inferir que as congregações religiosas femininas foram imprescindíveis neste processo, à medida que conduziram suas ações de forma zelosa e benévola a fim de evangelizar, higienizar, medicalizar e disciplinar o cotidiano das vilas operárias para que o “progresso” tivesse atenuado sua face perversa.

A atuação das congregações junto aos operários não é uma peculiaridade da região ou dessa época. Michel Foucault, ao discutir o rigor do tempo industrial, apontou a participação das congregações religiosas no sentido de habituar os operários ao ritmo das oficinas do século XIX. “Quando se quiser utilizar populações rurais nas indústrias, será necessário apelar a congregações, para acostumá-las ao trabalho em oficinas; os operários são enquadrados em ‘fábricas conventos’”, uma vez que, “durante séculos, as ordens religiosas foram mestras de disciplina: eram os especialistas do tempo, grandes técnicos do ritmo e das atividades regulares” (FOUCAULT, 1996, p. 137).

A vinda das religiosas para as vilas operárias antecedeu as grandes mudanças e transformações da vida religiosa feminina ocorridas no âmbito da Igreja Católica, especialmente a partir do Concílio Vaticano II (1962-1965). Os fundamentos da vida religiosa feminina ainda pautavam-se pela idéia de “separação do mundo”, ou seja, era preciso negar os valores, comportamentos e normas presentes na sociedade com o intuito de demarcar uma distinção em relação ao “mundo” (NUNES, 1997, 497).

O hábito como veste era uma forma de demarcar, no imaginário social, o estilo de vida que guardava consigo os mistérios de um mundo à parte. Mas a concretude desta diferença não se completava aí. Outros aspectos garantiam o afastamento e os fundamentos do ideal religioso tradicional.

[...] os altos muros rodeando a área conventual, e mesmo os colégios; os horários rígidos; as exigências de silêncio às refeições; a obediência estrita; as penitências; enfim, tudo isso criava um mundo à parte cheio de mistérios que povoavam a imaginação de quantos se acercavam das religiosas. Essa forma de viver se dava tanto nos conventos – sedes das congregações e ordens – quanto nas “obras” – colégios, hospitais e casas de assistência, como asilos e orfanatos. (NUNES, 1997, 497)

Mas este estilo de vida não foi seguido à risca nas vilas operárias do complexo carbonífero. Há indícios de que nas casas assistenciais e institutos implantados nestas vilas as práticas religiosas convencionais nem sempre foram observadas, por conta das próprias demandas advindas da realidade social com que se deparavam. Freiras tiveram que aprender a dirigir *Jeep* e pilotar motocicleta andar de carona em caminhões que carregavam os mineiros, sair sozinhas e à noite, participar de bailes e partidas de futebol para “acalmarem” as brigas freqüentes entre os operários nas horas de lazer.



Figura 24: Religiosas indo de carona no caminhão dos mineiros da CSN para as visitas domiciliares na vila operária (década de 1950)

Fonte: Álbum de fotografias das Pequenas Irmãs Missionárias da Caridade

Mesmo que as mudanças advindas do Concílio Vaticano II tenham atravessado as práticas das religiosas nas vilas operárias, posteriormente muitas atitudes permaneceram pautadas no modelo de “separação do mundo”. As modificações promovidas pelos “capítulos de renovação” que previam a atualização e a reorganização interna das congregações não se generalizaram. Talvez a evidência mais visível desta resistência tenha sido a não substituição do hábito por roupas comuns. Através das fotografias, é possível observar que as irmãs da maioria das congregações nas vilas operárias, continuaram adotando o uso do hábito, pelo menos até início dos anos de 1980, período limite deste estudo.

Outra mudança resultante das orientações do Concílio foi a separação entre o local de residência e de trabalho, diferente do período anterior, em que residência e trabalho

ocupavam o mesmo espaço físico. Entre as congregações estudadas, a maioria transferiu suas residências para outro local¹²⁶, afastadas das vilas operárias.

Desse modo, o modelo de vida religiosa, após o Concílio Vaticano II, não se alterou substantivamente, uma vez que muitas congregações preferiram se manter fiéis à tradição do que implementar integralmente a renovação da vida religiosa proposta pelas medidas conciliares. “Em algumas congregações se chegou a criar, depois do concílio, províncias ou casas, onde era mantida a estrita observância e o estilo de vida anterior ao concílio. Em outras houve uma dura batalha para evitar esta duplicidade de estilos” (CODINA, ZEVALLOS, 1987, p. 71).

A chegada da primeira congregação na região coincidiu com o movimento desencadeado pelo poder público federal, que resultou na aprovação do Plano do Carvão Nacional e criação da Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional - CEPCAN (11 de junho de 1953), seguida da aprovação do seu regimento (3 de janeiro de 1955), atrelando os financiamentos necessários à modernização do processo produtivo das minas de carvão à criação de programa de assistência social aos trabalhadores. Depois disso, houve uma proliferação das congregações nas vilas operárias. O mapa que segue mostra as cidades com as respectivas congregações:

¹²⁶ Não se sabe ao certo se essas transferências ocorreram por conta das novas orientações ou porque o número de religiosas vinha reduzindo e a solução talvez fosse a de concentrá-las num mesmo espaço.

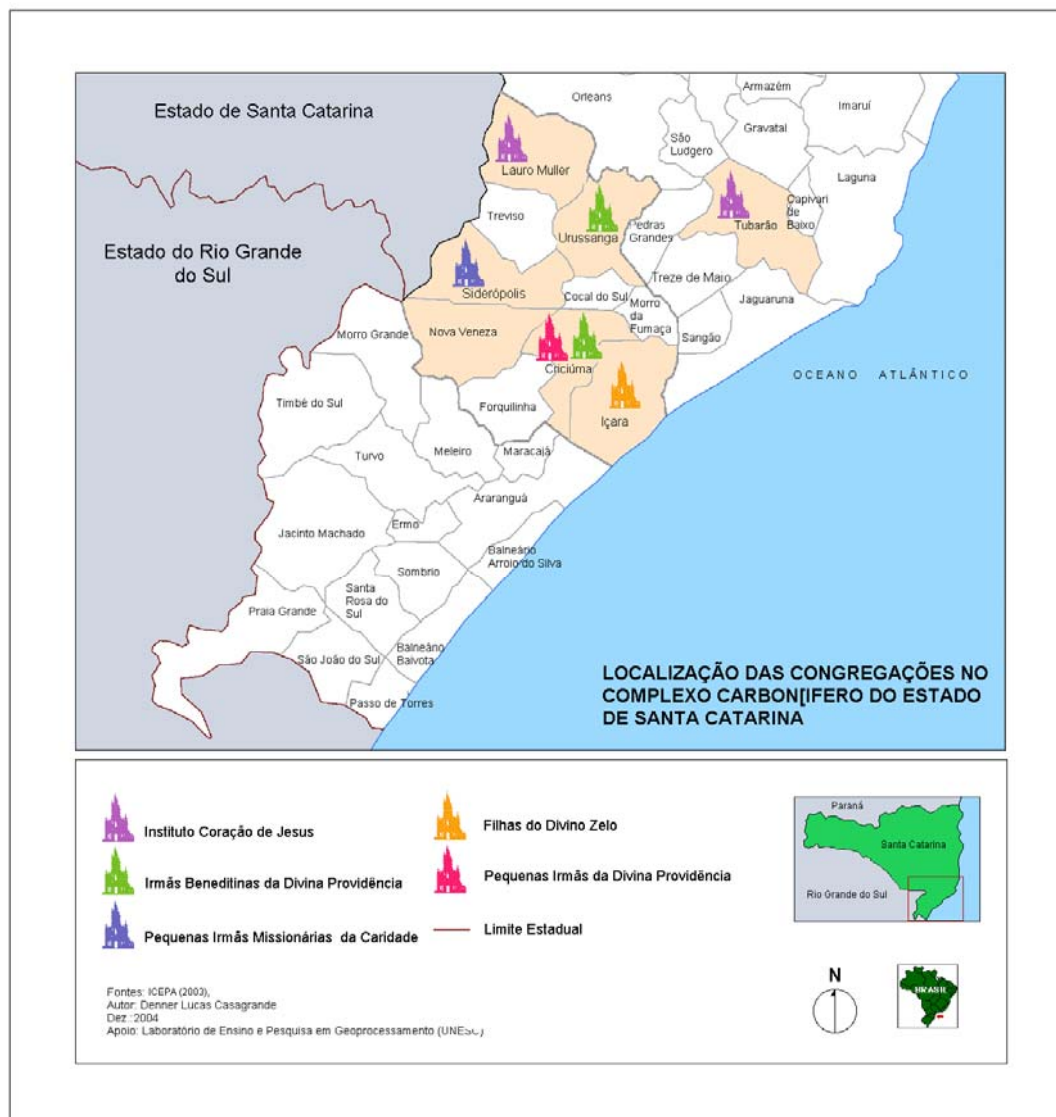


Figura 25: Localização das congregações no complexo carbonífero do Estado de Santa Catarina

Ao todo foram vinte vilas operárias atendidas pelas congregações religiosas femininas distribuídas em cinco cidades que abarcavam parte do complexo carbonífero.

Cada congregação formulou sua pedagogia missionária junto às famílias operárias entrelaçando o seu próprio carisma, ou seja, sua graça ou dom divino, conforme prega o catolicismo, com as metas e objetivos de cada instituição ou empresa conveniada, ou seja, da CSN, SESI e/ou SATC.

Estas pedagogias constituíram um conjunto de saberes, valores, formas de ver, de conhecer e de ensinar, dentro e fora da instituição escolar, uma vez que os processos educativos não estão restritos à escola.

Em conformidade com Jorge Larrosa (1994, p. 37), parto do pressuposto que as práticas educativas não são meras “mediadoras”, pois a própria pedagogia compreende uma operação constitutiva que produz pessoas, de tal modo que estamos cercados por múltiplos espaços pedagógicos, escolarizados e não escolarizados, fecundos de potencialidades educativas.

Como aponta Henry A. Giroux (1995, p. 138), pedagogia é uma política cultural e uma prática social, representando “um complexo de condições articuladas no contexto de um projeto político particular”. Para o autor, a pedagogia em seu sentido mais crítico, ilumina a relação entre conhecimento, autoridade e poder, chamando a atenção para questões que dizem respeito a quem tem controle sobre as condições para a produção de conhecimento. Neste sentido, a pedagogia aponta a forma como o poder está implicado nos vários processos pelos quais o conhecimento, a identidade e autoridade são construídos no âmbito de conjuntos particulares de relações sociais. (1995, p.138).

Desta forma, as pedagogias missionária serão aqui tratadas como difusoras de práticas sociais e culturais, que ensinarão pensamentos e comportamentos àqueles que foram os alvos delas, ou seja, as famílias operárias do complexo carbonífero.

3.3.1 “Caminhar na Presença de Deus”: Instituto Coração de Jesus

A congregação que inaugurou a ação assistencial nas vilas operárias da região sul de Santa Catarina foi o Instituto Coração de Jesus, que, em fevereiro de 1953, a pedido do Monsenhor Bernardo Peters¹²⁷, autorizou algumas de suas religiosas a se transferirem para Lauro Müller. Foram incumbidas de trabalhar junto às famílias dos mineiros da Companhia Nacional de Carvão do Barro Branco S.A. – CNCBB, e lá permaneceram até o ano de 1973.

Para o início dos trabalhos, algumas religiosas se alojaram na vila operária localizada no centro de Lauro Müller - nas proximidades do Lavador de Carvão, estendendo o trabalho posteriormente para Itanema, Barro Branco e Guatá.

¹²⁷ Este padre foi o primeiro vigário da paróquia de Lauro Müller. Nas palavras do padre Claudino Biff (1997, p. 148), o monsenhor ficou muito famoso em Lauro Müller, pois “foi conselheiro, confessor e benzedor. Foi considerado pelos seus paroquianos como um homem de Deus. Quando de sua convocação para ser vigário geral da Diocese de Tubarão, o povo chorou. Os paroquianos o chamavam de ‘Bom Senhor’”.

Inicialmente, havia um convênio com o SESI, que as remunerava e supervisionava na realização dos cursos de corte e costura, arte culinária, decoração do lar e outros. Posteriormente, o trabalho delas esteve vinculado à SATC e voltou-se para o trabalho de puericultura.



Figura 26: Ir. Zélia oferecendo curso de corte e costura numa residência em uma das vilas operárias de Lauro Muller (década de 1950)

Fonte: Álbum de fotografias Instituto Coração de Jesus

Sobre os cursos de arte culinária oferecidos, principalmente às mulheres casadas, Ir. Anna, afirmou que os mineiros tinham uma `boa opinião' a respeito, pois elogiavam muito o fato de suas esposas, a partir deste curso, terem passado a esperá-los com pratos mais gostosos, ao invés do “pirão d’água, com arroz, às vezes frio, acompanhado de ovo e salame”¹²⁸.

¹²⁸ Ir. Ir. Anna Loch. Entrevista citada.



Figura 27: Religiosa orientando esposas dos mineiros sobre nutrição (década de 1960)
Fonte: Álbum de fotografias Instituto Coração de Jesus

Nos primeiros anos do trabalho ali realizado, essas irmãs moraram no salão paroquial que ficava atrás da Rádio Cruz de Malta, de Lauro Müller. Como não era um lugar adequado, conseguiram, por meio de uma doação da CEPCAN, um terreno afastado do centro, que mais tarde foi trocado por uma casa no centro da cidade de dois pavimentos, que abrigou, em baixo, uma garagem para o *Jeep*, que também conseguiram por meio de doação, além de três salas de aula onde funcionavam os cursos organizados pela congregação em convênio com o SESI. Anos depois, a casa foi vendida para a Prefeitura e demolida, sendo aí construído o atual prédio da prefeitura.

O trabalho da congregação no primeiro ano desenvolveu-se com duas irmãs: Maria Góes e Dorotéia (Cristina, nome de batismo). Ir. Maria Góes começou com as aulas de Corte e Costura e a Ir Dorotéia foi responsável pelas visitas domiciliares e aulas de catequese. Além destas religiosas atuaram nas vilas operárias de Lauro Müller aproximadamente mais doze irmãs.

Outra religiosa coordenou os trabalhos do Instituto durante muito tempo, em Lauro Müller, permanecendo até 1962, e era conhecida como Ir. Gabriela. Para realizar seu trabalho, deslocava-se com uma motocicleta. Segundo as irmãs Johana e Anna, ela marcou a vida dos moradores da cidade, pois o povo gostava muito dela. “Eu acho até que uma das ruas tem o nome da Irmã Gabriela”, comenta Ir. Johana¹²⁹.

Ir. Claudete, que fez um estágio antes de se tornar freira em Lauro Müller, durante

¹²⁹ Ir. Johana Niemann (Instituto Coração de Jesus). Entrevista concedida a Giani Rabelo, em 22/12/2004 em Braço do Norte/SC.

alguns meses do ano de 1963 acompanhou diretamente o trabalho da Ir. Gabriela e a este respeito relata que a religiosa era “muito prática nas questões sociais” e que “ela era muito dos pobres”¹³⁰. Lembra também que as famílias, talvez pelo fato de ser a maioria católica, recebiam bem a Ir. Gabriela.

Os depoimentos das irmãs Johana, Anna e Claudete dão indícios da tentativa das freiras em produzirem discurso que legitimasse a própria ação realizada junto aos moradores das vilas operárias. Elas reconstroem suas experiências, afirmando, em geral, a aceitação pelas famílias operárias e a dedicação à causa dos pobres.

Ao investigarmos sobre a existência da rua com o nome da Ir. Gabriela, verificamos que realmente ela existe. Trata-se da R. Ir. Gabriela Wienken, criada no ano 2000, por uma lei municipal¹³¹.

Além de visitar as famílias mais pobres, Ir. Gabriela formava grupos de leigos para ajudarem nesse tipo de trabalho. Ir. Claudete conta que eram realizadas as visitas duas vezes por semana e procediam deixando as famílias falarem sobre seus problemas primeiro e, depois, intervinham com as orientações. Nas visitas ainda elas costumavam observar se havia problemas com as crianças, se estavam freqüentando a escola e a catequese. Com estes procedimentos é bem provável que elas buscavam validar suas ações junto aos trabalhadores e suas famílias. No entanto, havia certas resistências porque a própria Ir. Claudete relata que, apesar de todo o trabalho, um número bastante significativo de casais não eram casados na Igreja. Ela define estes casais como “católicos relaxados”¹³².

Ir. Tarcísia também trabalhou nas vilas operárias de Lauro Müller, junto a Ir. Gabriela, mas como sua família residia em Guatá, não era permitido que ela fizesse o trabalho naquela vila, somente nas demais, e sempre acompanhada.

Era interessante porque, na época, nós não tínhamos a liberdade de irmos visitar nossa família e a minha família morava no Guatá. Eu me admirei porque me mandaram para Lauro Müller. Então, quando era para ir no Guatá, a irmã Gabriela ia e eu ficava, e quando era nas outras vilas, a gente ia junto¹³³.

Tal procedimento da congregação nos leva a entender que o contato mais sistemático com a família era visto como algo que poderia colocar em risco a opção pela vida religiosa. No caso de Ir. Tarcísia, ela havia saído de casa, aos nove anos, diretamente para o

¹³⁰ Ir. Claudete. Entrevista concedida a Giani Rabelo, em 22/12/2004 em Braço do Norte/SC.

¹³¹ Esta rua foi criada pela lei nº 1072/00 de 20 de outubro de 2000, aprovada pela Câmara Municipal de Lauro Müller e sancionada pelo prefeito da cidade, na época Itamar Caciatori

¹³² Ir. Claudete. Entrevista citada.

¹³³ Ir. Tarcísia. Entrevista concedida a Giani Rabelo, em Braço do Norte/SC, em 22/12/2004.

convento, e teve a oportunidade de voltar para o local onde a família residia quando tinha 24 anos, mas era impedida de visitar seus familiares. O modelo tão rígido que orientava a disciplina do comportamento das religiosas em alguns momentos era burlado, em função da própria realidade que era tão adversa, muito diferente daquela materializada nos conventos, hospitais, orfanatos, asilos ou colégios de religiosas. Uma das freiras conta um episódio que demonstra a transgressão das normas.

Por recomendação da Ir. Maria Agnes, não se podia cumprimentar os homens, dizer bom dia, no nosso caso para os mineiros com quem trabalhávamos. Podíamos cumprimentar somente suas mulheres. Um dia chegou no trabalho um caminhão cheio de mineiros; eu pensei: ai meu Deus, não posso dizer bom dia, mas como era depois do meio-dia e então eu disse: Boa tarde!¹³⁴

Ao sair de Lauro Müller, Ir. Gabriela foi substituída por Ir. Anna Loch, em outubro de 1962. Segundo a própria religiosa, depois de ter permanecido dois anos na Alemanha veio para assumir a coordenação dos trabalhos, passando a realizar as visitas domiciliares, coordenar os cursos populares e prestar serviços de enfermagem nos lares e no posto de saúde. Este último trabalho se chamava “pequena enfermagem do SESI” e, por vezes, ela andava até 9 km a pé, para ir fazer injeções, curativos nas pessoas que não podiam se locomover até o posto¹³⁵.

¹³⁴ Ir. Anna. Entrevista citada.

¹³⁵ Ir. Anna. Entrevista citada.



Figura 28: Religiosa aplicando injeção em esposa de mineiro moradora de uma das vilasoperárias de Lauro Muller (década de 1950)

Fonte: Álbum de fotografias Instituto Coração de Jesus

Durante a semana, as religiosas realizavam diferentes atividades de assistência social e religiosa às famílias. Nos finais de semana, as irmãs cuidavam da catequese e do trabalho religioso na Igreja. Posteriormente, passaram a assessorar os professores das escolas no que tange ao ensino religioso. Em relação à catequese e ao ensino religioso, Ir. Anna Loch relata que, naquele tempo,

[...] somente às religiosas era permitido dar catequese, foi onde iniciamos um projeto de formação de lideranças leigas para a catequese e conseguimos abertura para começar a catequese nas escolas, com a licença do Pároco. Mais tarde a prefeitura solicitou a assistência também nas escolas municipais; iniciamos um projeto de evangelização nas escolas¹³⁶.

Os grupos de catequese destinavam-se às crianças e adolescentes. Além disso, as religiosas promoviam tardes recreativas e coordenavam um coral de meninos e meninas.

¹³⁶ 50 ANOS de vida consagrada a Deus e ao povo no Instituto Coração de Jesus. Irmãs Jubilares: Alice Wiggers, Zélia Della Giustina, Martha Loh, Anna Loch e Bernarda May. [200-], mimeo.



Figura 29: Festejos em comemoração a Primeira Eucaristia
Fonte: Álbum de fotografias Instituto Coração de Jesus

Ainda sobre a catequese, as crianças e adolescentes não eram os únicos alvos, pois as famílias também eram atendidas pelas religiosas de Lauro Müller, através da transmissão de um programa na Rádio Cruz de Malta, que se chamava *Hora Catequética*, difundido todas as quintas-feiras à tarde.

Durante a semana, as religiosas, nas comunidades, ministravam aulas de bordado, artesanato, arte culinária, corte e costura; orientavam as famílias quanto à higiene e saúde, coordenavam o coral misto de meninos e meninas, organizavam tardes recreativas às crianças e passeios. Elas costumavam se locomover do centro de Lauro Müller, onde residiam, para as vilas operárias mais distantes, apanhando carona com os caminhões que carregavam os mineiros para as minas de carvão.

Quando as freiras chegaram no Centro de Lauro Müller, já existia um Jardim de Infância, criado pela CNMCBB - Companhia Nacional de Mineração de Carvão Branco. A primeira professora foi D. Maria de Lourdes Araújo Tancredo, que começou a trabalhar no estabelecimento em março de 1947. Em 1953, com as freiras, segundo D. Maria de Lourdes¹³⁷, o Jardim de Infância passou a ser de responsabilidade do SESI e junto a ela passaram a atuar, como professoras, Ir. Celina e Ir. Ivone.

Como foi mencionado anteriormente, as freiras atuavam junto às concentrações de

¹³⁷ Maria de Lourdes Araújo Tancredo. Entrevista concedida a Giani Rabelo, em 06/02/04, na cidade de Lauro Muller/SC.

operários da CNMCBB nas vilas operárias de Guatá, Itanema, Barro Branco e no próprio centro da cidade. Em Guatá elas construíram, num terreno doado pela CEPCAN - Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional, um Jardim de Infância, estabelecimento que colocaram em funcionamento e passaram a administrar. Mas antes de construir o prédio no qual funciona o jardim até hoje, sob a responsabilidade do poder público municipal, as crianças eram atendidas em uma casa de madeira dentro da própria Vila Operária do Guatá.



Figura 30: Meninas brincando de boneca no Jardim de Infância
Fonte: Álbum de fotografias Instituto Coração de Jesus

Sobre o trabalho em Lauro Müller, Ir. Anna comenta: “[...] o maior trabalho que eu tinha era o de fazer uma unidade e intercâmbio entre o trabalho religioso pela paróquia e pelo nosso Instituto, que era o nosso principal objetivo e a parte social, para atender às necessidades das famílias mineiras”¹³⁸. Trabalhar em Lauro Müller era como se fosse ir para um “campo de missão”, diz ela, usando uma expressão comum entre as religiosas acerca do trabalho realizado no semi-árido da Bahia. Ela tece essa analogia considerando a realidade de Lauro Müller, que, em seus dizeres, se parecia com a situação da seca vivenciada pelos nordestinos.

A falta d’água era o problema mais grave da região. A gente ia fazer as visitas nas famílias, percebíamos que o mineiro era uma classe mais bem remunerada, mas que tinha seu sustento por meio de um trabalho muito árduo. As casas não tinham nenhuma infra-estrutura, não tinham banheiro, não tinham fogão a gás, era tudo precário¹³⁹.

¹³⁸ Ir. Anna Loch. Entrevista citada.

¹³⁹ Ir. Anna Loch. Entrevista citada.

Ela lembra que o maior problema estava em Guatá, onde 40% das crianças morriam antes de completar um ano de idade. Para Ir. Anna, isso não ocorria por descuido das mães, mas sim em função do desconhecimento e falta de condições melhores de vida das famílias. Conta que o problema não era tão grande no centro de Lauro Müller, ou seja, no Sumaré, núcleo de operários ao lado da empresa, mas sim em Guatá. A este respeito Dall’Alba afirma que, em 1941, a Rádio Moscou noticiava que Guatá detinha o triste recorde de maior mortalidade infantil do mundo (1986, p. 381).

Uma visita ao Cemitério Santa Bárbara, em Guatá¹⁴⁰ torna possível certificar-se dessa realidade, pois há túmulos com cerca de sete crianças, de famílias diferentes. Talvez tenha sido as condições de extrema pobreza o motivo que levou os pais a tomarem tal atitude. Mas há também que se perguntar se tal procedimento não tinha a ver com o processo de naturalização que envolveu a morte dos recém-nascidos.

Há uma predominância das mortes entre o final dos anos de 1940 e meados dos anos de 1960. É algo impressionante, pois parece haver uma linha invisível que separa os túmulos das crianças e dos adultos. Há ainda uma diferenciação entre os tipos de túmulos das crianças, uns feitos de tijolos rebocados, outros revestidos de azulejos e outros ainda simplesmente demarcados com uma pequena cruz no chão. De acordo com o senhor Neri, mineiro aposentado da CMNCBB e morador de Guatá até os dias atuais, há crianças ali enterradas sem qualquer identificação, em função da própria erosão que acabou soterrando as pequenas cruzes. Nas poucas lápides encontramos dizeres como: “Saudades – Seus Pais”, “Lembranças dos Pais”.

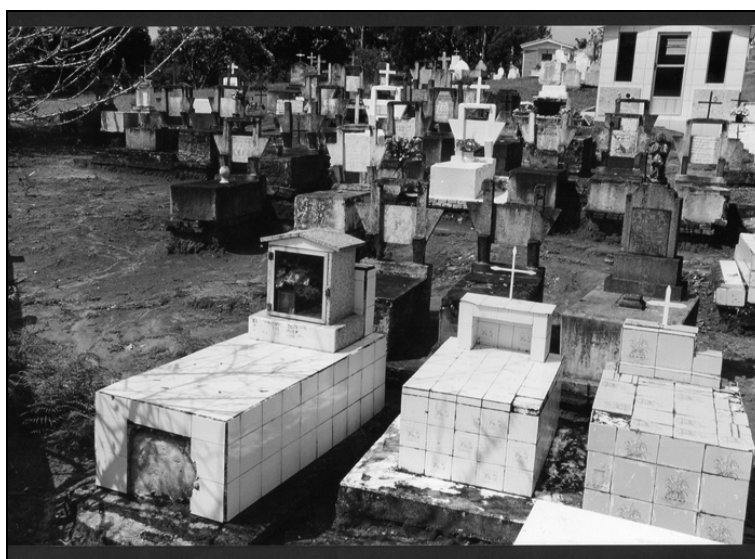


Figura 31: Cemitério Santa Bárbara, Guatá (29/03/2003)
Fonte: Grupo de Pesquisa Memória e Cultura do Carvão

¹⁴⁰ Esta visita foi realizada por mim e outros pesquisadores em maio de 2006.

O senhor Neri conta que morriam cerca de duas a três crianças por dia. Para ele, o cemitério “parecia que era de uma guerra”, pelo fato de ter muitas crianças enterradas. Ele mesmo perdeu vários irmãos recém-nascidos.

Perdi cinco ou seis. Todos pequenos, na base de um ano pra baixo, morria tudo, era difícil, quantos morriam até ao nascer, já nasciam mortos ou nasciam e logo morriam, ou duravam uma semana, ou duravam quinze dias, vinte dias não sei. Oh era um absurdo o que eu via na minha época aqui, até antes de eu ter essa idade, mais gurizote ai dos meus dez, doze anos, o sino não dava conta de bater. Ah! morreu mais uma criança. Ah! já veio do hospital, já vinha na caixinha e já era enterrada¹⁴¹.

A CMNCBB era quem fornecia as “carnerinhas¹⁴²” para as famílias. Como nas outras vilas operárias, as crianças é que eram encarregadas de fazerem os enterros. Elas que carregavam as “carneirinhas” até o cemitério.

A elite local não deixou de mostrar sua preocupação diante de tal gravidade. Através da criação da Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de Lauro Müller, buscou uma forma de minimizar o problema. A entidade foi criada em 1953, quando o senhor Edgar de Sá era gerente da CNMCBB. Sua esposa, a senhora Eunice Leal de Sá, ocupou o cargo de presidente da Associação e como vice, Arlete Mesquita Serrão, provavelmente esposa do Dr. Enéas Serrão, membro do corpo técnico da associação¹⁴³.

Entre as precárias condições de vida, a má qualidade da água era apontada como um dos fatores causadores da alta mortalidade infantil. Uma das formas encontradas pelas religiosas para tentar contornar o problema foi orientar as famílias quanto ao uso do filtro d’água. Como nem todos tinham acesso a filtros industrializados, a única maneira era improvisar. Elas ensinavam as mulheres a fazerem pequenos filtros com um recipiente no qual eram colocadas camadas de pedra de rio, carvão vegetal queimado e areia e dentro era introduzido um cano para a saída da água.

As religiosas contaram com as parcerias do SESI, da CEPKAN e da própria CNMCBB, assim como com o apoio de instituições da Alemanha, como a *Armênia* e *Miserior*, e mais tarde, da Legião Brasileira de Assistência – LBA.

A amplitude da ação religiosa da congregação feminina Instituto Coração de Jesus nas vilas operárias de Lauro Müller e adjacências têm um de seus indícios na expressividade do trabalho de Ir. Anna. A freira assumiu a coordenação do núcleo do SESI, após a saída do

¹⁴¹ Manoel Neri Medeiros. Entrevista citada.

¹⁴² Nome dado ao caixão de madeira.

¹⁴³ Carta enviada ao governador do Estado de Santa Catarina em 20 de maio de 1953.

senhor Benjamim Bittencourt que havia sido eleito prefeito da cidade em outubro de 1962. Durante o primeiro ano de mandato o prefeito acumulou as duas funções, mas posteriormente convidou Ir. Anna para assumir o núcleo. O SESI administrava uma central de abastecimento para a população, oferecia assistência médica, possuía uma farmácia e consultório odontológico. Em função do acúmulo de trabalho, a irmã ficou nesta coordenação somente por dois anos.

A Ir. Anna trabalhou em Lauro Müller de 1962 até 1970, quando retirou-se para atuar no Asilo São Vicente de Paula, em Criciúma, mas a congregação permaneceu até 1973.

Os trabalhos em Lauro Müller foram encerrados pela Ir. Johana Niemann¹⁴⁴, que na época ocupava o cargo, interinamente, de Provincial do Instituto Coração de Jesus – Setor Sul. Para a religiosa, se fosse pelo povo da cidade elas não teriam saído de Lauro Müller. O motivo maior foram alguns desentendimentos com o pároco da cidade, Padre Hercílio Cappeller¹⁴⁵ que, segundo ela, fazia algumas exigências que as religiosas não concordavam.

O episódio que culminou no desentendimento ocorreu quando o padre, certo dia, em seu sermão na Igreja, comentou em público que as irmãs deveriam participar das novenas, ao invés de participarem de bingos. “Quem tem tempo de ir a um bingo, deveria ter tempo de ir à novena da Igreja”¹⁴⁶, foi o comentário do padre Hercílio. Ele estava se referindo aos bingos beneficentes para os pobres promovidos pelas irmãs para arrecadação de fundos ao trabalho assistencial.

Depois disso, Ir. Johana, na companhia de um outro padre, visitou o vigário e lhe disse que se ele tivesse algo contra as irmãs, deveria ter dito diretamente a elas, ao invés de falar publicamente. Contudo, Ir. Johana acredita que outros fatores tenham gerado o conflito entre e as irmãs e o padre. Um deles seria a não aceitação do padre em relação às mudanças ocorridas no processo de reforma e abertura da liturgia, resultante do Concílio Vaticano II, e o outro era a situação dele diante do Golpe Militar de 1964.

Ele era chamado em Lauro Müller de “Brizola de Batina”, e, segundo Ir. Johana, “tinha o dom da palavra, tinha uma boa oratória e ao fazer o sermão ele o fazia bem no estilo do Brizola. Fazia com facilidade e sem medo de ferir alguém ou de não esconder a verdade. Ele falava o que ele achava certo”¹⁴⁷.

¹⁴⁴ Ir. Johana Niemann (Instituto Coração de Jesus). Entrevista citada.

¹⁴⁵ “Pe. Hercílio Cappeller, aos 11/09/55, torna-se o segundo vigário de Lauro Müller. Ele era coadjutor de Mons. Bernardo Peters (BIFF, 1997, p.149).

¹⁴⁶ Ir. Johana Niemann. Entrevista citada

¹⁴⁷ Ir. Johana Niemann. Entrevista citada.

Na opinião de Ir. Zélia¹⁴⁸, ele era muito “politiqueiro”, opinião também partilhada pela Ir. Anna ao afirmar que “ele fazia um sermão muito pesado e dizia que não tinha partido político, mas era politiqueiro. Foi neste período que o prefeito eleito, Benjamim Bittencourt, não era do agrado do pároco”¹⁴⁹.

Há indícios de que este padre era realmente polêmico, provavelmente por suas posições político-partidárias. Segundo o padre Claudino Biff (1997, p. 149),

Como vigário, foi pastor disciplinado, metódico e disciplinador. Durante o seu vicariato, passou oito meses em Roma fazendo o curso “Por um mundo melhor”, do jesuíta Pe. Ricardo Lombardi. A presença do Pe. Hercílio em Lauro Müller foi forte, zelosa, às vezes polêmica. Mas tudo era por causa do Reino de Deus. Sua última decisão tomada foi resignar de sua paróquia e se “exilar” em seu sítio, na localidade de Capivaras de Baixo, onde passa seus dias rezando Salmos, plantando sementes, tocando flauta, esculpindo madeira, perpetuando o carisma de seu velho pai, Apolônio Cappeller.

Certamente foi esta mesma casa que serviu de refúgio para o padre durante a ditadura militar, uma vez que a cidade de Lauro Müller esteve na mira dos militares, devido ao fato de que algumas lideranças eram acusadas de serem comunistas. De acordo com Ir. Anna¹⁵⁰, a Rádio Cruz de Malta¹⁵¹ foi fechada e algumas pessoas que trabalhavam ali foram presas. Só não colocaram fogo nas instalações porque as irmãs moravam no mesmo prédio. Durante esse momento mais acirrado, as pessoas quase não podiam sair nas ruas e o clima de medo reinava entre os operários.

Mas se, de um lado, havia certa discórdia entre as religiosas e o Pe. Hercílio, de outro foram parceiros em algumas situações. Quando as freiras se deparavam com alguns problemas de ordem familiar mais grave, as famílias eram encaminhadas para o padre, que as atendia com hora marcada, a fim de dar-lhes algum tipo de orientação. Essa interferência dava bons resultados. Ir. Anna reconhece que o padre, apesar de durão, tinha um coração muito humano e era um sacerdote exemplar, exercia grande influência sobre as famílias, principalmente sobre os maridos que se aventuravam fora do casamento¹⁵².

¹⁴⁸ Ir. Zélia. Entrevista concedida a Giani Rabelo, em .22/12/2004, em Braço do Norte/SC.

¹⁴⁹ Ir. Anna Loch. Entrevista citada.

¹⁵⁰ Ir. Anna Loch. Entrevista citada.

¹⁵¹ “Em Lauro Müller, a história do rádio teve seu início em março de 1946, quando Aldo Speck, com conhecimentos sobre o assunto, resolveu, com o auxílio de seu irmão Adalberto, Abady Rufino de Souza, Dr. Cotrin e Benjamim Barreto, instalar uma estação de rádio. Funcionou normalmente com alto-falante instalado sobre um poste de madeira no local onde hoje reside o senhor Alexandre Doneda. Na clandestinidade funcionou cerca de três anos como Rádio Clube de Lauro Müller. Em 1949 uma equipe formada pelo Dr. José de Lerner Rodrigues, Monsenhor Bernardo Peters, João Correia Bittencourt, Benjamin Barreto, Aldo Speck, Walter Holthausen e Adalberto Speck, constituíram uma sociedade e fundaram a Rádio Sociedade Cruz de Malta Ltda, oriunda da Rádio Clube de Lauro Müller”. (HISTÓRICO da Rádio Cruz de Malta, 2007)

¹⁵² Ir. Anna. Entrevista citada.

Segundo a entrevista de Ir. Anna, não só as mulheres queixavam-se de seus maridos. Estes também, reclamavam das esposas, dizendo que “elas tinham muito tempo e faziam pouco”, pois “às vezes o mineiro chegava em casa e a esposa não tinha feito nem uma água quente (certamente para tomar o seu banho, pois não tinha chuveiro elétrico), não tinha água em casa, não tinha comida pronta, gerando alguns problemas entre os casais”. Por conta dessas situações é que os maridos gostavam muito quando as esposas participavam dos cursinhos oferecidos pelas freiras, porque daí “tudo ficava melhor em casa”, como enfatizava Ir. Anna¹⁵³, sugerindo a importância do trabalho de educação da mulher que desenvolviam.

As freiras mantinham um bom relacionamento com os diretores da CNMCBB, sendo atendidas em seus pedidos, inclusive quando referia-se à ajuda para alguma família. Nas formaturas dos cursos oferecidos pelo SESI, realizadas no final de cada ano, os diretores da carbonífera eram sempre convidados para serem os paraninfos ou patronos, como estratégia para que patrocinassem as festividades. Ir. Anna¹⁵⁴ chega a admitir que essa estratégia era uma espécie de artimanha para que os diretores da empresa assumissem as despesas.



Figura 32: Solenidade de formatura (década de 1960)

Fonte: Grupo de Pesquisa Memória e Cultura do Carvão

Nessas formaturas também havia a presença de religiosas de outras congregações, conveniadas ao SESI. Numa das imagens que segue aparece a Ir. Honorina, da Congregação das Irmãs Beneditinas da Divina Providência, que atuava na Vila Operária de Santana, em

¹⁵³ Ir. Anna. Entrevista citada.

¹⁵⁴ Ir. Anna. Entrevista citada.

Urussanga. A religiosa relata que havia muita integração entre elas, principalmente quando promoviam exposições de encerramento dos trabalhos realizados pelas alunas dos vários cursos populares que eram oferecidos, ou ainda por ocasião das formaturas.



Figura 33: Ir. Honorina (Irmãs Beneditinas da Divina Providência) entregando diploma para formanda de um curso popular

Fonte: Grupo de Pesquisa Memória e Cultura do Carvão

Mesmo admitindo que os mineiros fossem submetidos a condições de trabalho bastante precárias e que as greves não ocorriam em grande número devido ao medo de perderem seus empregos, as narrativas de diferentes religiosas indicam a opinião partilhada por elas de que “os patrões da época eram bem humanos”. Ir. Anna, como prova, menciona momentos em que ela chegou a interceder para que alguns operários não perdessem seus empregos.

Outro exemplo que reafirmava tal opinião refere-se aos terrenos para a construção dos Jardins de Infância de Guatá e centro de Lauro Müller, que foram doados pela empresa. Relatam que, certo dia, Ir. Anna e a provincial da congregação tiveram que ir até Imbituba para que Álvaro Catão assinasse toda a documentação referente à doação dessas áreas, conforme já havia prometido. Na ocasião ele as recebeu bem.

Houve momentos de uma familiaridade maior entre as freiras e a direção da empresa. Por exemplo, uma das religiosas cuidou da filha e da casa de um dos diretores para que ele pudesse viajar com sua esposa para a Alemanha.

Como referido anteriormente, as irmãs do Instituto Coração de Jesus permaneceram em Lauro Müller até 1973, apenas com uma religiosa, Ir. Clotilde, cuja

incumbência foi o acompanhamento e a pesagem dos recém-nascidos, própria do trabalho de puericultura em parceria com a SATC.

Além da ação religiosa em Lauro Müller, em 1956, três anos depois de se instalarem nas vilas operárias daquele município, as freiras do Instituto Coração de Jesus passaram a atuar também na Vila Mendonça Lima, de propriedade da CSN, em Capivari de Baixo¹⁵⁵, município de Tubarão. Elas foram convidadas pela estatal que administrava o Lavador de Carvão, por intermédio do vigário Pe. Urbano Mendes¹⁵⁶.

Estas irmãs foram contratadas pela CSN para desempenharem o ardoroso trabalho de assistência social entre as famílias operárias de Capivari e também já visando a direção de um Jardim de Infância, neste lugar tão necessitado de uma melhor (pré) formação, para esta infância cujo número é bem numeroso. (CRÔNICA, 1960-1970)

Além do trabalho com as famílias e com o Jardim de Infância, elas também cuidavam da evangelização junto à paróquia local. Trabalharam em Capivari as irmãs Alberta, Áurea, Maria José, Guiomar, Silvia, Ivone, Letícia, Lúcia Maria, Guerlinde, Brígida, Claudete, Terezinha, Alvacir, Raquel e Mirian Hunzen, entre outras. Residiam em uma casa na própria vila operária, moradia construída para uma família operária, e assim tratava-se de uma casa como as demais, três quartos pequenos, uma sala e uma cozinha.

Sobre o trabalho das freiras, Pina, que foi funcionária do Jardim de Infância e mora até os dias de hoje em Capivari de Baixo, conta que

Quando elas chegaram, elas meteram a mão, inclusive as cinco irmãs eram muito eficientes. Arregaçaram as mangas e mostraram um trabalho muito bom e aí mexeram com Capivari. Na época viviam em torno só das freiras. As freiras mandavam e desmandavam. A Siderúrgica, quando tinha algum problema, quando tinha alguma família, qualquer coisa que tivesse eles chamavam as freiras para irem a campo¹⁵⁷.

Este depoimento apresenta pistas de que a direção da CSN depositava nas religiosas do Instituto Coração de Jesus muita confiança, ou seja, o que elas definiam no sentido de resolver os problemas sociais, a direção acatava e apoiava.

¹⁵⁵ No dia 27 de março de 1992 foi aprovada pela Assembléia Legislativa a criação do município de Capivari de Baixo, desmembrado de Tubarão, e no dia 30 de março de 1992 foi sancionada a Lei nº 8.556, criando oficialmente o município de Capivari de Baixo

¹⁵⁶ No ano em que as Irmãs do Instituto Coração de Jesus se instalaram em Capivari de Baixo, o pároco do Distrito era o Pe. Urbano Mendes. A paróquia de Capivari havia sido desmembrada de Tubarão e o Pe. Urbano foi o primeiro vigário da paróquia de Capivari, pois até então era capela e pertencia à paróquia de Tubarão. Seu apostolado se estendeu de 1956 a 1963 (BIFF, 1997, p. 85).

¹⁵⁷ Josefina Furlan (Pina) e Heitor Carlos Sabadine Barbosa (Curió). Entrevista concedida a Giani Rabelo em 06/02/2004, em Capivari/Tubarão/SC.

As religiosas, entretanto, nos trabalhos junto às famílias, passaram por algumas dificuldades iniciais, principalmente porque “vieram muitas famílias de lugares diferentes e isso aí causou muitos transtornos para elas, porque elas tinham que fazer as famílias se adaptarem ao local, pois eram cabeças diferentes, então para elas colocarem tudo no lugar, elas passaram um pouco de trabalho”, relata Pina¹⁵⁸.

Numa perspectiva foucaultiana está colocado aqui um problema de governo destas famílias, uma vez que as freiras não estavam conseguindo, a partir dos seus propósitos e da própria CSN, “estruturar o eventual campo de ação do outro”. É importante lembrar que Foucault utilizou do termo governo com o significado bastante amplo utilizado no século XVI, pois neste contexto ele não se restringia apenas às estruturas políticas e à forma de gestão assumida pelos Estados, mas indicava

A maneira de dirigir a conduta dos indivíduos ou dos grupos: governo das crianças, das almas, das comunidades, das famílias, dos doentes. Ele não recobria apenas formas instituídas e legítimas de sujeição política e econômica; mas modos de ação mais ou menos refletidos e calculados, porém todos destinados a agir sobre as possibilidades de ação dos outros indivíduos. (FOUCAULT apud DREYFUS; RABINOW, 1995, p. 236)

A política assistencialista da CSN talvez tenha sido uma das razões a dificultar o trabalho das freiras junto às famílias, principalmente com as esposas dos operários, mães de recém-nascidos. Tanto Pina quanto o senhor Curió, operário aposentado da CSN e ainda morador do local, lembram que as mães recebiam tudo pronto da CSN, inclusive as mamadeiras para todos os dias da semana. Elas “levavam as mamadeiras para casa e só iam requentando ou acrescentando alguma coisa que fosse necessário”¹⁵⁹. Na opinião de Pina e Curió isso provocava certa acomodação das mães.

Mas não era só no trabalho com as mães que as dificuldades apareciam para as religiosas. Curió e Pina ainda apontam que “elas [esposas dos operários] iam ao mercado, faziam as compras que queriam, e o caminhão levava em casa. Não pagavam água e nem conta de luz. Elas se acomodavam e aí começavam a ir para a vizinha fazer fofoca. Tinha muita inveja entre as mulheres na vila operária”¹⁶⁰. Quando chegava um lote novo de peças de tecido na cooperativa da vila operária, isto se tornava motivo de briga. “Elas iam lá, compravam, porque na época era tudo descontado na folha de pagamento dos maridos. Então, elas iam lá e compravam os tecidos mais caros, mandavam fazer o vestido e no outro dia iam

¹⁵⁸ Josefina Furlan (Pina) e Heitor Carlos Sabadine Barbosa (Curió). Entrevista citada.

¹⁵⁹ Josefina Furlan (Pina) e Heitor Carlos Sabadine Barbosa (Curió). Entrevista citada.

¹⁶⁰ Josefina Furlan (Pina) e Heitor Carlos Sabadine Barbosa (Curió). Entrevista citada.

lá na banca comprar peixe com o vestido novo, porque fulana “tinha que ver o meu vestido”, diziam elas¹⁶¹.

Os operários do Lavador de Capivari, por pertencerem à CSN, desfrutavam de vantagens e benefícios diferentes de outros operários, chegando a causar inveja, como foi mencionado na primeira parte deste trabalho. Estes trabalhadores constituíram uma espécie de elite operária.

Apesar de terem que se contrapor a algumas situações conflituosas, com o tempo as freiras foram ganhando a credibilidade das famílias, e, principalmente, das mulheres. Foram conhecendo mais a realidade e criando estratégias para intervir. Em sua entrevista, Pina chega a afirmar: “Ah! A palavra delas era sagrada!”. E, ao mesmo tempo, ela confessa que essa relação de respeito ocorreu mais com as primeiras religiosas que ali chegaram, pois com o tempo isso foi mudando. Na sua avaliação, as primeiras religiosas eram mais preparadas para esse tipo de trabalho.

A autoridade das religiosas também se estendia aos jovens e adolescentes. Com eles, as freiras realizavam várias atividades e encontros, dentre elas a de levá-los à missa aos domingos. “Se as irmãs dissessem que tinham que ir à missa, todos iam à missa!”¹⁶².

A atuação das religiosas no Jardim de Infância só iniciou com a inauguração em 8 de maio de 1960. Ir. Maria José e Ir. Guiomar ficaram responsáveis pelo trabalho direto com as crianças, tendo como auxiliares Edi Martins e Mamedes Nunes Brasil, respectivamente, responsáveis pela limpeza e organização do estabelecimento. O Jardim começou atendendo 141 crianças, distribuídas entre as idades de quatro a seis anos (CRÔNICA, 1960 a 1970, p. 1).

Entre as religiosas, apenas Ir. Guerlinde tinha curso superior; algumas tinham o Curso Normal e outras vinham “só pelo amor ao hábito, não tinham formação nenhuma”¹⁶³. Para se especializarem em alguma atividade, freqüentavam cursos de formação. A congregação exigia que se especializassem em alguma atividade.

Ir. Guerlinde, por exemplo, trabalhava com a organização de grupos de teatro. Montava peças não só com as crianças do Jardim de Infância, mas com os adolescentes e adultos da vila operária. Muitas peças foram apresentadas em Capivari, no Recreio do Trabalhador, mas também em outros lugares. Pina participou de um grupo teatral que acabou ficando bastante famoso. Eles se apresentavam com freqüência também no Recreio do

¹⁶¹ Josefina Furlan (Pina) e Heitor Carlos Sabadine Barbosa (Curió). Entrevista citada.

¹⁶² Josefina Furlan (Pina) e Heitor Carlos Sabadine Barbosa (Curió). Entrevista citada.

¹⁶³ Josefina Furlan (Pina) e Heitor Carlos Sabadine Barbosa (Curió). Entrevista citada.

Trabalhador, em Siderópolis, pois era uma das exigências feitas pela CSN, uma vez que a maioria dos membros do grupo eram funcionários da estatal e eram liberados em horário de trabalho para as apresentações, com exceção dos ensaios que eram realizados à noite.

As peças ensaiadas por Ir. Guerlinde, eram, invariavelmente, de caráter religioso. Costumava montar e dirigir peças da Coleção Palco Juvenil, da Editora Vozes. Pina tem guardados alguns livretos desta coleção, como “Dan, a pequena mártir de Cristo-Rei”, “As aparições da medalha amarela”, “O triunfo da cruz” e “Entre dois corações maternos”.

As freiras também ofereciam cursos populares, em convênio com o SESI, como corte e costura, pintura, bordado, crochê, tricô, arte culinária e outros.

Num “Aviso” encaminhado pela CSN aos operários, em agosto de 1966, está registrada a parceria entre a congregação e a estatal, para a oferta dos cursos populares, mas também a exigência de que os participantes bancassem uma parte dos custos.

A partir de 24 até 30 do corrente mês, acham-se abertas, no Recreio do Trabalhador, inscrições para um “Curso de Culinária” para Senhoras, esposas de serventuários e filhas maiores de 17 anos [...]. O Curso terá duração de 24 aulas, sendo às 2^{as} e 5^{as} feiras para Senhoras, e 3^{as} e 6^{as} feiras para filhas dos serventuários. As aulas serão ministradas pela Irmã Maria. A CSN fornecerá todo material de cozinha necessário, exceção dos gêneros e ingredientes que serão fornecidos pelas alunas do Curso¹⁶⁴.

Este curso era oferecido duas vezes por semana, durante quatro meses, no período da tarde. As aulas tinham duração de duas horas, divididas entre a parte teórica e a parte prática.

Além dos cursos, as religiosas desenvolviam trabalhos de assistência às famílias, visitando-as com o intuito de orientá-las quanto aos cuidados com a saúde, fazendo inclusive vacinas e curativos. Nas casas onde constatavam problemas ocasionados pela falta de higiene, costumavam fazer a própria limpeza e depois voltavam para cobrar, conforme o que haviam ensinado, diz Pina.

Todo esse trabalho era acompanhado pela Divisão de Serviço Social – DSS da CSN. Diretores como os senhores Miguel Ximenes, Amilton Guedes, Lírio Búrigo, em especial e Miguel Lourenço, acompanhavam o trabalho, lembra-se Pina.

Ao que tudo indica, na DSS não havia um profissional da área do Serviço Social, como em Siderópolis. Por isso, foi realizado um convênio de prestação de serviços entre a estatal e a Congregação das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado¹⁶⁵, no qual ficou

¹⁶⁴ Aviso emitido pela CSN – DPS-SC, datado de 23/08/1966 pelo senhor Miguel Ximenes de Melo.

¹⁶⁵ Há indícios de que este convênio não tenha ocorrido diretamente com a congregação, mas através da Sociedade de Assistência Social e Educacional, com sede na cidade de Porto Alegre.

estabelecido que a religiosa Amélia Leopoldina Koch – Assistente Social prestaria esse tipo de trabalho aos operários e a seus familiares, a partir de 1966.

Apesar das boas condições de vida vivenciadas pelas famílias dos operários do Lavador de Capivari - CSN, existia também muita pobreza, que afetava aquelas famílias em que os pais estavam desempregados. Isto exigiu das religiosas do Instituto Coração de Jesus uma ação diferenciada. Ir. Áurea Vandresen¹⁶⁶ lembra de muitas situações marcadas pela miséria e desestruturação familiar. Um dos casos que não esquece foi o de uma menina que quase foi morta pelo padrasto.

Outro caso triste aconteceu entre um casal, eles não eram casados, a mulher tinha uma filha de outro homem. O parceiro da mulher mandou matar a criança e colocá-la nos trilhos do trem. A mulher mandou-me chamar e entregou a criança, era uma menina, fiquei muito comovida. Fui a missa com mais outra irmã, já falecida, falamos que iriam matar a criança. Um dos padres alemães ajudou-me a procurar pais adotivos. No fim da primeira semana, o padre foi o padrinho de batismo e demos o nome de Terezinha, e na segunda semana ela foi entregue a pais adotivos. O casal não tinha filhos e quando a Terezinha chegou foi uma alegria. Só a vi muitos anos depois, quando estava para casar, ela se casou e é bem feliz¹⁶⁷.

Como muitas famílias pobres não tinham o que comer e a congregação não dispunha de recursos para fornecer-lhes alimentação, Ir. Áurea dirigiu-se à CSN e pediu que lhe fossem entregues as sobras de comida do restaurante dos operários. Passaram a colocar os restos de comida em latas ou em panelas velhas e um senhor as recolhia diariamente com uma carrocinha. Ir. Áurea conta que, antes do meio-dia, as mães já estavam esperando a comida com uma latinha. Depois de um ano, as religiosas fizeram um cadastro dessas famílias e realizaram uma campanha de alimentos, com a colaboração de outras famílias, e, na última semana de cada mês, os alimentos eram distribuídos. Ainda nos dias de hoje, Ir. Áurea, quando passa por Capivari, encontra algumas mães daquela época, já velhinhas. Estas a abraçam dizendo: “quantas vezes a senhora matou a fome dos meus filhos. A gente sente certa tristeza, mas também uma alegria”¹⁶⁸.

Assim como em Lauro Müller, em Capivari as religiosas dedicaram-se também à catequese. Sobre isso, Ir. Áurea, que foi uma das que iniciou o trabalho, relata: “Iniciei a catequese junto às crianças da Primeira Comunhão e com adolescentes, também não era fácil, mas a gente tinha escolhido essa missão: trabalhar mais para o reino de Deus”¹⁶⁹.

¹⁶⁶ Escritos da Ir. Áurea Vandresen, em 15/05/2005.

¹⁶⁷ Escritos da Ir. Áurea Vandresen já citado.

¹⁶⁸ Escritos da Ir. Áurea Vandresen já citado.

¹⁶⁹ Escritos da Ir. Áurea Vandresen já citado.

Há indícios de que as religiosas do Instituto Coração de Jesus permaneceram em Capivari de Baixo até 1970, momento em que assumiram a administração do Asilo São Vicente de Paula, em Criciúma, onde permaneceram até o início de 2005.

O Instituto Coração de Jesus atuou em cinco vilas operárias do complexo carbonífero, sendo que uma delas, a Vila Mendonça Lima, pertencia a uma estatal e as outras quatro, localizadas em Lauro Müller, pertenciam a uma empresa privada. Mesmo imbuídas do mesmo carisma, “Caminhar na Presença de Deus”, produziram pedagogias missionárias distintas. A procedência do convênio, CSN ou SESI, talvez tenha sido um dos fatores nessa diferenciação das práticas pedagógicas missionárias, mas talvez o que mais tenha influenciado tenha sido a discrepância entre as realidades sociais.

Como foi mencionado anteriormente, as condições de vida dos operários de uma estatal como a CSN eram muito superiores em relação àquelas vivenciadas pelos operários vinculados às empresas privadas. O fato da CSN ter uma política assistencial de cunho paternalista fez com que seus operários usufríssem de benefícios jamais experimentados pelos trabalhadores da CNMCBB.

Há fortes indícios de que as pedagogias missionárias empreendidas pelas religiosas nas vilas operárias de Lauro Müller aconteceram de forma mais ramificada, capilarizada na tentativa de produzir trabalhadores mais disciplinados para se adaptarem mais facilmente às condições materiais extremamente desumanas, que resultavam nos altos índices de mortalidade infantil, por exemplo, principalmente na Vila Operária de Guatá. O mesmo não ocorreu com as religiosas que atuaram na Vila Mendonça Lima, em Capivari de Baixo, pois lá a disciplinarização dos operários ocorria com a aplicação das políticas sociais de cunho paternalista desenvolvidas pela DSS - Divisão de Serviço Social da empresa. A atuação delas foi muito mais focada no Jardim de Infância, junto aos filhos e filhas dos operários, não desconsiderando o trabalho sócioeducativo e religioso com os outros membros da família que também aconteceu, mas em outros moldes, destacando-se as peças teatrais de cunho religioso com crianças, adolescentes e jovens.

Os dois grupos de religiosas encontraram problemas ao desenvolverem suas ações missionárias. Enquanto na Vila Mendonça Lima o problema maior era a acomodação das famílias, fruto do paternalismo da CSN, nas vilas operárias da CNMCBB os entraves ao trabalho das religiosas ocorria em função do nível de miserabilidade das famílias e das dificuldades em atender todas as demandas sociais.

3.3.2. – “Abandono à Divina Providência no serviço ao necessitado”: Pequenas Irmãs da Divina Providência

Em abril de 1954, um ano depois da instalação do Instituto Coração de Jesus na região, chegam a Rio Maina, atual Distrito de Criciúma, quatro religiosas da congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência, sendo ali instalada, por elas, a Casa Assistencial “São José”, na Vila Operária do centro de Rio Maina, que pertencia à CCC – Companhia Carbonífera Catarinense S.A.

No histórico da congregação consta que:

Naquele remoto 1953, uma filha desta terra, Irmã Gema Ronchi, das Pequenas Irmãs da Divina Providência, visita seus familiares, em companhia da italiana Irmã Eurosia Gazzì. Aqui permanecem alguns dias, o suficiente para despertar em Madre Eurosia o desejo de missionar nesta cidade de tantas colônias italianas. Do desejo à ação, procura o Revdo. Padre Estanislau Cizeski¹⁷⁰, então Vigário da paróquia São José, a quem expõe seus planos. Encontra a resposta ativa e pronta deste e do então Prefeito de Criciúma, Sr Paulo Preis: um convite para trabalhar na Assistência Social junto às famílias dos mineiros do carvão em Rio Maina. (HISTÓRICO da Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providencia, 19---, p.1)

Um ano depois, em 1955, Madre Domingues Leão, que havia assumido como Provincial da Congregação, autorizou a vinda de quatro irmãs para Criciúma.

Dia 19 de março de 1954, dia de São José, quatro Irmãs: Irmã Romana Prioglio, superiora da comunidade, Irmã Carmela Moreira, Irmã Geralda César e Irmã Maria Luiza do Vale embarcaram rumo a Florianópolis, onde foram muito bem recebidas pelo Sr. Bispo de Florianópolis, Dom Joaquim, que as abençoou e deu-lhes como local de missão a paróquia de Rio Maina, onde já havia uma casa de dois pavimentos para a residência das Irmãs.¹⁷¹

Na residência, ou seja, na Casa Assistencial “São José”, além de uma capelinha do Santíssimo Sacramento, passou a funcionar um ambulatório e uma farmácia conveniada ao SESI, provavelmente do Programa Reembolsável Medicamentos. Além dos serviços ambulatoriais, assumiram também a revenda de medicamentos para os operários. Neste núcleo operário desenvolveram um intenso trabalho junto às famílias dos mineiros, nos campos da evangelização, da saúde e da educação.

¹⁷⁰ O Pe. Estanislau Cizeski foi sucessor do Pe. Wilson Laus Schmidt. Este por sua vez teve que abdicar da paróquia em função de um grave acidente e sendo o Pe. Estanislau seu coadjutor, assumiu o posto de pároco, ficando de 1945 até 1956. Pe. Estanislau “amava a política e a praticava velada e eficientemente em nome do PSD [...] Era admirado, respeitado e às vezes temido”(BIFF, 1997, p.105).

¹⁷¹ Carta enviada pela Ir. Geralda César e Ir. Nilza Nunes dos Santos, em 30/12/2004.

As irmãs realizavam visitas domiciliares com a finalidade de conhecer a realidade de cada família. Segundo Ir. Geralda César, integrante do primeiro grupo que se instalou na Vila Operária do Rio Maina, “nós dávamos atendimento às famílias no sentido de harmonizar os casais e orientá-los na educação dos filhos”¹⁷².

D. Zenaide lembra que elas orientavam as famílias sobre a higiene, mas visitavam principalmente as casas onde nasciam crianças, para ensinar às mães os primeiros cuidados com os recém-nascidos, porque, segundo ela, “antigamente se cortava o cordão umbilical e colocavam pó de café para cicatrizar logo”¹⁷³. Com o tempo, depois de todo o trabalho realizado pelas freiras nas visitas e atendimentos aos recém-nascidos, D. Zenaide lembra que as coisas foram melhorando, sendo mais difícil uma criança morrer. “Elas foram penetrando nas famílias e foram neutralizando males como o sarampo, varíola, paralisia infantil, desnutrição”¹⁷⁴.

No entanto, as orientações não eram sempre bem vistas pelas famílias, surgindo situações em que as mães resistiam, principalmente em relação à necessidade dos banhos diários. Muitas vezes, as freiras não eram sequer recebidas em suas casas. Na avaliação da Ir. Alair¹⁷⁵, que chegou à Casa Assistencial em 1966, a mortalidade infantil não era culpa das mães e sim da desinformação.

As freiras também ofertavam aulas de catequese, preparavam catequistas, organizavam o coral infantil, festas, recreações, competições esportivas, teatro com crianças, jovens e adultos, organizavam clubes de mães e de jovens. Cursos de corte e costura, arte culinária, enfermagem do lar e aulas de bordado eram possibilitados às filhas e esposas dos mineiros.

Com a fundação da Casa da Criança “Santo Agostinho”, as crianças de 4 a 6 anos passaram a receber um atendimento mais especializado. Além das religiosas que ocupavam o lugar das professoras, a casa contava com professoras leigas. No início, eram as carboníferas que mineravam na região do Rio Maina que mantinham o pagamento das professoras, posteriormente o poder público municipal de Criciúma assumiu os encargos. O atendimento era feito gratuitamente. A Casa da Criança chegou a ter em torno de seis turmas em funcionamento. O prédio do estabelecimento pertencia à igreja do Rio Maina. Segundo Ir. Alair¹⁷⁶, a primeira diretora foi Ir. Berenice e, em seguida, Ir. Maria Vitória.

¹⁷² Carta enviada pela Ir. Geralda César e Ir. Nilza Nunes dos Santos já citada.

¹⁷³ Zenaide Savi Monde Stradiotto. Entrevista citada.

¹⁷⁴ Zenaide Savi Monde Stradiotto. Entrevista citada.

¹⁷⁵ Alair Batista de Assis. Entrevista concedida a Giani Rabelo, em 27/12/2004, em Criciúma/SC.

¹⁷⁶ Alair Batista de Assis. Entrevista citada.

Como nas outras vilas operárias, havia uma divisão de atividades entre as próprias freiras. D. Zenaide¹⁷⁷, que acompanhou o trabalho das religiosas desde que chegaram ao local, lembra que havia uma irmã, que ela não lembra o nome, que ministrava aulas de bordado, a Ir. Maria Vitória era responsável pela Casa da Criança, catequese e coral e a Ir. Carmela ministrava as aulas de arte culinária. A Ir. Alair¹⁷⁸ acrescenta que Ir. Geralda fazia os atendimentos na farmácia e que Ir. Valéria e Ir. Solange também coordenavam a catequese e ministravam cursos às catequistas: “Resumindo: as Irmãs viviam inteiramente disponíveis, sobretudo às mães carentes e às crianças, fazendo de sua casa um posto de atendimento”, como escreve Ir. Geralda¹⁷⁹.

A partir de 1964, a Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência firma um convênio com a Sociedade de Assistência dos Trabalhadores do Carvão – SATC e a Casa Assistencial “São José”, de Rio Maina, passa a ser a Sede desse atendimento. Com esse convênio, que priorizou o trabalho de puericultura, somado às atividades que já vinham realizando sob orientação do SESI, iniciou-se a atuação em mais 13 vilas operárias em Criciúma, além da supervisão de outras congregações em mais três cidades. Ao conveniarem-se à SATC, deflagraram um trabalho mais sistemático de acompanhamento a crianças de zero a seis anos. Este trabalho será abordado com maior profundidade na última parte deste estudo.

A atuação das Pequenas Irmãs da Divina Providência não se restringiu à Vila Operária do Rio Maina. No ano de 1955, a mesma congregação instalou-se na Vila Operária da Próspera, lá fundando a Casa Assistencial “Imaculada Conceição”. O acontecimento está registrado no Livro do Tombo da Matriz São José de Criciúma. Nele consta que a fundação da casa já havia sido autorizada em outubro de 1954. No Álbum/Relatório do triênio 1955-57, entregue ao SESI pelas religiosas da congregação, ficou registrado que a inauguração da Casa Assistencial “Imaculada Conceição” ocorreu em 25 de janeiro de 1955.

Sobre esse acontecimento, o Monsenhor Frederico Hobold, Vigário Geral da Arquidiocese de Florianópolis, enviou uma carta¹⁸⁰ ao Revmo. Pe. Estanislau Cizeski, pároco da Igreja de Criciúma, em 12 de outubro de 1954. Na carta, o Monsenhor mostrou-se muito satisfeito em saber dos seguintes fatos: que tanto o SESI como os mineradores estavam entusiasmados com a obra das Pequenas Irmãs da Divina Providência, em Rio Maina; do

¹⁷⁷ Zenaide Savi Monde Stradiotto. Entrevista citada.

¹⁷⁸ Alair Batista de Assis. Entrevista citada.

¹⁷⁹ Carta da Ir. Geralda Cezar e Ir. Nilza Nunes dos Santos já citada.

¹⁸⁰ Esta carta encontra-se transcrita no Livro Tombo da Igreja Matriz São José de Criciúma, p. 25.

convite que haviam recebido para ampliarem o trabalho, fundando mais uma casa, desta vez na Vila Operária da Próspera; e por fim, por estarem dispostas a aceitar tal desafio. Nesta mesma carta o Mons. Frederico ainda revela que “trata-se [...] de uma notícia muito auspiciosa. Diante dessas seguranças, as Revdas. Irmãs podem aceitar, e ampliar, portanto, os benefícios sociais e espirituais nessa zona privilegiada”.

Com a ajuda de antigos moradores da vila e de algumas religiosas, foi possível identificar o nome de algumas religiosas que aturam na Casa Assistencial, de forma lacunar, devido à falta de registros mais sistematizados, e por conta dos esquecimentos daqueles que contribuíram com suas lembranças. Nas memórias, aparecem nomes como Ir. Cláudia, Ir. Lorencina, Ir. Maria da Paz, Ir. Dreinal, Ir. Emiliana, Ir. Olímpia, Ir. Alberta, Ir. Gisele, Ir. Rosa e Ir. Eugenia. No entanto, as freiras que aparecem com maior freqüência nas lembranças de homens e mulheres – crianças nos anos de 1955 a 1968 -, e de senhoras idosas - mulheres adultas também nesse período -, esposas dos mineiros, são: Ir. Cláudia, Ir. Lorencina e Ir. Alberta. José Silva¹⁸¹ afirma que “a Ir. Alberta foi uma freira que marcou muito, porque ela era uma freira muito carismática”.

A Casa Assistencial “Imaculada Conceição” servia também de residência às irmãs e foi cedida pela Carbonífera Próspera. Atrás da casa havia uma capelinha.



Figura 34: Casa Assistencial “Imaculada Conceição” – Resid. das Pequenas Irmãs da Divina Providência (1955)

Fonte: Álbum/Relatório das atividades das Pequenas Irmãs da Divina Providência (1955-1957)-SESI – Criciúma/SC

¹⁸¹ José Silva. Entrevista citada.

A senhora Ida Dagostim Scott, esposa do senhor Zeferino Scott (já falecido), que trabalhou na Carbonífera Próspera como carpinteiro, e que era agricultor antes de entrar na empresa, acompanhou um período de dificuldades vivenciado pelas três irmãs. Houve um momento em que elas não tinham o que comer e D. Ida conta que “elas gostavam muito de farinha de milho, então eu levava farinha de milho, não sei se elas faziam polenta ou se faziam angu, não sei o que elas faziam com aquilo. Elas passaram muita dificuldade”¹⁸².

A falta de recursos para a própria subsistência foi algo forte no início dos trabalhos, provavelmente até que o convênio com o SESI fosse totalmente regularizado. A situação ali vivenciada certamente se diferenciava daquela dos conventos. Nos estudos de Miriam Pillar Grossi (1990, p. 54) sobre a vida religiosa nos conventos, a autora identifica que “as freiras vivem uma situação de bastante segurança econômica, não precisando se preocupar com a produção do seu cotidiano”. Mas é importante notar que nestas instituições ensinava-se também às freiras a economizarem o máximo possível, criando uma hierarquia interna dos gastos. A autora apresenta ainda uma situação que ilustra concretamente este tipo de educação recebida pelas freiras.

A respeito de dinheiro, ouvi recentemente o depoimento de uma ex-freira contando que, anos após sair do convento, não se permitia comprar nada, vivia sustentando pessoas necessitadas e levou alguns anos de terapia psicanalítica para ter coragem de comprar coisas supostamente caras. Creio que esta compulsão à economia é um dos traços diacríticos da identidade das religiosas. (GROSSI, 1990, p. 54)

Vera Regina Peixoto Bonotto¹⁸³, quando tinha oito anos de idade, nos idos dos anos de 1958, passou a morar ao lado da residência das freiras. Sua casa e a das religiosas faziam divisa e eram ligadas por um “portãozinho”. Lembra-se de um caso que ocorreu com a chegada de uma nova religiosa na casa. Sua mãe tinha o costume de receber as vizinhas recém-chegadas com uma cesta cheia de flores e frutas, como forma de desejar boas vindas, e pediu que Vera e seu irmão mais velho a entregassem para a nova moradora da casa. Entretanto, algo os decepcionou. A freira não aceitou a gentileza, dizendo não ter encomendado nada. Mesmo as crianças dizendo que foi a mãe que havia mandado, bem como a afirmativa de uma outra irmã, de que se tratava de um costume do sul, os argumentos não a convenceram. Em seguida, uma das religiosas se dirigiu à casa de Vera para pedir desculpas a sua mãe, alegando que do lugar de onde a freira viera não existia tal costume.

¹⁸² Ida Dagostim Scott. Entrevista concedida a Giani Rabelo, em 26/07/2004, em Criciúma.

¹⁸³ Vera Regina Peixoto Bonotto. Entrevista citada.

Na Casa Assistencial havia uma relação hierárquica entre as freiras. Aquelas que não tinham muito estudo eram incumbidas dos afazeres domésticos. Vera lembra das queixas de uma das religiosas que dizia a ela que quem não estudava ficava no serviço braçal. Por isso, essa freira estimulava muito para os estudos da menina.

A cozinha da casa era um local extremamente limpo e tinha uma prateleira onde ficavam as panelas que reluziam de tanto brilho, umas ao lado das outras. Na casa havia um fogão a lenha e o café era colhido e moído por elas mesmas: “cansei de ir lá quando sentia o cheirinho do café”, relata Vera¹⁸⁴.

A vivência hierárquica também é referida por Grossi (1990). A autora conclui que a hierarquia entre as religiosas é constituída a partir das próprias etapas da vida religiosa, ou seja, aspirantado, postulado, noviciado, juniorato. Quando as irmãs fazem os votos perpétuos é que alcançam uma igualdade entre si. No entanto, ao vencerem este período de formação, outras diferenças são estabelecidas por uma precisa hierarquia entre as diferentes tarefas (GROSSI, 1990, p. 56). No caso das religiosas da Vila Operária da Próspera, a escolaridade parece ter sido um critério importante para a diferenciação das responsabilidades assumidas dentro e fora da casa assistencial.

Firmado o convênio entre o SESI e as religiosas, este se responsabilizava pelo pagamento dos salários, ou seja, pelos “ordenados” para o sustento e manutenção das religiosas. Auxiliava também com materiais e equipamentos para a realização dos programas colocados em prática junto às famílias dos mineiros da Carbonífera Próspera. Ir. Cláudia conta que suas solicitações eram sempre atendidas e a prestação de contas era realizada sistematicamente. Ela lembra de ter tido contato com alguns representantes do SESI, como o Superintendente da instituição na época, o senhor Danilo Rocha, e com D. Olguinha, supervisora dos cursos populares.

O trabalho desenvolvido pelas Pequenas Irmãs da Divina Providência junto às famílias da Vila Operária Próspera foi bastante amplo, atendendo várias frentes. Elas permaneceram nessa vila por mais de dez anos, em convênio com o SESI. O trabalho era voltado às famílias dos operários da Carbonífera Próspera, mas houve momentos em que tiveram que atender famílias que não tinham nenhuma relação com a empresa, em face às precárias condições vivenciadas por alguns moradores dos arredores da vila.

Beverly Godoy Costa, funcionária responsável pela área social do SESI, que atuou em companhia da Ir. Cláudia, principalmente nas visitas domiciliares, admite que as religiosas

¹⁸⁴ Vera Regina Peixoto Bonotto. Entrevista citada.

foram bastante pródigas ao exercerem um leque muito grande de atividades junto às famílias. Além disso, “as irmãs primavam pela arte de ensinar sobre religião e o amor a Deus, por meio das preces”¹⁸⁵.

Ao se referir à dupla formada por ela e Ir. Cláudia, de quem era muito amiga e mantinha grande afinidade, recorda com nostalgia de sua juventude, atribuindo a isso o sucesso da parceria, pois, em seus dizeres, ambas desfrutavam da mocidade que lhes dava uma “exuberância fantástica”, encorajando-as no enfrentamento da dura realidade vivenciada pelas famílias operárias.

Ao ser indagada sobre o seu olhar e sentimento em relação àquelas condições de vida, ela se manifesta dizendo que “via com muita piedade, crescia dentro de mim uma piedade muito grande porque, como eu já te disse, eu tenho muita facilidade de amar o próximo”¹⁸⁶.

Ela também recorda que, muitas vezes, as freiras eram procuradas à noite para atendimentos emergenciais. As pessoas chegavam e apertavam uma campainha, mas quem atendia era o pai de Vera, pois a campainha também soava na casa dela. Era um local onde adultos e crianças chegavam a qualquer hora para serem atendidos, muitas vezes lamentando suas dores. A Casa Assistencial “Imaculada Conceição”, além de servir de moradia, também funcionava como uma espécie de posto de saúde, com farmácia, e até como um pronto socorro. Vera¹⁸⁷ lembra dos atendimentos médicos que ocorriam em um consultório que ficava contíguo à farmácia, localizada atrás da casa das freiras. Existia o cuidado das irmãs com a esterilização das agulhas utilizadas nas injeções, inclusive com um local próprio para este tipo de procedimento, onde todo o material era fervido.

Posteriormente, quando o conjunto das casas de alvenaria foi construído pela Carbonífera Próspera, uma espécie de Centro Social foi instalado e ali passaram a ser realizados, além das vendas de medicamentos e atendimentos, os cursos, as atividades esportivas e os ensaios de peças teatrais. Muito próximo a estas instalações também foi construído um Jardim de Infância, que durante algum tempo foi administrado pelas religiosas.

A fim de facilitar o trabalho da congregação para a realização das visitas domiciliares o SESI cedeu um *Jeep* usado e Ir. Cláudia é quem dirigia. Ela aprendeu a dirigir esse automóvel com a ajuda do senhor Manoel Gêmeo, motorista da Carbonífera Próspera.

¹⁸⁵ Beverly Godoy Costa. Entrevista citada.

¹⁸⁶ Beverly Godoy Costa. Entrevista citada.

¹⁸⁷ Vera Regina Peixoto Bonotto. Entrevista citada.

Anos mais tarde, as Irmãs passaram a se dedicar também ao primeiro Jardim de Infância da vila operária, conveniado ao SESI. O estabelecimento foi dirigido primeiramente por Ir. Maria Eugênia, que tempos depois assumiu o seu nome de batismo passando a se chamar Ir. Eunice. O Jardim de Infância funcionou no local onde foram construídas duas novas salas de aula, com o intuito de ampliar as turmas da “Escola Reunida José Martinelli”¹⁸⁸, na Vila Operária da Próspera. O novo prédio foi inaugurado em 1956, pela Carbonífera Próspera, quando esta já era acionária da CSN.

Sobre o trabalho com o SESI, Ir. Cláudia ressalta: “foi uma experiência magnífica pra nós”. Nesta parceria, o SESI oferecia curso e um deles ainda encontra-se guardado nas memórias da Ir. Cláudia. O tema era Serviço Social Comunitário, ocorrido em Porto Alegre e ministrado, com tradução simultânea, por uma norte-americana, provavelmente uma Assistente Social. Ir. Cláudia conta que nesse curso compartilhou seu aposento com a Ir. Anna, do Instituto Coração de Jesus, que atuava nas vilas operárias de Lauro Müller. Elas ficaram amigas e trocaram experiências sobre os trabalhos que realizavam junto às famílias operárias¹⁸⁹.

Apesar das boas relações com o SESI, Ir. Cláudia admite ter tido algumas dificuldades com a Assistente Social da entidade no final do período de permanência na Vila Operária da Próspera, principalmente com relação à forma de encaminhamento dos trabalhos comunitários.

Anos depois, ela faz o seguinte registro sobre esta parceria:

Aproveito para prestar carinhosa homenagem ao SESI, que nos deu possibilidade de realizar muitos “sonhos” o maior deles, a BANDA FILHO DO MINEIRO que, mais que o sucesso que perdurou por muitos anos, em todo sul catarinense, deixou em seus componentes, um legado de seriedade, de compromisso com o trabalho, de amizade e companheirismo, e tanto mais de formação para a vida.

O SESI nos proporcionou ainda uniforme para os times de futebol. Recebíamos uma quantia pequena para ser utilizada em benefício das famílias. Com esta ajuda, organizamos Arte Culinária, Enfermagem do Lar, Curso de Bordado, alimentação para crianças desnutridas, ajuda em tratamento de saúde, passeio para as crianças.

Posso dizer-le que tal dinheiro era como “farinha no prato da viúva”, não acabava nunca e dava para fazer “milagres”.

Por tudo isto, guardo uma carinhosa lembrança do SESI e dos Diretores da Cia. Próspera. Seria longo demais, recordar todo o apoio e incentivo que recebemos deles¹⁹⁰.

¹⁸⁸ Esta escola foi criada em 1946 e funcionava na antiga residência do senhor Diomício Freitas, que pertencia à empresa. O referido estabelecimento foi extinto no final de 1960, em função da inauguração do Grupo Escolar Heriberto Hülse, ocorrida em 6 de janeiro de 1961. Os filhos e filhas dos operários que estudavam na Escola Reunida “José Martinelli” foram transferidos para o Grupo Escolar Heriberto Hülse e no local passou a funcionar duas turmas do primeiro Jardim de Infância.

¹⁸⁹ Ir. Cláudia. Entrevista citada.

¹⁹⁰ Carta da Irmã Cláudia, enviada em 30/12/2004, do Rio de Janeiro – RJ.

Ao comentar sobre a relação da congregação com a Carbonífera Próspera, Ir. Cláudia relata que a empresa “era outra mãe para nós”. Essa relação é associada, primeiramente, ao senhor Sesóstris¹⁹¹. A seu respeito, que a religiosa reconhece como um pai para a congregação, ela afirma: “Era um pai para nós, muito amigo e era um homem com uma sensibilidade para os pobres. Ele deve estar num céu muito bonito”, pois “ele era a luz dos operários”. Com o afastamento do senhor Sesóstris da carbonífera, o senhor Mário Balsini é quem fazia o vínculo entre as Pequenas Irmãs da Divina Providência e a Carbonífera Próspera. Na opinião da Ir. Cláudia, ele era diferente do senhor Sesóstris, “muito fechado”, mas ao mesmo tempo “era um homem de ouro, criterioso, sabia te servir bem”.

Chama a atenção o fato de nas lembranças da Ir. Cláudia a Carbonífera Próspera - subsidiária da CSN - ser associada à figura da mãe e um de seus diretores à figura do pai. Duas indagações surgem diante deste sentimento de gratidão manifestado pelas religiosas, representadas pela Ir. Cláudia: a manutenção das religiosas na vila operária dependia plenamente da empresa? O diretor representava a política paternalista desenvolvida pela carbonífera na área social?

As irmãs, ao detectarem algum tipo de problema com as moradias dos operários, formulavam pedidos para a carbonífera, como aqueles relacionados à manutenção, concessão de mais casas quando havia duas ou três famílias morando numa só, troca de casas menores por casas maiores, ou mesmo ampliação para aquelas famílias numerosas.

Elas permaneceram na Vila Operária da Próspera, instaladas na Casa Assistencial “Imaculada Conceição”, até 1968, quando se transferiram para a Casa Assistencial “São José” do Rio Maina, mas continuaram visitando e dando atendimento às famílias da Vila Operária da Próspera até 1981, quando o convênio com a SATC foi extinto. Por meio dos documentos pesquisados, percebe-se que o convênio com o SESI teve vigência até meados dos anos de 1960, posteriormente as freiras passaram a atuar em convênio com a SATC.

Ir. Cláudia, ao avaliar a sua atuação e de outras religiosas na Vila Operária da Próspera, diz que “não estava preparada para esse trabalho porque nunca tinha feito nada semelhante”. Sua experiência, até então, ocorrera na área hospitalar, fato que lhe ajudou muito a enfrentar os casos mais graves que afetavam a saúde dos membros da família operária. Um das razões apontadas por ela para justificar o despreparo das religiosas é que estas antes viviam enclausuradas, distantes do povo. Na sua opinião, elas foram pioneiras na região nesse tipo de trabalho, pois ainda não tinham vivenciado o movimento da Igreja desencadeado pelo

¹⁹¹ Sesóstris de Rezende Correa - Diretor Comercial da Carbonífera Próspera.

Concílio Vaticano II. Para superar as dificuldades decorrentes da inexperiência, a figura do Espírito Santo é lembrada por Ir. Cláudia como seu grande professor.

No Livro do Tombo da Paróquia Nossa Senhora da Salete, do atual Bairro Próspera, como ficou denominada a antiga Vila Operária da Próspera, há registros de autoria do então vigário, Pe. Maneca. Nestes registros o padre refere que as religiosas retornaram em 1972, formando assim uma pequena comunidade. Elas se instalaram, provisoriamente, no antigo prédio onde funcionava o Salão Catequético (Livro do Tombo, Paróquia da Próspera, 1961-1977, p. 24). Nessa época, além de se dedicarem à catequese na vila operária, também trabalhavam no Jardim de Infância que atendia crianças da vila operária e lecionavam no Colégio Madre Tereza Michel¹⁹², de propriedade da congregação, e atuavam no Hospital São João Batista, ambos localizados na cidade de Criciúma.

Padre Maneca, tentando legitimar a importância do trabalho das religiosas, argumenta que este despertou a auto-estima das famílias operárias, além do espírito de solidariedade e que até hoje “o povo da Próspera é um povo solidário”. Para ele, as religiosas deram uma direção humana, cristã e solidária para as famílias, deixando uma grande marca porque faziam um trabalho com “paixão pela vida”¹⁹³.

Sob o mesmo carisma, “Abandono à Divina Providência no serviço aos necessitados”, as Pequenas Irmãs da Divina Providência realizaram um amplo trabalho em vinte vilas operárias, sendo em quatorze, concentradas em Criciúma, de forma mais direta, e nas demais através da supervisão do trabalho de outras congregações. Foram períodos e convênios distintos, mas tanto na Vila Operária do Rio Maina quanto na Vila Operária da Próspera os dois grupos de religiosas estenderam suas ações a toda família mineira, por meio de suas casas assistenciais, procurando desenvolver ações no campo social, religioso, educativo e da saúde.

O trabalho realizado através do convênio com o SESI na Vila Operária da Próspera e o trabalho realizado por meio do convênio com a SATC será examinado de forma mais minuciosa na terceira parte deste trabalho.

¹⁹² Paralelamente a todas essas atividades, em 1956\ começa a funcionar o Ginásio Madre Tereza Michel, sob direção das pequenas Irmãs da Divina Providência, hoje denominado Colégio Michel, que atende desde a Educação Infantil até o Ensino Superior.

¹⁹³ Pe. Maneca. Entrevista citada.

3.3.3. “Ora et Labora”: Irmãs Beneditinas da Divina Providência

Em 1955, mesmo ano em que as Pequenas Irmãs da Divina Providência foram trabalhar na Vila Operária da Próspera, as Irmãs Beneditinas da Divina Providência se alojaram na Vila Operária de Santana, em Urussanga.

As Irmãs Beneditinas da Divina Providência instalaram-se em Urussanga a convite do senhor João Gabriel Macari, um dos administradores da Mineração Geral do Brasil - MINERASIL (empresa privada), e foi ele que intermediou o convênio com o SESI. Lá trabalharam Ir. Honorina, Ir. Emanuele e Ir. Egídia, entre outras¹⁹⁴.

Segundo Ir. Emanuele¹⁹⁵, elas foram convidadas a trabalhar em Santana porque lá havia muita briga, principalmente nos dias em que havia partidas de futebol e bailes. Para resolver o problema das brigas, as irmãs adotaram a seguinte estratégia: mesmo tendo que pedir autorização especial para a madre da congregação, porque eram consideradas atividades profanas pela Igreja, elas começaram a participar desses momentos de lazer dos operários. Iam aos jogos, cantavam o hino nacional e permaneciam no campo durante toda a partida. Nos bailes, antes de começarem, rezavam um Pai Nosso com os presentes e desejavam a todos um bom divertimento, pedindo a Deus para que nenhum mal acontecesse, e assim todos pudessem voltar para casa sem problemas.

Com o tempo, as brigas cessaram e não havia confusão nestas ocasiões, afirma Ir. Emanuele. Mas esta não era a única estratégia adotada pelas freiras, a fim de conhecer a realidade das famílias da vila operária, assim que chegaram marcaram visitas dominicais às casas, argumentando que iam lá para tomar um café e conversar. Visitavam em dupla e, enquanto uma irmã conversava, a outra ficava observando a casa e a situação familiar. Quando retornavam, escreviam um pequeno relatório e, com o tempo, elas passaram a ter uma espécie de diagnóstico das famílias.

No intuito de vigiar e disciplinar as famílias lançaram mão de iniciativas que intentavam esquadrihar a vida privada, pormenorizando o cotidiano das famílias.

Em Santana, elas tinham uma casa cedida pela MINERASIL. Ao lado da casa, foi construído um enorme salão, onde Ir. Egídia e Ir. Honorina passaram a atender as crianças, num Jardim de Infância. Elas costumavam levar as crianças, na hora do recreio, para

¹⁹⁴ A respeito desse trabalho pude obter maiores informações com Ir. Emanuele que trabalhou com a Ir. Honorina durante todo o tempo que permaneceram na referida vila operária, pois esta não vive mais.

¹⁹⁵ Irmã Emanuele (Congregação das Irmãs Beneditinas da Divina Providência). Entrevista citada.

plantarem flores ao redor da casa. Sobre isso Ir. Emanuele diz que “gostava muito quando as crianças traziam as mudinhas de flores de casa”¹⁹⁶.

No salão também eram oferecidos cursos de trabalhos manuais certificados pelo SESI (aulas de tricô, crochê, pintura, bolos para festas, decoração, corte e costura e outros) às mulheres, esposas e filhas de mineiros. Todos os reparos e ampliações da moradia e do salão eram feitos pela empresa.

Também atendiam numa farmácia e vendiam medicamentos subsidiados pela empresa. Ir. Honorina, que se dedicava mais para a assistência à saúde das famílias, chegou a “fazer parto” quando não havia tempo de levar as gestantes para o hospital, no centro da cidade de Urussanga. Conta Ir. Emanuele que Ir. Honorina, além de ter o “dom de tratar”, era uma pessoa bastante respeitada na vila.

Por conta do convênio com o SESI, foram muitas vezes para Florianópolis, com a finalidade de participar de vários cursos oferecidos pela instituição.

Além das atividades mencionadas, as religiosas eram responsáveis pela organização da catequese e da missa, realizada uma vez por mês, quando o padre Agenor Neves Marques vinha fazer o sermão.

D. Elisa, esposa de ex-mineiro e moradora do local, quando adolescente, participou da maioria dos cursos populares promovidos pelas religiosas, entre eles os de trabalhos manuais, arte culinária e decoração para o lar. Ela conta que as mulheres casadas da vila operária costumavam freqüentar principalmente quando eram oferecidos os cursos de corte e costura, porque elas queriam aprender a costurar para a família toda¹⁹⁷.

Além dos cursos de arte culinária e trabalhos manuais, as religiosas ainda ofereciam um curso para as jovens moças, filhas dos operários, a fim de prepará-las para o casamento. Quem ministrava esse curso era Ir. Marina. Ela orientava as participantes a fazerem todos os exames como, por exemplo, o de sangue para identificar o tipo de RH e verificar se tinham sífilis, conta D. Elisa¹⁹⁸.

Numa realidade onde a mortalidade infantil era apontada, principalmente pelo discurso médico, como um dos problemas mais graves desta e das demais vilas operárias, o encaminhamento das mulheres para o exame pré-nupcial demonstra uma preocupação de viés eugênico por parte das freiras, no intuito de contribuírem à geração de crianças mais

¹⁹⁶ Ir. Emanuele. Entrevista citada.

¹⁹⁷ Eliza Maria Mariot Sartor. Entrevista citada.

¹⁹⁸ Eliza Maria Mariot Sartor. Entrevista citada.

saudáveis e, conseqüentemente, trabalhadores mais produtivos para as atividades do complexo carbonífero.

Mas não eram somente as mulheres casadas e as meninas moças o alvo dos cursos ministrados pelas freiras. Também ensinavam trabalhos manuais para meninas bem pequenas. Aos 6 anos de idade algumas já haviam aprendido bordado, tricô e crochê. Muitas dessas aulas eram realizadas num gramado, nas proximidades da casa das freiras.

Ir. Emanuele, responsável por esta atividade, montou em seus anos de professora uma espécie de mostuário com todas as peças em miniatura, que segundo ela era uma exigência do SESI e tinha como objetivo estimular as alunas. As alunas também faziam seus álbuns, D. Elisa ainda guarda o seu até hoje.

A cada final de curso era realizada uma solenidade de formatura e o senhor João Gabriel Macari¹⁹⁹ costumava participar com sua esposa, convidado pelas religiosas. Na ocasião da formatura também eram realizadas exposições dos trabalhos confeccionados pelas participantes, com apoio do senhor Marcari, inclusive cedendo operários que preparavam toda a estrutura do local. Ir. Emanuele assim descreve o empenho do senhor Macari e a organização das exposições:

[...] a gente fazia a exposição dos trabalhos, aí o Sr. Macari vinha e perguntava o que nós precisávamos para a exposição e ele mandava montar aquelas galerias, aquelas coisas em volta da sala para a gente expor os trabalhos porque era feito de tudo: colchas, lençóis e toalhas bordadas, além das roupas e vários trabalhos manuais. Num canto a gente colocava também os trabalhos das crianças e confeccionávamos bichinhos para enfeitar as prateleiras onde eles ficavam expostos. Ficava uma gracinha, era o cantinho especial²⁰⁰.

Além dos cursos populares, as irmãs realizavam visitas domiciliares, principalmente quando ocorriam desentendimentos entre os casais, muitas vezes provocados pelo consumo de álcool pelos operários. Nestes casos, quem costumava agir com muita autoridade era Ir. Honorina. Ela aconselhava, corrigia e “dava um duro neles”, conta Ir. Emanuele²⁰¹. Um outro problema bastante comum entre as famílias era a fofoca, principalmente entre as mulheres. D. Ozaide²⁰² explica dizendo que as “casinhas eram todas muito próximas e ali as mulheres faziam fofoca à beça. Às vezes uma dizia: fulano brigou com cicrana, mas a gente nunca via nada”.

¹⁹⁹ João Gabriel Macari foi durante muitos anos administrador da empresa.

²⁰⁰ Ir. Emanuele. Entrevista citada.

²⁰¹ Ir. Emanuele. Entrevista citada.

²⁰² Ozaide Rabelo Rouseng. Entrevista citada.

D. Ozaide, esposa de um dos encarregados da produção da MINERASIL, e outras mulheres, geralmente esposas dos encarregados, preocupadas com a higiene na vila operária, costumavam fazer faxinas nas casas de certas famílias, na tentativa de ensinar algumas mulheres sobre a importância de manterem uma casa bem limpa. Geralmente esse problema era maior onde as famílias eram mais pobres. Ao fazer referência a algumas casas de operários ela comenta: “naquela rua ali da ‘farofa’, não todas, mas algumas eram bem relaxadas. O lixo subia até na porta de casa. E o resto era só pobreza, não tinham nada, nem tinham muito o que limpar”²⁰³.

As freiras não gostavam quando as esposas dos encarregados tinham essa atitude em relação às mulheres dos operários, pois elas queriam que as próprias mulheres limpassem suas casas, principalmente as consideradas “relaxadas”. O depoimento de D. Ozaide expressa isso: “até lembro que fui numa casa onde as irmãs estavam e vi sujeira debaixo da cama e fui varrer, e a irmã não deixou, a dona de casa é que tinha de limpar. Até fiquei chateada, porque às vezes nós íamos lá ajudar a limpar umas casas”²⁰⁴. Depois que as freiras iam embora, as casas ficavam limpas por um tempo, depois voltava tudo como era antes. As mulheres casadas costumavam ficar o dia todo em casa, pois não havia possibilidade de emprego, exceto para as solteiras que podiam trabalhar como escolheiras de carvão.

Sobre as crianças, D. Ozaide lembra que eram muitas na Vila Operária de Santana. Costumavam brincar bastante na rua, normalmente até os sete anos de idade, quando começavam a frequentar a escola. As crianças eram vítimas de muitas doenças, uma vez que na época ali ainda não existiam as campanhas de vacinação. Menciona que no cemitério local a maioria dos túmulos era de crianças, ou seja, a mortalidade infantil também afetava a Vila Operária de Santana.

Sobre a aceitação do trabalho das freiras pelas famílias mineiras, D. Ozaide considera que um dos fatores que ajudou na abertura das famílias foi o fato de que naquele lugar “não tinha problema de religião, era uma só”²⁰⁵. D. Elisa observa que quando as religiosas saíram de Santana as famílias sentiram muita falta do trabalho que elas realizavam e, anos depois, ainda comentavam o seguinte: “porque que a gente não foi atrás de alguém para deixar essas irmãs aqui, que ajudavam tanto as famílias”²⁰⁶.

Tanto D. Ozaide quanto a D. Eliza consideram que o trabalho das freiras foi muito importante para as famílias da Vila Operária de Santana, mas D. Ozaide faz uma ressalva:

²⁰³ Ozaide Rabelo Rouseng. Entrevista citada.

²⁰⁴ Ozaide Rabelo Rouseng. Entrevista citada.

²⁰⁵ Ozaide Rabelo Rouseng. Entrevista citada.

²⁰⁶ Eliza Maria Mariot Sartor. Entrevista cedida.

“acho que ajudou bastante. As que tinham vontade [esposas de operários] aprenderam a viver, mas a maioria não tinha vontade”²⁰⁷.

D. Elisa²⁰⁸, que foi muito ligada às religiosas, organizou uma festa em 2006 para homenagear as freiras ainda vivas. Participaram em torno de 60 mulheres, sendo para ela difícil selecionar as convidadas, porque muitas queriam participar.

As Irmãs Beneditinas da Divina Providência permaneceram em Santana até 1962, quando o trabalho terminou em função do fechamento da mina de carvão da MINERASIL.

Quatro anos depois de já estarem atuando na Vila Operária de Santana, em 1959, as Irmãs Beneditinas da Divina Providência instalaram-se na Vila Operária Velha, na cidade de Criciúma. Na Vila Operária Velha, segundo Ir. Lúcia²⁰⁹, a congregação assumiu a “Casa da Criança Osvaldo Pinto da Veiga”²¹⁰. Relata que a casa foi construída entre os anos de 1957 e 1959, com recursos do Plano do Carvão Nacional e pela Companhia Brasileira Carbonífera de Araranguá-CBCA.

Um artigo publicado na Tribuna Criciumense, em 26 de junho de 1957, corrobora a afirmação de Ir. Lúcia ao anunciar a doação de um terreno pela CBCA para a construção de um estabelecimento pré-primário denominado “Casa da Criança”, no populoso bairro da Vila Operária. O anúncio diz, ainda, que a obra estava orçada em um milhão de cruzeiros e seria financiada pelo Plano do Carvão Nacional. Na ocasião, o local recebeu a bênção do Pe. Estanislau Cizeski, vigário da paróquia, quando o mesmo enfatizou quão “o progresso material de Criciúma exige que seja paralelo ao progresso cultural de nossa gente” e que “as irmãs beneditinas, que já têm dado provas robustas de sua capacidade e carinho na direção dessas obras, estão dispostas, mais uma vez, a prestar sua colaboração e apostolado para o êxito pleno desse empreendimento” (TRIBUNA CRICIUMENSE, 26 de junho de 1957).

No entanto, o término da obra não foi algo simples. Ir. Lúcia relata que receberam a casa com pouca infra-estrutura e, no começo, não era sequer cercada, prejudicando o trabalho com as crianças que acabavam fugindo. Com o tempo, as irmãs foram arrecadando algum dinheiro, com a venda de pirulitos confeccionados por elas mesmas, e o cercado, aos poucos, foi concluído.

Para trabalharem na casa, as irmãs recebiam um valor em dinheiro da CBCA, por meio de seu diretor geral, Sebastião Netto Campos, ou nas palavras da Ir. Lúcia, “Dr. Sebastião”. Outras irmãs trabalharam na Casa: Ir. Joaquina, Ir. Paulina e Ir. Constância. No

²⁰⁷ Ozaide Rabelo Rouseng. Entrevista citada.

²⁰⁸ Eliza Maria Mariot Sartor. Entrevista citada.

²⁰⁹ Ir. Lúcia Bonetti. Entrevista citada.

²¹⁰ Nesta época o General Osvaldo Pinto da Veiga era o presidente da CEPKAN.

início, a casa atendia em torno de 100 crianças, nos dois períodos, todas filhas de mineiros. Depois de cerca de três anos, a casa passou a funcionar apenas em um período, em função da grande carga de trabalho assumida pelas freiras.

Além do trabalho com as crianças, elas eram responsáveis pela catequese e auxiliavam nas atividades promovidas pelo Pe. Albino Destro²¹¹. Ir. Lídia conta que no primeiro ano de trabalho na Vila Operária Velha havia em torno de 200 crianças que fizeram a Primeira Comunhão. Também cuidavam da limpeza da casa e da Igreja, da horta, do jardim, pois não tinham empregados. Um dos depoimentos da irmã mostra a dura realidade encontrada e enfrentada por elas na “Operária Velha”:

Nós dávamos a catequese, nós cuidávamos da igreja, nós limpávamos. Fazíamos uma porção de trabalhos em nossa casa também, porque não tínhamos empregadas. Acostumamos a cuidar de uma horta, pois nós não tínhamos verduras, não tínhamos nada, era só eucalipto e o eucalipto seca muito a terra e eu e as outras irmãs arrancávamos o mato com as mãos e por isso fazia “bexiga” [d’água nas mãos]. Nós não tínhamos enxada, não tínhamos nada, éramos pobres, pobres mesmo. Aí arrancávamos aquela guanxuma com as mãos porque se a gente cortasse sem a raiz, brotava tudo, então a gente arrancava com as mãos²¹².

Ir. Lídia lembra que, ao sair da casa, em 1964, meninas maiores começaram a ser atendidas com aulas de bordado. Nessa ocasião, ela foi transferida para trabalhar em outra obra da congregação, no Espírito Santo. Em seu lugar veio Ir. Honorina, que havia atuado também na Vila Operária de Santana.

As Beneditinas construíram dois conjuntos de experiências, um na Vila Operária de Santana e outro na Vila Operária Velha, ambas vinculadas a empresas privadas da região. Na primeira atuação, ocorrida entre 1955 e 1962, na vila operária da empresa MINERASIL, elas eram mantidas pelo SESI, ficando evidente a minúcia do trabalho realizado junto às famílias operárias de Santana. Já na Vila Operária Velha, de propriedade da CBCA, o trabalho ficou mais concentrado na Casa da Criança Osvaldo Pinto da Veiga, ou seja, no atendimento às crianças, além dos trabalhos de catequese e de auxílio ao padre, na Igreja.

Em Santana, mesmo sendo um período muito curto o de permanência das freiras, pois ao todos foram aproximadamente sete anos, percebe-se o quanto o trabalho das religiosas ocupou um lugar de destaque na vida das famílias. O depoimento de D. Elisa, que lamenta o fato de não terem se mobilizado para que as freiras não fossem embora, expressa certa

²¹¹ “Filho de Nova Veneza, formado na Universidade Gregoriana, em Roma, em teologia. Muito afeito ao tabaco e à sesta. Pouca paixão pelos confessorários e pouca ternura pelo beatério. Desistiu do sacerdócio e continuou um grande cristão”(BIFF, 1997, p. 272).

²¹² Ir. Lídia Bonetti (Congregação das Irmãs Beneditinas da Divina Providência). Entrevista citada.

gratidão e reconhecimento pelo trabalho das religiosas. Embora esse lamento possa estar acompanhado da idéia de que a permanência das freiras garantiria de alguma forma o progresso do lugar, tão “próspero” nos anos em que a MINERASIL ali explorou as minas de carvão.

3.3.4. “Renovar tudo em Cristo”: Pequenas Irmãs Missionárias da Caridade

Um ano depois da chegada das Irmãs Beneditinas da Divina Providência na Vila Operária de Santana, ou seja, em 1956, as Pequenas Irmãs Missionárias da Caridade chegaram às vilas operárias da cidade de Siderópolis. Contaram com o trabalho das religiosas a Vila Rica e a Vila C, de propriedade da Carbonífera Treviso, e a Vila Operária Fiorita, da Companhia Siderúrgica Nacional - CSN. Elas vieram a convite do Pe. Pedro Pellanda²¹³.

De acordo com o Histórico do Instituto Nossa Senhora de Lourdes, em 1955 a Rvma. Irmã Maria Bernadina, Madre Provincial da congregação, foi procurada, na sede da Província, na cidade de Paraíba do Sul (RJ), pelo referido padre, para ajudá-lo no serviço apostólico e prestar serviços domésticos no Seminário Filho da Divina Providência. No ano seguinte, a Madre Provincial e as irmãs Maria Valéria, Maria de Fátima e Maria de Lourdes vieram para Criciúma e se hospedaram por um mês na Casa da Criança das Irmãs Beneditinas da Divina Providência, até que a residência em Siderópolis estivesse pronta. (Histórico do Instituto Nossa Senhora de Lourdes, 19--., p. 1)

No dia 2 de setembro de 1956, as religiosas foram homenageadas na chegada, na praça central de Nova Beluno, por um grande número de pessoas. Passaram a morar numa modesta casa atrás da Igreja Matriz, que se tornou sede do então fundado Instituto Nossa Senhora de Lourdes. Atuaram no instituto e nas vilas operárias as irmãs Maria Valéria, Maria Daniela, Maria Petronilla, Maria Clara, Maria Tarcísia, Maria de Lourdes, Maria de Fátima, Maria Auxiliadora, Maria Albertina e Maria das Neves, entre outras.

No início, dedicaram-se às atividades de limpeza, rouparia e cozinha no seminário e também na limpeza da paróquia, além da catequese. No entanto, com o intuito de buscarem melhores condições para a própria manutenção, realizaram um trabalho junto aos operários da Carbonífera Treviso e da Companhia Siderúrgica Nacional.

²¹³ O Pe. Pedro Pellanda pertencia à Congregação de Dom Orione e assumiu Siderópolis no momento em que havia se tornado paróquia, pois até então era capela da paróquia de Urussanga (BIFF, 1997, p. 229).

Procuraram o escritório da Carbonífera Treviso, empresa com a qual firmaram convênio, a partir de 1º de outubro de 1956, com o objetivo de prestarem serviço no atendimento às crianças de três a seis anos, filhos e filhas de operários, num Jardim de Infância, além de prestarem assistência às famílias (HISTÓRICO do Instituto Nossa Senhora de Lourdes, 19--.).

É interessante observar que as Pequenas Irmãs Missionárias da Caridade vieram para Siderópolis na condição de auxiliares do Pe. Pedro Pellanda nos trabalhos catequéticos e também no seminário do ramo masculino da congregação, fundada por Dom Orione, na Itália. Isso sugere pensar sobre o lugar das mulheres e dos homens na Igreja, especialmente o lugar subalterno das religiosas²¹⁴.

O Jardim de Infância Nossa Sra. de Lourdes foi instalado numa pequena sala de madeira, preparada pela carbonífera para atender inicialmente 15 crianças, sob a supervisão de Ir. Maria Valéria, primeira coordenadora do Instituto Nossa Sra. de Lourdes, entre os anos de 1956 a 1958.

Uma das religiosas que atuou diretamente junto às famílias operárias da Carbonífera Treviso foi Ir. Maria Assunta. Como os trabalhadores da empresa, dependendo da função que ocupavam, moravam em vilas diferentes - na Vila Rica moravam os que ocupavam cargos mais altos e na Vila C os operários da produção -, Ir. Maria Assunta se dedicava mais às famílias da Vila C. Ela era uma espécie de enfermeira social, realizava visitas domiciliares e ministrava cursos de enfermagem caseira, além de ensinar as mães sobre as doenças infantis, como por exemplo fazer medição de temperatura, aplicação de injeções, entre outros aspectos. Também “procurava ajudar nos problemas familiares, nos óbitos e outros, dando conforto e assistência”²¹⁵. Além dos cursos de enfermagem caseira, uma outra opção para as mulheres eram os cursos de corte e costura. Nos locais onde não era possível ir de carro, Ir. Maria Assunta locomovia-se a cavalo.

A evangelização não se resumia à catequese às crianças da vila operária, estendendo-se aos adultos, principalmente aos casais cuja união não era reconhecida pela Igreja e que, conseqüentemente, não eram autorizados a batizar seus filhos. Sobre estes casos, diz Ir. Maria Assunta: “nós trabalhávamos para que cumprissem o dever de cristãos”²¹⁶. Ir.

²¹⁴ O filme intitulado “Empregada de Padre”, produzido por militantes feministas canadenses, citado por Miriam Pillar Grossi (1990, p. 54), apresenta “o trabalho das freiras que auxiliam nas paróquias, mostrando o quanto são exploradas enquanto mulheres”.

²¹⁵ Carta escrita pela Ir. Maria Assunta e recebida em fevereiro de 2006

²¹⁶ Carta escrita pela Ir. Maria Assunta já citada

Maria Assunta também realizava um trabalho de evangelização junto às esposas dos operários, e para cumprir essa finalidade fundou o Coral Nossa Senhora das Graças, além de presidir a Pia União Filhas de Maria.



Figura 35: Primeira Eucaristia na Igreja Matriz de Siderópolis (década de 1960)
Fonte: Álbum de fotografias das Pequenas Irmãs Missionárias da Caridade

Todo trabalho que era realizado junto às famílias era registrado em relatórios, entregues à empresa Carbonífera Treviso, mais precisamente ao senhor Gastão, então Chefe de Departamento de Pessoal, que acompanhava o andamento das atividades. Junto a ele as religiosas buscavam resolver as reclamações ou reivindicações dos operários, visando atender certos problemas que elas não tinham como solucionar.

Consta, ainda, no Histórico, que após alguns dias do início dos trabalhos com as crianças e famílias dos operários da Carbonífera Treviso, a congregação foi procurada pela CSN, para que oferecesse o mesmo atendimento a seus operários. Foi criado um novo estabelecimento para atender os filhos e filhas dos operários, que passou a se chamar Jardim de Infância Nossa Senhora Aparecida, desta vez na Vila Residencial, onde residiam os empregados do alto escalão da estatal, tendo na direção as irmãs Maria de Lourdes e Maria de Fátima. Após um ano de experiência, em 1958 o estabelecimento registrou o seu primeiro estatuto social. Funcionou até início dos anos de 1960 na Vila Residencial, depois foi transferido para uma sede própria na Vila Operária de Rio Fiorita, também da CSN.

Entre a CSN e as Pequenas Missionárias da Caridade foi estabelecido um contrato particular para prestação de serviços de assistência religiosa e social e Jardim de Infância que

entrou em vigor a partir do dia 1º/10/1956. Quem intermediou o acordo entre as partes foi o Pe. Pedro Pellanda, referendado por Dom Anselmo Pietrulla, então Bispo da Diocese de Tubarão. No contrato rezava que a congregação deveria colocar duas religiosas à disposição para realização dos trabalhos, cabendo à CSN fornecer às irmãs moradia, luz, alimentação, transporte, assistência médica, além de pagar “mensalmente à Superiora das Pequenas Irmãs Missionárias da Caridade a importância de Cr\$ 1.500,00, como ordenado de cada uma das irmãs” (COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL, 1957, p. 1).

Chama-nos a atenção o fato do Pe. Pedro Pellanda ter sido nomeado por Dom Anselmo Pietrulla para realizar as negociações sobre o convênio com a CSN e não a Superiora do Instituto Coração de Jesus. Mesmo entendendo que existia uma aproximação do padre com a CSN, em Siderópolis, por ser ele o vigário local, o que facilitaria as negociações, a ausência de uma freira remete à discussão acerca do lugar ocupado pelas mulheres na Igreja Católica. Assim como nas outras instituições e espaços sociais, a divisão sexual do trabalho, como consequência de um “construído socialmente”²¹⁷, constitui-se numa das perspectivas para entendermos o tratamento dado às religiosas e aos religiosos em suas práticas.

A Igreja Católica pode ser considerada como uma das instituições onde há o maior exclusivismo masculino, mas esta mesma discriminação não é um privilégio desta instituição, apesar de desempenhar um papel preponderante na construção das diferenças dos papéis masculino e feminino. A idéia de que a mulher religiosa, como as demais mulheres, é considerada frágil, incapaz e submetida a uma condição de subordinação, relaciona-se ao processo construído historicamente cultural e socialmente, que implica analisá-lo sob o conceito de gênero²¹⁸.

Sobre o convênio, a ex-freira Helena Patel Magagnin, que atuou no Jardim de Infância anos mais tarde, informa que elas não recebiam o dinheiro diretamente, uma vez que os valores eram repassados diretamente à congregação, neste caso o Instituto Nossa Senhora de Lourdes. Ainda acrescentou: “a gente não era empregada, mas quase era negociada”²¹⁹.

O não recebimento do salário era uma forma de manter as religiosas dependentes diante da congregação e da Madre Superiora. Tal prática ocorre também nos conventos, uma vez que as religiosas “recebem apenas uma pequena quantia para a compra de objetos de uso

²¹⁷ A expressão “construído socialmente” foi utilizada por Danièle Kergoat ao tratar da divisão do trabalho entre os sexos (KERGOAT, 1986, p. 1).

²¹⁸ Para Stolcke (1991, p. 103), o conceito de gênero, categoria de análise introduzida pelos estudos feministas nos anos 80, no mesmo momento que transcende ao reducionismo biológico quando desafia a afirmação tida como verdadeira de que a “biologia é o destino”, também interpreta as relações entre homens e mulheres como formulações sociais, culturais e psicológicas impostas às identidades sexuais.

²¹⁹ Helena Patel Magagnin. Entrevista concedida a Giani Rabelo, em 10/08/2005, em Criciúma

pessoal (sabonete, pasta de dentes, shampoo, absorventes, etc) e a congregação se encarrega de todos os outros gastos” (GROSSI, 1990, p. 54).

Inicialmente as duas irmãs, Maria de Lourdes e Maria de Fátima, moravam nas instalações onde funcionava o próprio Jardim de Infância, na Vila Residencial, constituindo-se ali uma comunidade, tendo inclusive uma pequena capela nas instalações. Entretanto, por determinação superior, elas tiveram que transferir residência para o Instituto Nossa Sra. de Lourdes, situado no centro da cidade de Siderópolis. A medida foi resultante da aprovação de uma determinação que estabelecia que uma comunidade deveria ser composta por pelo menos quatro freiras. Sobre isso, Ir. Maria Petronilla manifestou-se em documento enviado ao senhor Firmino, funcionário da CSN, em fevereiro de 1958.

Por conta da determinação, as freiras passaram a morar no Instituto Nossa Sra. de Lourdes, tornando-se desnecessários os custos com luz e jantar previstos no contrato. Em troca disso, Ir. Maria Petronilla solicitou um aumento no valor pago às irmãs de mais Cr\$ 1.000,00 mensais, bem como a quantia necessária para pagar o ônibus necessário todas as tardes. (COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL, 1958)

O que chama a atenção sobre as Pequenas Irmãs Missionárias da Caridade é o fato delas não serem tão presentes nas lembranças dos antigos operários da CSN que foram entrevistados. Nas outras vilas operárias, as religiosas, independente da congregação, são sistematicamente evocadas nas lembranças dos sujeitos desta pesquisa, ou seja, são personagens inseparáveis da história da vila operária e das pessoas que ali moravam e ainda moram. O mesmo não se repete em relação a Siderópolis, pelo menos na Vila Operária Fiorita, talvez nas vilas operárias da Carbonífera Treviso isso tenha sido diferente, principalmente na Vila Operária C.

As lembranças remetem quase de forma restrita ao trabalho realizado no Jardim de Infância. Nas palavras do senhor João Rossa, funcionário aposentado da CSN de Siderópolis, “elas só se dedicavam ali [Jardim de Infância], porque a CSN já tinha assistência social”²²⁰. Podemos inferir que a relação tênue que as famílias estabeleceram com as freiras esteja associada à presença marcante das políticas de assistência social oferecidas às famílias dos operários da estatal.

Na área social, em Siderópolis, a CSN contava com a DSS/SC – 1, ou seja, com a Divisão de Serviço Social de Santa Catarina/Siderópolis, vinculada ao DSS/SC - Departamento de Serviço Social de Santa Catarina, que funcionava em Tubarão nas

²²⁰ João Rossa. Entrevista citada.

instalações da CSN. O chefe da DSS/SC – 1 era o Assistente Social Luiz José Guidacci, que atuava em conjunto com a Assistente Social Vilma Vieira Pinto, que também chefiou o departamento.

Por meio deste setor eram intermediadas as negociações para obtenção de algumas melhorias para as famílias, como por exemplo a ampliação ou troca das casas quando as famílias aumentavam.

A DSS/SC - 1 também era responsável pelo abastecimento da cooperativa de gêneros alimentícios e de primeiras necessidades, que eram entregues nas casas dos operários. O senhor João Rossa conta que “a gente só mandava a notinha do que precisava e o caminhão vinha trazer. O caminhão do pão e da carne passava todos os dias na porta de casa”²²¹. Um dos registros que consta no Relatório das Atividades do DPS-SC, relativo ao ano de 1966, ratifica esta afirmação. A carne era fornecida diretamente pela CSN através de açougue próprio, sendo que o produto era adquirido de “terceiros e retalhado para venda ao preço de compra, correndo pela CSN os encargos de pessoal, material de consumo, despesas diversas – inclusive distribuição a domicílio aos empregados residentes em Rio Fiorita e Siderópolis – Sede” (RELATÓRIO do DPS-SC/CSN, 1966, p. 12-13).

O senhor João Rossa ainda comenta que “os empregados da CSN eram considerados uns doutores, era o tempo das vacas gordas”. O senhor Dequinha, ao se referir com saudade àquele tempo em que as condições de vida eram bem melhores que no presente, ilustra dizendo:

[...] a companhia dava parteira, dava o médico, dava o remédio, dava o hospital. A gente chegava no Hospital São José e ao saberem que a gente era funcionário da CSN, eles vinham atender correndo. Se não tivesse um quarto de primeira ou um apartamento eles eram capazes de tirar alguém para colocar o empregado da companhia, porque a empresa pagava tudo. Aquilo ali era sagrado, a gente não tinha despesa com nada²²².

Pelo departamento também eram realizadas visitas domiciliares. A Assistente Social estimulava as famílias a terem mais filhos. O senhor Dequinha²²³ relata que os operários casados que não tinham filhos ou tinham poucos eram chamados a dar explicações. Diferentemente de outras vilas, a mortalidade infantil não era algo que preocupava, uma vez que existiam vários atendimentos prestados pela empresa, que iam desde os exames de pré-

²²¹ João Rossa. Entrevista citada.

²²² Manoel Ângelo Domingos (Dequinha). Entrevista citada.

²²³ Manoel Ângelo Domingos (Dequinha). Entrevista citada.

natal, acompanhamento da gestação, realização dos partos pelos médicos e parteiras, até o cuidado no Jardim de Infância.



Figura 36: Dr. Girão com a parteira e enfermeiros em frente ao Ambulatório da CSN
Fonte: Arquivo particular de Emília de Bragança Gyrão

Nas palavras do senhor João Rossa, em Siderópolis “nascia filho a dar com um pau”²²⁴ (expressão utilizada por ele para dizer que nasciam muitas crianças). Ele acrescenta que na Vila Operária de Fiorita não havia problema de mortalidade infantil, porque as crianças eram muito bem tratadas pela empresa, inclusive com a distribuição de leite para o mingau. Na época, eram distribuídas latas de “Leite Ninho”, mas no final de cada mês as mães das crianças tinham que levar seus filhos ao ambulatório médico para pesar. Para garantir o bom desenvolvimento das crianças o DSS-SC-1 costumava promover o “Concurso de Robustez”. Uma das filhas do senhor João Rossa, Rosimeri, obteve o primeiro lugar num dos concursos.

²²⁴ João Rossa. Entrevista citada.



Figura 37: Entrega de certificado em um dos Concursos de Robustez no Recreio do Trabalhador
Fonte: Arquivo particular de pessoal de Emília de Bragança Gyrão

Estes concursos remontam aos anos de 1902, quando o Dr. Mocarvo Filho, fundador do Instituto de Proteção e Assistência à Infância, no Rio de Janeiro, instituiu concursos “premiando as mães pobres que alimentassem naturalmente seus nenês até o sexto mês” (RAGO, 1997, p. 79). Todavia, ao contrário do que se fazia na capital do país, em Siderópolis as mães eram incentivadas a alimentarem seus filhos com leite artificial. No entanto, não se tratava de uma política específica para os filhos recém-nascidos dos operários deste setor ou do Lavador de Capivari. No “Regulamento de Assistência à Saúde”, datado de fevereiro de 1970, no item Assistência à Maternidade e à Infância, consta que a empresa deveria proporcionar “[...] aos dependentes dos empregados – providos em cargos de nível salarial igual ou inferior a 10 (dez) – a distribuição gratuita de leite, necessário e compatível com os ditames da boa técnica médica e aos princípios básicos da assistência e proteção à maternidade e à infância [...]” (CSN, 1970, p. 41).

Nos festejos de final de ano a CSN costumava presentear os filhos dos operários. A este respeito o senhor Dequinha²²⁵ comenta que “quando chegava no fim de ano, no Natal, quem tinha bastante filho, como nós tínhamos, subia com um saco e enchia o saco de presentes. Para as meninas era um tipo de presente e para os meninos era outro, então eles colocavam tudo junto e a gente vinha com o saco cheio embora”. A CSN também mantinha um convênio com a fábrica de brinquedos “ESTRELA” e os operários, através de um mostruário, escolhiam os itens que desejavam adquirir, a serem descontados em folha de pagamento, posteriormente.

A Divisão de Serviço Social – DSS/SC - 1 também era responsável pela programação do Cine Recreio do Trabalhador. Vários filmes eram exibidos, a maioria filmes

²²⁵ Manoel Ângelo Domingos (Dequinha). Entrevista citada.

norte-americanos²²⁶. Os filmes eram dirigidos a diversas faixas etárias, no entanto, nem sempre os pais ficavam atentos para que seus filhos apenas participassem das sessões de matinê ou das sessões noturnas com censura livre, como está registrado na correspondência enviada aos operários intitulada “COLABORE EM BENEFÍCIO DE SEU FILHO”, que alertava:

Colabore em benefício de seu filho, VOCÊ estará sendo o seu melhor amigo e estará, também, ajudando a C.S.N., e às autoridades competentes a protegê-lo e a assisti-lo devidamente em todas as diversões públicas. VOCÊ sabe que existe uma Legislação de Assistência e Proteção aos menores no que se refere a presença dos mesmos nessas diversões. Zelosa em se manter atenta a essa Legislação em benefício de seu filho, a CSN conta com VOCÊ na observância das recomendações que se seguem:

- 1) Não deixe seu filho, se ele tem menos de 14 anos, assistir, sozinho, as sessões cinematográficas noturnas. Faça-o acompanhar sempre de VOCÊ ou de uma pessoa de responsabilidade;
- 2) Evite levar seu filho, se ele tem menos de 5 anos, as sessões cinematográficas, quer sejam diurnas ou noturnas;
- 3) Seja VOCÊ o primeiro a colaborar em benefício do seu filho, não permitindo que ele – se for menor – assista aos filmes considerados como impróprios para menores;
- 4) Não permita que seu filho, se for menor, se faça comparecer desacompanhado aos bailes públicos. Acompanhe-o sempre ou faça-o acompanhar de uma pessoa de responsabilidade²²⁷.

Se nas outras vilas operária eram as freiras as responsáveis pela oferta de cursos populares do SESI, na Vila Operária de Fiorita não ocorria o mesmo. As professoras eram esposas de operários indicadas para serem contratadas pelo SESI. Assim como as religiosas, a Assistente Social utilizava-se dos cursos para realizar um trabalho educativo junto à comunidade, ou seja, o curso era uma estratégia para que ela se aproximasse mais das famílias.

Numa correspondência enviada ao Dr. Renato Ramos da Silva, Superintendente do Departamento Regional do SESI de Santa Catarina, no dia 17 de julho de 1956, a Assistente Social Vilma Vieira Pinto comunicou que a CSN estava disposta a ceder um local para o funcionamento do curso de corte e costura, com o objetivo de atender aproximadamente 60 moças e senhoras, sob sua supervisão. A este respeito ela escreve: “A CSN está disposta a ceder um local para as aulas e através de sua Assistente Social

²²⁶ De 17 de março de 1957 a 16 de setembro de 1962 foram exibidos em torno de 120 títulos de filmes, ou seja, 60 títulos por ano, o que leva a concluir que a cada semana era exibido um novo filme, demonstrando a regularidade de funcionamento do Cine Recreio do Trabalhador (Relatório do DSS/SC 1, 16/09/1962).

²²⁷ Correspondência encaminhada aos operários da CSN/Siderópolis, no dia 21 de agosto de 1958, pelo Assistente Social Luiz José Guidacci – Chefe da DSS/SC – 1 e pelo senhor Miguel Lourenço de Almeida – Chefe do DSS/SC.

supervisionar o trabalho e aproveitar do local e grupos formados para um trabalho educativo de comunidade não prejudicando, é claro, o objetivo do curso”²²⁸.

O uso dessa estratégia é confirmada, quando a Assistente Social Vilma escreve novamente do Departamento Regional do SESI, quatro meses depois, pedindo a visita da Orientadora Técnica para que o curso fosse viabilizado. O pedido foi endereçado à Assistente Social do SESI, Zuleika Albrecht, que já havia se manifestado positivamente em documento datado de 25 de julho de 1956. Na correspondência, a Assistente Social Vilma assim se manifesta: “estamos já há 8 meses, em Siderópolis e gostaríamos de iniciar o quanto antes esse curso que nos daria oportunidade de fazer um grupo com as mães, o que se torna bem necessário”²²⁹.

O fato das freiras estarem vinculadas a DSS/SC-1, implicava o acompanhamento desta em relação às atividades realizadas por elas no Jardim de Infância. Na mesma correspondência enviada à Assistente Social do SESI, ela aproveita para solicitar que lhe fossem enviados exemplares da Revista “O Sesinho”, a serem distribuídos às crianças que, na ocasião, segundo ela, eram em torno de 180, entre cinco a sete anos de idade. Como argumento para que seu pedido fosse atendido ela escreve: “Siderópolis é um povoado pobre de atrações e recursos, é sempre interessante distrair os escolares com uma boa leitura”²³⁰.

A partir dos três anos os filhos e filhas dos operários passavam a freqüentar o Jardim de Infância Nossa Sra. Aparecida, transportados diariamente com o ônibus da própria empresa. Um grupo era levado e trazido de volta no período matutino e o mesmo acontecia com o outro grupo de crianças que freqüentava o jardim à tarde. Essa rotina foi mantida até o início dos anos de 1960, quando o Jardim de Infância começou a funcionar na Vila Operária de Fiorita, em instalações mais adequadas, construídas especificamente para esta finalidade.

As características arquitetônicas das novas instalações eram as mesmas do imóvel construído para este mesmo fim em Capivari. Mas não era só na estrutura arquitetônica que havia semelhança, isso ocorria também em alguns aspectos pedagógicos, como por exemplo no emprego dos testes de inteligência, como registrado no relatório do mês de dezembro de 1966, assinado pela Ir. Maria Albertina. Segundo ela, “foram feitos alguns testes de inteligência por meio do quais muitas crianças demonstraram o nível de desenvolvimento”

²²⁸ Correspondência enviada pela Assistente Social Vilma Vieira Pinto ao Dr. Renato Ramos da Silva, no dia 17 de julho de 1956. Superintendência do SESI. Florianópolis.

²²⁹ Correspondência enviada pela Assistente Social Vilma Vieira Pinto à Assistente Social do Departamento Regional do SESI de Santa Catarina, Zuleika Albrecht, no dia 1º de novembro de 1956.

²³⁰ Correspondência enviada pela Assistente Social Vilma Vieira Pinto à Assistente Social da Superintendência do SESI – Florianópolis, Zuleika Albrecht, no dia 1º de novembro de 1956.

(RELATÓRIO do Jardim de Infância Nossa Sra. Aparecida, 1966, p.5). Na última parte deste trabalho, no item referente ao Jardim de Infância Cristo-Rei, de Capivari de Baixo, esta prática pedagógica será discutida. O mesmo ocorria em relação à apresentação das crianças em dias festivos no Recreio do Trabalhador, como acontecia em Capivari.



Figura 38: Comemoração numa das salas do Jardim de Infância Nossa Senhora Aparecida
Fonte: Álbum de fotografias das Pequenas Missionárias da Caridade



Figura 39: Apresentações artísticas das crianças do Jardim de Infância Nossa Senhora Aparecida no Recreio do Trabalhador de Siderópolis
Fonte: Álbum de fotografias das Pequenas Missionárias da Caridade

Em meados dos anos 70, a ex-freira Helena Patel Magagnin atuou no Jardim de Infância Nossa Sr^a. Aparecida durante aproximadamente oito meses. Ela lembra que havia um trabalho também com as famílias das crianças por intermédio das mães. Eram realizadas reuniões mensais com as mães para que ela pudesse orienta-las sobre a educação dos filhos. Antes de dar qualquer tipo de orientação ela as ouvia para depois fazer seus comentários e conselhos. Algumas mães não iam às reuniões porque seus maridos não permitiam, pois, segundo ela, tinha “marido que bebia muito e tinha mãe que nem podia ir na reunião, pois o

marido não deixava, aí então eu tinha que ir lá na casa dela na hora que o marido não estava”²³¹. A Ir. Maria de Lourdes a ajudava, principalmente nas visitas em que havia necessidade de um acompanhamento mais direto e sistemático.

O Jardim, nos anos 70, tinha aproximadamente 70 crianças, distribuídas entre manhã e tarde. No trabalho com as crianças ela contava com o auxílio de uma Aspirante. As crianças traziam seus próprios cadernos e no Jardim de Infância havia alguns livros de literatura infantil, não muitos. A fim de se aperfeiçoar, ela costumava participar dos cursos promovidos para as jardineiras, nos quais ela se reunia com outras religiosas. Eram feitas discussões de caráter pedagógico e também produção de materiais para o trabalho com as crianças. Quando não havia material suficiente, as mães contribuíam com recursos para a compra.

Em relação aos livros infantis, um pedido datado de julho de 1963 demonstra o quanto as freiras davam importância para esse tipo de material. Naquela ocasião, elas solicitaram à CSN a compra de 85 títulos diferentes²³², para atender as faixas etárias de três, quatro, cinco e seis anos, todos da Edição Melhoramentos²³³.

Ao considerarmos as idades que serviram de referência para o pedido da compra de livros infantis, podemos concluir que estas eram as faixas etárias atendidas no Jardim de Infância em 1963, distintas daquelas apontadas na correspondência enviada pela Assistente Social Vilma Vieira Pinto à Assistente Social do Departamento Regional do SESI de Santa Catarina, em 1956, quando ela solicitou o envio de exemplares da Revista “O Sesinho” para

²³¹ Helena Patel Magagnin. Entrevista citada

²³² Correspondência enviada pelas religiosas à CSN, solicitando a compra de livros infantis para o Jardim de Infância, datado de 26 de julho de 1963.

²³³ **Para crianças de 3 anos:** Ursinho Tedi, Elefante Elmar, O Sonho de Rancho, Os Três Pimpolhos, Como Vai Jaci, Na Ilha dos Brinquedos de Pano, Jaci passeia de barco, Os sapatos de Pedrinho, O automovelzinho de Pitoco, O trenzinho, Tetéia a patinha esquecida, O menino corajoso, A Girafa feliz, História muda de dois Peixes, Nossos amigos da fazenda, Jaci vai a fazenda, Os irmãos gêmeos, Mimoso o carneirinho preto, O burrinho verde, Os dois viadinhos, Os dois ursinhos, Os dois cangurus, A balsa da dona Catarina, Joca, A horta do Juquinha, O pintarasco fazedor de laços, e No circo. **Para crianças de 4 anos:** Os dois irmãos, Zé Carioca, Joca burrinho voador, Pintinho conta até 10, Papagaio real, Álbum de surpresas, Aventuras de um ursinho, Bichinhos travessos, A cidade das crianças, Oscar e seu cãozinho, Crianças em férias, Aves brasileiras. **Para crianças de 5 anos:** O coelho e a onça, A rainha das borboletas, A raposa e a onça, Branquinho e o chocolate, O novo bebê, Violeta a rosa lustrada, Peter Pan e os três irmãos. **Para crianças de 6 anos:** O patinho feio, Janjão o que era cachorro, História maravilhosa da arca de Noé, Peter Pan e os piratas, Peter Pan e os índios, A bela adormecida, Cantos divertidos, O sapo e o ouriço, A pata da onça, O sapo e a anta, Rito: o carneiro sujo, Não provoque o leão, A oncinha ambiciosa, O sapo bonifácio, Os três gatinhos órfãos, Papa moscas, Bonequinha preta, A história do trem de ferro, Que animal é este?, Os alimentos e sua história, As habitações e sua história, Os transportes e sua história, As vestimentas e sua história, A história do ferro e do aço, A cidade das abelhas, Nossos amigos de outras terras, Como viviam os primeiros homens, A história do ouro, A história do ferro, O gato de botas, Um coração de crianças, A gata borralheira, Meus livrinhos, Aqui estão eles, O coelhinho de asas vermelhas, Teo e Tico e os animais, O melhor brinquedo.

crianças que tinham entre cinco e sete anos, levando a entender que houve uma redefinição nas faixas etárias atendidas pelo estabelecimento.

Além das atividades rotineiras, a ex-freira Helena ensinava muitos cantos às crianças, alguns de cunho religioso e também cívico, como o hino nacional. Sobre esses momentos ela comenta que as crianças “cantavam e eu só sei dizer que era uma alegria, a gente não via o tempo passar, era uma coisa assim linda”²³⁴. Ressalta que já não havia mais aquela abundância de presentes distribuídos no final de ano pela empresa. Isso é compreensível se considerarmos que nesse período, pós 1968, a CSN já havia desencadeado uma reestruturação dos seus setores em Santa Catarina, transformando a Carbonífera Próspera em uma de suas subsidiárias, que incorporou a unidade de Siderópolis. Nesse momento os operários da empresa já não contavam mais com muitos benefícios sociais, além disso, o convênio já estava muito próximo de ser interrompido, fato que se deu em 1977, segundo o histórico da congregação das Pequenas Irmãs Missionárias da Caridade.

No Relatório de Atividades do Instituto Nossa Senhora de Lourdes, do ano 2000, está registrado que no convênio firmado entre as Pequenas Irmãs Missionárias da Caridade e a CSN, além do atendimento às crianças no Jardim de Infância, elas se comprometiam em prestar serviços de assistência religiosa, social e sanitária às famílias dos operários. No mesmo convênio, a CSN se comprometeu a fornecer moradia, luz, alimentação, transporte, assistência médica e salário às Irmãs. Um novo convênio foi firmado em 1968, com a Carbonífera Próspera S.A.²³⁵, onde a congregação passaria a ter os mesmos direitos e deveres (RELATÓRIO de Atividades do Ano 2000. Congregação das Pequenas Irmãs Missionárias da Caridade).

Antes da renovação deste convênio, em 04 de outubro de 1968, uma das freiras, a Ir. Tarcísia Cardoso, ficou responsável pelo desenvolvimento do trabalho de puericultura junto às crianças das famílias residentes na Vila Operária de Fiorita e do centro da cidade, em parceria com as Pequenas Irmãs da Divina Providência, nessa época coordenadoras do trabalho de Assistência Social da Sociedade de Assistência aos Trabalhadores do Carvão - SATC.

²³⁴ Helena Patel Magagnin. Entrevista citada

²³⁵ Ao final da década de 1960, há uma reestruturação administrativa da CSN em Santa Catarina e as suas unidades deixam de ter o controle direto da estatal, passando a serem incorporadas pela Carbonífera Próspera S.A., subsidiária da CSN. (MORAES, GOULARTI FILHO, 2005, p. 6)



Figura 40: Bebê sendo vacinado pela freira no Serviço de Puericultura
Fonte: Arquivo da SATC

Em 1977, o convênio com a CSN foi encerrado e a congregação justifica este rompimento devido ao fato de já contarem com poucas religiosas. (HISTÓRICO da Congregação das Pequenas Missionárias da Caridade, 1979).

Apesar de no convênio entre a Pequenas Irmãs Missionárias da Caridade e a CSN ficar estabelecido que as religiosas deveriam prestar serviços de assistência religiosa, social e sanitária às famílias dos operários, as religiosas tiveram uma atuação mais voltada para o Jardim de Infância e a assistência religiosa às famílias, como o que ocorreu com as freiras do Instituto Coração de Jesus, que atuaram na Vila Operária da CSN em Capivari de Baixo. Em Siderópolis, a estatal contava com um grande aparato assistencial, o que fez do trabalho das missionárias um complemento e não algo central para as famílias dos trabalhadores. As memórias daqueles que vivenciaram o trabalho das religiosas trazem poucas lembranças sobre as religiosas, o que por si só não o desmerece, mas mostra o lugar que ocuparam no imaginário das famílias da Vila Operária de Fiorita.

.3.5. "Compaixão pela Messe": Filhas do Divino Zelo

Três anos depois da instalação das Pequenas Irmãs Missionárias da Caridade nas vilas operárias de Siderópolis, em 1959, as Filhas do Divino Zelo começaram a trabalhar na Vila Operária da Mineração, localizada no Distrito de Içara, a partir da chegada, em 22 de maio.

Nesta vila operária fundaram a Casa Assistencial da Mineração e, em 1962, inauguraram, no centro da cidade de Içara, a primeira escola particular, o Colégio Cristo-

Rei²³⁶. Na época da chegada da congregação, o Pe. Bernardo Junkes havia tomado posse como vigário da paróquia de Içara²³⁷.

Nos registros do Diário da Casa Assistencial da Mineração de Içara, ou seja, documento que reúne um conjunto de apontamentos sobre a “Historia della Casa” (1959-1968)²³⁸ consta que as Filhas do Divino Zelo vieram diretamente da Itália, convidadas pelos padres Rogacionistas de Criciúma. A abertura da casa em Içara²³⁹ tinha como finalidade expandir o número de vocações. Para essa missão foram enviadas as irmãs Maria Benevenuta, Maria Elena e Maria Donatina. Elas chegam a Criciúma na companhia de Madre Palmira, no dia 16 de abril de 1959.

Antes de instalarem-se na Casa Assistencial, permaneceram hospedadas, por alguns dias no Bairro da Juventude, instituição administrada na época pelos padres Rogacionistas, em Criciúma. No dia 11 de maio do mesmo mês, se dirigiram a Florianópolis, onde fizeram um estágio de uma semana oferecido pela Diocese, a fim de obterem formação para o encargo de assistência social. Na capital, foram hospedadas no Colégio das Irmãzinhas da Imaculada Conceição.

Ao retornarem a Criciúma, receberam a notícia de que os mineiros estavam em greve. Segundo os registros, o fato impediu as irmãs de dirigirem-se para a Casa Assistencial na data planejada. Ao consultar o artigo escrito por Alcides Goularti Filho e Ângela Maria Antunes do Livramento, intitulado “Movimento operário mineiro em Santa Catarina nos anos de 1950 a 1960”, este tenso episódio é confirmado. Segundo os autores/as:

Entre os dias 2 e 20 de maio, mais uma greve assolou Criciúma. Como encaminhamento tomado na assembléia do dia 26/4/1959, os trabalhadores das minas em Criciúma deveriam permitir apenas o funcionamento de um bombeiro em cada poço. O Sindicato aconselhava os operários novos a ficarem em casa para não serem perseguidos como na última greve. (GOULARTI; LIVRAMENTO, 2004, p. 81)

²³⁶ O colégio existe até os dias de hoje e atende desde a Educação Infantil até o Ensino Médio.

²³⁷ O Pe. Bernardo Junkes tomou posse em 29/01/1958, permanecendo por 34 anos no comando de Içara (BIFF, 1997, p. 123).

²³⁸ A cópia deste documento, todo escrito em italiano, foi cedida pela Ir. Eliete da Congregação das Filhas do Divino Zelo, Diretora do Colégio Cristo-Rei de Içara na ocasião da visita a este estabelecimento, em novembro de 2005. O documento foi traduzido em forma de áudio, pelo Profo. Jorge Darós e transcrito pelo acadêmico Marcos Juvêncio de Moraes do Curso de História/UNESC, totalizando 56 páginas. A cópia traduzida foi entregue a Ir. Eliete, conforme a pesquisadora havia se comprometido.

²³⁹ Nessa época (1959), Içara pertencia ao município de Criciúma.

Por conta dessa situação, a casa só foi inaugurado no dia 22 do mesmo mês e sobre o evento o diário da casa noticia:

[...] às 8 horas desse dia o Revmo. Pe. Paulo nos acompanha de *Jeep* e às 9 horas leva-nos à Mineração. Logo após o meio dia, um grupo de rapazes e de meninas nos recebe e com eles as suas mães, na praça da pequena Igreja de tábuas e são poucos os homens, sendo um dia de trabalho. Depois de clamorosas salvas de palmas entramos na Igreja para assistir a celebração da Santa Missa. Na Igreja fomos colocadas num lugar de honra e ao evangelho um pequeno sermão para a ocasião. Em toda a missa orações e cantos, terminando com três ave-marias pelas irmãs com a jaculatória refúgio dos pecadores rogai por nós. Terminada a Santa Missa, vamos todos juntos até a nova casa, onde o Revmo. Pe. Paulo se apresenta ao povo como rogacionista e entre outras coisas diz: estas irmãs vieram da longínqua Itália, elas deixaram tudo, a pátria, a família, as irmãs e agora todos os seus afetos e as suas preocupações são e serão sempre por vocês, especialmente pelos vossos filhos. Terminadas essas poucas palavras, saudamos a todos e entramos na casa em companhia do Revmo. pároco e do Revmo. Pe. Paulo. (HISTÓRIA della Casa - 1959-1968, p. 4)

A chegada das irmãs em Mineração de Içara configurou-se num evento importante para a pequena e pacata vila. O relato da Ir. Maria Ângela de Andrade²⁴⁰, da Congregação das Filhas do Divino Zelo, que na época era criança, revela o caráter ritualístico dessa chegada.

Quando cursava a 4ª série do Ensino Fundamental [na Escola Maria da Glória e Silva, localizada na Vila Operária da Mineração], a turma recebeu a notícia de que, no mês de maio, algumas irmãs deveriam chegar, para trabalharem com as famílias. Eu tinha apenas dez anos de idade e minha turma foi convidada para receber as irmãs no dia memorável, 22 de maio de 1959. Juntamente com a professora Dona Izabel, seguimos até em frente da capela “Santa Bárbara”, padroeira da Mineração, e lá encontramos um grande número de pessoas que as esperavam. Formamos um grande corredor, da frente da capela até à entrada da casa, onde as irmãs iriam morar. Do lado da casa havia um grande salão onde elas iriam trabalhar com as famílias. Tanto a casa como o salão foram construídos pelo SESI (Serviço Social da Indústria). Lá pelas 11:00h mais ou menos, elas chegaram. Eram três irmãs italianas: Irmã M. Benvenuta Insana, Irmã M. Donatina Ferretti e Irmã M. Elena Gallippi, que após permanecerem alguns meses no Rio de Janeiro, para aprender um pouquinho da Língua Portuguesa, entraram pelo corredor formado de pessoas e com aplausos e pétalas de rosas, foram recebidas com muito carinho; sorrindo e abanando as mãos entraram na casa que as esperava²⁴¹.

As irmãs dessa congregação, as “boas operárias entre os mineiros”, como foram denominadas no documento comemorativo aos 50 anos de presença das Filhas do Divino Zelo na América Latina,

[...] exerciam um trabalho assistencial junto às famílias dos mineiros do bairro, principalmente às mães e recém-nascidos. Era, em germe, o que é a Pastoral da

²⁴⁰ Maria Ângela de Andrade é seu nome religioso, mas o nome de batismo é Elza Andrade. Consta nos registros da Casa Assistencial de Mineração de Içara que Elza ingressou na congregação no dia 22 de dezembro de 1959, sendo a segunda Apostolina, ou seja, a segunda menina autorizada pelos pais a morar na casa, com intuito de ser freira.

²⁴¹ Trecho da carta enviada por meio de mensagem eletrônica pela Ir. Ângela de Andrade, no dia 30 de outubro de 2005, às 16h e 24min.

Criança atualmente. Ministravam cursos de corte-e-costura e bordado, animavam a catequese e as celebrações da Capela de Santa Bárbara (Histórico da Província Latino Americana Nossa Senhora do Rogate, 2000, p. 19-20).

No dia seguinte, após a chegada das religiosas, receberam a visita do senhor João Gabriel Macari, representante da Companhia Carbonífera Barão do Rio Branco - MINERASIL. No mês seguinte, receberam os representantes do SESI. De acordo com os relatos, muitas pessoas da comunidade passaram a visitá-las também, com o propósito de matricularem-se no curso de corte e costura e pedirem informações a respeito de medicamentos, assunto do qual elas tinham pouco domínio, conforme os registros, “matéria in cui noi siamo completamente al breio” (HISTÓRIA della Casa -1959-1968, p. 5).

O diário da casa registra que as Filhas do Divino Zelo tiveram que recorrer às experiências de outra congregação no início das atividades. Há uma passagem informando que no dia 9 de junho de 1959, durante os primeiros dias de trabalho na vila operária, a Madre Benevenuta vai à Vila Operária de Santana, também pertencente à Mineração Geral do Brasil - MINERASIL, conferenciar com Ir. Honorina, que coordenava os trabalhos da Congregação das Irmãs Beneditinas da Divina Providência, como mencionado anteriormente.

Ir. Emanuele²⁴², que também atuou na Vila Operária de Santana, reafirma a existência desses intercâmbios entre as duas congregações. Relata que as três irmãs, que falavam muito pouco em português, hospedaram-se durante uma semana na casa delas para que Ir. Honorina explicasse todo o trabalho que ali realizavam com as famílias operárias. O diálogo era facilitado porque Ir. Honorina também era de origem italiana.

No final do ano seguinte, 1960, essa relação com as beneditinas é mencionada novamente. Dessa vez é Ir. Maria Iara, que chegou em maio na Casa Assistencial de Mineração de Içara para substituir Ir. Maria Helena. Ela vai até Urussanga com o objetivo de acompanhar “as Irmãzinhas de Santana”, modo de se referirem às freiras da Congregação das Irmãs Beneditinas da Divina Providência.

Nas lembranças de Ir. Emanuele²⁴³, antes mesmo da Congregação das Filhas do Divino Zelo instalar-se na Mineração de Içara e começar os trabalhos com as famílias mineiras, as próprias beneditinas mantiveram algum tipo de contato com os moradores da vila. Lembra que o senhor Macari as levava para distribuírem cestas no final de ano e lá ficavam durante todo o dia. Esta parceria manteve-se por algum tempo entre as duas congregações.

²⁴² Ir. Emanuele Entrevista citada.

²⁴³ Ir. Emanuele. Entrevista citada.

Mesmo sendo de congregações e carismas diferentes fica evidente a necessidade que as religiosas tinham de trocar experiências em função das dificuldades que eram inúmeras, uma vez que não havia um preparo anterior para atuarem nas vilas operárias.

As aulas de bordado e corte e costura tiveram início no dia 3 de agosto de 1959, através de um convênio com o SESI. Fragmentos do diário ratificam a existência desse convênio. Em outubro de 1959, receberam a visita do senhor Francisco de Oliveira, vindo de Florianópolis, e no final de novembro contaram com a presença de uma professora que presidiu os exames de corte e costura de 23 jovens. Em março de 1960, a Ir. Benevenuta freqüentou, em Florianópolis, um curso de ornamentação do lar, oferecido pelo SESI.

Essa relação com o SESI implicava a remuneração das irmãs, pois segundo os registros, “no dia 18 de agosto de 1960, vem o senhor Barreto com a secretária e nos dão 500.000 cruzeiros”. No final do mesmo ano, há um novo registro, apontando que elas receberam a visita de um funcionário do SESI que entregou o valor referente à mensalidade do mês de novembro, com aumento, e realizou também o pagamento dos valores atrasados da metade de outubro. Na visão das irmãs, isso soou como uma graça divina, levando-as a fazer o seguinte apontamento no diário: “A esta delicadeza do Menino Jesus, nós ficamos comovidas e fomos à capela para rezar um terço em agradecimento” (HISTÓRIA della Casa, 1959-1968, p. 11).

Mesmo com o atraso no pagamento, as religiosas vêem a chegada do recurso como uma graça divina, por intermédio do Menino Jesus, até pela proximidade da data de seu nascimento, ou seja, o Natal. Esse registro nos leva a entender que elas não se vêem como funcionárias do SESI com direito a um salário em contrapartida a todo o trabalho realizado até ali. A atuação delas na vila operária parece ser concebida como o cumprimento da missão da própria congregação.

A formatura das alunas era um momento de comemoração, configurando-se em grandes eventos. Na formatura de 1960, depois da entrega dos diplomas, as alunas saborearam guloseimas ofertadas pelo SESI, em companhia de seus familiares, representantes da instituição, da MINERASIL, padrinhos da turma e pessoas da comunidade. Na mesma ocasião foi aberta a exposição dos trabalhos de “crochê, trabalhos de malha e corte e costura” (HISTÓRIA della Casa, 1959-1968, p.12).

Em setembro de 1960, as Filhas do Divino Zelo receberam a visita de Ir. Ana e Ir. Honorina, além de uma outra irmã, pertencentes à Congregação das Irmãs Beneditinas da Divina Providência, que vieram presidir os exames de corte e costura das formandas. Entre as alunas, filhas e esposas dos mineiros, estavam uma freira e uma postulante da congregação.

Neste mesmo mês, a Ir. Benevenuta visitou as vilas operárias de Lauro Müller, uma localizada no centro da cidade e outra em Guatá, para assistir aos exames do curso de corte e costura oferecido pelas irmãs do Instituto Coração de Jesus e da mesma forma mantidos pelo SESI. É bem provável que esta interação entre as congregações conveniadas resultava de uma determinação do SESI, com o objetivo de qualificar os cursos mantidos pela instituição.

Além dos cursos, outras atividades são mencionadas. No final de cada ano era comum as religiosas distribuírem alimentos, comprados pela empresa, às famílias dos operários e também balas às crianças. As freiras eram presenteadas com cestas e bolos.

Em maio de 1960, 68 crianças fizeram a Primeira Comunhão na Igreja de Santa Bárbara. No dia 1º de abril de 1961, mais 93 crianças receberam esse sacramento. As anotações do diário sobre o evento da Primeira Comunhão de 1961 sugerem que esta data era motivo de comemoração, já que relatam que “depois da missa as crianças vão à sala da Casa Paroquial e com indescritível alegria comem e bebem. Comem doces com café com leite” (HISTÓRIA della Casa -1959-1968, p. 14).

Desde a chegada das Filhas do Divino Zelo à Mineração de Içara houve toda uma movimentação para a compra de um terreno, a fim de construir uma nova casa e um colégio. Esse fato se concretiza no dia 8 de dezembro de 1962, quando ocorre a inauguração do Colégio Cristo-Rei, situado na sede do município de Içara. Mesmo antes da obra estar finalizada, Ir. Benevenuta tentou buscar apoio financeiro e uma das instituições contatadas foi a CPCAN - Comissão do Plano do Carvão Nacional, que acabou, mais tarde, cedendo alguns recursos²⁴⁴.

A casa construída junto ao Colégio Cristo-Rei passou a ser a nova sede do noviciado e as noviças que até então ficavam em Três Rios, no Rio de Janeiro, foram transferidas para este local.

Concomitante aos trabalhos realizados pelas Filhas do Divino Zelo na Vila Operária da Mineração, o local que abrigava o noviciado e o colégio foi sendo estruturado gradualmente e postos em funcionamento. Dessa forma, as religiosas tiveram que se dividir para atender os dois locais. A partir disso, a Casa Assistencial, que até então era a sede da

²⁴⁴ No final de dezembro de 1965, Madre Palmira, que substituiu a Ir. Benevenuta na função de superiora, já que a mesma havia sido transferida para a Itália, vai a Criciúma para firmar o convênio com a CPCAN, para o recebimento de uma verba de um milhão e meio de cruzeiros para ampliação do colégio. No dia 22 de abril de 1966, o diário registra que “finalmente depois de um ano de expectativa, recebemos dois milhões de cruzeiros provenientes do plano do carvão, destinados uma parte para construção e outra para bolsas para os filhos dos mineiros”. No dia 20 de setembro de 1967, o órgão repassa 5 mil cruzeiros para a compra de uma máquina de escrever, um armário para a secretaria e para o aluguel da sala para o Jardim de Infância (HISTÓRIA della Casa -1959-1968, p.16)

congregação na região sul de Santa Catarina, passou a ser uma espécie de extensão.

Meses depois da inauguração do Colégio Cristo-Rei, no dia 4 de março de 1963, foi criado um Jardim de Infância na Vila Operária da Mineração, ficando Ir. Maria Iara e a juvenista Leonor Ferreira responsáveis pelos trabalhos com as crianças. As professoras eram mantidas pelo SESI e as instalações foram construídas pela Companhia Carbonífera Barão do Rio Branco.

A Casa Assistencial, em sua trajetória, recebeu várias religiosas imbuídas da missão de atender às famílias dos operários da MINERASIL. Além das pioneiras, Ir. Maria Benvenuta Insana, Ir. Maria Donatina Ferretti e Ir. Maria Helena Gallippi, que chegaram em 1959, passaram por lá, conforme consta no diário da Casa Assistencial, as irmãs Maria Iara, Maria Helena, Maria Venerina, Maria Flórida, Maria Fermina, Maria Diomedes, Maria Gorete, Maria Palmira, Maria Ester, Maira Tarcísia, Maria Evangelina, Maria Marcília, Maria Gonzaga e Maria Terezinha, entre outras.

Por meio de escritas epistolares trocadas entre a pesquisadora e Ir. Flórida²⁴⁵, uma das madres superiores da Casa Assistencial, foi possível obter algumas informações sobre o trabalho realizado na vila operária pelas religiosas e as impressões da freira acerca das condições de vida das famílias que ali habitavam. Sua carta inicia anunciando as dificuldades em lidar com sua própria memória, ao dizer que “fiz o melhor que pude, de quanto consigo lembrar”²⁴⁶, afinal quando ela respondeu-me a carta que havia lhe enviado, já estava com seus 80 anos completos. Sobre a sua chegada e permanência na vila ela não soube precisar, no entanto lembra-se de ter chegado acompanhada das irmãs Firmina e Diomedes. Conforme os registros contidos no diário da casa, esse fato aconteceu no dia 12/01/1963.

Sobre a casa onde elas passaram a morar e que pertencia à Companhia Carbonífera Barão do Rio Branco/MINERASIL, diz ter sido fundada em 1959 para dar assistência às famílias dos mineiros.

A arquitetura desta casa e do local que foi construído posteriormente pela empresa para a oferta dos cursos em convênio com o SESI, além de abrigar o ambulatório médico da empresa, era idêntica à arquitetura das instalações ocupadas pelas Irmãs Beneditinas da Divina Providência na Vila Operária de Santana, construídas também pela MINERASIL. Essa

²⁴⁵ No momento em que respondeu a carta, Ir. Flórida estava atuando na Associação de Auxílio à Velhice Desamparada (Abrigo dos Velhos), em Valença-RJ.

²⁴⁶ Trecho da Carta da Ir. Flórida enviada à pesquisadora em dezembro de 2005.

casa despertava muita curiosidade nas crianças, principalmente aquelas que freqüentavam o Jardim de Infância²⁴⁷.



Figura 41: Casa Assistencial da Mineração de Içara (1959)
Fonte: Álbum de fotografias das Filhas do Divino Zelo

A empresa as mantinha na vila operária, inclusive fazendo a manutenção das próprias instalações utilizadas pelas freiras, e de acordo com Ir. Flórida elas mantinham uma boa relação, “principalmente com o senhor Macari, que sabia o segredo de cativar”²⁴⁸.

A respeito do trabalho ali realizado junto às famílias,

[...] além da assistência e cuidado com as crianças do Jardim de Infância, as irmãs davam aula de corte e costura, bordado, faziam visitas às famílias. De 15 em 15 dias faziam a pesagem das crianças, principalmente os recém-nascidos, e era feita a vacina tríplice e visita nas casas para observar a higiene, etc [...] ²⁴⁹.

Sobre isso, D. Ana²⁵⁰, que acompanhou o trabalho das freiras na condição de professora e diretora da escola estadual localizada na vila operária, diz que as freiras trabalhavam muito com as mulheres dos mineiros, orientando-as em relação à higiene corporal, à higiene da casa e também realizavam um intenso trabalho na área de puericultura.

²⁴⁷ Eu fui uma delas, pois freqüentei o Jardim de Infância dos 3 aos 6 anos de idade. Lembro-me que eu e as outras crianças, queríamos saber como era a “casa das irmãs” por dentro. Era uma casa de alvenaria e com lareira. Raras foram às vezes que tivemos acesso, mas sabíamos bem a diferença entre nossas casas de madeira sem forro, com gretas e sem pintura e aquela em que elas moravam.

²⁴⁸ Trecho da Carta da Ir. Flórida enviada à pesquisadora em dezembro de 2005.

²⁴⁹ Trecho da Carta da Ir. Flórida enviada à pesquisadora em dezembro de 2005.

²⁵⁰ Ana Giassi Goularti. Entrevista concedida a Giani Rabelo, em 13/01/2007, na Praia do Rincão-Içara/SC

No entanto, ela não lembra de ser a mortalidade infantil um problema na Vila Operária da Mineração.

As freiras, nas visitas domiciliares, cobravam das mães os cuidados com a casa e com as crianças, e há indícios de que as casas da vila operária respeitavam alguns princípios de higiene. D. Ana relata que, mesmo as casas sendo pretas por fora, ou seja, eram de madeira sem nenhum tipo de pintura e com o tempo iam ficando escuras, por dentro as paredes eram bem claras, “as mulheres lavavam as paredes com palha de aço” e ainda acrescenta: “havia até certa concorrência entre as esposas dos operários quanto à limpeza das casas”.

D. Dorilda, que era esposa de operário, também reforça esta idéia, inclusive lembra que as mulheres iam às casas umas das outras para verem se estavam bem limpas. “Era tudo bem limpinho. Todas as casinhas bem limpinhas, as estradas bem limpinhas, elas varriam até as estradas. Era tudo bem caprichado. Todo mundo limpava bem, as mulheres passavam palha de aço por dentro das casas”. Ela conta também que costumava plantar em seu terreno milho, feijão, verduras, vagem, uva, ervilha e que outras famílias faziam isso também.

Já Ir. Flórida, mesmo admitido que as mulheres cuidavam da limpeza das casas, alerta: “as casas eram mantidas muito limpinhas pelos habitantes, apesar dos animais, como porquinhos, cabritos e outros que se alojavam debaixo das casas”²⁵¹.

Mas a limpeza da casa ocupava pouco tempo das esposas dos mineiros, depois de terminarem o serviço, costumavam ficar sentadas nas portas frontais, conversando. “As mulheres só faziam a comida, lavavam a roupa e não tinham mais o que fazer”²⁵², até porque as casas eram muito pequenas e a maioria não trabalhava fora, exceto aquelas que eram professoras ou tinham algum tipo de comércio. Depois que as freiras chegaram à Vila Operária da Mineração é que as mulheres começaram a ocupar o tempo que era considerado improdutivo com outras atividades.

O tempo improdutivo e a proximidade entre as casas talvez tenha sido um dos motivos causadores da proliferação de tantas “fofocas” na vila operária, era um “diz que me disse”, e muitos desentendimentos. E nessas situações de conflito as freiras intervinham, até porque “as irmãs estavam sempre no meio, apaziguando as coisas”²⁵³.

O senhor Oscar Rabelo, operário da Companhia Carbonífera Barão do Rio

²⁵¹ Trecho da Carta da Ir. Flórida enviada à pesquisadora em dezembro de 2005.

²⁵² Ana Giassi Goularti. Entrevista citada.

²⁵³ Ana Giassi Goularti. Entrevista citada.

Branco, confirma essa prática dizendo que ocorriam muitas brigas e muitas fofocas, chegando a usar a seguinte expressão “mulher de operário já viu, né?”²⁵⁴. D. Dorilda, sua esposa, que havia morado quando pequena na Vila Operária de Mineração de Içara e retornou aos 18 anos por ter se casado com o senhor Oscar, revela ter estranhado muito o comportamento das mulheres dos mineiros e dos costumes das famílias na vila operária.

Ela, que havia estudado no Curso Normal Regional na cidade de Criciúma, estranhou o fato de as mulheres irem muito às casas uma das outras e descreve: “tinha muita fofoca, Nossa Senhora! Todo mundo sabia da vida do outro, todo mundo sabia de tudo, era horrível! Estranhei bastante no começo, depois fui me acostumando”²⁵⁵. Mas não foi só isso. Também estranhou o comportamento dos homens que ficavam nos bares bebendo e jogando até tarde, depois do horário de trabalho. Ela afirma que a maioria dos mineiros freqüentava os bares e a sede recreativa do Barão e muitos se tornaram alcoólatras.

Os cursos de corte e costura e bordado eram uma forma de apaziguar as possíveis animosidades entre as mulheres, e tinham também como objetivo ensiná-las a costurar e embelezar o lar. As mulheres que moravam mais próximas ao centro da vila operária eram as mais “gastadeiras”, ou seja, eram aquelas que mais gastavam o dinheiro do marido com as novidades que chegavam aos estabelecimentos comerciais.

D. Dorilda²⁵⁶ lembra da Maria do “Lua” (apelido de um operário) que comprava muitos produtos no posto do SESI e, no dia do pagamento, seu marido recebia um envelope com um ‘X’, significando que eram tantos os descontos que não tinha mais o que receber. Lembra também da “Maria Manquinha”, que foi ao SESI e comprou um pacote sem saber o que era, mas como era novidade ela comprou. Ao chegar em casa, o desenrolou, desenrolou e não tinha nada dentro. Descontente, voltou ao estabelecimento e pediu o dinheiro de volta porque só tinha papel, daí o vendedor explicou para ela que o que ela tinha levado era um rolo de papel higiênico.

D. Ana lembra que estes gastos exagerados eram muito comentados entre os moradores. Com o envolvimento das mulheres nos cursos promovidos pelas freiras, ela avalia que houve uma mudança, ou seja, as mulheres ficaram mais criteriosas na hora de realizar as compras, mas havia aquelas que continuavam agindo da mesma forma, e nas palavras de D.

²⁵⁴ Oscar Rabelo. Entrevista citada.

²⁵⁵ Dorilda Gomes Rabelo. Entrevista citada.

²⁵⁶ Dorilda Gomes Rabelo. Entrevista citada.

Ana “elas não tinham vontade, não aproveitavam as oportunidades”²⁵⁷ para aprenderem novos hábitos.

O fato de algumas mulheres resistirem às orientações das religiosas demonstra quanto o poder é relacional, pois onde “há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência. Jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa” (FOUCAULT, 1992, p.241).

Outras transgressões, como os gastos com supérfluos, contrastava com a vida monástica das religiosas, que em função da formação recebida nos conventos eliminavam e evitavam tudo aquilo que parecia excessivo no cotidiano dos seus ambientes de convívio optando sempre pelo mais simples e singelo, atendendo somente as necessidades básicas.

Mas se os cursos realizados em convênio com o SESI tinham a finalidade de disciplinar as mulheres dos mineiros, ensinando-as a cuidarem melhor do lar, a serem mais comedidas nos gastos e, além disso, aproveitarem mais o tempo durante o dia, estes mesmos cursos também foram utilizados para atrair meninas menores para a congregação, ampliando assim o número de aspirantes.

A Ir. Maria Ângela, que morava nas proximidades da Mineração e estudava na escola estadual que ficava em frente à casa das religiosas, quando ainda criança, conta como isso se deu em sua experiência.

Após, mais ou menos um mês que elas ali se encontravam, já um pouquinho adaptadas ao ambiente e visitando algumas famílias, recebemos mais uma notícia na sala de aula, através do Diretor, Seu Pasqual: “Tenho um aviso para dar a vocês: As irmãs, que chegaram no mês passado, estão convidando meninas, moças e senhoras para aprenderem: corte e costura, bordados, tricô e crochê, avisem seus pais”. Fiquei muito contente com tal convite, que ao chegar em casa imediatamente falei com minha mãe e ela logo disse sim. Fomos em três. Rosa, minha irmã mais velha, optou pelo corte e costura, Luiza e eu optamos pelo bordado e tricô. Foi uma experiência muito legal. A Irmã M. Benvenuta, dava aula de corte e costura para moças e mães, a Ir. M. Donatina, ensinava o bordado, tricô e crochê, para meninas e moças e Ir. Elena permanecia com as crianças do Jardim de Infância. Quando mais ou menos já adaptadas e o salão quase cheio, Ir. Donatina rezava o terço num português bem italianizado e a Ladaínha de Nossa Senhora, em latim. De vez em quando, Ir. Donatina lançava a pergunta: Quem de vocês quer ser irmã como nós? Falem com seus pais e se eles apoiarem, venham morar conosco”. Lembro-me que cheguei em casa e logo falei com a minha mãe e ela me disse: “tem que falar com o teu pai”. Quando o pai chegou do trabalho, fui correndo dizer para ele e pedir para morar com as Irmãs e ele me respondeu: “vai pedir para a mãe”. Esse empurra-empurra durou pouco tempo, pois no mesmo ano, dia 22 de dezembro de 1959, acompanhada pela minha mãe, entrei para fazer parte da pequena Comunidade religiosa das Irmãs Filhas do Divino Zelo do Coração de Jesus [...].²⁵⁸

²⁵⁷ Ana Giassi Goularti. Entrevista citada.

²⁵⁸ Trecho da carta enviada por meio de mensagem eletrônica pela Ir. Ângela de Andrade, no dia 30 de outubro de 2005, às 16h e 24min.

Quanto à formação das religiosas para realizarem o trabalho com as famílias, Ir. Flórida não lembra de terem recebido cursos específicos, contavam apenas com a formação recebida na própria congregação. Ao evocar as lembranças mais significativas sobre aquele trabalho, assim as descreve: “para mim, o trabalho da Mineração foi importantíssimo. As visitas às famílias. As festinhas que se realizavam eram muito participadas, bastava apenas manifestar-lhes o convite. Eu ficava admirada da disposição e participação daquelas famílias”²⁵⁹.

A receptividade por parte das famílias de algum modo é confirmada por D. Ana²⁶⁰, quando relata que as mulheres respeitavam muito as irmãs, “tinham um carinho muito grande por elas”, especialmente em relação a Ir. Flórida, madre superiora da Casa Assistencial, durante o período que D. Ana teve contato com as religiosas. Para ela, Ir. Flórida “tinha muito prestígio” e era muito respeitada, principalmente pelo representante da empresa, senhor João Gabriel Macari, o “barbado”, como todos se referiam, por ter uma barba branca e grande. Este, por sua vez, também era muito respeitado pelos operários.

Mas não se tratava apenas de uma relação de carinho e de respeito, era também uma relação de obediência e de medo.

Todas as mães e todos os pais obedeciam, porque eles tinham medo de perder o emprego, e se eles perdessem o emprego eles iriam fazer o que? [...] Eles moravam na casa da Companhia, eles recebiam da Companhia, eles compravam lá na cooperativa do SESI e na farmácia que era descontado do salário que era pago pela Companhia. Então, eles respeitavam muito isso aí, eles tinham muito medo. Os filhos freqüentavam a escola, porque se não fossem para a escola a empresa e as freiras cobravam dos pais²⁶¹.

Na Vila Operária da Mineração como nas outras vilas operária do complexo carbonífero havia muitas crianças, que ficavam a maior parte do tempo brincando na rua, uma vez que “não tinham área de lazer, não tinham parquinho, não tinham nada, brincavam tudo na rua”, como lembra D. Ana. Ela acrescenta que as crianças costumavam brincar entre os animais, como cachorro, gato, porco, galinha ou ficavam sentadas no chão batido, no caso dos meninos, brincando de bolinha de gude.

O senhor Oscar Rabelo confirma essa descrição, dizendo que o que mais tinha na vila operária eram crianças, “todos descalços, brincando naquelas pontas de pedra, que era o

²⁵⁹ Trecho da Carta da Ir. Flórida enviada à pesquisadora em dezembro de 2005.

²⁶⁰ Ana Giassi Goularti. Entrevista citada.

²⁶¹ Ana Giassi Goularti. Entrevista citada.

resto de carvão que iam jogando para fora. Até eu ia lá [quando criança], nós brincávamos de escorregar e a gente escorregava e saía que nem um tucum, de tão preto, todo sujo”²⁶².

Com a instalação do Jardim de Infância, a rotina das crianças na vila operária também foi alterada, pois ao invés de ficarem o dia inteiro na rua, durante um período elas freqüentavam o estabelecimento. Quando ingressavam na escola, D. Ana admite que percebia diferenças entre aqueles que haviam ido ao jardim e aqueles que por algum motivo não o tinham freqüentado.



Figura 42: Freiras jogando bolas para as crianças do Jardim de Infância da Mineração de Içara (1970)

Fonte: Arquivo pessoal de Giani Rabelo

A partir de 1968, mais precisamente no dia 25 de setembro, as Filhas do Divino Zelo iniciaram um convênio com a SATC. Neste convênio, atenderam especificamente as crianças no trabalho de Puericultura, ficando responsável por estes atendimentos Ir. Maria Flórida.

Esta congregação foi a única a disponibilizar o diário das atividades realizadas na casa, documento este denominado por elas de “Historia della Casa”. Neste documento, escrito em italiano, há um detalhamento dos principais acontecimentos vivenciados por elas, principalmente aqueles voltados às obrigações religiosas.

Apesar da congregação estar no Brasil desde 1951, quando chegou em Três Rios no estado do Rio de Janeiro, as primeiras religiosas encaminhadas para atuarem na Vila Operária da Mineração vieram diretamente da Itália. Por isso a necessidade de trocarem

²⁶² Oscar Rabelo. Entrevista citada.

experiências, logo nos primeiros dias, com a Congregação das Irmãs Beneditinas da Divina Providência. Esta, por sua vez, contava com Ir. Honorina, que coordenava os trabalhos na Vila Operária de Santana, também pertencente à Mineração Geral do Brasil - MINERASIL, em Urussanga.

De acordo com os relatos do diário da Casa, o senhor João Gabriel Macari, um dos administradores da MINERASIL, também as visitava no sentido de acompanhar os trabalhos, a exemplo do que fazia com as religiosas de Santana, embora com menor frequência, pois a sede da empresa ficava em Urussanga.

Há indícios de que as Filhas do Divino Zelo tenham permanecido na Casa Assistencial até o final de 1968, uma vez que os últimos registros foram feitos no dia 31 de dezembro do referido ano.

.....

Em seus trabalhos missionários, as congregações colocam em xeque algumas definições da Igreja Católica, antes mesmo do Concílio Vaticano II, pois a realidade exigia que fossem burlados alguns princípios institucionais, a fim de que as religiosas pudessem se aproximar do cotidiano dos operários, de modo a serem aceitas e obterem credibilidade.

As religiosas, em geral, se autodenominavam assistentes sociais, e eram tratadas também como enfermeiras e professoras, dependendo do trabalho que assumiam. Até porque, como afirma Nunes (1997, p. 501),

Enquanto predominou na sociedade uma visão sacralizada de mundo, foi possível às religiosas, por esse título, exercerem tarefas para as quais não estavam tecnicamente habilitadas. Porque eram “irmãs de caridade” podiam ser professoras, enfermeiras ou assistentes sociais; nenhum diploma ou curso era exigido delas. A mentalidade moderna exigia, no entanto, preparo profissional, habilitação técnica específica para o exercício das diversas profissões.

Cada freira se especializava num tipo de atividade e desta forma foi empreendendo sua própria formação, conjugada à experiência concreta. De tempos em tempos eram oferecidos cursos de formação, ou pela própria Igreja ou pelas entidades às quais eram conveniadas. O intercâmbio de experiências entre as diferentes congregações parece ter sido uma forma de enfrentar as várias dificuldades encontradas nas situações com que as freiras se depararam nas vilas operárias. Inclusive o SESI tinha bem clara tal política, estimulando a circulação das religiosas conveniadas, de modo que visitassem as exposições de trabalho umas das outras e participassem na entrega de diplomas, por exemplo.

Todas as religiosas das congregações que atuaram nas vilas operárias estudadas, sem exceção, administraram e foram professoras em Jardins de Infância, mas foi no trabalho

desenvolvido junto à estatal CSN que tornaram-se especialistas neste âmbito. Tanto o Instituto Coração de Jesus como as Pequenas Irmãs Missionárias da Caridade, que atuaram em Capivari de Baixo e Siderópolis, respectivamente, onde estavam instaladas as unidades da CSN, tiveram nos Jardins de Infância seu principal foco de trabalho. As demais tiveram uma atuação mais abrangente, envolvendo todos os segmentos das famílias operárias do complexo carbonífero, incluindo aí as próprias religiosas do Instituto Sagrado Coração de Jesus, congregação que atuou em outras vilas operárias pertencentes a uma empresa carbonífera privada.

Por meio do convênio com o SESI, entidade que nasceu com o propósito de instalar a paz social no Brasil, as religiosas atingiram um grande número de pessoas nas vilas operárias, em especial as esposas, filhos e filhas dos operários. Além de um trabalho intenso de evangelização, não só através da primeira comunhão, mas inclusive por meio de programas de rádio, elas também ofereciam cursos populares às mulheres e filhas dos operários, principalmente àqueles voltados a prepará-las melhor para a vida doméstica e para o casamento. A visita domiciliar também era uma atividade importante para as religiosas, porque através delas passavam a conhecer os pormenores do cotidiano dos operários, de modo a melhor traçarem sua atuação. Além disso, o teatro e o cinema também foram espaços pedagógicos importantes utilizados pelas congregações.

No capítulo que segue problematizarei três documentos que descrevem minuciosamente as pedagogias missionárias protagonizadas pelas religiosas. Serão contrastados com outros documentos escritos, orais e iconográficos. Os três documentos-monumentos a examinar são: o *Álbum/Relatório das Pequenas Irmãs da Divina Providência*, a *Crônica do Jardim de Infância “Cristo-Rei”* e o conjunto de relatórios anuais apresentados pela Diretoria Executiva da Sociedade de Assistência ao Trabalhador do Carvão – SATC aos seus conselheiros.

4 SOB O TOM DA PEDAGOGIA: ASSISTÊNCIA E EDUCAÇÃO

A pedagogia em seu sentido mais crítico, ilumina a relação entre conhecimento, autoridade e poder. Ela chama a atenção para questões que dizem respeito a quem tem controle sobre as condições para a produção de conhecimento. Ela também descreve a forma como o poder está implicado nos vários processos pelos quais o conhecimento, a identidade e autoridade são construídos no interior de conjuntos particulares de relações sociais (Henry A. Giroux).

No intuito de promover uma maior aproximação às práticas protagonizadas pelas congregações religiosas femininas, junto às famílias operárias do complexo carbonífero, foram localizados três importantes documentos, depositários de indícios preciosos dessas práticas, minuciosamente descritas e registradas. Tais documentos foram contrastados com os documentos orais produzidos na investigação a partir das entrevistas com aqueles e aquelas que participaram das diversas iniciativas empreendidas pelas congregações religiosas femininas, entre os anos de 1955 a 1981, na região do complexo carbonífero sul-catarinense.

Tais documentos constituem monumentos, como propõe Le Goff (2003, p. 538).

O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro - voluntária ou involuntariamente - determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo.

Nessa perspectiva, qualquer documentos tem, em si mesmo, um caráter de monumento, pois “não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que aí detinham o poder” (LE GOFF, 2003, p. 537-538). Portanto, trabalhar com os documentos elegidos nesta pesquisa significou não concebê-los como mensageiros de certezas, mas sim de significados que precisaram ser compreendidos, indagados, interrogados, articulados de modo a multiplicar suas relações de sentido, históricas, sociais, políticas, enfim, pedagógicas.

Vale ainda acrescentar, que os documentos foram utilizados como “portas de entrada” para melhor compreender a produção das pedagogias missionárias, pois foram concebidos como espécies de observatórios privilegiados do campo das práticas assistenciais, evangelizadoras e educativas das congregações religiosas.

Antes de proceder à discussão do que está contemplado em cada documento eleito como paradigmático nesta investigação, são apresentadas informações acerca de alguns aspectos relativos à forma como se apresentam, suas materialidades.

O primeiro documento, denominado nesta pesquisa como *Álbum/Relatório das Pequenas Irmãs da Divina Providência*, informa ao SESI as atividades realizadas junto às famílias operárias da Vila Operária da Próspera, localizada em Criciúma, nos anos de 1955 a 1957.

O segundo documento é uma *Crônica do Jardim de Infância Cristo-Rei*, que reúne relatos acerca de dez anos - 1960 a 1970 - do trabalho das religiosas do Instituto Coração de Jesus junto aos filhos e filhas dos operários do Lavador de Carvão da cidade de Capivari (Tubarão/SC).

O terceiro, por sua vez, é um documento constituído por um conjunto de relatórios anuais de quase duas décadas (1964 a 1982), apresentados pela Diretoria Executiva da Sociedade de Assistência ao Trabalhador do Carvão – SATC aos seus conselheiros. Especificamente neste documento, há registros referentes aos serviços assistenciais prestados por religiosas da Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência às famílias dos operários mineiros da região, por meio de um convênio coordenado por estas religiosas.

Sendo assim, é preciso salientar que dois dos documentos foram produzidos pela congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência e o outro pelo Instituto Coração de Jesus.

Os três documentos aqui analisados evidenciam dois eixos de ação: a família e a população. O *Álbum/Relatório das Pequenas Irmãs da Divina Providência* registra os primeiros anos de atuação dessas freiras junto às famílias operárias, circunscritas em uma vila operária. O segundo, *Crônica do Jardim de Infância Cristo-Rei*, apresenta um trabalho educativo num espaço formal dirigido às crianças, filhos e filhas de trabalhadores e, de certa forma, é um documento ainda relacionado à família. O terceiro reúne um conjunto de relatórios anuais de quase duas décadas de atuação das freiras e enfoca o trabalho realizado com a população mineira de Criciúma e das principais cidades da região carbonífera.

A escolha desses documentos atendeu a alguns critérios. Um deles diz respeito à observação das relações entre as pedagogias missionárias com o SESI e com a SATC. Um segundo critério buscou privilegiar ações desenvolvidas pelas religiosas em vilas operárias de empresa estatal, privada e privada em processo de estatização, o que significa analisar as pedagogias de congregações com histórias, nacionalidades e carismas diferentes, contemplando em parte a diversidade entre as cinco congregações antes referidas. Na análise, ao menos duas congregações se fazem presentes em temporalidades e espaços distintos.

Os documentos-relatórios são concebidos como artefatos culturais, objetos culturais, produções históricas. Assim, não se partiu de um “horizonte documental”, mas sim

do “horizonte histórico”, ou seja, de problemas históricos, pois o trabalho documental e o trabalho de pesquisa são as faces da mesma moeda (MENEZES, 1999, p. 26-27). Um documento só se torna um documento histórico quando o pesquisador passa a dirigir-lhe perguntas, caso contrário é apenas um registro.

Na continuidade, cada um dos documentos-monumentos é examinado em suas próprias características, bem como seus conteúdos, de forma a demonstrar os modos de realização das pedagogias missionárias, na especificidade e diversidade quanto ao carisma, área de atuação, demandas sociais e empresariais, articulações, amplitude da atuação, contexto produtivo, resistências, enfim, espaço-tempo em que se circunscreveram.

4.1 O ÁLBUM/ RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DAS PEQUENAS IRMÃS DA DIVINA PROVIDÊNCIA NA VILA OPERÁRIA DA PRÓSPERA – CRICIÚMA/SC (1955-1957)

O Álbum/Relatório das Pequenas Irmãs da Divina Providência não é um relatório comum, a exemplo do que estamos acostumados a ver, pois ele se diferencia pelo suporte utilizado e pela forma como são apresentadas as atividades encetadas pela congregação. Faz uso de imagens, textos e desenhos confeccionados manualmente.

Mede 63 cm de comprimento por 58 cm de largura. Possui uma capa em veludo bordô onde encontram-se impressos os dizeres: *Serviço Social da Indústria - Confederação Nacional da Indústria*, em letras douradas, um pouco apagadas. Abaixo, as palavras estão acompanhadas de uma imagem que representa uma engrenagem, símbolo da instituição, tudo pintado a mão. Se o tamanho e pompa da capa surpreendem, pelo fato de se tratar apenas de um relatório de atividades, ao abri-lo e folheá-lo encontramos relatos e imagens surpreendentes.



Figura 43: Capa do Álbum/Relatório

Fonte: Álbum/Relatório de Atividades das Pequenas Irmãs da Divina Providência (1955-1957)

No Álbum/Relatório não há qualquer identificação de sua autoria. Diante disso, procurou-se contatar Ir. Cláudia, uma das freiras responsáveis pelos trabalhos da congregação na Vila Operária da Próspera. Na impossibilidade de encontrá-la pessoalmente, mandei-lhe uma carta no final de dezembro de 2004, acompanhada de um CD-Rom com todo o Álbum digitalizado, ao que ela respondeu:

Rever aquelas fotos, ainda que não consiga ler o conteúdo, foi-me um lindo e emocionante passeio na minha história, na história de minha comunidade religiosa, na história dos meninos e meninas da Próspera, construída com muito trabalho, luta, mas com muita alegria, entusiasmo, e vontade de fazer o bem ²⁶³.

A partir das informações concedidas pela própria irmã, pude identificar os/as autores/as do documento. Foi elaborado a oito mãos e levou em torno de quatro meses para ser concluído, tendo Ir. Cláudia como organizadora. Todos os textos, mais de 13, foram escritos por ela. As fotografias foram feitas pelo “Foto Zappellini”, um dos primeiros estúdios fotográficos da cidade. Os desenhos foram realizados por Ir. Fernanda Martins Cardoso; as letras dos títulos, subtítulos e legendas foram desenhadas por Irmã Maria Rodrigues Monteiro, ambas professoras de Artes e Matemática, respectivamente, do Colégio Michel, estabelecimento particular de ensino da congregação, criado na época na cidade de Criciúma e referido anteriormente.

²⁶³ Carta enviada pela Ir. Cláudia no dia 30/12/2004.

A forma como os subtítulos foram escritos foi mantida, ou seja, um ponto após cada letra, dando a idéia de que as letras foram bordadas nas páginas do Álbum/Relatório. Os pontos amarram, costuram e funcionam como uma amálgama que une diferentes elementos. Essa operação permeia todo o documento, havendo uma tentativa constante de aproximar os diferentes segmentos, as diferentes culturas, os diferentes interesses de uma “tríplice aliança”, composta pela Carbonífera Próspera/SESI, Igreja e operários.

No caso do Álbum, é importante ressaltar que sua elaboração foi algo bastante complexo do ponto de vista da autoria. Mesmo que a escrita tenha ficado sob responsabilidade de Ir. Cláudia, houve a intervenção de duas freiras que atuaram como uma espécie de ilustradoras, responsabilizando-se pelos desenhos, títulos, subtítulos e legendas, além do fotógrafo, que pode ter sido contratado para fazer o registro das imagens. Em alguma medida, estes três participantes exerceram um tipo de autoria, ressaltando que foi de forma diferenciada daquela exercida pela Ir. Cláudia. Mesmo havendo a participação de “vários/as autores/as”, o documento tem um fio condutor, e este, por sua vez, foi garantido pelo trabalho de Ir. Cláudia, autora central do documento.

Todo o cuidado, esmero e, principalmente, o tempo investido na elaboração do Álbum/Relatório fazem pensar sobre o sentido que as freiras desejavam que os leitores atribuíssem às informações aí contidas, assim como a importância dada a seu suporte.

Pode-se inferir que o cuidado, o capricho e o esmero dedicados na produção deste documento estão implicados em uma estratégia, no sentido de torná-lo um objeto que pudesse oferecer aos leitores uma determinada leitura acerca das condições em que viviam as famílias na Vila Operária da Próspera e o quanto era importante e imprescindível o trabalho das freiras no campo social, religioso, educacional e na área da saúde. Em outras palavras, o objetivo era aproximar a realidade enfrentada pelas famílias mineiras e o trabalho das freiras daqueles que os conheciam superficialmente, ou seja, os gerentes do SESI, de modo a legitimar as ações e reconhecer a instituição que as mantinha. Um relatório bem feito e com ações bem apresentadas, demonstrando a necessidade e importância do trabalho da congregação, certamente causaria impacto junto aos mantenedores e asseguraria a continuidade das atividades.

A materialidade do Álbum/Relatório leva a inferir que houve, também, a intenção de perpetuação da história do trabalho efetuado pelas freiras, sabendo-se que um documento com tais propriedades dificilmente seria descartado, garantindo melhor a sua guarda, além de carregar consigo traços de um caráter ritualístico, celebrativo, ornamental e feminino, consagrando-se como artefato cultural. Cabe registrar que ele é único, pois não existe outra

cópia, e, portanto, foi concebido pelo princípio da raridade, na tentativa de assegurar, de alguma forma, o lugar de legitimidade de todas as ações realizadas pelas freiras desta congregação nos três primeiros anos, dentre os 13 anos que a Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência permaneceram na Vila Operária da Próspera.

Vale lembrar, como alerta Roger Chartier, que mesmo havendo por parte do autor a construção de várias estratégias para garantir uma determinada forma de compreensão do texto, pois “o leitor é sempre visto pelo autor como necessariamente sujeito a um único significado, a uma interpretação correta e a uma leitura autorizada” (1992, p. 213), ou até mesmo que se conceba “a leitura como algo inscrito no texto, como um efeito automaticamente produzido pela própria estratégia da escrita específica da obra ou de seu gênero” (1992, p. 213), não há uma leitura única, pois o texto não tem uma eficácia absoluta.

Nessa perspectiva, existe uma relação de tensão permanente entre texto e leitor, causada pelo ato que apreende e decifra o texto. No entendimento de Chartier (1992, p. 213), a leitura compreende

[...] uma prática criativa que inventa significados e conteúdos singulares, não redutíveis às intenções dos autores dos textos ou dos produtores dos livros. Ler é uma resposta, um trabalho, ou como diz Michel de Certeau, um ato de ‘caçar em propriedade alheia’.

O Álbum/Relatório não percorreu o processo pelo qual passam os livros na sua trajetória histórica, como aponta o próprio Chartier (1992, p. 220), ao afirmar que os livros “são manufaturados por copistas e outros artesões, por técnicos e outros engenheiros, por máquinas impressoras e outros tipos de máquinas”, mas passou por três pessoas que, de alguma forma, deixaram registradas suas marcas. Nesse caso, os lugares de autoria, edição e confecção coincidem.

Mas, se de um lado o texto não tem uma eficácia absoluta, ou seja, a autoria não proporciona um único sentido para aquilo que produz, o leitor também não possui uma autonomia absoluta, pois a liberdade do mesmo está circunscrita a um determinado tempo e espaço, a um campo de possibilidades. O texto, que é o objeto que comunica, é interpelado pelo ato que o apreende, ou seja, a leitura. “Conduzido ou encurralado, o leitor encontra-se invariavelmente inscrito no texto, mas este, por sua vez, inscreve-se de múltiplas formas em seus diferentes leitores” (CHARTIER, 1992, p. 215).

Mas, se ao lermos algo não podemos negar a relação de tensão entre o autor, representado pelo texto, e o leitor, que é o responsável pelo ato de apreender o texto, Chartier (1992, p. 220) também adverte que “nenhum texto existe fora do suporte que lhe confere

legibilidade; qualquer compreensão de um texto, não importa de que tipo, depende das formas com as quais ele chega até seu leitor”. Para ele, as obras adquirem significado por meio de um processo complexo que implica o exame da relação entre três pólos, ou seja, o próprio texto, o objeto que o comunica e o ato que o apreende (CHARTIER, 1992, p. 220-221).

Assim, inspirada por Chartier, passo a imaginar um outro objeto para comunicar as atividades desenvolvidas pelas freiras, ou seja, um outro suporte, como por exemplo aquele dos padrões formais intitulado “Relatório de Atividades - Triênio 1955-1957”. Certamente, esse outro suporte influenciaria profundamente o *status* conferido ao documento ou a maneira de lê-lo e, dessa forma, uma nova legibilidade seria conferida através do formato. Também se instalaria um novo horizonte de recepção deste documento por parte de seus leitores e da própria pesquisadora.

Tomando o exemplo de Maria Cristina Costa (1995, p. 38), ao afirmar que os objetos significativos passam a fazer parte dos tesouros domésticos, podemos dizer que o Relatório faz parte dos tesouros dos arquivos do Centro Regional do SESI de Criciúma. Após vários anos, a instituição segue sendo a depositária segura desse documento.

Uma particularidade do Álbum/Relatório sugere que apenas os textos não dariam conta de expressar todos os trabalhos desenvolvidos pelas religiosas. Daí a recorrência às ilustrações e fotografias legendadas, além dos desenhos confeccionados manualmente, de forma apurada e artística.

Chartier (1992, p. 213), mais uma vez, ao referir-se à cultura do objeto impresso, destaca as limitações impostas às imagens impressas. Para ele, as imagens não têm o mesmo significado e o mesmo papel quando estão inscritas no texto. Nestes casos, constitui-se um meio para melhor garantir o controle do sentido a ser atribuído ao texto pelos leitores. Assim, as imagens só podem ser entendidas na relação complexa que estabelecem com suas legendas e os textos que as acompanham.

Além disso, é importante destacar que, assim como as fotografias em geral, no Álbum/Relatório também o objeto fotográfico está atravessado pela ciência, técnica e arte. A compreensão da fotografia como uma “prova” dos fatos, como a “verdade” ou como “reprodução” do real a acompanha desde sua invenção, no começo do século XIX.

Uma vez que a fotografia é o registro químico dos raios de luz refletidos pelos objetos colocados diante da câmera, acredita-se que ela teria o poder de reproduzir automaticamente a aparência visual do mundo. [...] Daí também a crença mais ou menos generalizada de que a câmara não mente jamais, crença esta explorada de forma nem sempre bem-intencionada [...]. (MACHADO, 1999, p. 1)

Os estudiosos que se debruçaram sobre o modo de funcionamento da fotografia, como sistema de expressão, têm trazido a idéia de que este suporte de imagem exprime suas mensagens sob a forma de construções visuais, que são sempre intencionais, interpretativas de uma determinada realidade. Mesmo os aspectos aparentemente técnicos da fotografia, como o enquadramento, a iluminação, a disposição das zonas de cinza, a determinação do ponto de foco, a velocidade de obturação, a resolução da perspectiva pelos vários tipos de lente, a densidade da emulsão de registro, o balanceamento das cores, e outros, não são arbitrários. A imagem é uma construção, uma expressão, um discurso visual (COSTA, 1995, p. 38). Deste modo, se os atos de fotografar, pintar e escrever produzem discursos, cabe indagar: quais discursos as imagens e fotografias juntamente com os textos do Álbum/Relatório querem difundir e legitimar?

O Álbum/Relatório tem em sua página de abertura o lema do SESI, “*Ajudar a ajudar-se*”, anunciando um outro álbum, desenhado em tamanho menor, atravessado por uma corrente presa em duas colunas gregas. Essa montagem, a “réplica” do Álbum/Relatório, deixa à vista, em sua primeira página entreaberta, parte de uma fotografia cuidadosamente recortada da Vila Operária da Próspera.

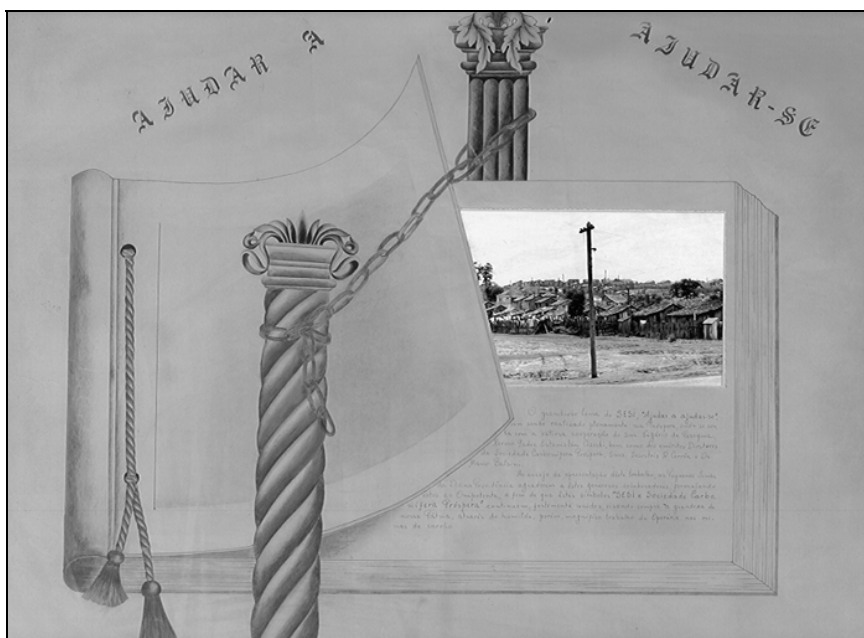


Figura 44: Página de Abertura do Álbum/Relatório

Fonte: Álbum/Relatório de Atividades das Pequenas Irmãs da Divina Providência (1955-1957)

Tal imagem mostra a vila operária como um “amontoado de casas”, mesmo que dispostas linearmente, construídas sobre a “pirita” (rejeito de carvão), cobertas pela poeira do

mineral, cercadas por estanquetas de madeira e cada qual com sua privada. Uma primeira observação pode levar o leitor a formar uma determinada idéia acerca de como a vila era organizada. Na mesma página, há a indicação de que as pessoas que ali vivem precisam ajudar a si mesmas, mas para que isso ocorra, precisam antes de mais nada, de uma ajuda generosa. Nesse caso, a ajuda está sendo oferecida pela Carbonífera Próspera, pelo SESI, pelo vigário da paróquia e, principalmente, pelas irmãs da Divina Providência. O texto que acompanha a imagem indica:

O grandioso lema do SESI, “ajudar a ajudar-se” vem sendo realizado plenamente na Próspera, onde se conta com a valiosa cooperação do SNR. Vigário da Paróquia, Revmo. Pe. Standislau Cizeski, bem como dos eméritos diretores da Sociedade Carbonífera Próspera, Snrs. Sesostri R. Correa e Dr. Mário Balsini. Ao ensejo da apresentação deste trabalho, as Pequenas Irmãs da Divina Providência agradecem a estes generosos colaboradores, formulando votos onipotentes, a fim de que estes símbolos “SESI e Sociedade Carbonífera Próspera” continuem, fortemente unidos, visando sempre a grandeza da nossa pátria, através do humilde, porém, magnífico trabalho do operário nas minas de carvão. (ÁLBUM/Relatório, 1955-1957, p 1).

As colunas gregas unidas pela corrente sugerem, por exemplo, uma alusão aos “símbolos” dos mantenedores do trabalho realizado pelas freiras, ou seja, o SESI e a Sociedade Carbonífera Próspera.

Os agradecimentos expressam a forte aliança que existia entre a Igreja, representada pelo Pe. Standislau Cizeski e pelas Pequenas Irmãs da Divina Providência, e os empresários, representados pelos diretores da Carbonífera Próspera e do SESI.

Nos anos que permaneceram nesta vila operária as irmãs procuraram fazer com que o trabalho missionário envolvesse a família operária como um todo, buscando reeducá-la, especialmente por meio de uma forte atuação junto às crianças, com estratégias diferenciadas para meninos e meninas, mas também junto às mulheres, esposas dos operários, além das filhas meninas-moças.

A pedagogia missionária, neste caso, se estendia aos trabalhadores através de suas famílias, de ações diferenciadas e contínuas, abrangendo distintos âmbitos da vida, da moral à higiene, da religião ao lazer, do cuidado à educação formal. Sintonizada com seu tempo, tal pedagogia somou-se às iniciativas de diferentes agentes e instituições, que voltaram suas atenções aos operários, suas práticas, resistências, potências, para efetivamente produzir sujeitos mais produtivos e ajustados à vida social e ao mundo do trabalho.

Passemos, assim, aos temas que constituem os principais eixos de atenção das religiosas em suas iniciativas, ou ainda àqueles eleitos como dignos de registro e memória com o intuito de produzir uma determinada imagem da atuação daquela congregação.

4.1.1 A vila operária mineira: convívio e conflitos

O Álbum/Relatório possui muitos indícios sobre o convívio e os conflitos cotidianos, indicando que as freiras voltavam sua atenção pedagógica e missionária para tal tema, daí a importância de examinar o que o documento indicia a respeito.

A Vila Operária da Próspera era composta por famílias que vinham de diversos lugares, com distintos costumes, hábitos e valores. No cotidiano, essas diferenças eram evidenciadas nas maneiras de vestir, de se portar, de organizar o interior das casas, na higiene corporal e da habitação, no preparo dos alimentos, na educação dos filhos. Essas famílias, de alguma forma, passavam por processos de adaptação diante de uma nova realidade, de uma nova forma de morar, de ocupar o espaço da vila operária ligada ao carvão.

Vindas do litoral e de áreas rurais para o meio urbano em formação, as famílias tinham seus costumes desafiados cotidianamente. Estava em curso um novo jeito de viver em família. Transformar o homem – trabalhador (pescador/agricultor), portador de culturas díspares, em mão-de-obra assalariada para as minas de carvão, implicou a imposição de um determinado modelo de família, ou seja, a família nuclear burguesa.

Nas vilas operárias do complexo carbonífero as famílias, segundo o que indicam os discursos em circulação, não se encaixavam neste modelo. Mineradores, médicos, religiosas e políticos sugeriam que as mulheres, esposas dos mineiros, eram, por exemplo, fofoqueiras, invejosas, gastadeiras, descuidadas, relaxadas, preguiçosas e ignorantes. Os operários, por sua vez, indisciplinados, agitadores, alcoólatras, mulhereiros, boêmios e violentos. As crianças recém-nascidas não escapavam: dizia-se que eram mal cuidadas pelas mães e, por isso, vítimas da mortalidade infantil. Os filhos e filhas maiores vistos como desocupados e expostos a todos os tipos de vícios e leviandades. A casa da família operária, por fim, enunciada como suja, desorganizada e propícia a comportamentos promíscuos.

Referenciando Margareth Rago (1997, p.61), era preciso:

Instituir hábitos moralizados, costumes regrados, em contraposição às práticas populares promíscuas e anti-higiênicas observadas no interior da habitação operária, na lógica do poder significava revelar ao pobre o modelo de organização familiar a seguir. [...] A família nuclear, reservada, voltada a si mesma, instalada numa habitação aconchegante deveria exercer uma sedução do espírito do trabalhador, integrando-o ao universo dos valores dominantes.

O trabalho das Pequenas Irmãs da Divina Providência foi essencialmente uma “reeducação das famílias”, como expressou Ir. Cláudia²⁶⁴. Podemos aproximar essa reeducação das famílias àquilo que Rago denominou de “redefinição das famílias”. Para a autora, tal processo constituiu a peça mestra para a construção da “intimidade operária”. A redefinição da família tinha como sustentáculos “o modelo imaginário de mulher, voltada para a intimidade do lar, e um cuidado especial com a infância” (RAGO, 1997, p. 12-13)

As freiras eram solicitadas, com frequência, pelas famílias e isso ocorria quando alguém adoecia, morria ou quando havia brigas entre vizinhos e casais. Segundo Ir. Cláudia²⁶⁵, as intensas demandas aconteciam porque “estávamos muito presentes na vida daquelas pessoas e tínhamos muita força diante delas, porque o povo confiava muito em nós”.

Muitos dos “desvios de comportamento”, sugeridos pelas freiras, resultavam do novo estilo de vida nas vilas mineiras, derivados das novas formas de convívio estabelecidas, em alguma medida, pelo tamanho e distribuição das casas naquele espaço ou pelo acúmulo de pessoas morando em uma mesma casa. A promiscuidade era vista como “um capítulo à parte, porque às vezes a casa era muito pequena, com a família sempre muito numerosa, então a promiscuidade morava com as famílias”²⁶⁶. Moralizar as famílias e suas práticas cotidianas, assim, como assinalado antes, foi uma das metas das pedagogias missionárias, pois julgava-se necessário corrigir anormalidades. As religiosas indicavam que diante das questões estruturais da própria vila não podiam “fazer milagres”, porque “às vezes as casas tinham três cômodos apenas”²⁶⁷.

As brigas entre casais também eram um outro problema na vila operária, segundo as religiosas. Quando tais brigas aconteciam, geralmente as mulheres recorriam às freiras, principalmente a Ir. Cláudia. Esta, por sua vez, ouvia os lamentos e pedia para o marido procurá-la, pois afirma que buscava ouvir “os dois lados” da história: “normalmente eles atendiam meu chamado, um ou outro não atendia, eu chamava porque queria escutar da parte dele também e era muito bom. Às vezes brigavam por coisa boba, outra hora o marido bebia muito”.

José Silva²⁶⁸, que acompanhou o trabalho das religiosas na sua infância na Vila Operária da Próspera, reafirma essa ação ao dizer que “elas iam nas casas dos casais para dar aconselhamento conjugal”.

²⁶⁴ Ir. Cláudia. Entrevista citada.

²⁶⁵ Ir. Cláudia. Entrevista citada

²⁶⁶ Ir. Cláudia. Entrevista citada.

²⁶⁷ Ir. Cláudia. Entrevista citada.

²⁶⁸ José Silva. Entrevista citada.

Mesmo atuando junto às esposas no sentido de sugerir-lhes que impedissem seus maridos de freqüentar os bares da vila operária e gastar todo o salário com bebidas e outros vícios, há registros de que tais práticas não foram erradicadas. Sobre o “desregramento”, D. Ika²⁶⁹ comenta que “os homens eram soltos no boteco bebendo, amanheciam no jogo, iam pra Maracangalha, pra bagunça”.

O problema do alcoolismo é apontado como algo que circundava as famílias dos operários e algumas mulheres enfrentavam situações bastante difíceis em relação à administração familiar. Ir. Cláudia relata um caso que havia chamado sua atenção. Ao visitar uma família onde o pai era um mineiro aposentado e alcoólatra, encontrou as crianças com sérios problemas de saúde, como anemia e reumatismo, causados pela fome. O pai gastava todo o provimento em bebidas alcoólicas. Ir. Cláudia emprestou Cr\$ 20,00, que havia conseguido por meio do SESI, para que a esposa começasse a comprar frutas dos colonos e as vendesse na vila operária, além de outros produtos, de modo que pudesse obter uma renda. Também que viesse a administrar o dinheiro do marido, não permitindo mais que ele o gastasse com bebidas. Certo dia, essa mulher procurou Ir. Cláudia e perguntou: “Olha, eu tirei o dinheiro todo do meu marido e deixei só Cr\$ 10,00 pra ele. É pecado?” A freira respondeu: “Pecado é você não tirar”. Depois de certo tempo, Ir. Cláudia emprestou mais Cr\$ 30,00 a essa mulher, que continuou progredindo até que chegou um momento que conseguiu saldar sua dívida com a irmã. Na última visita que Ir. Cláudia fez à mulher, perguntou-lhe sobre a situação do casal e ela lhe disse algo que foi motivo de muita graça: “Só falta nós dois na parede”. Em outras palavras, de tanto que havia melhorado a situação familiar, só estava faltando um retrato do casal na parede, como era tradição nas casas operárias.

A foto do casal na parede constitui uma prática especialmente valorizada pelas famílias da época. Certamente significava a adesão dos cônjuges ao matrimônio, reconhecido pela Igreja e pela sociedade, contrapondo-se às uniões clandestinas tão comuns nas vilas operárias.

A regularização dos casamentos “clandestinos” foi uma outra frente de trabalho, no intuito de moralizar e redefinir as famílias dos operários da Próspera, pois naquela época era muito comum os casais “fugirem”. “Os casamentos dos filhos dos mineiros era fugido. Eles fugiam porque não tinham dinheiro para fazer uma festa de casamento”²⁷⁰. Daí que a fuga era uma prática comum, muitas vezes programada pela própria família, com data

²⁶⁹ Maria da Silva Salvador. Entrevista concedida a Giani Rabelo, em 21/07/2004, em Criciúma/SC.

²⁷⁰ José Silva. Entrevista citada.

marcada inclusive, tornando-se um fato intensamente comentado na vila operária. Como sugere Carlos Renato Carola (2002, p. 160-161),

Nesse tempo, o hábito de “fugir” para casar ou então ficar “vivendo junto” fazia parte das tradições e das estratégias de sobrevivência das famílias de origem lusa e africana, principalmente. Segundo suas representações, eram os homens que “roubavam” suas amadas, mesmo se todo o planejamento fosse realizado pela mulher. Algumas vezes o ato de “fugir” representava a única forma de suplantar a reprovação dos pais, outras vezes era a maneira encontrada para evitar os encargos sociais de um casamento que certamente muitos não podiam bancar.

As freiras, além de requisitadas, também tomavam a iniciativa de realizar visitas domiciliares. Nestas ocasiões, discutiam e mostravam a importância dos cuidados com a higiene das crianças e da casa e destacavam a importância das famílias cultivarem uma horta para consumirem alimentos saudáveis.

Nas visitas, ainda, verificavam os tipos de alimentos consumidos, uma vez que “a alimentação básica das famílias era farinha de mandioca e ovo, o pirão, e por isso as crianças eram fartas, gordas, mas tristes, não sorriam e eram irritadiças”²⁷¹. As famílias com melhores condições faziam um caldo de osso de gado, ou de carne, que misturavam com farinha. As mais pobres faziam apenas um pirão d’água.

Sobre as visitas domiciliares, as irmãs relatam no Álbum/Relatório:

Nas visitas domiciliares, as Irmãs têm oportunidade de se dedicar a muitos trabalhos, bem como, viver e sentir as necessidades do meio. Nestas visitas, fala-se da necessidade de cuidar da higiene das crianças e da casa, dos benefícios que traz a plantação de uma horta. Aconselha-se a esposa impaciente e descuidada que cuide bem do marido. Encaminha-se um casamento, um documento profissional e, sobretudo, procura-se educar. (ÁLBUM /Relatório, 1955-1957, p. 8)

²⁷¹ Ir. Cláudia. Entrevista citada.



Figura 45: Visitas domiciliares nas casas dos mineiros

Fonte: Álbum/Relatório de Atividades das Pequenas Irmãs da Divina Providência (1955-1957)

Fica evidenciado nestes registros acerca das visitas domiciliares que a reeducação da família implicava a mudança de comportamento da “esposa impaciente e descuidada”.

É provável que essa afirmação das religiosas sobre as esposas dos mineiros da Vila Operária da Próspera esteja informada pelo imaginário social da época. A imagem de mulher, durante séculos, foi propagada pela prescrição da moral eclesiástica, contida no Velho Testamento, mais precisamente no Gênesis e na Epístola aos Efésios, escrita por São Paulo.

No primeiro texto, Eva era vulnerável às tentações da carne e da vaidade, tornando-se culpada, em função de suas fraquezas, pela infelicidade do homem. No texto epistolar, São Paulo defende que as mulheres devem sujeitar-se aos seus maridos como ao Senhor e que devem se comportar de acordo com a condição de inferioridade, agindo com modéstia e silêncio (BADINTER, 1985, p. 33-36).

As imagens dessa página do Álbum/Relatório retratam o interior das casas das famílias mineiras. Nos ângulos escolhidos para as fotografias, as paredes escuras mostram a precariedade das moradias, com seus poucos cômodos, janelas e portas confeccionadas com tábuas e fechadas com simples “tramelas”.

Uma das legendas, denominada **O c.o.n.f.ô.r.t.o d.e u.m.a b.o.a p.a.l.a.v.r.a**²⁷², acompanha uma imagem que exhibe uma freira ao lado de um casal jovem com dois filhos. Nas visitas, as freiras não resumiam seu trabalho em confortar as pessoas, mas também

²⁷² Grafia da legenda do Álbum/Relatório de atividades das Pequenas Irmãs da Divina Providência (1955-1957), p. 10.

medicavam as crianças, quando havia necessidade, e reuniam as mulheres da vizinhança para algum tipo de orientação.

Apesar de pouca mobília e da simplicidade das casas retratadas no Álbum, as mesas são apresentadas com toalhas brancas e bordadas. As aulas de bordado compunham o leque de atividades oferecidas às mulheres, provavelmente por isso o lugar dos bordados na fotografia.

Era de costume **O c.o.r.t.ê.j.o d.e c.r.i.a.n.ç.a.s j.u.n.t.o à.s I.r.m.ã.s q.u.a.n.d.o v.i.s.i.t.a.m a.s c.a.s.a.s**²⁷³. No cortejo, meninos e meninas acompanhavam as freiras com alegria pelas ruas esburacadas. As crianças maiores carregavam os irmãos menores no colo. Nessa página do Álbum/Relatório, sugestivamente as flores desenhadas em cor rosa envolvem as imagens em preto e branco.

A relação entre imagens, legendas e textos intenta mostrar o quanto as religiosas eram “bem-vindas” às casas dos operários, assim como o cortejo das freiras pelas crianças reforça tal idéia.

Conforme dados estatísticos apresentados na última página do documento, as freiras realizaram, em três anos, 3.528 visitas domiciliares, 898 entrevistas, 380 encaminhamentos, 62 acompanhamentos, 766 informações e 302 providências diversas.

Por conta das más condições de moradia, eram inúmeros os problemas de saúde vividos pelas famílias, exigindo que o SESI implantasse na vila operária o programa denominado *Reembolsável de Medicamentos*. Os medicamentos eram vendidos a um preço menor que o de mercado e os valores eram descontados na folha de pagamento dos operários.

A farmácia para a venda desses medicamentos foi organizada, inicialmente, num espaço contíguo à Casa Assistencial “São José”, e posteriormente foi transferida para um local mais central e apropriado, construído pela carbonífera. O horário de atendimento estabelecido era das 8 h às 11 h e das 14 h às 17 h durante a semana, e aos sábados das 8 h às 11 h, horários estes que, na prática, eram flexíveis, pois as famílias procuravam as irmãs à noite, aos sábados e domingos.

Sobre o *Reembolsável de Medicamentos*, as irmãs registraram no Álbum/Relatório que:

²⁷³ Grafia da legenda do Álbum/Relatório de atividades das Pequenas Irmãs da Divina Providência (1955-1957), p. 10.

Inúmeros os benefícios provindos do Reembolsável. Benefício econômico, instrutivo e social. Para salientar a parte econômica, citaremos alguns exemplos: um vidro de Lutazol em nossa Farmácia custa Cr\$ 38,00, na praça vende-se a Cr\$ 90,00. Uma receita que no Reembolsável orçava em Cr\$ 190,00, em uma das Farmácias da cidade custava Cr\$ 310,00. (ÁLBUM/Relatório – 1955-1957, p 4).

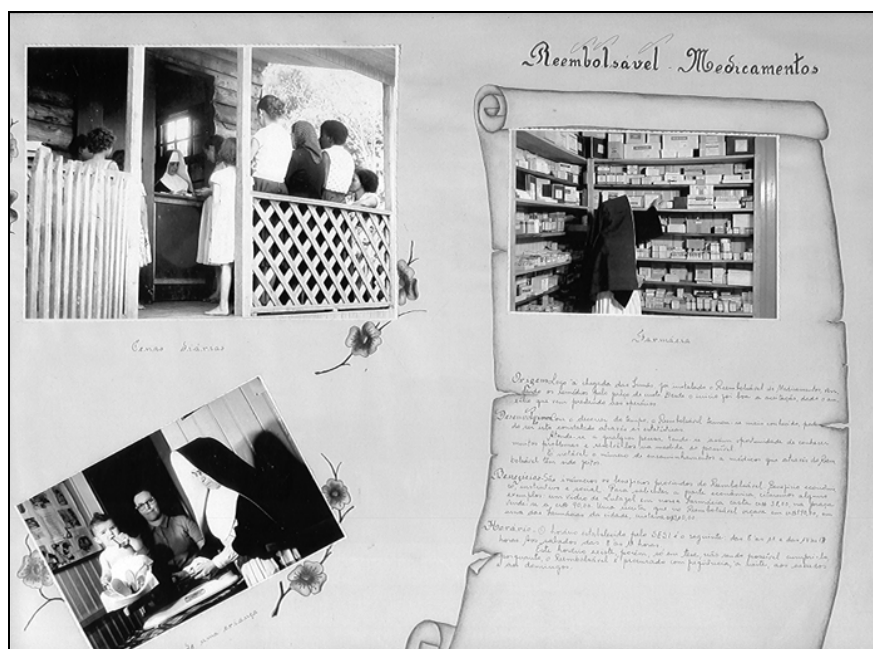


Figura 46: Freitas atendendo na Farmácia do Programa Reembolsável Medicamentos
Fonte: Álbum/Relatório de Atividades das Pequenas Irmãs da Divina Providência (1955-1957)

Neste posto farmacêutico do SESI eram feitos vários atendimentos. As freiras, na ausência de médicos, tentavam cumprir esse papel, medicando no local e também nas casas, quando eram chamadas.

Em relação ao trabalho de atendimento às pessoas com problemas de saúde, Ir. Cláudia lembra-se de uma experiência que para ela foi muito marcante. Assim relata:

Nós tivemos um caso muito bonito da dona que eu fui visitar [...]. Ela morava do outro lado do trilho do trem de ferro, depois dos eucaliptos e o Jeep não ia até a casa dela. O Jeep ficava distante e a gente tinha que andar no meio das árvores. Eu cheguei lá e a mulher estava na cama, uma mulher jovem ainda, com dois filhos e o marido que era da mina. Os dois filhos eram menores, mas já estavam na escola. Ela estava sozinha, mas não andava, pois estava entredada na cama. Eu conversando com ela, e ela falou: Pois é, Irmã, não sei quantos anos eu estou aqui em cima desta cama. Meu marido levanta às três horas da manhã para fazer almoço, deixa pronto para as crianças, prepara tudo para as crianças irem para a escola e depois ele vai para a mina. Ele está emagrecendo, está ficando doente porque ele está trabalhando muito. Chega em casa, dá banho nos meninos, arruma tudo, limpa a casa, ele que faz tudo, Irmã. Diante dessa situação eu fui pedir ajuda para o Dr Manif, que foi outro pai que nós tivemos. Ele foi lá visitá-la, examinou-a e mandou que ela retirasse todos os dentes porque estava com infecção dentária, uma vez que todos os dentes estavam. E agora pra levar essa dona no dentista? O dentista não podia ir lá tirar. Então eu a levava todos os dias que o dentista marcava, e assim ela tinha que caminhar da casa dela até o Jeep, quando ela punha o pé no chão ela gritava de dor. Até a metade do caminho ela gritava de dor, depois ela ia melhorando, acalmando e

andava muito bem. Eu fiz essa observação pro Dr. Manif e ele falou: “Preciosa a sua observação, quer dizer que ela precisa caminhar, ela não pode ficar na cama, ela tem de caminhar”. Eu tinha que ir todo santo dia na casa dela, tirar ela da cama mesmo que ela não quisesse sair. Todo dia, todo dia, todo dia eu fazia isto. Ela retirou todos os dentes, tomou antibióticos e eu fazia exercícios com ela e tudo. Conclusão: em pouco tempo essa mulher ficou boa e o marido dela não sabia como agradecer, pois estava quase entregando os pontos. Depois de muito tempo nos encontramos na igreja e ela me disse que estava muito bem e que estava grávida²⁷⁴

Além dos atendimentos e atenções à saúde, as religiosas procuravam preencher o tempo livre das famílias com atividades recreativas e consideradas “saudáveis”. Mesmo não existindo um local apropriado que funcionasse como sala de cinema, as religiosas, em parceria com o SESI, oportunizaram o acesso a essa experiência cultural. Conta D. Ida²⁷⁵ que

Não existia um cinema, sendo assim as irmãs improvisavam um local e todos tinham que sentar no ‘pasto’ para poderem assistir os filmes que, naquele tempo, eram mudos. As sessões eram lotadas, pois quando elas passavam o filme vinha toda aquela ‘gentarada’ caminhando pelo trilho.

Sobre essa novidade na vila operária, José Silva²⁷⁶ ainda comenta:

Aquilo era uma grande atração, todo mundo corria pra vim ver os filmes. Quando chegava o cara do cinema começava a gritaçada. Todo mundo com cadeira nas costas, no inverno frio o pessoal levava cobertor. Na época de festa junina estouravam bombinhas no meio do pessoal, era uma folia, jogavam aquelas touceiras de capim, o pessoal daquela época não era muito civilizado. Então eu lembro que os filmes eram de desenho animado, “O gordo e o magro”, filme de faroeste que o pessoal gostava muito na época. A fita arrebentava 50 vezes durante a apresentação e o pessoal começava assobiar, gritar e eles a emendar aquela fita. Seu João Paz era o operador da máquina.

Podemos inferir que a projeção de filmes constituía uma tentativa de ocupar o tempo das famílias operárias mineiras de modo produtivo, a fim de evitar o ócio e, conseqüentemente, a proliferação de vícios. O cinema representava, nos anos de 1950, nas vilas operárias do complexo carbonífero, um dos ícones da modernidade, evidenciando que as freiras estavam sintonizadas com o seu tempo.

Sobre a relação das religiosas com as famílias dos operários, vários indícios sugerem que, de certa forma, elas rompiam com a rigidez da igreja católica, misturando-se em meio aos moradores. “Elas se incluíam mais no meio do povo, viviam mais a problemática do pessoal, assumiam mais as coisas, os problemas das pessoas²⁷⁷”. Esse tipo de atitude provavelmente oportunizou que as famílias se aproximassem das religiosas e estas das

²⁷⁴ Ir. Cláudia. Entrevista citada.

²⁷⁵ Ida Dagostim Scott. Entrevista citada.

²⁷⁶ José Silva. Entrevista citada.

²⁷⁷ José Silva. Entrevista citada.

famílias. Ao descrever essa relação, José Silva afirma:

As pessoas tinham nas irmãs plena confiança, para elas é como se as irmãs fossem anjos protetores, então, as pessoas diante de qualquer problema iam conversar com elas e, às vezes, elas interagiam com a direção da empresa, às vezes junto à sociedade para pedir ajuda às pessoas que precisavam²⁷⁸.

Segundo Ir. Cláudia, o trabalho das religiosas contou com uma boa aceitação por parte das famílias operárias, todavia, atitudes de resistência também foram evidenciadas. “O povo tinha uma aceitação, tudo que nós falávamos, em geral, era muito bem acolhido, claro que tinha um caso ou outro que não”. Assim, Ir. Cláudia anuncia que as relações das religiosas com as famílias não eram apenas colaborativas, mas também havia estranhamentos e conflitos.

Um episódio que Ir. Cláudia relata está relacionado ao trabalho de orientação sobre a importância do cultivo de uma horta caseira. Certa vez, segundo ela, chegou à casa de um operário que estava sempre ausente, mesmo após o horário de trabalho. Geralmente, ele estava no bar da vila operária, uma vez que era costume dos operários “[...] chegarem do trabalho, tomarem um banho e irem para o bar”. Neste dia, ele estava em casa e a religiosa explicou a ele e a sua esposa sobre a horta caseira. No final da conversa, o operário respondeu-lhe com grande ousadia: “tá tudo muito bem, mas eu não sou cabrito para comer mato”.

Uma outra situação de resistência foi registrada no Álbum/Relatório, ficando assim relatada:

Um operário chamou-nos à sua residência, na Corda Bamba, para fazer curativos no seio de sua esposa. Encontramos um ambiente horrível. Sujeira por todo o canto. O recém-nascido de apenas 10 dias, já se achava contaminado pela “sapeca”. As outras quatro crianças inspiravam compaixão, tal aspecto imundo que apresentavam. A cama onde repousava a mãe doente e o recém-nascido, cheirava mal. Oferecemos para dar banho nas crianças e limpar a casa, mas a Sra. F... recusou e prometeu que faria ela mesma o trabalho. No dia seguinte, ao chegar, deparamos, com toda a família de roupa trocada sem passar e, sem levar o corpo nem uma gota d’água sequer. A distância não permitia uma visita diária a esta família. Contudo fizemos o que foi possível para encaminhá-los na higiene e conseguimos que o Sr. N... plantasse uma horta. Dois meses após a última visita, tivemos uma grande decepção. Encontramos o mencionado recém-nascido quase cego. Fazia mais de um mês que não abria mais os olhos, porque aquele pus provindo da “sapeca” não era retirado e foi colando as pálpebras até que a criança não pôde mais abrir os olhos. Perguntamos à mãe, porque deixou chegar aquele extremo, ao que ela respondeu candidamente: “-A gente não dá conta de limpar! Limpa, limpa, limpa e torna a sujar [...]”. Apenas esta a razão de deixar a pobre criancinha condenada à cegueira. Fizemos um tratamento em casa, com aplicação de pomada de penicilina. Oito dias após este tratamento, a criança abria os olhos e a melhora veio se processando paulatinamente. (ÁLBUM/Relatório – 1955-1957, p. 23)

²⁷⁸ José Silva. Entrevista citada.

Apesar de sugerirem o caráter sagrado que revestia a atuação das freiras, as resistências são identificáveis em diferentes âmbitos. Nem todos aceitavam ou se submetiam aos conselhos e orientações. Havia aqueles que burlavam, que desobedeciam e as enfrentavam, como o caso da família referida acima. As relações de poder, como sugeridas por Foucault indicam que seu exercício não era uma propriedade ou privilégio das religiosas, pois o poder “[...] se produz a cada instante, em todos os pontos, ou melhor, em toda relação entre um ponto e outro. O poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares”. (FOUCAULT, 2001, p.89)

É muito provável que nem sempre as freiras tiveram domínio da situação, uma vez que onde há relação de poder há enfrentamentos e resistências por parte daqueles sobre os quais o poder é exercido. A existência de poder pressupõe liberdade de reação, ou seja, “onde há poder há resistência” (FOUCAULT, 2001, p. 91).

Uma das dificuldades encontradas no trabalho com as famílias operárias era a acomodação, segundo Ir. Cláudia, por parte de alguns moradores. Ela lembra de certa vez que, ao chegar à casa de uma família, não pôde entrar porque a escada de madeira que dava acesso à porta de entrada estava quebrada, algo que o próprio morador poderia ter arrumado, mas muitos esperavam que a empresa o fizesse.

No trabalho com as famílias Ir. Cláudia confessa ter sido possível um grande aprendizado pessoal: “para mim foi sempre um grande aprendizado. Eu aprendi muito mais do que ensinei. É claro que eu ensinei muito, mas aprendi muito”. Na sua avaliação, um dos grandes aprendizados estava relacionado à tentativa de romper com o assistencialismo. Em função disso, argumenta que: “a gente não podia estar ocupando o lugar de alguém que podia fazer as coisas, o próprio trabalho foi ensinando a gente, que não podíamos assumir tudo e cada um tinha que assumir seu papel, até porque nós não dávamos conta de tudo”²⁷⁹.

Outras estratégias foram operadas pelas religiosas para manter as famílias operárias sob vigilância. Esposas, filhos e filhas estavam no foco da pedagogia missionária protagonizada pelas Pequenas Irmãs da Divina Providência, na Vila Operária da Próspera. Para vigiar as famílias operárias e levar a efeito o poder disciplinar, como sugere Michel Foucault, foi preciso diferenciar, separar, esquadriñar.

²⁷⁹ Ir. Cláudia. Entrevista citada.

4.1.2 Educar as esposas

A fim de reeducar e redefinir a família operária do complexo carbonífero, detentora de diferentes culturas, uma das principais ações pedagógicas voltou-se à educação e assistência às esposas dos operários, a quem foram dirigidas diversas iniciativas, além de todas as orientações que eram realizadas nas visitas domiciliares e nas reuniões organizadas pelas freiras. Como sugere Rago (1997, p. 62), cabia à mulher “atentar para os mínimos detalhes da vida cotidiana de cada um dos membros da família, vigiar seus horários, estar a par de todos os pequenos fatos do dia-a-dia, prevenir a emergência de qualquer sinal da doença e do desvio”.



Figura 47: Reunião organizada pelas freiras para as esposas dos mineiros

Fonte: Álbum/Relatório das Atividades das Pequenas Irmãs da Divina Providência (1955-1957)

Enquanto os homens dedicavam-se ao trabalho nas minas de carvão, as mulheres eram responsabilizadas pelos cuidados com a casa, os filhos, enfim, o espaço doméstico.

Michelle Perrot (1992, p. 186-189), ao tomar a cidade de Paris do século XIX como cenário de seus estudos, argumenta que tal século trouxe como novidade a forte separação entre os locais de produção e os locais de consumo, tendo como consequência a ocupação de espaços diferentes por homens e mulheres na sociedade. Para a mulher ficou definido o lugar da maternidade e da casa. Ela foi investida de múltiplas missões, mas a principal delas foi a “dedicação quase exclusiva aos trabalhos domésticos”.

Vale destacar, contudo, que no século XX, as mulheres das vilas operárias mineiras não se ocuparam exclusivamente do espaço doméstico. Durante muito tempo

também exerceram atividades nas minas de carvão, assim como as crianças. A presença de mulheres nas minas, não só de carvão, mas de outros minerais, atravessa a história de vários países, desde o século XVI.

Sobre o trabalho das mulheres nas minas de carvão de Criciúma e região, Carlos Renato Carola (2002, p. 24) aponta:

Apesar do silêncio oficial, os homens não foram os únicos a serem absorvidos pelas minas no processo de expansão e desenvolvimento da indústria do carvão. Principalmente nas décadas de 1940 e 1950, as mulheres constituíram uma força de trabalho significativa nas minas de carvão da região carbonífera de Santa Catarina. Sua presença no espaço das minas deu-se por pelo menos trinta anos de mineração, mas aos olhos da história oficial elas ficaram imperceptíveis.

O trabalho assumido pelas mulheres nas minas de carvão da região se restringiu à escolha de carvão, ou seja, elas separavam manualmente, com a ajuda de uma pequena picareta, o carvão da pedra. As mulheres, meninas e moças que eram empregadas nesta atividade, eram denominadas de “escolhedeiras”.

Mas a escolha do carvão não era a única função que concorria com o trabalho doméstico das mulheres. Muitas também eram lavadeiras, ou seja, lavavam roupas para os mineiros solteiros ou para aqueles que ainda não tinham conseguido trazer suas famílias para as vilas operárias, em troca de alguns trocados para o sustento da família. Algumas mulheres viúvas mantinham pensões em suas próprias casas, com a mesma finalidade. Nas famílias mineiras que continuaram trabalhando na agricultura, as mulheres também exerciam atividades na “roça”.

Na Vila Operária da Próspera, como nas demais, a aproximação entre as casas contribuía para uma intimidade muito grande entre as famílias. Todos se conheciam pelos nomes ou apelidos, sabiam onde cada um morava, quantos filhos cada casal possuía. Afora as famílias que viviam da agricultura nos arredores da vila operária, as demais eram de operários da Carbonífera Próspera. “A vida na Próspera era muito partilhada, todo mundo sabia de todos. Alguém ficava doente, todo mundo ficava sabendo, se alguém se machucava na vila, todo mundo ficava sabendo”²⁸⁰.

Tal intimidade, além de gerar laços de solidariedade, também gerava conflitos de diferentes ordens, como as intrigas, ou melhor, as denominadas “fofocas”. O momento mais apropriado para isso ocorria quando as mulheres se reuniam para lavar roupas, nos lavadores que ficavam à beira do açude ou nos tanques coletivos, mais conhecidos como “coxos”,

²⁸⁰ José Silva. Entrevista citada.

instalados próximos da bica d'água. Ali eram socializadas as novidades: “fulana tá grávida, o fulano deixou da cicrana, não sei quem tá traindo não sei quem, fulano tá namorando a cicrana”²⁸¹.



Figura 48: Esposas dos operários lavando a roupa nos tanques coletivos
Fonte: Álbum/Relatório das Atividades das Pequenas Irmãs da Divina Providência (1955-1957)

O “lavadouro” representou um espaço privilegiado das sociabilidades na vila operária. Assim também Michelle Perrot (1992, p. 202-203) observa que o “lavadouro”, na Paris do século XIX, era o lugar onde as mulheres se reuniam para lavar as roupas de toda família, como “ponto alto da sociabilidade feminina”, “lugar ambivalente, rico de incidentes entre as próprias mulheres”. Mas “lavadouro”, afirma Perrot, não era apenas um lugar funcional, era também um centro de encontro onde se trocavam informações, de todos os tipos, como “novidades do bairro, os bons endereços, receitas e remédios”. Há similitudes indiscutíveis entre as duas experiências históricas.

Os falatórios eram muito comuns nas vilas operárias e as mulheres constantemente eram acusadas de ser fofoqueiras. Joana Maria Pedro, ao procurar reconstruir os papéis sociais femininos no final do século XIX e início do século XX, em Desterro/Florianópolis, Santa Catarina, por meio dos jornais publicados entre 1880 e 1923, afirma que a imagem da mulher faladeira sempre foi decorrente da relação dos gêneros, elaborada de maneira diferente, em distintas formulações históricas. A autora sinaliza que “as conversas femininas eram consideradas tagarelices, diferentes das vozes dos homens que,

²⁸¹ José Silva. Entrevista citada.

controlando a escrituração oficial, tinham suas palavras registradas” (1994, p. 66). Dessa forma, as mulheres mantêm uma rede de comunicações horizontais que escapa aos ouvidos do poder.

As relações entre as mulheres nem sempre eram solidárias. D. Ida lembra com certo pesar de uma ocasião em que, na vila teve que ficar doze dias de cama e nenhuma vizinha veio visitá-la, diferente do que ocorria quando morava na “colônia”, pois, segundo ela, “lá a gente se ajudava, tomava conta quando uma vizinha ganhava neném²⁸²”.

As freiras visitavam com freqüência sua casa e das outras famílias, mas D. Ida²⁸³ lembra que, além das freiras, mulheres de elite que se dedicavam à filantropia visitavam as casas. “Não eram só elas, era uma mulherada da praça também porque elas queriam pôr as casas em ordem e limpas. Então, uma vez por semana vinha duas, três para ver como é que as casas estavam”.

Com a imposição de um novo modelo de família e de mulher-mãe no cotidiano da vila operária mineira, a higiene da casa tornou-se um elemento essencial com vistas à idéia de operários mais saudáveis. As freiras, em parceria com as mulheres da sociedade cricumense, atuam neste sentido, ensinando e orientando as esposas dos mineiros a conservarem os lares limpos.

Margareth Rago, ao observar este processo de profilaxia dos lares nas vilas operárias das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, no início do século XX, assim descreve as representações da “nova-mãe”:

Vigilante, atenta, soberana no seu espaço de atuação, ela se torna responsável pela saúde das crianças e do marido, pela felicidade da família e pela higiene do lar, num momento em que cresce a obsessão contra os micróbios, a poeira, o lixo e tudo que facilita a propagação das doenças contagiosas. (RAGO, 1997, p. 80)

Mesmo se tratando de um período diferente daquele investigado por Rago, as freiras na Vila Operária da Próspera dedicaram-se, sobremaneira, à instrução das mulheres, com o objetivo de formá-las informando, para que atendessem a este novo modelo de mulher e mãe. Para esta finalidade, ofertaram um leque de cursos populares em conjunto com o SESI.

Com o intuito de reeducar os hábitos alimentares das famílias, foram organizados cursos de arte culinária, pois se acreditava que a má alimentação não estava relacionada à pobreza e sim à falta de atenção e até mesmo à preguiça. Nas palavras das religiosas, “a lei do

²⁸² Ida Dagostim Scott. Entrevista citada.

²⁸³ Ida Dagostim Scott. Entrevista citada.

menor esforço”. Sobre este aspecto, que desencadeou uma das primeiras ações junto às esposas dos operários, elas anunciaram:

É conhecido de todos a base de alimentação da grande maioria dos habitantes da Próspera: pirão d’água, ou melhor, farinha de mandioca e água, misturados à hora de servir e peixe cozido. É este o prato que constitui alimento dos pobres operários que trabalham em serviço tão exaustivo e duro. Sabemos que a pobreza não justifica isto, e sim o descuido, a lei do menor esforço. No intuito de corrigir em parte este lamentável erro, começamos a estudar a possibilidade de um pequeno Curso de Arte Culinária. (ÁLBUM/Relatório, 1955-1957, p. 18)

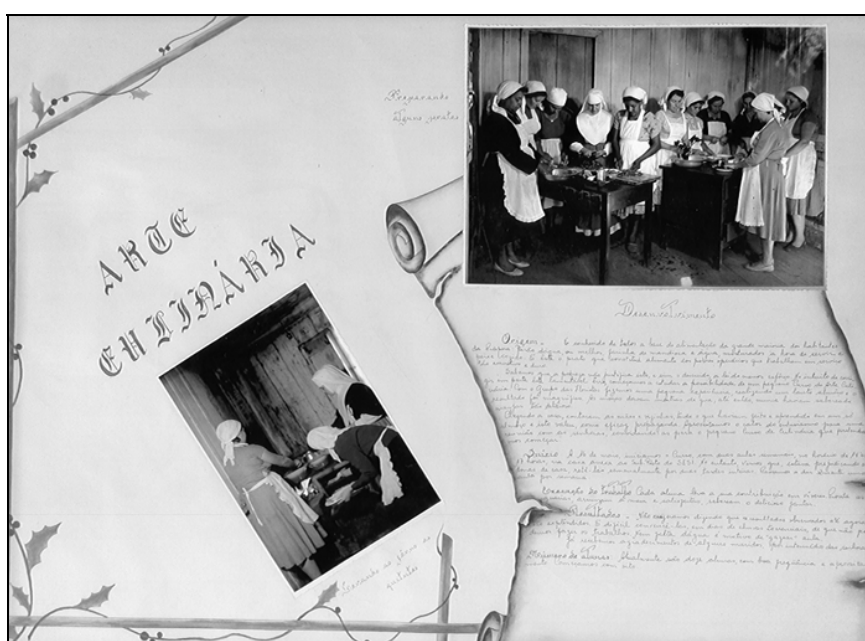


Figura 49: Curso de arte culinária oferecido pelas freiras
Fonte: Álbum/Relatório de Atividades das Pequenas Irmãs da Divina Providência (1955-1957)

Estrategicamente, elas ofereceram uma mostra do que seria o curso de arte culinária, primeiramente para o grupo das floristas, que reunia meninas moças entre 12 e 15 anos. Como a experiência foi bem sucedida, passaram a oferecer o mesmo curso às mães que já haviam sido sensibilizadas pelas próprias filhas. As freiras detalham esta iniciativa:

Com o Grupo de Floristas fizemos uma pequena experiência, realizando um lauto almoço e o resultado foi magnífico. As moças davam mostras de que, até então, nunca haviam saboreado manjar tão delicioso. Chegando em casa, contaram as mães e vizinhas, tudo o que haviam feito e aprendido em um só almoço e isto valeu, como eficaz propaganda. Aproveitamos o calor do entusiasmo para uma reunião com as senhoras, convidando-as para o pequeno Curso de Culinária que pretendíamos começar. (ÁLBUM/Relatório, 1955-1957, p. 18)

Nas aulas de arte culinária às meninas moças, além de ensinar sobre o preparo dos alimentos, Ir. Alberta ministrava a importância da limpeza das louças e da cozinha, além do cuidado com os alimentos e a higiene.

De outra parte, na avaliação de Ir. Cláudia, a má alimentação provocava, inclusive, dificuldades de aprendizagem nas crianças. Certa vez uma catequista reclamou a ela que um determinado menino não aprendia nada, mas era muito “capetinha” nas aulas. A fim de buscar a resolução do problema, Ir. Cláudia visitou a casa do menino, com o objetivo de falar com a sua mãe. Na ocasião, acabou constatando que ele só comia pirão d’água, ficando assim explicados, para ela, os problemas vivenciados por ele nas aulas de catequese. Ir. Cláudia assim se dirigiu à mãe da criança: “Se a senhora não pode comprar uma carne, tudo bem, mas uma verdura a senhora pode dar, tem quintal e pode plantar. O menino come farinha com água, então ele não vai aprender nunca²⁸⁴”. Depois de alguns dias, a irmã percebeu que a senhora havia feito a horta.

A necessidade de um trabalho educativo para solucionar o problema da má alimentação já havia sido sugerido anos antes da chegada das freiras na Vila Operária da Próspera, pelo médico Francisco de Paula Boa Nova Jr.. Em seu trabalho sobre as condições de vida das famílias operárias mineiras de Criciúma, encomendado pelo Departamento Nacional da Produção Mineral-DNPM, ele comenta:

A boa alimentação importa, essencialmente, em *comprar bem, preparar bem e comer bem*. Como se vê, não são três funções de puro empirismo; por conseguinte, impõe-se a necessidade de uma educação, *a educação dietética*, realizável no tocante ao operariado pelo dietólogo em colaboração com dietistas e assistentes sociais. (BOA NOVA JR., 1953, p. 108)

O curso de arte culinária, instalado pelas irmãs na Próspera, começou em maio de 1957, com duas aulas semanais, no horário de 14 às 17 horas, e foi posteriormente reduzido para uma aula semanal. Cada aluna levava o próprio alimento a ser preparado e, depois de pronto, as iguarias eram saboreadas coletivamente. As aulas aconteciam mesmo em condições desfavoráveis, sejam os dias de chuvas torrenciais ou aqueles com falta d’água, que não serviam para justificar qualquer ausência. Segundo as freiras obtinham o retorno desse trabalho por intermédio das próprias alunas, que apresentavam os agradecimentos de seus maridos pelos deliciosos pratos que elas preparavam em casa. (ÁLBUM/Relatório, 1955-1957, p. 18).

²⁸⁴ Ir. Cláudia. Entrevista citada.

A oração também fazia parte da rotina do curso de arte culinária. Depois dos pratos prontos, as participantes oravam como forma de agradecimento a Deus pelo alimento.



Figura 50: Mulheres orando no curso de arte culinária

Fonte: Álbum/Relatório de Atividades das Pequenas Irmãs da Divina Providência (1955-1957)

O problema da alimentação, ainda, afetava os recém-nascidos e nesse sentido as mães eram convocadas a amamentar seus filhos, no intuito de contribuírem para a diminuição dos índices de mortalidade infantil.

Em outra iniciativa, no ano de 1957 as religiosas deram início ao curso de Corte Costura, denominado “Serviço Prático de Costura”. Na primeira reunião, as religiosas explicaram as condições e o regulamento que regeria todo o trabalho, sendo estabelecido o número de 18 vagas. Uma das participantes ofereceu sua casa para o funcionamento das aulas, já que não havia um local disponível na vila operária. Na programação do curso constavam as seguintes etapas:

- 1- Cerzir e remendar;
- 2 – Camisa para homem;
- 3 – Calça para homem;
- 4 – Roupinha de criança;
- 5 – Vestidos;
- 6 – Bordados. (ÁLBUM/Relatório, 1955-1957, p. 20)

Ao registrarem a experiência, as freiras expressaram no Álbum/Relatório: “O aproveitamento é satisfatório e a frequência é boa. Já terminaram três pares de fronha, fizeram

alguns vestidos, roupinhas de criança e calças para homem”. (ÁLBUM/Relatório, 1955-1957, p. 20).



Figura 51: Curso de corte e costura oferecido pelas freiras

Fonte: Álbum/Relatório de Atividades das Pequenas Irmãs da Divina Providência (1955-1957)

Aulas de bordado também eram oferecidas às mulheres casadas. D. Ida²⁸⁵ participou desse curso de bordado com Ir. Lorencina e Ir. Cláudia. Nas aulas de bordado, relata que preparou o enxoval de uma de suas filhas. Lembra-se dos “casaquinhos e das camisinhas” que foram para a exposição realizada no antigo Salão Paroquial da vila operária. Mesmo analfabeta, aprendeu vários tipos de bordado e até os dias de hoje guarda uma colcha toda bordada à mão, como lembrança daquele tempo.

José Silva menciona as exposições de trabalhos manuais: “Elas faziam muitos trabalhos manuais com as moças, com as meninas, com as senhoras, aí no fim do ano tinha uma exposição de bordados muito bonita que eu gostava de ir lá ver [...]”²⁸⁶.

Outro curso oferecido às esposas dos operários foi o de *Enfermagem Caseira*, criado diante do fato de que as irmãs eram bastante procuradas para atendimentos emergenciais durante a noite, como consta no Álbum/Relatório:

Várias vezes fomos chamadas a domicílio em horas avançadas da noite, a fim de aplicar injeções em doentes graves. Contra os nossos princípios de sair, a noite, atendemos grande número de pessoas, nos casos mais urgentes. Todavia não era possível continuar assim. Fazia-se necessário formar uma turma de colaboradores e, neste sentido, reunimos algumas senhoras expondo o nosso projeto, de dar um pequeno curso de Enfermagem Caseira (ÁLBUM/Relatório – 1955-1957, p. 21).

²⁸⁵ Ida Dagostim Scott. Entrevista citada.

²⁸⁶ José Silva. Entrevista citada.

As saídas à noite iam contra as regras da congregação, mas a realidade exigia que as religiosas tomassem tal atitude, chegando inclusive a terem que sair sozinhas à noite em situações extremas.

O curso contava com um conteúdo programático que abrangia: noções de higiene, injeção intramuscular, injeção endovenosa, esterelização, curativos, tomada de temperatura, ética da enfermeira, lavagem intestinal, ou seja, “o estrito necessário para atender os inumeráveis chamados de injeções à domicilio e proporcionar mais socorro à Operária” (ÁLBUM/Relatório – 1955-1957, p. 21).



Figura 52: Curso de enfermagem caseira oferecido pelas freiras
Fonte: Álbum/Relatório de Atividades das Pequenas Irmãs da Divina Providência (1955-1957)

Iniciado em outubro de 1956, a duração prevista era de dois meses. Contudo, levou-se quase um ano para concluir essa atividade com as mulheres, dadas as inúmeras dificuldades que surgiram, como a falta de local apropriado e os poucos recursos disponíveis para a aquisição dos materiais.

Ao final da primeira turma, a pedido das religiosas, o médico Raimundo Perez, funcionário da Carbonífera Próspera, que havia ministrado alguns conteúdos, realizou um rigoroso exame junto às alunas, autorizando-as a exercerem o trabalho em casa e a domicilio.

A aceitação do curso foi muito boa, segundo as religiosas. Dois exemplos são apresentados no Álbum/Relatório para demonstrar o sucesso obtido: o da senhora Amélia Amorim, que aplicava, em média, cinco injeções por dia, e o da senhora Rosa de Souza, que especializou-se em banho de recém-nascidos, passando a ser procurada por muitas mães, uma

vez que no curso também era ensinado como banhar as crianças, como limpar-lhes as orelhas, os ouvidos e os olhos. Os conteúdos de puericultura, desse modo, podiam ser difundidos, integrando-se àquelas ações voltadas à higienização das práticas e costumes.

Cada enfermeira formada ganhava uma “caixa de urgência”, contendo o material e os medicamentos para primeiros socorros. As enfermeiras formadas também auxiliavam as irmãs na observação dos doentes, mas quando percebiam que o problema era grave solicitavam a presença das freiras.

No final de cada turma havia até festa de formatura, inclusive com apresentação de cantos. As formaturas representaram uma estratégia de legitimação e comprometimento das alunas, em especial para que se somassem às irmãs nas orientações às outras famílias. Algumas participantes da primeira turma foram professoras da segunda turma do Curso de Enfermagem Caseira, como relata Ir. Cláudia²⁸⁷.

Nas visitas domiciliares, essas mulheres levavam remédios e os receitavam, mas um dos problemas enfrentados era o fato de as mães não saberem administrar a medicação a seus filhos, dificultando assim a realização do projeto social almejado pelas religiosas, segundo opinião de Beverly Godoy Costa²⁸⁸, que acompanhava Ir. Cláudia neste trabalho.

Podemos inferir que os cursos de enfermagem caseira não serviram apenas para distribuir o acúmulo de trabalho das freiras e evitar suas saídas durante a noite. Havia também um interesse dos médicos em combater o atendimento feito pelos curandeiros e benzedeiros. Em 1953, o médico higienista Boa Nova Jr. manifesta-se incisivamente a respeito do charlatanismo em Criciúma, combatendo as “fazedoras de anjos”.

A cidade de Criciúma é um verdadeiro paraíso para os curandeiros e fazedoras de anjos, que aí exploram torpemente a ignorância das classes humildes dos trabalhadores, constituídas de cerca de 90% de analfabetos, com a complacência das autoridades locais. Os protestos e denúncias que têm sido levadas às autoridades, por parte, principalmente, da classe médica local, que por várias vezes se reuniu para este efeito, não tem merecido a menor atenção, não encontrando eco os apelos feitos para coibir os abusos verificados (BOA NOVA JR. , 1953, p. 115).

Semelhante aproximação entre médicos e mães é apontada por Jacques Donzelot, em seu estudo sobre a França no final do século XIX. Segundo o autor, o higienista Fonssagrivés registra em seu *Dictionnaire de la santé* que era necessário ensinar às mulheres a arte da enfermagem doméstica para que pudessem se contrapor às *guardiãs* mercenárias.

²⁸⁷ Ir. Cláudia. Entrevista já citada.

²⁸⁸ Beverly Godoy Costa. Entrevista citada.

Fonssagrives assim se manifesta:

Tenho a ambição de fazer da mulher uma guardiã completa para o doente, capaz de compreender tudo e, sobretudo, que é este o seu papel, e que ele é tão elevado quanto caridoso. Os papéis de mãe e de médico são e devem permanecer nitidamente distintos. Um prepara e facilita o outro, eles se completam, ou melhor, deveriam se completar no interesse do doente. O médico prescreve, a mãe executa. (FONSSAGRIVES, 1876 apud DONZELOT, 1986, p. 23)

Podemos evidenciar na oferta de cursos populares de enfermagem, patrocinados pelo SESI, uma preocupação em “escolarizar” o fazer doméstico, a fim de preparar as mulheres para cumprirem seus papéis, de forma mais eficiente na sustentação da instituição familiar.

Além das visitas domiciliares e das ações assistenciais junto às esposas dos operários mineiros, uma das estratégias fartamente utilizada pelas religiosas foi a oferta sistemática de cursos populares, patrocinados pelo SESI. Através destes propunham a formação de mulheres mais cuidadosas com o lar e, por extensão, com a própria família. Cozinhar sem desperdícios, cuidar da higiene e da saúde dos filhos e filhas, confeccionar roupas para a família, limpar e enfeitar a casa, crer em Deus e a ele ser grata tornaram-se quesitos necessários ao modelo de mulher que sustentava o ideário da época, reafirmado pelas freiras e autoridades ligadas às empresas do complexo carbonífero.

4.1.3 Cuidar e educar as crianças

Outro eixo de atenção do Álbum/Relatório são as crianças, seja nas imagens, seja nos textos. São crianças recém-nascidas, meninos, meninas, meninas-moças, atendidos por uma rede de atividades promovidas pelas Pequenas Irmãs da Divina Providência.

Nas questões relacionadas à saúde, o documento traz imagens legendadas sobre a condição em que as crianças pequenas viviam na Vila Operária da Próspera. Crianças sendo pesadas no ambulatório que funcionava na Casa Assistencial “Imaculada Conceição”, crianças convivendo com porcos, crianças descalças e nuas acometidas de verminose. Tais imagens propõem, de alguma forma, a expressão de uma primeira infância inserida num espaço marcado por doenças, pela desnutrição e pelas más condições de higiene e alimentação, ou seja, ameaçadas pela mortalidade infantil.



Figura 53: Crianças Verminóticas

Fonte: Álbum/Relatório de Atividades das Pequenas Irmãs da Divina Providência (1955-1957)

As Pequenas Irmãs, desde sua chegada na vila operária, em 1955, assumiram, além de outras tarefas, a educação e o acompanhamento das crianças, concorrendo à geração “dos normais, dos sadios e dos fortes”, como apontava o médico do DNPM²⁸⁹. Nas visitas domiciliares realizadas pelas freiras e suas auxiliares, as crianças eram observadas e os recém-nascidos eram encaminhados ao Posto de Saúde do SESI para terem seu desenvolvimento acompanhado.

Além da verminose, segundo os registros do Álbum/Relatório e dos depoimentos, outros problemas comprometiam a saúde das crianças, como a tuberculose, a anemia e a difteria. Ir. Cláudia relata um caso que evoca em suas memórias:

Certa vez um pai desesperado bateu em nossa porta às duas horas da manhã, com seu filho nos braços, já cianótico. Então, abri a porta e ele falou: *Irmã, olha meu filho como está!*. Eu olhei e vi logo que ele estava asfíxiado. Chamei a nossa superiora e disse: *vou levar o menino no hospital*. Peguei a chave do carro, pus ele dentro e fui sozinha, coisa que a gente não fazia, pois jamais uma Irmã saía sozinha no *Jeep*. Eu fui sozinha uma vez que não tinha tempo de esperar a outra Irmã vestir-se. Então, eu desci e fomos para o hospital. Deus é tão bom que ao chegarmos à porta do hospital quem abriu para nós foi um médico e eu falei: *Doutor olha aqui o menino, está asfíxiado, deve ser difteria*. Imediatamente o médico socorreu o menino com os equipamentos, até porque já tinha tudo preparado, talvez por ser um problema muito comum na região. O médico deu anestésico, abriu o menino, já pôs o cateter e o menino começou a respirar. O menino estava pretinho, cianótico. Eu não sei de que família o menino era, mas ele ficou internado e eu fui embora sozinha às duas horas da madrugada. Esse ato era considerado “pecado”, mas eu voltei tão feliz, tão feliz porque eu só saí de lá depois que eu vi o menino tranqüilo, com soro no braço e dormindo. Esta criança devia ter uns três anos e depois o pai não podia me ver sem chorar de tão emocionado que ficava²⁹⁰.

²⁸⁹ Aspecto anteriormente abordado no item 2.6.3 deste trabalho.

²⁹⁰ Ir. Cláudia. Entrevista citada.

Mas nem todos tiveram essa sorte e várias crianças morriam ainda muito pequenas. Ir. Cláudia lembra dos “caixõezinhos” que passavam todos os dias em frente à Casa Assistencial.

Vera²⁹¹, filha de um dos funcionários responsáveis pelo almoxarifado da sessão administrativa da Companhia Carbonífera Próspera, morou ao lado da Casa Assistencial durante boa parte de sua infância. Lembra de muitos gritos e gemidos de crianças que eram atendidas no ambulatório pelas freiras, e que eram ouvidos por ela e seu irmão e, por conta disso, afirma que seu irmão resolveu cursar medicina, pois ficava angustiado e impressionado com a situação das crianças que chegavam ali gemendo de dor.

Como não existiam chuveiros nas casas, nem tampouco água encanada, a higiene corporal tornou-se objeto de ação e as freiras perceberam que apenas orientar as mães sobre a importância do banho diário não resolveria. Era preciso criar condições materiais para que isso se efetivasse. O famoso chuveirão, lembrado por muitos que moraram na Vila Operária da Próspera, foi um meio de difundir novos hábitos em relação ao corpo e atingir as famílias, começando pelas crianças. No Álbum/Relatório, as religiosas relatam essa experiência, que sugestivamente intitulam: “No domínio da higiene”:

Com a finalidade de acostumar as crianças ao banho ao menos semanal, pedimos ao Sr. Diretor da Companhia Carbonífera Próspera um chuveiro para as crianças, no que fomos atendidas com toda solicitude. Instalado o chuveiro elétrico, nas proximidades da Escola, convidamos algumas crianças, que a princípio se mostram temerosas da “experiência”, mas, depois fizeram boa propaganda. O banho foi marcado, para todo sábado, às 14 horas. Os meninos de um lado e as meninas de outro. Observamos de perto, a sujeira, mormente das meninas. Tinha-se a impressão de que nunca haviam lavado os cabelos. Para penteá-las gastava-se boa dose de tempo e paciência. Hoje o chuveiro é procurado com a alegria pela meninada que ali ocorre, aos sábados, levando até crianças de colo e dizendo: - “deixa Irmã, meu irmãozinho tomar banho de chuveiro para ver como é bom?”. Também os operários utilizavam o chuveiro para higiene diária, ao voltarem encarvoados das minas. (ÁLBUM/Relatório, 1955-1957, p. 12)

²⁹¹ Vera Regina Peixoto Bonotto. Entrevista citada.

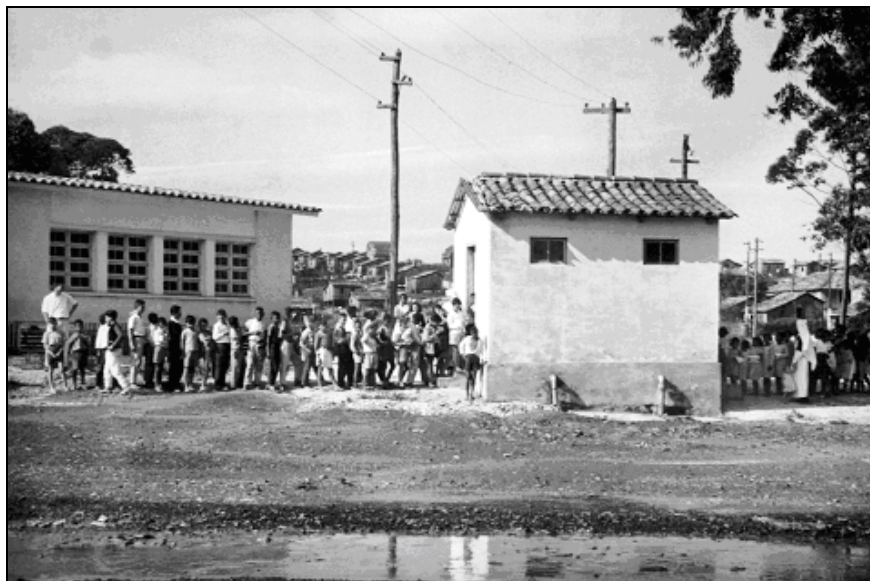


Figura 54: Chuveirão instalado no centro da vila operária
Fonte: Álbum/Relatório de Atividades das Pequenas Irmãs da Divina Providência (1955-1957)

O chuveiro, como descrito anteriormente, foi posicionado em pólos opostos à entrada de meninos e meninas para o banho, que era quase coletivo, sugerindo que tal espacialidade tenha configurado uma certa vigilância da sexualidade das crianças, de modo a interditá-la. Ao separá-las por sexo para o banho, tentava-se, de alguma forma, prevenir ou reorientar práticas sexuais, alvo de preocupação das freiras na vila operária.

José Silva²⁹² também participava desses banhos no chuveirão aos sábados à tarde, relatando que, naquela época, esse tipo de separação entre meninos e meninas, homens e mulheres, era muito comum. Por exemplo, quando os casais iam juntos à missa ao chegarem à porta da Igreja se separavam, o homem ia para o lado direito e a mulher para o lado esquerdo. Na escola também era assim, para entrar na sala de aula era uma fila de meninos e outra de meninas e a sala de aula era dividida, de um lado eram organizadas as carteiras para meninas e de outro para os meninos.

Sobre a necessidade da instalação desse chuveirão e a experiência com as crianças e as mães, Ir. Cláudia ainda acrescenta:

[...] as crianças vinham *imundas* para a catequese, pois não tinha água suficiente e as torneiras eram na rua. Ninguém tinha água encanada em casa, a não ser o pessoal do escritório, mas lá na operária não tinha. Então nós pedimos que ali na chaminé fizessem um chuveiro para a gente dar banho nas crianças e todo o sábado nós pegávamos toalhas, sabonete. Já pedia para a mãe mandar um pano para enxugar, não tinha toalha porque ninguém tinha. Dizíamos: manda um pano para enxugar e manda um sabão, aí mandavam uma barra de sabão, um pedacinho às vezes assim

²⁹² José Silva. Entrevista citada.

[mostra com a mão] e a gente guardava aquele sabão. Com aquele sabão a gente limpava o banheiro e às vezes algumas meninas ajudavam. Nós dávamos banhos nos pequenos e os grandes tomavam banho por si. Então, todo o sábado, pela manhã era uma festa, o banho geral. Nós demos banhos por muito tempo até que as mães decidiram dar banho em seus filhos, porque primeiro nós ensinamos as crianças a tomar banho e depois as mães desciam para dar banho nos filhos e ficou assim até quando houve necessidade. Os operários que saíam pretinhos de carvão das minas começaram a pedir para tomar banho lá e a gente deixou, porque depois as crianças já tomavam banho por si. Os pequenos as mães já sabiam dar banho em casa. Então, o banho também foi uma parte da nossa história. Com o tempo as crianças aprenderam a tomar banho, como limpar os ouvidos, como limpar os olhos, como se ensaboar. Os pequeninhos choravam ou se deliciavam, às vezes não queriam sair da água²⁹³

De acordo com Costa (1998, p. 84), nas famílias mineiras da Vila Operária da Próspera, “os banhos eram dados em bacias, lavando apenas os pés, partes genitais, rosto e mãos. Nos finais de semana, alguns tomavam, então, o ‘banho geral’”. Esse empenho em educar as crianças e, conseqüentemente, as mães para que o banho se tornasse uma prática na rotina doméstica, pelo menos aos sábados, tem a ver com os preceitos higienistas da época, que concebiam a higiene como uma forma de transformar não só os corpos imundos, mas as habitações, os hábitos gerais das famílias operárias mineiras. Esta ação protagonizada pelas religiosas remete àquilo que Vigarello denominou de moralização da limpeza. Para ele, a

Ambição complexa e totalizadora ao mesmo tempo, uma vez que, do asseio da rua ao das habitações, do asseio dos aposentos ao dos corpos, o objetivo não é outro senão transformar os costumes dos mais desfavorecidos. Eliminar seus “vícios” supostos, latentes e visíveis, modificando suas práticas corporais. (VIGARELLO, 1996, p. 212)

Parafrazeando o autor, as freiras não estavam propondo apenas um instrumento de saúde, mas um instrumento da moral, a fim de penetrar nos hábitos mais íntimos das famílias operárias (VIGARELLO, 1996, p. 212).

As freiras organizavam também o Concurso de Robustez Infantil, prática usual na época em diferentes cidades, que era uma das estratégias para fazer frente à mortalidade infantil, especialmente no sentido de impedir a desnutrição. O Álbum/Relatório contempla imagens de três bebês que participaram do concurso em 1957.

²⁹³ Ir. Cláudia. Entrevista citada.



Figura 55: Concurso de Robustez

Fonte: Álbum/Relatório de Atividades das Pequenas Irmãs da Divina Providência (1955-1957)

Já na segunda metade do século XX, o médico higienista Arthur Moncorvo Filho, nas celebrações do Dia da Criança, no Rio de Janeiro, promovia os Concursos de Robustez Infantil. Para participar de tais concursos a criança deveria possuir menos de um ano de idade e ter sido amamentada durante, pelo menos, seis meses. Neste caso, a mãe da criança deveria apresentar um atestado policial para comprovar seu estado de pobreza. Os bebês mais saudáveis recebiam um prêmio no valor de um conto de réis (US\$ 121). (WADSWORTH, 1999, p. 6)

Podemos presumir, assim como James E. Wadsworth (1999, p. 6), que os concursos de robustez na vila operária buscavam disseminar concepções de saúde infantil provenientes das elites, incentivando as mães pobres a se conformarem às condições de higiene que elas dificilmente poderiam colocar em prática.

Certamente, o que as freiras almejavam com este tipo de atividade era formar mães cuidadosas e atentas aos preceitos modernos de higiene, que se queria instituir no cotidiano da vila operária.

Um outro tipo de concurso envolvia meninas entre dois e três anos, era o Concurso de Bonecas. No Álbum/Relatório há o registro dessa atividade e, de acordo com José Silva²⁹⁴, tal concurso era realizado para arrecadar fundos à construção das novas instalações da Capela Nossa Senhora da Salette, da Vila Operária da Próspera. As meninas

²⁹⁴ José Silva. Entrevista citada.

tinham em torno de dois a três anos e eram vestidas como bonecas.



Figura 56: Concurso das Bonecas

Fonte: Álbum/Relatório de Atividades das Pequenas Irmãs da Divina Providência (1955-1957)

Mesmo reconhecendo que se tratava de um momento especial que fazia parte das práticas de uma época, é importante observar os trajes dessas meninas, candidatas a rainha. Vestido rodado, enfeitado com babados e, na cabeça, o chapéu. Este parece ser o traje de festa que as mães vestiam em suas meninas pequenas, mesmo se tratando de uma vila operária.

Cuidar e acompanhar os recém-nascidos e as crianças menores não era o suficiente. Era preciso envolver meninos e meninas maiores e para as freiras estes deveriam ter seu tempo melhor ocupado, com atividades sadias para que não ficassem na rua.

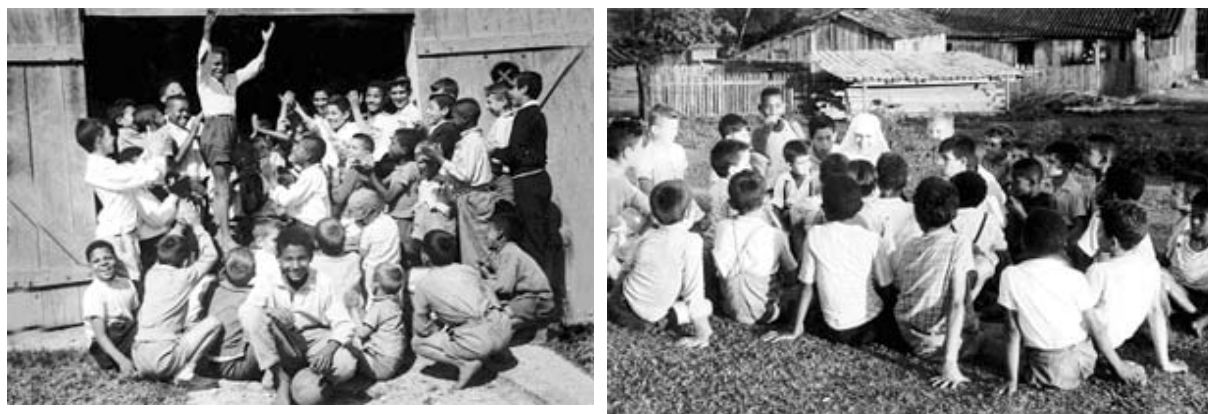


Figura 57: Meninos brincando na vila operária

Fonte: Álbum/Relatório de Atividades das Pequenas Irmãs da Divina Providência (1955-1957)

Para José Silva²⁹⁵, a chegada das freiras na Vila Operária da Próspera foi motivo de grande alegria e trouxe uma nova dinâmica, não só para a vida dos adultos, mas para a vida das crianças.

No livro em que ele foi um dos organizadores, intitulado “Semente de luz em terra próspera”, escrito em homenagem aos 50 anos de vida religiosa de Ir. Cláudia, assim ficou registrado:

Todos aguardavam com ansiedade a vinda das irmãs, como mensageiras de novidades que viriam inovar e animar um pouco a vida monótona do bairro. A tristonha Próspera, bairro de humildes operários de carvão, parecia confundir-se com o pó da hulha negra e o fumo dos trens-carvoeiros que cortavam o bairro transportando o negro minério para o porto de Imbituba. (SILVA, 2001, p.10)

O cenário gerado pelo pó da pirita, o lamaçal formado pela chuva que depois de seca resultava em poeira novamente, somado às condições de vida das famílias que ali habitavam, talvez tenham sido os principais elementos responsáveis pela lembrança de uma vida tristonha. Neste contexto, a vinda das freiras é comparada a uma luz na escuridão, uma vez que “o negrume das modestas casas de madeira e a poeira das estradas piritosas pareciam empanar a vida daquela gente sem grande perspectiva, lutando de sol-a-sol, única e exclusivamente para suprir suas necessidades básicas” (SILVA; PATRICIO, 2001, p.10).

José Silva²⁹⁶ sintetiza o papel das religiosas argumentando que elas trouxeram para a Vila Operária da Próspera alegria, valor ao lazer, valor à leitura e, além disso, orientação às famílias e orientação espiritual. Ainda menciona que utilizavam da “pedagogia da simplicidade”, uma vez que “não tinham um lugar especial para fazer as coisas, elas faziam na rua, em qualquer lugar”

Crianças brincando na rua foi a primeira cena que chamou a atenção das freiras quando ali chegaram:

Os meninos se vestiam somente com uma blusinha e ficavam sempre nuzinhos do umbigo para baixo. Na rua, andavam crianças um pouco maiores assim também [meninos] e as meninas de vestidinho. As meninas não eram bem vestidinhas. Foi a primeira coisa que nos chamou a atenção, porque era muito carvão e a pele dos meninos ficava entranhada de carvão porque tinha os que engatinhavam e rolavam pela terra²⁹⁷.

²⁹⁵ José Silva. Entrevista citada.

²⁹⁶ José Silva. Entrevista citada.

²⁹⁷ Ir. Cláudia Entrevista citada.

Nessas condições, as crianças tinham seu estado de saúde prejudicado, desenvolvendo “maus hábitos sociais” e, por conta disso, as freiras, quando “passavam pelas ruas e viam uma criança pelada, pegavam aquela criança pela mão e iam lá levar para a mãe, conversavam com a mãe, instruíam a mãe para que elas não deixassem os filhos andarem assim pela rua”²⁹⁸.



Figura 58: Freira dando a mão a criança
Fonte: Álbum/Relatório de Atividades das Pequenas Irmãs da Divina Providência (1955-1957)

A rua era o espaço das crianças, na vila operária, até porque as casas eram muito pequenas e as famílias tinham em torno de seis a oito filhos. Para preencherem seu tempo e se divertirem, apesar das limitações materiais, inventavam diferentes brincadeiras, como tomar banho no açude, pescar com anzóis improvisados a partir de alfinetes, utilizando “coxos”²⁹⁹, jogar bola de gude, brincar de pião e de pegar. Nas palavras de Marli de Oliveira Costa (1998, p. 80), “transformar objetos, inventar brinquedos com o que encontravam na vila, estas parecem ter sido atividades que as crianças se ocupavam”. Mas não eram só a esses brinquedos que as crianças tinham acesso. Na década de 1950, há registros de que a Carbonífera Próspera, no Natal, distribuía brinquedos aos filhos e filhas dos operários. Vera³⁰⁰

²⁹⁸ José Silva. Entrevista citada.

²⁹⁹ Tanques de madeira utilizados pelas mulheres para lavarem as roupas

³⁰⁰ Vera Regina Peixoto Bonotto. Entrevista citada.

relembra que, muitas vezes, seu pai, que trabalhava no Almojarifado, tinha que trabalhar até a madrugada para empacotar os presentes que a companhia comprava para serem distribuídos nas festividades de final de ano.

O tempo que as crianças ocupavam a rua constituindo-se num de seus espaços, foi objeto de intervenção das freiras, e a partir da chegada da congregação foram organizados momentos recreativos, catequese, coral, teatro, time de futebol, banda, cursos manuais, principalmente para as meninas, além de passeios e orientações. Um leque abundante de atividades, consideradas saudáveis, foram desenvolvidas para tirar as crianças da rua e tornar o tempo produtivo. Corpos infantis precisavam ser controlados, docilizados.

Não se tratava de instituir uma relação violenta, de dominação constante ou de submissão, mas sim de promover o “aumento do domínio de cada um sobre o seu próprio corpo” (FOUCAULT, 1996, p.127), a fim de torná-lo mais útil e disciplinado.

Para Foucault (1996, p. 127),

O momento histórico da disciplina é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente.

Conta D. Ida³⁰¹ que as religiosas faziam caminhadas e piqueniques com as crianças. Quando as religiosas saíam com o *Jeep* pelas ruas era sempre motivo de farra, as meninas e os meninos costumavam acompanhar, correndo em volta. A figura do *Jeep* ainda mora nas lembranças de muitos que viveram naquele tempo.

Muitas das atividades recreativas eram realizadas ao lado da antiga igreja, principalmente aos sábados, após as aulas de catequese. Posteriormente, as recreações passaram a acontecer no Centro Social construído pela Carbonífera Próspera. Todas as crianças eram envolvidas de alguma forma.

Para os adolescentes e jovens também eram oferecidas várias atividades recreativas, em especial aos domingos, a partir das 9 horas da manhã, quando um grande número se concentrava na quadra ao lado do Centro Social. Jogos como vôlei, basquete e o teatro representavam novidades introduzidas pelas religiosas na rotina dos adolescentes. José Silva³⁰² lembra que muitos namoricos começaram ali. No local, havia um serviço de alto-falante público que veiculava recados e principalmente dedicatórias musicais.

³⁰¹ Ida Dagostim Scott. Entrevista citada.

³⁰² José Silva. Entrevista citada.

“Elas queriam ensinar coisas boas para as crianças, para os filhos dos mineiros, tanto para as meninas quanto para os meninos”, argumenta Ika³⁰³, que quando menina participava das atividades desenvolvidas por elas.

A infância de Ika³⁰⁴ não foi diferente da infância vivenciada pelas outras crianças, que não tinham acesso a revistas, rádio ou televisão. Tiveram acesso ao cinema quando as freiras começaram a passar filmes atrás da caixa d’água. Ela conta uma lembrança curiosa de sua infância. Certo dia, ela e seus colegas estavam brincando na companhia de uma freira e, no céu, passou um avião a jato. Foi um grande acontecimento, uma vez que se tratava da primeira vez que Ika e seus amigos presenciavam o vôo desse tipo de aeronave e o fizeram na companhia de uma freira. Sobre isso, Ika comentou: “Ah! Acho que o avião está queimando”!

Para estimular o hábito da leitura junto às crianças e jovens as freiras criaram uma pequena biblioteca que funcionava no local onde a Carbonífera instalou um Centro Social.

Festivais literários e musicais também eram organizados com o patrocínio da Carbonífera Próspera, sob coordenação da senhora Beverly Godoy Costa, funcionária do SESI, e da Ir. Cláudia, com a colaboração do senhor Altair Cascaes, funcionário da empresa.

Um artigo da Tribuna Criciumense, datado de 7 de janeiro de 1957, faz elogios a um desses festivais ocorrido no final do ano anterior. Nele o articulista do jornal assim se manifesta:

[...] o espetáculo, senão grandioso tecnicamente, agradou sob todos os pontos de vista e demonstrou perfeitamente o que podem realizar o espírito de abnegação, e boa vontade de esforço de pessoas imbuídas do sagrado sentimento de instruir, educar e divertir aqueles menos favorecidos pela sorte. [...] A sessão lítero-musical do serviço social da Próspera foi realmente grandiosa. Mais uma vez ali podemos verificar a eficiência do trabalho abnegado das Reverendas Irmãs de Caridade, dessas freiras que escondidas sob hábitos diferentes, vem desenvolvendo uma grandiosa atividade assistencial e educacional em nosso município. (TRIBUNA CRICIUMENSE, 07/01/1957, p. 8)

Além das peças de cunho religioso, outras temáticas eram abordadas. Os trajes eram confeccionados com a ajuda de comerciantes do centro da cidade que contribuía com doações de tecidos.

³⁰³ Maria da Silva Salvador (Ika). Entrevista citada.

³⁰⁴ Maria da Silva Salvador (Ika). Entrevista citada.



Figura 59: Peças Teatrais oranzadas por Berverly Godoy Costa

Fonte: Álbum/Relatório de Atividades das Pequenas Irmãs da Divina Providência (1955-1957)

Certa vez, Beverly organizou a peça chinesa chamada “Ligue, ligue, lele”, na qual as crianças vestiam quimonos. Nesta ocasião, um fato curioso ocorreu, levando-a a deparar-se com um problema de higiene vivenciado por boa parte das crianças da vila operária. Sobre esse episódio, assim relata:

[...] cada vez que eu ia para os bastidores pentear as crianças para o quadro subsequente eu colocava o pente na minha cabeça. No término da peça eu comecei a sentir uma forte coceira na cabeça. Mesmo lavando a cabeça constantemente, a coceira continuava. Quando foi um dia, já arrepiada de tanto me coçar, eu deitei a cabeça na pia do banheiro e passei álcool. Pulou piolho de tudo quanto foi jeito, de tudo quanto era tamanho, mas apesar dessas coisas, era muito gratificante, muito mesmo³⁰⁵.

As freiras se organizavam de tal modo que uma se dedicava aos meninos e outra às meninas. Ir. Cláudia dedicou-se aos meninos e Ir. Laurenciana às meninas. Sobre essa separação, Ir. Cláudia explica: “Naquele tempo a gente não misturava menino com menina, por isso eu fiquei com os meninos e ela com as meninas. Hoje a gente acha graça disso, mas era uma mentalidade da época”³⁰⁶.

As freiras, ao se especializarem em atividades distintas para meninos e meninas, reforçavam as diferenças nos papéis sociais de ambos. Para as meninas e meninas moças, propuseram atividades voltadas para o espaço privado, como os trabalhos manuais, para os meninos, atividades que implicavam a participação em espaço público, como o futebol, o coro, a banda, etc.

Importa ressaltar que, desde muito pequenas, as meninas eram educadas para o culto ao doméstico, enfim. para serem boas esposas e mães. O fato de envolver meninas apenas nas lidas domésticas e os meninos em atividades que privilegiavam a rua, apesar de

³⁰⁵ Beverly Godoy Costa. Entrevista citada.

³⁰⁶ Ir. Cláudia. Entrevista citada.

serem atividades pautadas em regras muitas vezes bastante rígidas, não significa que eles não se misturassem em outros espaços. A própria casa operária não propiciava esse tipo de separação. Por serem muito pequenos, irmãos e irmãs dividiam os mesmos espaços, inclusive na hora de dormir. As brincadeiras organizadas pelas próprias crianças também propiciavam a interação entre elas, independente do sexo.

Mesmo esta separação burlada em alguns espaços da vila operária, por conta das próprias condições de moradia ou pelas práticas culturais das famílias, vale destacar que a pedagogia missionária das religiosas de algum modo contribuiu para a construção das diferenças entre os gêneros, reforçando as desigualdades entre ambos.

D. Ika costumava acompanhar Ir. Alberta quando ela ia dar aulas de bordado em outras vilas operárias, depois de 1964, quando as Pequenas Irmãs da Divina Providência começaram a realizar um trabalho em convênio com a SATC. Geralmente, isso acontecia quando outra religiosa da congregação não podia acompanhar a freira, então Ir. Alberta não gostava de ir sozinha e sempre acabava convidando alguma menina para acompanhá-la.

Vera, que morava ao lado da casa das freiras quando criança, também as acompanhava. Muitas vezes, Verinha, como era chamada pelas religiosas, ia até o banco, que ficava na Rua Seis de Janeiro, com o *Jeep*, e também as acompanhava na missa, principalmente naquelas que ocorriam na última sexta-feira de cada mês. Elas apertavam na campainha às 5 horas da manhã, pois a missa começava às 6 horas.

Há indícios que os meninos eram os que mais visitavam a casa das freiras na Vila Operária da Próspera. Iam para lá para brincar no gramado e gostavam muito de se pendurar numa árvore lá existente.



Figura 60: Meninos brincando na árvore na casa das freiras

Fonte: Álbum/Relatório de Atividades das Pequenas Irmãs da Divina Providência (1955-1957)

Conta José Silva³⁰⁷ que as religiosas, especialmente Ir. Cláudia, chamava-os para irem lá matar gambá, pois a casa que moravam era de custaneira e possuía muitas frestas que propiciavam o alojamento daqueles animais. Depois da tarefa cumprida, elas ofereciam um lanche aos garotos.

Várias atividades eram realizadas com os meninos, notadamente aquela relacionada ao futebol. Ir. Cláudia formou vários times de futebol com eles, em torno de cinco, todos com os nomes dos times famosos do Rio de Janeiro, como Botafogo, Flamengo, Fluminense e outros. No entanto, o time oficial da vila operária, dos meninos maiores e com melhor desempenho, era o *Esporte Clube Michel*, em homenagem à fundadora da congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência, Madre Teresa Michel.

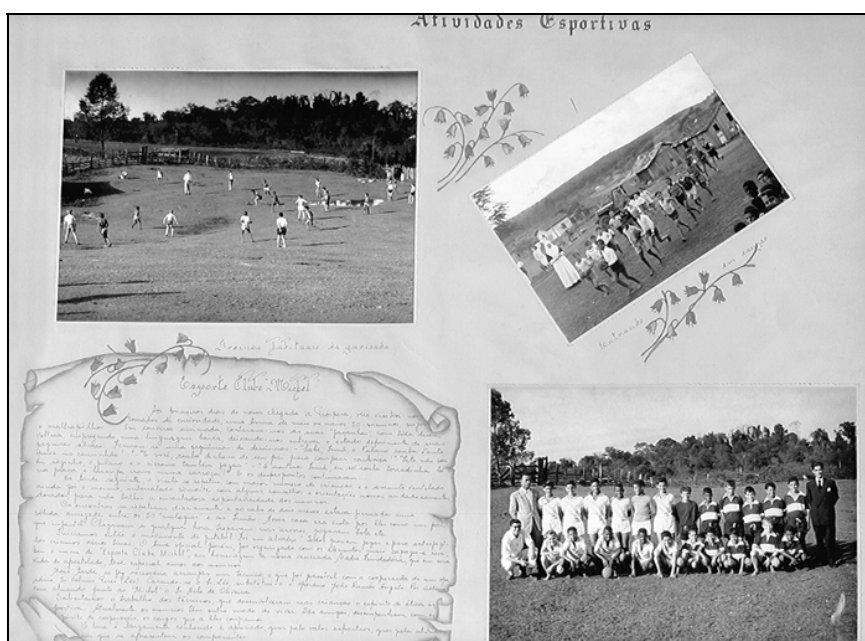


Figura 61: Time de Futebol do Esporte Clube Michel

Fonte: Álbum/Relatório de Atividades das Pequenas Irmãs da Divina Providência (1955-1957)

A organização dessa atividade esportiva foi narrada pelas freiras:

Aos primeiros dias de nossa chegada à Próspera, veio visitar-nos tomados de curiosidade, uma turma de mais ou menos 50 meninos, sujos e maltrapilhos. Em conversa animada, contaram-nos as suas “façanhas”, com tóda desenvoltura, empregando uma linguagem baixa, deixando-nos entrever o estado deprimente de suas pequenas almas. Formou-se uma seqüência de denúncias: - “Sabe, Irmã, o Fulano rouba tanto peixe no caminhão![...]” - “E você, rouba dinheiro de seu pai para comprar cachaça!” - “Isto não sou eu sozinho, o fulano e o sicrano também fazem.” - “É mentira Irmã, eu só roubei torradinha lá na praça e laranja cravo numa carroça!” E os despropósitos continuavam [...]. Na tarde seguinte, a visita se repetiu,

³⁰⁷ José Silva. Entrevista citada.

com maior número de crianças e o assunto ventilado ainda foi o mesmo, intercalado somente com alguns conselhos e orientações nossas, cuidadosamente dosados, para não tolher a encantadora espontaneidade dos meninos. Os encontros se repetiam diariamente e ao cabo de dois meses estava firmada uma sólida amizade entre os 50 “moleques” e as Irmãs. Nossa casa era vista por eles como um parque infantil. Chegavam a qualquer hora, trepavam nas árvores, jogavam bola etc. Iniciamos então o movimento de futebol. Foi um alvoroço! Todos queriam jogar e para satisfazê-los criamos vários times. O time oficial, porém, foi organizado com elementos mais capazes e recebeu o nome de: “Esporte Clube Michel”, em homenagem à nossa venerada Madre Fundadora, que em sua vida de apostolado teve especial amor aos meninos. Mais tarde, se fez necessário arranjar um técnico, o que foi possível com uma cooperação de um operário, Sr. Valmir Pires (Léo). Casando-se o Sr. Léo, substituí-o o operário João Ramos Ângelo. Por último vem atuando junto ao “Michel” o Sr. Nilo de Oliveira. Salientamos o trabalho dos técnicos, que desenvolveram nas crianças o espírito de ética esportiva. Atualmente os meninos têm outro modo de viver. São amigos, desempenham, com espírito de cooperação, os cargos que a eles confiamos. O time é largamente conhecido e apreciado, quer pelo valor esportivo, que pela atitude em que se apresentam os componentes. (ÁLBUM/Relatório – 1955-1957, p. 23).

Conta Ir. Cláudia que o *Esporte Clube Michel* jogava com o time da SCAN³⁰⁸, do bairro Pinheirinho, e com outros de cidades vizinhas. Uma das maiores preocupações da religiosa era que os jogos fossem justos, ou seja, que não houvesse roubos. Ir. Cláudia sempre acompanhava o time do *Esporte Clube Michel* nos jogos e não esquece de uma vez que foram jogar com o time da SCAN e aconteceu um fato desagradável: “eles fizeram um ‘verdão’ para jogar com o juiz e ganharam o jogo. Aí eu voltei muito aborrecida com aquilo, porque fizeram aquilo pra jogar com os meninos. Então pedimos um segundo jogo, aí fizemos lá também, aí ganhamos o jogo”. Lembra-se ainda de um outro jogo, em Urussanga, em que os meninos ganharam e depois vieram pedir a ela dinheiro para ir até a igreja de São Sebastião, até que ela descobriu que eles tinham feito uma promessa para ganhar o jogo e queriam pagá-la.

A oração também era algo que fazia parte dessa atividade, conta José Silva³⁰⁹, mesmo não sendo jogador do Time Esporte Clube Michel, que antes de cada jogo os meninos tinham que participar da missa.

Para atenderem ainda mais “a necessidade de ocupar as crianças em causas úteis e instrutivas”, em 1957, as irmãs formaram o Coral Nossa Senhora da Salete, que tempos depois passou a se chamar *Coro São Domingos Sávio*, formado apenas por meninos. Eram conhecidos como *Canários da Próspera*. No princípio, a intenção era formar um coro com as meninas, mas a tentativa não teve sucesso. Sobre esta experiência elas relatam:

³⁰⁸ Sociedade Criciumense de Auxílio aos Necessitados. Entidade filantrópica localizada na cidade de Criciúma criada em 1949, pela sociedade civil organizada e que, anos mais tarde, foi assumida pelos Padres Rogacionistas (Congregação masculina criada pelo mesmo fundador da Congregação das Pequenas Irmãs do Divino Zelo).

³⁰⁹ José Silva. Entrevista citada.

[...] Experimentamos as vozes ensaiando vários cantos, mas, não conseguimos harmonia. Gritavam muito e desafinavam, horrivelmente, dada a maneira viciosa de cantar, da região. Passamos então a ensaiar os meninos e ficamos entusiasmadas vendo a facilidade que apresentavam em aprender a letra e a música dos cantos. Seleccionamos as vozes e formamos um grupo de 16 meninos para começar o “Coro S. Domingos Sávio” como veio chamar-se mais tarde. Após ensaiarmos alguns cantos sacros, passamos a Missa de Angelis³¹⁰, que deveria ser cantada por ocasião da festa de S. Sebastião. Ensaiamos durante três meses e no final deste tempo as crianças cantavam com exatidão a missa, pronunciando com clareza o latim. Preparamos o grandioso uniforme azul anil com gravatinha branca para a solene estréia do Coro. (ÁLBUM/Relatório – 1955-1957, p. 14).

Nas fotografias, os meninos do Coro aparecem participando de um ensaio, com roupas do dia-a-dia e todos descalços. Em contraste, na outra imagem, aparecem todos uniformizados com terninhos escuros e gravatas borboletas brancas. Até 1957 foram realizadas 164 reuniões e ensaios e o coro contou com 2.699 freqüências, como constam nos dados estatísticos do documento, elaborados pelas religiosas.

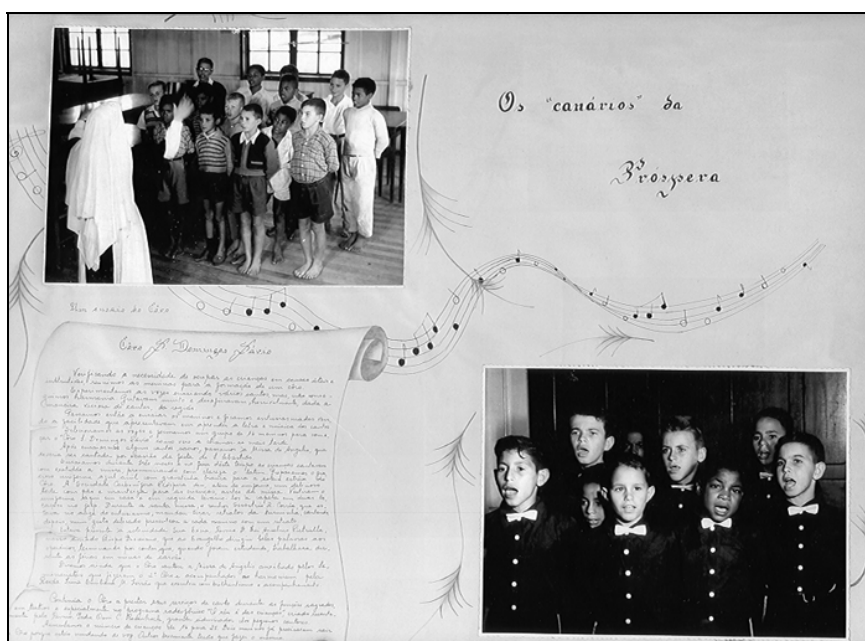


Figura 62: Coro São Domingos Sávio

Fonte: Álbum/Relatório de Atividades das Pequenas Irmãs da Divina Providência (1955-1957)

A contraposição entre as duas imagens, associadas ao texto acima transcrito, parece ser estratégica, pois leva o leitor a compreender o trabalho do coro como uma oportunidade de civilizar os meninos, pondo-os em contato com a cultura erudita e com valores muito diferentes daquela realidade. Além de estarem carregadas de sentidos, tais imagens, na forma como estão inseridas no Álbum, têm um caráter pedagógico e político, provando as “transformações” efetuadas pelo trabalho das freiras: o “antes” e o “depois”.

³¹⁰ Missa de Angelis era uma missa animada com cantos gregorianos, também chamada de missa dos anjos.

Em sua entrevista, Ir. Cláudia afirmou que o coro foi muito aprimorado porque contou com o auxílio do senhor Nilo, que tinha vindo do seminário e onde recebera aulas de canto. Ensinava, inclusive, o canto gregoriano e as crianças realizavam a missa de Angelis. Segundo Ir. Cláudia, era “uma missa muito difícil por ser gregoriana, mas eles cantavam maravilhosamente”. O coral também se apresentava em festas importantes que aconteciam na vila operária.

O sucesso do coro foi tamanho que mereceu lugar de destaque no Boletim veiculado pela CSN, da qual a Carbonífera Próspera era subsidiária.

CORO DE CRIANÇAS NA PRÓSPERA – Foi um espetáculo dos mais interessantes a primeira apresentação do còro de meninos da Próspera, realizada recentemente na Capela de Nossa Senhora da Salete, em Criciúma. Dezesseis garotos cantaram uma missa em latim, na festa de São Sebastião, sob a orientação das Pequenas Irmãs da Divina Providência. Os pequenos cantores alcançaram autêntico sucesso e já receberam convites para várias exibições. (O LINGOTE, n. 71, 1956, p. 3)

Recorrer ao canto como estratégia pedagógica para catequizar as crianças, neste caso os meninos da vila operária, não era uma novidade na prática missionária católica, também estava entre os métodos empregados pelos jesuítas para cristianizar os filhos dos índios no Brasil Colônia. Ao “sonorizar os ritos católicos”, os jesuítas tinham como intuito “salvar as almas”, como discute Plínio Freire Gomes. O autor enfatiza o uso do canto com as crianças indígenas como forma de driblar a rigidez da ortodoxia da Igreja Católica européia, de modo a “transmitir a mensagem cristã, desde que a essência da mesma fosse preservada”. A música foi utilizada com a finalidade de dar “iniciação dos povos gentílicos nos ministérios da espiritualidade” (GOMES, 1991, p.189 – 191).

Henrique Gomes³¹¹, que foi membro do “corinho”, lembra ainda dos ensaios, à noite, na casa das irmãs. “Ensaivamos ao lado direito da casa, numa espécie de coreto protegido por cerca de sarrafos cruzados, tipo treliça. Muitas vezes, Ir. Cláudia ia nos levar de volta para casa de *Jeep*. E nós adorávamos andar de *Jeep*” (SILVA; PATRICIO, 2001, p. 64).

Outra atividade dirigida aos meninos, também de cunho musical, foi a *Banda Musical Filho do Mineiro*, uma continuidade do Coro São Domingos. A banda foi idealizada e dirigida pelo senhor Altair Cascaes com o apoio das Pequenas Irmãs da Divina Providência, subsidiada pelo SESI. A banda contava com 25 músicos na faixa etária de 10 a 17 anos, sendo todos filhos de trabalhadores da indústria. A Bandinha atendeu a várias solicitações,

³¹¹ Henrique Gomes participava, quando criança, das atividades organizadas por Ir. Cláudia na Vila Operária Próspera.

participando de diversas apresentações dentro e fora do Estado de Santa Catarina, tornado-se notícia nos meios de comunicação local.

Vem constituindo motivos de gerais aplausos, o magnífico trabalho das religiosas e do Sr. Altair Cascaes, no preparo de uma Banda Musical no bairro Próspera, integrada de menores, filhos de operários. O público criciumense não tem negado aplausos e palavras de estímulos a essa louvabilíssima iniciativa, que se deve, sem favor nenhum, ao idealismo realizador do Sr. Altair Cascaes, auxiliado pelas Irmãs que dirigem o serviço social naquele bairro. Os pequenos músicos, cheios de entusiasmo, estão estudando com afinco e não será temeridade afirmar-se que surgirá, naquele conjunto infantil, inúmeras vocações musicais. O SESI e a direção da Sociedade Carbonífera Próspera vem auxiliando essa bandinha, que, como é sabido, enfrenta toda a sorte de dificuldades. Fazemos apelo à generosidade do nosso povo sempre pronto a auxiliar iniciativas como a que nos referimos, no sentido de materialmente concorrer para o mais rápido desenvolvimento da Bandinha da Próspera. (TRIBUNA CRICIUMENSE, 11/05/1959, p. 8)

Ir. Cláudia relata que os meninos, quando saíam para as apresentações, na cidade ou fora dela, pediam seu consentimento. Em suas palavras “é como o filho que você cria, depois ele se manda e eu queria ter na mão³¹²”.

A banda começou a ser convidada para tocar em bailes de carnaval e isso passou a incomodar muito Ir. Cláudia. Ela relaciona esse sentimento ao tipo de educação que recebeu de seus pais. Quando moça, sua mãe nunca a havia deixado participar desses bailes, porque carnaval era sinônimo de pecado, era como se fosse um palavrão. Chegou a confessar não saber o que realmente havia no carnaval, apenas sabia que havia muita bebida alcoólica e talvez fantasias impróprias, mas só a palavra carnaval já lhe causava calafrios. Em função disso, alguns atritos foram acontecendo entre ela e o senhor Cascaes. Houve uma ocasião em que ela “deu uma bronca”, gratuitamente, ao que revela ter ficado arrependida. Em época de carnaval, Ir. Cláudia chegava a tirar os outros meninos da vila e fazia retiros com eles. No momento da entrevista, Ir. Cláudia revelou, ainda, ter feito uma autocrítica sobre sua mentalidade e suas atitudes daquela época.

Contudo, segundo ela, seu comportamento era resultado do excesso de preocupação que tinha com os meninos. Chegou até a conversar com alguns pais para conseguir apoio para reverter essa situação, mas não adiantou, a banda seguiu o seu caminho e fez muito sucesso, ultrapassando as fronteiras de Criciúma.

Henrique Gomes lembra que a Ir. Cláudia chegou a ir a sua casa, a fim de conversar com seu pai, porque achou estranho o fato dos meninos tocarem nos bailes de carnaval. Conta ele que seu pai, de maneira humilde, lhe respondeu:

³¹² Ir. Cláudia. Entrevista cedida.

Olha, Ir. Cláudia, eu tenho uma filha que é freira. Eu tenho um filho estudando pra padre. Eu não mandei a minha filha ser freira e nem o meu filho estudar pra padre. Portanto, se o Henrique quiser tocar baile de carnaval ou ser comunista, é problema dele. Eu não estou mandando. (SILVA; PATRICIO, 2001, p. 67)

Para que as atividades com os meninos pudessem ter continuidade, Ir. Cláudia buscava formas alternativas de angariar recursos, como foi a comercialização de coelhos e a venda de produtos obtidos na horta comunitária que existia na própria casa das freiras. Em ambas as atividades os meninos estiveram bastante envolvidos.



Figura 63: Horta Comunitária

Fonte: Álbum/Relatório de Atividades das Pequenas Irmãs da Divina Providência (1955-1957)

Estes meninos, hoje homens experientes e pais de família, os “meus meninos”, como ela ainda os denomina, guardam muitas lembranças daquele tempo em suas memórias. Todo mês de outubro ela é homenageada quando vem do Rio de Janeiro visitar suas colegas da congregação e amigos na cidade de Criciúma. Em 2000, alguns deles publicaram um livro, como já foi mencionado, em comemoração aos seus 50 anos de vida religiosa, em que rememoram alguns acontecimentos, autodenominando-se “seus amigos do Bairro Próspera”.

Uma outra atividade oferecida pelas religiosas para ocupar o tempo de forma produtiva, anteriormente referida, era a oferta de cursos, em convênio com o SESI. Estes eram mais voltados para as meninas e meninas moças e tratavam das lidas domésticas.

Em abril de 1956 foi dado início ao *Grupo das Floristas*, trabalho de grupo com meninas de 12 a 15 anos. As atividades eram todas voltadas para trabalhos manuais.



Figura 64: Grupo de Floristas

Fonte: Álbum/Relatório de Atividades das Pequenas Irmãs da Divina Providência (1955-1957)

As religiosas assim descrevem esse trabalho:

Em fim de abril de 1956, iniciamos um trabalho de grupo, com meninas de 12 a 15 anos. A primeira atividade, escolhida por elas foi a confecção de quadrinhos, cachipôs de vidro e flores artificiais. Daí o nome que mais tarde recebeu: grupo das floristas. O grupo primava pela falta de jeito, mas, também pela assiduidade às reuniões e pelo entusiasmo e boa vontade. Passamos depois ao bordado e nele percebemos até hoje, com ótimos resultados. Algumas aprenderam com facilidade vários pontos e estão fazendo do bordado boa fonte de renda. Bordam lençóis, fronhas, centros de mesa e vendem por um bom preço. Outras confeccionam tapetes, pequenos jogos e enfeites de casa. Atualmente, prepararam para a exposição de trabalhos em dezembro próximo, para a qual já contam com os forros de mesa, jogos de sala, tapetes, lençóis, fronhas, jogos de cozinha e outras miudezas. Acha-se o grupo em pleno desenvolvimento e, com prazer, notamos a intensificação de amizade entre elas. Até nas festas vê-se o grupinho reunido na mais completa harmonia. Observa-se também o espírito de cooperação entre as componentes do grupo. Faltando material para uma, logo a outra se prontifica em ajudá-la. Aprenderam as regras elementares de civilização e praticam-nas com exatidão. (ÁLBUM/Relatório, 1955-1957, p. 13).

Em meados de março do ano de 1957, foi dado início a um outro grupo, desta vez com meninas menores, isto é, entre 8 e 11 anos. Era denominado *Grupo das Violetas*. As aulas aconteciam uma vez por semana na casa das freiras. Sobre esse trabalho elas registraram

As meninas estão satisfeitas e a frequência é ótima. Depois do grupo constituído, lançamos a idéia do nome a escolher e sugerimos alguns a fim de orientá-las: grupo das rosas, grupo das fadas, grupo das abelhas etc. Por meio de votação foi escolhido o gracioso nome: grupo das violetas. Na primeira reunião, trouxeram os panos para riscar. Escolhemos os riscos e na segunda reunião entregamos a cada uma um paninho riscado. Os primeiros que ensinamos foram: ponto de haste, de margarida, sococó, ponto cruz, meio ponto e caseado. No decorrer da reunião, as meninas conversam alegremente, contam histórias e por último rezam o terço. Para “tirar o terço” fazemos um sorteio uma vez que tôdas o querem tirar e fazem para isso uma grande torcida. Doze meninas já terminaram os seus primeiros trabalhos que serão levados à exposição no fim do ano. Estão preparando também os enxovais para o batizado das suas bonecas. Faltam apenas duas para terminar. A festa dos batizados será marcada oportunamente (ÁLBUM/Relatório – 1955-1957, p. 17).

D. Ika³¹³, quando menina e menina moça, participou das atividades oferecidas pelas freiras. Quando as freiras chegaram ali ela já tinha em torno de 12 anos. Participou das aulas de bordado de Ir. Lorencina, que aconteciam uma vez por semana, e das aulas de arte culinária ministradas por Ir. Alberta. As aulas eram gratuitas, mas as alunas tinham que levar o material. Participou, também, quando menina moça, das palestras que aconteciam no Salão Paroquial, proferidas por Ir. Emiliana, que abordava assuntos como sexo, namoro e virgindade.



Figura 65: Grupo das Violetas

Fonte: Álbum/Relatório de Atividades das Pequenas Irmãs da Divina Providência (1955-1957)

Às vezes, uma irmã pedia ajuda a outra. Ir. Laurencina ministrava aulas de bordado, crochê e trabalhos manuais para as meninas, mas durante as aulas eram realizadas

³¹³ Maria da Silva Salvador (Ika). Entrevista citada.

orientações sobre o tipo de comportamento que as meninas deveriam ter de modo geral e a Ir. Cláudia era convidada para fazer este trabalho.

Mas o tempo das crianças não era ocupado apenas pelas brincadeiras e atividades organizadas pelas freiras, pois algumas tinham que trabalhar para ajudar suas famílias. Uma das atividades que ficava a cargo das crianças, era a função de almoceiro/a. As crianças levavam almoços, em marmitas, às bocas-de-mina para os mineiros fazerem suas refeições diárias e em troca disto ganhavam algum dinheiro.

Almoceiros eram os guris que levavam almoço para os pais na mina. A gente ia levar e tinham senhores que pagavam para a gente levar o almoço pra eles comer. Era a nossa profissão da época [...] Os guris faziam um arco de ferro, de alumínio não lembro mais o que era, e ali tinha umas aspas, pontas que eles penduravam 4, 5 panelas de uma vez pra conseguir levar mais almoço de uma vez. E tinha também quem levava carrinho de mão³¹⁴.



Figura 66: Almoceiros

Fonte: Álbum/Relatório de Atividades das Pequenas Irmãs da Divina Providência (1955-1957)

Ainda outras atividades eram assumidas pelas crianças, como relata Marli de Oliveira Costa (1998, p. 79)

³¹⁴ José Silva. Entrevista citada.

Além de levar almoço para os mineiros, iam buscar lenha nos matagais próximos à vila. Enfrentavam fila para trazer água da Carioca [caixa de água potável]. Vendiam em balaios e cestas: pães de milho, roscas de polvilho e outros alimentos. Com ‘picaretinhas’ batiam na ‘ponta de pedra’ em busca de pedras de carvão aproveitáveis para vender e as vendiam para a própria carbonífera [...].

Nas palavras de José Silva e José de Souza Patrício (2001, p. 10), os meninos ganhavam tempo e algum dinheiro vendendo frutas, engraxando sapatos nos fins de semana e levando o almoço para os mineiros, esperando “criar corpo” e idade para baixar a mina.

Se nesta época era preciso “criar corpo” para baixar à mina, nas décadas anteriores, entre os anos de 1930 e 1940, isso não ocorria. Antes da chegada das freiras na Vila Operária da Próspera, o trabalho infantil se configurava de outra forma. Muitas mulheres, assim como homens, iniciavam suas vidas de trabalhadores assalariados ainda na idade infantil, como afirma Carola (2002, p. 45). Era comum as crianças começarem a trabalhar nas minas antes mesmo dos 10 anos de idade.

Para o autor, “a sensibilidade moderna em relação ao trabalho de crianças”, começa a ser despertada somente na segunda metade do século XX. Se de um lado os proprietários das minas eram insensíveis a esta realidade, de outro as famílias eram coniventes. “Para as famílias, o trabalho dos filhos representava um acréscimo substancial na renda familiar, o que podia significar, muitas vezes, ultrapassar a fronteira da fome” (CAROLA, 2002, p. 52-53).

Entre todas as atividades, a missa ocupava um espaço importante na rotina dos meninos e meninas da vila operária. Nessas ocasiões, as freiras passavam pelas ruas da vila operária soprando um apito, para avisá-los que estava na hora de sair. Conta José Silva que, antes dos meninos saírem de casa, “passavam uma água na ‘cara’ e iam correndo atrás das freiras. Ir. Cláudia ia jogando carreira, fazendo brincadeiras, cantando, fazendo coisas assim até chegarem no centro. Mais tarde, elas conseguiram um caminhão com a carbonífera para levar as crianças à missa”³¹⁵.

A catequese foi um dos primeiros trabalhos desenvolvidos pelas Pequenas Irmãs da Divina Providência na Vila Operária da Próspera. Havia muitas crianças e, até hoje, Ir. Cláudia não entende como elas davam conta de catequizar tantas crianças ao mesmo tempo. Lembra-se da igrejinha de madeira sempre lotada e também que as crianças faziam muito barulho nas brincadeiras, mas todos respeitavam a hora em que começava a catequese. Esse trabalho foi contínuo na vila operária, uma turma concluía e começava outra.

³¹⁵ José Silva. Entrevista citada.

O Pe. Maneca³¹⁶, responsável pela paróquia na época em que as religiosas atuaram na vila operária, argumenta que a catequese teve sucesso porque as religiosas souberam cativar as crianças e os pais, por meio das várias atividades que elas ofereceram. Segundo ele, esse trabalho facilitou a própria atuação dele como padre, pois ele percorria a vila operária e era bem acolhido nas casas dos trabalhadores.

Sobre isso, José Silva³¹⁷ refere o fato de que as freiras começaram o trabalho missionário junto às crianças através da Igreja, reunindo a gurizada para a catequese. Por meio desse trabalho atingiram os outros segmentos da família, até chegarem aos pais. Mais tarde, leigos também assumiram a catequese, até porque as irmãs não davam conta de catequizar tantas crianças para a Primeira Comunhão.



Figura 67: Crianças na catequese e a procissão do dia da Primeira Eucaristia
Fonte: Álbum/Relatório de Atividades das Pequenas Irmãs da Divina Providência (1955-1957)

Na imagem acima, incluída no Álbum/Relatório, aparecem crianças realizando uma procissão em direção à Igreja, no dia da Primeira Comunhão. Sobre este tipo de evento, José Silva³¹⁸ conta que o dia da Primeira Comunhão naquela época era motivo de festejos, após a cerimônia era servida uma “cafezada” às crianças.

³¹⁶ Pe. Maneca. Entrevista citada.

³¹⁷ José Silva. Entrevista citada.

³¹⁸ José Silva. Entrevista citada.

Philippe Ariès, ao tratar das festas religiosas das crianças, no século XVIII, afirma que a primeira comunhão tornou-se a mais importante delas, permanecendo até os dias de hoje. Ele atribui esta persistência ao fato de que, mesmo sendo celebrada na Igreja, trata-se de uma festa individual da criança, reconhecida e vivenciada na intimidade familiar (1981, p. 153). O autor ainda relata que, no século XVIII, a primeira comunhão começou a ser organizada nos conventos e colégios e a partir da metade deste mesmo século criou-se o hábito de perpetuar sua lembrança por meio de uma mensagem inscrita numa imagem devota (1981, p. 154-155).

Além das aulas de catequese, as freiras lecionavam ensino religioso na “Escola Reunida José Martinelli”³¹⁹, situada na vila operária. Ir. Cláudia lecionava nas turmas da professora Maria Corrêa e Elza Amorim. Como a religiosa era bastante observadora e cuidadosa com o português, algo lhe chamava muito a atenção nas falas das crianças. Relata que, numa ocasião, ao terminar de contar-lhes uma história, na presença da professora, indagou: Gostaram? E as crianças responderam: “*gostemo*”. Aquela pronúncia soou muito mal aos seus ouvidos e a freira, segundo comenta, esperava que a professora as corrigisse, mas como isso não ocorreu ela deixou passar. Ao terminar de contar uma outra história, na aula seguinte, voltou a perguntar: Gostaram? E a resposta veio novamente: “*gostemo*”. Ela esperou um pouco e perguntou: *como é que se conjuga o verbo gostar? Vamos! Eu gosto, tu gostas, ele gosta, nós gostamos, não é professora?* Ir. Cláudia diz que nesse dia conseguiu corrigir as crianças e mostrar para a professora que não estava correto ela permitir que persistissem no erro. No entanto, mesmo em suas aulas de catequese, as crianças insistiam em dizer “*gostemo*” e ela tinha que corrigi-las a cada aula. Até que a freira percebeu que se tratava de um costume da região, um regionalismo. Numa ocasião, presenciou a diretora de uma escola falar “*gostemo*”, ou qualquer coisa parecida.

Ir. Claudia vinha de um ambiente cultural muito diferente daquele vivenciado na vila operária, pertencia a uma família com certo nível social e, além disso, havia recebido uma sólida formação na própria congregação. Antes de ser enviada para a missão junto às famílias mineiras na cidade de Criciúma, havia realizado vários estágios, principalmente na cidade do Rio de Janeiro. Portanto, era detentora de um capital cultural e simbólico, ou seja, possuía certo prestígio e reputação, o que lhe conferia poder como religiosa representante de uma forte instituição, a Igreja Católica.

³¹⁹ A escola recebe esse nome porque na época de sua criação quem tinha o controle acionário da empresa era o comendador José Martinelli, da qual foi presidente de 25/08/1942 a 15/04/1953, quando a Companhia Siderúrgica Nacional comprou as ações do comendador (MILANEZ, 1991, p. 181-182).

Diante disso, foi tomada por um estranhamento em relação à pronúncia da língua portuguesa, de crianças e da professora. Seus padrões culturais entraram em conflito com as práticas culturais da vila operária e, neste contato do “eu” com o “outro”, num primeiro momento sua atitude foi de rejeição, tentando impor o seu padrão. Diante do insucesso, num segundo momento passou a tolerar o jeito como aquelas pessoas falavam.

Sobre as aulas de bordado, D. Ika não esquece de um artifício utilizado pelas religiosas durante os trabalhos. “Enquanto bordávamos, nós rezávamos um terço todas as tardes, contando uma, duas, três Ave-Marias sem pegar o rosário porque as mãos estavam ocupadas com o bordado”. Em sua opinião, “elas aproveitavam o tempo para catequizar”. Isso ficou tão presente no comportamento de Ika que quando ela conseguiu um emprego, no momento em que realizava suas atividades, rezava o terço de forma silenciosa.

Concebendo que a oração, para a Igreja Católica, é um canal primordial que os fiéis têm para se comunicar com Deus e alcançar a salvação eterna, podemos afirmar que, ao se utilizarem das práticas constantes de oração, como a reza do terço de forma silenciosa, as freiras pretendiam sensibilizar suas “alunas” para que fossem mais devotas a Deus. Tal a força simbólica destas ações que D. Ika chega a afirmar o quanto admirava o trabalho das freiras, e mesmo seu desejo, em um certo momento, de formar-se freira. Sobre isso, comentou que “teve uma vez que eu queria estudar pra freira, minha mãe deu um chilique, pois queria eu em casa. Achava muito bonito mesmo”³²⁰.

Catequizar as crianças da vila operária, para o cumprimento do sacramento da Primeira Eucaristia, levá-las à missa e condicionar essas idas, para os meninos a participação em partidas de futebol, ou rezar o terço de forma silenciosa nas aulas de bordado, das meninas, parece ter sido parte de um conjunto de estratégias praticadas para educar as almas, no sentido da teologia cristã, das crianças da Vila Operária da Próspera.

Contudo, Foucault (1996, p. 31) nos fala de uma outra alma, aquela que exerce uma certa tecnologia sobre o corpo:

Não se deveria dizer que a alma é uma ilusão, ou um efeito ideológico, mas afirmar que ela existe, que tem uma realidade, que é produzida permanentemente, em torno, na superfície, no interior do corpo pelo funcionamento de um poder que se exerce sobre os que são punidos – de uma maneira mais geral sobre os que são vigiados, treinados e corrigidos.

Nesta acepção, a alma aprisiona e leva a efeito a sujeição do corpo, o que leva a pensar que as diversas ações desenvolvidas pelas Pequenas Irmãs da Divina Providência junto

³²⁰ Maria da Silva Salvador (Ika). Entrevista citada.

às crianças da Vila Operária da Próspera tenham, entre outros significados, aqueles de vigiar, treinar, corrigir.

O suporte do Álbum/Relatório escolhido pela Ir. Cláudia para apresentar as atividades realizadas pelas Pequenas Irmãs da Divina Providência ao SESI, entre os anos de 1953 a 1957, foi fundamental para produzir os sentidos que as freiras desejavam levar a efeito junto aos mantenedores. Trata-se de um documento estrategicamente elaborado, no que se refere à escolha de imagens, textos, legendas e desenhos, além de trazer registrado em suas páginas inúmeros indícios da pedagogia missionária experimentada na Vila Operária da Próspera.

A reunião de várias famílias, de diferentes procedências e diferentes culturas no mesmo lugar, trouxe uma série de inconvenientes, na perspectiva dos mineradores e demais autoridades locais. Sugeriu-se ensiná-las uma nova forma de vida, reeducá-las.

Incutir novos hábitos e valores no cotidiano das vilas operárias exigiu, por parte das religiosas, a combinação de estratégias seculares da igreja com dispositivos utilizados pelo Estado moderno, servindo de sustentáculo para as pedagogias missionárias.

Os indícios encontrados no Álbum/Relatório apontam para uma multiplicidade de ações, articuladas às práticas católicas, com insidiosa presença nos diferentes âmbitos da vida social e familiar dos operários mineiros. Nas atividades organizadas houve uma atenção constante à instrução, com vistas à educação. Podemos inferir que, a partir do envolvimento das esposas, filhos e filhas, por extensão atingiram os operários, regrando e redefinindo práticas, de modo a torná-los mais industriais e ordeiros.

4.2 A FORMAÇÃO DOS PEQUENINOS: A PEDAGOGIA MISSIONÁRIA NO JARDIM DE INFÂNCIA CRISTO-REI

Criança feliz, que vive a cantar
alegre embalar seu sonho infantil
ó meu bom Jesus, que a todos conduz
olhai as crianças do nosso Brasil!
Crianças com alegria
qual um bando de andorinhas
viram Jesus que dizia:
Vinde a mim as criancinhas!
Hoje dos céus num aceno
os anjos dizem amém
porque Jesus Nazareno
foi criancinha também!
(Francisco Alves)

Como foi mencionado anteriormente, as congregações religiosas femininas estavam disseminadas em cinco cidades que abarcavam parte do complexo carbonífero distribuídas em diferentes vilas operárias. Assim como em outras vilas, em Capivari de Baixo, na Vila Operária Mendonça Lima da CSN, onde estava instalado o Lavador de Carvão e a Usina Termoelétrica, também existia um educandário para atender os filhos e filhas de operários de quatro a seis e até sete anos de idade. Este, por sua vez, foi construído e mantido pela própria empresa e administrado pelas religiosas do Instituto Coração de Jesus. A atuação das religiosas do Instituto Coração de Jesus, especialmente neste Jardim de Infância, resultou de um convênio firmado entre a congregação e o Departamento de Serviço Social da Companhia Siderúrgica Nacional – DSS/CSN.

O documento *Crônica do Jardim de Infância Cristo-Rei de Capivari* constitui uma espécie de diário das atividades, que registra diversos aspectos do cotidiano do Jardim de Infância e, a partir dele, da vida na vila operária, espaço de atuação das religiosas.

A *Crônica do Jardim de Infância Cristo-Rei de Capivari* é datado desde a inauguração da instituição, 8 de maio de 1960, até 15 de agosto de 1970. O documento é todo manuscrito e permite identificar duas caligrafias bem distintas, uma até 1967 e outra até 1970. Há indícios de que a primeira caligrafia seja da Ir. Guiomar, sendo assim, ela ficou durante sete anos como a responsável em salvaguardar a memória deste educandário.

No início, as anotações são mais detalhadas e minuciosas. A partir de 1964 os registros são mais sintéticos e objetivos, havendo a redução do tamanho dos relatos ano após ano. Ao todo são 71 folhas, algumas ilustradas.

A existência da *Crônica do Jardim de Infância Cristo-Rei* foi mencionada em uma entrevista realizada com o senhor Heitor Carlos Sabadine Barbosa³²¹. Ele possuía, em seu arquivo pessoal, uma cópia desse documento. O original, posteriormente, foi localizado no Arquivo Público de Capivari. Antes de ser doado à referida instituição, a crônica original esteve sob a guarda de Josefina Furlan, que se aposentou como professora/jardineira do referido estabelecimento.

Na capa, o documento exibe a imagem de Jesus Cristo e remete à passagem bíblica, escrita por São Marcos:

³²¹ Conhecido por todos em Capivari de Baixo (Tubarão/ SC) como Curió. Entrevista realizada em 06/02/2004.

Jesus e as crianças

Algumas pessoas traziam-lhe crianças para que as acariciasse.

Mas os discípulos ralhavam com elas.

Vendo isto, Jesus se indignou e lhes disse:

“Deixai vir a mim as criancinhas, e não as impeçais, porque o Reino de Deus

pertence

aos que são semelhantes a elas.

Eu vos declaro esta verdade: quem não acolher o Reino de Deus como uma

criança, não entrará nele”.

E ele as abraçava e abençoava, e lhes impunha as mãos.

(Bíblia, s.d., Evangelho de São Marcos, 10, 13-6, p. 1037)

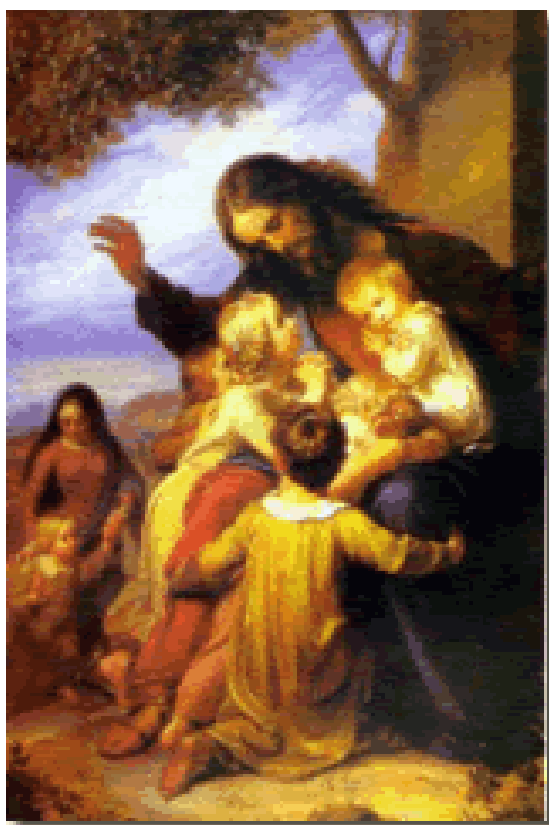


Figura 68: Jesus Cristo com crianças

Fonte: Crônica do Jardim de Infância Cristo-Rei (1960-1970)

Esta imagem, que é uma das versões da passagem bíblica, remete à devoção da “infância sagrada” ou “santa infância”. Para Ariès (1981, p. 150-151), tal cena já era difundida na iconografia antiga da Idade Média e também nas bíblias moralizadoras do século XIII. Contudo, era tratada como ilustração banal e aparecia com pouca frequência. Só a partir do século XVI ganha maior visibilidade e importância, correspondendo a uma forma nova e especial de devoção. Além da imagem que expressa esse evento bíblico, a frase de Jesus Cristo é abundantemente parafraseada, compondo, inclusive, a literatura moral e pedagógica do século XVII.

Ao analisar o conteúdo da Crônica do Jardim de Infância fica evidente o quanto a figura do Menino Jesus era associada às ações empreendidas pelas religiosas no Jardim de Infância Cristo-Rei.

Na contracapa, avista-se a inscrição: *Crônica do Jardim de Infância Cristo-Rei de Capivari. Inaugurado a 8 de maio de 1960. Obra pertencente à Companhia Siderúrgica Nacional*, em letras desenhadas e circundadas com ramos de flores. Entre suas 71 folhas encontram-se, além dos escritos, colagens de imagens referentes às datas comemorativas, convites utilizados para os eventos, programas detalhados das festas, além de alguns motivos desenhados, como sinos de natal, velas, balões de São João, coelhos, bandeiras, árvores e outros.

O documento possibilita uma aproximação com as práticas pedagógicas missionárias das freiras como jardineiras e de suas auxiliares do Jardim de Infância Cristo-Rei, ao trazer vestígios daquela cultura escolar, dos fazeres daquelas educadoras dentro e fora do educandário, das diferentes habilidades exigidas das crianças e das jardineiras e suas auxiliares, das marcas de modelação e o modo como foram operadas no cotidiano do educandário.

A discussão sobre a cultura escolar ajuda-nos a entender como as práticas pedagógicas missionárias foram sendo construídas. Dominique Julia (2005, p. 9) concebe a cultura escolar como “um conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos”. O autor ainda entende que a cultura escolar “não pode ser estudada sem a análise precisa das relações conflituosas ou pacíficas que ela mantém, a cada período de sua história, com o conjunto das culturas que lhe são contemporâneas: cultura religiosa, cultura política ou popular” (JULIA, 2005, p. 10).

Parafraseando Julia, analisar a cultura escolar desse estabelecimento, por meio da Crônica, implica considerar as relações culturais operadas no jardim de infância em direção a outros campos sociais, suas formas e conteúdos e, inversamente, as transferências culturais operadas a partir de outros setores em direção ao Jardim de Infância. (JULIA, 2005, p. 37). No caso da prática pedagógica missionária em estudo, circunscrita ao Jardim de Infância Cristo-Rei, é preciso que se examinem as relações de reciprocidade entre a igreja, a CSN, as famílias dos operários e, por último, a relação com as teorias pedagógicas da educação infantil vigentes nos anos de 1960.

4.2.1 A implantação do Jardim de Infância Cristo-Rei na Vila Mendonça Lima

O surgimento do Jardim de Infância no século XIX não pode ser compreendido isolado de um movimento maior de redefinição do conceito de infância, movimento amplamente discutido pela História e pela história da educação. Igualmente não pode ser entendido sem levar em conta as mudanças ocorridas na relação da família com seus filhos.

Cabe lembrar, brevemente, que para o historiador Ariès, precursor desse debate, foi na transição do século XVII para o século XVIII que se constitui o sentimento moderno de infância como um momento singular da vida humana, ou seja, um estágio específico do desenvolvimento do ser humano. Para ele, na civilização medieval a preocupação com a infância não era conhecida, “pois para essa sociedade não havia problemas: assim que era desmamada, ou pouco depois, a criança tornava-se a companheira natural do adulto”, diferente do mundo moderno, que é “obcecado pelos problemas físicos, morais e sexuais da infância” (ARIÈS, 1981, p. 276).

Este novo entendimento de infância, que desembocou no seu processo de individualização e institucionalização, rompe com a idéia de que a criança é um “rebento do tronco comunitário” ou “parte de um grande corpo coletivo”. Para Jacque Giles (2004, p. 319), esta mudança foi fruto de uma mutação cultural ocorrida a partir do século XV, com a emergência da “família nuclear”, reduzida ao casal e aos filhos. Articulado a este acontecimento está o surgimento da escola moderna assim anunciado pelo autor:

Assim se efetua uma dupla passagem: da família-tronco à família nuclear; de uma educação pública comunitária e aberta, destinada a integrar a criança na coletividade para que incorpore os interesses e os sistemas de representação da linhagem, a uma educação pública de tipo escolar, destinada também a integrá-la, facilitando o desenvolvimento de suas aptidões (GÉLIS, 2004, p. 324-325).

De um lado, a família moderna vê na escola uma forte aliada para preparar seus filhos e filhas para a vida, de outro “a escola confinou uma infância outrora livre num regime disciplinar cada vez mais rigoroso [...]” (ARIÈS, 1978, p. 277).

Neste sentido, a escola como instituição moderna, que representa um modelo compacto do dispositivo disciplinar, torna-se um

[...] espaço fechado, recortado, vigiado em todos os seus pontos, onde os indivíduos estão inseridos num lugar fixo, onde os menores movimentos são controlados, onde todos os acontecimentos são registrados, onde um trabalho ininterrupto de escrita liga o centro e a periferia, onde o poder é exercido sem divisão, segundo uma figura hierárquica contínua, onde cada indivíduo é constantemente localizado, examinado e distribuído [...]” (FOUCAULT, 1996, p. 174)

Foi no final do século XVIII que as instituições de educação para as crianças entre 0 e 6 anos de idade começaram a se esboçar no continente europeu, inicialmente voltadas para atender crianças pobres e mães trabalhadoras. (KUHLMAN JR., 2001, p. 5). Entre as várias instituições de educação infantil, foi o Jardim-de-Infância a experiência mais bem sucedida no atendimento à infância, contrapondo-se às demais, sendo visto, às vezes, como possuidor privilegiado de uma concepção pedagógica.

Seu idealizador, Friedrich Froebel, abriu o primeiro *kindergarten* no final da década de 1840, em Blankenburgo, na Alemanha. Através dessa instituição ele pretendia reformar a educação pré-escolar e por meio dela reformar a estrutura familiar e os cuidados destinados à infância. Ao acreditar que a educação ministrada no lar e na escola estimulava a preguiça e a indolência, propôs a introdução de horas de trabalho manual na educação das crianças. A proibição dos jardins de infância em 1851³²² favoreceu sua propagação em várias partes do mundo. (KUHLMAN JR., 2001, p. 10).

O jardim de infância, como instituição estruturada como tal, chega ao Brasil ainda no Império, convivendo com outras instituições como creches e escolas maternas destinadas às crianças de famílias pobres, subordinadas a órgãos de saúde pública ou órgãos de assistência. O primeiro jardim-de-infância foi criado em 1875, no Rio de Janeiro, e era particular, junto ao colégio do médico Menezes Vieira. Dois anos depois, foi implantado um outro, por imigrantes norte-americanos batistas, em São Paulo, pertencente à Escola Americana. Outras iniciativas foram implementadas posteriormente. Impõe-se destacar ainda que em 1882 o parecer de Rui Barbosa, ao tratar da reforma do ensino primário, dedicou um capítulo ao estudo do jardim-de-infância, considerando-o o primeiro estágio do ensino primário, com a incumbência de buscar o desenvolvimento harmônico da criança. Mas só em 1896 o Brasil assiste à criação de um jardim-de-infância público. Este foi criado anexo à Escola Normal Caetano de Campos, em São Paulo. (KUHLMAN JR., 2003, p. 474-477).

Mas é a partir do século XX, principalmente nas duas primeiras décadas, que começam a se expandir as instituições de educação infantil. Além de instituições de cunho assistencial, empresários também começam a investir na educação dos filhos e filhas de operárias, principalmente daquelas trabalhadoras da indústria têxtil.

³²² Segundo Allen, os Kindertagens receberam um forte apoio dos liberais e socialistas alemães em 1848, mas o regime reacionário prussiano proibiu os Kindertagens em 1851, por considerá-los centros de subversão política e de ateísmo e por facilitar e estimular o trabalho das mulheres fora da esfera domiciliar, e, além disso, por levar as características femininas para a esfera pública. (1988 apud KUHLMANN JR., 2001, p. 10-11).

Nas décadas de 1920 e 1930, o país via crescer o seu contingente urbano formado por operários, uma vez que estava em andamento o processo de industrialização e paralelamente vinha se implantando, apesar de tímida, a expansão da educação infantil. A preocupação com a infância ganha visibilidade nas políticas públicas promovidas pelo Estado à medida que o país vai se modernizando.

Num contexto de expansão de vilas operárias em todo país, o jardim de infância constitui-se, em muitas, num dos equipamentos comunitários instalados e mantidos pelas próprias empresas. As vilas operárias do complexo carbonífero, em especial a partir dos anos de 1960, implantam esse tipo de instituição infantil e as religiosas inscrevem-se, então, neste movimento histórico de confinamento e cuidado da primeira infância, imbuídas do espírito educativo-catequético.

Quando as irmãs do Instituto Coração de Jesus chegaram a Capivari, em 1956, o jardim de infância ainda não havia sido construído. Após muitas discussões sobre onde iria funcionar o referido estabelecimento, a CSN construiu um espaço apropriado, abandonando a idéia inicial de adaptar as instalações do Recreio do Trabalhador, local que funcionava como uma espécie de clube recreativo para os operários e familiares. Decidiu-se por uma “construção adaptada ao número e idade das crianças e às orientações da psicologia infantil”, segundo as freiras.

Na visão das freiras, não poderia ser um local qualquer que passasse por algumas adaptações, manifestaram, mesmo se tratando de um estabelecimento instalado numa vila operária, que as “orientações da psicologia infantil” deveriam ser seguidas.

Pressupunha-se que as salas do Jardim de Infância precisariam ser vastas, iluminadas, com lavatórios e banheiros, contrapondo-se aos locais improvisados e apertados, nos quais as crianças muitas vezes eram confinadas. O Jardim de Infância deveria ser um ambiente acolhedor, familiar e alegre, sendo nele tudo idealizado para as crianças como o mobiliário, material e objetos. Tal adequação acompanhava a disseminação dos saberes médicos e pedagógicos do período.

A planta definitiva do jardim de infância da Vila Mendonça Lima ficou pronta em 1958 e a construção foi iniciada em novembro de 1959, sendo concluída em abril de 1960. O lugar escolhido era conhecido por todos como o “redondo” e nele foi construído um prédio com duas salas de aula. Dois anos após a inauguração, o estabelecimento passou a contar com mais duas salas de aula, ampliando o número de matrículas.

Após prolongadas discussões a respeito do local do jardim foram dadas as seguintes idéias: pensava-se construir em frente a vila de madeira, ao lado dos eucaliptos, outra vez agradava-se daquele pasto grande próximo à geminada nº 18. Depois de tantas idéias dispensadas neste assunto a mais bela, a mais apropriada, a mais ampla foi esta de construir o jardim no local, vulgarmente chamado pelo povo de “redondo” por ser justamente um grande círculo rodeado de cipreste. Aí dentro deste círculo inicia-se o jardim como a dizer que também ali é o centro de uma formação sólida, cristã e social. (CRÔNICA, 1960-1970, p. 5)



Figura 69: Instalações do Jardim de Infância da Vila Mendonça Lima (1960)

Fonte: Arquivo Público Municipal de Tubarão/SC

A inauguração do Jardim de Infância ocorreu em conjunto com a de outras instalações, pertencentes ao poder público estadual e federal e, por isso, contou com a participação de várias autoridades vindas da CSN de Volta Redonda - RJ. Além das autoridades da estatal, participaram também representantes do governo do Estado, deputados, prefeitos da região, religiosas de outras congregações, representantes de empresas e instituições locais, imprensa falada e escrita, funcionários da CSN de todas as categorias profissionais e “grande massa de povo” (CRÔNICA, 1960-1970, p. 3). Pode-se inferir que o festejo foi utilizado como uma estratégia de legitimação de tal ação.

Na ocasião, foi ainda rezada uma Santa Missa pelo Rvmo. Cônego Gregório Locks. Após os atos comemorativos foi realizada uma festinha no Recreio do Trabalhador. Em homenagem ao “Dia das Mães”, três mães receberam prêmios por terem o maior número de filhos. Como o complexo carbonífero estava ainda em expansão na região sul de Santa Catarina, era imprescindível que se garantisse a reprodução da mão-de-obra, o que sugere que

a premiação das mães com maior número de filhos tenha sido uma das estratégias adotadas para garantir a oferta de mão-de-obra para as atividades carboníferas, neste caso, da CSN.

A CSN manteve o Jardim de Infância até 1967 sem cobrança de mensalidades, depois disso foi estipulado o valor de NCr\$ 5,00 (cinco cruzeiros novos) por criança matriculada, mas por falta de adesão as religiosas passaram para NCr\$ 3,00 (três cruzeiros novos) e quando havia duas crianças da mesma família a mensalidade ficava em NCr\$ 5,00 (cinco cruzeiros novos).

4.2.2 Jardineiras & mães para “uma boa e santa educação” das crianças

As professoras que atuavam no Jardim de Infância eram denominadas de jardineiras. O referido termo tem a ver com a idéia de que a criança é comparada a uma planta delicada, que precisa da atenção e perspicácia do jardineiro para desenvolver-se com força e beleza. O papel da jardineira seria então “preparar o terreno, semear, cercar de solicitude o crescimento e o desabrochar do germe no qual se acha em potência o homem de amanhã” (FIQUEMONT, 1958, p. 20).

Para Arce (2002, p. 113 e 108), Froebel comparava a criança a uma planta que deveria “receber água, crescer em solo rico em nutrientes e ter a luz do sol na medida certa”. Nesse caso, caberia ao bom jardineiro “ouvir” as necessidades de cada planta, respeitando o seu processo natural de desenvolvimento, uma vez que “é o processo natural da planta que deverá determinar quais os cuidados a ela deverão ser dispensados. Certas plantas não crescem bem quando regadas em demasia, já outras precisam de muita água; algumas plantas precisam de muito sol, ao passo que outras crescem melhor à sombra”.

No início, as crianças tinham como professoras-jardineiras irmãs Maria José e Guiomar, contando com as auxiliares Mamedes Nunes Brasil e Edi Maria Martins, respectivamente. Posteriormente, outras religiosas atuaram no Jardim de Infância Cristo-Rei: Ir. Silvia, Ir. Ivone, Ir. Letícia, Ir. Brígida, Ir. Claudete, Ir. Guerlinde, Ir. Lúcia Maria, Ir. Terezinha, Ir. Alvacir, Ir. Raquel, Ir. Mirian Hunzen. A que permaneceu por mais tempo foi Ir. Guiomar, que além de professora-jardineira respondia pelo educandário, mas por motivo de doença foi substituída por Ir. Raquel anos mais tarde.

Também trabalharam leigas como professoras-jardineiras, foi o caso de Josefina Furlan e Zulma Julieta dos Santos, Maria da Silva (Quequete). Há registros da presença de outras auxiliares como Maria Helena de Oliveira e Maria Ana Gonçalves.

Depois de quatro anos atuando no jardim de infância, Edi afastou-se em função de seu matrimônio, ou seja, “escolheu outra carreira”. No dia do seu enlace matrimonial foi organizada uma “surpresa memorável”, com a participação das crianças. Na hora do casamento religioso, as crianças que eram alunas de Edi se vestiram de branco e recepcionaram a noiva jogando pétalas de flores, na entrada da Igreja Matriz de Tubarão. Em seguida, contornaram o altar durante a realização da “tão bela cerimônia”.

Nos ano de 1970, o grupo era composto por Josefina Furlan, Mamedes Brasil, Zulma dos Santos e Maria Ana Gonçalves, Ir. Mirian Hunzen e Ir Raquel. Neste ano não se identifica mais a figura das auxiliares. Todas são responsáveis por turmas. Como serventes e merendeiras atuaram Maria das Dores de Souza e Denaozal Rosa (Dedé). (CRÔNICA, 1960-1970, p.40)



Figura 70: Jardineiras (religiosas e leigas) do Jardim de Infância Cristo-Rei (década de 1970)
Fonte: Arquivo Particular de Josefina Furlan(Pina)

O Jardim funcionava em dois turnos, sendo que o turno da tarde era reservado às crianças menores, ou seja, as de quatro anos. No convênio estabelecido com a CSN ficou definido que a congregação deveria dispor de duas freiras, durante todo o dia, para as atividades do Jardim de Infância. Dessa forma, no período em análise, o estabelecimento sempre contou com o trabalho de duas religiosas, com exceção de uma época em que Ir. Lúcia trabalhava apenas um período, porque no outro assumia o expediente paroquial, vindo então a

Ir. Teresinha para complementar a carga horária, ficando então três irmãs cumprindo o expediente.

Antes do início das atividades, as mães foram chamadas para uma reunião e naquela ocasião houve a exposição dos objetivos do Jardim de Infância, pelas religiosas, além das orientações sobre os uniformes das crianças e regras de funcionamento do estabelecimento. Nem sempre as mães concordavam com a forma de organização do Jardim de Infância. Houve um caso, registrado na Crônica, em que a mãe de uma criança não aceitou e contestou os critérios de idade para matrícula, afirmando que o Jardim de Infância tinha obrigação de aceitar crianças de todas as idades.

Às mães das crianças de seis anos foi solicitado que enviassem seus filhos todos os dias para o ensaio de alguns números que seriam apresentados no dia da inauguração. Sobre isso, as religiosas afirmaram que no início as crianças eram bastante tímidas, mas que depois do segundo e terceiro ensaio já estavam mais desinibidas.

Nos relatos da Crônica está registrado que antes das férias de julho de 1960 as freiras promoveram a primeira reunião com as mães do Jardim, após o início das aulas. Na ocasião, as mães queriam saber como estavam indo seus filhos no Jardim e, de outra parte, as jardineiras também queriam saber sobre os comentários que as crianças estavam fazendo em casa sobre as aulas. Na reunião, foram mostrados às mães os primeiros desenhos das crianças. Algumas recomendações e orientações foram dadas sobre: “a mensalidade, a frequência, e também as toalhas, guardanapos, lencinhos que devia estar no bolsinho de cada criança, visando assim o ponto higiênico e disciplinar a cada indivíduo, seja grande ou pequeno” (CRÔNICA, 1960-1970, p. 7).

Os registros esparsos na Crônica dão conta de que nas reuniões o assunto mais recorrente era a respeito da educação infantil. As jardineiras concebiam que a educação das crianças era “erroneamente ministrada” e pediam a colaboração das mães na condução de “uma boa e santa educação”. “Educar a criança com rigor ou com mimos?”, eis a questão. E a conclusão era: “nem 8, nem 80”.

Outros assuntos, como, por exemplo, o desempenho administrativo das mães no lar, eram discutidos, envolvendo conceitos de higiene e cultura, o parto e a grande responsabilidade da parteira em caso de “batismo urgente” e até o que dizer às crianças sobre os partos. A respeito disso, as religiosas trataram do “sentido da vida”, para convencer as mães que não era correto ensinarem os filhos que as crianças são trazidas pela cegonha, mas sim por meio de Deus. Mesmo tendo que lidar com a ignorância de algumas mães a respeito desse assunto, as religiosas acreditavam, baseadas em estudos, que valia mais a pena as

crianças aprenderem essa questão por meio dos pais e educadores do que aprender na rua, “porque aprendendo na rua se escuta de uma maneira tão imoral que até fica profano aquela coisa que o próprio Deus colocou neste mundo, para a continuação do gênero humano” (CRÔNICA, 1960-1970, p. 29).

Neste trabalho com as mães fica evidente uma forte preocupação com a educação moral das crianças e neste processo jardineiras e pais deveriam atuar conjuntamente. Não bastava ensinar as crianças no Jardim Infância, era preciso que os pais também assumissem este compromisso.

Estas reuniões mensais contavam também com participações externas, como, por exemplo, da Assistente Social da CSN. Certa vez, veio o Bispo da Diocese de Tubarão, Revmo. Mons. Bernardo Peters, para proferir uma palestra às mães sobre o documento da Igreja intitulado “Educação Cristã”. Além de explicar os pontos mais importantes contidos no documento, aconselhou as mães a obtê-lo e também as alertou sobre a educação de seus filhos.

As mães, reconhecidas como “baluartes seguros” na educação de seus filhos, foram convocadas a reforçar os ensinamentos transmitidos pelas jardineiras no educandário. A necessidade de uma parceria com as mães ficou assim anotada:

Nota-se o vivo interesse de conhecimentos e colaboração, por parte das mesmas. Assim ficamos gratas, pois a educação para ser proveitosa no Jardim deve ter o apoio e compreende elevar o nível da criança e fazê-la ciente da verdade. Seria um contraste muito grande se no Jardim a Irmã ensinasse alguma coisa e em casa a mãe ensinasse outra, ou vice-versa. A criança, por sua vez, tornar-se-ia indecisa, descrente e mais tarde uma criança rebelde. Por isso, as reuniões no Jardim têm uma grande finalidade e importância. Torna-se um trabalho mais fácil tanto para a mãe quanto para a Jardineira. (CRÔNICA, 1960-1970, p. 43)

Mesmo a educação dos filhos ficando preferencialmente a cargo das mães, a união do casal era cobrada, uma vez que “ambos têm o sagrado dever de combinarem juntos como proceder com a educação”. E a respeito disso, as freiras assim discorriam: -“É muito conhecido entre nossas famílias que, acontecendo algo com os filhos, a mãe costuma dizer: - Deixa teu pai chegar do serviço, para ver a surra que vais ganhar”. A respeito disso teceram o seguinte comentário: “Pobre pai, trabalha o dia inteiro, às vezes volta já nervoso com algo que aconteceu no serviço e ao chegar a casa escuta tais rebeldias dos filhos. Ou sai dos trilhos batendo no pequeno ou não bate, dizendo: eu era assim”. Na avaliação das religiosas, “[...] isso desmoraliza a autoridade materna e paterna, acarretando sérias conseqüências na educação” (CRÔNICA, 1960-1970, p. 53).

Nesses encontros promovidos com as mães as religiosas tratavam da educação das crianças, detalhando como deveriam realizá-la a partir de pressupostos pedagógicos, morais, cristãos e higiênicos, o que constituía, enfim, um processo de educação das próprias mães.

4.2.3 Saberes e fazeres da pedagogia missionária das jardineiras

Para oferecer no Jardim de infância uma “formação sólida, cristã e social dos pequeninos” (CRÔNICA, 1960-1970, p. 5), futuros operários da CSN, era preciso que as educadoras tivessem também uma sólida formação. Com esta finalidade as religiosas do Instituto Coração de Jesus participaram de vários momentos de formação.

Antes do início das atividades do ano de 1960, três religiosas receberam uma formação intensiva, ministrada por outras religiosas que eram professoras com experiência no assunto. Uma parte do curso foi reservada para as aulas de psicologia infantil, ministrada por uma professora leiga. Sobre seus conhecimentos, foi registrado o fato dela ser bem inteirada da matéria e resolver os casos de crianças apresentados com “precisão”. Também foram abordados assuntos como: horário de funcionamento do jardim, plano de ensino e divisão das turmas por idade, compreendendo as faixas etárias de quatro, cinco e seis anos. Tal divisão decorreu do entendimento de que cada uma dessas etapas exigia cuidados diferentes.

Vários assuntos eram discutidos em encontros mensais, entre eles: as qualidades de uma jardineira, ensaios de cantos para as datas comemorativas e principalmente assuntos relacionados à psicologia infantil, como consta neste registro:

Enquanto parte da formação dada às jardineiras temos os encontros comunitários, os quais com a maior fidelidade são realizados todos os meses nos vários Jardins, atingindo um total de 9 encontros, em que procuramos em conjunto estudar e discutir sobre alguns pontos como seja: como proceder com a criança mentirosa, teimosa, com a que se opõe aos brinquedos, com aquela que costuma furtar, com aquela que é agressiva demais etc. (CRÔNICA, 1960-170, p. 42)

Mas a formação das professoras não se resumia aos encontros mensais. Havia também as formações mais extensas, incluindo outros aspectos do ensino voltado à infância. Geralmente, quem ministrava esses cursos era Ir. Guerlinde e no início de cada ano letivo havia a preocupação de se fazer um planejamento mais geral das atividades, além de possibilitar a discussão de questões teóricas e práticas.

Um exemplo claro do tipo de formação oferecida às professoras-jardineiras e auxiliares aparece nas anotações realizadas na Crônica no início do ano de 1964 (p 43.). Na

ocasião, Ir. Guerlinde, orientadora pedagógica do Jardim de Infância Cristo-Rei, antes de ir para a Alemanha, sua terra natal, ofereceu mais um curso, dessa vez de quatro dias, para 11 religiosas e 25 leigas. No curso os assuntos abordados foram divididos entre as religiosas que os ministravam e versaram sobre:

- Planejamento anual e mensal;
- Cantos referentes à idéia central do primeiro mês letivo e outros cantos;
- Técnica do exercício do círculo e do silêncio;
- Instrução prática;
- A catequese no Jardim de Infância;
- Psicologia da criança de 4 a 7 anos;
- Jogos infantis;
- Elaboração de material lúdico;
- Técnicas de desenho;
- Exercícios práticos, com iniciação da escrita para o 3º. Período;
- Programas de festas;
- Dramatizações;
- Ilustrações de álbuns.

Ao analisar os conteúdos dos programas de formação chama a atenção alguns aspectos relacionados às práticas pedagógicas das jardineiras. A pedagogia missionária estava impregnada das marcas das próprias experiências da religião católica, embora houvesse, também, uma apropriação particular dos saberes médico-pedagógicos sobre a criança. O tema psicologia infantil indica este traço. A busca de uma eficácia educativo-religiosa implicou estabelecer pontos de aproximação entre estes saberes, realizar algumas adaptações de uns a outros, e a partir disso, construir renovações na forma de ensinar as crianças do Jardim de Infância Cristo-Rei.

Em 1966, Ir. Guerlinde deixou o cargo de Orientadora Pedagógica do Jardim de Infância para fazer um curso no I.S.P.A.C³²³, em Porto Alegre. Os encontros pedagógicos das professoras-jardineiras e auxiliares que atuavam em Tubarão continuaram acontecendo, mas, segundo a relatora da Crônica, sem “aquele ardor com que mantínhamos quando ela estava presente, pois a mesma é um exemplo vivo na dedicação e amor pela infância”. (CRÔNICA, 1960-1970, p. 48).

A formação das professoras-jardineiras também ocorria em encontros oferecidos por outras instituições. Há registros de que em 1965 elas participaram de um curso em Florianópolis, representadas pela Ir. Claudete e Josefina. O referido curso aconteceu no

³²³ O Instituto Superior de Pastoral Catequético – I.S.P.A.C, “foi criado em 5 de março de 1966 com a finalidade de, além de preparar catequistas dentro de uma renovação catequética conforme o Vaticano II, formar agentes de pastoral capazes de atuar na coordenação de catequese paroquial ou diocesana, orientar professores de Ensino Religioso, liderar movimentos de pastoral, criando mentalidade evangelizadora inserida na realidade”. Disponível em <http://www.forumdaigrejabatolica.org.br/memoria_catequese.php> . Acesso em: 9 Set. 2007.

Colégio Coração de Jesus, com duração de 10 dias. Participaram do evento 66 pessoas, entre professoras-jardineiras e auxiliares leigas e religiosas de várias congregações.



Figura 71: Curso oferecido no Colégio Sagrado Coração de Jesus (1965)
Fonte: Arquivo Pessoal de Josefina Furlan (Pina)

A mensagem final do curso dizia: “Educadora, tua missão é árdua e exige de ti muita compreensão, ciência e muito amor” (CRÔNICA, 1960-1970, p. 51). Não bastaria apenas compreensão e muito amor, era preciso, também, dialogar e colocar em prática conhecimentos científicos para que as suas intervenções pudessem resultar na formação de pessoas mais inteligentes, capazes, verdadeiros cristãos. A palavra ciência revela a apropriação das educadoras de saberes de outros campos do conhecimento, especialmente os médico-pedagógicos.

Os conteúdos desse curso foram socializados no encontro local de professoras-jardineiras e auxiliares, principalmente aqueles sobre psicologia infantil, incluindo a discussão acerca dos graves erros cometidos pelas jardineiras em relação às crianças. Sobre o evento, há o seguinte comentário na Crônica: “a criança é como um vaso de argila em nossas mãos para ser modelado da melhor maneira possível para que depois mais tarde ela seja uma pessoa útil a Deus e à sociedade”. (CRÔNICA, 1960-1970, p. 51)

Fica evidente a tentativa em moldar as crianças, cabendo às educadoras este papel, a fim de que viessem a atender as necessidades da Igreja Católica e da sociedade. A comparação da criança com a argila foi feita anteriormente por Froebel em seu livro *A educação do homem*. O autor, ao referir-se ao jovem ser humano, afirma que ele “é observado como um pedaço de cera, uma porção de argila na qual o homem pode moldar o que ele deseja” (FROEBEL, 1887 apud ARCE, 2002, p. 116). À professora-jardineira incumbia tal responsabilidade e qualquer deslize contribuiria para a deformação da criança.

Para o autor, a modelagem atribuída ao educador sobre a criança não deveria se contrapor à natureza divina dela, propulsora de um desenvolvimento belo e harmonioso.

Um outro curso aconteceu no Colégio Sagrado Coração de Jesus, em julho de 1967. Desta vez a participação do estabelecimento se deu por meio da presença de Ir Claudete e a auxiliar Mamedes.

Ao todo participaram 84 professoras. Sobre os resultados dessa formação elas escreveram: “Hoje, estamos aplicando às crianças aquilo que recebemos. Agradecemos a Deus por esta oportunidade e todas as graças que dele recebemos neste encontro, de onde haurimos sabedoria para enfrentarmos com maior coragem a nossa jornada de educadores” (CRÔNICA, 1960-1970, p. 63).

Em ambos os cursos, realizados no Colégio Sagrado Coração de Jesus, percebe-se que a denominação jardineira vai cedendo lugar à denominação educadora, provavelmente indicando as mudanças e avanços das teorias educacionais.

Em 1969, as professoras-jardineiras e auxiliares do Jardim de Infância Cristo-Rei participaram da 6ª Semana Nacional de Estudos da Organização Mundial de Ensino Pré-primário – OMEP, através da Ir. Raquel, que as representou nesse evento.

Estes “cursos” foram os que mereceram registro por parte de quem era responsável pela escrita da crônica. Talvez tenham existido outros cursos, mas é importante pensar sobre o que pretendeu-se atestar ao descrevê-los no documento. Pode-se inferir que através destes relatos o autor empenhou-se em legitimar a ação religiosa no Jardim de Infância, mostrando que o trabalho com as crianças não se resumia à catequese, mas tratava-se de uma pedagogia pautada nos conhecimentos científicos mais modernos sobre educação infantil em circulação na época.

Chama a atenção o investimento que houve na formação das educadoras, num momento em que outros professores, da rede pública, talvez não contassem com essas oportunidades. Os encontros de formação denotam a preocupação em buscar uma unidade na concepção de infância e, principalmente, uma sintonia no que diz respeito aos saberes e práticas da pedagogia missionária.

A partir da apropriação dos conhecimentos ofertados nos encontros de formação e na troca de experiências com educadoras de outros jardins de infância, as professoras-jardineiras e auxiliares do Jardim de Infância Cristo-Rei foram construindo novas competências e inventando novas práticas. As religiosas, antes de assumirem este trabalho, não possuíam uma formação específica, apenas contavam com a formação própria da vida religiosa e, por isso, a improvisação e o pedido de auxílio a Deus, diante das situações que se tornavam complicadas e que eram recorrentes.

Sobre as impressões iniciais do 1º dia de aula no Jardim de Infância, as irmãs anotaram:

Confiando no auxílio de Deus, logo após a inauguração começamos as atividades no Jardim. Pelas 7,30 hs. as crianças começaram a chegar, quase todas retraídas e ao mesmo tempo contentes de entrar no Jardim. As mães acompanharam-nas. O primeiro trabalho que fizemos foi a fila conhecida por eles de trenzinho. Algumas custaram a soltar dos braços de sua mãe. Com esforço conseguimos colocar dentro da sala e estando pela 1ª. vez num ambiente novo, completamente diferente do seu em casa, a gritaçada de uns e o choro de outros foi a nossa primeira música. Quando tinha mais ou menos acalmado um, logo outros já começavam de novo. Demos brinquedos à vontade para êles se distraírem” (CRÔNICA do Jardim de Infância Cristo-Rei, 1960-170, p. 5).

As jardineiras nas primeiras semanas não seguiram nenhum plano de aula, na tentativa de ambientar as crianças através de conversas, histórias e brincadeiras. No entanto, o processo de adaptação foi recíproco, uma vez que para as irmãs jardineiras e suas auxiliares se tratava de uma experiência nova, na qual elas eram ainda aprendizes.

Posteriormente, para cada mês era realizado um planejamento específico pautado numa “idéia central” que era trabalhada com as crianças, geralmente associada às datas comemorativas, como a Páscoa, Dia das Mães, Festa de São João, Dia dos Pais, Semana da Pátria, Dia da Árvore, Dia da Criança, Natal etc. Estas, por sua vez, eram circundadas por atividades, trabalhos, brincadeiras e histórias, culminando com eventos festivos, dentro ou fora do Jardim de Infância. Vale ressaltar a utilização da “idéia central” como elemento desencadeador do planejamento das atividades que as jardineiras deveriam realizar com as crianças.

A “idéia central” aparece no livro “Jardins de Infância”³²⁴, de Jeanne Evrard Fiquemond. Trata-se de uma autora francesa, diplomada pelo Instituto J.J. Rousseau et Jardinières Défants de Genebra, que atuou num jardim de infância que ela própria fundou na Algéria. Esta obra foi utilizada como uma espécie de manual nesse educandário, e, certamente, em outros da época, sendo até presenteado às jardineiras nas datas de aniversário.

Para a autora, o termo “idéia central” ou “centro de interesses” não é de origem decroliana, pois já era adotado em escolas que empregavam o método Froebel, sendo, portanto, de inspiração froebeliana. O precursor do Jardim de Infância defendia o princípio da unidade, que posteriormente foi retomado por seus discípulos. A utilização da “idéia central” foi assim definida pela autora:

³²⁴ O ano de publicação no Brasil é 1958.

Nos jardins de infância froebelianos, ou nos que não têm nenhum método definido, uma idéia central tem por ponto de partida a introdução de um assunto de interesse que dá margem a conversas, observações dirigidas, realizações práticas, passeios, se possível evoluções, em suma grande número de atividades variadas que tem em si uma relação estreita. É principalmente a professora que escolhe o assunto, com o qual estabelece previamente o programa. (FIQUEMONT, 1958, p. 105)

As atividades realizadas pelas professoras-jardineiras e suas auxiliares no entorno das “idéias centrais” e a programação das “festinhas” eram definidas em encontros mensais. Estes agregavam não só as professoras-jardineiras e auxiliares do Jardim de Infância Cristo-Rei, mas também de outros educandários infantis da cidade de Tubarão, administrados ou não pelo Instituto Coração de Jesus. Participavam também as religiosas e leigas que atuavam nos jardins de infância “Santo Afonso” de Humaitá, “Pio XII” de Passagem; “Dom Anselmo” de Oficinas, as “Pastorinhas de Fátima” de Morrotes e “São Judas”, situado à margem esquerda do Rio Tubarão. Provavelmente, estes encontros que reuniam educadoras de diferentes instituições infantis buscavam certa uniformidade no fazer pedagógico.

Uma das professoras-jardineiras mais antigas do Jardim de Infância Cristo-Rei, Josefina Furlan (Pina), confirma que, desde o início, o método seguido para trabalhar com as crianças foi o Método Montessori, e que para atuar nesta perspectiva elas participaram de vários cursos em nível local e estadual³²⁵.

Na organização das atividades a serem realizadas com as crianças percebe-se uma ênfase na utilização de jogos, de material lúdico, de desenho, ou seja, os exercícios práticos ocupavam um papel preponderante nos fazeres pedagógicos, o que guarda relação com os pressupostos escolanovistas que fundamentaram muitas das propostas pedagógicas desenvolvidas em jardins de infância da época. Cabe lembrar que a Escola Nova contribuiu para a “introdução de novos elementos para se compreender a infância como uma idade diferenciada das demais e a necessidade de se melhorar as condições físicas, pedagógicas e psicológicas das escolas (LEAL, 2003, p. 60).

³²⁵ Josefina Furlan. Entrevista citada.

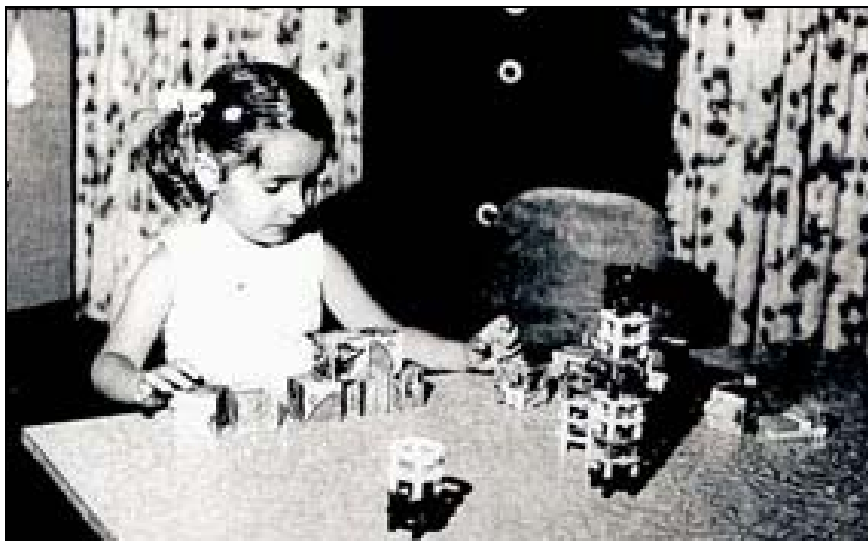


Figura 72: Menina brincando com jogos de montar (década de 1970)
Fonte: Arquivo pessoal de Josefina Furlan (Pina)

0

Dois temas chamam especial atenção na formação organizada para as educadoras pela Ir Guerlinde, no início do ano de 1964: a indicação do uso da técnica do exercício do silêncio e a catequese. Ao recorrer ao livro “Jardins de Infância”, é possível verificar a importância atribuída à formação do caráter das crianças. A autora apresenta a *lição de silêncio* como um dos exercícios preparatórios para o domínio de si, indicado por Montessori. São exercícios que trazem como exigência o silêncio absoluto estabelecido progressivamente. Um deles é assim descrito:

A professora colocada no fundo da sala ou na sala vizinha, chama em voz neutra cada criança, começando pelas mais atentas. O escolhido levanta-se, arruma a cadeira e, na ponta dos pés, vai juntar-se à professora, permanecendo imóvel junto dela até o fim. Sucessivamente, todas as crianças serão assim chamadas. Essa lição, bem feita, constitui um ótimo exercício para a prática da disciplina. (FIQUEMONT, 1958, p. 167)

Embora referindo-se a um exercício indicado no campo pedagógico montessoriano, a catequese, integrando um outro conjunto de saberes, apropria-se dos mesmos mecanismos do exercício do silêncio para que o aprendizado através da oração, da reflexão e do diálogo interior aconteçam.

A presença dos saberes científicos na prática pedagógica das religiosas é indiscutível, ficando isso ainda mais evidente na preparação das crianças para a escola primária. O ensino da leitura e da escrita era priorizado no 3º Período, ou seja, no ensino das crianças de 6-7 anos, o que é confirmado pela introdução dos testes ABC no Jardim de Infância, a partir de 1961.

Os testes ABC eram empregados com a finalidade de medir o grau de maturidade para a leitura e para a escrita, ficando as crianças classificadas em diferentes níveis de maturidade.

A concepção inatista-maturacionista que subsidia a formulação dos testes ABC, ao colocar a aprendizagem na dependência do desenvolvimento biológico, influenciou muito a escola, inaugurando a relação entre a psicologia científica e a educação. No Brasil, as principais pesquisas nesse campo aconteceram no início do século XX, mais precisamente na década de 20, quando foram implantados laboratórios de Psicologia Experimental e de Psicologia Pedagógica nas Escolas Normais. Neles, as crianças eram examinadas e suas reações psicofísicas eram medidas. Foi por meio deste trabalho que os primeiros testes psicológicos chegaram às escolas. “O primeiro teste para avaliar a prontidão de crianças para a alfabetização foi desenvolvido por um educador, Lourenço Filho” (FONTANA; CRUZ, 1997, p. 20).

Os testes ABC, sistematizados por Lourenço Filho, resultaram na obra “Teste ABC: para a verificação da maturidade necessária à aprendizagem da leitura e da escrita”, publicada pela primeira vez em 1933³²⁶. Não reuniam provas originais, ao contrário, agrupavam testes e técnicas bem conhecidas. Num primeiro momento, compunham uma série de vinte e dois exercícios. À medida que estes foram sendo experimentados, houve uma redução dos exercícios, passando então para oito os pontos de análise, que foram esboçados e deveriam ser observados na hora da aplicação dos testes³²⁷. O propósito dos testes ABC não era verificar a aprendizagem da leitura e da escrita, afirmação que apareceu nos registros da Crônica acima citada. Para Lourenço Filho (1962, p. 57), os testes ABC serviam para classificar as crianças, “pela capacidade real de aprendizagem na leitura e na escrita”, ou seja, não tinham a intenção de identificar se a criança sabia ler e escrever, mas sim medir o nível de capacidade para a aprendizagem desses dois processos. Mais precisamente, “os testes ABC foram organizados para um objetivo fundamental: diagnosticar nas crianças, que procuram a escola primária, *um conjunto de capacidades necessárias à aprendizagem da leitura e da escrita*” (LOURENÇO FILHO, 1962, p. 143).

³²⁶ O livro em sua 6ª edição, publicado em 1962, além de trazer dois novos capítulos, traz também o material para a aplicação dos testes ABC, em anexo.

³²⁷ O pontos para análise eram os seguintes: 1) Coordenação visual-motora; 2) Resistência à inversão na cópia da figura; 3) Memorização visual; 4) Coordenação auditivo-motora; 5) Capacidade de prolação; 6) Resistência à ecolalia; 7) Memorização auditiva; 8) Índice de fatigabilidade; 9) Índice de atenção dirigida; e 10) Vocabulário e compreensão geral. (LOURENÇO FILHO, 1962, p. 57)

Antes de aplicar os referidos testes junto às crianças do Jardim, as mães foram orientadas em uma das reuniões mensais que eram organizadas pelas freiras. Sobre esse assunto as jardineiras discorreram:

os testes ABC são empregados para a verificação da aprendizagem da leitura e da escrita. Conforme o número de pontos obtidos nos exercícios ali propostos, podemos ver claramente o que acontecerá com essa criança ao ingressar no Primário. Por exemplo: uma criança tirando 18 pontos ela tem o nível de “maturidade superior”. Até 20 pontos ela tem “elevado” e acima de 20 tem “elevadíssimo”. Tendo, porém 14 ou 15 pontos, o nível dela é inferior e necessita ficar mais um ano no jardim, porque na Escola ela não produzirá, onde temos muitos casos de umas crianças serem reprovadas duas ou três vezes no 1º. ano. (CRÔNICA, 1960-1970, p. 25).

O processo de exclusão promovido pelos resultados dos testes ABC reafirmam as bases teóricas que os sustentam, pautadas na idéia de que crianças imaturas biologicamente são incapazes de aprender. Para Fontana e Cruz (1997, p. 21), “os resultados de tais testes têm, historicamente, impedido que inúmeras crianças tenham acesso ao conhecimento e à própria escolarização, ao fornecerem indicadores de sua ‘imaturidade’ ou de seus ‘déficits’ de ‘inteligência’”.

A jardineira Josefina Furlan, conhecida como Pina, ficou responsável pela aplicação dos testes ABC. Pina era uma das jardineiras leigas mais experientes, tinha o Curso Complementar e antes de ser convidada para trabalhar no Jardim de Infância atuou numa escola da rede municipal e também era chefe dos Lobinhos do Grupo de Escoteiros de Capivari. Iniciou seus trabalhos a partir do ano letivo de 1961. A aplicação dos referidos testes, apesar de exigir uma forte preparação e roubar muito tempo de quem os aplicava, trazia “grandes valores”, nos dizeres da Crônica (1960-1970, p. 25).

Das anotações realizadas na Crônica sobre os resultados dos testes, fica evidente que a maior parte das crianças entre seis e sete anos alcançava o nível médio e superior, raros eram os casos de crianças com nível de maturidade elevado ou elevadíssimo. No entanto, também havia aquelas que eram classificadas no nível inferior, ou melhor, nulo e até aquelas incapazes de responderem aos testes. Em 1964, por exemplo, foi apontado o caso de duas crianças e preanunciado que “essas duas últimas crianças precisarão de muita compreensão por parte dos professores, pois elas infalivelmente não de encontrar grande dificuldade no aprendizado” (CRÔNICA, 1960-1970, p. 45). Entretanto, o prenúncio também era feito para aquelas que se saíam muito bem, uma vez que “com aquelas cujo nível de maturidade foi elevado, superior, não haverá problemas, pois as mesmas assimilarão sem dificuldades os seus estudos do primário, salvo se forem preguiçosas” (CRÔNICA, 1960-1970, p. 45).

Dois anos mais tarde, outros dois casos críticos foram registrados. Dessa vez, crianças que não passaram pelo teste, “sendo que uma era retardada e da segunda, não foi possível ‘arrancar’ uma palavra” (CRÔNICA, 1960-1970, p. 57). Todavia, a aplicação dos testes era indicada na Crônica para detectar desvios de comportamento das crianças.

Para os Testes ABC, tome o professor um a um de seus alunos: terá oportunidade de distinguir, assim, além das capacidades que essas provas desejam por em relevo, outros aspectos particulares do comportamento de cada criança. Breves anotações, no correr das provas e à margem delas, forneceram dados preciosos acerca do estado geral de saúde do examinando; de deficiências da visão e da audição; blesidade ou gagueira; deficiência de vocabulário; emotividade, dificuldade de adaptação, instabilidade. (LOURENÇO FILHO 1962, p. 119)

A partir de 1968, os testes individuais deixaram de ser entregues aos pais do Jardim e passaram a ser entregues diretamente às professoras do primeiro ano primário. Para as crianças que concluíam o III Período, no dia da formatura eram entregues os diplomas-teste.

A aplicação dos testes mostra os movimentos das freiras no sentido de dotar a ação pedagógica de “validade científica”, movimento que busca legitimar e fortalecer a presença das religiosas na vila operária. Isto nos faz pensar sobre a produção de um efeito de verdade em relação aos mantenedores, muito mais do que em relação às famílias.

Os fazeres pedagógicos arrolados a partir da articulação entre saberes médico-pedagógicos e saberes religiosos foram desencadeando um conjunto de atividades que sustentaram durante dez anos a ação educacional das religiosas no Jardim de Infância Cristo-Rei, como as brincadeiras, eventos em torno das “idéias centrais”, a catequese aliada ao patriotismo.

4.2.2.1 Aprender, brincar e orar

Na visão das jardineiras, em especial de quem registrava o cotidiano do Jardim de Infância Cristo-Rei, a vida no educandário infantil tinha que ser divertida, isso não significava que tudo se resumia a brincadeiras sem objetivo, idéia combatida pelas freiras em vários momentos. Para elas, ‘aprender brincando’ é a norma do ensino no jardim e, contudo, um grande auxílio para a Escola Primária”(1964, p. 43). O ensino mais alegre era a premissa perseguida pelas jardineiras, independente das novas normas, novos métodos, novas idéias que atravessavam as práticas pedagógicas do ensino infantil.



Figura 73: Crianças brincando com as Jardineiras no campo de futebol
Fonte: Arquivo particular de Josefina Furlan

O combate à idéia de que no Jardim de Infância as crianças só brincavam não era nova. Pelo menos, desde a década de 1930, Jeanne Evard Fiquemont, ao comentar o livro de Ollivaud, intitulado “As origens intelectuais do jardim de infância”, publicado em 1935, na França, argumenta que, utilizando de certo humor, discute-se o quanto o jardim de infância era mal compreendido naquela época. Para Ollivaud, a *elite intelectual* encarava como um contra-senso aprender brincando; a *elite mundana* via o jardim de infância como uma “deliciosa escola”, na qual as crianças apenas eram ocupadas com recortes, modelagem, desenhos, música, além dos exercícios rítmicos; o *homem de classe média* não via significado algum no termo, apenas enxergava dois substantivos ligados por uma preposição; o *esportivo* via no jardim de infância uma escola ao ar livre que prestava atenção à saúde da criança, por meio da ciência e do método; a *mulher do povo* concebia a organização como local que propiciava à família o descaso, aliviando-a de pesadas obrigações. Além da total ignorância do público sobre o assunto, o mesmo acontecia com alguns pedagogos, na avaliação da autora (OLLIVAUD, 1935 apud FIQUEMONT, 1958, p. 23-24).

Vale lembrar que Froebel considerava o brinquedo algo primordial, não podendo ser visto como uma coisa frívola. Ele defendia que o “educador deveria tirar partido da curiosidade da criança, de sua necessidade de agir, apalpar e criar”. (FIQUEMONT, 1958, p. 28). A idéia de que o Jardim de Infância deveria funcionar com um grande auxílio para a Escola Primária fundamentou a própria criação desta organização, pois Froebel o desejou para crianças entre três a sete anos de idade, englobando todo o período pré-escolar.

No entanto, o Jardim de Infância era visto como um espaço para educar e não para instruir, a fim de propiciar o desenvolvimento preparatório muito mais para a vida prática do

que para o desenvolvimento intelectual. Assim, registrou-se na Crônica que, mesmo tendo na brincadeira uma das estratégias pedagógicas centrais, o ensino tinha que ser fecundo, e por isso a atuação das jardineiras deveria ser pautada na ciência, na compreensão e no amor, uma vez que “o que se ensina a uma criança de 4 a 6 anos ela guarda para a vida” (CRÔNICA, 1960-1970, p. 51).

Na Crônica foi citado um trecho do Dr. Aléxis Carrel a respeito dos Jardins de Infância: “O tempo da primeira infância deve ser utilizado de todas as maneiras imagináveis para a educação. A perda destes momentos é irreparável. Em lugar de deixar improdutivos os primeiros anos da vida, é preciso cultivá-los com o mais minucioso dos cuidados”. Sobre isso as freiras comentam: “Assim sendo, procuramos neste ano de 1964 cada vez mais instruí-las [as crianças] nesta sua fase infantil tão bela e tão apreciada”. (CRÔNICA, 1960-1970, p. 42).

Além das brincadeiras, vários eventos foram organizados para oportunizar às crianças uma aprendizagem mais “alegre” e “eficiente”. Nos eventos, realizados em torno da “idéia central”, as crianças eram envolvidas com apresentação de números artísticos, entre eles as declamações de poesias e versinhos, cantos, bailados, cirandas, dramatizações, peças teatrais, teatros de fantoches. Com o tempo, os cantos das crianças foram sendo substituídos pelas canções dos discos, conforme o “método moderno” de ensino.



Figura 74: Peça de teatro apresentado pelas crianças do Jardim de Infância Cristo-Rei (década de 1970)
Fonte: Arquivo pessoal de Josefina Furlan (Pina)

Na maioria das vezes, nessas apresentações as crianças eram assistidas pelos seus pais. Ao final da programação de cada data comemorativa eram servidos lanches e guloseimas, e em algumas delas era rezada a Santa Missa pelo vigário da paróquia local. Neste caso, o culto religioso apresenta-se como marca específica da formação almejada pela

pedagogia missionária. Além de alimentar o corpo era preciso alimentar as famílias operárias com a palavra de Deus, a fim de que seus espíritos fossem nutridos.

As “festinhas” eram, em geral, financiadas parcialmente pela CSN e pelas famílias das crianças. Essa estratégia pedagógica, ou seja, a festa coroando a “idéia central”, a fim de auxiliar na fixação da matéria ou assunto trabalhado pela jardineira, é comentada pela relatora da Crônica. Baseando-se num livro de psicologia ela afirma: “uma festa que não haja algo para a criança comer não é considerada como festa”. As festas também tinham o objetivo especial de fazer com que as crianças, através dos cantos, recitações, bailados, manifestassem suas expansões de alegria, arte e desembaraço (CRÔNICA, 1960-1970, p. 41-42).

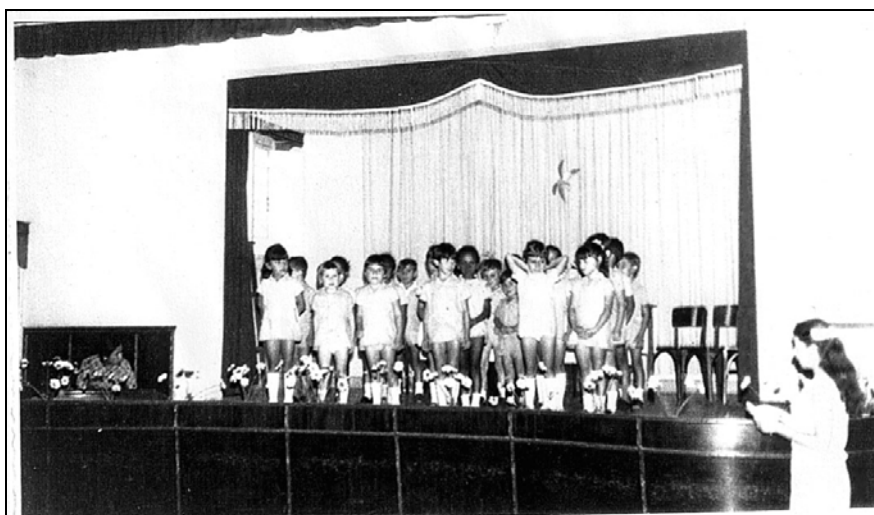


Figura 75: Crianças do Jardim de Infância apresentando número artístico no Recreio do Trabalhador
Fonte: Arquivo pessoal de Josefina Furlan (Pina)

Uma formação religiosa sólida, imprescindível na educação das crianças, motivou a recorrência a várias estratégias pedagógicas, com vistas a consolidar a catequização dos pequeninos.

Além das práticas pedagógicas embasadas na ciência pedagógica da época, na compreensão e no amor, entre os principais fundamentos figura a catequização, um dos pilares centrais de todo o trabalho realizado com as crianças, nos dez anos de atividades do Jardim de Infância Cristo-Rei. Entre as datas comemorativas, a Páscoa, o Dia das Mães, o Dia da Criança e o Natal eram momentos especiais para evangelizar, ou melhor, realizar a “formação espiritual” das crianças.

Com a finalidade de cumprir um dos propósitos firmados no convênio entre as religiosas do Instituto Coração de Jesus e a CSN, que era o de prestar assistência religiosa às famílias dos operários, o Jardim de Infância Cristo-Rei configurou-se como um espaço privilegiado para o cumprimento desta missão. Várias atividades foram organizadas com este

intuito junto às crianças, buscando despertar o “sentimento religioso”, o “sentido de Deus”, inato à criança, conforme o que prescrevia o “manual” *Jardins de Infância*, de Fiquemont. Neste livro há um capítulo sobre a vida interior da criança, que trata, entre outras coisas, do despertar do sentimento religioso, através da formação religiosa. O sentimento religioso é concebido como algo instintivo, como algo que a criança traz consigo. “A criança tem o sentido de Deus. É nos pequeninos uma aptidão encontrada geralmente à flor da alma” (FIQUEMONT, 1958, p. 177).

Esta idéia fica mais evidente quando buscamos alguns dos princípios do Jardim de Infância em Froebel, que por ser de família luterana acreditava que a educação deveria estar alicerçada na tríade formada pela natureza, por Deus e pela humanidade, constituindo assim a “unidade vital”, “na qual a educação deveria estar alicerçada para poder conduzir o indivíduo ao desenvolvimento pleno” (ARCE, 2002, p. 113).

Se, de um lado, há um certo “aprisionamento” dos saberes religiosos ao campo da educação, principalmente quando se trata de catequizar, de outro há também certo “aprisionamento” dos saberes do campo da educação em relação à religião. A idéia da “unidade vital” de Froebel denuncia esta vinculação fundante da pedagogia froebeliana.

Fiquemont ressalta que a professora, mesmo aquela de estabelecimento não confessional, deverá se empenhar em respeitar esta aptidão das crianças. No caso da educadora de jardim de infância confessional, esta deverá exercer “seu mister nesse setor, segundo o espírito da educação nova e não imitando as catequistas de outrora” (FIQUEMONT, 1958, p.178).

Revelando uma preocupação com a educação religiosa ou com o sentimento religioso, o editor da obra de Fiquemont apresenta, ao final do livro, um *addendum* dedicado especialmente às educadoras católicas.

Neste *addendum* consta uma nota extraída da revista “Vérité et Vie”, do Centro de Pedagogia Religiosa da Diocese de Estrasburgo (França), escrita por Léon Barbey na qual há afirmação de que a educação religiosa é dividida em três etapas para as crianças de zero a seis anos. A primeira etapa, de zero a três anos, é chamada de “Etapa dos Gestos”. Nela, os gestos da criança deverão ser orientados para Deus. Ver, tocar, apalpar, estariam a serviço dos sentidos. Saudar, sorrir e mandar um beijo, a serviço da afetividade e da inteligência: a união de todas as palavras através da oração, acompanhada do Sinal da Cruz, das mãos cruzadas e da genuflexão. Estes seriam os meios elementares para a conquista dos pequeninos desde as primeiras práticas cristãs.

O momento seguinte seria a “Etapa Afetiva”, dos três anos (ou quatro). Nesta etapa, na qual entra “em jogo toda a dialética da afeição e da agressividade”, o sentido de Deus deveria ser explicado e repetido. Caberia às professoras e à própria família mostrar à criança que o julgamento divino coincidia com o próprio sentido moral da criança, fortalecendo assim a intimidade com Deus e não vendo nele um inimigo. (apud FIQUEMONT, 1958, p. 195-197).

Essa atitude aprofunda ao mesmo tempo, *o sentido de intimidade com Deus*. Deus vê tudo nela. Deus a compreende melhor do que ela própria sabe explicar a outra; a criança, que descobre isso, sabe não só que não pode enganar o olhar do Senhor, mas se alegra por ver-se penetrada tão a fundo por esse olhar infinitamente justo e bom. Nada escapa a Deus, mas Deus não trai nunca, jamais é indiscreto. (BARBEY, apud FIQUEMONT, 1958, p. 196)

A terceira e última etapa seria a “Etapa do Pensamento Simbólico”. Nela, o educador deveria ser um mensageiro de Deus e deveria *deixar transparecer Deus*, evitando substituir sua autoridade pela autoridade divina. “É preciso que a criança se dê conta que estes educadores pensam, agem e vivem efetivamente na docilidade pessoal a Deus, que, se lhe falam de Deus, não é para a dominarem, mas porque se consideram, junto dela, como seus ministros” (BARBEY apud FIQUEMONT, 1958, p. 197). Ao trabalharem dessa forma, com o intuito de despertar progressivamente o sentido de Deus nos pequeninos, os educadores estariam objetivando a fé através de fenômenos físicos, facilitando a adesão da criança em relação à verdade revelada, uma vez que, segundo Barbey, até mais ou menos seis anos o modo de pensar da criança é determinado pela “imagem e suas extravagantes associações” (apud FIQUEMONT, 1958, p. 196).

As “cândidas almas”, em cujos “olhinhos resplandeciam a alegria”, retornavam ao ano letivo “famintas” de saber. As religiosas registram que as crianças gostavam imensamente quando se falava de Jesus e sobre isso elas clamavam: “Oxalá que todas ensinem as criancinhas para que os germens da religião cristã se fundem nestes coraçõezinhos sedentos da verdade!” (CRÔNICA, 1960-1970, p. 35). E para atender às expectativas das “Rosas Vivas” deste jardim de infância, era comum, no início de cada ano letivo, o patrono do Jardim de Infância, Cristo-Rei, ser evocado. Além de agradecimentos aos auxílios recebidos pela graça divina no ano anterior, eram solicitadas as bênçãos para o bom andamento das atividades do ano vindouro.

CRISTO, que és o início e o fim de todas as coisas, te pedimos: abençoai todos os trabalhos que vamos desempenhar neste teu Jardim de “Rosas vivas”. Que este ano de 1967, seja de fato um ano frutífero, agraciado e amparado com tua Santa Presença. Rega, portanto, as tuas “Rosas” com as chuvas de tua bondade e sabedoria, para que teus “instrumentos” possam agir com toda liberdade e prudência e que jamais machuquem ou desfaçam tuas “Rosas” preferidas. (CRÔNICA, 1960-1970, p. 61)

A Crônica registra que as “aulinhas” de religião ocorriam durante todas as programações do estabelecimento. Na Páscoa, por exemplo, as crianças eram levadas “a um maior conhecimento de Jesus e de sua Sagrada Paixão e Morte, e por fim, a Ressurreição gloriosa” (CRÔNICA, 1960-1970, p. 50). A fim de dar conta dessa incumbência, as freiras, durante o mês de abril ressaltavam, principalmente, os sofrimentos de Jesus Cristo ao perder sua vida em nome do amor que nutria pelas pessoas.

Em maio, “mês de Maria, rainha das mães”, com a finalidade de aguçar nas crianças o amor para com o “ente querido” que lhes deu a vida, as jardineiras e suas auxiliares faziam inúmeras atividades, além dos preparativos, com o ensaio de cantos para o coroamento de Nossa Senhora na Igreja Matriz de Tubarão ou na Gruta, envolvendo as crianças vestidas de anjos. A coroação de Nossa Senhora acontecia no final do mês de maio. Também na condição de anjos as crianças eram levadas pelas professoras a participarem da procissão de Corpus Christi. Nestas ocasiões, as crianças uniformizadas ficavam responsáveis por lançar pétalas sobre as pessoas que caminhavam na procissão.

Outra presença marcante das crianças ocorria nos enterros de irmãozinhos e irmãzinhas de seus coleguinhas. Os corpos dos pequeninos, geralmente recém-nascidos, eram transladados pelas crianças do jardim de infância até o cemitério. Segundo as freiras, o propósito era fazer com que a “oração dos inocentes” acalentasse e conformasse a tristeza dos pais que perdiam seus filhos, geralmente recém-nascidos. Vale lembrar que na tradição católica a criança quando batizada livra-se do Pecado Original e até os sete anos é considerada inocente, ou seja, símbolo de pureza.

A ritualização do cotidiano do Jardim de Infância Cristo-Rei, com o uso dos símbolos da religião católica, foram dando forma à ação pedagógica das religiosas, constituindo o currículo da pedagogia missionária e, conseqüentemente, instaurando os “modos de ser”, não só das crianças, mas das próprias educadoras.

Diante da incidência de mortalidade infantil nas vilas operárias, eram freqüentes procissões pelas ruas, nas quais as crianças acompanhavam os “enterrinhos” até os cemitérios,

principalmente os dos recém-nascidos, ou melhor, dos “anjinhos”. Termos foram abundantemente utilizados para designar as crianças mortas.

O caráter público das práticas fúnebres infantis, nesta e em outras vilas operárias, nos remete aos funerais de crianças analisados por Luiz Lima Vailati, desde as primeiras décadas até meados do século XIX, e que conotam nos relatos de viajantes estrangeiros que passaram pelo Brasil, mais especificamente pelas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. Diferente do que ocorria nas vilas operárias, as pessoas que acompanhavam os cortejos de “anjinhos” eram os familiares, confrades, amigos, conhecidos e desconhecidos, denotando na presença destes últimos o traço público dessas manifestações. A presença de inúmeras crianças só foi registrada pelo pastor metodista Daniel Kidder ao presenciar um cerimonial fúnebre de uma criança negra. A maioria das crianças estava enfeitada com tiras de pano vermelho, branco e amarelo (VAILATI, 2002, p.381-381). Daí a importância de registrar as práticas específicas de féretro fúnebre e seu ritual no caso das vilas operárias do carvão na segunda metade do século XX.

A associação entre a figura do anjo e a criança não é exclusiva das práticas das professoras-jardineiras do Jardim de Infância Cristo-Rei ou da Igreja Católica, circunscrita no período em estudo. Vailati a identificou nos relatos dos viajantes, que, além do uso do termo “anjinho” para designar uma criança morta, destaca que muitas crianças eram enterradas com mortalhas de anjo. Procissões também eram realizadas com crianças, geralmente menores de sete anos, vestidas de anjos, assemelhando-se às mortalhas com asas artificiais, perucas, profusão de pedras, etc. O autor ainda aponta: “A procissão em que por excelência os anjos desfilam é precisamente a do Corpo de Cristo, que não é outra coisa senão um cortejo fúnebre, o maior deles (VAILATI, 2002, p. 373).

O Dia da Criança foi uma data incorporada às datas comemorativas do calendário do Jardim. A data ocupava um lugar especial no processo de catequização, afinal o sujeito criança era a razão da existência do Jardim de Infância. Nesse mês, a figura do Menino Jesus era exaltada e aspectos como a obediência, o amor e a dedicação aos pais associadas a ele eram profundamente exploradas, na tentativa de educar. O tema era catequético; a forma, exemplar.

Uma outra forma de educar e catequizar relacionava-se à distribuição de santinhos, difundidos entre as crianças e seus pais. Eram entregues como recordação no final da programação do Dia da Criança, presenteados aos pais por ocasião da comemoração de seu dia, em envelopes enfeitados pelas próprias crianças. No encerramento das atividades do ano de 1960, por exemplo, os pequeninos recebiam um santinho como lembrança, com os dizeres

“Deus me vê”. A distribuição dessas imagens dos Santos e Santas da Igreja Católica não foi uma prática que se fez presente apenas neste estabelecimento. Certamente, habita na memória de muitos adultos o fato de terem sido presenteados com uma dessas imagens ou terem recebido, ao final de uma missa, ou ainda no dia da Primeira Comunhão. Há aqueles que, inclusive, colecionavam e ainda colecionam estas imagens.

A imagem sempre ocupou um papel importante na conversão dos católicos. Cabe lembrar que a Igreja Católica, há séculos, já se posicionou a respeito do uso das imagens em seus templos. Para a Igreja, as imagens deveriam estar a serviço do dogma e da propagação da fé católica. Além disso, deveriam reproduzir as histórias e mistérios da redenção e servir à instrução religiosa do povo (CUNHA, 2007, p. 125).

Em geral, os santinhos tinham em seu verso uma oração, um versículo da bíblia ou um pensamento religioso. Nos santinhos, a imagem configurava um protocolo de leitura, ao sugerir, às crianças e adultos que os recebiam, a correta compreensão do texto e o justo significado que a Igreja queria que fosse dado a este material. Para Chartier, no momento que a imagem cumpre este papel, pode constituir-se num lugar de memória que cristaliza, por meio de uma representação única, um ensinamento, fornecendo o sentido global do texto. Para ele

[...] a imagem impressa [...] é pensada e manuseada como um instrumento maior do conhecimento, apta a fornecer uma representação adequada de verdade das coisas. Com isso, é suposto conquistar necessariamente a adesão de quem a olha e mais ou melhor do que o texto ao qual está associada, produzir persuasão e crença (CHATIER, 1998, p. 16)

Ao distribuírem santinhos às crianças do Jardim de Infância Cristo-Rei e aos seus pais, as religiosas do Instituto Coração de Jesus empreendiam a missão catequética, a partir dos “ícones” da Igreja Católica, cumprindo o papel das pedagogias missionárias.

Uma das atividades fortemente difundidas nos dez anos de registro do cotidiano do Jardim de Infância Cristo-Rei, realizadas no Dia da Criança, era o encontro itinerante, promovido pelas direções dos estabelecimentos infantis de Tubarão, administrados por religiosas. A CSN costumava ceder o ônibus para viabilizar o deslocamento das crianças. Cada Jardim de Infância participava com algum tipo de apresentação e, somado a isso, aconteciam brincadeiras, cantos, distribuição de lanches e guloseimas.

Os registros assinalam outros passeios, realizados no mês de outubro. Em 1962, por exemplo, foram visitar a Gruta Nossa Senhora da Saúde, e como Ir. Guerlinde encontrava-se muito doente as jardineiras rezaram com as crianças uma dezena do terço nas intenções da

referida religiosa. Em outra ocasião fizeram uma visita ao Seminário de Tubarão e o padre que as recebeu assim se pronunciou: “Rezai com as criancinhas por todos que aqui estão, porque a prece dos inocentes vale mais do que a do adulto”, frase literalmente transcrita na Crônica (1960-1970, p. 65).

A programação geral das atividades do Jardim culminava com uma Santa Missa rezada pelo vigário da paróquia. Nessa ocasião, mesmo sendo as crianças o alvo das homenagens, estas participavam entoando vários cantos, entre eles: “Deus está no céu presente”, “Um presente pequenino”, “Meu Jesus sou pequenino”, “Mãezinha do céu eu não sei rezar”, “Tudo para a criança e a criança para Deus”, entre outros. O refrão de outra canção, que certamente habita muitas memórias, aparece nos registros referentes ao Dia da Criança.

Criança feliz
Que vive a cantar
Alegre embalar
Seu sonho infantil
Ó meu bom Jesus
Que a todos conduz
Olhai as crianças
Do nosso Brasil!
(CRÔNICA, 1960-1970, p. 60)

Além de aproximar a infância à idéia de pureza, alegria e inocência, tendo como referência o modelo construído pela Igreja Católica, simbolizado pelo Menino Jesus, a criança é afirmada como protagonista do futuro do Brasil. As anotações de outubro de 1963 corroboram esse intento:

Chegou o mês de falarmos e de admirarmos aquilo que é mais querido na terra, a criança. Seu olhar é puro, sua alma é inocente e seus atos são motivos para a maior alegria.
CRIANÇA, és o encanto de Jesus.
CRIANÇA, és a jóia de um lar.
CRIANÇA, és o futuro do Brasil.
CRIANÇA, és aquela em cuja qual se escoaram aquelas santas palavras pronunciadas pela boca de um Deus-homem
DEIXAI VIR A MIM OS PEQUENINOS PORQUE DELES É O REINO DOS CÉUS.
(CRÔNICA, 1960-1970, p. 39)

E para esperar a “vinda do Menino Jesus” as jardineiras organizavam a Coroa do Advento, no mês de novembro. A cada sábado as crianças cantavam canções como: “Quando virá o dia” ou “Um anjo à Virgem Santa” e, simultaneamente, era acesa uma vela da coroa, e todos os dias era aberta uma janelinha. Assim, a cada semana e a cada dia as crianças percebiam nitidamente a aproximação do dia do nascimento do Menino Jesus. Numa ocasião,

um padre visitante, ao presenciar esse ritual vivenciado pelas crianças do Jardim de Infância, comentou: “Ótimo, até com os pequeninos se observa a liturgia [...]. É Irmã, o melhor apostolado é feito principalmente com os pequeninos”(CRÔNICA, 1960-1970, p. 25).

Para homenagear o Menino Jesus, as crianças eram envolvidas na preparação do Presépio Vivo, que era apresentado aos pais, familiares e a outras crianças da vila operária. As crianças recitavam versinhos e no final recebiam doces. Outra forma de homenagear era a prática do bercinho do Menino Jesus que era colocado no centro de uma mesa redonda e o terço era recitado por um representante da Legião de Maria. O ato era acompanhado por todas as crianças e jardineiras, e ao seu final cada criança depositava seu “beijinho” na face do “Menino Jesus”. Tais rituais estão detalhadamente descritos em várias páginas da Crônica.

A devoção ao Menino Jesus ainda é evidenciada exaustivamente na *Crônica do Jardim de Infância Cristo-Rei*. Tomam-se constantemente as virtudes atribuídas ao Menino Jesus como exemplos a serem seguidos pelas jardineiras na educação das crianças.

Isso remete à cultura da Igreja Católica difundida entre os séculos XVI e XVII, na Europa. Jacques Gélis (2004), ao tratar dos modelos de infância difundidos por esta instituição, num forte contexto de devoção à infância de Cristo, aponta o aparecimento de duas figuras: o da criança mística e, posteriormente, a da criança-Cristo. Para o autor, “a corrente mística contribuiu para valorizar o indivíduo. Engendrou o modelo de santidade infantil: a imagem do homem-santo excepcional e também a do menino-santo excepcional”. No caso da criança-Cristo, vários “manuais de devoção ressaltam os traços humanos do “Deus Menino”, cuja inocência e cuja doçura tanto comovem os fiéis reunidos ao redor do presépio” (2004, p. 325).

Depois de dois anos de funcionamento do Jardim de Infância, as religiosas introduziram a festa de São Nicolau, em substituição à exaltação da figura do Papai-Noel. Com a cooperação das mães, eram confeccionados bonecos de massa e pirulitos de galinhos a serem distribuídos às crianças. Sobre isso, ficou registrado: “Conta a lenda alusiva a São Nicolau, que este Santo Bispo, em vida era muito amigo das crianças distribuindo à sua passagem, doces e bombons, para os pequeninos. Esta idéia é originária da Europa. Aqui no Brasil tem-se a falsa crença do “Papai Noel” (CRÔNICA, 1960-1970, p. 40). Tais festividades e celebrações finalizavam o ano letivo do Jardim de Infância Cristo-Rei de Capivari, Santa Catarina.

Também a figura do vigário local era muito presente no cotidiano deste Jardim. O reverendo freqüentemente era convidado a participar das várias festividades realizadas nas datas comemorativas ou nos encerramentos do ano letivo. Nestes momentos, crianças e

jardineiras recebiam a benção do pároco. Em agosto, costumava-se comemorar o Dia do Padre. Vestidas com o uniforme de gala, as crianças, com suas respectivas jardineiras, homenagearam o Pe. Urbano, em 1961, com a seguinte música:

Todas juntas nós estamos
E viemos aqui saudar
O nosso bom Padre Urbano
E seu dia festejar

Nós crianças desta terra
Não podíamos deixar
Este Pai que Deus encerra
E ao céu nos vai levar

Aceitai votos ardentes
Que dos corações sai
Destas almas inocentes
Filhos deste mesmo Pai.
(CRÔNICA, 1960-1970, p.20)

Ainda como parte da missão educativo-catequética, aos domingos as freiras combinavam com as crianças a participação nas missas da igreja local. Há registros de várias missas nas quais as crianças não eram apenas figurantes, mas assumiam partes da cerimônia com seus cantos e apresentações, ou seja, elas davam assistência ao padre nas celebrações.

No encerramento das atividades de cada ano, na crônica consta agradecimentos a Deus pelas atividades desenvolvidas, pedindo proteção para a continuidade dos trabalhos.

Surgiu mais uma aurora de um novo ano para o nosso Jardim. Rogamos e pedimos ao Todo Poderoso que Ele abra o seu manto e defenda o nosso Jardim de qualquer adversidade, e especialmente nos assista com as suas benéficas bênçãos (CRÔNICA, 1960-1970, p. 28).

[...]

Aqui deixamos um oferecimento em ação de graças ao Pai Celeste, por todos os benefícios recebidos durante este abençoado ano de 1966. Que sua mão Paternal continue pairando sobre este Jardim e em cada criancinha em particular (CRÔNICA, 1960-1970, p. 57).

Neste vasto trabalho educativo-catequético, empreendido pelas religiosas do Instituto Coração de Jesus, nota-se a diversidade nos tipos de ações que eram, ao mesmo tempo, extensas e amplas, extrapolando o Jardim de Infância, atingindo a vida social e familiar das crianças. São ações insidiosas, organizadas com o intuito de produzir sujeitos embebidos dos valores católicos. Além de visarem despertar o “sentimento religioso”, o “sentido de Deus” nas crianças, um outro intento das ações religiosas era despertar o sentimento patriótico, a fim de garantir a construção de sujeitos fiéis, não só a Deus, mas à Pátria.

4.2.2.2 Formar cidadãos patriotas

Com esta finalidade, várias atividades eram realizadas. Uma das datas comemoradas no Jardim de Infância era o Dia do Soldado. Nesse dia as jardineiras valiam-se da imagem de Duque de Caxias, com exemplo a instigar o sentimento de patriotismo nas crianças. O excerto que segue demonstra como o exemplo de um vulto da história brasileira era cultivado entre os pequeninos: “Fizemos uma breve explicação sobre o Duque de Caxias. Contamos as suas lutas e vitórias e aquele fato que com a idade de 5 anos o nosso pequeno Duque já tinha a sua fardinha e acompanhava o seu pai a serviço do Exército” (CRÔNICA, 1960-1970, p. 23).

Visitas ao Quartel também eram realizadas pelas crianças em alusão ao Dia do Soldado. Em certa ocasião, elas cantaram uma pequena composição:

Oh Quartel, nossa saudação
Cheia de alegria e gratidão
A ti Quartel, de todo o coração
A Deus sinceros rogos. Pedimos proteção
Nós neste dia, viemos visitar.
(CRÔNICA, 1960-1970, p. 64)

Segundo outro registro, ao comemorem, no ano de 1960, pela primeira vez a Semana da Pátria, que culminou com o desfile de 7 de setembro, os “futuros patriotas do Brasil de amanhã” se dirigiram em marcha até o Recreio do Trabalhador. Antes houve uma preparação das crianças pelas religiosas:

Reunimos cada turma em sua sala e colocamos fitas amarelas nas meninas e bonés da mesma cor nos meninos. Os de 4 anos tinham os seus de cor vermelha e os de 6 de cor verde. Os chefes dos pelotões ainda levavam, cruzando o peito, uma faixa verde-amarela. A bandeira nacional estava em frente, saudando o vento e arrastando o batalhão dos pequeninos. Mas, atrás vinha um menino tocando o tambor. [...] Fomos em direção ao Recreio e lá bem em frente encontram-se duas bandeiras cujas tropas grandes e pequenas eram irmanados da mesma alegria de honrar a sua Pátria livre e altaneira. Ao som do grande tambor as crianças marchavam entusiasticamente. (CRÔNICA, 1960-1970, p. 10)

Ver nas crianças os “futuros patriotas do Brasil de amanhã” pode ser relacionado com a conjuntura política da época. O governo JK seguia um modelo marcado pelo nacional-

desenvolvimentismo, que previa, principalmente, a ampliação da industrialização e das funções do Estado. Um Estado forte não poderia prescindir de brasileiros patrióticos e entusiastas.

As jardineiras abordavam o tema “Independência do Brasil” durante vários dias, associando cantos e versinhos, e depois os “soldados em miniatura” saíam em marcha, a fim de homenagear a pátria, da qual todos eram filhos. O objetivo da homenagem era demonstrar o sentimento de compaixão e amor a esta “data gloriosa”.

Após ter trabalhado já há vários dias sobre o tema a “Independência do Brasil”, hoje garbosamente como um Batalhão de soldados em miniatura saímos a marchar. Fizemos um pelotão de 21 meninas, todas com saínhas verde-amarela representando os estados brasileiros; enquanto a Bandeira tremulava à frente e ao ruflar de um pequeno tambor, todos iam marchando, para assim mostrar que todos somos filhos desta Pátria estremecida. Ao passar pelo Recreio do Trabalhador, estando a Bandeira hasteada, três das nossas crianças renderam a primeira homenagem. Depois, juntamente com os Escolares, presenciamos o levantamento da Bandeira ao som dos tambores. Logo em seguida dirigimo-nos ao Jardim onde fizemos em frente do mesmo, nossa singela homenagem (CRÔNICA, 1960-1970, p. 32).

O 7 de Setembro não foi comemorado no segundo ano de funcionamento do Jardim de Infância, pois havia sido suspensa qualquer manifestação cívica, medida resultante da “crise terrível do país”, decorrente da renúncia de Jânio Quadros, em 20 de agosto de 1961, data esta comemorativa ao Dia do Soldado. Neste dia, a grande agitação presente entre o povo contagiou as crianças, merecendo um registro na Crônica, uma vez que elas chegavam perguntando: “É verdade irmã, que os comunistas jogam as crianças para cima e aparam com bicos de espada para os matar?”. Sobre o assunto, elas observaram: “Dava pena de ver as crianças deste modo aflitas, mas, disso os maiores causadores eram os próprios pais que amedrontavam assim seus filhos” (CRÔNICA, 1961, p. 22). No entanto, é prudente acrescentar que os causadores deste medo não eram os pais, mas sim a própria igreja que, historicamente, vinha se constituindo como um forte instrumento de combate aos comunistas.

As religiosas, assim, combinaram pressupostos teórico-metodológicos modernos, válidos para a época, com o intuito de educar crianças, filhos e filhas de operários da CSN, para a vida prática a serviço das necessidades da Igreja Católica e da sociedade brasileira.

Diferentes modelos e cores de uniformes foram definidos para as meninas e os meninos, dependendo da idade. Para as meninas foi escolhida a “blusinha” branca e “sainha” franzida, com um “gracioso aventalzinho” sobreposto, enfeitado com rendas, e para os meninos uma camisa branca e calça. O tecido escolhido para o uniforme das crianças foi o

xadrez, sendo o vermelho para as de quatro anos, o verde para as de cinco, e o azul para as de seis anos. Na opinião das religiosas, futuras professoras, a distinção da cor por idade ajudava na identificação da turma a qual a criança pertencia e, conseqüentemente, da sala de aula.

Chama a atenção o fato das irmãs jardineiras instituírem uniformes diferenciados por idade/turma. Ao mesmo tempo em que há uma preocupação em homogeneizar, exigindo que todas as crianças utilizassem o uniforme, paralelamente ocorre uma diferenciação. Como sugere Foucault (1996, p. 134-135) a separação por turmas, conforme a idade e o uso de uniformes diferenciados, parece ter sido uma tentativa de transformar aquela pequena multidão confusa, em multiplicidades organizadas, ou seja, houve a constituição de “quadros vivos”, possibilitando o olhar cuidadoso e “classificador” do professor.

Além desse uniforme, usado diariamente, existia um outro, o de gala, especial para os eventos promovidos pelo estabelecimento ou quando as crianças eram convidadas para participar de atividades externas. As religiosas, além de se vestirem com um tipo de hábito para as atividades diárias, também se vestiam com o hábito de gala nos eventos considerados mais importantes.

Há registros sobre a mudança de modelo do uniforme a partir de 1965, ficando para os meninos as peças de roupa todas brancas e para as meninas a blusa branca com saia vermelha pregueada. Nas blusas e camisas foi bordado um distintivo com o desenho de uma coroa com as iniciais J.I.C.R, fazendo alusão ao Jardim de Infância Cristo-Rei. No entanto, há pistas de que entre o primeiro uniforme utilizado e esse existiu um outro, pois o motivo da troca se pautou na idéia de que o uniforme azul já estava ficando “por demais antiquado” (CRÔNICA, 1960-1970, p. 48). Posteriormente, o uniforme de gala das meninas foi modificado, permanecendo a blusa branca, com um vestido vermelho modelo jardineira, e para os meninos, além das peças brancas, foi acrescentada uma borboleta vermelha. Observa-se aqui a nítida diferenciação entre os uniformes para meninas e meninos, sejam aqueles utilizados cotidianamente ou em ocasiões especiais.



Figura 76: Freira em atividade com as crianças do Jardim de Infância Cristo-Rei
Fonte: Arquivo pessoal de Josefina Furlan (Pina)

Além dos uniformes, a fila, procedimento tão conhecido pelos escolares foi também utilizada no jardim de infância para manter a ordem. Mesmo não havendo na Crônica a descrição dessas filas, imagina-se que eram organizadas separando meninos e meninas, e começando dos menores para os maiores. A ordenação por fileiras, segundo Foucault (1996, p. 134), a partir do século XVII “começa a definir a grande forma de repartição dos indivíduos na ordem escolar”, configurando-se em “filas de alunos na sala, nos corredores, nos pátios [...]”.

A existência do Jardim de Infância Cristo-Rei só foi possível em função de uma política de cunho paternalista desenvolvida pela CSN, não só para os trabalhadores da unidade instalada na Vila Operária Mendonça Lima, em Capivari de Baixo, mas para aqueles que atuaram em todas as suas unidades alojadas no país.

Como foi mencionado anteriormente, o Jardim de Infância Cristo-Rei foi construído e mantido exclusivamente pela CSN até 1967, sendo os salários das jardineiras e auxiliares também pagos pela empresa. Todo material didático, lúdico, mobília e a merenda eram cedidos pela CSN, com exceção daqueles comprados com as mensalidades pagas pelas famílias das crianças. Em geral, os pedidos das religiosas à empresa para manutenção do jardim eram atendidos. A CSN era considerada por elas como uma mãe. No entanto, um dos pedidos demorou alguns anos para ser atendido.

Apesar de inúmeras solicitações, o muro do educandário foi construído só no final da metade da primeira década de seu funcionamento. Até então o Jardim de Infância era cercado de ciprestes, possibilitando a fuga de crianças e a entrada de estranhos.

Chefias da CSN participavam com freqüência das atividades de encerramento no final do período letivo e a elas cabia a entrega dos álbuns, dos diplomas-teste àqueles que estavam concluindo o jardim, além dos desenhos e materiais produzidos pelos demais durante o ano. Nestas ocasiões, as festinhas eram, em grande medida, subsidiadas pela empresa, havendo distribuição de balas e lanches.

A presença do pároco quase sempre se fazia em meio à presença das demais autoridades que costumavam participar das atividades de final de ano. Tais momentos tinham o papel de dar visibilidade e legitimação às ações das religiosas na Vila Operária Mendonça Lima. Nota-se que a prática das solenidades de final de ano, com a presença de autoridades, era muito disseminada na época pela filantropia. A Igreja Católica soube aproveitar bem as alianças e acordos, principalmente com as elites locais.

A primeira entrega dos resultados do Teste ABC, no ato da formatura, é descrita pelas religiosas como tendo sido motivo de alegria para as chefias das CSN. Segundo os apontamentos inscritos na Crônica, “os testes foram devidamente escritos e avaliados. Para o dia do encerramento, colocamos uma capinha branca com o nome, contornando com uma fitinha verde-amarela. A chefia ficou muito contente, eles há muito tempo desejaram que cada criança, ao deixar o Jardim, tivesse algo que demonstrasse o seu aproveitamento no mesmo” (CRÔNICA, 1960-1970, p. 26).

Dar visibilidade pública ao trabalho realizado durante o ano letivo, por meio dos resultados dos Testes ABC, e entregá-los às crianças na presença dos Diretores da CSN, parece ter sido, igualmente, uma estratégia das religiosas para obter reconhecimento e legitimidade de seu trabalho diante da mantenedora.

Em diversos momentos, as freiras criaram oportunidades para a presença dos representantes da empresa em atividades relacionadas à ação das religiosas do Instituto Coração de Jesus na vila operária. Dentre estas atividades, por exemplo, destacam-se as visitas freqüentes ao Jardim de Infância, por intermédio de seu Diretor de Serviço Social, assim como a participação na organização da Semana da Criança. Com a finalidade de organizar esse evento eram realizadas reuniões.

Na Crônica, há o registro de uma delas na qual a assistente social, Maria de Lourdes de Oliveira, em conjunto com as jardineiras, definiu a programação referente ao Dia da Criança. Nessas oportunidades, as crianças também expressavam seus agradecimentos aos “favores” recebidos da CSN. No encerramento das atividades da Semana da Criança ocorrida em outubro de 1967, as crianças cantaram no Recreio do Trabalhador o seguinte refrão:

A Deus uma prece e mil louvores
 E a Companhia, por tantos favores,
 Recompensa senhor tanta bondade!
 (CRÔNICA, 1960-1970, p.65)

No mês de abril, quando era comemorado o aniversário de fundação da estatal, atividades eram organizadas pelo Jardim de Infância para homenageá-la. Eram eventos grandes que contavam inclusive com a criação de hinos a serem entoados pelas crianças, como uma forma de agradecimento pelas benesses recebidas. No 20º aniversário da empresa, em 1961, na festa realizada no Campo de Futebol, as crianças cantaram:

Este grande dia
 Vamos festejar
 E a Companhia
 Vamos nós saudar

Nossa Companhia
 E mãe tão gentil
 Nos deu o Jardim
 Prá turma infantil

Salve! Salve! Salve! Salve! a Companhia
 Salve! Salve! Salve! Salve! Neste lindo dia!

Vamos dar um viva
 A toda chefia
 E aos operários
 Desta Companhia

Viva! Viva! Viva! Toda a chefia
 Viva! Viva! Viva! Toda a Companhia!
 (CRÔNICA, 1960-1970, p. 17).

Percebe-se a oficialização pública de relações de reciprocidade. O Instituto valoriza a benemerência da CSN para continuar sendo mantido por ela.

Também no 22º aniversário, em 1963, além dos versinhos recitados em frente ao Recreio do Trabalhador, as crianças cantaram o seguinte canto alusivo à data:

Vamos cantar criancinhas
 Esta canção de alegria
 Festejando o aniversário
 Da nossa Companhia

A Companhia festeja
 O aniversário feliz
 Peçamos a Deus que proteja
 Esta obra que a ti bendiz!
 (CRÔNICA, 1960-1970, p. 35)

Nestes versos está explícita a aliança entre a CSN e a Igreja, por meio do Instituto Coração de Jesus. As duas instituições, de mãos dadas, em nome de Deus.

Em 1966 foi comemorado o Jubileu de Prata da CSN e novamente as crianças participaram realizando uma série de apresentações no evento, inclusive cantaram na Santa Missa. Na oportunidade, as crianças tinham em suas roupas um distintivo com os seguintes dizeres sobre a estatal: “Que Deus sustente por muitos anos esta grande obra” (CRÔNICA, 1960-1970, p. 57). A continuidade da CSN e o seu fortalecimento significavam a continuidade dos trabalhos da congregação na vila operária.

Nas homenagens à CSN, as religiosas do Instituto Coração de Jesus empreenderam seu apoio através da mobilização das crianças. Os agradecimentos aos favores recebidos, o pedido a Deus para proteger a grande obra CSN suscita, entre outras interpretações, a de que foi graças ao convênio entre a estatal e a congregação que foi possível expandir e manter o trabalho das religiosas junto às famílias operárias e, principalmente, junto às crianças.

Os agradecimentos à CSN feitos pelo Instituto Coração de Jesus não se resumiram às manifestações das crianças. As religiosas também manifestavam-se diretamente. Ir. Irmzarda Verhoff, superiora da Casa-Mãe da congregação, localizada em Braço do Norte, ao ler a Crônica do Jardim de Infância Cristo-Rei, referente aos anos de 1960 e 1961, se refere à CSN assim:

Aliás, muito tem favorecido ao feliz êxito deste empreendimento o pronto e valioso apoio que sempre encontraram pelos dignos chefes dos diversos setores da Companhia em particular pelo Exmo. Diretor do Serviço Social, Sr. Miguel Lourenço de Almeida e seus secretários. Que o Divino Padroeiro da Obra do Jardim, Cristo-Rei, abençoe largamente a Direção da CSN, o operariado e suas famílias, e o próprio Jardim com suas crianças, Jardineiras e Auxiliares [...].(CRÔNICA, 1960-1970, p. 27)

Houve uma oportunidade em que o Presidente da CSN, General Oswaldo Pinto da Veiga, acompanhado de outras autoridades, ao visitar as instalações da estatal em Santa Catarina, esteve no Jardim de Infância Cristo-Rei. As autoridades, em especial o General, foram recepcionadas com faixas de boas-vindas erguidas pelas crianças. No momento de sua chegada as crianças o saudaram lançando pétalas de flores, ao que ele respondeu “acariciando as cabecinhas das crianças”. Este ato, como de costume, foi acompanhado de mais um canto, como está relatado pelas religiosas:

As criancinhas se alegram
 E hoje estão mui contentes
 Por receberem a visita
 Do querido Sr. Presidente
 “Com prazer e muita alegria”

À Companhia devemos
 O nosso agradecimento
 Por tudo o que recebemos
 Com grande acolhimento
 “Seja dado, o nosso obrigado”

Ao Presidente queremos
 Demonstrar com louvor
 Com uma salva de palmas
 E votos de grande amor
 “Desejando-lhe felicidades”
 (CRÔNICA, 1960-1970, p. 53-54)

No referido evento, Ir. Guiomar fez um pronunciamento oficial em nome da congregação, que merece ser apresentado na íntegra. Dirigindo-se ao presidente e demais autoridades, ela assim discursou:

A Revma. Irmã Superiora de minha ordem – Instituto Coração de Jesus, com Casa-mãe em Braço do Norte, manda-me saudá-los carinhosa e respeitosamente, e transmitir-lhe, Sr. Presidente, votos de salutareis menses em Prol da prosperidade da grande Empresa que dirige, assim como seus rogos ao Deus Todo Poderoso, para que sua benção protetora acompanhe e proteja a evolução da C.S.N doravante, para que, com toda a certeza, flua a seus administradores e responsáveis a felicidade e a satisfação do patriótico dever cumprido, a seus milhares de trabalhadores e a suas famílias o bem estar social e, finalmente, ao nosso querido Brasil a sua grandeza.

É, nos, pois, imensamente grata a visita de nossas Excelências a este Jardim, não só pelos motivos de orgulho e alegria que ela nos causa, como também, por que o Sr. Presidente tem, neste instante, a ocasião de verificar, “in loco”, os frutos que puderam ser colhidos através desta casa de ensino e cuja inauguração esteve presente em 8 de maio de 1960.

Se foi possível a seara e colheita de tão esplêndido fruto, deve-o a comunidade de Capivari à C.S.N., por via de programa assistencial e educacional executado por sua Diretoria de Pessoal e de Serviços Sociais, atualmente sob a proficiente chefia de Vossa Excelência - Senhor Engenheiro Cotrim. Assim, pois, nestes primeiros 5 anos de funcionamento, aqui matricularam-se 512 meninos e 527 meninas, totalizando 1.039 crianças entre 4 a 7 anos resultando nas matrículas finais de 449 meninos e 477 meninas, totalizando 926 crianças, portanto com um fator de eliminação de 113 crianças ou seja, 10,88%, número assas reduzido em função das peculiaridades apresentadas por esta modalidade de ensino.

Tratando-as e assistindo-lhes desvelada e carinhosamente, dando-lhes sempre o que seja necessário em material de ensino, recreação, merenda escolar e o conforto que se traduz neste queridíssimo Jardim, as crianças nele brincam e o alegram, e as que já tiveram ensejo de verem aperfeiçoada a sua formação moral, no sentido de darem passos mais firmes nos caminhos da vida por vindoura, agradecem e ficam

eternamente reconhecidas a CSN pelo salutar benefício recebido, assim como suas mães e pais, cuja gratidão não é menos justificada. O Jardim de Infância “Cristo-Rei”, pelas Irmãs que o administram e o dirigem, pelas auxiliares que nele exercem suas atividades, manifestam-se sumamente agradecidas pela visita de Vossas Excelências. Podeis estar certos – Senhor Presidente e Senhor Diretor que nossas orações e também às destas criancinhas os acompanharão, dia a dia, para que lhes seja agradável e propícia, a árdua missão de conduzir esta portentosa Empresa ao seu magnífico e grandioso destino.

Tenho dito. (CRÔNICA, 1960-1970, p. 53-54)

Nesta manifestação de Ir. Guiomar, como porta-voz do Instituto Coração de Jesus, manifesta-se a intensidade, premeditada, de reverência pública à CSN. As religiosas expressam sua gratidão aos benefícios recebidos, mas o fazem também em nome das professoras-auxiliares, crianças, pais e mães. Tal pronunciamento reforça a idéia de que a CSN é uma mãe e, sendo assim, quem se atreveria a cometer o pecado de desobedecer a uma mãe tão generosa?

Esse discurso constitui-se numa espécie de prestação de contas para garantir, de certa maneira, a continuidade da manutenção do convênio e, conseqüentemente, dos trabalhos da congregação. Trata-se de uma marca da atuação religiosa institucionalizada, que neste caso específico louva a sagrada aliança entre igreja e capital, agradecendo pela obra de filantropia e benemerência. Nesse sentido, as crianças e suas famílias deveriam aprender que eram importantes as manifestações de gratidão e reverência pública em contrapartida aos benefícios recebidos.

Entre os inúmeros registros encontrados na Crônica, evidenciando o sentimento de gratidão das freiras em relação à CSN, por tudo aquilo que já havia e continuava a conceder, no final dos relatos do ano de 1966, encontram-se essas anotações:

Deixemos também a querida Companhia nossos sinceros agradecimentos para tantos bens que nos forneceu durante este ano. Que Cristo-Rei, com seu manto protetor, continue abrigar esta Sociedade e que jamais perigo algum caia sobre ela, para que, sua gigantesca obra continue por muitos e muitos anos sem conta, a irradiar sobre este Brasil afora (1966, p. 58).

Nos agradecimentos à CSN, feitos diretamente pelas religiosas, os diretores locais são reconhecidos como protagonistas e responsáveis pela colheita dos esplêndidos frutos que foram alcançados com o aperfeiçoamento da formação moral das crianças atendidas no Jardim de Infância Cristo-Rei, denotando o patriótico dever cumprido por parte da empresa.

Entretanto, vale lembrar que o discurso proferido na visita do presidente da CSN, Gal. Oswaldo Pinto da Veiga, em 1965, e os registros deixados pelas religiosas na Crônica, no final do ano de 1966, ocorreram após o Golpe Militar.

Nos registros de 1966, por exemplo, ao pedirem que Cristo-Rei, padroeiro do Jardim de Infância, protegesse com seu manto a estatal dos possíveis perigos, traduziam a idéia de que o país estava correndo sérios riscos ante a ameaça comunista, e conseqüentemente a estatal também, sinalizando claramente a posição da Congregação diante daquela conjuntura política.

Os relatos da Crônica do Jardim de Infância Cristo-Rei, de dez anos, sugerem que as jardineiras - religiosas do Instituto Coração de Jesus e leigas - que nele atuaram procuraram remodelar os corpos infantis, associando vários saberes, entre eles: médicos, pedagógicos e religiosos. A idéia de infância sagrada foi associada à formação do cidadão patriota e obediente e grato à “Mãe CSN”.

4.3 ASSISTIR OS TRABALHADORES DO CARVÃO: OS RELATÓRIOS DO SERVIÇO SOCIAL DA SATC

A partir do início dos anos de 1960, o trabalho das congregações religiosas femininas voltado para o âmbito social, educacional, religioso e da área da saúde sofreu uma alteração significativa. Nas investigações sobre a atuação das religiosas, algumas irmãs haviam apontado nas entrevistas a existência de um trabalho com a Sociedade de Assistência dos Trabalhadores do Carvão - SATC, além daqueles realizados desde o início dos anos de 1950 com as próprias carboníferas e o SESI.

A atuação das religiosas junto à SATC também foi identificada em algumas fotografias das exposições de trabalhos manuais confeccionados pelas esposas e filhas dos mineiros que participaram de cursos populares. Numa das imagens do álbum de fotografias das Pequenas Irmãs da Divina Providência identifiquei um cartaz com os seguintes dizeres:

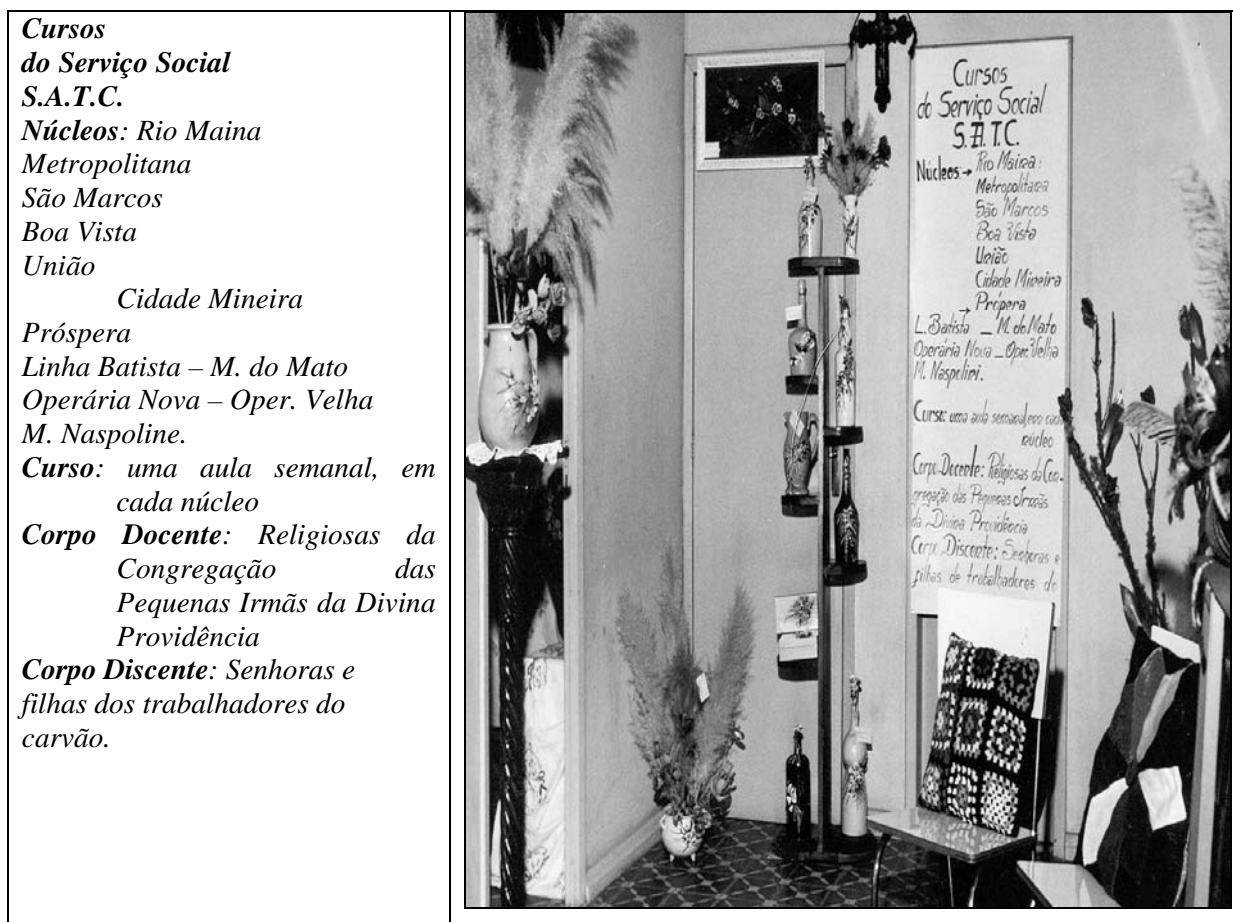


Figura 77: Exposição dos trabalhos dos Cursos Populares oferecidos pela SATC (década de 1960)

Fonte: Álbum de fotografia das Pequenas Irmãs da Divina Providência

A partir dos registros encontrados sobre as atividades da entidade observou-se que, em 1963, a assistência às famílias mineiras da região carbonífera foi alvo de preocupação da Diretoria Executiva da entidade. Ao concluírem que este trabalho implicaria o atendimento a famílias distribuídas em toda região, envolvendo grandes distâncias, decidiram que a assistência e os cursos a serem oferecidos às filhas e às esposas dos mineiros deveriam ser ministrados nas próprias vilas operárias, ao invés de serem instalados grupos de assistência centrais.

Para a realização dessas atividades os gestores mantiveram entendimentos com a Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência, visando a um convênio de prestação de serviço assistencial. As religiosas apresentaram uma proposta de trabalho para um provável convênio envolvendo a criação de “Clube de Mães e Senhoras, Clube das Crianças, Clubes Juvenis, Escotismo, Cursos de Preparação para o Casamento, Rede de *Play Grounds*, etc”. Sugeriram, ainda, a efetivação de atividades decorrentes, como: “Excursões, Piqueniques, Comemorações Cívicas, Horas Sociais (aniversários de colegas), Clubes Recreativos (Teatro),

Boas Maneiras (relações humanas), Economia (incentivo a depósitos mensais em bancos ou caixas econômicas ou compra de terreno), Alimentação Sadia, Horta, Higiene, Puericultura, etc” (RELATÓRIO da SATC, 1963, p. 7).

O convênio entre as Pequenas Irmãs da Divina Providência e a SATC foi oficializado no dia 23 de maio de 1964 e coordenado pela Ir. Emília Chaves, que assumiu a função dois meses após sua chegada à cidade de Criciúma³²⁸.

A partir disso o Serviço Social da SATC foi organizado em duas modalidades: Serviço Social de Caso e Serviço Social de Grupo. O Serviço Social de Caso abrangia os Serviços Auxiliares que envolviam os atendimentos em farmácias e ambulatórios, os atendimentos efetivados no Serviço de Plantão e as Visitas Domiciliares. No Serviço Social de Grupo as freiras incentivavam as esposas, filhas e filhos dos mineiros a formarem Clubes de Mães e Senhoras, Clubes de Jovens e Senhoritas e Clubes Infantis. Ofereciam Cursos Populares de Recreação. Além dessas atividades, as religiosas iniciaram em conjunto com o médico pediatra David Luiz Boianovski, também funcionário da SATC, o Serviço de Puericultura. Nele, o desenvolvimento das crianças de zero a seis anos, filhos e filhas de operários mineiros, era acompanhado periodicamente, além da realização do acompanhamento às gestantes com a realização de exames pré-natal.

O convênio se justificava em função dos próprios motivos que levaram à criação da SATC. No dia 2 de maio de 1959, os mineradores da Bacia Carbonífera de Santa Catarina, em reunião, deliberaram que iriam “dar a mão ao mineiro”, portanto, “foi, nesse dia, criada a Sociedade de Assistência aos Trabalhadores do Carvão – SATC, fadada a tornar-se a grande obra assistencial e educacional do Estado de Santa Catarina” (CARVÃO DE PEDRA, 1972, p. 44).

A assistência social aos trabalhadores do carvão e, conseqüentemente, às famílias, revela o empenho em consolidar uma relação de cunho paternalista entre mineradores e mineiros. “Dar a mão ao mineiro” representava aí uma iniciativa com objetivo central bem definido, ou seja, minimizar as tensões entre interesses distintos: de um lado, o minerador querendo aumentar a produtividade de suas minas; e de outro, o mineiro resistindo a um tipo de exploração do trabalho tão espúria, marcada pelas degradantes condições de trabalho e de vida. É importante salientar que no momento da criação da SATC o Sindicato dos Mineiros

³²⁸ Chegou a Santa Catarina no ano de 1963 para atuar no Hospital São Camilo de Imbituba. Sua trajetória como religiosa começou aos 17 anos de idade, quando ingressou na Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência, como postulante, em Minas Gerais. Na condição de professora normalista, lecionou e dirigiu alguns educandários. (JORNAL Correio do Sudeste, 1º de abril de 1979).

de Criciúma já contava com José Parente na presidência, líder sindical considerado comunista.

Criciúma e região carbonífera, no que tange ao movimento sindical mineiro, eram uma “panela de pressão” prestes a explodir. Os movimentos grevistas ocorridos desde 1920, mesmo sem a existência de um sindicato da categoria, se intensificaram ano após ano.

Sobre as razões que levaram os diretores da SATC a formularem o convite às Pequenas Irmãs da Divina Providência para assumirem o Setor de Serviço Social, D. Maria Luiza³²⁹, esclarece que, na época, entre as congregações que atuavam na região, elas eram as mais preparadas para fazer esse tipo de trabalho.

D. Maria Luiza³³⁰, como esposa do presidente executivo da SATC, cuidava voluntariamente das questões sociais e inclusive acompanhava as freiras nas atividades nas vilas operárias. Em seu depoimento, afirmou que seu marido não queria que seu nome fosse mencionado, para evitar a impressão de que ela recebia algum tipo de remuneração pela SATC. Ao ser indagada sobre a opção em contratar as freiras e não assistentes sociais, ela argumentou que a realização do trabalho junto às famílias mineiras exigia dedicação de 24 horas por dia, ou seja, as freiras “eram pagas, mas não deixavam de ser voluntárias”.

No âmbito do convênio com as Pequenas Irmãs da Divina Providência, inúmeras ações socioeducativas e religiosas foram implementadas, tendo como foco as famílias mineiras residentes nas vilas operárias pertencentes às empresas carboníferas associadas à SATC.

Já no primeiro ano do convênio, o trabalho da congregação foi reconhecido por outras instituições, exemplo disso foi a matéria veiculada num jornal local sobre as impressões dos técnicos enviados pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM. A Dra. Antônia da Conceição Rodrigues, incumbida de mapear os problemas sociais da região carbonífera, afirmou que as Pequenas Irmãs da Divina Providência, ao atuarem junto às vilas operárias, “estavam cumprindo um plano elaborado pela congregação e, previamente, aprovado pela SATC, atendendo a serviços sociais de caso, de grupos e os resultados obtidos até o momento eram satisfatórios”. (TRIBUNA CRICIUMENSE, 14 a 21/11/1964, p. 1 e 8).

A partir de 1968, além da atuação direta das Pequenas Irmãs da Divina Providência nos núcleos operários de Criciúma, elas passaram a supervisionar o trabalho realizado por mais três congregações na região. A proposta de expansão dos trabalhos para

³²⁹ Esposa do senhor Woimer Wasniewski, já falecido, presidente executivo da SATC por vários anos.

³³⁰ Maria Luiza Faraco Wasniewski. Entrevista concedida a Giani Rabelo, em 22/09/2005, em Criciúma – SC

outras cidades carboníferas foi apresentada por Ir. Emília Chaves, em 1968, e aprovada pela Diretoria Executiva da SATC. Por conta dessa decisão foram feitos os contatos.

Em outubro foram feitas sondagens pela coordenadora do Serviço Social de [comum] acordo com a SATC, com as religiosas residentes em Içara, Siderópolis, Urussanga e Lauro Müller. As religiosas de Içara e Siderópolis, após breve tirocínio com as Pequenas Irmãs da Divina Providência iniciaram suas atividades, as religiosas de Lauro Müller, iniciaram suas atividades em março de 1969. (Relatório da SATC, 1968, p. 1)

Portanto, a partir do final do ano de 1968, a abrangência da ação das Pequenas Irmãs da Divina Providência ampliou-se significativamente, envolvendo outras congregações conveniadas, outras zonas carboníferas com suas respectivas vilas operárias e empresas mineradoras, como mostra o quadro que segue:

Quadro 4: Dados sobre o convênio entre a SATC e as congregações religiosas femininas

Congregação	Religiosas*	Início do Convênio	Término do Convênio	Zona Carbonífera	Vilas Operárias	Empresa Carbonífera
Pequenas Irmãs da Divina Providência	Ir. Emília Chaves (Coord. Geral), Ir. Guiomar Moreira da Silva, Ir. Tarcísia Silva, Ir. Myrthes Machado, Ir. Maria do Carmo Castro, Ir. Maria Vitória Rodrigues de Souza e Ir. Clotilde May.	23/05/1964	1981	1ª Zona: Criciúma	-Rio Maina -União (Cidade Mineira) -Metropolitana -São Marcos -Boa Vista -Vila Visconde -Mina do Mato -Mina Naspoline -Mina do Bainha -Linha Batista -São Simão -Próspera -Operária Nova -Operária Velha -Mina do Toco -Floresta -Laranjinha -Vila Macarini -Pinheirinho	- Cia. Carb. Metropolitana - Cia. Brasileira Carb. de Araranguá – CBCA - Cia. Carb. Catarinense - Carb. Criciúma - Cia. Carb. São Marcos - Cia. Carb. Boa Vista - Cia. Carb. União Ltda - Cia. Carb. Pinheirinho - Cia. Carb. Monte Negro - Sociedade Carb. Brasil - Soc. Carb. Próspera. S.A.
Filhas do Divino Zelo	Ir. Flórida Colacchi	25/09/1968	1978	2ª Zona Içara	- Centro e Mineração de Içara	Carb. Barão do Rio Branco/MINERASIL
Pequenas Missionárias da Caridade	Ir. Tarcísia Cardoso	04/10/1968	1981	3ª Zona: Siderópolis	- Centro Siderópolis, Fiorita e Treviso	Cia. Siderúrgica Nacional – CSN Cia. Carb. Treviso S/A
Instituto Coração de Jesus	Ir. Edna de Aguiar	03/03/1969	1973	4ª Zona: Lauro Müller	Centro, Barro Branco, Guatá e Itanema	Cia. Nacional de Mineração do Carvão de Barro Branco – CNMCBB

Fonte: Relatórios de Atividades da SATC de 1964 a 1981

*Estes nomes são os que constam nos relatórios pesquisados

Em 1982, o Serviço de Assistência Social da SATC passou por uma profunda reestruturação, ocasionando o rompimento do convênio entre a entidade e as Pequenas Irmãs

da Divina Providência. Devido às mudanças, o serviço ficou organizado em dois setores: Serviço de Nutrição e Dietética e Serviço Médico-Odontológico. Ambos restritos aos alunos, professores e funcionários da entidade.

A Diretoria Executiva justificou tal reestruturação: “este setor da SATC considerando-se a existência de outros órgãos, governamentais e particulares, atuando na mesma área e com o mesmo objetivo, será reestruturado, com seu trabalho endereçado, diretamente, aos alunos e seus familiares” (RELATÓRIO da SATC, 1981, p. 17).

Duas das quatro congregações já haviam se desligado do trabalho em anos anteriores. No ano de 1973 já não existia mais o convênio com as religiosas do Instituto Coração de Jesus e em 1978 o mesmo ocorreu com as Filhas do Divino Zelo. Pelos registros contidos nos relatórios, é possível concluir que as Pequenas Irmãs Missionárias da Caridade se mantiveram no convênio até 1981, ano em que este foi extinto.

Em Criciúma, cerca de dezenove vilas operárias foram atendidas diretamente pelas Pequenas Irmãs da Divina Providência, além de mais nove núcleos situados em Içara, Siderópolis e Lauro Müller, onde atuavam as Filhas do Divino Zelo, Pequenas Irmãs Missionárias da Caridade e Instituto Coração de Jesus.

A ampliação dos trabalhos não contemplou a cidade de Urussanga, embora tivesse núcleos operários mineiros. Anos mais tarde, os diretores da SATC registram em relatório suas impressões sobre a expansão dos trabalhos:

Conscientizou-se a SATC, de que nosso progresso deve revestir-se de características globais e que nosso crescimento deve ser dinamizado com bases integradas. Deverá atuar, concomitantemente, em todos os setores da vida do trabalhador na indústria do carvão. Não deve se limitar, apenas, ao campo educacional. Por isso é que o Serviço Social da SATC se dinamiza sempre. Os números e a variedade de atuação das religiosas dizem bem do seu empenho de diversificação de campos de atendimento. (RELATÓRIO da SATC, 1973, p. 18-19)

As Filhas do Divino Zelo, a Pequenas Missionárias da Caridade e as religiosas do Instituto Coração de Jesus, coordenadas pelas Pequenas Irmãs da Divina Providência, mantinham um intenso intercâmbio. Ir. Emília, como coordenadora, visitava as sedes dos trabalhos nas outras cidades e procurava acompanhar todas as atividades. As irmãs das outras congregações tinham como ponto de referência a Sede do Serviço Social da SATC, localizada desde o início do convênio na Casa Assistencial “São José”, no Rio Maina. Para lá se dirigiam a fim de trocar idéias, entregar relatórios e apanhar materiais de expediente. Os planos de trabalho, antes de serem apresentados para a Diretoria Executiva da SATC, eram estudados em conjunto pelas religiosas envolvidas.

Além do intercâmbio entre as congregações, as religiosas participavam de vários cursos, seminários e encontros, buscando o aprimoramento necessário para atuarem junto às famílias mineiras. Sobre isso ficou registrado:

A rapidez das mutações da sociedade moderna, dia a dia, antepõe novos compromissos e a difícil missão da assistência social que cada vez precisa mais capacitar-se para atender, com a necessária presteza e eficiência, a crescente demanda de uma população, sempre mais exigente e cônica de suas necessidades, razão por que as responsáveis pelo setor, continuamente, se aperfeiçoam, participando de cursos e seminários sobre o assunto. (RELATÓRIO da SATC, 1974, p. 51)

Nos primeiros anos do convênio, participaram de um curso de artesanato promovido pelo SESI, bem como de uma Semana de Estudos Sociais, em Porto Alegre, onde tiveram a oportunidade de conhecer obras sociais coordenadas por outras congregações.

A partir dos anos 1970, o debate sobre o “menor abandonado” ganhou visibilidade e as religiosas, com o objetivo de se atualizarem acerca desta questão participaram do I e II Encontro de Bem Estar do Menor - EBEM³³¹, em Florianópolis. Participaram, igualmente, das reuniões realizadas em Criciúma, decorrentes desses encontros. Os objetivos dos encontros eram estudar o menor como um todo; conscientizar a comunidade para esta problemática e corresponsabilizar cada cidadão pela formação do menor, apresentando sugestões e recomendações para a política de ação nesse campo (RELATÓRIO da SATC, 1971, 1972).

No ano de 1973, foi realizado um treinamento intitulado Desenvolvimento de Comunidade do Grupo de Apoio do Plano de Organização Comunitária da Associação dos Municípios do Sul do Estado de Santa Catarina - AMSESC, coordenado pela Divisão de Saúde e Assistência Social da Prefeitura de Criciúma. A SATC foi representada pela coordenadora do Serviço Social, Ir. Emília Chaves, e mais uma religiosa.

Merece destaque ainda a participação de Ir. Emília Chaves no I Congresso de Assistentes Sociais do Brasil, realizado no Rio de Janeiro, em 1974. No mesmo ano as freiras freqüentaram aulas durante um ano na Escola de Proteção Comunitária de Criciúma – ESPROC.

As religiosas também promoviam eventos formativos, como o que ocorreu em 1971, em parceria com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, intitulado “Criatividade Comunitária” ou “Cibernética Social”, tendo como público-alvo as próprias

³³¹ Este encontro foi promovido pelo Tribunal de Justiça, Assembléia Legislativa, Secretaria dos Serviços Sociais, Fundação LBA, Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade para o Desenvolvimento de Santa Catarina, Prefeitura Municipal de Florianópolis e Associação Comercial de Florianópolis (RELATÓRIO do Serviço Social da SATC, 1971, p. 19)

religiosas funcionárias da SATC. Além disso, também promoviam cursos para a formação de agentes pastorais, chefias e lideranças, cursos de etiqueta social e bíblicos.

A participação em cursos, eventos e encontros certamente era uma forma de tentar garantir uma unidade nas ações desenvolvidas pelas religiosas nas vilas operárias, coerente com o modelo assistencial e religioso vigente na época.

Durante a existência do convênio, que vigorou de maio de 1964 até o final do ano de 1981, as religiosas produziram relatórios de atividades sobre o Serviço Social, compondo os relatórios gerais anuais³³² apresentados pela Diretoria Executiva da entidade a seus conselheiros. As informações neles contidas foram datilografadas e, ao final, os referidos documentos foram assinados por Ir. Emília, que ocupava a função de Supervisora do Serviço Social da SATC. Estes relatórios constituem documentação ímpar para o acompanhamento do convênio entre a SATC e as Pequenas Irmãs da Divina Providência.

Todas as atividades realizadas pelas congregações, além de descritas, foram quantificadas, ou seja, números aparecem entrelaçados aos comentários. A maior parte das informações é apresentada através de quadros demonstrativos, muitas delas especificando os trabalhos mês a mês e por vila operária. É recorrente em todos os relatórios a preocupação das religiosas em tornar as ações visíveis através de números. Sobre isso, a Diretoria Executiva da entidade se manifesta em alguns relatórios, como o que ficou registrado no ano de 1969: “os mineiros da bacia carbonífera têm recebido eficiente assistência e promoção por parte das Religiosas, funcionárias da SATC, como apresentamos através de vários quadros estatísticos” (RELATÓRIO da SATC, 1969, p.1).

Nos relatórios, com algumas pequenas variações de um ano para outro, as religiosas quantificaram os atendimentos ambulatoriais a adultos e crianças; as visitas domiciliares; as atividades de recreação; as sessões e freqüência nos clubes de mães e de jovens; a freqüência média semanal nos clubes infantis; as aulas, horas, número de matrículas e comparecimento nos cursos populares de arte culinária, trabalhos manuais/arte aplicada, ornamentação do lar/artesanato e corte e costura; número de sessões de projeção fixa de filmes, além do número de horas e comparecimentos; o número de atendimentos em relação à orientação de jovens, encaminhamentos a empregos, ambulatórios e hospitais, visitas hospitalares, entrevistas, doações e auxílios. Quanto ao serviço de puericultura, foi quantificado o número de crianças fichadas, óbitos, orientações às mães, pesagem das

³³² Estes relatórios foram encontrados no Centro de Documentação e Rede de Informação do Carvão – CEDRIC, com o auxílio da Bibliotecária Michelle Trindade e o estagiário Daniel Alves Bonstrup (aluno do Curso de História da UNESC).

crianças, curativos, vacinas; número de pacotes de leite em pó recebidos e distribuídos; número de catequistas, reuniões, 1ª Eucaristia concluída e trabalhos de catequese, entre outros. Nos relatórios abunda o detalhamento das atividades realizadas.

Mesmo havendo menção aos quadros estatísticos e tendo o termo “estatística” aparecido inúmeras vezes, observa-se que os números foram apenas compilados, agregados, somados e distribuídos. Em alguns relatórios, houve a organização de séries históricas de curta duração com algumas análises comparativas. O que não se observa são os dados percentuais, elemento de um tratamento estatístico mais refinado.

Foucault (1992, p.288), ao discutir o governo da população no Estado Moderno, destaca a importância da estatística como um dos principais fatores técnicos que contribuíram para uma nova ciência do governo, uma vez que por meio dela pôde-se isolar os problemas específicos da população e o governo pôde ser pensado, sistematizado e calculado fora do quadro jurídico da soberania.

As Pequenas Irmãs da Divina Providência, por meio do convênio com a SATC, lançaram mão das funções práticas dos números a fim de governar suas próprias intervenções e, conseqüentemente, governar os sujeitos envolvidos. Ao produzirem uma “estatística populacional” anual, a congregação produziu uma determinada visibilidade de seus trabalhos aos mineradores e patrocinadores das ações, que intentavam educar as famílias e obter mão-de-obra mais produtiva.

Parafraseando Popkewitz e Lindblad (2001, p. 124), os números embutidos nesses relatórios não são apenas simbólicos, pois compuseram uma maneira de raciocinar sobre as famílias operárias mineiras de Criciúma e região, para melhor governá-las, neste particular, por meio das pedagogias missionárias.

Os números apresentados pelas religiosas pretendem de alguma forma legitimar o trabalho desenvolvido por meio do convênio, levando-nos a compreender parte dos motivos que, certamente, serviram para sustentar um convênio que teve a duração de quase duas décadas.

Como sugerem Thomas Popkewitz e Sverker Lindblad (2001, p. 112), mesmo admitindo que estes relatórios não utilizaram a construção de categorias e grandezas estatísticas, posso inferir que os relatórios de atividades do Serviço Social da SATC, na forma como foram organizados, apresentam-se como discursos que “fabricam” realidades.

Os autores partem de alguns pressupostos importantes que ajudam a refletir sobre os documentos em questão. Para eles, “as estatísticas participam da lógica sedutora da ciência numa idade de racionalidade e razão”, tornando-se uma “modalidade chave para a produção

de conhecimento necessário para governar”. Neste sentido, “as estatísticas intervêm nos processos de governo, uma vez que os números moldam nossa maneira de ‘ver’, as possibilidades de ação, de inovação até nossa ‘visão’ de nós mesmos” (POPKEWITZ; LINDBLAD, 2001, p. 114-117).

Os autores ainda acrescentam que os números “definem trajetórias para sinalizar progressos ou identificar locais potenciais de intervenção [os números] não são simples espelhos da realidade, mas refletem pressupostos e teorias sobre a natureza da sociedade”, portanto, os números não são neutros. Através deles os “fenômenos aparentemente disparatados e incomensuráveis são transformados em ‘coisas’ mensuráveis que são comensuráveis e comparáveis” (POPKEWITZ; LINDBLAND, 2001, p. 115-118).

As freiras, através dos relatórios, efetivamente utilizaram a “lógica sedutora da ciência” não só para convencer os conselheiros da SATC, representantes diretos dos mineradores, sobre a importância e eficiência do trabalho das religiosas, mas também para definirem uma determinada leitura da realidade das vilas operárias, objetivando produzir um conhecimento imprescindível às suas metas e planejamento de suas ações. Sugere-se que desejavam sinalizar o progresso da ação missionária e, também, verificar as possíveis lacunas. Registrar os números nos relatórios foi uma forma encontrada para manter certo controle das atividades realizadas, mas também da população envolvida.

4.3.1 Educar e instruir as famílias

Com a finalidade de assistir as famílias mineiras, as religiosas implementaram vários programas, procurando atingir diversos âmbitos.

Estava nos planos da Diretoria Executiva da SATC a abertura de uma farmácia central, em cada município onde estavam localizadas as empresas carboníferas associadas, ou seja, em Criciúma, Siderópolis, Içara, Lauro Müller e Urussanga. A cada farmácia central ficariam ligados os postos de revenda de medicamentos localizados nos núcleos operários, para a distribuição de produtos farmacêuticos. Isso não foi possível devido à falta de recursos, sendo apenas viabilizada a implantação de farmácias e ambulatórios localizados nas vilas operárias da Próspera, Boa Vista e Rio Maina, em Criciúma. Os Serviços Auxiliares - curativos e injeções no ano de 1971 sofreram uma grande baixa, devido ao fechamento da farmácia que funcionava no prédio da Casa Assistencial São José, em Rio Maina.

O Serviço de Plantão era oferecido na Casa Assistencial do Rio Maina, Sede do Serviço Social da SATC, mas também na Casa Assistencial “Imaculada Conceição”,

localizada na Vila Operária da Próspera. Consistia na “orientação de rapazes e moças, legalização de matrimônio, reajustamento de casais, orientação sobre pedagogia, encaminhamentos para ambulatórios, encaminhamentos a empregos, empréstimos em dinheiro e doações e auxílios aos pobres”.(RELATÓRIO da SATC, 1964, p. 2).

Uma outra prática das religiosas, com o intuito de acompanhar as famílias mineiras, eram as Visitas Domiciliares. Nelas, as irmãs visitadoras, além de cadastrarem as famílias, identificavam os problemas familiares, os analisavam e, quando possível, os solucionavam. Também orientavam sobre a importância do uso da água fervida ou do filtro, a higiene do lar, a necessidade de uma horta doméstica, as relações humanas e, da mesma forma, ensinavam noções de higiene. Também procuravam “educar, orientar e incentivar os bons princípios de relação doméstica do lar” (RELATÓRIO da SATC, 1965, p. 3).

Sobre o trabalho com as mulheres, esposas dos mineiros, os diretores da SATC assim se manifestaram:

Com estas medidas que estão sendo colocadas em prática, paulatinamente, e até então ignoradas pelas donas de casa, temos a convicção e a certeza, com a proteção Divina, de que diminuirão de muito as doenças, especialmente os casos de verminose e anemia, cuja incidência é bastante elevada. (RELATÓRIO da SATC, de 1964, p. 5)

A preocupação com a reeducação das mulheres através da instrução reaparece, mas sob a ótica dos mineradores. Na visão dos donos das empresas carboníferas, cabe às mulheres a responsabilidade em relação à saúde das crianças e do marido, ou seja, a profilaxia dos lares e, conseqüentemente, os hábitos e costumes estavam em suas mãos.

Na tabela que segue consta o número de visitas domiciliares ocorridas durante o convênio, realizadas em todas as vilas operárias que contaram com a atuação direta das Pequenas Irmãs da Divina Providência, em maior medida, além daquelas atendidas pelas outras congregações.

Tabela 3: Visitas domiciliares (Criciúma, Içara, Siderópolis e Lauro Müller) realizadas entre 1964-1981

Ano	Visitas realizadas
1964	331
1965	1.497
1966	1.701
1967	1.337
1968	1.587
1969	1.653
1970	1.525
1971	1.377
1972	1.505
1973	812
1974	657
1975	977
1976	1.148
1977	634
1978	596
1979	682
1980	579
1981	351
Total	18.949

Fonte: Arquivo CEDRIC - Relatórios Anuais de Atividades apresentado pela Diretoria Executiva da SATC

Nota: A partir de 1968, as visitas domiciliares realizadas nas vilas operárias de Siderópolis, Içara começam a ser computadas, o mesmo acontece com as vilas operárias de Lauro Muller, a partir de 1969.

Ao todo são informadas 18.949 visitas domiciliares, segundo os Relatórios realizados regularmente durante todos os anos do convênio. Podemos inferir que este número representa a importância que as freiras davam a este tipo de atividade, pois era através das visitas que as religiosas orientavam as esposas dos mineiros e tinham condições de se aproximar mais da realidade da família operária, identificando os pontos onde urgia intervir por meio das pedagogias missionárias.

Cabe lembrar que o maior número de visitas se concentrava na cidade de Criciúma, onde as Pequenas Irmãs da Divina Providência atendiam grande parte das vilas operárias. Dentre estas, havia aquelas que apresentavam números mais expressivos, como as vilas operárias de Rio Maina, Metropolitana, Próspera e Operária Velha.

As religiosas ampliaram constantemente o atendimento às famílias mineiras, abarcando questões referentes à saúde, vida conjugal, higiene do lar, alimentação, ou seja, procurando, com a ajuda da “proteção Divina”, continuar educando as famílias. As esposas dos mineiros e filhas moças foram alvo da ação educativa das religiosas, através de atividades prolongadas, como por exemplo os clubes de mães e senhoritas.

Sobre esta ação educativa os diretores da SATC registram que “a dirigente deste setor do Serviço Social [Ir. Emília Chaves] vem, com carinho, paciência e didática,

procurando encaminhar as reuniões a fim de que se estabeleça o diálogo, para que todas participem da ‘palestra’ vencendo o complexo de inferioridade [...]” (RELATÓRIO da SATC, 1964, p. 3). O pressuposto de que existia um complexo de inferioridade entre as esposas dos mineiros era reforçado quando os diretores defendiam que o papel dessas organizações era o de inculcar nas participantes “confiança em si mesmas, despertando-lhes o interesse pelos problemas inerentes à educação das crianças e das jovens e de suas famílias” (RELATÓRIO da SATC, 1965, p. 3).

Por ocasião do Natal, os Clubes de Mães, em parceria com os Clubes de Jovens, organizavam almoços para os presidiários e faziam campanhas para as famílias pobres “a fim de conformá-las com sua visita e seu presente em víveres e agasalhos” (RELATÓRIO da SATC, 1968, p. 6).

Cada clube tinha um nome escolhido pelos próprios membros e uma diretoria eleita através de votação secreta. Na Vila Operária da Próspera funcionava o Stela Maris, na Operária Nova e Velha o Mater Dei, na Vila Operária Metropolitana o Sempre Unidas. Nomes como Stela Maris e Mater Dei demonstram que, mesmo sendo grupos de cunho social, a marca religiosa era preponderante. Conseqüentemente, a própria identidade do grupo estava definida. A tabela abaixo mostra o número de sessões realizadas juntamente aos Clubes de Mães e o número de frequência.

Tabela 4: Atuação das Pequenas Irmãs da Divina Providência junto aos Clubes de Mães nas vilas operárias (Criciúma) entre 1964-1972

Ano	Clube de Mães	
	Sessões	Frequência
1964	52	1.027
1965	53	1.316
1966	42	686
1967	58	1.985
1968	40	1.134
1969	34	980
1970	43	1.680
1971	10	429
1972	36	841
Total	368	27.943

Fonte: Arquivo CEDRIC - Relatórios Anuais de Atividades apresentado pela Diretoria Executiva da SATC

As atividades dos clubes de mães mereceram registros das religiosas até o ano de 1972, mas a ausência de dados posteriores não significa que tenham se extinguido. Este tipo

de trabalho ocorreu durante todo o convênio, pois os relatos contidos nos relatórios apontam para a continuidade. Os dados que constam nos relatórios dizem respeito apenas às sessões e frequências dos clubes de mães situados nas vilas operárias de Criciúma. Além dessas informações, as religiosas também registravam o número de horas que elas investiam neste tipo de trabalho.

No ano de 1968, os Clubes de Mães das vilas operárias de Rio Maina, União e Metropolitana transformaram-se em Círculos de Estudo para casais, com o objetivo de promover entre os associados o amor à leitura, o estudo de temas de fundo moral, social e religioso, em mesas-redondas, e uma maior participação na liturgia da Santa Missa (RELATÓRIO da SATC, 1968, p. 6).

Para envolver pais e filhos, as freiras também organizavam palestras. Um exemplo disso foi a vinda, em abril de 1969, do Pe. Nelson de Araújo Queiroz, sociólogo do Rio de Janeiro, que veio para discutir “Temas da Atualidade”. Ele realizou palestras no Cine Itália, no Bairro Pinheirinho, para 250 mães, no Cine Guarany, em Rio Maina, para 185 jovens, e na Matriz Santa Bárbara, na Vila Operária Velha, para 220 homens. Dez anos depois, um outro convidado, o psiquiatra Joacy Casagrande de Paulo, foi convidado para palestrar aos pais. (RELATÓRIO da SATC, 1968, p. 7).

Temas como “A educação e a responsabilidade dos pais e irmãos mais velhos”, “Serenidade no lar”, “União conjugal”, “Educação integral dos filhos”, “Bem estar e higiene”, “Importância de bem alimentar-se”, “Direitos e deveres como cristãos e cidadãos”, “Problemas sobre a formação e educação das crianças e jovens”, “Auto-responsabilidade”, “Conflito de gerações”, “Felicidade e paz conjugal”, eram abordados pelas religiosas nas reuniões dos Clubes de Mães (RELATÓRIO da SATC, 1964-1981).

Observe-se o fato de que o tema “relações conjugais” era bastante focado pelas freiras nas reuniões dos Clubes de Mães. Conta D. Zenaide³³³, moradora antiga da vila, que havia muitas brigas de casais, inclusive alguns homens agrediam suas esposas. Em alguns casos isto era provocado pela presença destes em casas de prostituição. Era comum procurarem “mulheres de rua”. As idas às festas na “maracangalha” aconteciam principalmente no dia do recebimento do salário. A este respeito Ir. Emília orientava as mulheres, dizendo o seguinte: “O homem vai procurar na rua aquilo que ele não encontra em casa”; “O marido chega às 5 horas, deixem os filhos todos limpinhos e vocês se arrumem para

³³³ Zenaide Savi Monde Stradiotto. Entrevista citada.

esperá-los”. D. Maria Luiza³³⁴, esposa do diretor da SATC, que participava também desses momentos, comenta: “Até nisso a gente teve que se envolver”.

Como nas outras vilas operárias, alguns mineiros gastavam boa parte do salário no meretrício. O “bom salário”, resultante da conquista do emprego na mina por aqueles que não tinham um trabalho fixo, talvez tenha sido um fator favorável à proliferação deste problema de caráter não só financeiro, mas também moral, na visão dos mineradores e das freiras. Agressões e separações ocorriam, principalmente, nos casamentos em que as mulheres não aceitavam pacificamente esta condição. A solução do problema, apontada pela freira, estava na mudança de comportamento das mulheres em relação aos seus maridos, ou seja, elas deveriam se tornar mais sedutoras, uma vez que a “natureza sexual” masculina precisava ser saciada. A mulher de vítima passava a ser a culpada pelo acontecimento.

Mas a falta de dinheiro não era um problema ocasionado apenas pelo marido. Algumas mulheres, segundo os depoimentos orais, “gastavam demais”. Conta D. Maria Luiza que isso ficava evidente, em especial na época do natal, quando compravam os presentes para seus filhos. Ao encontrarem as esposas dos mineiros no comércio da cidade, elas corriam a mostrar-lhes o que tinham comprado e D. Maria Luiza percebia o quanto os brinquedos eram mais caros do que os que havia comprado. Um outro exemplo dessa “falta de controle” com o dinheiro é relatada pela própria D. Maria Luiza:

[...] uma vez eu tinha uma costureira que eu arranjei no Rio Maina, acho que foi indicada pela Ir. Vitória. Ela me fez um vestido e cobrou muito caro. Eu disse pra ela: - poxa um vestidinho aberto tão caro assim. E a costureira respondeu: Oh tu que é rica acha caro e as mulheres dos mineiros ainda me dão gorjeta³³⁵.

Em geral, Ir. Emília é quem palestrava nos outros núcleos operários. Como possuía problemas de saúde, ia sempre acompanhada de uma outra religiosa. Muitas vezes, era Ir. Ema quem a acompanhava. Quando a atividade era fora de Rio Maina, o motorista da SATC as levava. Mas era comum as irmãs irem em dupla realizar o trabalho nas vilas, para poderem dar conta das atividades. Enquanto uma atendia as crianças, outra ministrava aulas de trabalhos manuais, artesanato, corte e costura ou arte culinária para as mulheres.

Nas orientações aos grupos de mulheres Ir. Emília contava também com a ajuda de outras mulheres que participavam de Comunidades da Vida Cristã. Ela solicitava-lhes que lessem algum texto e fizessem uma explanação às mulheres. Em geral, os textos tinham um

³³⁴ Maria Luiza Faraco Wasniewski. Entrevista concedida a Giani Rabelo, em 22/09/2005, em Criciúma – SC

³³⁵ Maria Luiza Faraco Wasniewski. Entrevista citada.

fundo religioso. Dona Zenaide fez este tipo de trabalho durante cerca de dois anos na Vila Operária do Rio Maina³³⁶.

As freiras ganharam alguns “carreirões” das mulheres, ao tentarem fazer as visitas domiciliares, uma vez que “elas [esposas dos mineiros] não aceitavam a gente, elas tinham raiva”, conta D. Maria Luiza, que as acompanhou em várias atividades. Reunir as esposas dos mineiros para fornecer algum tipo de orientação era um outro problema, já que elas, mesmo convidadas, não compareciam.

Mesmo criando uma série de estratégias para aproximarem-se das famílias operárias mineiras, a fim de educá-las, havia mulheres que, por exemplo, resistiam às visitas domiciliares. É provável que a oferta de Cursos Populares tenha representado uma estratégia para romper a recusa que as esposas dos mineiros manifestavam em relação ao trabalho das freiras.

Apesar das resistências, era mais fácil a aproximação com as mulheres, num primeiro momento, do que com os mineiros, pois, nas palavras de D. Maria Luiza, os mineiros “não tinham nenhum princípio de educação, a gente tinha até medo deles, não que eles fossem fazer alguma coisa, mas a gente tinha medo daquela aparência”³³⁷

O medo do mineiro, apontado por D. Maria Luiza, relaciona-se com a imagem rude que identifica esse trabalhador e o diferencia dos demais. Tal imagem foi sendo construída durante décadas na região, e porque não dizer, durante séculos, se considerarmos a história desta categoria, desde o advento da primeira revolução industrial ocorrida na Inglaterra.

Tal imagem está alicerçada no próprio corpo do trabalhador, que revelava as marcas das condições inseguras e nocivas de trabalho, as doenças profissionais³³⁸ e as mutilações resultantes dos graves acidentes de trabalho, às vezes fatais. Essa imagem, contudo, não é explicada apenas a partir do trabalho, como sugere Terezinha Volpato (2001, p. 78): “Há uma base cultural a ser levada em conta, e uma história pontuada por acontecimentos situados no restrito ‘campo’ do grupo social, ou no das classes trabalhadoras em sentido mais amplo, que contribuíram na construção da identidade social dos mineiros de Criciúma”.

³³⁶ Zenaide Savi Monde Stradiotto. Entrevista citada.

³³⁷ Maria Luiza Faraco Wasniewski. Entrevista citada.

³³⁸ Uma das doenças profissionais que mais afetam a saúde dos trabalhadores mineiros é a antracose, mais especificamente a pneumoconiose. Ela é causada pelo acúmulo de pequenas partículas de carvão no pulmão, destruindo a capacidade respiratória.

Pode-se acrescentar um outro fato que contribuiu para esse temor, que não é um sentimento apenas de D. Maria Luiza, mas está relacionado à combatividade sindical dos mineiros, às inúmeras greves desencadeadas pela categoria na cidade e região.

Portanto, o corpo, muitas vezes mutilado, entranhado de carvão externa e internamente, o desgaste físico associado à luta por melhores salários e condições de trabalho, foram aos poucos definindo esta figura rude que amedronta não só a elite local, mas as demais categorias profissionais.

Sendo assim, os documentos sinalizam que, através da oferta dos Cursos Populares, as freiras conseguiam reunir o maior número de mulheres. Durante as aulas, as freiras e D. Maria Luiza discutiam questões consideradas importantes, ou seja, iam “dando o recado” com o intuito de mudar os hábitos e valores das famílias mineiras. Além das aulas de bordado, de pintura etc, “lanchezinhos” eram oferecidos e as aniversariantes do mês eram homenageadas com festinhas³³⁹.

D. Leonir Bertan Valsechi³⁴⁰, que participou como aluna dos cursos de arte culinária e corte e costura, em Linha Batista, lembra de terem discutido sobre a educação e a higiene das crianças em alguns momentos das aulas. A casa operária e o cotidiano da vila não eram os únicos temas das conversas com as mulheres, o ambiente de trabalho dos mineiros também foi objeto de discussão. Para poder amenizar os problemas decorrentes da não utilização dos equipamentos de segurança obrigatórios, como a luva e o capacete, às mulheres era solicitada uma ajuda extra, no sentido de alertarem seus maridos sobre a importância do uso dos materiais.

Com o tempo, segundo afirmam, a resistência foi diminuindo e os resultados foram aparecendo. As freiras foram ganhando a confiança das mulheres, cada vez mais receptivas às visitas domiciliares. Nas aulas, as alunas acabavam se espelhando no exemplo das outras, principalmente daquelas mais “caprichosas” na maneira de vestir e, também, daquelas que faziam os trabalhos mais bonitos.

A oração era um ponto crucial antes do início de cada aula e, além disso, as religiosas pediam que as mulheres participassem da missa todos os domingos, lembra D. Maria Luiza³⁴¹.

Sob o olhar dos diretores da SATC, os cursos contribuía para a melhoria das condições de vida dos operários e suas famílias, pois, segundo eles,

³³⁹ Maria Luiza Faraco Wasniewski. Entrevista citada.

³⁴⁰ Leonir Bertan Valsechi . Entrevista concedida a Giani Rabelo, em 10/09/2006, em Criciúma (SC).

³⁴¹ Maria Luiza Faraco Wasniewski. Entrevista citada.

No final do ano próximo passado, ou mais precisamente em dezembro, foi organizada e realizada uma belíssima “Exposição”, nesta Cidade, dos trabalhos realizados pelas alunas dos cursos acima apontados [Trabalhos Manuais/Artes Aplicadas Ornamentação do Lar/Artesanato e Corte e Costura], sob orientação das dedicadas Irmãs, constituindo-se num verdadeiro sucesso, o que revela a enorme contribuição deste Serviço Assistencial para o aprimoramento das condições de vida de nosso operariado. (RELATÓRIO da SATC, 1965, 4).

Evidentemente, denota-se a aproximação da ação religiosa aos interesses dos mantenedores. As religiosas, ao serem elogiadas como realizadoras de tais ações junto aos mineiros, são enaltecidas pelos diretores da entidade. “Ao lado desse estafante trabalho profilático, não descurem as religiosas, o espargimento da cultura popular, com a realização de diversos cursos práticos, de aplicação imediata [...]”. (RELATÓRIO da SATC, 1973, p. 20).

Além de não se descuidarem do trabalho de difusão da cultura popular, as freiras, na visão dos mineradores, realizavam um “estafante trabalho de profilaxia” nas vilas operárias, o que nos leva a entender que era atributo das religiosas não só educar para a limpeza e organização dos lares, mas também higienizar os costumes e os hábitos, a fim de prevenir conflitos entre as famílias, entre os próprios trabalhadores e entre os trabalhadores e seus patrões.

Os Cursos Populares eram oferecidos em todos os núcleos operários para as esposas e filhas dos mineiros, entre eles o de arte culinária, trabalhos manuais/arte aplicada, ornamentação do lar/artesanato e corte e costura. A tabela abaixo fornece um panorama geral dos cursos oferecidos e ministrados pelas religiosas.

Tabela 5: Cursos populares ministrados pelas Irmãs da Divina Providência nas vilas operárias (Criciúma) entre 1965-1981

Ano	Arte culinária			Trabalho manual/arte aplicada			Ornamentação do lar/Artesanato			Corte e costura		
	Aula	Matricula	Frequência	Aula	Matricula	Frequência	Aula	Matricula	Frequência	Aula	Matricula	Frequência
1964	181	127	1810	55	30	718	-	-	-	-	-	-
1965	-	-	222	-	-	417	-	-	-	-	-	-
1966	127	59	975	206	187	2.497	-	-	-	-	-	-
1967	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1968	215	87	2.001	270	246	5.075	61	12	210	-	-	-
1969	474	79	5.112	512	184	10.854	76	8	462	-	-	-
1970	320	63	2.094	500	192	5.629	456	116	3736	84	27	1.022
1971	272	60	1.946	492	180	5.073	412	60	2.321	234	71	2.751
1972				380	129	4.259	390	107	2.551	432	87	2.789
1973	80	14	1.040	556	141	9.706	394	95	7.001	230	32	2.096
1974		31		-	126	-		18	-	-	45	-
1975		24		-	105	-		89	-	-	64	-
1976	-	-	-	131	107	3.965	131	116	3.965	109	32	1.773
1977	-	-	-	310	102	8.173	310	75	5.678	64	10	614
1978	-	-	-	235	97	5.761	235	56	3.391	76	13	1.006
1979	-	-	-	139	37	2.808	228	35	4.750	-	-	-
1980	-	-	-	28	41	1.148	28	7	196	-	-	-
1981	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	1.669	544	14.978	3.814	1.904	65.666	2.721	794	34.261	1.229	381	12.051

Fonte: Arquivo CEDRIC - Relatórios Anuais de Atividades apresentado pela Diretoria Executiva da SATC

Estes dados computados pela Ir. Emília correspondem aos cursos populares realizados apenas nas vilas operárias mineiras localizadas na cidade de Criciúma. Entre as modalidades oferecidas, as que mais tiveram demanda, durante os 18 anos do convênio com a SATC, foram os cursos de trabalho manual/arte aplicada e o curso de ornamentação do lar/artesanato, com 1.904 e 794 matrículas, respectivamente.

Os registros sobre os cursos populares eram feitos de forma cuidadosa e minuciosa, envolvendo todas as modalidades e as vilas operárias onde eram oferecidos, incluindo o número de aulas, matrículas e frequências. Os números, neste caso, cumprem o papel de mostrar a intensidade e a extensão desse tipo de atividade, mas não só, pois apontam para as possibilidades de ação e inovação, ou seja, indicam o nível de aceitação de cada curso.

No início do funcionamento do convênio, no ano de 1964, as Pequenas Irmãs da Divina Providência queixavam-se da pouca perseverança das alunas nos cursos de trabalho manual/arte aplicada, uma vez que elas, segundo as religiosas “[...] deixam o ‘Curso’ sem prévio aviso” (RELATÓRIO da SATC, 1964, p. 4). No entanto, os dados apontam que houve um acréscimo significativo de matrículas do primeiro em relação ao segundo ano de oferta do curso. Em 1964, matricularam-se 232 alunas, enquanto que em 1965 o número passou para 417 matrículas. As participantes tinham aulas de bordado, *crochet*, *tricot*, vagonite, tapeçaria, confeccionavam bonecas, flores e outros (RELATÓRIO da SATC, 1964-1965).

No curso de ornamentação do lar/artesanato as alunas confeccionavam flores, bichos em feltro, faziam modelagem, *decapé*; arranjos para Páscoa e Natal, enfeites para festas de aniversários, casamentos e Primeira Eucaristia; pinturas em vidro, tela e pano; enfeites para quartos de bebê, estamparias, etc. Houve ocasiões em que as alunas receberam encomendas de enfeites para festas de aniversário e casamento.

O curso de corte e costura era completo: as alunas aprendiam a confeccionar desde roupinhas para enxovais de bebê até roupas para homens. No ano de 1964, os Cursos de Arte Culinária também sofreram com a desistência de algumas alunas. Os motivos apontados eram o problema financeiro e o analfabetismo.

Pena é que problemas financeiros levam algumas das melhores alunas às vezes a abandonarem o curso. É que os ingredientes para a confecção dos pratos estão por um preço exorbitante. A parte teórica é que está oferecendo maiores dificuldades visto serem muitas cursistas, quase analfabetas. (RELATÓRIO da SATC, 1964, p. 4)

Este curso abrangia conhecimentos teóricos e práticos. Na parte teórica ensinava às alunas a organização de um cardápio conforme as exigências dietéticas; com essa finalidade a origem dos alimentos, suas calorias e vitaminas eram estudadas por elas. Na parte prática, aprendiam a confeccionar desde pratos triviais até bolos confeitados. No curso as participantes aprendiam também sobre economia doméstica e boas maneiras.

Para Ir. Emília, as alunas tornavam-se

[...] aptas a organizarem seus cardápios, não somente agradáveis ao paladar e à vista, mas especialmente ricos em valor nutritivo tão necessário e imprescindível ao homem que retorna fatigado do trabalho, principalmente àquele que penetra no subsolo em busca do “ouro negro” (RELATÓRIO da SATC, 1964, p. 5)

Os relatórios registram que no ano de 1964 algumas turmas de arte culinária receberam visitas de diretores das carboníferas, que experimentavam os pratos confeccionados pelas alunas. Neste mesmo ano a Dra. Antonia da Conceição Rodrigues, que visitava vilas operárias da região em missão coordenada pela Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional - CEPKAN, acabou “levando boa impressão do trabalho que se faz no Setor de Serviço Social”. (RELATÓRIO da SATC, 1964, p. 4).

Além da oferta dos cursos, eram organizadas exposições, por região, ao final de cada período letivo, reunindo trabalhos realizados nos grupos de várias vilas operárias, num mesmo local.

Ir. Alair³⁴², da congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência, que trabalhou na Casa Assistencial São José do Rio Maina, entre os anos de 1966 a 1971, relata que Ir. Emília recolhia todos esses trabalhos e fazia uma grande exposição, com a ajuda das alunas, no centro da cidade. Solicitava emprestadas as salas de um edifício, em suas lembranças era o Hotel Cavaller. As exposições eram anunciadas para que todos fossem visitá-las.

Também eram fotografadas e os visitantes deixavam suas impressões num livro. Em um dos relatórios ficavam registrados alguns termos de visita, como em dezembro de 1972:

Consigno aqui os sinceros cumprimentos em nome da SATC e no meu próprio nome, às Irmãs do Serviço Social, pelo maravilhoso trabalho realizado no exercício de 1972. A exposição que hoje se inaugurou em Rio Maina, é um atestado eloqüente do dinamismo empregado. Parabéns! (Woimer Wasniewaki – Diretor Executivo da SATC – 14/12/72)

A exposição é bela e demonstra a dedicação, o esforço, das Irmãs do Serviço Social da SATC, concluindo-se que houve total aproveitamento das alunas, nos ensinamentos ministrados, pelo que deixamos os nossos cumprimentos em nome do Conselho Deliberativo. (Fidelis Barato – Presidente do Conselho da SATC – 14/12/72)

Contemplando o trabalho de tantas mãos penso na união que suscitou nos corações e na elevação das almas! Exclamo, pois: Graças a Deus em Suas Maravilhas. Parabéns! Congratulações! (Ir. Maria do Rosário, pela Coordenação Provincial da Pequenas Irmãs da Divina Providência – 16/12/72). (RELATÓRIO da SATC, 1972, p. 11)

Ao Serviço Social da SATC, às distintas alunas e as demais Irmãs professoras, os nossos respeitosos, cumprimentos e felicitações. Que o Deus Menino continue dando saúde e boa vontade para que possam continuar sempre com disposição e capacidade. (Algemiro Manique Barreto – Prefeito Municipal de Criciúma – dez/1972)

Cristo veio libertar o Homem. Homem total. Da escravidão do pecado, da fome, da doença, do analfabetismo, da ignorância. Esta exposição demonstra o esforço neste sentido, ou seja, libertar o Homem total. Formando e libertando. Os trabalhos aqui expostos falam do empenho daqueles que quiseram ser mais pessoa. Cristo abençoa aos que trabalham com amor e por amor do irmão. (Pe. Francisco Marini – Pároco do Rio Maina).

Buscando produzir uma repercussão auto-elogiosa de suas ações, nos relatórios as religiosas inseriram números expressivos da frequência às exposições, sugerindo sua importância na vida das esposas dos mineiros, fruto da dedicação e esforço das religiosas. Em

³⁴² Alair Batista de Assis. Entrevista concedida a Giani Rabelo em 27/12/2004, no Distrito de Rio Maina – Criciúma/SC.

1971, por exemplo, registraram 1.336 pessoas que passaram pelo salão da paróquia do Rio Maina, onde estava ocorrendo a exposição que durou seis dias.

No final de 1970, junto à exposição “foi feita uma homenagem especial aos mineiros ‘o cantinho do Mineiro’, no qual se via um manequim vestido de mineiro, e tendo perto todos os apetrechos de mineiro. Foi um dos pontos altos da exposição [...]” (RELATÓRIO da SATC, 1970, p. 10).

Era prática comum, ao final de cada curso, promover o evento de formatura, solenidade de entrega dos certificados que era antecedida pela Santa Missa e seguida de um coquetel preparado pelas próprias formandas ou oferecido pelos paraninfos ou paraninfas. Em algumas ocasiões, eram convidadas autoridades ligadas às atividades carboníferas. Em dezembro de 1967, por exemplo, o senhor Ricardo Villela, chefe administrativo da Comissão do Plano do Carvão Nacional - CPCAN, foi paraninfo de uma turma de 24 alunas do Curso de Arte Culinária. As próprias formandas prepararam o lanche a ser oferecido aos convidados, que foram recepcionados no auditório da Escola Industrial da SATC. (RELATÓRIO da SATC, 1968, p. 5).

No parecer dos membros da Diretoria Executiva da SATC os mineiros da Bacia Carbonífera receberam eficiente assistência e promoção por parte das religiosas, funcionárias da SATC, contribuindo decisivamente para a Paz Social. “O clima entre Empregadores e operários tem melhorado a olhos vistos, o que vem a contribuir para a Paz Social – Desde o início das nossas atividades esta tem sido a nossa preocupação primordial: estabelecer a Paz - fruto da Justiça e da Caridade (RELATÓRIO da SATC, 1970, p. 1).

A Igreja Católica foi uma das instituições que mais se empenhou no combate aos comunistas em nosso país, tendo como um dos principais alvos o movimento operário. Historicamente, o anticomunismo católico esteve presente na sociedade em boa parte do século XX. Este tema era freqüente nas encíclicas papais, começando pela *Rerum Novarum* de Leão XIII (1891), pela sua retomada com a *Quadragesimo Anno* (1931) e a *Divini Redemptoris* (1937), de Pio XI.

A Igreja Católica brasileira ensaiou seus primeiros passos em direção à marcha anticomunista a partir da segunda década do século XX, intensificando-o mais nas décadas seguintes, principalmente nos momentos em que a conjuntura política era mais favorável, como foi o caso do Estado Novo e da Ditadura Militar.

O anticomunismo católico, no país, foi veiculado por meio de discursos das autoridades católicas em jornais, programas radiofônicos, solenidades e missas. Carla Simone Rodeghera (2002, p. 466) destaca que o discurso católico anticomunista

Recheava as páginas de jornais católicos e permeava o conteúdo de programas de rádio; era difundido nas escolas, nos grupos de Ação Católica, nos seminários onde se formavam os novos padres. Circulava na forma de livros, revistas, cartazes, panfletos e santinhos, impressos nas gráficas e editoras católicas. Foi muitas vezes, canalizado através do trabalho de entidades como a Leiga Editorial Católica (LEC), os Círculos Operários (COs) e as Frentes Agrárias.

Há fortes indícios de que a aliança entre as Pequenas Irmãs da Divina Providência e os donos das carboníferas, por meio da SATC, contribuiu decisivamente para o combate aos comunistas, principalmente àqueles militantes do Sindicato dos Mineiros de Criciúma.

A oferta de cursos populares foi uma estratégia que as religiosas lançaram mão para envolver as esposas dos mineiros. Por meio deles, os diretores da SATC almejavam que se produzissem “lares aconchegantes repletos de paz e tranqüilidade” para acolher o operário no final de sua jornada de trabalho, refazendo sua força física e mental exauridas pelo cansativo dia de trabalho nas minas de carvão. E principalmente, afastá-lo das “agitações” sociais.

Na época agitada em que vivemos, o lar deve se constituir num recanto, onde o homem, ao final de sua jornada de trabalho, encontre a paz e a tranquilidade necessárias para refazer suas forças. O Serviço de Assistência Social tem procurado colaborar nesse sentido oferecendo cursos populares às esposas e filhas dos mineiros. (RELATÓRIO da SATC, 1974, p. 44)

Pode-se afirmar que a época agitada mencionada pelos diretores da SATC referia-se ao comunismo, expressivo em nível local. Como existia um movimento sindical mineiro bastante forte à época, os mineradores temiam que os comunistas insuflassem ainda mais os operários. Nas palavras de D. Maria Luiza, “os mineiros não eram pessoas ruins, mas eles eram muito explorados por pessoas que se diziam comunistas e, às vezes, nem eram comunistas, e botavam coisas nas cabeças deles, porque o mineiro ele nunca foi escravo, eles trabalhavam na mina porque era o que eles sabiam fazer [...]”³⁴³.

O perigo comunista e suas influências negativas sobre os mineiros também era discutido com as mulheres nos diferentes encontros. De acordo com D. Maria Luiza “a gente tinha que conversar com elas, explicar tudo”. O risco da eclosão de greves por melhores salários e condições de trabalho era combatido com o esclarecimento de que os operários já desfrutavam de “vários benefícios”. Neste sentido, as mulheres dos mineiros eram

³⁴³ Maria Luiza Faraco Wasniewski. Entrevista cedida.

consideradas parceiras importantes no combate ao comunismo e no convencimento dos maridos de que as greves eram desnecessárias.

Vale lembrar que em 1961 houve a criação de um outro sindicato de mineiros em Rio Maina, apesar de já existir um sindicato que representava a categoria. O Sindicato dos Mineiros do Rio Maina foi criado com forte apoio da Igreja local, tendo como principal objetivo promover a união entre mineiros e mineradores, além do combate aos operários e lideranças comunistas³⁴⁴.

As inúmeras ações organizadas e desenvolvidas pelas congregações conveniadas à SATC procuraram, como procurou-se demonstrar até aqui enfaticamente, atender os vários âmbitos da vida das famílias operárias mineiras. Mesmo orientando rapazes e moças, fazendo visitas domiciliares, organizando clubes de mães, senhoras e senhoritas, oferecendo palestras e cursos, os números que expressam os trabalhos relacionados às visitas domiciliares, aos clubes de mães e aos cursos populares sugerem que as mulheres foram o principal foco das pedagogias missionárias das Pequenas Irmãs da Divina Providência, das Filhas do Divino Zelo, das Pequenas Missionárias da Caridade e do Instituto Coração de Jesus.

4.3.2 Catequizar e ocupar crianças, jovens, homens e mulheres

As religiosas conveniadas à SATC realizaram um amplo trabalho de catequização e recreação que não se restringiu apenas às crianças. Os jovens – filhos e filhas de operários, os próprios operários e suas esposas também foram atendidos.

Uma das iniciativas foi a organização de Clubes de Senhoritas e Jovens e a respeito destes grupos os diretores da SATC descrevem suas atividades alegando que, por meio desses clubes, “se incute na mocidade o espírito de relação humana e iniciativa, organizando-se festas juninas, danças folclóricas, conjuntos teatrais, etc. São organizadas bibliotecas, para uso de jovens de ambos os sexos que se filiaram como sócios” (RELATÓRIO das SATC, 1965, p. 3).

Nos relatórios aparecem os Clubes de Jovens “Rosicler” da Próspera, “União da Juventude”, da Linha Batista, “Stela Maris”, da Mina do Mato, “Corações Unidos”, do Rio Maina, “Roseiral”, da Boa Vista. Quem coordenava o Clube de Jovens “Rosicler”, na Próspera, era Ir. Rosa. A este respeito, Ir. Alair menciona que “a irmã Rosa tinha um grupo de jovens muito bom, muito grande lá na Próspera e até eles ainda comentam a respeito da irmã

³⁴⁴ Este assunto foi tratado no capítulo I, no item referente ao Movimento Sindical Mineiro.

Rosa”³⁴⁵. A tabela abaixo fornece um panorama geral das sessões e frequências nos Clubes de Jovens distribuídos nas diversas vilas operárias.

Tabela 6: Atuação das Pequenas Irmãs da Divina Providência junto aos Clubes de Jovens nas vilas operárias (Criciúma) entre 1964-1972

Ano	Clube de Jovens	
	Sessões	Frequência
1964	55	1.351
1965		
1966	24	376
1967	29	613
1968	17	552
1969	37	1.275
1970	7	230
1971	5	
1972	15	335
Total	189	4.732

Fonte: Arquivo CEDRIC - Relatórios Anuais de Atividades apresentado pela Diretoria Executiva da SATC

Assim como ocorreu com os registros referentes aos clubes de mães, os números foram computados somente até o ano de 1972, mas as reuniões continuaram acontecendo. Estes dados correspondem às sessões e frequências dos clubes localizados nas vilas operárias de Criciúma. Sobre esta atividade, as religiosas também registravam o número de horas que elas investiam no seu acompanhamento.

A organização de clubes se voltava, ainda, às crianças. A partir dos seis anos, elas eram reunidas, nas vilas operárias, em torno de Clubes Infantis.

Aguardando “dias melhores” para a gurizada, com a instalação de “parques infantis” pela S.A.T.C., as religiosas do Serviço Social têm procurado atrair a infância através de cantos populares, jogos e recreações, projeção fixa de filmes, audição de discos de historietas infantis a fim de proporcionar-lhes algum aperfeiçoamento em sua formação, física, moral, social, cívica, artística e religiosa. (RELATÓRIO da SATC, 1964, p. 3)

As freiras procuravam “aprimorar a Educação Integral das crianças” através da projeção de *slides*, de cânticos sacros, audição de músicas catequéticas e folclóricas, coros infantis e juvenis. Os intervalos das sessões de filmes eram preenchidos com músicas “ao violão e ao toca-disco”. Além disso, as crianças jogavam *pingue-pongue* e realizavam passeios.

Em 1972 foi fundado o Coro Infantil “Os Rouxinóis”, na Vila Operária do Rio Maina. O coro, no início, contava com 33 crianças, entre meninos e meninas, e era dirigido pelas religiosas com a ajuda de D. Célia Fernandes Pacheco, esposa de mineiro e uma filha de

³⁴⁵ Alair Batista de Assis. Entrevista citada.

mineiro aposentado. Um operário, o senhor Pedro Figueiredo, acompanhou o grupo como violonista. O primeiro uniforme foi confeccionado com tecido doado por um comerciante local. Além de terem a seu cargo os cantos das missas dominicais no Rio Maina, “Os Rouxinóis” também se apresentavam em festinhas locais e nas missas e festejos realizados em outros bairros. (RELATÓRIO da SATC, 1972, p. 15). Em conjunto com o Clube de Jovens ficaram também responsáveis em organizar as festas religiosas, cívicas e recreativas, sob a supervisão de uma religiosa. . (RELATÓRIO da SATC, 1972, p. 15)



Figura 78: O Rouxinóis (década de 1970)

Fonte: Álbum de fotografias das Pequenas Irmãs da Divina Providência

As Pequenas Irmãs da Divina Providência buscavam, por meio dessas atividades, catequizar os frequentadores dos Clubes Infantis, preparando-os para a Primeira Eucaristia. Nesse trabalho, contaram com a ajuda de catequistas leigas, que atuavam sob a supervisão das religiosas. Contaram, ainda, com o auxílio de professoras que lecionavam em Grupos Escolares e Escolas Reunidas localizadas nas vilas operárias.



Figura 79: Catequistas leigas (década de 1970)

Fonte: Álbum de fotografias das Pequenas Irmãs da Divina Providência

A partir de 1971, com a implantação das novas “Normas Catequéticas”, apenas as crianças da 3ª série do 1º Grau passaram a ser admitidas à Primeira Eucaristia, e só podiam concluir quando atingiam a 4ª série, “quando já estão capazes de gravar os ensinamentos adquiridos e de ter uma certa vivência interior” (RELATÓRIO da SATC, 1976, p. 8). No geral, as crianças também participavam das novenas de Natal.

É bem provável que as novas normas catequéticas foram oriundas das redefinições da Igreja em relação às finalidades, aos conteúdos e aos métodos catequéticos, formulados a partir de três grandes eventos: Encontro Nacional de Catequese, ocorrido em julho de 1968, no Rio de Janeiro, 6ª Semana Internacional de Catequese (agosto) em Medellín e a 2ª Conferência Episcopal Latino-Americana (setembro), também em Medellín.

Sobre esta preparação especial como um pré-requisito à Primeira Comunhão, Ariès aponta que provavelmente, em outra época, isso não era necessário. Talvez elas já recebessem a comunhão ainda muito novas, assim que começavam a freqüentar a missa (1981, p. 154).

A preocupação especial com a primeira comunhão é proeminente nas ações das religiosas, nas várias vilas operárias envolvidas no convênio entre as Pequenas Irmãs da Divina Providência e a SATC. A abundância de imagens de Primeira Comunhão no Álbum de fotografias encontrado no local que serviu como sede desse trabalho no Rio Maina, denota a importância desta “vivência interior” dos ensinamentos religiosos.

A tabela que segue apresenta o número de catequizandos que concluíram a Primeira Comunhão nos anos de atuação das religiosas nas vilas operárias.

Tabela 7: Crianças que concluíram a Primeira Eucaristia nas vilas operárias das companhias carboníferas associadas à SATC sob a orientação das Irmãs da Divina Providência 1965-1981

Ano	Concluintes da Primeira Eucaristia
1964	719
1965	6.600
1966	-
1967	1.128
1968	428
1969	1049
1970	388
1971	468
1972	605
1973	659
1974	-
1975	-
1976	251
1977	368
1978	345
1979	419
1980	501
1981	376
Total	14.304

Fonte: Arquivo CEDRIC - Relatórios Anuais de Atividades apresentado pela Diretoria Executiva da SATC

Como mostra a tabela acima, durante os 18 anos de convênio a catequese voltada para a Primeira Eucaristia mereceu registros nos relatórios anuais da SATC, exceto nos anos de 1966, 1974 e 1975, demonstrando o quanto esta era uma das atividades centrais, no que diz respeito ao trabalho de catequização. Catequizar as crianças e formalizar o sacramento da Primeira Eucaristia certamente significava uma legitimação de todo o trabalho catequético realizado por elas.

Ao todo foram 14.304 crianças que presenciaram a cerimônia religiosa na qual receberam, pela primeira vez, o “Corpo e Sangue de Cristo” sob a forma de hóstia. Além do domínio de alguns princípios e conhecimentos fundamentais da Igreja, também tiveram que confessar seus pecados aos sacerdotes para poderem receber o sacramento.



Figura 80: Primeira Comunhão (década de 1960)

Fonte: Álbum de fotografias das Pequenas Irmãs da Divinva Providência



Figura 81: Primeira Comunhão (década de 1960)

Fonte: Álbum de fotografias das Pequenas Irmãs da Divinva Providência

A responsabilidade dos pais, em relação à educação e formação religiosa de seus filhos e filhas, com o tempo passou a ser um ponto decisivo para a continuidade dos trabalhos. A partir do ano de 1976, uma das estratégias adotadas pelas religiosas para maior assiduidade das crianças e responsabilidade dos pais foi a exigência da assinatura de um termo de compromisso pelos pais e a participação em palestra promovida após as matrículas, com o objetivo de conscientizá-los. Em especial, as mães eram envolvidas nos preparativos da Primeira Eucaristia, a fim de se sentirem úteis e comprometidas.

Preparar as crianças para a Primeira Eucaristia implicava o envolvimento dos pais, sugerindo que a catequese com as crianças fosse ao mesmo tempo catequese para os pais, configurando-se numa espécie de catequese familiar. Responsabilizar os pais pela

permanência das crianças na catequese significava buscar a amplitude da ação religiosa e, também, social das religiosas.

Além dos Clubes Infantis, na Vila Operária do Rio Maina as freiras desenvolviam um trabalho religioso com as crianças por meio da Cruzada Eucarística. Seus membros, em 1968, estavam organizados em três grupos: os simpatizantes, os aspirantes e os cruzadinhos. Cada grupo contava com uma orientadora. Ao todo, neste ano, participaram 104 crianças. Os componentes dos grupos participavam ativamente nas missas do quarto domingo de cada mês, organizavam eventos festivos em datas comemorativas e participavam de excursões.

Para os jovens, existia a Juventude Cristã em Marcha. Anos mais tarde foi criado o Pequeno Clero, que se reunia semanalmente para desenvolver atividades de formação pessoal, estudos bíblicos e liturgia. Nas palavras das religiosas: “cultura religiosa”. Eles faziam os serviços de altar nas missas, sob a forma de rodízio.

O lema das Pequenas Irmãs da Divina Providência era “Educar...divertindo...”. No rol das atividades recreativas, constavam as projeções de filmes nos núcleos operários, serões litúrgicos nas famílias, excursões e piqueniques, corais, grupos de escoteiros, esporte, grupos teatrais, grupo de *ballet*, festivais, romarias e bibliotecas. Sobre as projeções de filmes elas argumentaram: “O bem que se conseguiu através dos filmes é incalculável” (RELATÓRIO da SATC, 1969, p. 8).

Os “diafilmes” ou sessões de “cineminha”, como eram chamados, eram projetados nos clubes ou salões paroquiais em dias previamente fixados em convite às famílias. Após a projeção, as freiras explicavam e aproveitavam a oportunidade para abordar e discutir diversos assuntos que visavam “melhorar as relações humanas e as virtudes morais, cívicas e sociais dos presentes” (RELATÓRIO da SATC, 1965, p. 2).

Também realizavam excursões, nas quais participavam os membros dos Clubes de Mães, Clubes de Jovens, alunas dos Cursos Populares, mães e pais das crianças acompanhadas pelo trabalho de puericultura, crianças que freqüentavam a catequese com suas professoras, “neo-comungantes”, membros da Cruzada Eucarística – os “Cruzadinhos” -, do Pequeno Clero, do coro infantil “Os Rouxinóis”, além das religiosas. Locais como a Praia do Rincão, Morro dos Conventos, Lagoa dos Esteves, Águas Mornas de São Pedro, Campestre Iate Clube, Gruta Nossa Senhora de Lourdes, Laguna, Furnas de Sombrio, Santa Rosa e Caravaggio eram bastante visitados. Também eram realizados passeios fora do estado de Santa Catarina como em Ponta Grossa, no Paraná, e nos santuários do Rio de Janeiro. (RELATÓRIOS da SATC, 1964-1981).

As datas comemorativas como o dia das mães, dia dos pais, dia do professor, dia da Bíblia, dia da Árvore, da Independência do Brasil, da Saúde, da Pátria, do Soldado, do Padroeiro Santo Agostinho, das crianças, do operário, do Sacerdote, e outras, eram comemoradas na forma de festivais, com quadros alusivos. Nestas ocasiões, os corais de jovens e crianças abrilhantavam as festividades.

Percebe-se aí um entrelaçamento entre as festas cívicas, civis e religiosas. A Igreja, e neste caso as Pequenas Irmãs da Divina Providência, promoviam várias festas na Vila Operária do Rio Maina, envolvendo as crianças, jovens e adultos. Ao serem as protagonistas das atividades, mesmo não prescindindo do apoio da comunidade, elas estabeleciam a programação e por conta disso, mantinham certo controle do andamento dos festejos, empregando duas das três estratégias utilizadas pela Igreja Católica há séculos, que Roger Chartier denominou de “Controle religioso do dispositivo festivo” e “operação de cristianização”, deixando de lado a mais radical delas que seria a estratégia da interdição (2004, p. 27-29).

Para o autor, na estratégia do “controle religioso do dispositivo festivo”, a instituição eclesiástica “visa impor uma ordem ao espontâneo, enquadrar a liberdade popular, extirpar suas manifestações intoleráveis” (2004, p. 28). Já na “operação de cristianização”, a Igreja separa “o núcleo lícito da festa e as práticas supersticiosas sedimentadas em torno dele” (2004, p. 29).

Estas estratégias foram empregadas à festa popular por associá-las

[...] ao excesso e à desmedida, ao dispêndio irracional dos corpos e dos bens [...]. Nela se esquecem as regras que fundamentaram a civilidade cristã: a efetividade aqui se dá sem controle, o pudor perde suas normas, os corpos se abandonam sem reverência pelo Criador. (CHARTIER, 2004, p. 27)

As Pequenas Irmãs da Divina Providência estrategicamente envolveram estas festas no espaço do sagrado, tornando-as alvo importante na formação de cristãos mais patrióticos.

Nas peças teatrais eram encenadas passagens bíblicas do Antigo e Novo Testamento, com a participação de mineradores, mineiros, suas esposas, filhas e filhos. Representações como: “Adão inocente e prevaricador”, “O rei Assuero e a rainha Ester”, “O rei David aplacado pela bela Abigail”, “Judite e Holofernes”, “O Sacrifício de Abraão”, “João Batista anuncia o Messias”, “Cristo e a Samaritana no Poço de Jacó”, “Cristo constituindo Pedro o chefe da Igreja”, “Madalena unge os pés de Jesus” e “Cristo e sua Mãe Santíssima” foram apresentadas. (RELATÓRIO da SATC, 1971, p. 15).

Mesmo não conhecendo os conteúdos das peças teatrais, os temas remetem para abordagens de cunho moral e religioso. O teatro, neste caso, certamente foi utilizado como uma das estratégias educativas, não só para evangelizar, mas também para moralizar as relações entre os próprios operários e suas famílias.

Desfiles de personagens bíblicos, devidamente trajados, também foram realizados, como: Adão, Abrão, Noé, Moisés, Débora, Abigail, Rainha Ester, Judite, Samaritana, João Batista, Pedro, Madalena, Maria e Jesus.

No ano de 1971 foram feitas duas apresentações de “Terços Vivos”. A primeira no encerramento da Semana Bíblica e a segunda no encerramento do mês de Maria. A primeira apresentação foi assim descrita por Ir. Emília:

As contas das dezenas (5) eram crianças do Curso Primário, uniformizadas e ostentando nas mãozinhas lanternas coloridas, cada dezena de uma cor. Os padrenossos eram jovens ginásianos, também uniformizados. As lanternas eram acesas e erguidas à medida que se rezava o terço. No final, uma jovem, vestida de túnica branca, representando a FÉ, ergueu o Crucifixo sob a aclamação dos presentes e o canto, de toda a assembléia. (RELATÓRIO da SATC, 1971, p. 16).

A segunda apresentação ficou assim organizada:

- 1ª dezena: Ressurreição – Crianças de branco,
- 2ª dezena: Ascensão – Rapazes e moças,
- 3ª dezena: Vinda do Espírito Santo: Casais Jovens,
- 4ª dezena: Assunção de Maria: Casais de avós
- 5ª dezena: Coração de Maria: Religiosas.

As orações do Pai Nossos, foram rezadas por senhores. O Vigário da Paróquia, a cada dezena, comentava o mistério, cuja cena era projetada aos fiéis. Lanternas eram erguidas à medida que cada pessoa rezava a Ave-Maria ou o Pai-Nosso. Ao finalizar o terço, o próprio vigário foi quem ergueu o crucifixo, sob palmas de todos os presentes. “Esta apresentação tocou, profundamente, o coração de muitos”. (RELATÓRIO da SATC, 1971, p. 16).

A reza do terço, um dos ritos realizados há séculos pelos católicos, cuja difusão e posterior expansão ocorreu no século XII, como uma forma de combater o pecado e a heresia [...], foi amplamente utilizado pelas religiosas com outra performance, ou seja, em forma de “terço humano”. Vale lembrar que este procedimento não era uma exclusividade destas religiosas, por tratar-se de algo bastante difundido naquela época e até os dias de hoje no âmbito da Igreja.

Percebemos que na primeira apresentação do terço humano apenas crianças e jovens são envolvidos, enquanto que na segunda, além das crianças e jovens, os adultos e os

mais velhos são incluídos, junto à presença do padre. As estratégias para tocar o coração dos fiéis eram criadas e recriadas a fim de “nutrir Deus no coração das pessoas”.

Neste ano de 1971, o quadro “A Última Ceia”, de Leonardo Da Vinci, também foi encenado. Depois de escolhidas as pessoas que representariam os personagens, uma cópia da pintura foi estudada em conjunto com os personagens que representariam o quadro, a fim de identificar as atitudes e as expressões fisionômicas. A eles foi comentado o histórico do quadro, pintado na parede do refeitório da Igreja de Santa Maria delle Grazie, em Milão, na Itália. Um dos detalhes ressaltados foi o de que o jovem que serviu de “modelo” para Leonardo Da Vinci pintar o rosto de Cristo, anos depois, “estragado pelos vícios”, foi novamente “modelo” para o rosto de Judas.

Segundo Ir. Emília, este fato impressionou muito os personagens que encenariam o quadro. Sobre a composição dos personagens, Ir. Emília registrou no relatório: “tomaram parte na Ceia do Senhor desde jovens até anciãos, sem distinção de classe, operário obrando com patrão”. Sobre a encenação Ir. Emília apontou: “a apresentação foi um verdadeiro espetáculo [...]. Não somente os espectadores, mas principalmente os atores e suas famílias sentiram uma comoção especial, cremos, para muitos, foi a hora do Encontro com Cristo” (RELATÓRIO da SATC, 1971, p. 16).

Neste caso, a encenação não teve apenas o papel de proporcionar o “Encontro com Cristo”, mas oportunizar o encontro entre operários e patrões.

A mesma passagem foi encenada no ano de 1972, na missa “In Coena Domini”³⁴⁶, na Quinta-feira Santa. No entanto, Jesus Cristo foi representado pelo sacerdote e os apóstolos foram personificados por senhores e jovens, segundo as religiosas, de várias classes sociais. Houve inclusive o Lava-pés, como na última ceia de Cristo (RELATÓRIO da SATC, 1972, p. 16). Em 1976, os apóstolos foram representados por mineiros e mineradores.

A presença de diferentes personagens, representantes dos mineiros e mineradores, na encenação da Última Ceia e do Lava-pés, parece ter sido utilizada para demonstrar que era possível haver harmonia entre estas duas classes. A proposição, certamente, era aquela que afirmava, e ainda afirma, que “todos são filhos de Deus”. Nesta perspectiva, é possível compreender como o campo religioso é apontado discursivamente como o da igualdade social, pois todos são irmãos, filhos do mesmo Pai, independente de serem pobres ou ricos, operários ou patrões, bastando para isso, deixarem-se guiar pelo “Espírito de Deus”.

Os principais episódios da Paixão de Cristo, na Semana Santa, também eram

³⁴⁶ Termo em latim que significa Ceia do Senhor.

exibidos. Nas caminhadas de penitência, eram colocadas alegorias das principais estações da Via Sacra. A este respeito, Ir. Emília registrou num dos relatórios, que “foi uma apoteose de Fé Cristã demonstrada pela população de Rio Maina, onde os jovens assumiram a liderança dos papéis principais” (RELATÓRIO da SATC, 1977, p. 10).

Chama a atenção o acentuado número de encenações. O teatro parece ter sido algo que se destacou no trabalho das Pequenas Irmãs da Divina Providência na Vila Operária do Rio Maina. Isto se confirma quando Ir. Cláudia³⁴⁷, que atuou nesta vila e na da Próspera, comenta que no Rio Maina “o forte foi o teatro, a encenação”.

Podemos inferir que os teatros e encenações ocuparam um lugar central na missão evangelizadora protagonizada pelas Pequenas Irmãs da Divina Providência na Vila Operária do Rio Maina. Estes, certamente, contribuíram muito na catequização, não só de crianças, mas dos jovens e adultos.

Além do teatro como estratégia pedagógica que almejava fortalecer uma moral e apaziguar conflitos inerentes às relações entre mineiros e mineradores, é bem provável que as bibliotecas, mantidas pelos Clubes de Jovens, também tivessem tal finalidade, uma vez que seus volumes eram voltados para a formação moral, incluindo livros de boas maneiras, romances “de alto valor moral” e livros didáticos.

No parecer dos diretores da SATC, as atividades de recreação contribuíam, sobremaneira, para promover e elevar “o nível moral e cultural da população operária”, dando a entender que era algo almejado pelos representantes dos mineradores (RELATÓRIO da SATC, 1965, p. 4).

Os relatos apontam a criação de uma ampla rede formada por diferentes tipos de atividades, que propunham não só a evangelização, mas a formação cultural e moral das famílias operárias mineiras.

Esta diversidade de ações sugere que havia, por parte das religiosas e dos mineradores, a preocupação em ocupar o tempo livre da família operária como um todo, produzindo uma presença insidiosa no cotidiano da vida da vila operária.

Para dar conta de tantas ações, somente agentes com dedicação em tempo integral, como as religiosas. Portanto, as freiras, ademais, uniam instrução prática e formação moral por meio dos discursos religiosos. Diante disso, o que mais e melhor poderiam almejar os mineradores?

³⁴⁷ Irmã Cláudia. Entrevista concedida a Giani Rabelo, em 29/10/2003, no Distrito do Rio Maina – Criciúma-SC.

4.3.3 Educar as mães: o Serviço de Puericultura da SATC e mortalidade infantil

Uma outra iniciativa importante das Pequenas Irmãs da Divina Providência e demais irmãs conveniadas à SATC foi o trabalho de puericultura junto aos recém-nascidos, filhos e filhas dos mineiros.

A história da puericultura encontra-se ligada ao surgimento do sentimento moderno de infância, portanto, não se resume a uma denominação dos diversos cuidados em relação às crianças, ao longo do tempo e das diferentes civilizações. Ela é uma prática que emerge circunscrita a um determinado tempo e espaço, ou seja, a sociedade ocidental moderna.

Foi só a partir do século XVIII que a saúde da criança tornou-se objeto de estudo da medicina. Até então, “o parto”, as doenças das parturientes, as doenças infantis eram “coisas de comadre”, assimiláveis às domésticas e às nutrizes que compartilhavam seu saber e o colocavam em prática (DONZELOT, 1986, p. 24).

O novo estatuto social atribuído às crianças e, conseqüentemente, aos filhos, exigiu das mulheres-mães novos papéis e responsabilidades. O discurso de proteção à maternidade ganhou visibilidade, compreendendo os cuidados necessários com a gravidez, o parto, a amamentação e o recém-nascido. Neste cenário

Os deveres da mãe iniciam com a gestação, se prolongam pela amamentação do próprio filho até o surgimento da primeira dentição e na oferta de cuidados de higiene corporal e das roupas do bebê. A mãe deve agora dedicar a vida ao filho, dela dependerá a sua sobrevivência, sua saúde, sua beleza física e sua vitalidade (CECCIM, 2001, p. 94)

Por meio da puericultura, os médicos higienistas e sanitaristas buscavam educar as mães ignorantes para que cuidassem melhor de seus filhos, afastando-os do fantasma da mortalidade infantil. A morte de tantas crianças recém-nascidas não se coadunava mais com uma sociedade que se assentava em pressupostos modernos. Portanto, a puericultura foi o modo que a medicina, como campo de conhecimento, formulou para combater os altos índices mundiais de mortalidade infantil. E para que a medicina pudesse avançar, seja quanto à pediatria, ou quanto à puericultura, foi essencial o apoio das mães, para que houvesse a derrota da “hegemonia tenaz da medicina popular das comadres”, como afirma Donzelot (1986, p. 25).

No Brasil, somente no final do século XIX é que autoridades governamentais, médicas, religiosas e políticas começaram a preocupar-se com a saúde das crianças e vários estudos são efetivados.

A introdução da puericultura no Brasil não acompanhou os mesmos moldes dos países industrializados. Somente foi institucionalizada na década de 1920, quando a industrialização já estava em curso no país. Neste período, o cenário brasileiro estava marcado por fortes reivindicações, acerca de melhores condições de vida, protagonizadas pelo movimento operário em ascensão. A consolidação da puericultura, como forma de exercício de poder, ganha força durante o Estado Novo, quando a promessa de uma sociedade renovada identifica-se com os ideais nacionalistas e eugenistas.

Passadas algumas décadas, a morte precoce de muitas crianças, filhos e filhas de mineiros, não passou despercebida pelos dirigentes da SATC, como foi apontado no primeiro capítulo desse estudo. Aliás, esse foi o assunto levado pela entidade ao II Simpósio do Carvão Nacional, em 1965, quando foram apresentados os estudos do médico David Luiz Boianovski. Para enfrentar o problema na região, a SATC criou o Serviço de Puericultura, incluindo o pré-natal com as gestantes e o acompanhamento aos recém-nascidos, em parceria com as Pequenas Irmãs da Divina Providência. No relatório de 1964, consta que

Com a valiosa colaboração do ilustre e competente pediatra DR. DAVID LUIZ BOIANOVSKI, foi feito um amplo e minucioso estudo de assistência à infância, que compreenderia a assistência pré-natal e ao recém-nascido até idade pré-escolar, que seria realizada através de médicos especializados e por uma equipe de visitadoras puericultoras. (RELATÓRIO da SATC, 1964, p. 6)

A ignorância das mães era apontada como a principal causa da mortalidade infantil, pois

A gente notava que era assim: elas não sabiam orientar a criança nem tão pouco elas sabiam viver, gastavam todo o salário do marido e não tinham a mínima higiene. Eles diziam que morriam crianças por causa da mineração, mas não tinha nada a ver com a mineração era simplesmente falta de cuidado e de higiene. A gente passou o maior trabalho, quando elas ganhavam o neném, elas ganhavam em casa com as parteiras e ai falavam muito que as crianças morriam do mal dos sete dias. Nós começamos a investigar e descobrimos que elas colocavam carvão vegetal socado, pó de café ou então iam ao extremo e colocavam animal seco e nós ensinávamos a colocar petil no umbigo, mas elas não aceitavam. [...] Quando chegava nos sete dias a criança começava a ter uma febre e morria [...]³⁴⁸.

Os trabalhos sociais já realizados pelas freiras funcionavam articulados com o

³⁴⁸ Maria Luiza Faraco Wasniewski. Entrevista citada.

Serviço de Puericultura, principalmente em relação às visitas domiciliares.

O “Plano de Serviços de Puericultura” foi idealizado pelo médico pediatra Dr. David Luiz Boianovski, funcionário da SATC. Para iniciar os trabalhos nessa área, o pediatra ministrou um curso às religiosas, denominado “Curso de Orientação Básica de Puericultura”. Sobre tal acontecimento a Diretoria Executiva da SATC registrou:

Iniciando os Serviços de Puericultura, foi ministrado pelo ilustre pediatra, idealizador do Plano de assistência aos recém-nascidos, um Curso Teórico e Prático de Puericultura, assistidos pelas abnegadas Irmãs que iriam executar, como ainda pelas Irmãs do Colégio “Madre Teresa Michel” e do Hospital “São João Batista”, com real proveito, sendo ao término, conferido às cursistas, um Certificado de Habilitação, pela SATC. (Relatório da SATC, 1965, p. 1)

O Serviço de Puericultura incluía as visitas domiciliares e o cadastramento de recém-nascidos, atendimentos nos Postos de Puericultura e no Posto Central pelo médico pediatra. Crianças de zero a seis anos eram acompanhadas.

Nas diretrizes elaboradas pelo referido médico estava previsto que as visitas domiciliares deveriam ser realizadas, a partir das listas dos recém-nascidos encaminhadas à Casa Assistencial São José, pelas carboníferas associadas à SATC. Estas listas eram obtidas no momento em que os operários comunicavam à empresa o nascimento de um filho para o recebimento do Salário-Família.

Nas visitas às casas dos mineiros, as Irmãs Visitadoras cadastravam os dados dos recém-nascidos. Verificavam o peso, o tamanho, a temperatura e se o parto havia sido normal ou não. Vistoriavam o enxoval do bebê, o uso das fraldas e o horário dos banhos; inspecionavam as condições higiênicas e de habitabilidade das casas; averiguavam o tipo de leite que estava sendo utilizado em substituição à amamentação materna e, neste caso, investigavam o tipo, a quantidade, os horários e aceitação por parte do bebê. Caso a criança apresentasse qualquer doença, deformidade ou anormalidade, as Irmãs Visitadoras a encaminhavam ao médico pediatra David Luiz Boianovski.



Figura 82: Dr. Boianovski e Ir. Alair atuando no Serviço de Puericultura da SATC (década de 1960)
Fonte: Arquivo da SATC

Os documentos das crianças, em especial o registro civil, eram examinados e, quando identificada alguma irregularidade, às mães era explicado o procedimento cabível. Nas visitas, as irmãs observavam se as famílias tinham filtro ou ferviam a água que bebiam, se tinham horta caseira, se as instalações sanitárias e elétricas estavam adequadas. As fichas com todos estes dados possibilitavam uma visão completa da situação e das condições de vida do recém-nascido e de seus familiares.

Sobre o plano do Dr. Boianovski, a Coordenadora do Serviço Social da SATC, Ir. Emília, registrou em relatório o seguinte comentário:

O plano, confessamos e entendemos, merece todo o apoio e sacrifício, se necessário fôr, por que é realmente empolgante e, com objetividade, virá solucionar graves problemas e diminuir enormemente o índice de mortalidade infantil nesta região que, diga-se de passagem, é triste e lamentavelmente um dos mais elevados do Brasil. E este quadro desolador ocorre, principalmente nesta região, unicamente e na grande maioria por falta de orientação, e “pelo fatôr de ignorância” no dizer do ilustre pediatra Dr. David Luiz Boianovski. Urge, portanto, como acentuou em seu trabalho apresentado à SATC o DR. DAVID LUIZ BOIANOVSKI, que se faça um plano de puericultura ou usando de suas próprias expressões: “um plano de puericultura básica adaptado à região, as suas condições sócio-econômicas e geográficas, poderá, se bem organizado e realizado, banir por completo as distrofias, as sub-nutrições, o sub-mundo da depauperação somático-psíquica [...]” (RELATÓRIO da SATC, 1964, p. 7, grifo no original)

Chama a atenção que, no início desse trabalho, um dos pontos abordados pelas Irmãs Visitadoras era a orientação sobre a alimentação e higiene dos seios, e com o tempo essa questão deixou de constar nos relatórios. Pode-se inferir que com a introdução progressiva do uso do leite em pó ocorrida a partir de 1971, e diante do incentivo para que

esse alimento fosse ministrado às crianças, a higiene da amamentação tenha se tornado pauta desnecessária.

Após a visita domiciliar, as religiosas realizavam atendimento às mães, quinzenal, no posto escolhido no ato do cadastramento do recém-nascido, para continuidade às orientações. Uma irmã fazia palestras para os grupos de mães ou mesmo individualmente.

Segundo as anotações dos relatórios, o atendimento às crianças nos Postos de Puericultura objetivava acompanhar o estado de saúde e crescimento. Além das orientações das religiosas, as crianças recebiam curativos e eram encaminhadas para o hospital quando necessário, recebiam as vacinas (tríplice, Sabin, sarampo, duplex) e também era realizada a pesagem. A partir de uma “anamnese”, todo o histórico da evolução da criança era registrado na ficha e os casos que requeriam maiores cuidados eram encaminhados ao pediatra David Luiz Boianovski ou para internação hospitalar, nas situações mais críticas, mediante uma guia preenchida pelas irmãs. Neste sentido, é importante observar que as freiras, além de educadoras, catequistas, “assistentes sociais”, também exerciam a função de “enfermeiras”.

Segundo Ir. Alair, que atuou neste serviço, os problemas mais comuns eram os de paralisia infantil, difteria e crises convulsivas.

Aqueles crianças lindas, com a temperatura alta e, às vezes, já tinham perdido os membros inferiores. Também tinham muitos casos de difteria porque o clima era muito frio, muita poluição. A criança começava com resfriado, difteria e, às vezes até se fazia traqueostomia para salvar a criança³⁴⁹.

O trabalho de puericultura não obteve a aceitação passiva das mães das vilas operárias mineiras, pois há diversos indícios de resistências. A figura do médico David Luiz Boianovski foi o maior alvo das atitudes de resistência. O senhor Ângelo Manoel Valsechi, enfermeiro da Carbonífera Próspera que trabalhou nos anos de 1960, no atendimento aos mineiros da Linha Batista, conta que muitos falavam mal do Dr. David devido a sua atitude enérgica em “querer as coisas certas”.

[...] ele era estúpido. O pessoal tinha medo, tinha medo de faltar, tinha medo de não deixar a carteirinha em dia, tinha medo talvez de receber uma bronca dele. Por isso que o pessoal naquela época trazia tudo certinho. Porque ele era um coronel, era uma exigência de quartel, não tinha esse negócio de bonzinho³⁵⁰.

Ir. Alair confirma essas características ao afirmar que ele era

³⁴⁹ Alair Batista de Assis. Entrevista citada.

³⁵⁰ Ângelo Manoel Valsechi. Entrevista citada.

[..] muito enérgico e muito taxativo. Por exemplo, a mãe tinha o costume de dar o mingau para a criança, colocava na boca a colher com o mingau e depois dava para a criança e ele dizia: - Olha vocês não façam isso porque se vocês têm uma pequena cárie lá no dente, vai para a criança, vai lá para o intestino, vai dar diarreia na criança, vai dar problema. [...]. Algumas mães tinham outro costume, o de passar a chupeta na boca para limpar e dar para as crianças. O Dr pegava aquela chupeta e jogava fora e dizia: -Aqui oh, pega esse dinheiro e vai comprar uma chupeta nova para o teu filho, essa vai para o lixo.³⁵¹



Figura 83: Dr. Boianovski orientando as mães no Serviço de Puericultura da SATC (década de 1960)
Fonte: Arquivo CEDRIC – SATC

A atitude do pediatra Boianovski remete às orientações dadas por Moncorvo Filho às mães, por meio do folheto “ABC das mães”. Nele, aconselhava “livrarem os filhos da chupeta por dever humanitário: enquanto o seio leva a vida à boca da criança, a chupeta leva a morte” (WADSWORTH, 1999, p. 1).

De alguma forma, Boianovski tinha conhecimento da animosidade em torno de sua pessoa. Certa vez, segundo Ir. Alair³⁵², ele assim procedeu diante do uso exagerado de farinha de mandioca na preparação do mingau dos bebês: “[...] sabe o que eu vou fazer? Eu vou cortar a farinha de mandioca, não que a farinha de mandioca não seja importante na alimentação, mas eu vou cortar toda de uma vez, porque eu cortando elas deixam só um pouquinho”.

Entretanto, a resistência não acontecia somente à figura do médico, mas também em relação às orientações dadas pelas Irmãs Visitadoras que participavam diretamente do

³⁵¹ Alair Batista de Assis. Entrevista citada.

³⁵² Alair Batista de Assis. Entrevista citada.

Serviço de Puericultura. Ir. Alair³⁵³ relata algumas situações em que as mães, de alguma forma, tentavam driblar as orientações, afirmando, por exemplo, que não podiam amamentar o bebê porque o leite era fraco, que não iam dar banho todos os dias nos recém-nascidos porque era muito frio, que não davam frutas às crianças porque não tinham dinheiro. No entanto, diante de cada negativa, a irmã tinha uma resposta ou um encaminhamento.

Sobre a amamentação ela prescrevia:

Você vai amamentar. Se alguém lhe chamar você nem vai atender, você fica amamentando a criança, porque uma vez que você saia o leite até “se esconde”. Se você estiver amamentando, tente ficar distraída, por exemplo, olhando a televisão, alguma coisa assim, porque se você ficar preocupada, o leite não desce. À noite você não dê o mama, dê de três em três horas durante o dia, deixe a criança dormir.

A respeito do banho ela dava a seguinte orientação:

Você tem que dar banho, nem que esteja caindo neve, mas dê o banho na criança. Lava a banheira bem lavada [na época existia banheirinha própria da criança era uma bacia, chamava banheira na qual todos tomavam banho], até que você possa comprar uma banheira para seu bebezinho. Enquanto isso, você lava e depois coloque um pouquinho de álcool e flamba.

Sobre a alimentação:

Depois que o bebê completar um mês você vai entrar com um suquinho de fruta. Como preparar esse suquinho. Oh você vai pegar a cenourinha, raspe a cenourinha, o tomate, coloque numa fraldinha bem limpinha, exprema e junte um pouquinho de água, só um pouquinho. Inicia com uma colherinha de café, só vai aumentando, aumentando até chegar a uma xicrinha. E o resto que sobrar mãe, você toma porque você vai precisar também de vitamina para poder continuar amamentando. Você dá o suquinho e o que sobrar não joga fora, toma. [...] Agora você vai entra com a frutinha, você raspa a banana bem raspadinha, começa com uma colherinha vai aumentando até chegar a uma banana. Vai começar com a maçã, maçã raspadinha, o resto da maçã você come ou da para a criança. Você precisa também da vitamina. [...] Ah daí você inicia com a sopa, a sopinha você vai usar músculo, pedacinho do músculo que não tem gordura, não tem nada, você vai fazer aquela sopinha. Na sopa vai entrar um pedacinho de cenoura, um pedaço de tomate, a batatinha, tudo legume que tu tiver vai entrando naquela sopinha. Depois você pode passar no liquidificador, passa com a carne também no liquidificador e vai dar aquela sopinha de legumes

Todos estes procedimentos, implantados sob pressão, e que compuseram o Serviço de Puericultura, foram legitimados pelos discursos que o associavam à na noção de amor materno.

³⁵³ Alair Batista de Assis. Entrevista citada.

Ao reconhecer que, em alguns casos, havia realmente a falta de dinheiro para a compra de frutas e legumes, pois Ir. Alair sabia de casos em que os maridos gastavam todo o salário na prostituição e de mulheres que tinham gastos exagerados, a freira entrava em contato com o armazém para que fossem abertas cadernetas nas quais eram anotadas as compras dos mantimentos para todo o mês, a serem descontadas diretamente na folha de pagamento do operário, para que o salário não fosse desviado e fosse garantida a compra dos alimentos para toda a família.

Apesar dessa estratégia utilizada pela freira, nem sempre conseguiam superar a resistência de algumas famílias, como aponta D. Zenaide³⁵⁴.

Ao contrário disso, o senhor Ângelo Manoel Valsechi, enfermeiro da Carbonífera Próspera, como já foi mencionado anteriormente, argumentou que

Lá na Linha Batista eles gostavam muito delas, tanto é que faziam festas, faziam coisas para elas, porque elas também não ensinavam só isso [puericultura]. Ensinavam também receita de bolo, ensinavam a fazer comida, uma porção de coisas. Na Próspera era a mesma coisa. Elas eram muito dadas, elas se doavam completamente, nunca disseram não para ninguém. Dizer não, não era com elas. Quando o negócio era difícil, elas abraçavam as pessoas e diziam: - nós vamos ver, não precisa ficar nervosa. Se precisasse elas iam nas casas das pessoas, não tinha horário, tudo que elas faziam era de bem, dificilmente alguém falava mal delas.³⁵⁵

A doação completa, o trabalho sem preocupação com o horário, a aproximação e a intimidade com as famílias, além da persistência, foram quesitos sugeridos nos registros como imprescindíveis para o trabalho das Pequenas Irmãs da Divina Providência. As prescrições não funcionavam com todas as famílias, pois havia aquelas que resistiam às normas alimentares impostas pelo saber médico, e de que eram porta-vozes as religiosas.

O Serviço de Puericultura mereceu registros entusiásticos por parte dos diretores executivos da SATC, já nos primeiros anos de sua implantação.

São deveras animadores e impressionantes os resultados obtidos pelo Serviço de Puericultura da SATC, mais ainda para quem conhecendo o quadro sombrio que representava o aspecto das crianças de nossas Vilas operárias, hoje pode constatar sua vivacidade e aspecto sadio, e, ainda, como maior importância do Serviço, a erradicação da mortalidade infantil, o que o baixo índice, obtido em apenas 8 meses de implantação do Serviço, nos leva a crer resultados mais promissores, em sua continuidade. (RELATÓRIO da SATC, 1965, p. 3).

Para comprovar e atestar a grandiosidade do mesmo, basta apenas assinalar de que das 1.910 crianças fichadas no aludido serviço, crianças estas nascidas de maio de 1965 a dezembro de 1966, e que estão sendo acompanhadas o seu desenvolvimento através de uma ficha, registrou-se tão somente 16 óbitos, o que representa uma

³⁵⁴ Zenaide Savi Monde Stradiotto. Entrevista citada.

³⁵⁵ Ângelo Manoel Valsechi. Entrevista citada.

percentagem realmente extraordinária a ponto de podermos afixar que o problema da mortalidade infantil em Criciúma, que era apresentado como um dos maiores do mundo, foi solucionado dentro da esfera de atendimento da SATC, ou seja, dos Trabalhadores na Indústria Extrativa do Carvão. (RELATÓRIO da SATC, 1966, p. 6).

No relatório das atividades realizadas pelo Serviço de Puericultura, em 1967, foram transcritos trechos de uma avaliação do pediatra David Luiz Boianovski. Em seu registro, procura destacar os “magníficos resultados” do Serviço de Puericultura, referentes aos três primeiros anos de atividade. O médico começa apontando a irresponsabilidade dos pais em relação às crianças, utilizando para isso de um argumento biológico: “A criança, de uma maneira geral, em nosso país, é um ser absolutamente desprotegido e são muito raros os adultos que a encaram como ser humano quanto os donos do espermatozóide e do óvulo, que lhe deram origem” (RELATÓRIO da SATC, 1967, p. 11).

Em seguida, procura mostrar, através dos números, o quanto a mortalidade infantil era algo gritante no Brasil, comparado a outros países da América Latina, ficando entre “os líderes mundiais desta macabra ocorrência”. Ao indicar que o índice de mortalidade infantil no Brasil era superior a 120 casos entre 1000 crianças nascidas por ano, o médico avalia que a zona de mineração de carvão de Criciúma encontrava-se no mesmo patamar, somando-se a isso uma “enorme incidência de desnutrição grave”.

Diante deste quadro, denuncia a “posição de assustadora indiferença”, principalmente dos políticos, governantes, administradores de indústrias, religiosos, liberais, médicos e jornalistas. Entre os indiferentes, encontram-se também as mães, e sobre isso ele comenta que “60% das mães deste país exigem imediatos cuidados médicos para si (relativamente), mas não tem a mesma atitude em relação à criança, posto que a perda de uma será reposta com imensa facilidade, numa nação onde o índice de natalidade é super-elevado” (RELATÓRIO da SATC, 1967, p. 11). Boianovski sugere certo egoísmo e descaso das mães diante do problema, abandonando, ou pelo menos não dando mais ênfase ao “binômio ignorância-miséria” que acometia, principalmente as mães, como o fez no documento apresentado no II Simpósio do Carvão Nacional, ocorrido em Florianópolis, e mencionado no primeiro capítulo desse trabalho.

Uma vez que a criança era o alvo principal de uma assistência eminentemente educadora, a mãe deveria constituir-se como principal sujeito a ser educado, uma vez que eram possuidoras de um alto grau de ignorância, sendo os erros alimentares com os recém-nascidos um exemplo emblemático.

Após estas colocações, Boianovski inicia sua avaliação do Serviço de Puericultura da SATC, elegendo-o como um dos mais eficientes do Brasil e argumentando que “onde se controla previamente a mortalidade infantil, automaticamente se controla a natalidade” (RELATÓRIO da SATC, 1967, p. 12). O médico atribui tal sucesso ao trabalho das Irmãs Visitadoras do Serviço de Puericultura que, junto às mães, orientavam sobre as responsabilidades da relação com os filhos. Em sua opinião, a atuação das religiosas no que diz respeito ao planejamento familiar “fez com que as mães valorizassem a criança e passassem a compreender melhor a necessidade de limitar o número de filhos” (RELATÓRIO da SATC, 1967, p. 12).

Relativamente à valorização dos profissionais que se dedicam às crianças, ou seja, professores, psicólogas, pediatras, enfermeiras, puericultoras, recreadoras, entre outros, apresenta o exemplo dos Estados Unidos, experiência que conheceu pessoalmente. Segundo Boianovski, a alta valorização desses profissionais era resultante do “simples fato de que a criança é devidamente valorizada e considerada como ser humano definido e não como simples miniatura deste” (RELATÓRIO da SATC, 1967, p. 12). Assim, além de anunciar sua filiação ao conceito moderno de infância, também proclama sua adesão ao estilo de vida americano, ou seja, ao *american way of life*, compreendido como um modelo de sociedade moderna e avançada. É bem provável que o médico tenha sido, nos anos de 1950, um daqueles estudantes latino-americanos incentivados a ir para os Estados Unidos para conhecer e admirar “o ‘alto nível’ da civilização norte americana, funcionando na volta, como difusores das ‘maravilhas’ lá encontradas” (ALVES, 1988, p. 41).

Ao finalizar seu discurso, o pediatra exalta sua atuação e das religiosas no Serviço de Puericultura da SATC, projetando resultados futuros.

Dentro de duas ou três décadas, nosso serviço pretende adjudicar-se o direito de ter sido o grande responsável pela quantidade excepcional de homens e mulheres altamente capazes que nossa cidade vai possuir, em todos os setores. Por que nós vamos formá-los. Mesmo ante o descrédito e a desvalorização a indiferença e o despreço dos adultos de hoje. [...] Cremos que não é preciso dizer mais para que os senhores diretores e conselheiros alcancem o valor destes serviços e de como nós e as Irmãs sentimos plenamente bem cumpridas as tarefas a que nos temos propostos desde que ele iniciou. (RELATÓRIO da SATC, 1967, p. 12)

Além da idéia de que o trabalho de puericultura seria responsável pela geração de trabalhadores mais capazes, segundo os pressupostos da eugenia social, o discurso de Boianovski sugere que os mineradores ainda não estavam convencidos disso, pois ao finalizar faz algumas reivindicações, como: a contratação de mais dois médicos, “um pré-natalista e

um puericultor já que é humanamente impossível para nós continuarmos atendendo o elevado número de crianças e manter a mesma qualidade do serviço prestado”. (RELATÓRIO da SATC, 1967, p. 12).

Há um propósito declarado de formar homens e mulheres em “quantidade excepcional” e “altamente capazes” para a cidade, levando a entender que quanto mais crianças fossem atendidas pelo Serviço de Puericultura da SATC mais chances haveria de alcançar o progresso, alicerçado numa mão-de-obra sadia, inteligente e capaz.

O médico pediatra Dr. David Luiz Boianovski foi desligado do Serviço de Puericultura da SATC em 20 de junho de 1968, provavelmente para assumir um cargo no Ministério da Saúde, uma vez que tinha um bom trânsito junto aos militares. A partir deste momento as freiras continuaram prestando o serviço, mas apenas fazendo a “Puericultura Preventiva”, enquanto que a “Puericultura Curativa” foi transferida para o INPS - Instituto Nacional da Previdência Social. As vacinas começaram a ser ministradas pelo Posto de Saúde de Criciúma, que já as fornecia desde o início dos trabalhos de puericultura (RELATÓRIO da SATC, 1968, p. 5).

A abordagem realizada pelas religiosas no âmbito da “Puericultura Preventiva” incluía apenas as visitas domiciliares, atendimento às mães e às crianças.

No mês de outubro de 1968, esse trabalho foi expandido também para as Vilas Operárias da cidade de Içara e de Siderópolis, com o trabalho das Irmãs do Divino Zelo e Pequenas Irmãs Missionárias da Caridade, respectivamente. Tais congregações iniciaram os trabalhos de puericultura e visitação domiciliar, sob coordenação da Ir, Emília Chaves. No ano seguinte, o trabalho de puericultura e visitação domiciliar foi estendido a Lauro Müller, por meio das religiosas do Instituto Coração de Jesus. Foi feita também uma sondagem junto às religiosas de Urussanga, mas nenhum convênio foi levado a efeito.

Nota-se uma extensão gradativa do trabalho missionário voltando-se com maior evidência para o cuidado com as crianças, principalmente com os recém-nascidos.



Figura 84: Criança sendo atendida no Serviço de Puericultura na em Siderópolis (década de 1970)
Fonte: SATC

Como os atendimentos realizados no Serviço de Puericultura eram controlados por fichas, além da Sede do Serviço Social da SATC, os núcleos de Siderópolis, Içara e Lauro Müller mantinham seus arquivos. As fichas eram enumeradas em ordem crescente e recebiam uma sigla própria.

Essa preocupação com os registros em fichas sobre o desenvolvimento das crianças e, além disso, o registro dos tipos de atendimentos realizados, sugere que havia por parte das religiosas o intuito de demonstrar aos mantenedores o progresso da ação missionária, mas não só. Provavelmente, tais registros acrescentaram o objetivo de controlar, produzir informações, vigiar as mães que se atrevessem a ser relapsas com seus bebês.

A partir do ano de 1971, o Serviço de Puericultura do Serviço Social da SATC passou a contar com a distribuição de leite em pó. Neste ano foram recebidos 369 pacotes de leite, de procedência americana, recebidos do Departamento Autônomo de Saúde Pública de Santa Catarina. Os pacotes de leites foram distribuídos, em maior número para os lactentes, mas também para pré-escolares, gestantes e nutrízes (RELATÓRIO da SATC, 1971, p. 9).

A introdução do leite em pó na alimentação dos recém-nascidos está relacionada aos interesses de setores muito fortes economicamente. De acordo com Bonilha e Rivorêdo (2005, p.11), a indústria do leite em pó

Parece ter sido responsável por importante atenuação no discurso pró-aleitamento materno, através de publicidade nos grandes meios de comunicação e junto aos profissionais de saúde, em associação a políticas públicas assistencialistas de distribuição de leite em pó e nos próprios programas de puericultura durante as décadas de 1940 até 1980.

A festa do Dia da Criança foi utilizada como uma das formas de legitimar o trabalho de puericultura. Em Siderópolis, por exemplo, no ano de 1972, o dia foi comemorado tendo em sua vasta programação um concurso entre as crianças cadastradas desde 1968. Foram inscritas 30 crianças e foram premiadas aquelas com melhor “desenvolvimento físico e psicológico”. Os brindes foram doados pela SATC, CSN e Carbonífera Treviso, conforme relata Ir. Maria Luiza Couto, responsável pelo trabalho em Siderópolis (RELATÓRIO da SATC, 1972, p. 18).

Cabe lembrar que o Dia Nacional da Criança, comemorado no Brasil em 12 de outubro, teve sua criação sugerida no Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, realizado na cidade do Rio de Janeiro e organizado pelo médico Arthur Moncorvo Filho, em setembro de 1922. O dia da criança foi oficializado no governo de Artur da Silva Bernardes³⁵⁶, em novembro de 1924. (WADSWORTH, 1999, p. 6).

A assistência à infância foi o principal assunto discutido naquele evento. As principais conclusões e recomendações se voltaram para uma forte tendência que reforçava a centralização e o controle governamental da assistência infantil pública e privada. Além de outros encaminhamentos, os participantes do evento prescreveram a regulamentação da produção e consumo de alimentos infantis enlatados, sugeriram a regulamentação dos institutos de assistência à infância, além da abolição das rodas dos expostos (WADSWORTH, 1999, p. 9).

Sobre os números apresentados a respeito dos atendimentos realizados às crianças, as religiosas mostravam a eficiência e a abrangência do trabalho de Puericultura Preventiva através do Serviço de Puericultura. Numa dessas manifestações, entre tantas outras repetidas nos relatórios anuais, argumentavam:

Pelos quadros estatísticos verificamos que a Puericultura Preventiva do serviço social da SATC é bastante eficiente. É de se notar o baixo índice de mortalidade nas zonas carboníferas beneficiadas. As mães assistidas nos postos já transmitem conhecimentos adquiridos no campo da puericultura as suas vizinhas e amigas. (RELATÓRIO da SATC, 1970, p. 8)

Apesar de este registro constar nos relatórios dos anos de 1968, 1969, 1970 e 1971, percebemos, através dos dados gerais que envolvem todas as vilas operárias atendidas, que o número de óbitos do ano de 1970, dezoito casos, foi maior do que o que ocorreu em

³⁵⁶ Arthur Moncorvo Filho foi um médico higienista que dedicou boa parte de sua carreira profissional, iniciada na década de 1880, a favor da criação de políticas públicas de assistência à infância. Ver mais no trabalho de James E. Wadsworth. (1999, p. 2)

1969, quando onze casos foram registrados. O ano de 1967 foi o período com maior incidência de óbitos, totalizando 21 casos, o que justifica, de certa forma, o discurso do Dr. Boianovski quando critica o descaso das autoridades e a falta de profissionais para enfrentar a mortalidade infantil na cidade de Criciúma, através do Serviço de Puericultura da SATC. A tabela abaixo mostra estes números.

Quadro 5: Crianças cadastradas e óbitos registrados pelo Serviço de Puericultura da SATC, entre 1965-1981

Ano	Crianças cadastradas	Óbitos
1965	736	6
1966	1.910	16
1967	1.202	21
1968	1.158	9
1969	1.393	11
1970	1.514	18
1971	1.153	3
1972	1.050	8
1973	674	0
1974	525	5
1975	742	5
1976	697	0
1977	573	8
1978	520	8
1979	587	5
1980	464	0
1981	294	0
Total	15.192	123

Fonte: Arquivo CEDRIC - Relatórios Anuais de Atividades apresentado pela Diretoria Executiva da SATC

Ao todo foram 15.192 crianças recém-nascidas cadastradas nos 17 anos de funcionamento do Serviço de Puericultura da SATC, destas 123 foram a óbito. Através destes registros podemos observar que entre os anos de 1966 e 1970 o número de óbitos foi maior se comparado com os anos subsequentes. Mesmo considerando-se que o Serviço de Puericultura foi uma das maiores prioridades no conjunto das atividades assistenciais desenvolvidas pela SATC, o declínio da mortalidade infantil nos anos posteriores, de acordo com Vertter e Simões (1881 apud SIMÕES, 1999, p. 17), tem a ver com a conjugação de vários programas lançados, de forma centralizada, pelo governo militar, como: a expansão da rede assistencial e a ampliação rápida da infra-estrutura de saneamento básico, principalmente em relação à rede de abastecimento d'água. Portanto, podemos inferir que a redução da mortalidade infantil nas vilas operárias mineiras não foi resultante apenas de um trabalho isolado das religiosas, mas esteve associado a uma série de medidas que foram sendo implantadas para melhorar as condições de vida no meio urbano.

As Pequenas Irmãs da Divina Providência no decorrer do convênio com a SATC envolveram-se em outras programações desenvolvidas por outras instituições. Além das atividades de rotina, em 1971, por exemplo, elas participaram no planejamento e execução de um plano de trabalho para o Projeto Rondon VIII, que atingiu Criciúma e cidades vizinhas.

Os “rondonistas”, alunos universitários dos cursos de medicina, enfermagem, odontologia, serviço social, bioquímica e agronomia, vindos em sua maioria do estado de Pernambuco, foram hospedados nas instalações da Escola Técnica Industrial da SATC. Em uma das reuniões preparatórias com as entidades envolvidas, Ir. Emília fez uma exposição da situação sócio-econômico-sanitária da periferia de Criciúma, “com bastante clareza e dados bem concretos, visto ser este, o campo de ação em que mourejam diuturnamente, as religiosas do Serviço Social da SATC” RELATÓRIO da SATC, 1971, p. 20).

Na ocasião, muitos demonstraram estar surpresos com o trabalho social realizado pela SATC, pois “para a maioria dos componentes da Mesa tal exposição foi uma verdadeira revelação e admiraram-se de como a SATC, mantendo um trabalho de tal vulto, não faz propaganda” (RELATÓRIO da SATC, 1971, p. 20).

Além de se destacarem no âmbito das questões sociais relacionados à cidade de Criciúma, as Pequenas Irmãs da Divina Providência também foram reconhecidas no campo religioso.

Políticos da cidade de Criciúma manifestaram elogios em relação ao trabalho das Pequenas Irmãs da Divina Providência. Miguel Medeiros Esmeraldino, na época vereador de Criciúma, no dia 7 de março de 1972, declarou voto de louvor às Pequenas Irmãs da Divina Providência da Casa Assistencial São José, do Rio Maina, que foi aprovado por unanimidade pela Câmara de Vereadores de Criciúma. O requerimento tinha o seguinte teor:

O Vereador que este subscreve requer, ouvido o Plenário, conste em ata um VOTO DE LOUVOR às Reverendíssimas Irmãs da Casa Assistencial São José, do Rio Maina, pela atuação meritória, brilhante e abnegada em favor dos semelhantes. Prestativas e caridosas vêm praticando em favor do Município, uma atividade por todos os meios e formas benéficas e elogiável, embora quase anônima na sua solidariedade para com o próximo. No decurso de suas vidas, as Irmãs da Casa Assistencial São José, de Rio Maina, têm levado a juventude excepcionais exemplos de conduta reta e cristã. Ao nascer uma criança, lá estão elas prestando a sua assistência; onde há jovens absorvidos pela incerteza, lá estão as Irmãs fazendo-os ser reconduzidos ao bom caminho. Com base nos termos acima, cremos na justiça de consignação de um VOTO DE LOUVOR àquelas despreendidas religiosas”.(CÂMARA Municipal de Criciúma, Of. No. 046/72 apud RELATÓRIO da SATC, 1972, p. 19)

O vereador de Criciúma Miguel Medeiros Esmeraldino evidencia em sua manifestação as ações protagonizadas pelas Pequenas Irmãs da Divina Providência, em especial no campo da juventude e da infância. O voto de louvor é defendido a partir do reconhecimento do trabalho realizado pelas religiosas, não como funcionárias da SATC, mas como missionárias da Igreja, articulando a origem das ações no âmbito da caridade.

Novamente, em 1979, o trabalho das Pequenas Irmãs da Divina Providência, tendo como figura central Ir. Emília Chaves, foi motivo de homenagens na Câmara de Vereadores de Criciúma. Em sessão solene, a religiosa recebeu o título de cidadã *Honoris Causa*, a pedido do vereador Flávio Ronchi. Segue um trecho de seu discurso:

[...] Ora, sabemos nós, que Irmã Emília, não esteve apenas entre quatro paredes de um convento, ela exerceu uma vida religiosa junto às comunidades deste imenso Brasil, introduzindo nelas, nas letras, nas artes, na assistência familiar e na educação religiosa. Se tivesse a nossa homenagem ficado nas quatro paredes de um mosteiro, por certo seria esquecida pela comunidade e lembrada apenas por Deus. Mas quis Deus, que Maria Geralda Chaves, deixasse pai e mãe, irmãos, irmãs, parentes e amigos, para ir ao mundo ensinar o Evangelho. Como Simão passou a se chamar Pedro, quis Deus pelo mesmo ofício, que Maria Geralda Chaves, passasse a chamar-se Irmã Emília Chaves. Portanto, ilustre homenageada, como sal que és, momentos de tempero há excessos, outros menos, é que deste verdadeiro sacerdócio reconheceu a comunidade cricumense, consagra-la e admiti-la como cidadã benemérita e conferir-lhe no dia de hoje, em que se comemora os 25 anos de fundação da Ordem em nosso município, principalmente para nós do Rio Maina, um dia de jubílio. Portanto, Irmã Emília, receba de toda a comunidade cricumense, a sua calorosa homenagem, com o reconhecimento à Ordem das Pequenas Irmãs da Divina Providência, por tudo que haveis feito por nossa terra e nossa gente. (JORNAL Correio do Sudeste, 1 de Abril de 1979).

Os graves problemas de saúde enfrentados por Ir. Emília, no final de sua vida, e a sua morte³⁵⁷, talvez tenha sido apenas uma coincidência com o rompimento da assistência que a SATC prestava às famílias mineiras.

D. Maria Luiza³⁵⁸, em seu depoimento, buscou explicar os motivos da reestruturação do Serviço Social da SATC, alegando que, antigamente, a escola técnica da SATC era estritamente para filhos de mineiros, então justificava o trabalho junto às famílias dos mineiros, mas depois outros alunos foram sendo matriculados e aí não era possível atender às famílias mineiras e excluir as demais. Para ela, “já não fazia tanto sentido em função das mudanças. Foi criada a Associação Feminina de Assistência Social de Criciúma - AFASC³⁵⁹, por exemplo, com clube de mães que não deixava de fazer o que as freiras

³⁵⁷ Ir. Emília faleceu em 1983, em função das complicações resultantes da diabetes.

³⁵⁸ Maria Luiza Faraco Wasniewski. Entrevista concedida a Giani Rabelo, em 22/09/2005, em Criciúma – SC

³⁵⁹ Entidade filantrópica coordenada pela primeira dama e mantida, principalmente, com recursos do poder público municipal.

faziam”. Na sua avaliação, o Setor de Serviço Social da SATC só não fechou antes em consideração a Ir. Emília e às Pequenas Irmãs da Divina Providência. “A gente até poderia ter acabado um pouco antes, mas em atenção a elas a gente foi mantendo”.

Esta reestruturação dos serviços assistências da SATC, ocorrido em 1982, não pode ser compreendido fora do contexto local e nacional. O Estado de Bem Estar Social no Brasil não alcançou a magnitude que teve nos países desenvolvidos. Durante muito tempo as políticas públicas voltadas para a educação, saúde e assistência social foram executadas a partir de ações engendradas no conjunto das obras de caridade. Estes serviços não eram vistos como um direito e sim como um favor. Na medida em que o país vai se modernizando e os problemas sociais vão se agravando, o Estado começa a construir uma rede de políticas públicas para atender parcialmente a população nas áreas mencionadas. O Estado vai assumindo as ações que estavam nas mãos das congregações religiosas e essas, por suas vez, terão necessariamente que redefinir os seus papéis.

Antes do término do convênio, as evidências de que o setor já não cumpria mais com o seu papel, estabelecido no regulamento da SATC, fica perceptível. Os relatos vão se tornando mais objetivos e até repetitivos.

Durante os dezesseis anos de existência do convênio entre a SATC e as Pequenas Irmãs da Divina Providência ocorreu gradativamente a ampliação das ações missionárias, com o intuito de atingir praticamente todas as vilas operárias ligadas às minas de carvão da região. Os registros indicam a existência de um trabalho assistencial, religioso e educativo intensivo e extensivo junto às famílias. As quatro Zonas Carboníferas (Criciúma, Siderópolis, Içara e Lauro Müller), como eram denominadas, puderam contar com uma incisiva atuação das religiosas, em nome da Sociedade de Assistência aos Trabalhadores do Carvão, mas também da Igreja, buscando amenizar os graves problemas sociais gerados pelo crescimento vertiginoso das atividades do complexo carbonífero. Se a SATC foi criada tendo como um dos principais objetivos “dar a mão ao mineiro”, este objetivo só foi alcançado por intermédio da ação das pedagogias missionárias empreendidas pelas congregações religiosas femininas envolvidas.

4.4. CARVÃO, RELIGIÃO, PEDAGOGIAS MISSIONÁRIAS: DA ASSISTÊNCIA À EDUCAÇÃO

Os indícios encontrados nos três documentos analisados - Álbum/Relatório das Pequenas Irmãs da Divina Providência, que trata das atividades desenvolvidas em convênio com o SESI, na Vila Operária da Próspera; Crônica do Jardim de Infância Cristo-Rei, administrado pelas religiosas do Instituto Coração de Jesus situado na Vila Operária Mendonça Lima; conjunto de relatórios do Serviço Social da SATC, coordenado pelas Pequenas Irmãs da Divina Providência, possibilitaram uma aproximação das práticas pedagógicas missionárias protagonizadas por estas congregações.

Ao analisá-los, procurando desmistificar seus significados aparentes e inseri-los nos contextos históricos específicos em que foram produzidos, pude perceber as relações de poder que alinhavaram a produção de conhecimentos em cada experiência, bem como as formas como o poder esteve implicado nos vários processos pelo quais o conhecimento, a identidade e a autoridade foram se articulando no conjunto das relações sociais em cada contexto estudado.

Reeducar as famílias, para as religiosas, em conjunto com as instituições mantenedoras, implicou a articulação das práticas discursivas e não discursivas pautadas na necessidade de contribuírem à produção de sujeitos às demandas do mundo do trabalho do complexo carbonífero daquele determinado período, ou seja, operários mais produtivos e ordeiros. As estratégias para amenizar as degradantes condições de vida geradas pela rápida expansão das atividades carboníferas inserem-se neste movimento pedagógico, político e religioso a um só tempo.

No *Álbum/Relatório das Pequenas Irmãs da Divina Providência* destaca-se a preocupação com os operários, suas esposas, filhos e filhas, ou seja, com a família operária como um todo. Na *Crônica do Jardim de Infância “Cristo-Rei”* apresenta-se o trabalho educativo das religiosas do Instituto Coração de Jesus, num espaço formal dirigido às crianças, filhos e filhas de trabalhadores, mas ainda como um meio para estender-se a toda família. Nos relatórios da SATC percebe-se, igualmente, uma preocupação com as famílias mineiras, numa maior amplitude, pois a intervenção não estava mais localizada num determinado núcleo operário em particular, mas numa região mais extensa, demonstrando a incisiva atuação dos mineradores e do Estado junto aos trabalhadores do carvão.

É possível apontar algumas semelhanças entre as três experiências, apesar de se reportarem a períodos distintos, a diferentes instituições mantenedoras e se tratar de

documentos com propósitos específicos, a saber: o Álbum/Relatório organizado com minúcia e detalhamento das atividades realizadas num curto espaço de tempo (1955-1957), no intuito de prestar contas ao SESI; a Crônica do Jardim de Infância Cristo-Rei detalhando as atividades realizadas junto aos filhos e filhas de operários da CSN e, por último, os relatórios do Serviço Social da SATC, no qual as religiosas procuraram prestar contas de suas atividades de forma mais quantificada e sistematizada.

Vale ressaltar que os três pretenderam legitimar o trabalho das congregações diante de seus mantenedores, o primeiro utilizando como estratégia a forma artística de apresentação das informações, o segundo sob a forma de diário e o outro, fazendo uso de uma lógica administrativa, inseriu-se num conjunto mais amplo de relatórios institucionais.

Ao analisarmos o trabalho das Pequenas Irmãs da Divina Providência percebemos que elas se utilizaram abundantemente das visitas domiciliares, orientando casais, regularizando casamentos clandestinos, verificando as condições de moradia e higiene, corrigindo comportamentos de mulheres consideradas por elas como “descuidadas” diante de suas responsabilidades domésticas e familiares.

Segundo os relatos, no trabalho realizado nas vilas operárias das empresas associadas à SATC, as religiosas tiveram mais dificuldades em serem aceitas nas casas dos operários. Talvez por ter sido um trabalho extensivo e não localizado, exceto nas vilas operárias da Próspera e do Rio Maina, onde conviviam cotidianamente com as famílias já há algum tempo, instaladas em suas casas assistenciais, diferentemente de outras vilas, nas quais o contato acontecia semanalmente.

Os cursos populares, como arte culinária, corte e costura, trabalhos manuais/arte aplicada, ornamentação do lar/artesanato, foram oferecidos de forma sistemática nas duas experiências, embora deva-se ressaltar que no caso das vilas operárias associadas à SATC tal iniciativa tenha sido utilizada como forma de romper com as resistências apresentadas pelas famílias operárias, principalmente as mulheres. Houve em ambos os casos uma tentativa de escolarizar o doméstico, para que as mulheres cumprissem de forma mais efetiva a profilaxia do lar e dos costumes de suas famílias. Nesse sentido, o Curso de Enfermagem Caseira, oferecido às esposas dos mineiros da Carbonífera Próspera, merece destaque.

Além dos cursos populares, as Pequenas Irmãs da Divina Providência, no convênio com a SATC, procuraram atuar junto às mulheres também através de Clubes de Mães. Nesses grupos eram proferidas palestras abordando temas voltados ao convívio familiar, higiene, alimentação, entre outros. Do mesmo modo, eram organizadas campanhas beneficentes para “confortar” os mais pobres. As oportunidades criadas através das reuniões

com as mulheres serviram, ainda, como espaço de evangelização, pois a oração e as reflexões de cunho religioso faziam parte expressiva da programação.

A formaturas das alunas dos cursos populares, além de garantir a entrega do diploma, era visto como um momento de reafirmação e reconhecimento dos mantenedores, pois envolver as autoridades religiosas e patronais nessas atividades era muito comum.

Na atuação junto aos filhos e filhas dos operários percebemos a organização de várias frentes nas quais as religiosas tinham como finalidade ocupar o tempo livre de crianças e jovens, através de atividades produtivas e saudáveis. Passeios, festivais, peças teatrais, clubes, grupos e corais compuseram o leque das atividades recreativas e educativas propostas pelas religiosas. Vale lembrar que todas foram atravessadas por orientações, não só de cunho moral, mas também religioso e patriótico.

Os registros do Álbum/Relatório sugerem que houve, por parte das religiosas que atuaram na Vila Operária da Próspera, uma maior oferta de atividades diferenciadas para meninos e meninas. Para os meninos, o futebol, o coral, a banda, e para as meninas e meninas-moça grupos para desenvolverem as prendas domésticas, reforçando os papéis tidos como do masculino e do feminino.

Em ambos os convênios, SESI ou SATC, as religiosas dedicaram-se sobremaneira ao acompanhamento dos recém-nascidos com o intuito declarado de combate à mortalidade infantil através da educação das mães, vistas como ignorantes. Procedimentos e saberes médicos foram adotados pelas religiosas, merecendo destaque o Serviço de Puericultura Preventiva, promovido pela SATC.

O trabalho de catequese com as crianças foi amplamente desenvolvido, embora na experiência junto às vilas operárias atendidas pelo Serviço Social da SATC não tenha se restringido a elas, estendendo-se aos jovens e adultos, denotando uma nova concepção de catequese.

Encenações religiosas, estudos bíblicos, desfiles de personagens bíblicos foram estratégias importantes no sentido de disseminar a idéia de uma suposta paz social, alicerçada na harmonia entre operários e patrões. Declaradamente houve por parte das religiosas ações voltadas para o combate ao comunismo, uma vez que a SATC representava os interesses dos mineradores, tendo como principais opositores as lideranças sindicais comunistas, especialmente entre os anos de 1964 e 1981, período demarcado por governos militares, atentos aos operários, suas práticas, resistências, potências, para efetivamente produzir sujeitos mais produtivos e ajustados à vida social e ao mundo do trabalho.

No Jardim de Infância Cristo-Rei os corpos infantis foram alvo de um trabalho de remodelação, a partir da associação dos saberes médicos, pedagógicos e religiosos. A ritualização foi uma constante no cotidiano do Jardim de Infância Cristo-Rei. De um lado o uso dos símbolos da religião católica, principalmente a aproximação das crianças à figura do Menino Jesus, sugerindo a idéia de uma infância sagrada e, de outro, o uso de símbolos da pátria, sugerindo aos sujeitos uma atenção ao destino do país, e a necessidade de serem obedientes e agradecidos à estatal CSN.

Nesta experiência, a criança ocupou lugar de destaque, mas o objetivo era incidir junto à família operária, em especial as mães, consideradas “baluartes seguros” da educação de seus filhos.

Aspecto que merece destaque é o lugar das pedagogias missionárias na vida das famílias operárias. As religiosas da Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência são presenças fortes nas memórias dos antigos moradores da Vila Operária da Próspera e da Vila Operária do Rio Maina. O mesmo não acontece em relação àqueles que conviveram na Vila Operária Mendonça Lima. As religiosas do Instituto Coração de Jesus também não são muito lembradas.

Pode-se inferir que no Rio Maina e na Próspera as pedagogias missionárias atravessaram profundamente a vida daquelas famílias, por conta dos graves problemas sociais que enfrentavam. Aí as religiosas ocuparam uma maior centralidade. Já na Vila Operária Mendonça Lima, onde as condições materiais das famílias eram muito superiores, pois se tratava de uma forte empresa estatal que mantinha políticas de cunho assistencial bastante expressivas, as freiras não ocuparam um lugar de destaque na vida das famílias.

Talvez seja por isso que as Pequenas Irmãs da Divina Providência atuaram mais no sentido de harmonizar as tensões resultantes dos conflitos entre capital e trabalho, servindo-se de uma catequese intensiva e extensiva, não somente junto às crianças, mas aos adultos, difundindo a idéia de que todos eram filhos de Deus e o comunismo era uma mal a ser combatido.

Ao serem contratadas pela SATC a partir de 1964, as religiosas ampliaram suas intervenções, até então circunscritas às vilas operárias da Próspera e do Rio Maina, para todas as vilas operárias das cidades pertencentes à região carbonífera, exceto Urussanga, somando ao todo em torno de 20 núcleos operários, localizados nos municípios de Criciúma, Içara, Siderópolis e Lauro Müller. Ao ampliarem suas ações, o foco nas famílias de uma determinada vila operária passou a ser as várias famílias dispersas numa determinada região, a região sul carbonífera do Estado.

A mudança de foco no trabalho ocorreu no percurso das pedagogias missionárias das Pequenas Irmãs da Divina Providência, e pode ser compreendida à luz das discussões agenciadas por Foucault, pois para ele o Estado Moderno tem na população, e não na família, o seu foco de ação, gerenciando-a e regulamentando-a, tendo nela o seu objetivo final e o seu ponto de sustentação. A família é tida como um instrumento para atingir a população (1979). Especificamente no caso das ações das Pequenas Irmãs da Divina Providência, parece ter havido a associação daquilo que Foucault (1979) denominou de domínio do poder pastoral e arte de governar do Estado Moderno.

Valeram-se de um poder pastoral, uma vez que, parafraseando Foucault, exerceram o poder mais sobre um rebanho do que sobre uma terra, reuniram, guiaram e conduziram seus rebanhos de famílias para assegurar a salvação destas, mas sempre vigiando, cuidando e dando atenção a cada um dos seus membros, ou seja, operários, esposas, filhos e filhas.

No âmbito do convênio com a SATC, as religiosas estabeleceram relações de poder diversas, não abandonando as relações individualizantes, mas acrescentando a elas uma forma totalizadora de poder, estratégia central utilizada pelo Estado Moderno na arte de governar, centrando-se na família. Para governar a população, o Estado Moderno não prescindiu das estruturas políticas e de gestão, mas aliou a estas a direção e a conduta dos indivíduos ou dos grupos, de modo mais ou menos refletido e calculado, agindo sobre as possibilidades de ação dos indivíduos, ou seja, estruturando o campo de ação destes (FOUCAULT apud DREYFUS, RABINOW, 1995, p. 224).

Cabe lembrar que mesmo a família deixando de ser o foco central das ações do Estado moderno, e a população passando a ser o campo de intervenção privilegiado, a família persiste como instrumento privilegiado, pois é por meio dela que governa-se a população. O gerenciamento da população, tarefa complexa, exige do Estado a busca de técnicas mais elaboradas que assegurem tal propósito, pois não significa simplesmente gerir uma massa na sua globalidade. Para Foucault (1979, p. 290), “gerir a população significa geri-la em profundidade, minuciosamente, no detalhe”. E para que esta gestão se torne aceitável, diante da população, é preciso haver a combinação entre as tecnologias institucionais e as tecnologias do eu, ou seja, o governo de si.

Portanto, para produzir operários ordeiros e produtivos, esposas prendadas e dedicadas, lares higiênicos, filhos e filhas saudáveis e patrões “benevolentes”, todos estes mantidos sob o manto sagrado da Igreja Católica, as Pequenas Irmãs da Divina Providência e as religiosas do Instituto Coração de Jesus ocuparam-se de forma minuciosa, profunda e

detalhada da disciplina, calcada em saberes distintos, a fim de reeducar as famílias das vilas operárias, e por extensão a população da região carbonífera.

A leitura e análise dos documentos aqui privilegiados leva a refletir sobre como a assistência social no Brasil foi sofrendo alterações à medida que o país foi se modernizado. O Estado de bem-estar social no Brasil não alcançou a magnitude que teve nos países desenvolvidos. Durante muito tempo as políticas públicas voltadas à educação, saúde e assistência social foram executadas a partir do conjunto das obras de caridade. Estes serviços não eram vistos como um direito e sim como um favor. À medida que o país vai se modernizando e os problemas sociais vão se agravando, o Estado passa a necessitar de uma rede de políticas que visem atender parcialmente a população nas áreas mencionadas. O Estado vai assumindo as ações que estavam sob responsabilidade das congregações religiosas e essas, por suas vez, terão necessariamente que redefinir seus papéis e suas ações missionárias.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Fazer crer é fazer fazer”. Michel de Certeau (1994, p. 241) assim sintetiza a eficácia de um discurso que adquire credibilidade: produzir praticantes, fazer os crentes se moverem. De tudo que foi dito até aqui sobre as pedagogias missionárias das congregações religiosas no complexo carbonífero do sul de Santa Catarina, podemos afirmar que tal intuito, perseguido e traduzido em inúmeras práticas de assistência, instrução e evangelização, mostrou sua força de verdade, fez fazerem, gerou praticantes, acalentou memórias que perduram. A presença insidiosa das freiras no mundo da vida daqueles trabalhadores e de suas famílias fez-se crer e praticar, encarnou-se. E, igualmente, deparou-se com as resistências, transgressões, conflitos. Refez-se a cada movimento.

Na primeira parte deste trabalho, intitulada *Sob o tom do carvão: vida e trabalho*, apresentou-se o cenário onde foram formuladas e postas em ação as pedagogias missionárias das congregações religiosas femininas. O complexo carbonífero catarinense foi apresentado, suas atividades e, além disso, as lutas implementadas pelo movimento sindical mineiro durante os anos em que as congregações se instalaram nas vilas operárias da região.

A fim de dar maior visibilidade à constituição das vilas operárias, *locus* das pedagogias missionárias estudadas, e para compreender melhor as condições de vida nessas vilas, os primeiros núcleos de trabalhadores foram descritos e, posteriormente, também as vilas operárias às quais essas congregações estiveram circunscritas.

A demonstração do debate sobre as más condições de vida dos operários do complexo carbonífero e seus desdobramentos no que diz respeito à produtividade do mundo do trabalho voltou-se a explicitar as práticas discursivas e não discursivas que apresentaram-se em defesa de ações no campo social, educacional, religioso e da saúde, junto às famílias operárias. Almejavam propósito distinto de qualidade de vida, mas a expansão do número de operários, e que fossem mais produtivos, saudáveis e ordeiros, assegurando o progresso.

O capítulo *Sob o tom da religião: missão e evangelização* buscou tratar as congregações envolvidas neste estudo, desde sua constituição no ambiente católico europeu até sua vinda para o Brasil e região sul catarinense, nas vilas operárias. As congregações religiosas femininas, cada qual com seu carisma, nasceram num ambiente de situações políticas e econômicas adversas. Foi possível perceber alguns pontos em comum. Entre as congregações italianas apenas uma, a das Irmãs Beneditinas da Divina Providência, foi criada

na atmosfera do movimento de unificação da Itália, as demais foram fundadas depois deste movimento ter chegado ao seu desfecho. Com exceção das Filhas do Divino Zelo, as demais estavam situadas no Norte da Itália, ou seja, na região mais industrializada, mas nem por isso menos miserável.

A única congregação alemã que atuou nas vilas operárias do complexo carbonífero do Sul de Santa Catarina surgiu num período conturbado no qual a Alemanha, de forma humilhante, assinou um tratado declarando-se culpada pela Primeira Guerra Mundial. Neste contexto, em função da instabilidade política, apesar de sua rápida recuperação econômica, houve o acirramento das forças comunistas e paralelamente a instauração e avanço do Partido Nazista. O Pe. Guilherme Meyer criou o Instituto Coração de Jesus numa região de minas de carvão, com a missão de levar Deus para os lares comunistas, talvez por isso o carisma *Caminha na presença de Deus*. No entanto, em 1939, teve sua congregação dissolvida pela Gestapo.

As congregações italianas iniciaram suas obras para atender crianças pobres e órfãs e abandonadas; a congregação alemã foi a única a se dedicar inicialmente a famílias operárias e, por coincidência, mineiras, como no sul do Estado de Santa Catarina.

Assim como foi importante delimitar os aspectos políticos e econômicos vivenciados pela Europa nos anos de 1800 e 1900, para entender o ambiente de criação das congregações, o mesmo se fez necessário em relação ao campo religioso. Foi no conjunto das medidas conciliares para a restauração da Igreja Católica, a fim de fortalecer o prestígio da autoridade de Deus e do Papa, que nasceram as congregações religiosas femininas de maneira geral e as que foram objeto deste estudo. Foi também no ambiente em que era preciso conquistar a fé dos operários, ou melhor, dos empobrecidos pelo capitalismo, alvo das obras de caridade da Igreja Católica e de suas congregações, que buscou-se estreitar os laços entre os operários e os donos do capital.

No processo de expansão missionária da Igreja em curso no continente europeu e fora dele, as religiosas ocuparam um lugar estratégico. Foram elas, em grande medida, as responsáveis pelas tarefas ligadas ao ensino, saúde, assistência social e evangelização, além, é claro, do aumento do número de religiosas professoras. As congregações em estudo chegaram a partir do final do século XIX e início do século XX ao Brasil com estas responsabilidades.

Para cumprir tais finalidades, instalaram-se em grandes centros do país, como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, exceto as Irmãs Beneditinas da Divina Providência, que vieram direto da Europa para trabalhar com os imigrantes italianos de Nova Veneza/SC.

Estes lugares serviram como espécies de centros irradiadores, pois seus carismas foram espalhados em boa parte dos estados brasileiros onde instalaram suas obras. Entre as congregações, a que mais se faz presente no território nacional, atualmente, é a congregação das Irmãs Beneditinas da Divina Providência, que elegeu uma pequena localidade do sul do país para dar início a seu trabalho.

Em geral, todas chegaram às vilas operárias do complexo carbonífero a convite de empresários, intermediados pelos vigários locais. Passaram a atuar em Casas Assistenciais, Institutos e Jardins de Infância. Nessas organizações desenvolveram uma série de ações, em convênio com o SESI, CSN e SATC e empresas, junto às famílias dos operários.

Sua missão consistiu em muito mais que evangelizar, ampliando-se em prestar assistência, cuidar, educar e normatizar a vida da grande massa de operários que crescia vertiginosamente, vinda de outros lugares da região sul, num momento em que vários discursos – empresarial, eclesial, político, médico e da sociedade civil organizada – tiveram como principal ponto de convergência a presença da assistência social à família mineira com a finalidade de imprimir junto a estas um novo estilo de vida.

Ressalte-se que carisma e movimento missionário foram o foco da atenção dirigida neste estudo, pois efetivamente estiveram implicados nos modos particulares de realização das ações de cada congregação, bem como das alianças constituídas, seja com as empresas mineradoras, o Estado, seja com a Igreja como hierarquia. Assim, afirma-se que a diversidade do trabalho realizado pelas religiosas junto às famílias operárias do complexo carbonífero decorreu de diferentes aspectos, desde a especificidade do carisma e das alianças ou agenciamentos específicos que as trouxeram até a região, até os contextos históricos de cada uma das vilas operárias, das condições de vida e trabalho com as quais se defrontaram.

No terceiro e último capítulo, intitulado *Sob o tom da pedagogia: assistência e educação*, o estudo operou uma imersão e aproximação às pedagogias missionárias empreendidas por duas congregações, as Pequenas Irmãs da Divina Providência e as religiosas do Instituto Coração de Jesus. Valeu-se dos preciosos indícios encontrados em três documentos produzidos por estas freiras: o Álbum/Relatório das Pequenas Irmãs da Divina Providência, que tratou das atividades desenvolvidas em convênio com o SESI, na Vila Operária da Próspera; a Crônica do Jardim de Infância Cristo-Rei, administrado pelas religiosas do Instituto Coração de Jesus, situado na Vila Operária Mendonça Lima, e, por fim, o conjunto de relatórios do Serviço Social da SATC, coordenado pelas Pequenas Irmãs da Divina Providência.

A partir desses indícios foi possível observar a ação insidiosa das religiosas no sentido de “reeducar” as famílias. Procuraram instituir novos hábitos e valores nas práticas cotidianas das vilas operárias e para que isso se concretizasse envolveram, de forma diferenciada, os operários, suas esposas, filhos e filhas, em várias ações de caráter social, educativo e religioso. Utilizaram-se para tal fim da combinação de vários saberes e enunciados discursivos.

Podemos inferir que a boa aceitação das freiras pelas famílias esteja relacionada ao fato de serem católicas na sua maioria. Importante pensar o quanto a Igreja exercia um poder simbólico na vida das famílias operárias do complexo carbonífero. As religiosas, com suas pedagogias missionárias, exerceram uma “vontade disciplinante” e os sujeitos com os quais se relacionaram apropriaram-se de diferentes formas dos discursos que as sustentavam; uns aderindo mais às orientações lançadas pelas religiosas, outros resistindo ou cumprindo as normas estabelecidas por elas por receio ou medo de perderem o emprego.

Num contexto mais amplo de disciplinarização e controle das populações de trabalhadores, as pedagogias missionárias examinadas orientaram-se no mesmo sentido, embora se devam considerar as práticas de controle e moralização como exercício de poder, que é sempre relacional, ou seja, produz resistências, rebeldias, tanto quanto docilidades e conformismo. Os processos de imposição, ou ainda, os modos de realização de uma “vontade disciplinante”, nas palavras de Roger Chartier (2004), por parte das congregações, não atingiram os sujeitos de forma uniforme, tampouco homogênea.

Em que se pesem as resistências e as transgressões por parte dos sujeitos envolvidos, as pedagogias missionárias funcionaram como um amálgama para unir os operários em torno dos interesses das empresas, atenuando as condições críticas de vida, colaborando para que se tornassem mais produtivos.

As diferentes iniciativas das religiosas não podem ser vistas, ainda, como um projeto pronto e acabado de evangelização e assistência, pois, como assinalamos anteriormente, a realidade das vilas mineiras e das condições de vida e trabalho, bem como as relações que travaram com os trabalhadores e suas famílias, com as demais instituições de assistência, com o Estado, empresários e políticos, implicou um aprendizado constante também por parte das freiras, que investiram na autoformação, buscaram instruir-se, estabelecer intercâmbios e trocas de experiências, avaliar estratégias, enfim, produzir novos saberes. As pedagogias missionárias, assim, difundiram práticas sociais e culturais, ou, em outras palavras, ensinaram pensamentos e comportamentos, um saber fazer e saber ser, não só em relação aos trabalhadores, suas famílias e filhos, mas às próprias religiosas e suas

congregações, tanto quanto as instituições de assistência, os médicos, os empregadores e o próprio Estado, diferentes sujeitos implicados nas vilas operárias do complexo carbonífero.

Ter inventariado, inquirido documentos orais, escritos e etnográficos e, além disso, ter feito uma arqueologia das práticas e discursos das congregações religiosas femininas, tendo como foco os quase trinta anos em que atuaram nas vilas operárias do complexo carbonífero, auxiliaram na compreensão das várias questões que me arremessaram para este trabalho. Entretanto, “termino-o” com inúmeras outras inquietações, por se tratar de uma realidade complexa composta por milhares de fios de histórias que podem e devem ser problematizadas infinitamente, mas “saio” dele com a certeza de que foi possível tornar visível a magnitude do trabalho das religiosas na região e por isso, a necessidade de novos estudos serem implementados.

A experiência de ter conseguido localizar os três documentos-monumentos: Álbum/Relatório das Pequenas Irmãs da Divina Providência, a Crônica do Jardim de Infância Cristo-Rei e o conjunto de Relatórios de Atividades Anuais da SATC e deles poder extrair fragmentos, vestígios, pistas sobre as pedagogias missionárias, pode ser comparada à experiência do pescador de pérolas anunciada por Hanna Arendt (apud STEPHANOU; BASTOS, 2006, p.416) “que desce ao fundo do mar, não para escavá-lo e para trazer à luz, mas para extrair o rico e o estranho, as pérolas e o coral das profundezas, e trazê-los à superfície [...]”.

REFERÊNCIAS

- A GRANDE obra educativa e social dos produtores catarinenses de carvão. A escola técnica da SATC. **Carvão de pedra**, Guanabara, ano 4, n. 25/26, mai.-set., 1972, p. 44.
- ÁLBUM/Relatório de Atividades das Pequenas Irmãs da Divina Providência na Vila Operária da Próspera (1955-1957). Criciúma.
- ALVES, Júlia Falivene. **A invasão cultural norte-americana**. São Paulo: Moderna, 1989.
- ARCE, Alessandra. Lina, uma criança exemplar! Friedrich Frebel e a pedagogia dos jardins-de-infância. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n.20, p. 107-120, Mai/Jun/Jul/Ago. 2002.
- ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da família**. Rio de Janeiro: Ed. LTC, 1981
- AZEVEDO, Antonio Carlos do Amaral. **Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999, pp. 445-446.
- AZZI, Riolando; REZENDE, Maria Valéria V. A vida religiosa feminina no Brasil colonial. In: _____(org.). **A vida religiosa no Brasil: enfoques históricos**. São Paulo: Ed. Paulinas, 1983.
- BACHELARD, Gaston. A poética do espaço. _____. In: **A filosofia do não**. O novo espírito científico. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. 181-354 p.
- BADINTER, Elizabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.
- BELLOLI, Mário; QUADROS, Joice; GHIDI, Ayser. **A história do carvão em Santa Catarina**. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 2002.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994
- BEOZZO, Oscar. História dos religiosos no Brasil. In: AZZI, Riolando (org.). **A vida religiosa no Brasil: enfoques históricos**. São Paulo: Ed. Paulinas, 1983.
- BERNARDO, Roseli Terezinha. CSN em Siderópolis: as lembranças e as marcas da mineração. In: GOULART FILHO, Alcides (org.). **Memória e cultura do Carvão em Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2004. p. 365-373.
- BÍBLIA Sagrada. Petrópolis, RJ: 1982.
- BIEHL, Zanandria Branco. **A criança pobre como justificativa para construção do Jardim-de-Infância “Casa da Criança”, Criciúma 1945-1950**. Monografia (Graduação em História) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2006.
- BIFF, Claudino. **Crônica da Diocese de Tubarão**. Tubarão (SC): editora do autor, 1997.

BLAY, Eva Alterman. **Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo.** São Paulo: Nobel, 1985.

BOA NOVA JR. Francisco de Paula. **Problemas médicos-sociais da indústria carbonífera sul-catarinense.** Rio de Janeiro: DNPM, Boletim nº 95, 1953.

BONILHA, Luiz R.C.M.; RIVORÊDO, Carlos R.S.F. **Puericultura: duas concepções distintas.** J Pediatr (Rio J). 2005; 81: 7-3

BORTOLOTTI, Zulmar Hélio. **História de Nova Veneza.** Nova Veneza: Prefeitura Municipal, 1992

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembrança de velhos.** São Paulo: EDUSP, 1994.

BOSSLE, Ondina Pereira. **Henrique Lage e o desenvolvimento sul catarinense.** Florianópolis (SC): Ed. da UFSC, 1981.

BOURDIEU, Pierre, CHAMBOREDON, Jean-Claude e Jean-Claude PASSERON. **Ofício de sociólogo: Metodologia da pesquisa na sociologia.** Petrópolis: Vozes, 2005.

BRAGHIN, Andréa. **Madre Teresa Madalena Grillo Michel.** Amai, amai, amai.... Trad. P. Fausto Santa Catarina sdb. Pomezia (Roma): Éditions du Signe, 1998.

BRASIL. Resolução nº 88, de 29/03/1957. **Diário do Congresso Nacional**, Seção I, nº 56, p. 1675.

BRASIL. Projeto de Resolução nº 186, de 27/01/1959. **Diário do Congresso Nacional**, Seção I, 29 de janeiro de 1959, p. 741.

BURK, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: **A escrita da história: novas perspectivas.** São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

CAMPOS, Sebastião Netto. **Uma biografia com um pouco de história do carvão catarinense.** Florianópolis (SC): Insular, 2001.

CANOSA, Lourdes Pais. **Empresa estatal, empresa privada e gestão da força de trabalho: um estudo de caso de uma usina siderúrgica.** 2006. Disponível em < http://72.14.209.104/search?q=cache:KjDvptvxwwJ:www.ifcs.ufrj.br/lps/acervo/boletins/boletim11.html+%22cosim%22&hl=pt-BR&gl=br&ct=clnk&cd=9&lr=lang_pt>. Acesso em: 11 de fev. 2007.

CAROLA, Carlos Renato. **Dos subterrâneos da história: as trabalhadoras das minas de carvão de Santa Catarina (1937-1964).** Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.

_____, Carlos Renato. **Assistência médica, saúde pública e o processo modernizador da região carbonífera de Santa Catarina (1930-1964).** 358 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

CARTA Encíclica Rerum Novarum (Sobre a condição dos operários), 15 de Maio de 1891. Disponível em: http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum_po.html. Acesso em: 23 de mar. 2007

CATARINA, Fausto Santa. **A serviço dos pobres: perfil bibliográfico de Madre Tereza Michel – Grillo**. Coleção Heróis, 31. São Paulo: Editora Salesiana Dom Bosco, 1983.

CECCIM, Ricardo Burg. **Pediatria, puericultura, Pedagogia...: imagens da criança e o devir criança**. Secretaria da Saúde do Rio Grande do Sul; Escola de Saúde Pública – v. 15, n. 1, 2001

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano 1: artes de fazer**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. **À Beira da Falésia: A história entre incertezas e inquietude**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2005.

_____. Introdução: a cultura do objeto impresso. In: CHARTIER, Roger (Coord.). **As utilizações do objeto impresso**. Miraflores: Difel, 1998. p. 18.

_____. **Conversa com Roger Chartier**. Rio de Janeiro: 16 set. 2004. Entrevista concedida a Isabel Lustosa.

_____. **Leituras e leitores do antigo regime**. São Paulo: Ed. EDUSP, 2004.

_____. Textos, impressões, leituras. In: HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992

CODINA, Victor; ZEVALLOS, Noé. **Vida religiosa: história e teologia**. Petrópolis: Vozes, 1987.

COIMBRA, David. **Atravessando a escuridão: memórias de um comunista casual**. Criciúma: UNESC, 1996.

COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL. **Contrato de prestação de serviço, 1957**

_____. **Contrato Particular para prestação de serviços de assistência religiosa e social e Jardim de Infância, 1957**.

_____. Departamento de Pessoal e Social de Santa Catarina. **Relatório de atividades**. Tubarão, 1943-1945-1966-1970

_____. Direção de pessoal e de serviços sociais. **Regulamento de assistência à saúde, 1970**.

_____. **Ofício 3206/58, 1958**.

CONGREGAÇÃO DAS PEQUENAS IRMÃS MISSIONÁRIAS DA CARIDADE. **Relatório de atividades**. Siderópolis, 2000.

COSTA, Maria Cristina Castilho. O objeto, o colecionador e o museu. **Imaginário**. São Paulo, n.2, p. 38-99, jan. 1995.

COSTA, Marli de Oliveira. A educação e a criança da Vila Operária. **Esboços**, Florianópolis, n. 6, p.77-87, dez. 1998.

_____. **Arte de viver**: recriando e reinventando espaços, memórias das famílias da vila operária mineira Próspera - Criciúma (1945/1961). Florianópolis: UFSC, 1999. 206 f. (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

CRÔNICA do Jardim de Infância Cristo-Rei de Capivari (1960-1970). Instituto Coração de Jesus. Capivari (SC).

DALL'ALBA, João Leonir. **Colonos e mineiros no grande Orleans**. Orleans (SC): Edição do Autor, 1986.

DALLABRIDA, Norberto. **A fabricação escolar das elites**: o Ginásio Catarinense na Primeira República. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

DAMAZIO, Ademir. **O desenvolvimento de conceitos matemáticos no contexto do processo extrativo do carvão**. 2000. 196f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

DECCA, Auxiliadora Guzzo. **A vida fora das fábricas**: cotidiano operário em São Paulo (1920-1934). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

EM SESSÃO Solene na Câmara Municipal Irmã Emília recebe o título de “Cidadã Honorária”. **Correio do Sudeste**. Criciúma, 1º Abr. 1979. p. 10-11.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora em Inglaterra**. Porto: Afrontamento, 1975.

EXPERIÊNCIA pioneira no campo social. Mineradores e CPCAN irmanados no amparo à família mineira. **Carvão de pedra**, Guanabara, ano 1, n. 2, mai - abr. 1968, p. 23-25.

FENELON, Dea Ribeiro. O papel da história oral na historiografia moderna. In: **(Re) introduzindo a história oral no Brasil**. São Paulo, 1996.

FERNANDES, Sílvia Regina Alves. A não-ordenação feminina: delimitando as assimetrias de gênero na Igreja Católica a partir de rapazes e moças vocacionados/as. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 13, n. 2, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2005000200016&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 09 Jun 2007. Pré-publicação.

FERREIRA, C. G. O fordismo, sua crise e o caso Brasileiro. In: **Cadernos do CESIT**. Campinas: IE/UNICAMP. n. 13, 1993.

FILHAS do Divino Zelo. **Cofundadora Madre Nazarena Majone**. Disponível em: <http://www.fdz.org.br/index.asp?id=cofundadora>. Acesso em: 06 de Abr. 2007.

FIQUEMONT, Jeanne Evard. **Jardins de Infância**. São Paulo: Flamboyant, 1958.

FOGAÇA, Alfredo R. de Oliveira. **História de uma vida**. Tubarão: Arth & Mídia, 2001.

FONTANA, Roseli A. C.; CRUZ, Maria Nazaré da. **Psicologia e trabalho pedagógico**. São Paulo: Atual, 1997.

FOUCAULT, Michael. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

_____. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1999. (Leituras Filosóficas).

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis (RJ): Ed. Vozes, 1996.

_____. **História da sexualidade 1: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

_____; DELEUZE, Gilles. Os intelectuais e o poder: conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

_____. O sujeito e o Poder. In: DREYFUS, Humbert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Criação da Companhia Siderúrgica Nacional**. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.rbr/comum/htm/>>. Acesso em: 18 jan. 2006.

GÉLIS, Jacques. A individualização da criança. In: **História da vida privada**, 3. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 311-329.

GIROUX, Henry A. Memórias e pedagogia no maravilhoso mundo da Disney. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

GOMES, Plínio Freire. O ciclo dos Meninos Cantores (1550 – 1552) – Música e Aculturação nos Primórdios da Colônia. **Revista Brasileira de História**. São Paulo. V.11 n.21. pp 187 – 198. set. 90/ fev 91

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação Econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

_____; LIVRAMENTO, Ângela Maria Antunes do. Movimento operário mineiro em Santa Catarina nos anos de 1950 a 1960. In: GOULARTI FILHO, Alcides (org.). **Memória e Cultura do Carvão em Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2004. p. 75-91.

_____; MORAES, Fábio Farias de. **Anais do VI Congresso Brasileiro de História Econômica e 7a. Conferência Internacional de História de Empresas**. 2005. ISBN 228-04-7-9.

_____; _____. Usina termoeletrica em Santa Catarina: da concepção da SOTELCA à privatização da Jorge Lacerda. In: GOULARTI FILHO, Alcides (org.). **Memória e cultura do carvão em Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2004. p.319-346.

GROSSI, Miriam Pillar. Conventos e celibato feminino entre camponesas do Sul do Brasil. **Horizontes Antropológicos**, n.1, 1995.

_____. Jeito de Freira: estudo antropológico sobre a vocação religiosa feminina. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1990.

HACK, José Lino. **Desde as primeiras comunidades**. História da Igreja I. São Paulo: Centro de Capacitação da Juventude, 1995.

HEIDEMANN, Eugenia Exterkoetter. **O carvão em Santa Catarina (1918-1954)**. 115 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 1981.

HISTÓRIA Della Casa (1959-1968). Congregação das Filhas do Divino Zelo. Içara (SC).

HISTÓRIA do carvão suspensa por cabos aéreos. **Jornal Vanguarda**, Urussanga, 02 de ago. 2007. Cultura. Disponível em: < <http://www.jvanguardia.com.br/2007/08/02/historia-do-carvao-suspensa-por-cabos-aereos/#comments>>. Acesso em: 13 de ago. 2007.

HISTÓRIA Laurominense, 2006. Disponível em: <http://www.lauroMuller.sc.gov.br/historia/visualizar.asp?id=Barro%20Branco>. Acesso em 30 jun. 2006.

HISTÓRICO. Congregação das Filhas do Divino Zelo. Disponível em: <http://www.fdz.org.br/index.asp?id=onde>). Acesso em 20 Fev. 2007.

HISTÓRICO. Congregação das Irmãs Beneditinas da Divina Providência. Disponível em <<http://www.irbdp.com.br/historia.html>>. Acesso em 06 de Abr. 2007.

HISTÓRICO. Congregação das Irmãs Beneditinas da Divina Providência, [19--]

HISTÓRICO. Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência, [19--].

HISTÓRICO. Congregação das Pequenas Irmãs Missionárias da Caridade, 1979.

HISTÓRICO da Província Latino Americana Nossa Senhora do Rogate, 2000.

HISTÓRICO. Instituto Nossa Senhora de Lourdes, [19--].

HISTÓRICO Rádio Cruz de Malta. Disponível em: <http://www.radiocruzedemalta.com.br/historico.htm>. Acesso em: 05 Jul. 2007.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

INSTITUTO CORAÇÃO DE JESUS. **Revista das Irmãs Instituto Coração de Jesus**, Braço do Norte, 2004.

JULIA, Dominique. A Cultura Escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**. SBHE/ Campinas, n.1, pp. 9-43, jan/jun. 2005.

KARSBURG, Alexandre de Oliveira. **Cristianismos em confronto**: ultramontanismo, protestantismo e catolicismo luso-brasileiro no Rio Grande do Sul (1883-1915). <http://www.2csh.clio.pro.br/alexandre%20de%20oliveira%20karsburg.pdf>
Acesso em: 02 de fev. 2007.

KERGOAT, Danièle. Em defesa de uma sociologia das relações sociais: da análise crítica das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceituação. *In*: KARTCHEVSKE, André et al. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e história**. São Paulo: Ática, 1989.

KUHLMANN JR., M.. Educando a infância brasileira. *In*: Eliane Marta Teixeira Lopes; Luciano M. Faria Filho; Cynthia G. Veiga. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, v. , p. 469-496.

KUHLMANN JR., M. O jardim-de-infância e a educação das crianças pobres: final do século XIX, início do século XX.. *In*: MONARCHA, C.. (Org.). **Educação da infância brasileira: 1875-1983**. Campinas: Autores Associados, 2001, v. , p. 3-30.

LANG, Alice B. da S. G. **História oral: muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta**. *In*: (Re) introduzindo a história oral no Brasil. São Paulo, 1996.

LANÇADA, domingo, dia 26, na Vila Operária, a pedra fundamental da casa da criança. **Tribuna Criciumense**, Criciúma, jun. 1957, p. 01.

LARROSA, Jorge. Tecnologias do Eu e Educação. *In*: SILVA, T. T. (Org.). **O sujeito da educação**: estudos foucaultianos. Petrópolis: Vozes, 1994.

LAURO MÜLLER. **Lei n. 1072/00**, de 20 de outubro de 2000. Denomina rua na Sede do Município de Lauro Müller e dá outras providências. Câmara de Vereadores de Lauro Muller – SC, 2000.

LEAL, Maria Cristina. Retratos da educação brasileira: contraste entre a educação republicana imaginada e realizada. *In*: LEAL, Maria Cristina; PIMENTEL, Maria Araújo Lima (orgs.). **História e Memória da Escola Nova**. São Paulo: Loyola, 2003.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2003.

LEITE, Mirian Moreira. **Retratos de Família**: leituras da fotografia histórica. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993 – (Texto & Arte; vol. 9).

LIPIETZ, Alain. **Miragens e milagres: problemas da industrialização no Terceiro Mundo**. São Paulo: Nobel, 1988.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LOURENÇO FILHO, M. B. **Testes ABC para a verificação da maturidade necessária à aprendizagem da leitura e da escrita**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1962. v. 3.

MACHADO, Arlindo. Objetividade Fotográfica. In: Técnicas fotográficas. São Paulo: Itaú Cultural, 1999. Disponível em <http://www.itaucultural.org.br/AplicExternas/Enciclopédia/artesvisuais2003/index.cfm?fuse...> Acesso em 01 de jun. 20

MACHADO, Lorival Manoel. **Fragmentos de uma vida**. Florianópolis: Teletrabalho Editoração Ltda, 2003.

MARQUES, Agenor Neves. **História de Urussanga**. Urussanga: Prefeitura Municipal, [19--].

MATTOS, Olgária. Memória e história em Walter Benjamin. São Paulo: **Revista do Patrimônio Histórico de São Paulo**, 1992. p.151-155.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

MELHORES habitações no setor catarinense. **O lingote**, Volta Redonda, ano 3, n. 64, nov. 1955, p. 3.

MENDONÇA, Terezinha de Jesus. **A família como ponto de entrave no processo de desenvolvimento do menor**. Tubarão: FESSC, 1980, 62p. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Escola Superior de Ciências da Saúde e Promoção Social, Fundação Educacional do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 1980.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações. In: SILVA, Zélia Lopes da (org.). **Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP: FAPESP, 1999. p. 26 e 27.

MILANEZ, Pedro. **Fundamentos Históricos de Criciúma**. Florianópolis: Ed. do autor, 1991.

MILIOLI, Vanderlei Antônio. **Informações sobre o Lavador de Capivari**. Tubarão: mimeo, 1985

MIRANDA, Antônio Luiz; SELAU, Mauricio da Silva. **Bairro da Juventude: 50 anos de história . A filantropia na poeira do carvão**. Criciúma: Editora Unesc, 2003.

MIRANDA, Hildelena Vieira da S.; ANTUNES, Regina da Silva. **História da comunidade de Barreiros**. Lauro Müller: mimeo, [200_].

MORAES, Fábio de Farias de; GOULARTI FILHO, Alcides. **A Companhia Siderúrgica Nacional na formação do complexo carbonífero catarinense**. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/2/e6-01.pdf>. Acesso em: 20 Dez. 2006

NASCIMENTO, Dorval do. **As curvas do trem**: a presença da estrada de ferro no Sul de Santa Catarina. Criciúma: UNESC, 2004.

NASPOLINI FILHO, Arquimedes. **Criciúma, orgulho de cidade!** Fragmentos da história de seus 120 anos. Criciúma: Ed. do autor, 2000.

NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta M. C. de. Historiografia da educação e fontes. In: **Cadernos Anped**. Porto Alegre, n. 05, set.1993.

NUNES, Maria José Rosado. **Freiras no Brasil**. In: DEL PRIORE, Mary (org.). História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 1997.

OLIVEIRA, Ir. Maria Bernadeth M. de Oliveira. **A face feminina de Dom Orione**. Jubileu de ouro das Pequenas Irmãs Missionárias da Caridade no Brasil 1949-1999. São Paulo: Edições Loyola, 2001

OS ULTIMOS dias da CPCNAN. Final melancólico do órgão de defesa do carvão nacional. **Carvão de pedra**, Guanabara, ano 2, n. 15/16, jul.-ago., 1970, p. 36-41.

PEDRAZI, Piero e RICABONI, Estefânia. **Origem e primórdios da Congregação das Irmãs Beneditinas da Divina Providência (1847-1900)**. Tortona, 1979

PERROT, Michelle. **Excluídos da história**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PIMENTEL, José; BELOLLI, Mário. **Criciúma - Amor**, apontamentos para uma história de Criciúma. Itajaí: Virapuru, 1976.

PIQUET, Rosélia. **Cidade-Empresa**: presença na paisagem urbana brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

PINTO, Celi Regina Jardim. **Com a palavra o senhor presidente José Sarney ou como entender os meandros da linguagem do poder**. São Paulo: HUCITEC, 1989.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. São Paulo: Revista dos Tribunais Ltda, 1988.

POPKEWITZ, Tom; LINDBLAD, Sverker. **Estatísticas Educacionais como um sistema de razão**: relações entre governo da educação e inclusão e exclusão sociais. Educação & Sociedade, ano XXII, n. 75, Agosto 2001

PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDERÓPOLIS. **Conhecendo Siderópolis**. 3ª série - 1º grau. 4 ed. Içara: Supergrat, 2002.

RABELO, Giani. **A luta dos mineiros contra a privatização da CSN** – Criciúma: uma avaliação crítica. 53f. Monografia (Especialização em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1992.

_____. **Trabalho arcaico no moderno mundo da moda**. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

_____ et al. **Escola Casemiro Starchurski: das aulas particulares/ comunitárias ao ensino público municipal**. Criciúma, SC: UNESC, 2005.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

RECREAÇÃO e sociedade em locais esplendidos. **O lingote**, Volta Redonda, ano 3, n. 68, jan. 1956, p. 9-10.

REIS, José Carlos. **A escola dos Annales: a inovação em História**. São Paulo: Paz e terra, 2000. p. 23. e p.10

RELATÓRIO do Jardim de Infância Nossa Sra. Aparecida. Siderópolis, 1966.

RELATÓRIOS da SATC, 1964-1982.

ROCHA, José Fiusa. **Carvão de Pedra do Sul do Estado de Santa Catharina**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio/Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, Boletim nº 35, 1928.

_____.; SCORZA, Evaristo Pena. **Estratigrafia do carvão em Santa Catarina**. Rio de Janeiro: DNPM, Boletim nº 104, 1940.

_____.; _____. **Indústria Carbonífera em Santa Catarina**. Rio de Janeiro, 1958.

RODEGHERO, Carla Simone. **Religião e Patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.22, n.44, pp. 463 -488. 2002

RODRIGUES, Edson Carlos. **A educação dos trabalhadores das minas no interior das lutas da categoria**. 1990. 137f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1990.

RODRIGUES, Olinda Custódio. **A instalação da CSN em Nova Belluno e os 'respingos' da política do Estado Novo - décadas de 40 a 60**. 2002. 52 f. Monografia (Especialização em História) – Programa de Pós-Graduação, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2001.

RONCHI, Flávio. **O imigrante**. Criciúma: Empresa Jornalística e Editora Persona Ltada, 1990.

SARMENTO, Manuel Jacinto. O estudo de caso etnográfico em educação. In: ZAGO, Nadir; CARVALHO, Marília Pinto de; VILELA, Rita Amélia Teixeira (orgs.). **Itinerários de**

pesquisa: perspectivas qualitativas em sociologia da educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 138-179

SCHVARZMAN, Sheila. Ir ao cinema em São Paulo nos anos 20. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 49, n. 25, p. 153-174, 2005

SCLIAR, Moacyr. **O exame pré-nupcial:** um rito de passagem da Saúde Pública. Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, n.13, v. 3, p. 527-530, jul-set, 1997.

SERVIÇO Social da Próspera. **Tribuna Criciumense**. Criciúma, p. 8, 7 de jan. 1957.

SILVA, Ilton Benoni da. **Inter-relação:** a pedagogia da ciência, uma leitura do discurso epistemológico de Gaston Bachelard. Ijuí, RS: Editora UNIJUÍ, 1999.

SILVA José. **A viagem**. Criciúma: mimeo, [199_].

SILVA, José; PATRÍCIO, José de Souza. **Semente de Luz em terra próspera: o bairro Próspera no tempo das freiras**. Criciúma: [s.n.], 2001.

SIMÕES, C. C. S. . **Evolução e Perspectivas da Mortalidade Infantil no Brasil**. Estudos & Pesquisas. Informação Demográfica e Sócioeconômica, Rio de Janeiro, v. n.2, 1999.

SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA E EXTRAÇÃO DO CARVÃO. **A batalha do carvão:** subsídios para a história da indústria carvoeira no Brasil. Rio de Janeiro: 1950.

SOCIEDADE DE ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR DO CARVÃO. Diretoria Executiva. **Relatório de atividades**, 1960-1982.

_____. **Estatuto**. Criciúma: mimeo, 1959.

_____. **Histórico**, 2006. Disponível em: <http://www.satc.edu.br/>
Acesso em: 30 jun. 2006.

SOUZA, Marco Antonio de. Dom Orione, a educação e os pobres: assistência orionita no “Lar dos Meninos”. **Congresso luso-brasileiro de história da educação**, 5, 2004, Évora. Livro de Resumos. Évora: Universidade de Évora, 2004. 1 v.

STEPHANOU, Maria. Problematizações em torno do Tema Memória e História da Educação. **História da Educação**. ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, 1998.

_____. BASTOS, M. H. C. . História, Memória & História da Educação. In: STEPANOU, Maria; BASTOS, M.H.C. (Org.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. vol III século XX. 1 ed. Petrópolis: Vozes, 2005, v. vol I3, p. 416-429.

STOLCKE, Verena. Sexo está para gênero assim com raça para etnicidade? *In:* **Estudos Afro-Asiáticos**. nº 20, junho, 1991.

TÉCNICOS estudam condições sociais da região carbonífera. **Tribuna Criciumense**, Criciúma, p. 1 e 8, 14 -21 de nov. 1964.

TEIXEIRA, José Paulo. **Os donos da cidade**. Florianópolis: Ed. UFSC, 1996.

THOMSON, Alistair. Reconstituindo a memória: questões sobre a relação entre História Oral e as memórias. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC – SP, São Paulo, n. 15, p. 51-84, abr. 1997.

UM magnífico programa em Santa Catarina: o Departamento Regional do SESI. **Jornal o Estado**, Florianópolis, 13 de mai. 1956.

VAILATI, Luiz Lima. Os funerais de “anjinhos” na literatura de viagem. **Revista brasileira de história**. São Paulo. v.22, n°44, pp.365-392.2002.

VANDRESEN. Ir. Áurea. **Escritos**, 15/05/2005.

VENTURINI, Clara; VENTURINI, Analuísa. **Um pouco da história das Irmãs Berneditinas da Divina Providência no Brasil**. Nova Veneza, SC: [s.n.], 2006.

VIANA, Júlio César. A festa de Santa Bárbara. In: GONÇALVES, Gesiel da Silveira (org.). **Aconteceu no século XX**: momentos que movimentaram Criciúma. Criciúma: Ed. do autor, 2003.

VIGARELLO, Georges. **O limpo e o sujo**: uma história da higiene corporal. São Paulo: Martins Fonte, 1996.

VOLPATO, Terezinha Gascho. **A Piritá Humana**: os mineiros de Criciúma. Florianópolis: UFSC, 1984.

_____. **Vidas Marcadas**: Trabalhadores do carvão. Tubarão (SC): Ed. Unisul, 2001

WADSWORTH, James E.. Moncorvo Filho e o problema da infância: modelos institucionais e ideológicos da assistência à infância no Brasil. **Rev. bras. Hist.**, São Paulo, v. 19, n. 37, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881999000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 13 Out 2007.

WEINSTEIN, Bárbara. **(Re) Formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964)**. São Paulo: Cortez: CDAPH-IFAN – Universidade de São Francisco, 2000.

ZACHARIAS, Manif. A mortalidade infantil em Santa Catarina. **Tribuna Criciumense**, Criciúma, 20 mai. 1957. p. 19-28.

_____. **Minha Criciúma de ontem**. Criciúma: Ed. do autor, 1999.

ZAGO, Nadir. A entrevista em seu processo de construção: reflexões com base na experiência prática da pesquisa. In: ZAGO, Nadir; CARVALHO, Marília Pinto de; VILELA, Rita Amélia Teixeira (orgs.). **Itinerários de pesquisa**: perspectivas qualitativas em sociologia da educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 138-179. p. 288-309.

ZANETTE, Jussara; CHINI, Mariléia; DE LUCCA, Rosana. **Loteamento Treviso e as influências das cidades jardins**. Trabalho apresentado na disciplina de Desenvolvimento Regional e Urbano, Mai. 2005. UNESC. Curso de Arquitetura e Urbanismo.

ZUMBLICK, Walter C. **Tereza Cristina**: a ferrovia do carvão. Florianópolis: UFSC, 1987.

50 ANOS de vida consagrada a Deus e ao povo no Instituto Coração de Jesus. Irmãs Jubilares: Alice Wiggers, Zélia Della Giustina, Martha Loh, Anna Loch e Bernarda May. [200-], mimeo.

FONTES ORAIS

Alair Batista de Assis. Religiosa da Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência. Nascida em 26/02/1939, na cidade de Jaguaruna/SC. Entrevista concedida a Giani Rabelo, em 27/12/2004, na cidade de Criciúma/SC. Ana Giassi Goularti. Professora da Escola Estadual Maria da Glória Silva, situada na Vila Operária de Mineração de Içara. Entrevista concedida a Giani Rabelo, em 13/01/2007, na cidade de Içara/SC.

Ângelo Manoel Valsechi. Trabalhou como enfermeiro na Carbonífera Próspera e acompanhou o trabalho das Pequenas Irmãs da Divina Providência no Serviço de Puericultura em convênio com a SATC. Nasceu em 11/01/1942, em Morro da Fumaça/SC. Entrevista concedida a Giani Rabelo, em 10/09/2006, na cidade de Criciúma/SC.

Beverly Godoy Costa. Foi funcionária do SESI em Criciúma e atuou junto a Ir. Cláudia. Nascida em 07/07/1929, em Curitiba/PR. Entrevista concedida a Giani Rabelo, no dia 04/03/2005, na cidade de Criciúma/SC.

Dorilda Gomes Rabelo. Esposa de operário da Companhia Nacional Mineração Barão do Rio Branco e moradora da Vila Operária Mineração de Içara. Entrevista concedida a Giani Rabelo, em 15/02/2007, na cidade de Criciúma/SC.

Eliza Maria Mariot Sartor. Esposa de mineiro e quando jovem participou de vários cursos populares oferecidos pelas Pequenas Beneditinas da Divina Providência. Entrevista concedida a Giani Rabelo, em 25/01/2007, em Santana, na cidade de Urussanga/SC.

Emeri Daleffe. Comerciante na antiga Vila Operária Fiorita até os dias de hoje. Nasceu em 31/01/1940, em Siderópolis. Entrevista concedida a Giani Rabelo em 11/08/2005, em Siderópolis/SC.

Emília Bragança Gyrão. Viúva do Dr. Gyrão, médico da CSN em Siderópolis. Nasceu em 20/03/1934, em Belo Horizonte/MG. Entrevista concedida a Giani Rabelo, em 30/06/2005, em Criciúma/SC.

Flávio Ronchi. Ex-mineiro e ex-vereador da Câmara Municipal de Criciúma. Acompanhou o trabalho das Pequenas Irmãs da Divina Providência. Nasceu em 11/02/1935, em Nova Veneza/SC. Entrevista concedida a Giani Rabelo, em 17/01/2007, na cidade de Criciúma/SC.

Francisca Batista. Antiga moradora de uma vila operária do complexo carbonífero. Entrevista concedida a Tatiane dos Santos Virtuoso (GRUPEHME/SC), em 29/10/2004, na cidade de Criciúma.

Heitor Carlos Sabadine Barbosa (Curió). Operário aposentado do Lavador de Carvão de Capivari da CSN. Nasceu em 20/05/1936, em Passo Fundo/RS. Entrevista concedida a Giani Rabelo, em 06/02/2004, na cidade de Tubarão/SC.

Helena Patel Magagnin. Ex-freira da Congregação das Pequenas Missionárias da Caridade. Atuou como professora no Jardim de Infância da Vila Operária de Fiorita. Entrevista concedida a Giani Rabelo, em 10/08/2005, na cidade de Criciúma/SC.

Ida Dagostim Scott. Esposa de operário da Carbonífera Próspera. Participou dos cursos populares oferecidos pelas Pequenas Irmãs da Divina Providência na Vila Operária da Próspera. Nasceu em 04/11/1922, em Criciúma/SC. Entrevista concedida a Giani Rabelo, em 26/07/2004, na cidade de Criciúma/SC.

Ilda Pizzeti. Quando criança sua família convivia com as religiosas da Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência na Vila Operária da Próspera e mais tarde trabalhou com elas como catequista. Entrevista concedida a Giani Rabelo, em 14/06/2006, na cidade de Criciúma/SC.

Ir. Anna Loch. Religiosa do Instituto Coração de Jesus. Coordenou o trabalho das religiosas nas vilas operárias de Lauro Müller/SC. Entrevista concedida a Giani Rabelo, em 16/03/2005, na cidade de Braço do Norte/SC.

Ir. Áurea Vandresen. Religiosa do Instituto Coração de Jesus. Nascida em 30/Abril/1937. Atuou na Vila Operária Mendonça Lima. Entrevista concedida a Giani Rabelo, na cidade de Florianópolis/SC, em 15/05/2005 (não citada).

Ir. Claudete. Religiosa do Instituto Coração de Jesus. Atuou por pouco tempo nas vilas operárias de Lauro Müller/SC. Nasceu em 09/01/1943, em Laguna/SC. Entrevista concedida a Giani Rabelo, em 22/12/2004, na cidade de Braço do Norte/SC.

Ir. Emanuele. Religiosa da Congregação das Irmãs Beneditinas da Divina Providência. Atuou na Vila Operária de Santana, em Urussanga/SC. Entrevista concedida a Giani Rabelo, em 30/06/2005, na cidade de Nova Veneza/SC

Ir. Lídia Bonetti. Religiosa da Congregação das Irmãs Beneditinas da Divina Providência. Atuou na Casa da Criança Osvaldo Pinto da Veiga, na Vila Operária Velha. Entrevista concedida a Giani Rabelo, no dia 14/04/2005, na cidade de Criciúma/SC.

Ir. Cláudia. Religiosa da Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência que atuou na Casa Assistencial “Imaculada Conceição. Nasceu em 18/08/1925, em Pitangui/MG. Entrevista concedida a Giani Rabelo, em 29/10/2003, na cidade de Criciúma/SC.

Ir. Tarcísia Martins. Religiosa do Instituto Coração de Jesus. Ainda no noviciado atuou por pouco tempo nas vilas operárias de Lauro Müller/SC. Nasceu em 17/08/1926, em

Pindotiba/SC. Entrevista concedida a Giani Rabelo, em 22/12/2004, na cidade de Braço do Norte/SC.

Ir Niemann. Religiosa do Instituto Coração de Jesus. Atuou por pouco tempo nas vilas operárias de de Lauro Muller/SC. Nasceu em outubro de 1930, em Lastrup, norte da Alemanha. Entrevista concedida a Giani Rabelo, em 22/12/2004, na cidade de Braço do Norte/SC.

Ir Zélia. Religiosa do Instituto Coração de Jesus. Atuou nas vilas operárias de Lauro Müller/SC. Entrevista concedida em 22/12/2004, na cidade de Braço do Norte/SC.

João Fernandes Plácido. Trabalhou na área administrativa da CBCA e foi morador da Vila Operária Velha. Entrevista concedida a Giani Rabelo, no dia 05/04/2006, na cidade de Criciúma/SC.

João Rossa. Trabalhou durante muitos anos na Casa de Hóspedes da CSN em Siderópolis. Entrevista concedida a Giani Rabelo, em 11/08/2005, na cidade de Siderópolis/SC.

José Silva. Quando criança morou na Vila Operária da Próspera e participou do Coro São Domingos Sávio coordenado por Ir. Cláudia da Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência. Entrevista concedida a Giani Rabelo, em 28/10/2004, na cidade de Criciúma/SC.

Josefina Furlan (Pina). Trabalhou como jardineira no Jardim de Infância Cristo-Rei na Vila Mendonça Lima. Nasceu em 05/05/1937, em Orleans/SC. Entrevista concedida a Giani Rabelo em 06/02/2004, na cidade de Tubarão/SC.

Manoel Ângelo Domingos (Dequinha). Operador de máquinas da CSN em Siderópolis. Entrevista concedida a Giani Rabelo, em 08/08/2005, na cidade de Siderópolis/SC.

Maria de Lourdes Araújo Tancredo. Primeira professora do Jardim de Infância de Lauro Muller. Nasceu em 04/01/1916, em Orleans/SC. Entrevista concedida a Giani Rabelo, em 2007, na cidade de Lauro Muller/SC.

Maria da Silva Salvador (Ika). Foi aluna do curso de bordado, aos 12 anos, coordenado pela Ir. Lorencina da Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência, na Vila Operária da Próspera. Nasceu em 20/09/1947, em Laguna/SC. Entrevista concedida a Giani Rabelo, em 21/07/2004, na cidade de Criciúma/SC.

Maria Luiza Faraco Waivineski. Esposa do senhor Woimer Waivineski, diretor da SATC durante muitos anos. Nasceu em 04/07/1928, em Laguna/SC e faleceu em 2007. Entrevista concedida a Giani Rabelo, em 22/09/2005, na cidade de Criciúma/SC.

Marília da Silva Plácido (Nininha). Esposa do senhor João Fernandes Plácido. Entrevista concedida a Giani Rabelo em 05/04/2006, na cidade de Criciúma/SC.

Manoel Neri Medeiros. Mineiro aposentado da CNMCBB. Morador de Guatá. Nasceu em 17/04/1943, em Lauro Müller/SC. Entrevista concedida a Giani Rabelo, em 18/05/2006, na cidade de Lauro Muller/SC.

Oscar Rabelo. Operário da Companhia Nacional Mineração Barão do Rio Branco e morador da Vila Operária Mineração de Içara. Entrevista concedida a Giani Rabelo, em 15/02/2007, na cidade de Criciúma/SC.

Ozaide Rabelo Rouseng. Esposa de encarregado da produção da MINERASIL e moradora da Vila Operária de Santana. Entrevista concedida a Giani Rabelo em 14/01/2007, na cidade de Içara/SC.

Pe. Agenor Neves Marques. Pe. Agenor Neves Marques foi vigário de Urussanga a partir de 1948. Faleceu aos 31/08/2006, com 91 anos de idade. Entrevista concedida ao Grupo de Pesquisa Memória e Cultura do Carvão [200_], na cidade de Urussanga/SC.

Pe. Maneca. Foi o primeiro vigário da Próspera. Ele tomou posse no dia 20/08/1961, permanecendo até 1965. Afastou-se durante um ano para atuar como professor no Seminário de Azambuja, retornando em 10/01/1966. Mesmo não sendo mais o vigário da Igreja Nossa Senhora da Salette atende até os dias de hoje as pessoas que o procuram para receber a sua bênção. Entrevista concedida a Giani Rabelo, em 21/06/2006, na cidade de Criciúma/SC.

Walmir Cardoso. Ex-funcionário da CSN em Siderópolis. Nasceu em 11/05/1934, em Imbituba. Entrevista concedida a Giani Rabelo, em 2005.

Vera Regina Peixoto Bonotto. Seu pai foi funcionário da Carbonífera Próspera e quando criança morou ao lado da Casa Assistencial “Imaculada Conceição” da Vila Operária da Próspera Entrevista concedida a Giani Rabelo, em 14/09/2004, na cidade de Criciúma/SC

Zenaide Savi Monde Stradiotto. Auxiliou as Pequenas Irmãs da Divina Providência nos trabalhos na Vila Operária do Rio Maina. Nasceu em 28/07/1932, em Tubarão/SC. Entrevista concedida a Giani Rabelo, em 27/12/2004, na cidade de Criciúma/SC

ANEXO

RELAÇÃO DE ANEXOS

A – Termo de Consentimento

Anexo A - Termo de Consentimento

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Sob o título **Entre o hábito e o carvão: pedagogias missionárias no sul de Santa Catarina na segunda metade do século XX** o estudo, que culminará na elaboração de

uma tese de Doutorado, pretende analisar de que forma as congregações religiosas femininas atuaram no campo educacional nas vilas operárias ligadas a exploração do carvão e quais os significados resultantes para os sujeitos que fizeram parte dessas experiências.

Os dados e resultados individuais da pesquisa estarão sempre sob sigilo ético, não sendo mencionados os nomes dos participantes em nenhuma expressão oral ou trabalho escrito que venha a ser publicado, a não ser que o/a autor/a do depoimento manifeste expressamente seu desejo de ser identificado/a. A participação nesta pesquisa não oferece risco ou prejuízo à pessoa entrevistada.

As pesquisadoras responsáveis pela pesquisa são a Professora Dr.^a Maria Stephanou, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, orientadora, e a doutoranda Giani Rabelo, do referido Programa de Pós-Graduação. Ambas se comprometem a esclarecer devida e adequadamente qualquer dúvida ou necessidade de informações que o/a participante venha a ter no momento da pesquisa ou posteriormente, através dos telefones (051) 3316-5388 - Departamento de Ensino e Currículo da Faculdade de Educação, ou (051) 3316-3428.

Após ter sido devidamente informado/a de todos os aspectos da pesquisa e ter esclarecido todas as minhas dúvidas, eu _____, Identidade n.º _____ declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha participação e depoimentos para a pesquisa realizada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação intitulada ***Entre o hábito e o carvão: as pedagogias missionárias no sul do Brasil*** desenvolvida pela doutoranda Giani Rabelo, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Maria Stephanou, para que sejam usados integralmente ou em partes, sem restrições de prazo e citações, a partir da presente data. Da mesma forma, autorizo a sua consulta e o uso das referências em outras pesquisas e publicações ficando vinculado o controle das informações a cargo destes pesquisadores da Faculdade de Educação da UFRGS.

() Solicito que seja resguardada minha identificação _____.

() Desejo que a autoria de meus depoimentos seja referida _____.

Abdicando direitos autorais meus e de meus descendentes, subscrevo a presente declaração, _____,/..... de 200 .

Participante da pesquisa

Pesquisador/a